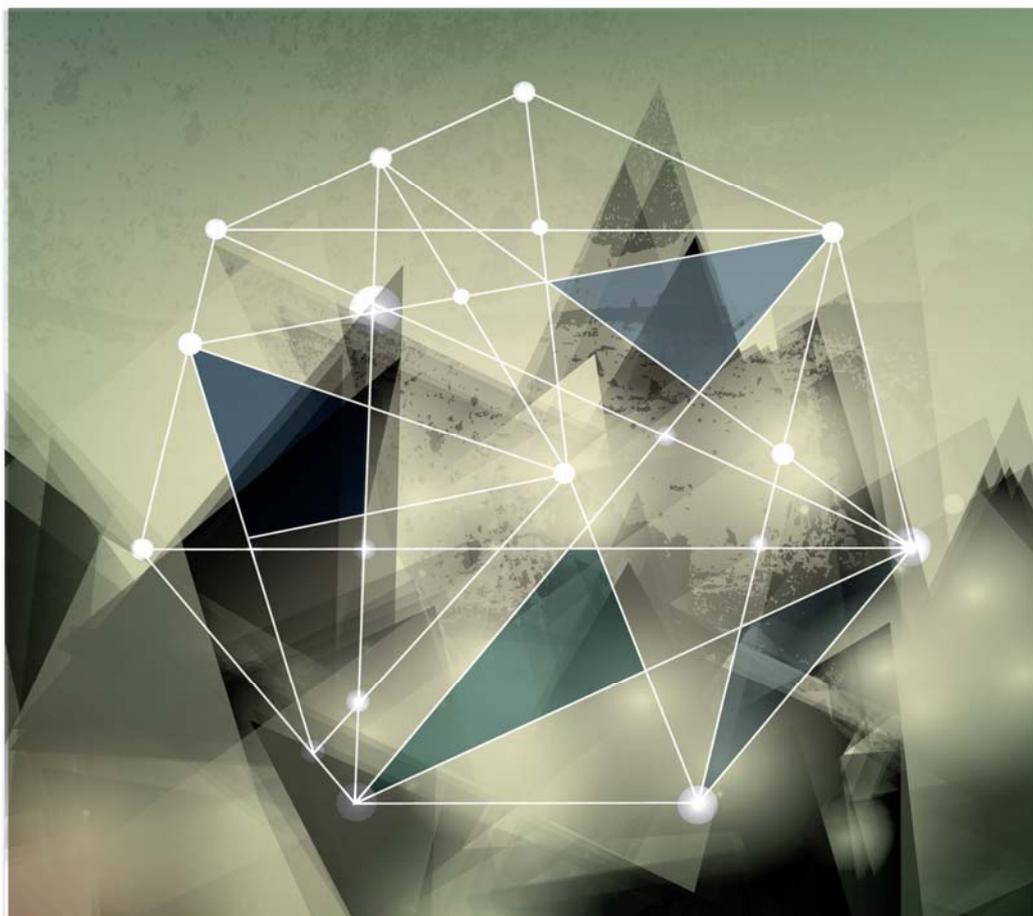


OS TEMPOS SOCIAIS E O MUNDO CONTEMPORÂNEO



Emília Araújo & Eduardo Duque (Eds.)

2012

© CECS 2012

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/>

Título

***Os tempos sociais e o mundo contemporâneo.
Um debate para as ciências sociais e humanas***

Edição

Emília Araújo & Eduardo Duque

Editora

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Centro de Investigação em Ciências Sociais
Universidade do Minho
Braga · Portugal

Formato

Livro eletrónico, 390 páginas

Director gráfico, Edição digital

Alberto Sá

Assistente de Formatação

Ricardina Magalhães

ISBN

978-989-8600-07-3

Publicação

dezembro, 2012

ÍNDICE

PREFÁCIO EMÍLIA ARAÚJO & EDUARDO DUQUE	7
A ESPERA E OS ESTUDOS SOCIAIS DO TEMPO E SOCIEDADE EMÍLIA ARAÚJO	9
TIME AS A DETERMINANT OF THE ORGANIZATIONAL CHANGE, A STRUCTURATIONIST APPROACH FOR A CASE STUDY PAUL PEIGNÉ	27
INCERTIDUMBRE, OPORTUNIDAD Y URGENCIA. LA REPRESENTACIÓN DEL TIEMPO EN LA ETICA LABORAL POSTFORSISTA JOSÉ FRANCISCO DURÁN VÁZQUEZ	49
EL SISTEMA: A SUBJECTIVITY OF TIME DISCIPLINE GUSTAVO BORCHET	59
TEMPUS FUGIT: O TEMPO E A INEVITABILIDADE DA MORTE MAFALDA FRADE	81
A HISTÓRIA E A ATUALIDADE DA COMPRESSÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO SELMA VENCO	99
CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DA ACELERAÇÃO DO TEMPO EDUARDO DUQUE	117
METAMORFOSES VISUAIS: O TEMPO NO RETRATO FOTOGRÁFICO ALINE SOARES LIMA & CATARINA MIRANDA BASSO	129
O USO DOS NOVOS <i>MEDIA</i> E A REDEFINIÇÃO DE TEMPOS E ESPAÇOS EM MEIO RURAL ANA MELRO & LÍDIA OLIVEIRA	149
TEMPORALIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO ELENA BURGOA	169
NA LETRA DO TEMPO. CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA ETNOGRAFIA DE PRÁTICAS TEMPORAIS MÓNICA FRANCH	191

O TEMPO DAS CRIANÇAS E AS CRIANÇAS DESTE TEMPO ALBERTO NÍDIO	203
TEMPO DA JUVENTUDE OU JUVENTUDE ALÉM DO TEMPO? EDMARA DE CASTRO PINTO	225
O TEMPO NAS AULAS DE MATEMÁTICA: OS PROFESSORES DE MATEMÁTICA ENSINAM NO TEMPO E NÃO COM O TEMPO NUNO VIEIRA	239
DA ORFANDADE: HISTÓRIA DE VIDA E TRANSFORMAÇÃO PSICOSSOCIAL JUDITE ZAMITH CRUZ	259
ALIMENTAÇÃO E TEMPOS SOCIAIS PAULA MASCARENHAS	285
OS TEMPOS SOCIAIS RURBANOS: MÚLTIPLOS HORIZONTES TEMPORAIS, UMA SÓ LINHA TEMPORAL PAULO R. BARONET	299
IDENTIDADE E IMAGEM INSTITUCIONAL NOS TEMPOS DA HOSPITALIDADE PÚBLICA DE OURO PRETO RONALDO MENDES NEVES	313
RELAÇÕES DE GÊNERO E USOS DO TEMPO VIVENCIADOS POR ENFERMEIRAS E ENFERMEIROS A PARTIR DO TRABALHO NO HOSPITAL AUDREY VIDAL PEREIRA; LÚCIA ROTENBERG & SIMONE SANTOS OLIVEIRA	327
CONTEXTO E TRAJETÓRIA DE VIDA-TRABALHO NO NORDESTE DO BRASIL: DA INFÂNCIA NO COMÉRCIO À CONDIÇÃO EMPRESÁRIA NA INDÚSTRIA TÊXTIL LOCAL MÁRCIO SÁ	341
ENSAIO SOBRE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM: EM TEMPOS DE NOVAS TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO WILDA SOARES LEMOS; RAFAEL SOARES LEMOS & THIAGO VILELA LEMOS	355
QUOTAS FOR MEN IN UNIVERSITY: BREAKING THE STEREOTYPE IN EUROPEAN UNION LAW AND SWEDISH LAW ANTONIA MARTIN BARRADAS	367

**OS TEMPOS SOCIAIS E O MUNDO CONTEMPORÂNEO:
UM DEBATE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

Prefácio

EMÍLIA ARAÚJO & EDUARDO DUQUE

Hoje, o senso comum e senso científico parecem convergir na afirmação do aumento da velocidade, da multiplicidade e da simultaneidade de tempos e de temporalidades. Mas, o que são realmente processos temporais? O que há de realmente novo nas sociedades contemporâneas e nas suas estruturas temporais? Como reagem as instituições aos tempos macrossociais e individuais? Com efeito, a organização das sociedades inclui diversas formas de percepção, uso e adaptação ao tempo social e ao tempo natural. De forma global, pode-se afirmar que o tempo é vivido, experimentado e manipulado e assume diversas formas e interpretações, conforme os contextos culturais e sociopolíticos. A principal configuração de tempo que conhecemos nas sociedades ocidentais radica no tempo mecânico, o tempo abstrato do relógio e outros instrumentos e formas de medição. Esta dimensão do tempo é fulcral para nos percebermos como civilização porque é fundamental entender a centralidade histórica do controlo do tempo, da disciplina do tempo, da absoluta necessidade de redução os compassos de espera de (na) produção que caracteriza o capitalismo globalizado do tempo pós medieval ao presente. As ciências sociais falam-nos deste tempo. Do tempo medível, usado, trocado e administrado. Do ritmo convencional que suplanta, gere e domina os ritmos naturais.

Mas, o tempo é um fenómeno múltiplo, transversal e complexo. E essa multiplicidade de configurações mostra que o seu alcance socioantropológico está muito para além da possibilidade de ser mensurado, apreciado e analisado: fenomenologia, etnometodologia e construtivismo demarcaram-se pela importância que atribuíram ao tempo como elemento constituinte da identidade individual e coletiva.

Heidegger referia, em *O conceito de tempo*, que “o relógio mostra-nos o agora, mas nunca nenhum relógio mostrou o futuro nem o passado. Todo o medir do tempo consiste em conseguir fazer do tempo uma quantidade”. O filósofo sustentava que o carácter medível do tempo permitia ao indivíduo situar-se na ação do mundo. Mas que o tempo possui outras dimensões, incluindo a que situa o indivíduo perante a vida e a finitude desta. E toda a vida dependente da vida- no-tempo, imensurável. Afinal, como lembra Maria Zambrano, o tempo “não tem uma estrutura simples, de uma só dimensão. Passa e fica. Ao passar torna-se passado, não desaparece. Se desaparecesse totalmente não teríamos história”. Por isso, o tempo é novidade, continuidade, herança e (re)constituição. Memória. Expectativa. Esperança.

Santo Agostinho, nas *Confissões* tinha já levado a questão até ao ponto de perguntar se o espírito não será ele mesmo o tempo. E aí deixou a questão: “Em ti, espírito meu, meço o tempo; a ti meço, ao medir o tempo. Não me venhas com a pergunta: como é isso?”. O confronto com o tempo é insuprível. Mais cedo ou mais tarde ele está aí. Rasga, como uma flecha, a história e estoura nas nossas mãos. O tempo é transversal a toda a narrativa do

humano e social, porque também se procura como um *sentido*, por mais efémero ou *imperecível* que se apresente.

Nas sociedades modernas, as transformações nos modos de uso, representação e valorização do tempo atingem as estruturas mais profundas da atividade humana e institucional, manifestando-se de múltiplas formas nas tomadas de decisão, na organização e planificação institucional, nas interações e na construção das identidades individuais e colectivas.

Vários dos objectos de estudo nas ciências sociais e humanas incluem a problematização do tempo, enquanto elemento central da experiência social. Hoje, a análise dos fenómenos temporais e das mudanças nas temporalidades retoma debates sobre formas de legitimação e de justificação política e estende-se desde as esferas mais imediatas da vida quotidiana (expressas pelo tempo de trabalho e pelo de lazer), até às temporalidades megas sociais, relacionadas com o questionamento da relação entre o mundo natural e o mundo social, a reprodução, a mudança e a persistência.

Como se observa, o tempo impõe várias interrogações às ciências sociais e humanas e em diversas perspectivas. O labor que demanda, como objeto, recurso, dimensão e categoria social exige um trabalho longo, de persistência redobrada. Foi com o objetivo de assinalar a relevância do tempo para as ciências sociais que se iniciou este ano, em conjunto com a associação portuguesa de estudos do tempo e sociedade um debate sobre os tempos sociais e o mundo contemporâneo.

O seminário teve como objetivo proporcionar o debate sobre a diversidade dos tempos e das temporalidades sociais, perspectivando, por um lado, a coexistência de múltiplas temporalidades, por outro, uma análise dos modos de intervenção institucional e política que caracterizam os universos de acção contemporâneos. Neste livro reúnem-se várias comunicações apresentadas, na expectativa de, no futuro próximo, ser possível agendar o II seminário.

Os conteúdos dos textos e as formas de expressão encontradas, incluindo imagens, são da responsabilidade dos respectivos autores.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

A espera e os estudos sociais do tempo e sociedade

EMÍLIA ARAÚJO

Universidade do Minho

era@ics.uminho.pt

Resumo:

Seja qual for a “sociedade” e a sua tipologia e modelo de organização sociopolítica, ela é constituída de processos e dinâmicas que possuem durações e temporalidades próprias. E cada uma destas temporalidades significa existência e diversidade de compassos de espera e é a própria teia de relações sociais e das suas densidades que condiciona a existência, as funções e as características da espera. No presente texto procuramos seguir esta linha de exposição, aprofundando os sentidos do conceito de espera. Atende-se, por um lado, aos desenvolvimentos da sociologia do tempo e, por outro, a vários fenómenos do quotidiano especialmente sinalizadores das funções e das características da espera.

Palavras-chave:

Tempo, espera, valores, temporalidade, identidade

Introdução

Algumas características dos tempos sociais são transversais a qualquer contexto cultural e social. Não porque pertençam à “essência” do tempo, como dimensão existencial, mas, precisamente, porque derivam do simples ato de a experiência existencial do indivíduo resultar da sua relação e interação com os outros. Uma dessas características é a espera.

Seja qual for a “sociedade” e a sua tipologia e modelo de organização sociopolítica, ela é constituída de processos e dinâmicas que possuem durações e temporalidades próprias. E, cada uma destas temporalidades, significa existência e diversidade de compassos de espera. É, afinal, a própria teia de relações sociais e das suas densidades que condicionam a existência, as funções e as características da espera. Podemos, então, afirmar que a espera é inerente ao tempo social. Se seguirmos o entendimento de Simmel, (cit. in Cavali, 1992, p.199), podemos propor, de uma forma geral, que o tempo das instituições, o tempo dos grupos e o tempo dos indivíduos estão entrelaçados e dependem uns dos outros e das dinâmicas temporais que lhe são inerentes. A espera inscreve-se nesta rede de relações. Algumas vezes, ela adquire um estatuto formal, ao ser prevista e regulada (os

tempos *a respeitar para*). Outras vezes, ela comporta um estatuto informal, ou mesmo implícito, não verbalizado, silencioso, mas extremamente edificante da experiência social (os tempos de espera são múltiplos na regulação da comunicação e das interações sociais e podem sinalizadores do interesse, da vontade e do compromisso das partes).

A espera comporta, assim, uma vertente mais objetiva, manifesta através da legislação, da regra e expressa segundo o modelo mecânico e quantitativo; e uma vertente mais intersubjectiva, respeitante aos códigos e regras de interacção e ainda relativa aos mundos psicológicos dos indivíduos, à personalidade.

A análise do conceito de espera e da sua interacção e manifestação nos diversos contextos sociais e na relação destes com o mundo natural passa por admitir que o tempo social abrange mais dimensões do que aquelas que se propõem no âmbito estrito do uso de instrumentos de medição, como relógio ou calendário. O tempo social e, portanto, o ritmo e a espera, são compósitos de estruturas objectivas e de modos de relacionamento, constituindo os próprios dos ritmos do organismo vivo humano. Por isso, admite-se, como refere Ungaretti (1963) que o tempo é um “sentimento” que condensa a experiência do vivido por parte dos indivíduos em interacção e que é apreendido e avaliado mediante dispositivos emocionais. Ainda que haja na espera (definição, extensão e função) algo de imprevisível e de inesperado, a sua penetrabilidade no seio dos tecidos sociais e das interações é tão elevada e repetida que se torna quase parte integrante do mundo como “estrutura estruturada”, regulando a experiência.

De algum modo, a estruturação da sociedade e das formas de interacção social (objectivadas ou não em regras e regulamentos), sedimentam-se sobre um conjunto de pressupostos temporais que presidem aos mais variados tipos de experiência. Simmel afirma algo extremamente importante: a duração esperada de uma relação determina o próprio desenrolar da relação e o que nela acontece, incluindo o grau de investimento das partes.

Como se observa, a espera desafia-nos de várias formas e em várias direcções, desde logo porque está presente como condição à vida, biológica e subjectiva. No presente texto procuramos seguir esta linha de exposição, aprofundando os sentidos do conceito de espera. Atende-se, por um lado, aos desenvolvimentos da sociologia do tempo e, por outro, a vários fenómenos do quotidiano especialmente sinalizadores das funções e características da espera.

A comunicação estrutura-se em dois pontos. No primeiro referimo-nos à espera como condição necessária à acção e relação social. Na segunda parte, referimo-nos à espera como dimensão integrante das representações colectivas da sociedade e da política modernas.

1. Desconexões sistémicas- eliminação e manutenção da espera

Zimbardo e Boyd (2009) esclarecem algo de extraordinário que caracteriza o dia-a-dia das sociedades hoje, industrializadas e com acesso geral às mais diversas tecnologias. Os autores afirmam existir uma desconexão entre as temporalidades exigidas e determinadas pelos vários sistemas, por exemplo, entre os educacionais, ainda bastante voltados para métodos de planeamento e de avaliação que exigem o contacto pessoal entre aluno e professor e as características emergentes dos estilos de vida, que incentivam a processos de comunicação e de resolução de problemas cuja existência não exige nem espaços, nem

tempos definidos e, portanto, intervalos. O autor é específico em relação à discrepância existente entre a demanda e a exigência que alguns sistemas fazem de espera e a proliferação de processos de socialização e de instalação de experiências de instantaneidade e simultaneidade: se, por um lado, as crianças estão cada vez mais socializadas com a ausência de tempo e com a necessidade (e possibilidade) de encurtar o espaço e o tempo, reduzindo as durações e os compassos de espera entre eventos, por outro, exige-se dessas mesmas crianças e jovens, a necessidade de apresentar sucessos escolares e profissionais, mantendo formas de gestão da temporalidade que implicam saber usar a espera, saber aguardar e adiar recompensas. Vários autores se pronunciaram sobre o conflito de regimes de temporalidades, propondo que as maiores desconexões e colisões se verificam “entre” sistemas – por exemplo, entre as temporalidades do trabalho e as temporalidades familiares e privadas.

Mas, Zimbardo e outros (Zimbardo e Boyd, 2009) referem-se às mudanças e (des)ajustes intra sistemas, assumindo-se que os diversos atores de cada sistema, assim como os vários subsistemas, não coincidem no que respeita às regras, interesses e objectivos temporais que impõe, administram ou seguem.

Assim como há, portanto, uma pluralidade de tempos, há também uma pluralidade de esperas, algumas das quais geradas na dinâmica própria do sistema e não propriamente por decisão, intenção ou vontade dos atores.

Acepções da espera

A espera é uma condição essencial para a organização do mundo social e natural.

Quer dizer, cada processo possui um tempo e a sua ocorrência é mutuamente condicionada: o ritmo temporal natural e o ritmo temporal social, ao qual juntaremos agora o ritmo temporal tecnológico, definem compassos de espera, intervalos que se configuram como tempos, depois instalados entre as ocorrências e que não só definem os resultados (sucessos) destas, como determinam as suas identidades, as suas funções e, sobretudo, atestam a sua capacidade para se consolidarem como necessários no mundo social e natural.

Sincronia

O equilíbrio maior estaria definido pelo respeito exclusivo dos intervalos e dos compassos de tempo natural e socialmente definidos (pelo costume, pelas regras, pela dinâmica cultural) como necessários ao cumprimento dos eventos, ações e atividades. Assunção que presume a existência, por um lado, de tempos certos para a ocorrência de todos os eventos e, por outro, de atores que, em cada sociedade, sabem determinar os “tempos certos para”, assim como de traços próprios aos tempos biofisiológicos e naturais que possuem temporalidades específicas, estruturadas segundo cadências “certas”, ajustadas à condição da vida. Os compassos de espera e de intervalo não servem apenas, afinal, para permitir a realização de outro(s) eventos; servem também para prevenir a colisão temporal de eventos; prever e planificar uma ação, adequando-a à sua função na temporalidade do presente e do futuro. Isto é, servem para avaliar; decidir, ponderar. Esta relação entre a

necessidade da espera na produção da decisão, da avaliação e da ponderação é, contudo, suscetível de debate.

Com efeito, os modos pelos quais a espera contribui ou evidencia estes processos de avaliação, decisão e ponderação são, no entanto, classificáveis à luz de diversos paradigmas da ação e da *praxis* políticas. Quer dizer, cada sociedade, em cada momento histórico e conjuntural define as suas próprias tipologias de ajuste entre as diversas temporalidades que são mais ou menos “eficazes” e mais ou menos “corretas”. Embora a diversidade, como veremos no ponto, seja elevada dentro deste modelo, é certo que o paradigma orientador da política moderna (no sentido macro estrutural e no sentido subjetivo, da “política da vida”) ainda assenta no domínio da representação do tempo linear, do tempo como um bem que deve ser aplicado na perspetiva de ser imediatamente rentável.

Por isso, a definição ideal de equilíbrio entre esperas nos diversos processos que constituem os ritmos globais, é fruto da política e da cultura. E a cultura e a política modernas impuseram determinados princípios de classificação e de valoração que, em geral, subestimam ou desprezam a necessidade ou a utilidade da espera, responsabilizando-se através de diversos mecanismos, grande parte deles valorativos, por uma biopolítica temporal disciplinar e pelo culto da ideia do domínio do mundo social e político sobre o natural (uma equação em que o indivíduo *espera* pela sociedade e o mundo natural *espera* pelo social). Além disso, as cadências naturais de que falávamos acima descobrem-se como manipuláveis, “colonizáveis”.

Expectativa

São cada cada vez mais os contextos culturais em que a espera é sujeita a um constante trabalho de delapidação, através de diversos meios, inclusive as mudanças legislativas e regulamentares, mas também transformações e revoluções significativas, como as da ciência e da técnica, dos media e das tecnologias de informação. Todavia, ainda existem contextos culturais em que a espera é cultivada como necessidade, dom e condição para a ação. São contextos (e indivíduos) que apresentam, ainda assim, duas variações. Podem estar perfeitamente legitimados e, inclusive, serem conotados com estilos de vida mais sustentáveis, seguros e com mais qualidade, como acontece com todos os partilham hoje o movimento do *slow living* (Parkins, 2004) e da necessidade de cultivar a existência de tempos experimentais, probatórios nos diversos tempos e temporalidades da vida. Mas podem também incorrer na classificação de “atrasados”, “lentos” e, portanto, improdutivo e não merecedores de recompensas (materiais ou simbólicas), daí decorrendo mesmo (e também) a exclusão e a marginalização.

Tempo perdido, tempo ganho

A espera não sinaliza, assim, apenas uma quantidade de tempo despendida a aguardar algo ou alguém, em termos concretos. Isto é, uma quantidade de tempo em que se interrompe um certo ciclo de actividade e se provoca dessincronia entre as datas de previsão e de concretização. A espera inscreve-se num “calendário subjetivo” (Hogben, 2006), inter individual e interacional por onde passam emoções e também relações de dominação e de

poder. A teoria das classes e da estratificação consolida largamente a ideia de que a espera resulta de um “*habitus*”, de um processo de socialização que determina a forma como os atores pensam a sua vida e a planificam. A espera adquire o sentido de expectativa e de aspiração. Em certo sentido, os indivíduos não aprendem apenas a esperar e a esperar de uma certa forma, conforme a classe em que se situam. Também aprendem a pensar e a planificar (mais ou menos) a sua vida. Aprendem a lidar diferentemente com as regras racionais e culturais da espera e que, tal como temos vindo a observar, variam conforme a classe social, mas conforme a idade e o sexo, duas construções sociais (Bourdieu, 1998) poderosas na estruturação dos regimes de temporalidades. Regimes que, no fundo, incorporam as regras gerais dos lugares sociais determinados em função do poder económico e social, dos papéis de género e da (des)valorização da idade. Mas, sendo socialmente condicionado (e, portanto, determinada pela consciência sobre as condições objectivas de vida e horizontes possíveis), este conhecimento acumulado transportado e accionado pelos indivíduos no seu quotidiano securiza e prepara o indivíduo para dominar os acontecimentos da sua vida, assim como o nível de precariedade desta. Por isso, tal como afirma Gasparini (1995), a espera, como expectativa, pode ter tanto o sentido de aspiração (*esperar que*), como também o sentido de controlo (*verificadas certas condições, algo acontecerá*).

Esperança

A expectativa pode ter, adicionalmente, o sentido de esperança. Esta, não se opõe completamente à expectativa e aspiração, rege-se por fundamentos mais vagos e de carácter espiritual. Esperar adquire um sentido próximo ao da fé, garantindo ao sujeito um certo nível de segurança ontológica à vida biológica e social. Tal como propõem vários autores (Gell, 2000; Bourdieu, 1963a; 1963b), a forma como cada indivíduo e sociedade cultivam atitudes mais ou menos orientadas para a esperança, ou mais ou menos baseadas na ideia de destino e fatalidade é variável, mas estruturante na definição da “agência” diária. Mas, tal como acontece com todas as outras aceções da espera, também a esperança é sujeita a pressões e a controlo político. Não de maneira directa, mas indirectamente, através do modo como uma certa sociedade oferece aos seus cidadãos determinadas possibilidades de vida e determinados horizontes de vida - a sua vida projectada no futuro, um futuro necessariamente melhor do que o presente. Os autores da psicologia do tempo, entre os quais Fraisse (1957), demonstram analiticamente como a espera acumulada de esperança potencia comportamentos e formas de cooperação social e inter individual distintas, mais criativas e mais densas, do que os estados de espera acumulados a estados de desesperança, frustração e, portanto, mais caracterizados pela consciência sobre o incumprimento de expectativas.

De forma algo exagerada, estes entendimentos são facilmente relegados apenas para o estudo de fenómenos e de comportamentos individuais, permanecendo no domínio da fenomenologia e da psicologia. Mas, eles são vitais para perceber fenómenos sociais e políticos, num sentido mais amplo, uma vez que são resultado da interacção entre vontades e esquemas individuais de ação e constrangimentos estruturais políticos e económicos que atuam directamente sobre os modos de encarar o futuro, tendo influência sobre o

comportamento social diário do indivíduo, a escalas diversas, entre as quais, do consumo, da poupança, das tomadas de decisão, em geral, sobre a sua vida.

Rito de passagem

Tal como aludimos acima, uma outra dimensão da espera bastante caracterizadora do tempo social é a espera como tempo e duração de prova e de experimentação. Usualmente conotada com certas sociedades em que os ritos de passagem estão explícitos e se multiplicam nas formas objectivas de organização social, este tipo de espera é estruturante nos vários sistemas sociais. É certo que a quantidade de fenómenos sociais em que este tipo de espera se regista, as funções que assume e as posturas das instituições e dos atores políticos em relação a elas variam muito em função de fatores culturais e religiosos, mas, fundamentalmente, em função de fatores económicos e financeiros. De qualquer modo, a sua existência surge legitimada pela “necessidade” (cultural, social e naturalmente condicionada) em cumprir um tempo de teste e de avaliação, além de permitir gerar ordem e sequência, face aos desejos e aspirações individuais. Por isso, se detetam muitas variações deste tipo de espera que não são formalizados e sequer consciencializados pelos próprios indivíduos e sociedades. Trata-se de esperas de provação implícitas, acordadas de forma tácita, através de processos objetivos aparentemente claros. Um bom exemplo é o conjunto de mudanças que se registam, aparentemente e de maneira objetiva e formal, no campo das relações de trabalho e do ensino, cujo fundamento principal é o aumento do tempo na escolaridade, com retardamento sobre a entrada no mercado formal e a legitimação das “estadias” nas fronteiras da precariedade (assim legitimada).

Persuasão e sedução

É muito importante destacar, finalmente, o sentido da espera na sociabilidade, na sedução e persuasão. Em rigor, a espera, seguindo o que afirma Hall (1996) acerca do tempo, “fala” da história e de uma sociedade (Levine, 1997). Mas, independentemente das variações nas suas características e graus de importância, a espera é crucial na gestão das ordens reciprocidade e da interação, seja estas qual forem. Os lugares de poder regem-se pela capacidade de impor a espera, assim como de tolerá-la. Mauss e outros antropólogos, assim como Simmel (cit in Cavalli), permitem dizer o essencial sobre estas duas dimensões da espera: na mesma linha do que vínhamos a afirmar, o tratamento da espera nas relações entre atores e entre atores e instituições varia segundo o contexto social, político e cultural.

As ordens e as expectativas das relações amorosas também se regem por regras de espera, por vezes mais apertadas e implícitas do que as que presidem às relações de amizade, vizinhança ou civilidade. Mauss tem de ser chamado a este assunto porque trabalha justamente o dom, a reciprocidade e as interações e destaca como variam os significados e as interpretações acerca dos lugares que cada um ocupa na estrutura de um grupo, de acordo com a percepção da espera. Entrelaçando-se com o rito e os rituais, assim como com os ritmos, a formação das expectativas e das aspirações, o mesmo evento não exige a mesma espera, conforme a idade, a classe, o género, o papel social, a importância e a proximidade do evento. Em geral, a espera é complexa na dimensão da sociabilidade, pois

a proximidade entre atores não é, em geral, e ao contrário do que se poderia pensar, sinónimo de eliminação da espera porque esta se vem a identificar com amor e/ou com respeito, civilidade, etiqueta.

As regras da espera no domínio da sociabilidade mudam com os estilos de vida, são terrenos dinâmicos. Em geral, em concomitância com as transformações ao nível dos valores e dos dispositivos institucionais de socialização, as últimas décadas conheceram uma significativa redução das esperas (por exemplo, o convite a mais velhos para festas e para sair); as interrupções na fala do professor, político ou pais, apenas como exemplos.

Ainda neste ponto, mencionemos a associação e o lugar da espera nos fenómenos interacionais especificamente persuasivos e de sedução. Diversos processos sociais evidenciam hoje a presença de formas de atração dos públicos que são, em essência, reprodutores dos mecanismos de sedução interacional.

Todos estes momentos de espera encaixam bem e são legíveis a partir da sociologia experiencial de Simmel (1947), bem explícita no conceito de coquetaria. Referimo-nos à importância do sentimento e da sensação na experiência do tempo, um traço que se encontra também muito bem explicado em vários escritos de Elias e de Machado Pais (2011), autor que propõe o detalhe da desconexão entre a aceleração do tempo da vida diária e o stresse da gestão do tempo da intimidade e que, ao fazê-lo, demonstra que a complexidade dos ritmos, seus entendimentos e percepções é tal que as sociedades em que vivemos e em que se acredita haver tempos certos para tudo, não só produzem os “atrasados”, mas também os “adiantados”, os quais sinalizam a órbita do núcleo rígido do tempo social dominante, sendo alvo de desvalorização, justamente por causa da sua “precocidade”.

Antecipação e adiamento

A espera pode ainda adquirir o sentido de antecipação e adiamento, ambos estudados largamente na psicologia em diversos aspectos da vida social e do comportamento e são citados por Karniol et Ross para demonstrarem como:

“While some individuals aim primarily to avoid or eliminate negative states, others focus on achieving or maintaining positive states” (Karniol e Ross, 1996, p. 606).

Por causa dos efeitos negativos que cada uma das posturas levadas ao extremo podem ter, quer sobre o indivíduo, quer sobre a “qualidade do produto”, Lazarus conclui que, para evitar as sensações de antecipação de “despachar rapidamente”, devem ser incutidos valores relativos à possibilidade de obtenção de recompensas gratificantes. No caso do adiamento e recusa, diz que devem ser desenvolvidas medidas de desligamento momentâneo da tarefa e, mesmo, mecanismos de restauro, tais como férias e outros momentos de recuperação (Lazarus, 1980 cit in Karniol e Ross, 1996, p.607).

Tudo o que se disse até aqui é válido para entender de forma mais densa como o adiamento e a antecipação subentendem a gestão de (tempos de) esperas. Mas é importante

voltar ao fundamento socialmente construído e reproduzido da atitude e do modo de estar no tempo (diário e biográfico).

Há elementos de personalidade que explicam a disposição para a adiar ou para antecipar. São muito importantes e têm sido centrais para explicar algumas metodologias de intervenção na área da educação e do trabalho, como anotamos acima. Mas, para além destes, importa destacar a influência dos padrões culturais e do “*habitus*” de classe na formação dessa disposição. Com efeito, à medida que subimos na hierarquia social, níveis em que o índice de riqueza é superior, as condições objectivas de vida são melhores e o tempo é encarado segundo uma postura de controlo. Neste caso, a determinação da espera varia conforme o interesse do ator ou atores envolvidos numa transação, num fenómeno ou evento. Isto é, a posição social condiciona a legitimidade para mudar e alterar regras. Portanto, o adiamento e a precocidade assumem uma vertente estratégica, acompanhada do sentido da autonomia sobre a administração do tempo. Trata-se de grupos em que, paradoxalmente, certas regras da espera são bastante rígidas e outras susceptíveis de rápido encurtamento ou retardamento. Bourdieu referiu-se várias vezes à maior probabilidade de os filhos de classes mais abastadas serem “precoces” relativamente à aprendizagem escolar e cultural.

Há outras diferenças que, a partir da classe, valorizam os condicionamentos de género e de idade. Alguns estudos a partir de Rampanzi e Lecariddi (1993) enfatizam a forma como homens e mulheres crescem em sociedade interiorizando regras e modos de entender e responder ao tempo (diário e biográfico) diferenciadas e reguladas pelos papéis sociais que se esperam que sejam exercidos por homens e mulheres em sociedade. Os estudos mais recentes têm vindo a alterar ligeiramente o sentido destas conclusões, sendo realçada alguma proximidade entre as representações dos homens e das mulheres. Mas, as diferenças continuam a ser observadas na maioria dos estudos que assinalam o facto de as mulheres, em comparação com os homens, terem perspectivas de futuro mais profundas; guardarem mais os detalhes da memória, anteciparem mais os eventos de ordem pessoal e profissional nas suas vidas e manifestarem mais à vontade com a necessidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, oferecendo mais o seu tempo a interrupções. Em rigor, homens e mulheres são socializados com normas diversas quanto ao modo de organizar e pensar o tempo, observando-se que as mulheres são mais orientadas para cultivarem as características mais relacionadas com a espera, paciência e resiliência do que os homens. Valores e crenças religiosas sustentam estes modelos de socialização que, tal como se sabe, são funcionais, respondem a maior predisposição para a linearidade, impaciência e ruptura, com as quais os homens são mais socializados.

Em termos de idade, a ideia fundamental ainda é sustentada pelas teses de Piaget, segundo o qual a percepção do tempo e as repostas diárias que envolvem tempo e duração são mediadas por mecanismos biológicos e psicológicos associados à idade biológica. Por isso se explica que a espera custe mais a uma criança até seis anos, do que a partir desta idade, quando a criança é também confrontada com vários dispositivos físicos que a obrigam a esperar e normalizam esta como regra social e componente da sua vida. O quadro de Piaget é fundamental para perceber o significado social que pode ter a eliminação de certos compassos de espera no tempo social no modo de ajuste em relação ao tempo psicológico

da criança: quando a criança cresce socialmente muito mais rápido do que é capaz biologicamente, predispondo-se a comportamentos imaturos. A sociologia da idade que justamente a entende como construção social, constitui uma área de interesse nas sociedades modernas, envolvidas em enorme complexidade entre demandas e expectativas sociais e capacidades e limites individuais.

Assim apresentada, a espera surge como compasso temporal, intervalo, duração que pode ser tida como necessária ao sistema porque contribui para a redução da entropia provocada pelo possível choque de tempos. Uma necessidade que é, contudo, variável conforme o interesse, o objetivo e as características desses sistemas.

2. O tempo, a sociedade e a política

Ocorre que a história do século XX é a história da *fetichização* do tempo, isto é, do tempo tornado mercadoria, transaccionável, sujeita a um valor de troca. A ciência e a técnica desenvolveram-se neste braço próximo de conquista do tempo que se expressa pela progressiva capacidade de encurtar os intervalos considerados vácuos dispêndio de recursos. O processo é simultâneo nos planos micro, meso e macrosociológico. Acontece em mundos não globalizados e, portanto, menos sujeitos aos ciclos de evolução de outros contextos, a espera e a sua duração (fosse qual fosse o sistema), poderia ser considerada um traço cultural, socialmente reproduzido e respeitado. O processo de tomada de decisão é um exemplo deste caráter culturalmente inscrito da espera. Mas, em mundos globalizados, crescentemente interdependentes, em que a temporalidade local é substituída pela temporalidade mundial (Virilio, 1997), cada evento ou cada processo local e, inclusivamente, subjectivo, é atravessado pelo estado da temporalidade mundial, das suas características e do seu rumo (Urry, 2002; Adam, 2003; 2004).

Num sistema mundial gerido pelos princípios básicos do capitalismo – *tempo é dinheiro, tempo perde-se e ganha-se* – os desenvolvimentos da técnica e da ciência devem ser chamados a esta argumentação. Tal como expõe Virilio, na linha de autores anteriores que mais pensaram filosoficamente sobre o poder da técnica e da ciência na mudança social, o poder económico é central nas sociedades modernas e essa centralidade implica (enquanto meio) dispositivos de governação mundial da velocidade potenciados pelas tecnologias dos mais diversos tipos e formas. Hoje, são vários os teóricos que nas ciências sociais têm enfatizado a tendência das sociedades e dos processos sociais para o aumento de aceleração, com redução dos intervalos e dos compassos de espera entre eventos. Estas teses sobre a aceleração e redução das esperas determinadas pelos ritmos biológicos e naturais coincidem com os interesses do projeto tecnocientífico da modernidade. É infinito o número de processos sujeitos à temporalidade tecnocientífica que, no limite, substitui a temporalidade social e biológica pela temporalidade mecânica e robótica. Diversos autores analisam fenómenos que mostram a avidez da aceleração e da eliminação de tempos considerados menos apropriados, não produtivos ou “feios”, segundo os padrões das sociedades de consumo. Mostram também os potenciais efeitos sobre a temporalidade do planeta decorrentes da pressão da eliminação dos processos naturais, entendidos como mais sustentáveis, justamente por respeitarem os compassos de espera natural e biologicamente determinados e eticamente estabelecidos. Entre milhares de exemplos, refiramos os debates

sobre a criação dos transhumanos, a clonagem, os alimentos transgênicos, o fermento, as hormonas, o aviário e a estufa, o controlo da hereditariedade; a escolha de sexo e mesmo a determinação dos *backgrounds* genéticos. A redução da espera tem efeitos benéficos para muitas populações do globo e pode ser perspectivada como uma ação de integração de alguns povos nos circuitos mundiais de produção e de existência. Mas, como temos vindo a observar, a espera dificilmente se desliga das relações de poder e dificilmente não sinaliza o exercício de domínio de um ator, grupo país ou sociedade sobre outro. Por isso, é pertinente a citação que transcrevemos a seguir a propósito do entendimento de Virilio sobre a velocidade:

“A partir da construção de uma relação de equivalência entre mais-poder e mais-velocidade, Virilio tenciona justificar o abandono das relações de vigilância constituídas por intermédio de uma estruturação do espaço, da sua materialidade, em favor dos procedimentos de controle articulados, entre outras celeridades, ao tempo real das transmissões. Nos processos de vigilância realizados remotamente, a relação de transparência, desvalorizando os fundamentos geográficos ou geométricos, supera o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas a distância. É sobre essa nova forma assumida pela transparência, situando-a no corpo de conceitos que Virilio trabalha em suas análises sobre a vídeo-vigilância, que este artigo pretende tratar” (Ferreira, 2009, p.97).

A espera, nas diversas escalas de temporalidade em que pode ser posicionada, sinaliza, assim, a marca de um poder mais ou menos explícito e conhecido.

Um dos livros sobre a experiência do desemprego como experiência temporal e como espera é o livro de Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, *Les Chomeurs du Marienthal*, escrito nos anos cinquenta. Bourdieu escreve no prefácio da nova edição deste livro, em 1981, um texto que mostra bem os paradoxos da espera na sociedade ocidental.

Bourdieu escreve o seguinte:

“Exclus du jeu, las d’écrire au Père Noël, d’attendre Godot, de vivre dans ce non-temps où il n’arrive rien, où il ne se passe rien, où il n’y a rien à attendre, ces hommes dépossédés de l’illusion vitale d’avoir une fonction ou une mission, d’avoir à être ou à faire quelque chose, peuvent, pour se sentir exister, pour tuer le non-temps, avoir recours à des activités qui, comme le tiercé, le totocalcio et tous les jeux de hasard qui se jouent dans tous les bidonvilles et toutes les favelas du monde, permettent de réintroduire pour un moment, jusqu’à la fin de la partie ou jusqu’au dimanche soir, l’attente, c’est-à-dire le temps finalisé, qui est par soi source de satisfaction. Et pour essayer de s’arracher au sentiment, qu’exprimaient si bien les sous-prolétaires algériens, d’être le jouet de forces extérieures (« je suis comme une épluchure sur l’eau »), pour tenter de rompre avec la soumission fataliste aux forces du monde, ils peuvent aussi, surtout les plus jeunes, chercher dans des actes de violence qui valent en eux-mêmes plus – ou autant que par les profits qu’ils procurent, un moyen désespéré de se rendre « intéressants », d’exister devant les autres, pour les autres, d’accéder en un mot à une forme reconnue d’existence sociale. Professionnels de l’interprétation, socialement mandatés pour donner sens, rendre raison, mettre de l’ordre, les sociologues, surtout lorsqu’ils sont les adeptes conscients ou

inconscients d'une philosophie apocalyptique de l'histoire, attentive aux ruptures et aux transformations décisives, ne sont pas les mieux placés pour comprendre ce désordre pour rien, sinon pour le plaisir, ces actions faites pour qu'il se passe quelque chose, pour faire quelque chose plutôt que rien quand il n'y a rien à faire, pour réaffirmer de façon dramatique – et rituelle – qu'on peut faire quelque chose, s'agirait-il de l'action réduite à l'infraction, à la transgression, donc assurée de « faire sensation » en tout cas, dans l'échec comme dans la réussite" (Bourdieu, 1981).

Os debates sobre a integração europeia e a situação dos vários países passam pela análise da espera de alguns países em relação a outros. Ainda enraizada e explicável pela presença da temporalidade baseada na ideia de progresso, cada país parece ter sido posto num eixo de temporalidade linear e uniforme. Por isso, enquanto alguns países parecem dominar esta escala de temporalidade e determinarem os ritmos, outros países aparecem como seguidores deste esquema, podendo ficar à margem, à “espera “ e em diferimento temporal. Em geral, a sequência é esta: no núcleo, os países mais velozes, capazes de acompanhar as “metas”; de outro, os países menos velozes, cujo estado de espera é atribuído à sua incapacidade de seguir a linearidade do tempo definida pelo núcleo e não aos processos de escolha deste núcleo. Esta imagem geográfica e espacial do tempo-espera serve-nos para perceber a amplitude da espera em vários outros processos e fenómenos sociais que seguem, à escala nacional de cada país, as mesmas regras de marginalização e de segregação dos que não dispõem de meios ou não entraram nas temporalidades referenciais : os jovens à procura de emprego; os trabalhadores temporários; as crianças com insucesso escolar; as pessoas com deficiência; (paradoxalmente) os que aparentemente não precisam de ajuda do sistema (ver debate sobre classe média hoje).

As organizações, a ciência e a técnica

Os estudos sociais do tempo têm publicado um amplo leque de resultados de investigação que cobrem diversos meios organizacionais e escalas de temporalidade. A espera é sempre referenciada em pesquisas que assinalam uma ou várias das dimensões que temos vindo a assinalar. Destacamos as investigações que mostram empiricamente a interacção entre variáveis individuais, sociais e institucionais na geração da espera, assim como a função e o papel desta nos universos sociais, organizacionais e políticos. Ente a vasta obra de Zerubavel realce-se os estudos sobre o tempo nos hospitais, dos quais resultam teorizações sobre o modo como o tempo e a vida dos doentes, dependendo dos regimes de temporalidade que caracterizam cada tratamento e que são unicamente determinados pelos administradores, em lógicas semelhantes às temporalidades da organização científica do trabalho, fica suspensa a partir do momento em que entram no espaço-tempo do hospital. Zerubavel, como vários outros autores que seguem a mesma linha de pesquisa (Carapinheiro, 1993), destaca, sobretudo, a ausência de poder do doente para impor qualquer um dos seus tempos, obrigando-se à espera imposta pela temporalidade hospitalar. Mencionem-se, ainda, os estudos sobre o tempo em instituições totais, como prisões, onde as temporalidades diária e biográfica do indivíduo ficam também suspensas (Cunha, 1997) e a espera surge experienciada como um tempo “demorado” que “custa a passar”, um tempo que é necessário “fazer passar”. Mas, diferentemente do que

acontece no hospital, em que o indivíduo convive com a espera inerente à sua condição de saúde e depende da evolução, ao minuto, do seu estado; na prisão, o indivíduo é confrontado com quantidades de tempo muito objectivas (meses, anos, décadas), que se apresentam, desde o início, com prazos dificilmente alteráveis. De todo o modo, a expressão “fazer tempo” sinaliza diferentes modos de os indivíduos de adaptarem à condição da espera que vivem. Esta espera do recluso coincide com várias outras esperas, nomeadamente de familiares e de amigos para quem ele é significativo. Quer dizer, a espera do recluso transforma-se em suspensão e intervalo biográfico para vários outros atores que aguardam a passagem do tempo e vinculam a sua experiência à do recluso. Quadro semelhante se passa em relação ao doente, sobretudo ao doente internado (Roth, 1963) e, ainda, ao doente em estado de diagnóstico de doença fatal, em cuidado paliativo.

Vários autores trabalham sobre a dimensão organizacional do tempo e a forma como esta se relaciona com estruturas hierárquicas e comunicacionais. Não é linear a ideia de que as organizações, nas suas diversas modalidades de administração, procurem sempre reduzir os compassos de espera entre processos, a fim de limitar os custos supostamente inerentes a essas durações. Tudo depende do tipo de espera, da função da espera na organização e de que forma ela atua sobre o aumento de lucro. Uma organização compõe-se de uma teia de temporalidades que, na sua complexidade, sobrepõem diferentes lógicas de gestão e de percepção do tempo. Em alguns dos subsistemas ou micro processos organizacionais e também em algumas organizações, a espera é uma condição económica: para não ir mais longe, todo o ramo da hotelaria, restauração e turismo se destaca pela necessidade de gerar espaços de espera, propícios ao aumento de tempo de estadia, compatível com expectativa de maior consumo. Trata-se, no entanto, de uma espera deliberadamente planeada e medida, passível de ser apresentada e percebida pelos consumidores, não como tempo que custa a passar, mas como tempo que dá prazer e portanto, passa depressa. Paradoxalmente, a organização cria espaços-tempo de espera objectivamente pensados no sentido de aumentar o tempo de estadia, permanência, visualização e, nesse tempo, poder oferecer mais produtos de venda ao consumidor, criando neste ainda mais necessidades.

Os campos do consumo são inegavelmente importantes para observar a relevância política e económica da espera e a forma como a gestão do espaço e do tempo nas organizações é um assunto crucial, que deveremos sujeitar a crítica. Com efeito, na linha do que argumentámos a respeito do intrincado temporal de que se revestem as organizações, verifiquemos que as organizações procuram, afinal, reduzir os compassos de espera em todos os processos de produção e trabalho. Para isso exigem capacidades e *performances* compatíveis com o *just in time* (uma componente essencial na gestão empresarial e organizacional passa pela gestão de estoques). Mas, em simultâneo, provocam esperas (como se disse, na maioria das vezes preenchidas) directamente pagas pelo próprio consumidor que, também em grande parte dos casos, parece convencido do contrário.

Basta observar o que se passa com a introdução das máquinas de pagamento individual e automático numa série de processos de venda, em que é o consumidor que executa a função de pagamento, na íntegra (com todas as suas tarefas), cabendo-lhe também o ónus da espera, na maior parte das vezes entendendo-a como “normal” ou natural”, quando não é. A espera torna-se, assim, um tempo altamente produtivo e

designadamente, se aparecer “dita” ao indivíduo como normal, ou natural. Além de tudo, e em situações em que a espera é partilhada e dividida por um grande número de indivíduos, mais naturalizada se torna e também mais produtiva se apresenta. Apenas a título de exemplo e para além da organização do comércio, particularmente nas grandes superfícies, auto-estradas e muitos outros serviços privados, incluindo hospitais e clínicas em que a espera passou a ser também uma marca da gestão; destaquem-se os serviços do Estado e o modo como este atua sobre inúmeros processos, justamente aumentando o tempo de espera por parte dos cidadãos, em várias esperas (devolução, esclarecimentos...). Realce-se que, contrariamente às empresas privadas que procuram “dourar” a espera, o Estado e todos os seus serviços servem-se do seu poder como mecanismo de legitimação, usando inclusive a espera como categoria internacional explícita (o cidadão deve naturalmente saber que tem de esperar). As organizações das quais depende o cidadão (deste ou daquele modo) estão carregadas de espaços-tempo de esperas, marcadas hábil e explicitamente como “salas de espera”, salas onde a única coisa que se solicita é a espera. Normalmente à espera estão associadas as “filas” (Shwartz, 1979), assim como outros mecanismos cada vez mais sofisticados de criação de espera e de uso deliberado do tempo do cidadão ou do consumidor que, assim, entrega parte do seu tempo a uma entidade externa e à sua gestão. O mesmo quadro se passa em várias modalidades de gestão de recursos humanos e do trabalho nas organizações em que, em vez do tempo parado e de “espera” de encomenda, não é pago no equivalente monetário, mas através de mais tempo “livre”, a dedicar a outras atividades.

Ainda neste domínio, falaríamos da importância da espera e das formas encontradas para a gerir da parte de entidades e instituições, como as judiciais que, de diversas formas e através de vários mecanismos, definem, estipulam e legislam sobre uma vasta tipologia de esperas que se tornam objecto fundamental de negociação nas relações judiciais. A espera surge, assim, ligada a uma quantidade de tempo, a uma orientação no tempo, mas também a um espaço físico, a um território e pode traduzir-se no compasso de tempo que medeia a deslocação entre dois lugares físicos cuja distancia também se mede em termos sociais e simbólicos. Isto é, em vários destes processos deliberadamente provocados ou não, e com mais ou menor interesse para o agente que a enceta, a espera pode traduzir-se em “distância” física e social. Os processos de estratificação social são bem explícitos no que concerne ao jogo de esperas entre estratos sociais e a importância dessas esperas físicas (lugares de centro e de periferia) na definição do relacionamento social e determinação dos patamares de legitimação de comportamentos sociais.

A espera, nas diversas dimensões apresentadas acima, é parte integrante do sistema judicial, dos actos e das linguagens do direito, tornando-se extremamente importantes na definição dos processos e na definição das posturas que uma certa sociedade e país querem de si próprios em relação ao direito que instituem. Apenas a título de exemplo, a adopção de crianças, a liberdade condicional, a prisão preventiva, os prazos de anulação e ou revogação, as prescrições, são situações em que mais visivelmente se observa a manipulação do tempo exercida pelo Estado e expressa pelos seus poderes.

No fundo, a espera mostra-nos de forma mais clara como o tempo é um objecto crucial na política de uma sociedade, tornando-se um eixo de realização de valores e de

ideologias. Faz, por isso, todo o sentido assumir que o tempo é um objecto central na definição dos modelos de representação política e de exercício de política nas democracias, desde logo porque se torna objecto de integração e de discriminação social, de múltiplas formas e sentidos. Relacionando este ponto com o que dizemos sobre a interferência da tecnociência nos temporais e nas temporalidades sociais e políticas, verificamos que a definição da espera e o uso que os diversos atores dela fazem entrelaçam-se com questões de foro ético extremamente importantes a considerar na definição dos modos de governança e de regulação. Observemos que as sociedades convivem de perto com medos e inseguranças várias em relação aos seus futuros. Este é um traço característico de todas as sociedades, desde de que estas sejam capazes de produzir e cultivar imaginários e formas de projecção no tempo futuro.

As sociedades modernas são classificadas como sociedades de risco, marcadas por uma incerteza estrutural em relação a fenómenos naturais (como a destruição do planeta), em relação a fenómenos sociais (a fragilidade e desaparecimento de estruturas de protecção social) e a fenómenos psicossociológicos (incertezas individuais, relação com a doença e a morte). Portanto, sociedades vulneráveis a promessas e a profecias. Neste caso, não tanto da religião e da crença, mas da tecnociência. Há, por consequência, esperas virtuais, hipotéticas, mas com influência sobre os atos sociais e económicos do presente. A título meramente ilustrativo, as poupanças-reforma, grande parte dos seguros, a preservação criostaminal, entre muitos outros, são exemplo de fenómenos sociais em que os atores económicos ao mesmo tempo que asseguram uma certa estabilidade ontológica e segurança no presente, pagam-se do futuro perfeitamente incerto (esperas, em certo sentido) no presente.

A caracterização das sociedades de risco, vulneráveis ao pânico e à incerteza, permite introduzir uma dimensão da espera que nos leva ao término desta exposição: a ideia de que as sociedades de hoje não são sociedade à espera (o que comportaria uma grande importância da esperança), mas sociedades que esperam. Neste sentido, a espera servirá para expressar uma espécie de “fim da história”, reflectida sobre as consciências individuais e emergente como representação colectiva: a ruptura sobre a temporalidade linear, mediada pela ideia de futuro aberto; a tomada de consciência sobre a falibilidade da política e a sua des-sacralização.

Conclusão

Este texto procurou mostrar as várias dimensões da espera, como componentes do tempo social. A primeira e grande ideia a reter é a de que a espera evidencia como o tempo é um recurso e uma fonte de poder. Compreendemos também que a espera é uma condição à própria existência dos processos sociais e biológicos, dado que estes comportam um certo grau de entropia que a espera ajuda a dissipar. Neste sentido, a espera é um recuso de gestão e de administração.

Assinalamos, assim, que a espera pode ser definida como um espaço-tempo específico, uma duração e um intervalo obrigatório, procurado ou aleatório. De qualquer forma, a espera expressa normas e convenções sociais que presidem à definição das reciprocidades e das sociabilidades, além de demonstrar formas de encarar os horizontes

temporais (futuro e passado). Nesta perspectiva, a espera tanto pode sinalizar uma perda como um ganho para as mesmas partes envolvidas numa relação. É pertinente destacar o facto de a espera ser socialmente reproduzível e culturalmente constrangedora. Ao mesmo tempo, a espera é um ato de linguagem e objeto das várias ordens discursivas. Por isso, pode ser perspectivada como um instrumento importante de ação política, tanto na dimensão objectiva (dos planos), como na dimensão da esperança e da fé.

Referências

- Adam, Barbara (2003). Reflexive modernization temporalized. *Theory Culture Society* 20, 2, 59-78.
- Adam, Barbara (2004). *Time*. Cambridge: Polity Press.
- Araújo, Emília (2005). Understanding PhD as a phase in time. *Time & Society*, 14,2-3, 191-211.
- Beck, Ulrich (1992 [1986]). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage.
- Becker, Gary S. (1965). A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, 75, 299, 493-517.
- Bourdieu, Pierre (1963). Time Perspectives of the Kabyle. In John Hassard (ed.), *The Sociology Study of Time* (219-237). The Macmillan Press.
- Bourdieu, Pierre (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1981). Preface. In Marie Jahonda, Paul Lazarsfeld & Hans Seizel. *Les chomeurs du Marienthal*. Paris: Minuit. Recuperado de <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/prefaces/marienth.html>
- Carapinheiro, Graça (1993). *Saberes e poderes no hospital : uma sociologia dos serviços hospitalares* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Carvounas, David & Ireland, Craig (2008). Precariousness, the Secured Present and the Sustainability of the Future Learning from Koselleck and extrapolating from Elias. *Time & Society*, 17, 2, 155-178.
- Castells, Manuel (1998). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell.
- Cavalli, Antonio (1992). La conception du temps chez Simmel. In O. Rammstedt (ed.). *G. Simmel et les sciences humaines / Actes du colloque*. Paris: Méridiens.
- Cunha, Manuela Ivone (1997). Le temps suspendu. Rythmes et durées dans une prison portugaise. *Terrain*, 29, 59-68.
- Dunmire, Patricia (2005). Preempting the future: rhetoric and ideology of the future in political discourse. *Discourse and society*, 16,4, 481-515.
- Durkheim, Emile [1994 (1912)]. *Les Formes Élémentaires de La Vie Religieuse*. Paris : Quadrige.
- Elias, Norbert (1997). *Du temps*. Lisboa: Difel.
- Ferreira, Leonardo (2009). Paul Virilio e a trans-aparência. *Índice* 1,1. Recuperado de <http://www.revistaindice.com.br>.

- Fraisse, Paul (1957) *Psychologie du temps*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gasparini, G. (1995). On waiting. *Time and Society* 4, 1, 29-45.
- Gell, Alfred (2000). Time and Anthropology. In Patrick Baert (ed.). *Time in Contemporary Intellectual thought* (pp. 251-268). Amesterdão: Elsevier.
- Giddens, Anthony (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Grossin, William (1996). *Pour une science des temps*. Paris: Octarès.
- Hope, Wayne (2009). Conflicting Temporalities State, nation, economy and democracy under global capitalism. *Time & Society*, 18, 1, 62–85.
- Karniol, Rachel and Ross, Michael (1996). The Motivational Impact of Temporal Focus: Thinking About the Future and the Past. *Annual Review of Psychology*, 47, 593-620.
- Lash, Scott; Quick, Andrew & Roberts, Richard (1998) (eds.). *Time and value*. Oxford: Blackwell.
- Lazarus, Richard S. (1968). Emotions and Adaptation. In W. J. Arnold (ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (175-265). Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press.
- Leccardi, Carmen (2010). Accélération du temps, crise du futur, crise de la politique. Texto policopiado apresentado em *Temps de crises et crise des temps*, Journée d'étude. 17 de setembro, Paris.
- Levine, Robert (1997). *A geography of time: the temporal misadventures of a social psychologist, or how every culture keeps time just a little bit differently*. New York: Basic Books.
- Luhman, Niklas (1990). *Essays on self-reference*. New York: Columbia University Press.
- Martins, Hermínio (1998). Technology, Modernity, Politics. In Jim Good & Irving Velody (eds). *The politics of Postmodernity* (pp.152-18). Cambridge :Cambridge University Press.
- Mauss, Marcel (2003 [1950]). *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- O'Rand, A. & Ellis, Robert A. (1974). Social class and social time perspective. *Social Forces* 53,1, 53-62.
- Pais, José Machado (2011). *Lufa-Lufa quotidiana: ensaios sobre a cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: ICS.
- Parkins, Wendy (2004). Out of Time: Fast Subjects and Slow Living. *Time & Society*, 13, 2-3, 363-382.
- Piaget, Jean (1959). *A linguagem e o pensamento da criança*. Trad. Manuel Campos. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Ramos Torre, R. (2007). Time's social metaphors: An empirical research. *Time & Society* 16, 2-3, 157-187.

- Rampazi, M. et Leccardi, Carmen (1993). Past and Future in Young Women's experience of time. *Time and Society* 2/3: 353-379.
- Rosa, Harmut & Scheurman, William E. (2009) (eds). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.
- Roth, J. (1963). *Timetables: Structuring the passage of time in Hospital treatment and other careers*. USA: Library of Congress.
- Schouten, Johanna; Augusto, Amélia; Araújo, Emília & Simões, Maria João (2012). *Relatório Final do projecto Tempo e Tecnologia: um olhar sobre o género para o contexto português*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Shwartz, B. (1979). Waiting, Exchange and Power: The Distribution of Time in Social Systems. *American Journal of Sociology*, 79,841-70.
- Simmel, Georg [1946 (1935)]. *Cultura femenina. Filosofía de la coquetería*. Buenos Aires: Espasa Calpe.
- Urry, John (2002). Sociologia do Tempo e do Espaço. In Bryan S. Turner (org). *Teoria Social* (377-403). Lisboa: Difel.
- Ugaretti, Giuseppe (1963). *Sentimento Del Tempo*. Arnoldo Mondadori Editore
- Virilio, Paul (1997). *El Cibermundo, la Política de lo Peor: entrevista con Philippe Petit*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Lévi-Straus, Claude (1964) *Le cru et le cuit*. Paris: Plon.
- Zerubavel, Eviatar (1979). *Patterns of time in hospital life: a sociological perspective*. Chicago: University of Chicago Press.
- Zimbardo, Phillip & Boyd, John (2009). *The Time Paradox: The New Psychology of Time That Will Change Your Life*. Simon and Schuster.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Time as a determinant of the organizational change, a structurationist approach for a case study

PAUL PEIGNÉ

University of Nantes (France)

paul_peigne@yahoo.fr

Abstract

In all the theories pertaining to organizations, the concept of time, also termed temporality, is often approached as a simple implicit framework of action. The notion of movement or change can only therefore be appreciated by its variation and rarely as an intrinsic dimension able to influence and provide greater insight into the complexities surrounding the causalities observed. Bearing this in mind, we have primed the theory of structuration, which considers time in addition to space, as a dimension of the structural dynamics. According to Giddens, each structure comprises a homeostatic principle, which tends to maintain its own living conditions over a given period despite the external pressures to which it can be submitted. Our interest here lies in the notion of disturbance resulting from this notion of homeostasis. What happens when a structural feature evolves? Can one see a disturbance? Can time be considered as a structural feature? In order to attempt to address these questions we will present a case study in which four operational offices of a large firm have the particularity of being faced with a spate of large scale organizational changes and a serious rise in psychosocial disorders. Without jeopardizing the possible causality link connecting both phenomena, we hypothesize that temporal dissonance could be considered as a source of explanation for this disturbance.

Keywords

Time; organizational studies; theory of structuration; organizational change; psychosocial risks; well-being

Introduction

The present work describes research performed within an organization experiencing a radical transformation. As these developments affect its very *raison d'être* thus prompting organizational changes and rationalization procedures, various characteristics that can be relevant to our research are displayed, namely because of the recent yet significantly heightened exposure to psychosocial disorders.

Among the different diagnoses advocated in the different organizational theories to decipher, understand and clarify, we have chosen an original conceptual framework that we believe supports our case, namely that of temporalities.

However, in the theories surrounding organizations, the concept of time, also termed temporality, is often approached as a simple implicit framework of action. The notion of motion or change can only therefore be appreciated by its variation and rarely as an intrinsic dimension able to influence and provide greater insight into the complexity of the causalities observed.

With this in mind, in order to underline the paramount role of temporality in the empirical reality under study, we chose the theory of structuration as a diagnosis, since this theoretical approach has the particularity of contemplating time, as well as space, as a dimension of the structural dynamics.

From this perspective, we will show that temporality can be all the more considered as a structural dimension of the organization, because when it evolves it is capable of causing significant disturbances both for individuals and for the organization.

For this purpose, after having recalled tenets of structuration theory that are relevant to our study, we will describe a case study in which four operational offices of a large company present the particularity of being faced with a wave of large scale organizational changes and a serious rise in psychosocial disorders. Following this, we will present our main findings and appraise them by using the theoretical principles introduced and will endeavour to improve our understanding of the significance of the temporal dimension in the disturbance under study.

Time and the theory of organizations

Time is a concept that has been developed by human beings in order to understand change in the world. This reference that stretches from the past to the future enables mankind to act, recall, imagine and to develop outlook. According to Aristotle, time is the number of change with respect to the before and after.

From this perspective, the notion of time is a consequence of the notion of motion as time seemingly becomes meaningless when there is no longer any idea of motion and time assumes the variation to justify its unfolding : “In one or the same time or finally in a time , all things become.” (Alain 1991)

If Man observes that everything around him is tainted by the passage of time he nevertheless recognizes that everything continues in its essence despite the changes observed. This paradox thus assumes that time comprises both change and permanence. Such ambivalence only becomes fully meaningful when one places it in its reference correlate which Descartes had compared to space.

Consequently, it is possible to reference the passage of time by the notion of simultaneity (or synchrony) which makes it possible to explain the idea that at the same moment events of a possibly infinite number can take place together. In addition, the notion of succession (or diachrony) which expresses the idea that innumerable simultaneous events seemingly follow each other on the arrow of time.

Both these considerations engender the idea that time cannot be measured only from the perspective of one's own universal experience : the before, the during and the after : distinct phases of which the classification and not the appreciation of the duration depends on one's memory, itself influenced by a possible repetition of the facts and a source of learning (cycles).

Out of all these philosophical considerations and their impenetrable development, very few are actually considered in this rich and polysemous field of organizational theories today.

Nowadays, despite the aims of the academic inputs into the theories of the organizations being "to mention the processes which structure in time the organized life, to provide a synchronic vision of the organizational activities" (Rouleau 2007), we are compelled to note that, whatever the chosen sociological paradigm, the time of the organizational change is, in the large majority of cases, the time of the Galileo-Newtonian reference frame. Transmitted by successive legacies from the natural sciences to the social sciences, this reference time is namely an implicit framework allowing only the appreciation and possible measurement of the observed changes.

After several decades of research, most organizational theories consider time and space as simple dimensions of the environment of the action, implicit frameworks only enabling the appreciation and possible quantification of the changes observed.

Among the classical theories, only March and Simon's decision theory recognizes time as a qualitative determinant of the decisional rationality of their "administrative man". In the same way, the work of systems analysis, in keeping with its thermodynamic origins, considers the temporal dimension of causality in terms of feedback- a cornerstone of cybernetics.

With modern then post-modern theory, time becomes gradually emancipated in the domain of social construction with the organizations resulting from processes socially located and historically built. The theory of structuration underlines the need for approaching social reality by means of its dynamic principles and by taking account of the way in which it is constituted at a given time and in a specific place (Giddens 1984). From this point of view, time becomes a determining element in organizational life. Thus, the search for the power, temporalities and the structural mediations structural make up the singularity of the organizational processes (Bouchikhi 1990).

As for the critical theories, whereas these suggest that the analysis of the organizations must be put into perspective to analyze their socio-historical conditions; post-modernism proposes an in-depth reflection on production, even a certain knowledge relating to organizational theories. According to Foucault, power lies less in the institutions than in the disciplinary mechanisms which are invariably found throughout them. This "genealogical" and "archaeological" work underlines the use of time as an actor in the pursued goal. Accordingly, time becomes an instrument of power, a variable in the collective action (Foucault 1975).

According to this theory, Sewell & Wilkinson find a logic of panoptic surveillance in the JIT principle. From their perspective, time becomes an instrument of power and a variable of collective action (Sewell & Wilkinson 1992).

Thus, using the example of the evolution noted in other disciplines, the concept of time in organizational theory gradually evolves and progressively casts off the implicit shackles which had hitherto confined the traditional Galiléo-Newtonian reference frame.

With a view to making our contribution to such change, we propose assuming that time is perceived as a particular determinant of organizational life and particularly with regard to its movement. Thus, we retain the theory of structuration (Giddens 1984, Orlikowski & Yates 2002) as a theoretical framework to highlight the central role of temporal dimension in the findings of our case study.

All the same choosing this theoretical field to ascertain the significance of the temporal variable does not mean choosing the specific processing of this variable as a great deal of criticism has been leveled at it due to the scant consideration of its intersubjective dimension (Bergmann 1992, Nowotny 1992).

The theory of structuration

In order to avail ourselves of the theoretical elements required to highlight the role of temporalities as explanatory variables of the organizational events in our case study, let us recall the main elements comprising the theory of structuration related with the subject relevant to our demonstration, i.e., the temporalities.

Within this theoretical framework, time and space play a very particular role i.e., neither an implicit framework for the action as in many social theories, nor even a variable in the action organized in some of the current social science research.

This meta-theory hinges on three principal concepts which are structure, duality of structure and system.

- Structure is considered in accordance with the following proposition: "In structuration theory, structure has always to be conceived of as a property of social systems, 'carried' in reproduced practices embedded in time and space" (Giddens 1984). Structure refers to "structuring properties allowing the 'binding' of time-space in social systems, the properties which make it possible for discernibly similar social practices to exist across varying spans of time and space and which lend them 'systemic' form" (Giddens 1984). Structure therefore underpins a syntagmatic analysis of social relations viz the development in space-time, of adjusted models of social relations which implicate the reproduction of practices. From this structural perspective, Giddens considers three different notions :
 - Structures considered as isolatable sets of rules and resources,
 - The structural principles such as the most deep rooted structural features and "those which are implicated in the reproduction of societal totalities and which become stabilized in time and space",
 - the institutions such as protocols which have the widest spatial and temporal extension in these societal totalities.
- The duality of structure points to the fact that the structural features of social systems are both the medium and the result of the recursively organized practices.

For Giddens, this does not imply dualism but is more a duality and such duality of structure is pivotal in the idea of structuration.

- As for system, it refers to the paradigmatic dimension of social analysis, i.e., a virtual order of means of structuration recursively implicated in the reproduction of practices

To approach these various concepts, Giddens proposes a complex quotation but which boasts the advantage of mobilizing all of them: “Structure, as recursively organized sets of rules and resources, is out of time and space, save in its instantiations and coordination as memory traces, and is marked by an “absence of the subject”. The social systems in which structure is recursively implicated, on the contrary, comprise the situated activities of human agents, reproduced across time and space. Analyzing the structuration of social systems means studying the modes in which such systems, grounded in the knowledgeable activities and situated actors who draw upon rules and resources in the diversity of action contexts, are produced and reproduced in interaction. Crucial to the idea of structuration is the theorem of the duality of structure, which is logically implied in the arguments portrayed above” (Giddens 1984).

This synthetic presentation of the principal concepts of the structuration enables us to identify the temporal dimension of this theory. To continue with the use of the structurationist terms time, like space, is considered to be “constraining and entitling” (Gregory 1989). With this turn of phrase, Giddens means that “it is not interested in static entities, such as could be the being the individual actor or the company, but well with a dynamic process. The social phenomenon is apprehended as a movement in which the individual actions all at the same time structure the social systems and are structured by them.” (Stones 2005).

Naturally, to allow the continual evolution of these contexts of interaction whilst avoiding the recourse to functionalist determinism, Giddens hypothesizes that “repetitive activities, located in one context of time and space, have regularized consequences, unintended by those who engage in those activities, in more or less ‘distant’ time-space contexts. What happens in this second series of contexts then, directly or indirectly, influences the further conditions of action in the original context.” (Giddens 1984).

From this assumption, the concept of homeostatic loops can be conceived as “Homeostatic system reproduction in human society can be regarded as involving the operation of causal loops, in which a range of unintended consequences of action feedback to reconstitute the initiating circumstances.” (Giddens 1984).

This principle of the homeostatic loop is so convincing in the theory of structuration that it is considered as immanent with the structure and transcending its possible evolutions: “the moment of the production of action is also one of reproduction in the contexts of the day-to-day enactment of social life. This is so even during the most violent upheavals or most radical forms of social change.” (Giddens 1984).

In this theory, any evolution or even radical change always implies a series of intentional and non-intentional actions of which the retroacting effects, finally reconstitute the initial circumstances of the structural principle (Thompson 1989).

What interests us here is not precisely the demonstration or the refutation of this axiom of structural homeostasis, but more particularly the study of the effects and possible feedbacks constitutive of this homeostatic principle.

An explanation is required. If there can be homeostasis (or homeostatic loops), meaning a capacity which a system can have to preserve its living conditions over a given duration despite that external pressures that it can undergo, there is necessarily a specific phenomenon of disturbance so that homeostasis can be considered.

The focus of our present work thus concerns these episodes of disturbance, their effects and their possible effects on organizational properties. More precisely, our interest is in the role of temporal dimension with the appearance of a phenomenon of disturbance and in its effects.

For this purpose, we now describe a case study in which this dimension represents a structuring condition of the relevant social system and will we observe what follows when a change occurs under the conditions allocating this resource.

Ontology, epistemology and methodology

To get a better grasp of the situation, we turn to critical realism, a post positivist current which deals with the classical positivist approach to consider the partial accessibility of an existent reality, meaning that if reality refers to social constraints, an objective analysis could clearly link certain underlying regularities to these constructs (Mingers 2004). We follow the manner of Miles and Huberman who refer to transcendental realism, “we believe that the social phenomena exist not only in the mind but also in the real world and that legitimate and reasonably stable relationships can be discovered” (Miles & Huberman 2003).

Given the strong exploratory nature of our research with the goal of understanding a phenomenon from an existing conceptual framework, our approach is fully consistent with an abductive approach and fully accepts the intention to “gather from observation the conjectures that should be readily tested and discussed” (Charreire & Durieux 1999).

Concerning the goal of our research, it is our wish to understand as precisely as possible a phenomenon in its context. Coupled with the exploratory nature of this approach, a qualitative approach seems particularly suited while presenting the advantages of being able to handle the formulation of possible theoretical contributions (Miles & Huberman 2003).

Our methodological approach is based on case study, which is justified by the fact that we are interested in an empirical phenomenon upon which we have no control in order to respond to a question of the sort how. Given the complexity of the phenomenon, the capacity of qualitative approaches in case studies with the aim of allowing the researcher to find all the subtlety of the studied reality has been confirmed (Rispoli 2002). This methodological choice is compatible with the conceptual elements of structuration theory, even as far as the needs of its development, as has been pointed out (Stones 2005).

Case Study

Context

Our empirical research focuses on the organizational changes in a territorial unit of a postal service, which was not long ago a part of the state administration, and which will soon be the domain of free enterprise on a European scale.

The globalization of the economy has heightened international competitiveness, the pressure exerted upon companies and on their exchanges. In this particularly complex and dynamic environment, the postal services were initially concerned (Crew et al. 2004).

Anticipated in the late eighties, the report paved the way for the European directives at the beginning of the following decade creating an incentive for the national postal services in member countries to commit themselves to in-depth changes.

In France, since 1991, the national operator has continually reformed its structures for this purpose. Evolving from civil service status to a that of a public company (Le Roux 2002), from a national monopoly market to a European oligopoly market (Crew et al. 1997) and from a public service oriented organization to a customer oriented organization, several rationalization policies have been implemented over the last twenty years leading to the full opening of markets on 1st January 2011.

Among these measures is one that influences all the others, this being financial autonomy. Previously placed under the supervision of the state and therefore listed in the supplementary budget of the Ministry of Post and Telecommunications, the public company is now forced to balance its accounts and enjoined, to the extent possible, to improve its performance (Salaün 2008).

This new goal is gradually being adapted to company culture and all hierarchical echelons are now evaluated and rewarded according to their ability of fulfilling the economic objectives to which they are assigned (Berthon 2006). However, despite the good will of participants, improving results implies an increase in business, either through improving productivity or optimizing costs, the most important often being that of the personnel.

Within the context of gradually opening its markets to competition and its notorious stagnation of volumes of mail to process, forecasts for the revenue of the postal operator are foreseeably low. The real issue is more about maintaining what already exists. If in the past, all effort of differentiation was dispensed due to the monopoly enjoyed in the territory of reference, today is very different. The company now needs to be competitive both in price (cost control, economies of scale) and service (meeting commitments on delivery times, quality of service, etc.) in order to retain large sectors of business (banking, insurance, mail order, ...) which were once dependent on it (Zarifian 2005).

Regarding productivity, which is the weakness of the postal operator compared to the expected capacity of its competitors (Larcher et al. 2002), many investment programs have been put into place in the past ten years in order to modernize the industrial equipment and develop the automation of its "sorting lines" (Berthelot 2006). With the aim of 90% automation compared to the current 70%, investments made (acquisition of sophisticated

sorting machines) make it now possible to deliver the day's mail, not in bags like in the past, but in boxes sorted by rounds, by street and even by street number.

In pursuing its optimization, one of the key issues concerns the last few meters of the supply chain (or sorting line), which cannot be automated for the distribution of mail which must be particularly reliable, economical and flexible. The optimal match between the labor force, the volumes to be handled and the space needed is a major objective.

To this end, each distribution area (region, county, city, and district) is continuously measured and studied. Statistics make it possible to prepare for different distribution (ordinary mail, a registered letter, package) over a given period (year, semester, month, week). Combinatorial analysis of variables specific to the different areas considered (demographics, population density, terrain, dividing populated areas, etc...) makes it possible to determine an optimal cartography of a specific number of delivery rounds. With the same theoretical time requirement, each defined round helps to optimize the available labor force according to the territory to be served and the volume of mail to be distributed.

The steps for sorting are now reduced to a bare minimum (sorting mail that cannot be treated mechanically or that contain an anomaly), within a comparable time requirement and the number of kilometers traveled, the volume of mail transported and the amount of mail distributed are higher.

These streamlining efforts concern the entire mail division of the company considered, and in particular one of its territorial headquarters, which was the empirical framework of our research.

Going on site

Our access to these headquarters was made possible within the framework of a study led by the University of Nantes on the determinants of health at work (Detchessahar et al. 2006).

Made aware of this subject by one of the organization's occupational health physicians, the territorial entity volunteered to participate in this study in order to understand the reasons for the recent deterioration of its key health indicators (recorded incapacities, sick leaves, unannounced absences).

In order to identify as precisely as possible the expectations of this research partner with regard to the issues identified, a series of interviews were conducted with key functional managers, occupational health physicians and social workers. All were particularly sensitive to the psychosocial evolution of the different populations of the territorial entity.

At the conclusion of these interviews, feedback was exchanged which helped to define precisely the scope and terms of our operation at the four distribution centers for mail retained due to their intrinsic properties (size, location and population).

Data collection

Once these four distribution centers were identified, it was possible to program our work in order to successively study each. The entirety of the fieldwork took place over nearly 18 months.

For the purpose of the triangulation of data sources needed for the internal validity and reliability of our analysis (Miles & Huberman 2003), the methodology that we used in each center consisted of four phases:

- A qualitative phase consisted of interviews with volunteer candidates. In order to encourage participation, we were present during the hours that all staff were available. Each interview was conducted using a guide including five subjects with the aim to understand the nature and consequences of the changes. During the qualitative phase, we conducted 99 interviews averaging 1 hour and 20 minutes in length, 88 of which were digitally recorded with the authorization of the interviewee. All interviews were transcribed and analysed using thematic analysis software. Our sample consists of individuals whose distribution in rank, status, seniority, age and sex is representative of the parent population (340 people).
- A phase of observations in the life of the organization: a phase of work termed “internal” (sorting of the mail), a phase of work termed “external” (delivery in the letter-boxes), a phase of collective work (meetings, work groups) and a phase of breaks and abstract exchanges.
- A phase of collection and analysis of the documentation, which relates to the logistic data (volumes, rate of processing, rate of anomaly, properties of the delivery systems), the social data (population, status, seniority, turn-over, rate of unionization) and the medical data (unexpected absences, sick leave, medical unfitness).

The results

The results of our literature review show that each center studied experienced a significant increase in unannounced absences, sick leaves and temporary incapacities during the two years prior to our study.

These data suggest this trend is by no means correlated with the number or severity of work related accidents or reported occupational diseases, which were on the decrease for the same period.

Concerning ergonomics and physical working conditions, our literature review reveals that many measures have been made by the company in recent years to improve the operational conditions of work particularly in terms of quality, safety, proper equipment and training of agents and their supervisors. All staff we met unanimously welcomed these measures.

Our literature review also reveals that the flow processed during the same period was characterized by a relative stability both in terms of both volume and cyclicity (seasonality).

Our *in situ* observation periods revealed the particular intensity that exists in distribution centers during a working day, especially in the 6:30 – 9:00 am shift which corresponds to the collective sorting and individual sorting phases.

This period of coexistence, the only of the day, is characterized by a particular tension because of the desire of each to avoid as far as possible any unnecessary interaction with the obvious aim of completing so-called "internal" work as fast as possible to begin the phase of work called "external," or the actual mail delivery as such.

This period is also characterized for the supervisors by a particularly excessive level of solicitation. In addition to their role of coordination and support, they must handle the irregularities that have become reoccurring (if not daily) of unannounced absences and sick leaves that disrupt the workflow and the correct assignment of each round. For this population, this phase appeared to be particularly difficult as the conditions for the balance between instructions, constraints and available resources (staff, time) seem precarious and under question daily.

Qualitatively, the organizational changes within the company are worrying to the agents and managers. If the majority of them readily acknowledge the need to adapt their practices to new economic demands, they are nevertheless concerned about the future of the distribution job in light of developments seen in recent years (rationalization, continuous change, intensity).

However, no personnel we met really discussed the difficulty of their task, the level of involvement required or the mental or physical aspects required. They were more concerned about the time requirements for performing the diverse day-to-day activities they were responsible for and their position within the restructuring plans, the conditions of synchronization between continuity and change.

In detail, the operational staff appreciates the evolution of the distribution of their activities which allow them to abandon a portion of the sorting phase in favor of the distribution phase.

However, their patterns of service (cordial exchanges with the recipients, adjusting the order of the delivery round as needed, the possibility of rendering small services to others, etc ...) are now thwarted by a level of time requirements that have become mandatory. Most workers perceive these production constraints as a hindrance to the relational dimension of their activity, which has been reduced down to a strict labor dimension.

All the operational staff resent this erosion of their margins of autonomy, as one expressed,

"Before, we had confidence, we knew what we had to do. Sure, some days we had to work hard, that's normal, but we knew it'd be easier the next day or later [...] Now all that is over, they've compressed everything, you have to work at full pace all of the time... You're not allowed to ask any questions, you distribute, volume, volume, volume... that's it."

A distribution agent, male, 42 yrs old.

In this normalized scheme, if a distribution agent wishes to pursue the relational interactions among recipients on his round, it would delay the theoretical performance of the round, and push back the time his or her service ends, and thus encroach on his or her rest period.

Therefore, to maintain their working practices, most now start early, limit interactions with colleagues, go without breaks and increase their pace to the retain the needed time for operational autonomy and the relational aspect which is so appreciated.

The consequence of these opposing goals are that the days don't seem long enough to sufficiently fulfill the various tasks of the day, the pace picks up, people become exhausted and incomprehension appears. As one manager expressed, "By running faster and faster, the carriers contribute to their own misfortune."

Faced with tired, skeptical or disappointed distribution agents, the local managers must assume on a daily basis "the hierarchical responsibility for their movement" (Zarifian 2005). As such, they are now the guarantors of the balance between the continuity of action, deployment developments and the necessary adapting of practices, three keys principles which are particularly difficult to balance in the daily flow while maintaining the mandatory pace.

Asked about these points, the vast majority of managers appreciate the new responsibilities entrusted to them, including management activities that offer them the possibility of expanding the diversity of their tasks, complement their skills and exercise more autonomy.

However, at the same time, they denounced the many paradoxical instructions and time constraints associated with them (mandatory objectives, time frames and deadlines) as one of them expressed,

"This is what we are suffering from: we are constantly in action, in project management, dealing with information that comes up to us... after dealing with the day-to-day business, time is all that matters... yet the work day takes priority, because we are constantly faced with it, we can't get out of it."

An operational manager, male, 48 yrs. old.

Managers are given responsibility, evaluated, promoted and compensated based on their ability to meet quantitative targets (stream flow, operating margin) and qualitative targets (personnel management, customer satisfaction, deployment of reorganization programs) and the tasks that now fall on the managers put them at risk of fatigue and breakdown.

Thus our results show a significant increase in unannounced absences and sick leaves without specific factual explanation. The day-to-day organization of the activities is burdened by an atmosphere of palpable tension and a constant risk of malfunction forcing those in charge of the coordination and its accomplishment to adapt on a daily basis.

When asked about these points, people explained their incomprehension not about the need to change as such, but the practicalities of the change. Their main principle is to bring into question or disavow the practices of each individual without providing any particular compensation other than the necessity to evolve. The contradictions arising

(paradoxical instructions, perceived lack of recognition, progressive dilution of collective understanding) repeated throughout the day and not properly defused through an adequate outlet, and the grip of a perpetual quest for time, ends up creating situations of tension and unease, which progressively worsen the very reasons for their appearance.

Discussion

The structural principle

The situation of our case study presents a number of issues that would be particularly interesting to develop; however, as we must clearly define our subject for the purpose of this article, we will focus here specifically on the development of one that seems pertinent to illustrate this concept of disturbance related to the evolution of the temporal dimension. This is namely the thwarted autonomy of the distribution agents.

To consider the performance of a delivery round under only an industrial angle would limit the reality of a trade where for many distribution agents the relational aspect is an important dimension and is recognized as such by their supervisors (Join-Lambert 2001).

The round is a place for socializing, friendliness and social interchange built over time through repeated daily interactions even if fleeting (a simple wave of the hand), between recipient and carrier. These gestures of civility and attention are part of a reciprocal mode of recognition of others and the identification of individuals which contribute day after day to a cordial relationship from which each distribution agent, if eager to get involved personally, is able to reap symbolic recognition and gratification (Cartier 2003).

It's the regular contact that anchors the distribution agent in the day-to-day life of the recipients on his or her round and creates a sense of mutual ownership. All the agents we interviewed spoke of "their" customers like most of us speak of "our" mail carrier.

"I like my customers, I know most of them, I say hello, we talk a little, exchange news, it's important, it's important to be aware of that"

A distribution agent, male, 34 yrs. old.

"The mail carriers are viscerally attached to their customers, most of them, they are their real superiors in the hierarchy"

A functional manager, female, 48 yrs. old.

This social anchoring is a part of the distribution business. The experienced agents who enjoy certain popularity are proud of this recognition, which represents for them the "vox populi" (voice of the people) proclaiming their knowledge of various facets of the profession. It is also a source of pride, which legitimizes and compensates for the day-to-day physical difficulty of their profession:

"Listen, my round, I've been doing it for 15 years, I know everybody and everybody knows me, I've just about seen all of them arrive, I saw their kids grow up, can you imagine if they take that away from me tomorrow, what would I do?"

A distribution agent, male, 54 yrs. old.

When analyzing our qualitative results, it seemed that many people, both operational officers and local managers, expressed incomprehension, disappointment, regret or anger about the gradual erosion of these practices.

When we specifically asked about this, it seemed that our interlocutors perceived these practices as a set of prerogatives and customs shaped over the years and inherited from their predecessors, a true collective know-how.

It is of course appropriate to adapt these to modern requirements but their abolition represented, beyond the repudiation of a real number of postal workers, an undeniable loss for both the company in terms of image, and society which loses one of the day-to-day elements of its social cohesion (Renoy 1999, Cartier 2003).

Without necessarily being conscious of it, each distribution agent is a part of day-to-day activities time by doing his or her round every day and institutional time by perpetuating at his or her humble level a service of distribution and practices that are associated with it (concept of circuit of reproduction in of structuration theory).

In doing so, he or she is a part of time and space of everyday life over many years (notion of life path) shaping over time the conditions of repetition of specific contexts of interaction with an ensemble of social actors who become acquaintances throughout the encounters (notion of co presence). In this sense, all these practices can be likened to the notion of routine developed by structuration theory (Giddens 1984), which is the framework of our analysis.

Routinization, which is seen as rooted in the practical consciousness, is a fundamental concept in structuration theory:

"The concept of routinization, as grounded in practical consciousness, is vital to the theory of structuration. Routine is integral both to the continuity of the personality of the agent, as he or she moves along the paths of daily activities, and to the institutions of society, which are such only through their continued reproduction" (Giddens 1979).

The repetitiveness of this practice and the cyclicity associated with it, express the temporality of everyday life and the contingent nature of routinization: "The 'fading away' inherent in the syntagmatic ordering of social interaction is consist with a very marked fixity of form in social reproduction" (Giddens 1984).

The interactions of a round that may seem trivial when we consider them in terms of an evanescent moment, take on a lot more importance when we consider them to be inherent to the iterative nature of social life.

Routinization plays a crucial role to linking ephemeral meetings to social reproduction, and thus the apparent sustainability of institutions.

"On my round, there is a little old lady who waits for me every morning, I'm the only person she sees all day, that's not insignificant. I know that if I want it, there's a coffee waiting for me, we talk a bit, we spend a moment together."

A distribution agent, male, 35 yrs. old.

In this spirit, Levi-Strauss foresaw the tradition as a medium of reversible time that binds the duration of daily life and long-term aspect of institutions (Lévi-Strauss 1990).

Thus, in the framework of what is called "outside" work, a set of practices and social interactions are repeated and legitimized daily, within a time set aside and a limited space. This includes the distribution agent in the perpetuation of the institutional dimension and is a source of confidence and recognition which is both enabling and structuring.

However, what happens to these practices if any of the parameters of their conditions of existence and daily repetition changes?

The disturbance

As our research focuses on the evolution of the temporal dimension as a disturbance of the homeostatic balance of a structure, let us now look in detail at the effects observed in our case study.

Where as before, each distribution agent enjoyed a relative freedom as to the performance of his or her round through use of a voluntary kairos time, today productivity standards require compliance within prescribed time limits. This, according to our respondents, leaves little space for initiative or autonomy (Huy 2001).

As we presented in the context of our case study, a time limit is now precisely defined in order to optimize the available labor force according to the territory to be served and volume of mail to be distributed. If the allocated distribution time seems to the majority of our respondents to be correctly calibrated, they all complain that all these calculations have completely omitted the relational dimension of the job as described above.

"Well, conversation, you don't really have the time, a handshake is about all, and that's it!"

A distribution agent, male, 53 yrs. old.

And yet, this dimension is recognized, which is confirmed by the results of our research, as the main source of satisfaction, recognition and motivation for most distribution agents, (Abdollahzadeh 1999, Cartier 2003).

According to structuration theory,

"the disruption and the deliberately sustained attack upon the ordinary routines of life produce a high degree of anxiety, a 'stripping away' of the socialized responses associated with the security of the management of the body and a predictable framework of social life" (Giddens 1984).

As stressed by (Garfinkel 1963) following his experiences that enabled him to reproduce the conflicting feelings of anxiety felt by individuals when their routines are disturbed or endangered, routinization seems essential to psychological mechanisms that maintain a sense of trust, an ontological security in the daily activities of social life.

Also, to avoid such a disturbance and its effects, a number of distribution agents refuse to compromise the symbolic dimension of their social role. In order not to lose the vector of their main source of recognition and be left with only the labor dimension of their activity,

they exercise reflexive control to maintain the conditions of their job (Mosakowski & Earley 2000).

Ignoring the recommendations and instructions of their superiors, most agents we met try to preserve this space for autonomy which allows them time to perform this much appreciated social role and keep these very conditions of routinization.

These forms of resistance are well known to industrial sociology where a number of studies describe workers use of a framework of interaction to maintain relative autonomy in relationships of power.

However, where some of them working in an integrated disciplinary space have some form of control to disrupt or stop a production process, these forms of control do not exist for those who are dispersed in time and space as are the distribution agents in our case study. Since they can neither divest mail to deliver nor slow down their activity without reducing their rest periods, the only way to preserve the autonomy sought is paradoxically to accelerate the performance of their tasks.

Throughout his discussions on the origins of disciplinary power, Foucault is unceasingly concerned with distribution of space and time. For him, "Discipline can proceed only through the manipulation of time and space" (Foucault 1975).

Although in our case, this phenomenon of resistance with time can also be seen as an unintended consequence of rationalization:

"Social life is in many respects not an intentional product of its constituent actors, in spite of the fact that day-to-day conduct is chronically carried on in a purposive fashion. It is in the study of the unintended consequences of action, as I have often emphasized, that some of the most distinctive tasks of the social sciences are to be found"(Giddens 1979).

Thus, according to our understanding of the reality observed, one of the unintended consequences of the rationalization effort made in the centers studied materializes through a perceived intensification of activities of each person, not as a direct result of the implementation of new time standards but as the result of indirect resistance to change by those wishing maintain their previous time prerogatives.

Contradiction and conflict

In the structurationist lexicon, a contradiction means an opposition of structural principles such that each principle depends on and denies each other at the same time.

As we mentioned earlier, the scheme is standardized and normative for productive purposes. If a distribution agent wishes to pursue the relationship interactions among recipients of his round, he must delay the theoretical performance of the latter, and postpone his or her finishing time and thus reduce his or her rest period.

From this perspective, the time allotted for a round now seems insufficient for a number of distribution agents. According to them, with the present allotted time, the service can only be unsatisfactory for all parties involved: for the postal company through the deterioration of its local service, and for the recipients reduced to anonymity by being

disconnected from their mailbox and for the distribution agent now alienated from his or her role of exclusive manual distributor.

It is interesting to note that this temporal “contradiction” and the prospects for the services associated with it share a disturbing resonance, as the cause or perhaps the effect, within the company itself in the polysemy of the term “customer”¹. For many distribution agents, the recipient being called “the customer” is an evolution of “user” to whom they performed the public service of mail delivery. Whereas, for the postal company, the customer was never the recipient, but rather the mail sender who paid for shipping².

When executives of the company now refer to the need to satisfy customer expectations, distribution agents understand that they are referring to those who place orders for a service. However, in their day-to-day reality, these economic actors appear very distant, impalpable, and almost ethereal. On their day-to-day life path, the stage of their routines, the customer remains for them that other to whom the mail is intended, that they meet and with whom they interact in a situation of co presence and who he or she wants to satisfy, since they are the only witness and beneficiary of their efforts.

Where the postal company continues a logical rationalization of the task force of distribution by optimizing the maximum flow of mail delivered in units of time, the distribution agent tries to handle the same time frame regardless of the volume to distribute.

However, over the course of rationalization projects, deviations from the norm become increasingly difficult to manage and the promotion of their endless search favors the intensity of inside and outside work. This largely explains the early starting times, voluntary waivers of morning breaks and the incomprehension of operational officers who suffer from no longer having the time needed to maintain the “relational” developed with “their” customers, except to delay the time they finish their service as some admit to doing:

“To be an agent is to be able to deploy (chronically, in the flow of day-to-day life) a range of causal powers, including that of influencing those deployed by others. Action depends upon the capability of the individual to ‘make a difference’ to a pre-existing state of affairs or course of events. An agent ceases to be such if he or she loses the capability to ‘make a difference’, that is, to exercise some sort of power” (Giddens 1984).

By changing the time data of the day-to-day routines of its staff in order to increase their productivity, the company generated not only an ‘unintended consequence’ of behavior of preserving the conditions of the interaction but also a ‘perverse consequence’ understood as “a contingent outcome that may be brought about in circumstances of structural contradiction” (Giddens 1984). This ‘perverse consequence’ is manifested by the tension felt by some agents concerning their usual temporalities inciting them to pick up the pace

¹ No doubt our fellow psychologists, semioticians or linguists, will find a pragmatic interest in studying the origins and effects of this polysemy.

² Today 85% of postal company customers consist of major clients such as mail order companies, press, banks and insurance companies, to whom they are under contract to distribute an amount of mail within given time constraints with significant financial penalties for non-compliance with agreed deadlines.

beyond that which is now expected in order to, at all costs, keep the conditions of autonomy so appreciated.

Most agents who strive to maintain a semblance of control over their time suffer this 'perverse consequence' daily. This resistance leads to fatigue, wear and tear and tension particularly noticeable during the phase of interior work ('internal' work) where everyone focuses only on their task in order to reduce interaction and get as quickly as possible to their round.

As we described in our results, the local supervisors in charge of their coordination, are particularly solicited daily by the various tasks presently assigned to them, and find neither the time nor the means to explain and defuse the situation.

Like the agents, the evolution of their own time equilibrium has created contradictions that today alienate them while they try to best handle the deployment of the plans for restructuring and the daily management of individuals and rounds. These objectives are concurrent objectives and more incentive than their promotion and compensation is now partly conditioned.

So as time goes by, people hurry past each other, alienate themselves and ignore each other. These behaviors eventually annoy the distribution agents who inevitably come into confrontation with the orders of the local managers. The latter want to apply the new operational policies and abandon past practices, which if irrationally preserved, threaten the organizational equilibrium on a whole. If some agents comply with them willingly, out of conviction or resignation, others refuse and the division is perceptible, views are in opposition, dissent appears, individuals confront each other and all suffer.

"Whereas contradiction is a structural concept, conflict is not. Conflict and contradiction tend to coincide because contradiction expresses the main 'fault lines' in the structural constitution of societal systems. The reason for this coincidence is that contradictions tend to involve divisions of interest between different groupings or categories of people (including classes but not limited to them), Contradictions express divergent modes of life and distributions of life chances in relation to possible worlds which the actual world discloses as immanent" (Giddens 1984).

Repeated throughout the day, these situations of tension, opposition, confrontation and demands eventually wear down the individuals, as we noted during our interviews. This can explain, at least partially, the degradation of the indicators noted by the territorial directorate.

In the framework of our structurationist analytical grid, and considering each distribution area of the centres studied as a spatio-temporal structure of its own, it is possible to foresee the change in the degree of autonomy of agents as a clash of balance in the routine in which they willingly anchor themselves, both to give meaning to their day-to-day lives and to take part in the sustainability of the institution, in their own way.

This challenging of the temporalities of socialization and recognition, questions the sense of action, involvement and life choices of a number of agents. Through a series of 'unintended consequences', this leads to a progressive degradation of the social climate of the centres studied and exposes the actors to the harmful effects of conflict.

Interest and generalization

As we have just detailed, the organizational changes made in the case we studied have gradually transformed the status of the time. In the past, a resource mobilized for the fulfilment of a public service has become, through the developments of organization and its environment, a discriminating and determining factor of industrial and economic performance.

This evolution now incites that operational or managerial actions be executed as a principle of maximum efficiency. This Taylorist approach is directed not only towards the organizational dynamics it creates but also towards maximizing the return on time paid.

If any organization can be considered to be a temporal metronome, in the sense that it requires its members to adjust their individual temporality to its communal temporality (or meso temporality), a quest for measurement and performance continued today, then it tends to encourage communal temporality to use its lineage to induce temporalities constitutive to a constant quest for improvement. From normalizing, it becomes ordaining.

Caught in this vise, each hierarchical level limits itself to its own logic of objective time, in spite of the effects produced on adjacent levels. Hence, interaction diminishes, coordination crumbles, communication becomes mono logic, the sense of community disappears, temporalities clash and the essence of the organization itself wanes.

In this exhausting and harmful context where the sense of collective action becomes uncertain, some actors do not hesitate to divest from the collective temporality to recover from accumulated fatigue (sick leave) or to focus on their individual temporality (unannounced absence). To avoid reaching this level of aporetic desynchronization, the organization must be able to recognize and appreciate the different temporalities that constitute its common temporality (or meso temporality).

This reality, imperceptible in the phase of organizational homeostasis, reveals its complexity during periods of changes in the initial conditions of the original balance. Organizational change, even local, causes imbalance and provokes, by successive causalities, a period of systematic instability. The effects of this can be particularly harmful for both the organization and for those who have a stake in it, if the conditions of the change were planned erratically.

To ensure optimal conditions for the transition, the organization must be able, at every organizational change, to assess in $t-1$ the possible impacts on the conditions of the synchronization of the temporalities that constitute it, to ensure in t the conditions for maintaining their homeostatic balance and sustainability and in $t+1$, their complementarity.

If time is now the universal reference for performance, it should not be reduced to a strict management objective at the risk of the temporal organization, hurting its own cause and promoting radicalization and confrontation between the individual temporalities that constitute it.

Conclusion

The situation we have studied represents a moment in the organizational life of our case study. From its context, its current developments and the data we collected over a

period of 18 months, we have developed within the framework of structuration theory a demonstration showing changes in operational temporality to be a cause of disruption of 'structural principles', governing the areas studied and sources of 'unintended consequences' and 'perverse consequences', able to weaken both the organization and the individuals in charge of its day-to-day activity.

Naturally, the methodology used is insufficient to assess the structural dynamics as a whole. The structurationist principles developed by Giddens are based on the homeostatic character of the structural and our methodology allows us to address an episode of this dynamic: a temporary situation in the life of this organization that can be understood as an epiphenomenon of disruption of homeostatic balance as seen as a whole.

If the principles of structuration theory are relevant, the disturbance that we presented in turn will likely lead to a set of 'unintended consequences' or even 'perverse consequences', and in order to regulate this imbalance and enable the structure to eventually recover its homeostatic principle around new values of its structural principles:

"Homeostatic system reproduction in human society can be regarded as involving the operation of causal loops in which a range of unintended consequences of action feedback to reconstitute the initiating circumstances"
(Giddens 1984).

However, beyond this methodological consideration, the prospects that we see specifically concern the opportunities that time offers, and its concept of temporality as a subject of particular study to enrich and develop our understanding of their influence on organizational dynamics and more specifically with regard to episodes of organizational change (Staudenmayer et al. 2002).

In accordance with the use of organizational theory that differentiates levels of the individual, the group, the organization and possibly the company, it would be particularly instructive to study the temporalities of each level to better understand the different interactions that connect them and that allow them to equilibrate with varying degrees of success on a common punctual rhythm.

If this reality can be approached in a disciplinary perspective as it infers that each individual adjusts his or her temporality to a common temporality (Foucault 1975), it is also possible to understand it in an anthropological sense for which a community exists only around a common relationship to the measurement of time (Mauss & Beuchat 1904), the temporal reference without which there would be chaos (Evans-Pritchard & Panoff 1969).

While presently time has become in many organizations a strategic resource to such a significance that it has become convenient to over exploit those who hold it, yet with the risk of exposing the organization to the harmful effects of this excess, the time may have come to reconsider the position that this concept deserves to occupy in social theories.

References

Abdollahzadeh, A. (1999). *Les facteurs, la cohérence organisationnelle et la construction des relations de confiance*. Rapport de recherche, Mission Recherche de La Poste.

- Alain (1991). *Éléments de philosophie*. Paris: Gallimard.
- Bergmann, W. (1992). The problem of time in sociology. *Time & Society*, 1(1), 81-134.
- Berthelot, L. (2006). *Transformations organisationnelles et devenir du rapport au travail: monographie du centre de tri postal de Nantes-Orvault*.
- Berthon, M.-N. (2006). Changer le management pour manager les changements. *Bougez avec La Poste : Les coulisses d'une modernisation* (pp.153-173). Paris: La Dispute.
- Bouchikhi, H. (1990). *Structuration des organisations: concepts constructivistes et étude de cas*. Paris: Economica.
- Cartier, M. (2003). *Les facteurs et leurs tournées : un service public au quotidien*. Paris: Ed. la Découverte.
- Charreire, S. & Durieux, F. (1999). *Explorer et tester. Méthodes de recherche en management*, 57-80.
- Crew, M.A. et al. (2004). *Competitive transformation of the postal and delivery sector*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Crew, M.A. et al. (1997). *Managing change in the postal and delivery industries*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Detchessahar, M. et al. (2006). *Transformation des organisations et sante des salariés: Proposition d'un programme de recherche*. Congrès AGRH, 16.
- Evans-Pritchard, E. & Panoff, M. (1969). *Anthropologie sociale*. Paris: Payot.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- Garfinkel, H. (1963). A conception of, and experiments with, "trust" as a condition of stable concerted actions. *Motivation and social interaction*, 187-238.
- Giddens, A. (1979). *Central problems in social theory : action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Gregory, D. (1989). *Presences and absences: Time-space relations and structuration theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 185-214.
- Huy, Q.N. (2001). Time, Temporal Capability, and Planned Change. *The Academy of Management Review*, 26(4), 601-623.
- Join-Lambert, O. (2001). *Le receveur des Postes, entre l'Etat et l'utilisateur*. Belin.
- Larcher, G., France & France (2002). *Rapport d'information (...) sur les actes du colloque : "Postes européennes : libéralisation et service public, entre mythes et réalités"* organisé par le Sénat le 20 juin 2001.
- Lévi-Strauss, C. (1990). *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- Mauss, M. & Beuchat, H. (1904). Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. *Sociologie et anthropologie*, 7, 389-475.
- Miles, M.B. & Huberman, A.M. (2003). *Analyse des données qualitatives*. De Boeck Université.

- Mingers, J. (2004). Re-establishing the real: critical realism and information systems. *Social theory and philosophy for information systems*, 372, 372-406.
- Mosakowski, E. & Earley, P.C. (2000). A Selective Review of Time Assumptions in Strategy Research. *The Academy of Management Review*, 25,4,, 796-812.
- Nowotny, H. (1992). Time and Social Theory: Towards a Social Theory of Time. *Time & Society*, 1(3), 421-454.
- Orlikowski, W.J. & Yates, J. (2002). It's about Time: Temporal Structuring in Organizations. *Organization Science*, 13(6), 684-700.
- Renoy, G. (1999). *Histoire de la post : Trait d'union universel*. Bruxelles: Racine.
- Rispal, M.H. (2002). *La méthode des cas: application à la recherche en gestion*. De Boeck Université.
- Rouleau, L. (2007). *Théories des organisations: approches classiques, contemporaines et de l'avant-garde*. Paris: PUF.
- Le Roux, M. (2002). *Histoire de la Poste: de l'administration à l'entreprise*. Paris: Ed. Rue d'Ulm.
- Salaün, M. (2008). *Le métier de facteur à l'épreuve des nouvelles organisations du travail à La Poste*.
- Sewell, G. & Wilkinson, B. (1992). Someone to watch over me': surveillance, discipline and the just-in-time labour process. *Sociology*, 26(2), 271.
- Staudenmayer, N., Tyre, M. & Perlow, L. (2002). Time to change: Temporal shifts as enablers of organizational change. *Organization Science*, 13(5), 583-597.
- Stones, R. (2005). *Structuration theory*. Palgrave: Macmillan.
- Thompson, J.B. (1989). *The theory of structuration. Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*. 56-76.
- Zarifian, P., 2005. Stratégie, réorganisations et compétences à La Poste. *Revue de l'Ires*, (n°48), p.p.80.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Incertidumbre, Oportunidad y Urgencia. La representación del tiempo en la ética laboral postfordista

JOSÉ FRANCISCO DURÁN VÁZQUEZ

Universidade de Vigo

joseduran@uvigo.es¹

Resumo:

Cuando las estructuras laborales y productivas se han visto transformadas en el contexto del postfordismo, la representación del tiempo vinculada a los anteriores escenarios laborales ha tenido también que ser reformulada en relación con una nueva ética del trabajo más motivadora y movilizadora, y que recurre también a otras formas disciplinarias. Las principales instituciones políticas internacionales, tales como la UE o la OCDE, así como los autores del management, han tenido un papel protagonista en la reconstrucción de esta nueva temporalidad. En el texto que a continuación se presenta se describe, en primer lugar, el proceso que ha desembocado en la transformación de la temporalidad tal como había sido definida a lo largo de la modernidad. En segundo lugar, se analizan los discursos de las instituciones antes mencionadas, discursos que legitiman esta nueva representación del tiempo vinculada a la ética del trabajo postfordista

Palavras-chave:

tempo; temporalidades; pos-fordismo; estructuras laborales

“Mientras la necesidad hacía del trabajo algo indispensable para la vida, la excelencia era lo último que cabría esperar de él” (Arendt, 1998: 58)

Introducción

La forma en la que viven y organizan su vida social los miembros de una comunidad está directamente relacionada con una determinada concepción del tiempo. Pero el tiempo no es sólo la realidad objetiva que configura y organiza la vida social. Cada sociedad desenvuelve y da sentido a su existencia habitando en una temporalidad que ella misma ha conformado desplegando su existencia.

¹ Doctor en Sociología, Licenciado en Ciencias Políticas y en Geografía e Historia.

En otras palabras, no es que “cada sociedad tenga una manera propia de vivir el tiempo, sino que cada sociedad es también una manera de hacer el tiempo y de darle existencia” (Castoriadis, 1998: 73). Desde este punto de vista, se puede afirmar que el tiempo no es sólo un hecho externo que es asumido por los sujetos como parte de lo “dado por supuesto” (Berger y Luckmann, 1997: 79 y ss), sino que se crea y se recrea a través de los múltiples procesos y relaciones que van tejiendo la vida social. Estas dos dimensiones de la temporalidad, una más objetiva y externa, la otra más subjetiva y apegada a los mundos de vida, se viven en nuestra época con una consciencia e intensidad que no tiene precedente histórico.

Ahora bien, así como las sociedades no son homogéneas tampoco lo son los tiempos que las configuran. Lo más común es que coexistan en una misma colectividad distintas concepciones y vivencias del tiempo, y que no todas ellas tengan la misma oportunidad de imponerse, sino sólo aquellas asociadas a los grupos sociales dominantes. Estas últimas pasarán a formar parte de la estructura de legitimaciones que dichos grupos utilizan para institucionalizar y legitimar su dominación. En este sentido, podemos afirmar que todas las formas de poder existentes a lo largo de la historia han creado e instaurado una determinada temporalidad. “El tiempo adquiere- ha escrito George Dumezil- un interés particular para cualquiera que, dios, héroe o jefe, quiera triunfar, reinar o fundar: éste, quienquiera, debe tratar de apropiarse del tiempo por la misma razón que del espacio” (Iglesias de Ussel, 1987: 124).

Esta apropiación del tiempo varía en función del sistema de legitimaciones de cada sociedad. En las sociedades industriales los tiempos sociales dominantes han sido los más relacionados con el mundo laboral, que era la principal forma de legitimación y de estructuración de estas sociedades. Esta temporalidad pasó a integrar la ética moderna del trabajo.

Cuando las estructuras laborales y productivas se han visto transformadas en el contexto del postfordismo, la representación del tiempo vinculada a los anteriores escenarios laborales ha tenido también que ser reformulada en relación con una nueva ética del trabajo más motivadora y movilizadora, y que recurre también a otras formas disciplinarias. Las principales instituciones políticas internacionales, tales como la UE o la OCDE, así como los autores del management, han tenido un papel protagonista en la reconstrucción de esta nueva temporalidad. En el texto que a continuación se presenta se describe, en primer lugar, el proceso que ha desembocado en la transformación de la temporalidad tal como había sido definida a lo largo de la modernidad. En segundo lugar, se analizan los discursos de las instituciones antes mencionadas, discursos que legitiman esta nueva representación del tiempo vinculada a la ética del trabajo postfordista.

Del tiempo de progreso moderno a las incertidumbres de nuestro tiempo

La imagen moderna del tiempo como tiempo de progreso se construyó en buena medida estrechamente relacionada con los mundos de la producción y del trabajo, mundos en los que se escenificaba esa representación del tiempo. Este hecho tuvo lugar a lo largo de la Época Moderna, en el contexto de un proceso en el que el trabajo y la producción dejaron de ser actividades secundarias y de carácter privado que apenas conferían identidad

a quienes las desempeñaban, para convertirse en una de las principales actividades públicas por su contribución a la riqueza social y al desarrollo colectivo e individual (Durán, 2011: 336-37). La productividad como expresión de la riqueza y el trabajo como fuente y motor de la misma, fueron identificadas de este modo por las distintas élites políticas e ideológicas que conformaron el mundo moderno con el progreso². Desde este punto de vista la historia era contemplada como el proceso a través del cual se habría producido la transformación y el perfeccionamiento de una humanidad esencialmente productora y trabajadora. Una humanidad que se habría liberado así de los vínculos tradicionales que la oprimían, para continuar perfeccionándose y liberándose en el futuro.

No obstante, durante las primeras fases de la industrialización la importancia del trabajo como actividad emancipadora e igualadora sólo era visible para las élites industriales, ya que el común de las gentes trabajaba en unas circunstancias y con unos salarios que las reducían a una condición de miseria, de todo punto incompatible con cualquier creencia en el progreso (Pollard, 1987: 217-354; Thompson, 1979).

No fue hasta los años treinta en Norteamérica y hasta después de la Segunda Guerra Mundial en Europa, cuando este panorama cambió casi por completo, en un contexto presidido por el crecimiento económico continuado y el casi pleno empleo. En estas circunstancias el trabajo se convirtió para la mayoría de las personas en una fuente de mayores recursos y también en una experiencia estable y duradera, lo que alentó la creencia en la movilidad social y en el progreso con una fe antes desconocida (Castel, 2001: 376). En este contexto el tiempo de progreso cobraba significado en relación con un pasado que había sido superado, y con respecto a un futuro que se percibía como abierto a posibilidades y oportunidades casi indefinidas. Como muestra de lo que era el espíritu de la época, podemos citar las palabras del sociólogo británico T.H Marshall, quien al comienzo de estas tres décadas de prosperidad extraordinaria que siguieron a la Segunda Gran Guerra afirmaba con gran optimismo: “La pregunta no es si todos los hombres llegarán finalmente a ser iguales, que ciertamente no lo serán, sino si el progreso avanza constante, aunque lentamente, hasta que, al menos por su trabajo, todo hombre sea un caballero”. Y concluía confiadamente: “Yo sostengo que sí avanza y que esto último ocurrirá” (Citado por Bottmore en: Marshall y Bottmore, 1998: 18). Esta imagen del tiempo contribuyó a la integración y a la movilización de los trabajadores, y por tanto también a la legitimación del orden laboral y productivo de las sociedades modernas.

Pasadas estas tres décadas de crecimiento económico, el escenario cambió drásticamente a partir de mediados de los años setenta con la saturación del mercado de masas Fordista (Piore y Sabel, 1990: 263-264). Como consecuencia de todo ello la productividad de la mayoría de los países del área OCDE comenzó a descender (OCDE, 1997: 29). Las empresas reaccionaron a esta situación flexibilizando los mercados e invirtiendo en

² El trabajo fue pensado a lo largo de la época Moderna no sólo como la fuente y el motor de la riqueza, sino también como la actividad a partir de la cual progresaba la humanidad y la sociedad en su conjunto de una manera más justa y solidaria. Este proceso puede seguirse a lo largo de una corriente de pensamiento que comienza en Locke, prosigue con los Mercantilistas, los Fisiócratas, el Liberalismo, el Socialismo y el Marxismo, y culmina en Durkheim, quien integró los principios del Liberalismo y los del Socialismo para construir una teoría de la sociedad que se articulaba a partir de la interrelación entre las distintas actividades laborales (Durán Vázquez, 2011).

tecnología (Castells: 207 y ss), lo que a su vez incidió muy negativamente sobre el desempleo, cuyas tasas crecieron sin interrupción a partir de esta fecha (Comisión Europea, 1995; Laville, 1997: 36; Perernau y Ortiz, 2000: 99; Miguelez: 163). Lo más preocupante del nuevo escenario postfordista es que, aunque posteriormente las tasas de productividad se incrementaron, lo hicieron en una proporción mayor que el empleo, inaugurando así un periodo de flexibilidad y precariedad en el mercado de trabajo (OCDE, 1991: 168; Comisión Europea, 1995 y 1999: 59).

En este nuevo contexto laboral el imaginario social de progreso, que había tenido un especial sentido para la mayoría de los trabajadores en la época de crecimiento económico y de la estabilidad en el empleo, carecía ahora de buena parte de las justificaciones y significaciones anteriores. No obstante, dicho imaginario estaba vinculado al orden de legitimaciones de las sociedades del trabajo, por lo que su erosión implicaba también la deslegitimación de estas sociedades, la pérdida de sentido de toda la simbología que asociaba el progreso al mundo del empleo. Era necesario por tanto construir otra simbología más ajustada al nuevo escenario. A ello no eran ajenas las instituciones políticas más relevantes e influyentes. “Nuestras sociedades- se afirmaba en un Informe de la Comisión Europea- se ven impelidas a encontrar nuevos medios más apropiados para incitar a sus miembros a participar en la producción y en la vida social” (Comisión Europea, 1999: 53). Más concretamente, había que vincular el ideario de la sociedad del trabajo a la nueva realidad laboral y productiva, creando una nueva simbología que legitimase el orden social, y que guiase y diese sentido a la acción de los sujetos en el nuevo contexto laboral y productivo. En este escenario adquieren sentido los discursos que los ideólogos del management, los Estados y las principales instituciones políticas internacionales, como la OCDE o la UE, han producido en las dos últimas décadas, con la intención de motivar y de movilizar a los sujetos, pero también de disciplinarlos, creando así nuevas legitimaciones entorno al mundo del trabajo. Estos discursos han devenido hegemónicos por la autoridad que tienen las instituciones y las organizaciones que los proclaman, y que más han contribuido a forjarlos (Crespo, 2009: 58-59; Durán, 2011: 324). Por ello han penetrado con gran fuerza en la agenda política y en la gestión empresarial, conformando lo que ha sido denominado con acierto un nuevo espíritu del capitalismo (Boltanski y Chiapello, 2002). Dentro de este espíritu tiene un lugar principal una representación del tiempo destinada a legitimar la nueva situación, y también a motivar, a movilizar y a disciplinar a los sujetos. A su análisis dedicaremos el siguiente epígrafe.

Entre la oportunidad y la urgencia: las representaciones del tiempo em los discursos laborales de la modernidad tardía

En una situación como la que se inauguró a partir de mediados de los años setenta, en la que el crecimiento económico ya no iba a ir acompañado, como en las tres décadas anteriores, por una mayor seguridad y estabilidad en el empleo, sino por la incertidumbre y la precariedad laboral, las principales instituciones políticas nacionales e internacionales, así como los representantes del management, han construido una representación del tiempo más movilizadora, motivadora y disciplinante. Si en la época anterior se apelaba al *cambio*

como un hecho positivo e inexorable, desde la seguridad de un presente en el que imperaba el crecimiento económico y la estabilidad laboral, crecimiento y estabilidad que se preveía que continuasen en el futuro con más crecimiento, más estabilidad y más movilidad. Ahora, sin embargo, aunque el cambio siga viéndose como un hecho objetivo y consustancial a la dinámica de las sociedades- “en nuestras sociedades contemporáneas, afirman los portavoces del discurso del Management, el cambio se convierte en regla y la estabilidad en excepción” (Sérieyx, 1994: 72) “el cambio es la norma” (Durcker, 2000: 112)- se impone como una realidad imprevisible que puede irrumpir en cualquier momento en la vida de los sujetos, por lo que éstos tienen que estar preparados, tienen que estar alerta, para anticiparse y enfrentarse a un situación incierta. Por decirlo con las palabras de los portavoces de estos discursos, hoy- escriben- los “cambios no pueden predecirse” (Durcker, 2000: 140), por lo que hay que “actuar de manera preventiva desarrollando capacidades para enfrentarse a ellos” (OCDE, 1991: 155). Por tanto, más que programar el cambio de una manera tranquila, se trataría de ir por delante de él (Durcker, 2000: 111). Para ello es preciso que los individuos se sometan a un movimiento sin fin siguiendo las propias leyes de dicho movimiento (Le Goff, 2002: 21-22).

El tiempo aparece en estos discursos como una realidad objetiva, sin agentes responsables (Fairclough, 2000: 13), sin culpables (Sennett, 2001: 102-103), cuyo propósito es movilizar y disciplinar a los sujetos, que en unos contextos laborales tan inseguros como los postfordistas, tendrían que adoptar una actitud permanentemente activa. Todo el discurso de la formación y de las cualificaciones laborales, las denominadas competencias, está articulado entorno a esta representación del tiempo (Le Goff, 2002: 27 y ss). Algunas de las principales instituciones políticas internacionales han hecho ver a los sujetos, desde hace ya algunas décadas, la necesidad de actuar “de manera preventiva, desarrollando capacidades para enfrentarse al cambio” (OCDE, 1991: 155). Estas recomendaciones han ido seguidas de propuestas más formales, como las que se han concretado en la Estrategia Europea de Empleo, que se ha puesto en marcha en distintas cumbres entre 1998 y 2000 con la intención de favorecer la empleabilidad, activando las competencias de los sujetos en los distintos ámbitos laborales (Chassard y Bosco, 1998; Serrano, 2000). Dentro de estos discursos y de estas políticas las cualificaciones laborales ya no se conciben tanto como credenciales objetivas y formalmente reconocidas por las distintas instituciones, sino como el resultado de una tarea que los sujetos deben enfrentar permanentemente, y que nunca se considera completamente acabada (Bauman, 2006: 37).

La visión del tiempo propia de la modernidad plena e integrada en la ética del trabajo de esa época, resulta así alterada. En efecto, en el contexto de los nuevos discursos laborales la relación entre el presente y el futuro ya no se concibe de manera lineal y progresiva, como una promesa aplazada y generadora de esperanza, conforme a la idea de la gratificación postergada. En la nueva ética del trabajo, tal como es difundida por los representantes del management y de las principales instituciones políticas, el futuro deja de ser una promesa para convertirse en realidad acuciante, en amenaza que puede irrumpir en cualquier momento en la vida de los sujetos. El futuro anticipa así continuamente el presente (Luhmann, 1996: 153 y ss, Laïdi, 1998), lo invade, generando numerosas situaciones individuales de riesgo que solamente corresponde asumir a los sujetos. La flecha

del tiempo que había conformado la metáfora de la temporalidad de la modernidad plena, y que apuntaba serenamente hacia el futuro, se transforma ahora en un boomerang que los individuos han de estar lanzando permanentemente cada vez que regresa a ellos (Durán Vázquez, 2009).

Esta temporalidad así instaurada y legitimada tiene un fuerte componente disciplinario. Aunque no se trata ya de la disciplina de viejo cuño, la de las primeras fases de la sociedad industrial, paternalista y muy autoritaria, y por tanto aún deudora del pasado (Thompson, 1979; Pollard, 1987: 217 y ss); ni tampoco la de la época fordista, jerárquica, rígida y basada en el mando y la obediencia (Gaudemar, 1991; Bendix, 1966; Boltanski y Chiapello, 2002), pero que a cambio anunciaba un futuro de seguridad, de justicia y de progreso; sino la de una sociedad postdisciplinaria, que rehuye la jerarquía y la autoridad, pero que no promete nada, sino un permanente estado de inseguridad que los sujetos han de superar por sus propios medios (Le Goff, 1999: 22-23). En este nuevo orden la temporalidad que rige es la de un futuro que se pliega constantemente sobre el presente (Luhmann, 1996: 153 y ss). Esta temporalidad ya no se asocia con las formas disciplinarias fordistas más objetivas y visibles- “La era del trabajador anónimo se ha acabado” anuncian los gurús del management postfordista (Peters, 2002: 46)- , sino con controles de nuevo cuño. “Cierto- escriben los defensores de la nueva gestión empresarial- el control de la gestión no va a desaparecer” (Crozier, 1995: 29). Pero se trata de un control más difuso que se propaga por todas las organizaciones empresariales en forma de distintas responsabilidades, que aunque se dicen “compartidas” (Moss Kanter, 1999: 181), encubren verdaderos autocontroles de sujetos que viven el presente con inseguridad, y que ven el futuro como una amenaza que hay que anticipar. Ahora bien, en las sociedades de control “nunca se termina nada” (Deleuze, 1999: 6), por lo que siempre se está comenzando. Hay que estar demostrando continuamente que se vale, que se es capaz, hay que estar siempre reinventándose (Bauman, 2006: 37).

Todo ello acaba traduciéndose en la erosión de las identidades laborales (Dubar, 2002: 113 y ss). En efecto, si en la época fordista estas identidades eran interpretadas según una secuencia temporal larga, gradual y continúa que apuntaba directa y serenamente hacia el futuro, y que las reforzaba, ahora, en los contextos laborales postfordistas, esta secuencia se ha hecho corta, irregular y no acumulativa, “puntillista” se diría (Bauman, 2007: 144), en la que ya no hay porvenir, sino un futuro incierto que se hace permanentemente presente. Se instala así una temporalidad que deshistoriza e individualiza las distintas experiencias laborales, que tienen que ser reconstruidas sin demora por los propios trabajadores. Trabajadores que ya no controlan el tiempo, porque son cada vez más dependientes de un mercado laboral entronizado por los discursos de las principales instituciones políticas y por los ideólogos del Management.

Ahora bien, los discursos laborales postfordistas no presentan únicamente esta vertiente más negativa y opresiva que fuerza a los sujetos a estar continuamente en guardia, preparados para el cambio. Tienen también otra cara más amable, aquella que los invita a construir sus identidades de una manera más libre y autónoma, en un ambiente flexible, participativo y menos rígido. En este contexto el cambio ya no se anuncia como un hecho objetivo e impredecible al que no queda otra opción que adaptarse, sino como un escenario

abierto a una serie de nuevas oportunidades para que los sujetos desarrollen sus respectivas carreras laborales, para que progresen dentro de la empresa. “Uno no puede permitirse hoy en día considerar su trabajo como un simple empleo- afirman los ideólogos de la nueva ética del trabajo-: es necesario verlo de ahora en adelante como una pasarela que conduce a nuevas perspectivas de carrera” (Génelot, 1992: 213). El trabajador debe así concebir su trabajo como un proceso en progreso continuo, en constante mutación, considerando este proceso como la esencia de su carrera. Ahora bien, se trata de una carrera en la que nada se termina, nada se completa, todo es un perpetuo comienzo, no ya a partir de lo preexistente, sino de lo que viene de forma inminente. Los trabajadores son así invitados a anticipar el tiempo, a ir por delante de él, como parte de su proceso de desarrollo y enriquecimiento personal. De ahí las apelaciones a la polivalencia, a la innovación, a la formación, que en la medida en que son interiorizadas como carencias o necesidades propias, se convierten también en eficaces medios de autodisciplina (Le Goff, 1999: 20; Boltanski y Chiapello, 2000: 127; Serrano, 2009: 285)

Este discurso más motivante es la otra vertiente del nuevo espíritu del capitalismo (Boltanski y Chiapello, 2002), que precisa de un nuevo reencantamiento del trabajo, justo en el momento en el que la ética del trabajo fordista ha perdido su capacidad legitimadora y movilizadora anterior. “Jamás- ha escrito André Gorz- la función “irreemplazable”, “indispensable” del trabajo en tanto que fuente de “lazo social”, de “cohesión social”, de “integración”, de “socialización”, de “identidad personal”, de sentido, ha sido invocada tan obsesivamente como desde que no puede llenar ninguna de esas funciones” (Gorz, 2000: 67). A esta necesidad no son ajenos los ideólogos del management, “con las viejas herramientas motivacionales en desuso- escriben- es fundamental que la gente crea en la importancia de su trabajo, sobre todo cuando han desaparecido otras certezas y garantías” (Moss Kanter, 1999: 70-71).

Los nuevos discursos laborales se han construido integrando muchos de los valores que han ido conformado el ideario de las sociedades capitalistas, como sociedades de trabajadores y de consumidores (Boltanski y Chiapello; Le Goff, 2002: 122). En efecto, muchas de las ideas que aparecen en los textos de la nueva gestión empresarial son el resultado de la incorporación de algunas de las principales críticas que las ideologías y los movimientos de izquierda habían hecho al mundo del trabajo desde el siglo XIX. Los autores del management postfordista consideran, citando expresamente a Marx, las nuevas formas de gestión empresarial como “no alienantes”, apartándose totalmente de las estructuras organizativas anteriores en las que los empleados tenían “la obligación de callarse y obedecer” (Sérieyx, 1994: 312-313; Aktouf, 1999: 597). La nueva gestión se opone, asimismo, a las jerarquías y a las líneas de mando consustanciales a la empresa Taylorista-Fordista (Orgogozo, 1991: 23). En lugar de ello, la empresa postfordista promete conceder mucha más autonomía a los trabajadores, que podrán así desarrollar sus tareas en un ambiente más participativo e igualitario. Se pasaría de este modo de una “moral de sujeción” a una “moral de cooperación libremente aceptada” (Landier, 1992: 177).

Los nuevos discursos laborales han incorporado también una serie de principios procedentes de los movimientos culturales y estéticos de las vanguardias y de la contracultura, que eclosionaron en movimientos como el mayo del 68 (Boltanski y Chiapello,

2002; Le Goff, 1999: 71 y ss; 2002: 122 y ss). Valores como el rechazo a la autoridad y a la tradición, el deseo de vivir el presente, la autonomía y la creatividad, la autenticidad o la independencia, eran los propios de aquellos movimientos.

Estos valores han penetrado especialmente en las sociedades occidentales a partir de los años 60, a medida que los sujetos se hacían cada vez más dependientes de los mercados de trabajo y de consumo, y menos de otras instituciones e instancias colectivas, por lo que han tenido que construir sus biografías en relación con estos mercados y sus respectivas temporalidades (Beck, 2006: 215; Beck y Beck-Gernsheim, 2003: 69 y 94).

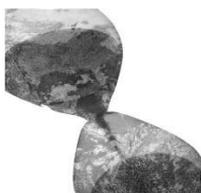
Ninguna sociedad anterior ha vivido esta doble dimensión del tiempo- a la vez objetiva y subjetiva; disciplinaria y motivante- con la intensidad y la conciencia con el que lo hace la nuestra. Conciencia que se impone y nos apremia, pero que, simultáneamente, nos invita a construir nuestras identidades laborales más libre y autónomamente, aunque sin demora, anticipando siempre el tiempo. Esta conciencia es la que activan los discursos de las principales instituciones políticas y de la nueva gestión empresarial. Ahora bien, quizás porque esta temporalidad que se nos impone es en parte también la nuestra no produce el abierto rechazo que en otro contexto, acaso, produciría.

Referências

- Arendt, H. (1998). *La condición humana*. Barcelona: Paidós.
- Alonso, Luís E. (2009). Uso de trabajo y formas de gobernabilidad: la precariedad como herramienta disciplinaria. In Crespo, E-Prieto & C-Serrano, A. (2009). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. (pp.229-258). Madrid: CIS.
- Aktouf, O. (1999). *Le management entre tradition et renouvellement*. Montreal: Gaëtan Morin.
- Bauman, Z. (2006). *Modernidad líquida*. Madrid: FCE.
- Bauman, Z. (2007). *Vida de consumo*. Madrid: FCE.
- Beck, U. (2006). *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim (2003). *La individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós.
- Bendix, R. (1966). *Trabajo y autoridad en la industria*. México: FCE.
- Berger, P. & L-Luckman, Th. (1988). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.
- Castel, R. (2001). *Las metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós.
- Castels, M. (2000). *La era de la información. Vol I: La sociedad red*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castoriadis, C. (1989). *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets.
- Chassard, Y-Bosco, A. (1998.) L'emergence du concept d'employabilité. *Droit Social*, 11, 903-911.

- Comisión Europea (1995). *Créer des emplois*. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de las Comunidades Europeas.
- Comisión Europea (1999). *L'avenir du travail*. Luxemburgo: Office des publications officielles des communautés européennes.
- Crespo, E-Prieto & C-Serrano, A. (2009). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: CIS.
- Crozier, M. (1995). *L'entreprise à l'écoute*. París: Éditions du Seuil.
- Deleuze, G. (1999). *Conversaciones*. Valencia: Pre-Textos.
- Díaz Salazar, R. (Ed) (2003). *Trabajadores precarios*. Madrid: HOAC.
- Dubar, C. (2002). *La crisis de las identidades*. Barcelona: Bellaterra.
- Drucker, P. (2000). *El management del siglo XXI*. Barcelona: Edhasa.
- Durán Vazquéz, J. F. (2011). *La metamorfosis de la ética del trabajo*. Santiago de Compostela: Andavira Editora.
- Durán Vazquéz, J. F. (2009). Del círculo a la flecha y de la flecha al Boomerang: las representaciones del tiempo tardo-modernas en las esferas del trabajo y del consumo. *Barataria, Revista castellano-manchega de Ciencias Sociales*, 10, 91-104.
- Fairclough, N. (2000). Representaciones del cambio en el discurso neoliberal. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 16, 13-35.
- Gorz, A. (1997). *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Sistema.
- Gorz, A. (2000). *Misericordias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós.
- Gaudemar, J.P. (1991). *El orden y la producción: nacimiento y formas de disciplina de fábrica*. Madrid: Trota.
- Iglesias de Ussel, J. (1987). El tiempo en la sociedad contemporánea. AA.VV. *Política y sociedad*. Madrid: CIS.
- Landier, H. (1992). *Hacia la empresa inteligente*. Bilbao: Deusto.
- Lapiente Perernau, J. & Ortiz de Villacian Rebollo, D. (2000). Las políticas laborales. In J. Adelantado (coord) *Cambios en el Estado del Bienestar*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Laville, J.L. (1997). La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale. In AA. VV., *Le travail, quel avenir?* París. Gallimard.
- Le Goff, J.P. (2002). *La démocratie post-totalitaire*. París: La Découverte.
- Le Goff, J.P. (1999). *La barbarie douce*. París: La Découverte.
- Le Goff, J.P. (2000). *Les illusions du management*. París: La Découverte.
- Luhmann, N. (1992). El futuro no puede empezar: estructuras temporales en la sociedad moderna. In Ramos Torre, *Tiempo y sociedad*. Madrid: CIS.
- Marshall, T. & H-Bottmore, T. (1998). *Ciudadanía y clase social*. Madrid: Alianza Editorial.
- Moss Kanter, R. (1999). *Las nuevas fronteras del management*. Barcelona: Paidós.

- OCDE (1991). *Políticas de mercado de trabajo en los noventa*. Madrid: Ministerio de Trabajo y SS.
- OCDE (1997). *Estudio sobre el empleo, Parte I*. Madrid: Ministerio de Trabajo y S.S.
- Orgogozo, I. (1991). *Les paradoxes du management*. París: Les éditions d'organisation.
- Peters, T. (2002). *La formación en la empresa del III milenio*. Madrid: Nowtilus.
- Piore, Michael J. & Sabel, Charles F. (1990). *La segunda ruptura industrial*. Alianza Universidad: Madrid.
- Pollard, Sidney (1987). *La génesis de la dirección de empresa moderna. Estudio sobre la revolución Industrial en Gran Bretaña*. Madrid: Ministerio de trabajo y S.S.
- Sennett, R. (2000). *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama.
- Sérieyx, H. (1994). *El Big Bang de las organizaciones*. Barcelona: Ediciones B.
- Serrano Pascual, A. (2000). El concepto de empleabilidad en la estrategia europea de lucha contra el desempleo: una perspectiva crítica. *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, 21, 137-149.
- Thompson, E.P. (1979). *Tradición, Revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Critica.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

El Sistema: a subjectivity of time discipline

GUSTAVO BORCHET

University of Glasgow

gustavo@gborchert.com

Abstract:

The creation of a youth symphony orchestra by the economist, former politician and passionate music practitioner José Antonio Abreu, in the late seventies, has evolved into a social initiative overwhelmingly acclaimed by the general public and legitimated by a large number of world institutional powers that has more recently spread to many other parts of the globe. El Sistema, as it is commonly known, seeks to socially include poor communities around the world by promoting music education focused on the experience of symphonic performance. This article critically approaches the Venezuelan program by discussing the subjectivities surrounding the symphony orchestra that made it symbolically representative of the ideals of discipline and productivity according to the social rationality of industrial capitalism. Moreover, it defends the preponderant role of the modern construct of linear time, fundamental for such rationality, in the disciplining of intuition in symphonic performance..

Keywords:

El Sistema, symphony orchestra, time, intuition, modernism, performance

Introduction

The dynamic set by rapid industrialization during the first half of the nineteenth century in Western Europe yielded the emergence of new institutional forms that eventually spread to other parts of the world. Whilst being materializations of the rhythm of modernity, such institutional forms dialectically functioned as instruments to reinforce a social rationality based on the modern linear perception of time. From this same dynamic, the symphony orchestra arose as an artistic institution that has endured deep cultural changes up to the present day.

By the mid-nineteenth century, the orchestra had matured into its current format seen throughout the world's concert halls. A number of subjectivities surrounding the symphonic concert that emerged during the same period defined much of the ritual that took place in the space of the bourgeois theater. Bigger in size, with its repertoire gradually consecrated and reified in the fixed score, both of which were legitimized by the myth of authenticity fiercely re-enforced by the omniscient figure of the *maestro* – the personification of the 'law' which strictly dictated the conduct of musicians and the audience, the symphony

orchestra came to represent the ideals of discipline and production in industrializing society. Nevertheless, such ideals relied on a construct without which the new goals of production and accumulation would not have thrived – linear time. Moreover, as the foundation for the process of commodification, a process from which music was not spared, the modern construct of time gradually permeated Western musical practice and consequently the ritual of the classical concert, yielding a new synergy to orchestral performance in which spaces for the exercise of free intuition became scarce.

On the path to 'global' capitalism, one of the new social roles assumed by the orchestra has given new life to its symbolic value. The subjectivities that have legitimated it in modern Western society have been revived in the discourse of an initiative born in Venezuela, known as El Sistema, which seeks to fight the devastating consequences of social exclusion in urban impoverished areas with music programs focused on the collective practice of the symphonic ensemble. The initiative has not only been overwhelmingly acclaimed by the general public but has also gained wide support from world institutional powers. Moreover, in the recent years El Sistema has been implemented in socially and economically troubled communities in a number of countries.

This article critically addresses El Sistema's proposal by comparing the program's institutional discourse with the subjectivities surrounding the symphony orchestra and its model of performance that conferred much of its symbolic, 'universal' value in modern society, among which is the construct of linear time.

Brief History of El Sistema

In the mid-seventies, José Antonio Abreu, a Venezuelan politician, economist specialized in petroleum, and a passionate music practitioner, had the idea to create a youth symphony orchestra in response to the lack of opportunities for young Venezuelan classical musicians to perform.

From its inaugural rehearsal with eleven participants in a garage in the city of Caracas, the group rapidly grew with the addition of other young musicians from different parts of the country. The initiative readily evolved into the first National Symphony Youth Orchestra of Venezuela, which less than one year after its creation was acclaimed at the Festival of Youth Orchestras in Aberdeen, Scotland.

José Antonio Abreu, however, had a much more ambitious goal than simply creating a symphonic ensemble for young musicians; he envisioned the orchestra as an instrument for social transformation. Abreu believed that the experience of orchestral performance nurtured a sense of cooperation, solidarity and collectivity among poor communities helping them to overcome their deteriorated condition. In the words of José Abreu (in Majno, 2012: 62) himself, 'I do not just want to train better musicians – I want to form better people'. This idea, thus, took the orchestra from the limits of the bourgeois theatre to the complex reality of Venezuela's socially demised *barrios*.

The international recognition gained by the Venezuelan youth orchestra during the Aberdeen festival, the local reputation acquired in the group's performances in Caracas, together with Abreu's idealism, eloquence and political influence, made then-President Carlos André Pérez embrace the initiative. However, the social character of Abreu's idea fell

outside the scope of a simple artistic institution; the role played by the orchestra went well beyond the musical functions expected from a regular symphonic ensemble. In order to avoid the commonly elitist policies of cultural government institutions, Abreu's program was thus placed under the Ministry of Youth at the time, keeping consistent with his vision of the symphony orchestra as an instrument to change society.

In 1979, the Foundation for the National Youth Symphony was established by the Venezuelan State with the purpose of promoting high quality music education and facilitating the program's access to institutional funds necessary for its maintenance. A couple of years after the creation of the *Fundación del Estado para el Sistema Nacional de Orquestas Juveniles e Infantiles de Venezuela (FESNOJIV)* in 1996¹, which aimed at spurring and developing youth orchestras in the country, as well as fostering their members' training, El Sistema entered a phase of significant expansion, and despite more recent institutional changes, it keeps growing at an ever faster pace.

Structure

In over three decades of its existence, the Venezuelan program has assisted more than two million children in a country of almost 30 million people and it currently has about 370,000 students enrolled in various community-based centers spread throughout Venezuela.

A center, or *núcleo* as it is commonly known, constitutes the cell of El Sistema's structure. There are approximately 285 núcleos (FundamMusical Bolívar, 2012d) in Venezuela, and they function as community programs offering free music education to socially deprived children and adolescents. Although El Sistema is essentially an all-inclusive program, about 70% to 90% of the participants come from lower social strata (Tunstall, 2012: 36). They are selected according to their socioeconomic situation or any special condition such as belonging to a minority group (IADB, 2007: 27).

El Sistema is primarily funded by the Venezuelan State, a partnership that has endured several administrations from diverse political spectrums. Aside from government support, the program receives monetary help from private donators, as well as from world political and financial institutions. In the past decade, El Sistema's budget has consistently increased, going from the US\$ 61.2 million in 2006, of which 91% came from the Venezuelan government (IADB, 2007: 4), to US\$ 120 million in 2010 (Tunstall, 2012: 36). A loan of US\$150 million was granted by the Inter-American Development Bank (IADB) in 2007 for the expansion of the program – a scheme guaranteed by Venezuela's oil export revenue. The financial help aims at increasing the number of youngsters enrolled in the program from 245.353 to 500.000 by the year 2015 (IADB, 2007: 2).

In 1995, José Antonio Abreu was appointed by UNESCO as a special delegate for the development of a world system of youth and children's orchestras and choirs (FundamMusical Bolívar, 2012a). Since then, El Sistema has been expanding swiftly and not only in its home country. The goal of promoting the Venezuelan program around the globe has become a

¹ In 2011, FESNOJIV was renamed as *Fundación Musical Simón Bolívar* (FundamMusical Bolívar).

tangible reality in the past years as over 25 countries, from 'developing' economies to prominent ones, have adopted it – all generally modeled after El Sistema's method and goal: To use the symphony orchestra as a tool for social transformation.

Throughout the years, El Sistema has been overwhelmingly validated by a number of world institutional political powers as a transformational program. Its unanimous recognition has also come from relevant corporations in the music industry. Approximately fifty-nine awards and distinctions have been conferred to the program's creator, José Antonio Abreu, recognizing his successful initiative, among which are the *Echo Klassic Special Prize* from the Cultural Institute of the German Music Industry Association, 2011; the Technology, Entertainment, and Design (TED) Prize, 2009; the Foundation for Ethics and Economics Blue Planet Award, 2008; the UNICEF National Goodwill Ambassador, 2004; Order of Merit of The World Future Society, 2003; the UNESCO Artists for Peace, 1998; UNESCO International Music Prize, 1993 (FundamMusical Bolívar, 2012a).

Further legitimizing the program, these institutions have enthusiastically praised El Sistema for providing children and youngsters 'with inspiration and a new social context', for 'creating a future for music', 'for founding (...) a program that has provided thousands of Venezuelans youngsters with the tools to leave poverty', 'for serving as a model for other countries', for 'making the wish come true' and 'for spreading harmony throughout the world' (FundamMusical Bolívar, 2012a).

In his TED Prize acceptance speech, Abreu spoke of his wish to create a pedagogical program to form teachers in the El Sistema method, an idea on which a group of American musicians and educators had already been working. During a visit to the New England Conservatory in 2007, Abreu expressed his excitement about forming a partnership with the NEC, as well as other American institutions. In a speech that perhaps more closely resembled the Monroe Doctrine discourse of 'America for the Americas' than the recent political talk between the Venezuela of Hugo Chávez and the United States, Abreu (in Tunstall, 2012: 143) went on to state that 'the New World (...) is nothing less than all three Americas. And so what we are in the process of creating is really an expression of a new, transcontinental social and musical culture'. In 2009, such a partnership was sealed with the launching of the NEC's postgraduate program to form teachers in El Sistema's method – the Abreu Fellows Program. Despite the NEC's subsequent withdrawal from its commitment, this drawback does not seem to have significantly shaken the program's structure: At the time, there were already 40 núcleos running in the United States, and the formation of an El Sistema USA Professional Association is currently under way. More recently, Bard College in New York, the Longy School of Music and the Los Angeles Philharmonic have joined forces and created a Master's program also based on El Sistema's methodology.

Although the first years of El Sistema in the United States were somehow turbulent, nothing really seems to get in the way of the program's ever-faster pace of global expansion. As a matter of fact, El Sistema's long life, according to its institutional discourse, can be explained by the capacity of the program to promptly respond to adversities; or in the words of its founder, more in line with contemporary ideology: To adjust to the '(...) ever-changing circumstances of the modern world' (Abreu in *El Sistema*, 2009). Such capacity, supposedly due to the often-proclaimed flexible character of its pedagogical model, may be

suggested by the program's incursion into new social spaces: In 2007, a pilot program put the symphony orchestra 'behind bars'; the idea seeks to use the transformational power of ensemble playing to reduce violence in prisons, as well as to re-socialize inmates.

Methodology

Given such worldwide acclamation, one might begin to wonder what differences separate El Sistema's methodological model from other music educational programs.

Despite the fact that the Venezuelan program has expanded its curriculum to include other genres such as regional folk music and jazz, El Sistema is essentially a classical music program. What then makes it apparently so different from other programs? The answer may seem obvious from the perspective of its organizers: El Sistema is a socially committed initiative; in reality, it has never intended to be a regular music program. It seeks to transform society by offering music education to the excluded lower stratum. Music, therefore, is presented as a tool for social transformation; a way of enhancing human capital and, thus, overcoming poverty.

However, El Sistema does not strictly follow the average curriculum adopted by the majority of conservatories. Neither can it be said that the perception of broadening access to music education may yield positive social results is, per se, an original idea. What, in fact, makes El Sistema somehow distinct from other programs is, as put by the prominent American educator and El Sistema USA consultant Eric Booth (2010: 5), its 'ensemble-all-the-time pedagogy'. According to the program, 'the backbone of El Sistema student training is preparation for participation in orchestral ensembles, which are at the soul of the Núcleo community and culture' (Fundamusal Bolívar, 2012b). In Venezuela, 'the words "núcleo" and "orchestra" are often used interchangeably', explains Tricia Tunstall, a music educator and author of *Changing Lives, Gustavo Dudamel, El Sistema, and the Transformative Power of Music* (200).

Although El Sistema has been around since the mid-seventies, popular music only made it into the curriculum in 2006, when adopted by the núcleos *Calabozo Antonio Estévez and San Juan de Los Morros* (Fundamusal Bolívar, 2012c). However, a clear sign of how much Western classical tradition permeates El Sistema's pedagogy is found in a comment by Bolivia Bettome, director of institutional development and international affairs, when addressing the concern over the possible disappearance of the Venezuelan's folk traditions due to the program's emphasis on classical music:

'As Sistema musicians have worked within the folk idiom, new and more complex versions of the traditional musics [sic] have evolved. It's become kind of our own, particularly [sic] Venezuelan chamber music'. (Bettome in Tunstall, 2012: 183)

Students are accepted in the program as early as pre-school age, when the activities are especially designed for the children to start developing their rhythmic sense. To keep consistent with its pedagogy, the introductory classes are also seen as an opportunity to introduce the children to the classical music universe, one of which they will soon be part once joining the orchestras. Thus, paying honor to the hall of 'the great classical composers',

these small introductory groups are named *Baby Mozart*, *Baby Corelli*, *Baby Haydn*, *Baby Vivaldi* (Tunstall 2012: 157).

Still before being introduced to musical instruments, the children join the 'paper orchestras', a kind of ensemble simulation in which they start developing body movement awareness, learning how to hold an instrument, as well as how to position themselves in reference to the conductor – all by playing with *papier mâché*-made violins, violas, etc. As suggested by Eric Booth (2008: 4), this is also used as an opportunity for the children to be introduced to '(...) the music they will be playing in few years'.

As repeatedly pointed out by El Sistema's organizers, the program does not have a rigid methodology. It does not adopt one specific existing method of music education, allowing the núcleos to adapt the lessons according to student and community necessities.

By the age of seven, the pupils start their instrumental instruction. However, with ensemble playing as the core of El Sistema's proposal, the preparation for becoming part of the núcleo's orchestra begins even before. Throughout every stage of their music education, whether singing, playing on the recorder, or on the instrument of their choice, students are constantly in touch with the orchestral repertoire. Whereas the program is flexible with regard to its methodology, its curriculum is, to a certain extent, consistent among the núcleos around the country, allowing for the interchangeability of pupils between ensembles. In some specific sessions children learn '*the kind of discipline practice that prepares*' for the orchestra (Tunstall, 2012: 161, my emphasis). In those occasions, 'the teacher is as ruthless as any symphony conductor about their entrances and cutoffs being exactly, precisely together' (Tunstall, 2012: 163).

In the words of El Sistema's deputy director for institutional development and international affairs, the program's '(...) pedagogy has thus far focused more on performing than on creating music' (Rodrigo Guerrero in Tunstall, 2012: 35). El Sistema's foremost focus on symphonic performance is remarked by a flutist member, who explains that the difference between American traditional conservatories and El Sistema is that the primary goal of the former is to prepare soloists, whereas of the latter is to create orchestras (Tunstall, 2012: 148). As one might wonder, what is in the institution of the symphony orchestra that makes it the heart and soul of the Venezuelan social inclusive program? For David Ascanio (in Tunstall, 2012: 71), a concert pianist and a former El Sistema teacher, it is not just about children playing music, but the orchestra giving a sense of life to young people, in the deepest possible way'. According to Jessica Balboni (in Tunstall, 2012: 138 and 139), former L.A. Philharmonic director of educational initiatives, playing in orchestras '(...) can give children a strong sense of their own efficacy in the world'. For José Antonio Abreu (*Crashendo!*, 2012), the founding father of El Sistema, 'an orchestra is a community where the essential and exclusive feature is that it is the only community that comes together with the fundamental objective of agreeing with itself. Agree on what? To create beauty...'.

Social Rationality

As stressed by José Antonio Abreu (in Tunstall, 2012: 71), El Sistema '(...) is not an artistic program but a human development program through music. Why, then, is El Sistema so overwhelmingly acclaimed as an effective social program?

To *Play and To Fight*, El Sistema's maxim, suggests the program's struggle to create an opportunity for the socially excluded population of Venezuela's deprived barrios to overcome poverty. However, the fight against inequality is far from easy to win. Notwithstanding the fact that Venezuela's Human Development Index has risen since the 1980's, the country's deep inequality does not differ much from Latin America's overall situation. Venezuela's oil abundance vis-à-vis the living condition of the majority of its population resembles the common pattern that has haunted the continent since its colonization; a pattern in which scarcity in the lower stratum is not the result of the country's lack of resources, but a situation sustained by an ever-enforced policy of unequal distribution of wealth. According to the United Nations, Venezuela's HDI has gone up from 0.582, in the 1980's, to 0.731 today, which places the country in the so-considered high level. However, when adjusted according to its inequality, this number drops down to 0.540 (UNDP, 2011). In the first half of 2006, when Venezuela's HDI was already considered high, poverty affected 33.9% of the households and extreme poverty 10.6%. By the time El Sistema applied for the IADB loan, over 70% of the country's youth lived under such conditions (IADB, 2007: 3).

For José Abreu, El Sistema's pedagogy positively affects three fundamental spheres of life. First, it improves the personal-social level by contributing to the enhancement of self-esteem and confidence. Second, the work in the orchestra or choir provides the child 'with a noble identity and makes him a role model for his family and community' (Abreu in TED, 2009). The pupil becomes 'a better student (...) because it inspires in him a sense of responsibility, perseverance and punctuality that will greatly help him at school' (Abreu in TED, 2009). The third effect is that the participants and the surrounding community, by sharing the 'spiritual world that music produces in itself, which also lies within itself' (Abreu in TED, 2009), can overcome material poverty.

Although El Sistema's proposal is founded on Abreu's highly idealized understanding of music as the number one antidote against 'prostitution, violence, bad habits, and everything degrading in the life of a child' (Abreu in TED, 2009), a much more pragmatic rationality, however, seems to underlie the program's ideology. As overly stressed by its institutional discourse, the positive impact of its pedagogy is reflected in the enhancement of the participant's productivity outside of the program. Based on such rationale, El Sistema estimates that by the end of its expansion plan in 2015 the school dropout rate will have decreased from 6.9% to 3% with a 3% increase in attendance. According to the IADB loan proposal, for every dollar spent on the program, US\$1.34 is returned in social dividends, which staves off future social problems such as drug and alcohol abuse, as well as violent crimes (Sistema Australia, 2012a). As a general result, by 2015 poverty should have fallen from 59% to 55%. Nevertheless, El Sistema's discourse around productivity is reiterated by the program's prediction of a 9.3% increase in individuals working in the formal sector as an effect of its expansion (IADB, 2007, Annex 1: 1).

The program statistics go even further to demonstrate El Sistema's favorable cost-benefit relationship. Still according to the IADB proposal, the cost of a participant in the program is less than half of the cost of a student attending school for the same amount of hours (2007: 24). Moreover, as put by the organization, El Sistema is cheaper than any other type of extracurricular activity that would assist the same number of participants, for the same amount of time, yielding the same results (IADB, 2007: 23). Comparing the program with other alternatives, El Sistema USA's consultant Eric Booth (2010: 11) argues that:

'Indeed sports may be able to make a similar case for a high functioning community, and yet sports tend not to show such radical improvement in short periods of time, cannot embrace 200 players on a team, and do not take on the variety of challenges found in an orchestral repertoire.'

Although Venezuelan social spending per-capita does not differ much from other countries in the region, its social development rate appears to be higher, which is possible thanks to the wide spread of music education in the country, according to the IADB proposal (2007: 3).

El Sistema's appealing statistics are, nevertheless, mere predictions strongly dependent on a favorable macroeconomic situation, 'without a collapse in international oil prices or any other significant external shock' (IADB, 2007, Annex 1: 3) that could affect Venezuela's economy. Despite some positive numbers that pointed to a better performance of its participants in school, the program's overall optimistic claims are not substantiated by any sign of change in the social structure of the Venezuelan society since the creation of El Sistema. The explanation for any prospective favorable outcome sounds quite idealistic, which suggests that El Sistema tries to compensate the lack of clearer evidence of its effectiveness with an eloquent rhetoric based on absolute claims.

Such claims are often pronounced by the program's supporters. For Abreu (in Booth, 2008: 11), 'material poverty can be completely overcome by spiritual richness'. 'The vicious cycle of poverty', as he explains, 'can be broken when a child in poor material possessions acquires spiritual wealth through music' (Abreu in Tunstall, 2012: xii). Still in his views, only art, besides religion, can provide an answer to what he sees as a current 'world spiritual crisis'. Art, thus, is capable of responding 'to mankind's deepest aspirations and [to the] historic demands of our time' (Abreu in Sistema Australia, 2012b). The orchestra, the core element around which El Sistema's pedagogy orbits, assumes a much broader role than of just an artistic institution. In the words of Abreu (in Tunstall, 2012: xii), the nuclei's symphony orchestras are '(...) examples and schools of social life'. They constitute new ideal spaces, microcosms of social harmony made possible by the high values intrinsic to the Western classical repertoire acquired by the participants.

El Sistema is then founded on the premise that 'teaching children to play orchestral music together can save lives and heal societies' (Tunstall, 2012: 270). The program is perceived by Tricia Tunstall (2012: xii) as '(...) a form of re-creating social life and challenging poverty through music.'² Such statements, however, are founded on the

² El Sistema in fact attempts to produce an ideal social environment. Every step is taken in the núcleos to create a classless perception (Tunstall: 172).

preconception that the re-creation of social life is achieved through beauty as experienced in the orchestra; as put by Eric Booth (2010: 12), 'the experience of beauty expands the definition of beauty, makes it more inclusive, which enables us to actually see a more beautiful world in which we live'. For Booth (2010: 11), 'spending thousands of hours throughout the growing years dedicated in unselfish, full collaborative commitment to the power of creating excellence and beauty together seems to create healthy individuals'.

Although El Sistema has proven to be pretty successful in training high-quality Western classical musicians throughout the years, its overwhelming acclamation is a result of its supposed effective method to fight the devastating consequences of a problem that has significantly worsened in many regions of the globe in the past thirty years or so, namely, social exclusion. A large number of world-renown institutions and authorities have praised El Sistema as the ultimate tool for rescuing long-marginalized communities. This is in fact an idea that permeates the whole initiative, as Rafael Elster (in Tunstall, 2012: 35) again remarks: 'most of the kids won't be musicians. But they will be citizens'. A question, nevertheless, is still left to be answered: what does the program understand a citizen to be?

For Dalouge Smith (in Eger, 2012), CEO of the San Diego Youth Symphony, 'El Sistema is really a new way of thinking about music education. It is about building a community and productive citizens through the group experience of ensemble and orchestra'. Once again, the idea of productivity seems constant throughout El Sistema's institutional discourse; it is commonly evoked to punctuate the program's effectiveness as a social inclusive initiative. According to FundaMusical Bolívar's discourse, the improvement of the participant's performance in other spheres of social life is made possible thanks to specific skills acquired in the orchestral practice. Such argument is often evoked to justify the emphasis given to Western classical tradition as opposed to any other musical genre or even non-musical activities; the symphony orchestra can provide the students with social skills that will serve as a way out of poverty.

In the Inter-American Development Bank proposal (2007: 8), El Sistema is said to have transcended 'the artistic world to become a social development project that aspires to imbue citizens from a very early age with civic values and teamwork (...)'. Still according to the document, the program is capable of improving human capital by training individuals in good behavior (IADB, 2007: Summary and 5). The proposal's vague notions of 'civic values' and 'good behavior' seem to be linked by El Sistema's ideological discourse to the concepts of discipline, punctuality and responsibility – behavioral improvements not only emphasized by the program, but often reported by the parents of participants (IADB, 2007: 5). Indeed discipline and productivity seem to be widely acknowledged, as well as unanimously praised, as a key feature of El Sistema's pedagogy. Lennar Acosta (in Tunstall, 2012: 29), director of the Los Chorros núcleo, explaining the program's dynamic says that '(...) everything is provided by El Sistema. All we ask of them is that they learn to be disciplined. To be respectful. And to be excellent'.

When trying to explain how the key element in El Sistema's pedagogy – the symphony orchestra – promotes the skills believed to be necessary for the inclusion of poor communities, the various positive discourses about the program again seem to hold on firmly to vague claims. For Tricia Tunstall (2012: 175), the orchestra is '(...) a model for social

life in which collective goals and high individual ideals are synergistically related'. However diffuse, such argumentation is never unaccompanied by the assertion over the disciplining force of the symphonic performance. By being part of the ensemble, Tunstall (2012: 175) explains, 'children are simultaneously learning the discipline they will need to be successful orchestral musicians and the social and emotional skills that will make them successful in family and community life'. Following the same line, for Abreu (in Tunstall, 2012: 70) the orchestra is a 'model of community' because besides promoting solidarity, it teaches 'social discipline'. In an attempt to explain this assumption, El Sistema's founder goes even further trying to establish an analogy between musical performance and society:

'(...) to sing and to play together means to intimately coexist toward perfection and excellence, following a strict discipline of organization and coordination in order to seek the harmonic interdependence of voices and instruments. That's how they build a spirit of solidarity and fraternity among them, develop their self-esteem and foster the ethical and aesthetical values related to the music in all its senses' (Abreu in TED, 2009).

Subjectivities Surrounding the Symphony Orchestra

José Antonio Abreu (TED, 2009) sees the program's symphony orchestras as 'creative spaces wherein new personal and social meanings are constructed'. The orchestra, since its appearance at the end of the seventeenth century, has gradually been conceptualized as 'a new kind of social organization' (Spitzer and Zaslav, 2004: 507), and as such, it has assumed different symbolic values throughout the centuries. A number of metaphors have been used to refer to the ensemble, and each one of them spoke closely to the values and ideals held by the society of the period in question.

The symphony orchestra – the central element in El Sistema's pedagogy – is seen, according to the program's discourse, as a community in which people are brought together by the common goal of creating beauty. 'Participating in beauty', as put by Booth (2010: 13), 'gives us a location, with others, beyond literal, beyond material scarcity, inside eternal truths and aspirations, in a community that creates meaning in harmony with great creators from the past and present who are our colleagues, our friends'.

The metaphor of the orchestra as an idealized community dates far back to the late eighteenth century. It emerged from the efforts to instill its musicians with a sense of collectivity; an attempt to relegate every trace of individuality and yield to the common goal of a good performance (Spitzer and Zaslav, 2004: 394). The ensemble's assumed harmonious character, a construct of the same period, emerged from frequent associations between the orchestra and nature seen as imbued with a sublime condition.

Although associated with an ideal of community, the orchestra throughout the eighteenth century resembled a caricature of court life (Spitzer and Zaslav, 2004: 342). Towards the period of the French Revolution, the ensemble was associated with the ideals of cooperation and education (Spitzer and Zaslav, 2004: 514). Later, in post-revolutionary France, a number of musical institutions dedicated to the education of the working-class

spread out as an attempt by the State to change the life-style of the lower classes without necessarily altering the current social structure (Weber, 1975: 93).

With the boom of concert life in the main European capitals at the turn of the nineteenth century, the orchestra underwent significant changes in its structure, evolving eventually into the contemporary format known nowadays. It gradually incorporated new symbolic meanings, among which 'as a large-scale, unified organization with centralized leadership that signified the wealth, power and legitimacy of the ruler and the state' (Spitzer and Zaslav, 2004: 529). In the first half of the century, public musical events in France were also seen as a tool for taming the morals of the working class and keeping them off the barricades (Weber, 1975: 110). The size of the orchestras gradually grew during this period in comparison to that of their counterparts in the Classical period. Such big ensembles were featured in 'monster concerts played for larger and socially more diverse audiences' than orchestras in previous periods. Interestingly enough, these giant orchestras, ranging in some cases from 400 to 1000 musicians, would play the same repertory – from Palestrina, Handel and Gluck to Berlioz – executed before by smaller groups. 'In their size and their complexity they represented the wealth and the organizational capacities of an emerging industrial society' (Spitzer and Zaslav, 2004: 338).

Whereas in the eighteenth century the orchestra resembled the life of the courts, in the second half of the nineteenth century the symphonic ensemble proved itself to be an institution that would persevere a number of social changes yet to come.

The transformations in the structure of the symphony orchestra seen in the nineteenth century significantly affected symphonic performance. A new regime of discipline arose from the changes that occurred during the process of the institutionalization of the symphonic ensemble. Such regime, however, was not limited to the space of the concert theatre and represented the intensification of deep and gradual transformations in society that followed the end of the Middle Ages. The effusive emotional manifestations seen in eighteenth century audiences were gradually replaced by an introspective mode of behavior (Vincent-Buffault, 1986). A new type of sensibility arose from the social dynamic of the period; emotive outbursts were supplanted by a rationalized way of experiencing sentiments (Vincent-Buffault, 1986).

The new regime of discipline was imposed upon every participant in the 'ritual' of the concert – from the audience to the musicians. Such discipline was enforced with the help of a new character whose function became symbolic of order: the maestro. The former timekeeper, once part of the orchestra, ceased playing and became a silent musician whose job was to create '(...) the order needed to avoid chaos in production' (Attali, 1985: 67). His authority was not only exerted over the ensemble, but was also extended to the audience, who started being educated in the new norms of conduct (during this period, attendees started being fiercely reprimanded for clapping between the movements of the musical piece). As put by Elias Canetti (1962: 395), 'the immobility of the audience is as much part of the conductor's design as the obedience of the orchestra'. By the mid-nineteenth century, such figure was paradoxically perceived by the general audience as the co-creator of the music being played (Spitzer and Zaslav, 2004: 341). This perception is suggested by the romantic composer Hector Berlioz, who saw the orchestras as 'machines endowed with

intelligence but subjected to the action of an immense keyboard played by the conductor under the direction of the composer' (Spitzer and Zaslav, 2004: 521). Canetti offers an interesting view about the subjective construction around the authority figure imbued by the *maestro*.

'He is omniscient (...). (...) His attention is everywhere at once, and it is to this that he owes a large part of his authority. He is inside the mind of every player. (...) He is the living embodiment of law, both positive and negative. His hands decree and prohibit. His ears search out profanation' (Canetti, 1962: 396).

The emergence of the conductor, along with subjectivities that legitimated his authority, had a great impact on the synergy of the ensemble. The changes had widespread effects that went from the disposition of the musicians on stage to the loss of their autonomy over interpretation. In reality, the 'stripping' of the musician's ascendance over their musical parts was the result of a broader transformative dynamic. Starting in the eighteenth century, as the orchestra gradually underwent structural changes, the legitimacy of improvisation in concert music became a heated debate. Gradually, the extra notes in the form of ornaments frequently heard in concert performances were seen with much skepticism due to the impracticality of their use by larger ensembles. As the number of musicians grew, precision, as well as synchronicity, became an issue that had to be taken into serious consideration. Although such concern was indeed the object of much justifiable debate, the disappearance of improvisation in classical music was the result of a much longer and deeper transformational process that cannot be abstracted from the establishment of capitalism in Western society. As commerce and accumulation started dictating much of our culture's dynamic, it did not take too long for music to become one more aspect of life to enter into the stream of commodification.

The increasing concern over the standardization of technical aspects such as bowing, dynamics, intonation, together with the suppression of embellishments, led to a more uniform type of performance. The instrumentalists of a symphony orchestra started being seen as a members of a social group sharing a common goal, and as a theorist from that period explains it, 'people in a social group communicate their feelings through the power and unity of their expression. (...) A ripieno part must be played in exactly the same way by all the musicians who communally perform it' (Heinrich Christoph Koch in Spitzer and Zaslav, 2004: 394). Thus, power and exactness became the main concern of an orchestra musician (Spitzer and Zaslav, 2004: 394) (characteristics often highlighted in performances of El Sistema's orchestras by commentators, such as a journalist who described the precision of the Venezuelan youth ensembles as '(...) almost a machinelike' (Wakin, 2012: 2)).

However, as pointed out by Spitzer and Zaslav, these changes followed a broader disciplining tendency seen at the dawn of the nineteenth century that reinforced social behaviors such as sobriety, uniform dress, neatness, as well as punctuality. By the second half of the century, the practice of improvisation in Western classical music had disappeared, and a new subjectivity that emphasized fidelity to the composers' original intent legitimized the idea of text fixity – all of which paved the path for the perennial 'celebratory procession' of the Western canon of great musical works.

The uniform character of the symphonic ritual that emerged in the nineteenth century is not only restricted to the repertoire and the instrumentation required to play such works, but as it should seem obvious to the frequent spectator of those events nowadays, it is also flagrant in the orchestra's dress code, the posture of the players on stage before, during, and after the performance, the audience's behavior, as well as the interaction between all the participants involved. All of which speaks intimately to the ideology industrial society; such characteristics reiterate the idea of interchangeability of people as with commodities in capitalist societies (Small, 1996: 86).

As modernity increased its pace into the second half of the nineteenth century, changing life in European capitals, symphonic concerts became 'the most important foundation for the unified elite within musical life' (Weber, 1975: 44). A new web of meanings redefined the symphonic ensemble; as Spitzer and Zaslaw (2004: 384) explain:

'a disciplined orchestra was no longer an aggregation of individuals making music in parallel; it was a single social unit, audibly and visibly acting as a group. Orchestral discipline functioned both as a means to an end, the successful performance of ensemble music, and as an end in itself, a demonstration of the power of social unity.'

The Symphony Orchestra and the Modern Construct of Time

An important change in the perception of the symphony orchestra is brought out by Spitzer and Zaslaw; the new metaphors used to describe the ensemble in the nineteenth century no longer made reference to a group of people.

'As the orchestra developed and matured as an institution, it was perceived less as an aggregation of individuals, more as a single impersonal entity, sometimes superhuman, sometimes subhuman, but characteristically non- or even inhuman. By the mid-nineteenth century the orchestra had become a thing' (Spitzer and Zaslaw, 2004: 525).

It is indeed not a surprise that under the cultural dynamic of industrialization such an emphasis on precision, exactness and power could only lead to associations like the one made by a commentator at the time, for whom 'the individuals in an orchestra (...) must unite into a "single mechanical body"' (Ignaz Ferdinand Cajetan Arnold in Spitzer and Zaslaw, 2004: 396). However, such mechanical character seen in the symphonic performance was often associated with a type of 'device' whose popularization in the eighteenth century was indicative of deeper changes in the life of Western society: the clock.

At the turn of the Renaissance, a new perception of time began to emerge from the new social dynamic that gradually permeated the routine of all individuals. As commercial activities increased and capitalist relations of production were slowly established, the cyclical character of agrarian societal life faded away. By the late eighteenth century, the geometrical perception that had organized social life since the Renaissance was superseded by a new construct of linear evolution, for which time and movement became more important than space, according to the German sociologist Henning Eichberg (in Spitzer and Zaslaw, 2004: 527).

As a socially conditioned activity, music was not spared from the transformations of that period. The eighteenth century saw the consolidation of tonal harmony, turning a new page in the process of Western music rationalization. The concept of linear time came to be represented in Western classical music by the 'game' of tension and release of harmonic progression, the motivic development of melody and the new musical forms. As precisely pointed out by Christopher Small (1996: 88):

'The proliferation of clocks, watches and time-checks in our society bears witness to a need, certainly over and above the actual requirements of everyday affairs, to know what time it is; articulative devices in music such as introductions, perorations, transitions, recapitulations, as well as whole temporal structures such as sonata, rondo, da capo aria and so on, are all devices for helping us to keep our bearings on time.'

Gradually, the new time construct dictated much of the social dynamic, which imposed a new discipline on the everyday life of individuals. Comparisons between the orchestra and the temporal transformations in society were often made. Again, the symphonic ensemble became symbolic of one more aspect of modernity, and orchestral performance associated with the new pace in social life. In the first half of the nineteenth century, '(...) workers in textile mills or clerks in offices carried out the same tasks side by side with their fellows, though not so closely coordinated in time as orchestra musicians (Spitzer and Zaslav, 2004: 530). However, the aforementioned aspects of concert music are best synthesized by Johann Nikolaus Forkel (in Spitzer and Zaslav, 2004: 519) at the end of the eighteenth century:

'The music of an orchestra can be considered just like the mechanism of a clock. It stops at the end of each movement, like a clock whose mainspring has unwound or whose weight has reached bottom. To continue operating, each needs to be set in motion again. Setting the tempo for the orchestra at the beginning of a movement is like winding up the musical clock.'

The Symphonic Concert as a Rite

Christopher Small adds an interesting perspective to the idea of personal and social meanings emerged from the dynamic of the symphony orchestra. For him, the whole event of a symphonic performance, from the production to the final social gathering in the space of the concert hall, has a clear ritualistic function. It is a ritual in which ideal relationships are enacted to reaffirm a specific type of social organization. These relationships result from different types of interactions established not only between the individuals participating in the event, but also between them and the whole apparatus involved in the making of the spectacle. All of which is sustained by a symbolic economy of values and beliefs shared in our culture and present in every single aspect of the musical happening. The reenactment of idealized social relations during a Western classical concert represents for Small the reiteration of the dominant values in industrialized societies. To illustrate this assertion Small (1998: 36-37) points out a common, however often overlooked, phenomenon:

'In countries outside the industrial heartland of Europe and the United States of America, an early sign that the conversion to the industrial philosophy and the social relationships that belong to it has taken place and become interiorized is often the takeover of the country's musical culture by Western-style musicking. As the relationships of industrial society take over and a middle class develops that has grown prosperous on the wealth generated by industry, so professional symphony orchestras appear in the major cities, along with opulent centers for the performing arts built to house their performances.'

The symbolic meaning of the symphony orchestra in industrialized societies has also been approached by Jacques Attali (1985: 66), who sees the constitution of the orchestra and its organization as:

'(...) figures of power in the industrial economy. The musicians – who are anonymous and hierarchically ranked, and in general salaried, productive workers – (...) are the image of programmed labor in our society. Each of them produces only a part of the whole having no value in itself.'

Nevertheless, the comparison between the symphonic ensemble and industrial philosophy is refuted by Spitzer and Zaslav, who argue that such analogy would not apply to eighteenth century orchestras. Indeed, early ensembles did not share the same structure of the later ones. Neither were the constructs about them the same as the ones about their nineteenth-century counterparts. Notwithstanding Spitzer and Zaslav's important remark, the analogy established by Small and Attali seems valid for the argument presented in this article as the structure after which El Sistema's orchestras are modeled did not mature before well into the nineteenth century. Such structural model, thus, speaks closer to the changes in society that occurred in this last period.

By the mid-nineteenth century, then, the symphony orchestra became an institution which, despite the more critical approach to Western classical tradition in scholarly works in recent years (not to mention the genre's supposed moribund state as professed by some critics), has managed to keep its prestige among the general public. The ritual of concert music held the values that conferred an identity to the emerging middle class in that period, elevating the symphony orchestra to the top of the musical world's 'hierarchy'. Such ritual is well synthesized by José Miguel Wisnik (1989: 42-43, my translation):

'The inviolability of the written score, the horror of making mistakes, the exclusive use of melodically tuned instruments, the silence demanded from the audience, all makes one hear traditional erudite music as representative of a sonorous drama of melodic-harmonic tones within a chamber of silence, wherein noise would ideally be excluded (the bourgeois concert theater turned out to be this chamber of representation). Such representation depends on the possibility of enclosing a universe of sense within a visible frame, a box of verisimilitude that must be, in the case of music, separated from the paying audience, and ringed in silence. The (free) admission of noise in such a concert would create a continuum between the sonorous scene and the external world that would threaten such representation and would endanger the socially located cosmos in which it [the representation] is practiced (the bourgeois world), where the admission of conflict with the condition of being harmonically resolved is enacted through the constant movement of tension and repose articulated by the tonal cadences.'

The subjectivities described by Wisnik have shaped much of the ritual of classical concert since the nineteenth century. They enforced a new disciplining regime on the musical aesthetic experience from both the perspective of the players, as well as of the audience. Such regime, however, was part of a broader phenomenon; it reflected a new social rationality emerged from industrialization. One factor, though, was determinant to the establishment of the new rationality – the modern concept of linear time. The escalating demands of life in society required a high level of coordination among individuals made possible only by their adjustment to the social rhythm of the period. Gradually, the disciplining force of linear time was felt in every single sphere of life.

Any rite is a type of performance during which values believed to be essential for the survival of a society are reenacted. By celebrating such values it reminds us of who we are, or more precisely, who we believe ourselves to be. To this day, the re-enactment of the symphonic concert within the space of the bourgeois theater symbolically reiterates some of the values that legitimize a specific social rationality. Every ritual shares the function of social cohesion, which, consequently, imbues it with a certain disciplining character. Nevertheless, despite such character, rituals may eventually be broken and subverted, and assume a different meaning.

Richard Schechner (2002) suggests that the act of performing may allow individuals to experience a singular moment during which the performer (or performers) is transported to a different state of mind. Borrowing from Van Gennep's conceptualization of the distinct phases in the rites of passage, Schechner (2002: 57) classifies such state as liminal: '(...) a period of time when a person is "betwixt and between" social categories or personal identities'.

Notwithstanding the cohesive force of the ritual, this so-called liminal state can also yield a form of trance in which behaviors and ties enforced by social conventions may loosen. For Helena Wulff (2006: 126), the liminal phenomenon is an experience of integration, an optimal state during which "mind and body" become fused (...). Wulff sees such state as intensely driven by intuition. Discussing dance performance, she explains that during these moments 'dancers really are "able to move without thinking"' (2006: 137).

The instance of being able 'to move without thinking' is understood by Robert and Michèle Root-Bernstein (1999) as a moment in which intuition, in the form of feelings, momentarily precedes reason. A transitory state strongly guided by imagination, explained by the composer Igor Stravinsky (in Root-Bernstein, 1999: 2) as an 'intuitive grasp of an unknown entity already possessed but not yet intelligible'. Victor Turner (in Schechner, 2002: 57) adds, however, that at the same time that such state, when achieved in a performance, could yield a feeling of collective bond, in a ritualistic context it could conversely represent 'a possibility for ritual to be creative, to make the way for new situations, identities, and social realities' by deconstructing current social structures. Thus, this flux of intuition has the potential to threaten the social cohesive force of a ritual.

Alfred Schultz perceived the interactions between people in music-making as a temporal phenomenon. For him, such moments are instances of 'sharing of the Other's flux of experiences in inner time' and 'experiencing this togetherness as a "We"' (Schultz in Wulff,

2006: 133). Shultz's reference to an 'inner time' experience resonates with Gilles Deleuze's writings on the phenomenon of time. In his collection of essays entitled *The Logic of Sense*, Deleuze (1990) draws from the different perceptions of time in classical philosophy to introduce the concept of Aion. According to Deleuze, for the Greeks the idea of time was not merely reduced to chronology, as generally perceived in our culture. A non-linear concept of temporality existed in opposition to Chronos – the sequence of past, present and future. As explained by Deleuze, whereas Chronos is formed by a long present whose recurrent effort is to control our impulses, confining past and future, respectively nostalgia and aspirations, in the idea of now, Aion works as a deconstructive force that acts upon Chronos' extensive present 'with all the power of an instant' (Deleuze 1990: 165). In Deleuze's words:

'Whereas Chronos expressed the action of bodies and the creation of corporeal qualities, Aion is the locus of incorporeal events, and the attributes which are distinct from qualities. Whereas Chronos is inseparable from the bodies which filled it out entirely as causes and matter, Aion is populated by effects which haunt it without ever filling it up' (1990: 165).

Aion, thus, is the non-chronological, temporal experience of intuitive flux, a 'time without numbers' as so precisely described by Julio Cortázar's character Johnny – a jazz musician obsessed with the contingent experience of time during performance – in the short story *El Perseguidor* (1959). For Johnny, to play yielded a new temporal experience; an 'empty' time in which ideas could be endlessly produced without ever filling it up, years could be remembered within minutes. A time, explains Johnny, under which our lives could expand a thousand times more than the average lifespan, were it not for the invention of the clocks, he adds. Aion, thus, is the time that allows us to experience the 'togetherness as a We', as put by Schultz, and concomitantly surfaces as a corrupting force that makes '[the] way for new situations, identities, and social realities,' as believed by Turner.

The various subjectivities involving Western classical performance enforced a new discipline on the musical aesthetic experience within the limits of the bourgeois theater. As 'fidelity', 'precision' and 'exactness' became central concepts in performance, new constructs such as the 'inviolability of the written score' and 'the horror of making mistakes', as described by Wisnik, started dictating the ritual of symphonic music. All of which set the foundation for the construction of the 'imaginary museum of musical works', as Lydia Goehr (2007) has called it.

The new subjectivities around the symphonic event guaranteed, to a certain extent, the cohesive force of the ritual in which the new relations of production, from which the bourgeoisie ascended as the new ruling class, were symbolically legitimated. Among the constructs that started defining modern life, one which was also ritualized during the concert, proved to be highly efficient for the cohesion of the symphonic 'liturgy' – the modern perception of time. As the concept of linear time pervaded Western music practice, it became the most effective disciplining force in the ritual of symphonic concert. The pervasion of music by linear time was much more than just a sign of another sphere of life entering the process of reification: It represented an attempt of the new cultural dynamic set by capitalism to reach into the remote realm of human subjectivity. The non-linear temporal

experience yielded by the free exercise of intuition during performance ceded, for the most part, to the fixity of the printed 'work', as precisely described in the words of the modernist icon, Igor Stravinsky (1970: 127):

'conductors, singers, pianists, all virtuosos should know or recall that the first condition that must be fulfilled by anyone who aspires to the imposing title of interpreter, is that he be first of all a flawless executant. The secret of perfection lies above all in his consciousness of the law imposed upon him by the work he is performing.'

Nineteenth-century modernism, thus, moved to suppress the corrupting force of non-linear time by reducing the space for the exercise of free intuition during performance.

Final considerations

The ritual of the classical concert in the nineteenth century symbolically represented the affirmation of a new social structure. In the same period, the symphony orchestra with its new paradigm of performance came to symbolize the ideals of discipline and production in accordance to the new social rationality enforced by the imperatives of accumulation. As seen by Attali (1985: 66),

'(...) the constitutions of the orchestra and its organization are figures of power in the industrial economy. The musicians – who are anonymous and hierarchically ranked, and in general salaried, productive workers – (...) are the image of programmed labor in our society. Each of them produces only a part of the whole having no value in itself.'

More recently, the symphonic ensemble has reached out to social spaces beyond the concert theater. In the pace of globalization, the ideas that invested Western classical tradition with a sense of universality have regained new vigor in the discourse of El Sistema – a program, as put by Eric Booth (2010: 13, my emphasis), '(...) built on a foundation of the quintessential truths of art'. Moreover, the synergy of symphonic performance that symbolically represented discipline and productivity in capitalist societies has become, in the paternalist eyes of the Inter-American Development Bank (2007: 10), an alternative '(...) for the non-criminal use of free time among its beneficiaries'. A 'free time' that in most instances is not a product of their own choice but a condition enforced upon them by the social rationality of 'global' capitalism.

El Sistema, however, claims to open the way for the socially excluded to become citizens. Its pedagogical model, 'a dynamic structure (...) in a constant state of flux, adapting to the ever-changing circumstances of the modern world', promises to respond to the 'historic demands of our time'. Such response is suggested by David Holt (in *Sistema NB Program* c. 2009), president of Modern Enterprise Ltd., a sponsor of the program's counterpart in New Brunswick, Canada: 'in the long-term Sistema [New Brunswick] will help create a better quality of workforce in our province (...)'.

By reducing the complex causes of social exclusion to lack of discipline and low productivity, as FundaMusical Bolívar's discourse seems to suggest, the program re-enforces a subjectivity in which the disadvantages of certain groups are comprehended as a

consequence of their own failure, for personal or cultural causes, to increase their human capital by adjusting to a specific social dynamic (Harvey, 2006: 42). A social dynamic whose pace in the past thirty years or so has increased in response to the imperatives of a new phase of accumulation. A dynamic whose rationality requires a level of social discipline in accordance to peremptory demands of production and consumption (all of which are 'facilitated' by new technologies). Such rationality reduces the rich and vast scope of human life to the ephemerality of the market. A market whose logic seeks to confine human passions to the 'now' of Chronos.

The ritual of modern symphonic concert reenacts this logic by limiting the 'intuitive flux' during its performance. A logic that El Sistema seems to embrace, as shown in the words of Eric Booth (2010: 11): 'Ensemble music, and good instruction, produce satisfaction and confidence that free exploration cannot'. For Booth (2010: 12-13, my emphasis), in the symphonic ritual 'beauty carries greetings from other worlds, and when we receive them in experiencing beauty we enter an expanded, inclusive present tense – reaching back to re-connect with the past by recreating it anew in the present'. A present that annuls in the 'now', as described by Deleuze, any potential for future change in the current social rationality.

Notwithstanding the critical approach offered herein, it is not the intention of this article to close this debate but rather to pose a question for continued reflection: Is the instrumental use of the symphony orchestra by El Sistema truly a tool for the inclusion of demised populations around the globe or is it a subjectivity of social discipline emerged from the dynamic of contemporary capitalism?

References

- Attali, Jacques (1985). *Noise. The Political Economy of Music*. Trad. Brian Massumi. *Theory and History of Literature*, v. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Booth, Eric (2010). *El Sistema's Open Secrets*. Retrieved from: http://www.americanorchestras.org/images/stories/edce/El_Sistema_essay.pdf (accessed on 11/02/2012).
- Booth, Eric (2008). *Thoughts on Seeing El Sistema*. Retrieved from: http://www.americanorchestras.org/images/stories/lld_pdf/elsistema_Booth.pdf (accessed on 11/02/2012).
- Cannetti, Elias (1984). *Crowds and Power*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Cortázar, Julio (1959). *El Perseguidor*. In Julio Cortázar, *Las Armas Secretas*. Buenos Aires.
- Crashendo! (2012). *Online video. Sistema Australia*. Retrieved from: <http://sistemaaustralia.com.au/crashendo.html> (accessed on 08/02/2012).
- Deleuze, Gilles (1990). *The Logic of Sense*. New York: Columbia University Press.
- Eger, John M. (2012) (2 April). *There is Something About El Sistema*. *The Huffington Post*. Retrieved from: http://www.huffingtonpost.com/john-m-eger/-there-is-something-about_b_1390248.html?ref=arts (accessed on 10/04/2012)
- El Sistema (2009). *Film. Dir by Paul Smaczny and Maria Stodtmeier, Germany. EuroArts Music*. [TV] Sky Arts 2 (23/01/2012).

- Fundación Musical Simón Bolívar (Fundamusal Bolívar) (2012a). *El Sistema as a Model*. <http://www.fesnojiv.gob.ve/en/el-sistema-as-a-model.html> (accessed on 30/01/2012).
- Fundación Musical Simón Bolívar (Fundamusal Bolívar) (2012b). *El Sistema Methodology*. Retrieved from: <http://www.fesnojiv.gob.ve/en/el-sistema-methodology.html> (accessed on 30/01/2012).
- Fundación Musical Simón Bolívar (Fundamusal Bolívar) (2012c). *Guárico Folk Orchestra*. Retrieved from: <http://www.fesnojiv.gob.ve/en/guarico-folk-orchestra.html> (accessed on 30/01/2012).
- Fundación Musical Simón Bolívar (Fundamusal Bolívar) (2012d). *Venezuela Bursting with Orchestras*. Retrieved from: <http://www.fesnojiv.gob.ve/en/orchestral-and-choral-nucleos.html> (accessed on 30/01/2012).
- Goehr, Lydia (2007). *The Imaginary Museum of Musical Works: An Essay in the Philosophy of Music*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, David (2006). *Neo-liberalism and the restoration of class power. Spaces of Global Capitalism. Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. London: Verso.
- Inter-American Development Bank (IADB) (2007). *Venezuela. Proposal for a Loan for a Program to Support the Centro de Acción Social por la Música, Phase II*. Retrieved from: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1002635> (accessed 11/02/2012).
- Majno, Maria (2012). From the Model of El Sistema in Venezuela to Current Applications: Learning and Integration through Collective Music Education. *The New York Academy of Science*. 1252, 56-64.
- Root-Bernstein, Robert and Michèle (1999). *Sparks of Genius: The Thirteen Thinking Tools of the World's Most Creative People*. Boston: Houghton Mifflin Co.
- Schechner, Richard (2002). *Performance Studies : An Introduction*. London: Routledge.
- Sistema Australia (2012a). *About Us*. Retrieved from <http://sistemaaustralia.com.au/about.html> (accessed on 08/02/2012).
- Sistema Australia (2012b). *Industry Liason* [sic]. Retrieved from <http://sistemaaustralia.com.au/liason.html> (accessed on 08/02/2012).
- Sistema NB Program (c. 2009). *Online video. Sistema New Brunswick*. <http://www.nbyo-ojnb.com/sistemamb/en/Video2.html> (accessed on 10/05/2012).
- Small, Christopher (1998). *Musicking. The Meanings of Performing and Listening*. Middletown: Wesleyan University Press.
- Small, Christopher (1996). *Music, Society, Education*. Middletown: Wesleyan University Press.
- Spitzer, John. and Neal Zaslaw (2004). *The Birth of the Orchestra: History of an Institution, 1650-1815*. Oxford: Oxford University Press.
- Stravinsky, Igor (1970). *Poetics of Music in the Form of Six Lessons*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- TED (2009) (February). *Jose Antonio Abreu: The El Sistema music revolution. Online video of TED Prize acceptance speech*. Retrieved from http://www.ted.com/talks/lang/en/jose_abreu_on_kids_transformed_by_music.html (accessed 18/12/2011)
- Tunstall, Tricia (2012). *Changing Lives: Gustavo Dudamel, El Sistema, and the Transformative Power of Music*. New York: Norton.
- UNDP (United Nations Development Programme) (2011). *National Human Development Reports for Venezuela* (Bolivarian Republic of). <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/VEN.html> (accessed on 16/05/2012).
- Vincent-Buffault. Anne (1986). *A história das lágrimas*. Trad. Helena Moura. Lisboa: Teorema.
- Wakin, Daniel J. (2011) (4 October). *Los Angeles Orchestra to Lead Youth Effort*. The New York Times (online). Retrieved from <http://www.nytimes.com/2011/10/05/arts/music/los-angeles-philharmonic-to-lead-a-sistema-style-project.html> (accessed on 15/05/2012)
- Weber, William (1975). *Music and the Middle Class : The Social Structure of Concert Life in London, Paris and Vienna*. London: Croom Helm.
- Wisnik, José Miguel (1989). *Os som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Wulf, Helena (2006). Experiencing the Ballet Body: Pleasure, Pain, Power. In Suzel Anna Reily (Ed.). *The Musical Human: Rethinking John Blacking's Ethnomusicology in the Twenty-First Century*. (SOAS Musicology Series). Aldershot: Ashgate Publishing Limited.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Tempus fugit: o tempo e a inevitabilidade da morte

MAFALDA FRADE¹

CLUNL – Universidade Nova de Lisboa

mmfrade@fcsh.unl.pt

Resumo:

No presente texto, pretendemos refletir sobre a forma como a sociedade tem vindo a lidar, desde os fins do século XIX até à presente data, com a inevitabilidade da morte e a relação que se estabelece entre esta circunstância e a passagem do tempo. De facto, se a condição da mortalidade tem gerado angústias e temores em quem parte, pelas circunstâncias de mistério e incerteza que arrasta consigo, em quem fica provoca sentimentos variados e relacionados, entre outros, com o tempo. Estes sentimentos são frequentemente exprimidos num tipo específico de texto – o epitáfio – que é propenso a patentear as ideias da sociedade sobre a morte. Essa é a razão por que, a nível da expressão de sentimentos relacionados com a temporalidade, encontramos inscrições tumulares que refletem a noção da brevidade da vida, a diferença entre a certeza da finitude e a esperança da eternidade, a vontade de esperar por um reencontro, etc. Esta situação reveste-se de especial interesse para a Sociolinguística, na medida em que nos permite verificar a forma como a sociedade expõe, a nível da língua, as suas angústias e esperanças sobre a inevitabilidade da separação dos entes queridos que a passagem do tempo acarreta.

Assim sendo, com este estudo pretende-se demonstrar a forma como a questão da passagem do tempo face à morte é tratada a nível da língua portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à forma como os indivíduos encaram esta circunstância em épocas de luto. Para atingirmos este objetivo e sustentarmos o nosso estudo, analisaremos diversos textos de epitáfios recolhidos em cemitérios distribuídos por várias capitais de distrito de Portugal Continental, que nos permitiram compor um *corpus* de algumas centenas de inscrições tumulares relevantes, cuja datação abarca o período compreendido entre 1836 e a atualidade.

Palavras-chave:

Tempo, epitáfio, morte, luto, memória, língua

1. O tabu da morte

A morte foi um foco de atenção para o ser humano desde os tempos mais remotos, por ser uma circunstância rodeada de mistério e incerteza, factos que a tornaram num tabu em muitas civilizações (Caputo, 2008: 73.l; Ullmann, 1964). Assim sendo, historicamente o

¹ Apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: SFRH/BPD/47528/2008.

interesse pelo mundo dos mortos foi uma constante, embora os cuidados que foram ministrados aos defuntos ao longo do tempo tenham variado, tal como a relação que lhes foi atribuída com o mundo dos vivos. No Mundo Antigo, por exemplo, as sepulturas eram afastadas do contacto com os vivos, enquanto no século VI d. C., e por influência do culto dos mártires protetores, os locais funerários foram aproximados das localidades, começando a surgir sepulturas em igrejas (Ariès, 1975: 25-29). Na Idade Média, mais concretamente entre os séculos XI e XII, assistimos a uma mudança de mentalidades, provocada pela disseminação do pensamento cristão: a ideia da existência de um Juízo Final, que torna o Paraíso uma recompensa só para eleitos, conduz a que a morte passe a ser encarada com temor (Ariès, 1975: 32-35). Para além disto, entre os séculos XIV e XVI surge também um interesse artístico por tudo o que se relaciona com a morte, passando a associar-se o desaparecimento corporal à corrupção física. Mais tarde, no século XVIII, com o Iluminismo, os enterramentos nas igrejas começam a ser postos em causa (Ariès, 1975: 49-50; Catroga, 1999: 42-45), tanto por questões de saúde como pela defesa da dignidade da sepultura (considerava-se indigna a forma como os corpos eram tratados nas fossas onde eram colocados). A estas mudanças de pensamento crescem transformações sociais provocadas pela industrialização que produzem mudanças a nível das relações familiares e da forma como a morte é encarada: com a separação do local de trabalho do local de residência, a família desenvolve-se pela primeira vez num espaço privado e mais reduzido onde a atração sexual, o amor e companheirismo passam a ter mais importância. Ora, a importância dada ao afeto torna a morte mais dramática, na medida em que implica a separação de um ente querido, o que produz sofrimento. É nesta época, assim, que o luto se torna mais visível, que as exéquias começam a personalizar-se e que tem início o hábito das visitas aos defuntos e o uso da sepultura como forma de culto da memória (nas classes abastadas), que permite a ilusão de imortalização, não apenas do defunto, mas também da sua família (Ariès, 1975: 50; Catroga, 1999: 16, 29-30).

No século XX, vários fatores contribuíram para que o tabu da morte se tenha fortalecido e esta passasse a ser encarada com distanciamento. Por um lado, dá-se a valorização social do prazer e da felicidade, o que limita o espaço para a dor e o sofrimento (Abud, 2008: 2). Por outro lado, os diversos avanços no campo da medicina criaram a ilusão de que a morte é controlável, ao invés de ser uma circunstância natural e expectável, pelo que a sua aceitação se tornou cada vez mais difícil (Abud, 2008: 3). Para além disto, a disseminação dos tratamentos médicos em ambiente hospitalar teve como consequência o deslocamento do momento da morte de casa para o hospital, permitindo que a sociedade deixasse de estar exposta à sua própria finitude a todo o momento (Macedo, 2004: 10-12; Oliva-Augusto, 1994: 101-102). Esta redução de visibilidade teve por consequência a diminuição da tolerância à morte: os doentes terminais são empurrados para os hospitais e os rituais fúnebres tornam-se rápidos e discretos, como se se devesse fazer desaparecer depressa o cadáver, cuja corrupção assusta (Caputo, 2008: 78, Cunha, 1999: 111-112; Abud, 2008: 2). Mesmo as formas de luto mudaram: ao invés de choro e lamentos bem visíveis e profundos, assistimos hoje ao constrangimento em expressar a dor e à repressão pública dos sentimentos (Ariès, 1975: 58; Carvalho, 2006: 10-11). Contudo, isto não significa indiferença perante quem parte. O que se nota é que a expressão dos sentimentos se converteu numa

circunstância do foro íntimo do indivíduo ou da sua esfera privada, tornando-se pouco visível para o exterior. Há, no entanto, um instrumento que evidencia a dor dos vivos perante o desaparecimento de um ente querido: o epitáfio.

2. O epitáfio como instrumento de estudo

Um cemitério é um “lugar de memória” (Catroga, 1999: 15-16), onde os diversos elementos que compõem a sepultura – caixão, pedra tumular, estatuária, etc. – criam a ilusão de que não há um verdadeiro desaparecimento do corpo. Neste contexto, um dos elementos mais preponderantes para a evocação do defunto é o epitáfio, texto fúnebre que tem sobretudo três funções:

- exaltar a vida, personalidade e feitos do defunto, contribuindo para uma espécie de “julgamento póstumo” (Catroga, 1999: 31) que permite a sua glorificação;
- pedir a benevolência divina ou a oração dos vivos pela alma do defunto;
- veicular pensamentos e emoções dos que ficaram vivos.

A nível linguístico é um tipo de texto bastante interessante, na medida em que permite compreender de que forma um indivíduo transmite, através da linguagem, não apenas o seu pensamento, mas também as ideias sobre a morte veiculadas na sociedade em que vive.

Neste âmbito, o epitáfio transmite informações de diversos tipos, entre as quais a forma como a temporalidade é encarada em épocas de luto.

É esta característica específica que iremos analisar, apoiando-nos em textos de epitáfios recolhidos em cemitérios de algumas capitais de distrito de Portugal Continental, a saber: Porto – Prado do Repouso e Agramonte, Viseu, Aveiro, Santarém, Lisboa – Alto de São João, Évora e Castelo Branco. Do *corpus* estabelecido, selecionámos cerca de 270 inscrições tumulares relevantes, cuja datação abarca o período compreendido entre 1836 e a atualidade. O ano de 1836 foi o nosso ponto de partida, dado não termos encontrado inscrições tumulares anteriores a esta data. Esta situação não é de estranhar se tivermos em consideração que só em 1833, e face às epidemias que surgiram na época das lutas liberais, começaram a surgir medidas concretas que puseram fim aos enterramentos insalubres em igrejas e obrigaram a enterramentos em cemitérios, apesar dos levantamentos populares de resistência e contestação que se verificaram até ao fim do século XIX (Catroga, 1999: 46-59).

Neste processo, apenas tivemos em consideração as inscrições relevantes em termos de temporalidade, tendo sido excluídos epitáfios cuja informação se resumia a dados biográficos (nome, data de nascimento e morte) ou era apenas constituída por expressões formulares muito comuns – caso de expressões como ‘PNAM’ (Pai-Nosso, Ave-Maria) ou ‘À memória de’.

As inscrições obtidas dividem-se da seguinte forma pelos diversos cemitérios investigados (cuja identificação se fará por siglas):

Cemitérios	Períodos	1836-1870	1871-1905	1906-1940	1941-1975	1976-2010
Aveiro (Av)		2	7	25	7	15
Santarém (S)		3	4	6	5	7
Castelo Branco (CB)		0	1	1	9	20
Porto – Prado do Repouso (P.PR)		2	4	5	2	9
Porto – Agramonte (P.Agr.)		1	3	6	3	7
Lisboa – Alto de São João (Lx.SJ)		7	4	3	6	10
Viseu (V)		2	0	1	17	7
Évora (E)		2	0	3	17	37

Tabela 1 – Relação de epitáfios usados na investigação

3. A linguagem no campo da morte

3.1 Eufemismo e metáfora

No âmbito dos epitáfios, é comum encontrarmos, em termos linguísticos, eufemismos e metáforas que ajudam os enlutados a lidar com o tabu, na medida em que lhes permitem evitar o uso de vocabulário que evidencie de forma direta e crua a separação física e decomposição corporal. Há, assim, uma tendência geral para a utilização de expressões que atenuam a realidade, razão pela qual se usam termos eufemísticos. Neste campo, encontramos expressões (Kroll, 1984: 19-23) em que a ‘morte’ é *sono eterno, descanso*; ‘morrer’ é *adormecer, expirar, finar-se*; ‘sepultura’ é *campa, última morada*.

Ao eufemismo pode associar-se a metáfora, que permite olhar a morte segundo novas perspetivas (Lakoff, 1992: 4-6; Andrade, 2008: 37) e tendo em conta o universo religioso ou cultural de cada um. Assim, a morte pode ser encarada, por exemplo, como uma passagem para outra vida, uma nova vida onde há felicidade ou uma separação definitiva e eterna.

Muitas vezes, estas duas tendências combinam-se, numa tentativa de atenuar a realidade, que é metaforizada eufemisticamente de várias formas. Encontramos assim referências à morte como uma viagem sem regresso, em que se pede ao defunto, por vezes, que espere o tempo que for preciso por quem fica vivo. Em alguns casos, essa viagem surge cedo demais, sendo a morte encarada como um agente que levou alguém antes do tempo previsto. Neste âmbito, é identificada com um ciclo da natureza, fazendo-se referência à ‘flor da idade’ ou à ‘Primavera da vida’, por exemplo. Outras vezes, a morte conduz o defunto a uma ‘morada final’ onde ele vai ficar por toda a eternidade. Contudo, por vezes esta morada não é definitiva, mas implica apenas uma outra dimensão espacial que envolve situações temporais não definitivas: a morte surge metaforizada como ‘descanso’ ou significa ‘viver na memória’, como se se tratasse de um processo que não apaga a identidade de quem morre, já que o defunto permanece vivo na recordação dos outros.

3.2 As referências temporais

Como seres vivos, os humanos são marcados pela temporalidade: sabem que a vida possui um fim e que, um dia, todos enfrentam a morte. E sempre que alguém querido desaparece, defrontam-se não apenas com os sentimentos de luto, mas também com a noção da sua própria finitude. Este confronto provoca angústia e conduz à necessidade de

criar mecanismos de defesa – como os ritos fúnebres, por exemplo – que permitem um alívio para o desassossego que se instala (Bellato/Carvalho, 2005: 100).

Também os epitáfios, ainda que de forma ilusória, podem contribuir para diminuir a angústia, na medida em que, através deles, é possível conservar o defunto simbolicamente vivo. Isto faz-se pelo recurso à memória (muitos epitáfios afirmam explicitamente a vontade de manter a recordação do defunto) e pela criação de uma nova identidade: ao morrer, o defunto adquire um novo estatuto, na medida em que deixa de ser um “vivo vulgar” (Bellato/Carvalho, 2005: 100), para passar a ‘viver’ numa outra dimensão. De facto, e dado que, numa perspetiva de tempo linear, a morte é tida como uma rutura e uma perda, tenta-se ultrapassar a cisão entre ela e a vida através da criação de correspondências entre os dois mundos (Bellato/Carvalho, 2005: 101). Assim, a vida é projetada para uma dimensão espacial e temporal indefinida, onde o defunto se mantém vivo e pode ascender a uma vida diferente que lhe permite tornar-se imortal.

Tendo isto em conta, em termos linguísticos, e para além de eufemismos e metáforas, nos epitáfios é frequente encontrarmos referências temporais – mais ou menos diretas e ligadas às noções de passado, presente e futuro – através das quais se expressam diversos sentimentos e perspetivas relativamente ao desaparecimento dos entes queridos.

3.2.1 O tempo passado

Muitos são os epitáfios analisados² que se referem predominantemente ao tempo passado, relacionando-se com o tempo biográfico de quem partiu e a memória que lhe está associada (Araújo, 2005: 6). Aludem, neste âmbito, ao tempo vivido pelo defunto, que é registado, por exemplo, através de acontecimentos considerados relevantes na vida deste. Este tempo único, porque individualizado, é rememorado na forma de alusões à vida terrena do defunto ou através de referências à morte como partida súbita e definitiva para outro mundo.

<p>(1) Aqui jaz Manoel Moreira Dias Faleceu a 20 de Janeiro de 1884 com 53 anos de idade Recordação de sua esposa D. Maria Pereira Dias (P.Agr.)</p>	<p>(2) Aqui jaz José dos Santos Falecido a 2 de Maio de 1919 com 50 anos de idade. R. I. P. (S)</p>	<p>(3) À memória de Francisco S. Braz F. 17-8-1920 com 82 anos Eterna saudade de sua esposa e filhos e sua esposa Rosa de Jesus Caetana F. com 90 anos e sua filha Camila Caetana F. 3-4-1934 – com 56 anos Tributo de saudade que lhe consagra seu marido e filhos e sua irmã Maria da Luz Caetana Faleceu a 2-10-1940 com 73 anos de idade (Av)</p>
--	---	---

Quadro 1

a) alusões à vida dos defuntos

É frequente encontrar, nos epitáfios mais antigos, menções diretas à idade dos defuntos – (1), (2), (3) –, o que indicia que o tempo de vida biológica era considerado um

² Optámos por respeitar a ortografia dos textos dos epitáfios estudados, mantendo intactos os erros ortográficos e a falta de pontuação sempre que surgiram.

senal identitário relevante (em alguns casos, é mesmo o único elemento referido). Note-se que esta tendência se manifesta do fim do século XIX até meados do século XX, não tendo sido encontrados registos semelhantes após estes períodos.

<p>(4) Aqui jaz Guelhermina Rosa de Jesus Falleceu a 20 de Dezbro de 1878 e sua filha Guelhermina em 21.</p> <p>Que profunda magoa a minha ver-te tam nova morrer sentir-te gelada e fria nas convulsões da agonia a penar, filha, a soffrer</p> <p>Ja q'eu não posso mais ver-te nen colher os risos teus unico laço de amor. Pede por nos ao Senhor tu que estás perto de Deus. (Av)</p> <p>(6) Cláudia Clarisse de Oliveira Pinto Pereira * 05-07-1988 † 26-07-2004</p> <p>Eterna saudade de todos os amigos e namorado Ficará para sempre no nosso coração Partiste para o céu na flor da idade. Na Terra deixas-te a dor e a saudade Eterno amor Kuka</p> <p>Nunca se morre quando no coração de alguém se ama como eu te amo Teu namorado Kuka (P.PR)</p>	<p>(5) À memória de Maria Helena Caeiro Condeço N.a 24-7-65 * F.a 13-3-83 Eterna saudade de seus pais, irmão, tios e primos</p> <p>Filhinha/ Choram os teus com saudade/A perda do teu amor/Quem na flor da idade/Descansa na paz do Senhor./Saudade angústia/Vivendo na ilusão/De te querer e não te ter/Sente o nosso coração./Que estejas junto de Deus/Filhinha do coração/ Oferecemos-te toda a vida/Uma linda oração. Ultima recordação de seus pais e irmão.</p> <p>Amiga/Cresceste junto de nós/Partiste e nós vivemos/Com recordações de ti/Que jamais esqueceremos.</p> <p>Partiste com 17 anos./Tão curta foi tua vida/E tão triste para nós/Perder tão cedo uma amiga</p> <p>Te damos um beijo nosso/Como se tu o sentisses/De duas grandes amigas/Que não queriam que partisses Ultima homenagem da Luisa e Milá. (E)</p>
<p>(7) Vitor Manuel Guimarães da Silva Faleceu a 9-2-1952 na primavera da vida deixando a mais profunda saudade. (S)</p>	<p>(8) Faustinho Eras o emlevo dos teus pais como cravo de casto perfume desfolhou-se nos braços de Jesus deichando um aroma que perfuma de esperança as nossas saudades teus pais N. a 23-9-51 F. a 2-7-55 (V)</p>
<p>(9) Aqui repousam os restos mortaes de Augusto Barbosa de? Nasceu a 13 de Agosto de 1844 e falleceu no 1 de Março de 1867 Um modelo d'irmão nesta manção repousa Da Primavera o Sol crestou-lhe a vida em flor Subindo para Deus lembrou-lhe o seu amor... Amantes esparci rozas sobre esta louza. Tributo de amizade (sic) fraternal (V)</p>	<p>(10) Á nossa querida Maria Adelaide Que tam cedo voou para junto de Deus Nasceu a 28 de Fevereiro de 1925 Falleceu a 27 de Abril de 1926</p> <p>Ultimos beijos de seus pais, avós e tios (P.Agr.)</p>
<p>(11) Aqui descança o corpo do virtuosissimo João Malachias Carretero Alumno do 3º An. Theol. e Presidente da Congregação de Maria Immaculada no Seminário Patriarchal. Sua alma voou para Deus a 11 de Dezembro de 1884 tinha 28 annos. Placita erat deo anima illius propter hoc properavit educere illum de medio iniquitatum Sap. IV 14 (S)</p>	

Quadro 2

Há, contudo, uma situação em que, ao longo de todo o período investigado, o tempo de vida biológica é marcado de forma explícita: tal sucede quando se verifica o falecimento de uma criança ou de um jovem. De facto, se a morte de um ente querido adulto por si só provoca sofrimento, este parece exacerbar-se sempre que estamos frente a um desaparecimento na infância ou juventude, na medida em que, perante uma morte encarada como *contra natura*, os familiares enlutados sentem necessidade de referir explicitamente que a morte chegou demasiado cedo. Note-se, contudo, que raramente o dizem diretamente, embora tal se verifique em (4) e (5). Na verdade, é mais comum a opção por metáforas associadas, sobretudo, à Natureza: a vida do defunto surge como sendo Natureza pujante – está na ‘flor da idade’ ou na ‘primavera da vida’, como em (5), (6) e (7), é ‘cravo perfumado ou ‘vida em flor’, como em (8) e (9) ou é metaforicamente associada ao voo dos pássaros, como em (10) e (11) – que a morte vem destruir antes do tempo, provocando sofrimento.

Por fim, e ainda neste âmbito, há outras referências temporais que se revelam interessantes. Assim, no século XIX, há um caso – (12) – em que há uma descrição temporal pormenorizada dos últimos momentos da defunta (data, hora da morte), indicando-se ainda não só a sua idade, mas também os anos de casada, o que demonstra o seu virtuosismo e a importância atribuída ao seu papel de esposa. Também o epitáfio de um Arcebispo – (13) – apresenta vários dados temporais ligados à sua função eclesiástica, o que denota a importância social do seu papel de sacerdote.

<p>(12) Aqui jaz o cadáver de D. Angela Clara dos Serafins Xavier esposa casta e mãe carinhosa que depois de longos e dolorosos padecimentos passou a gosar do descanso eterno aos 24 de Janeiro de 1837 pelas nove horas e meia da noite tendo de idade sessenta e tres annos e seis meses e de casada trinta e nove annos e nove meses. (Lx.SJ)</p>	<p>(13) Aqui jaz D. Joze Antonio da Matta e Silva Arceb: Metro: d'Evora. Foi Conego, Thesour: Mor e Deão da mesma Sé por espaço de 34 as. Foi Vig.º Apost.º do Bispo da Guarda 6 as. e meio e Bispo de Beja pouco mais de um anno. Fall: em 5=9=69 Pede as orações dos fiéis. (E)</p>
<p>(14) Em memória de Gloria Chorão Lavajo Simões Nac a 11-7-1924 Faleceu na noite de Natal de 1997 Só em Deus descansa a minha alma D'Ele vem a minha salvação. Salmo 62,1 (E)</p>	<p>(15) Albina de Jesus N. 9-12-1935 F. 23-9-2005 Delfim Andrade N. 19-5-1933 F.26-12-2007 Estarão sempre nos nossos corações Partiram cedo demais Deixando em nós a saudade Expressa em doridos ais Repousem em Deus queridos pais Albina e Delfim Andrade (V)</p>

Quadro 3

Já no fim do século XX e inícios do XXI, voltamos a encontrar referências temporais interessantes, mas diferentes das anteriores, na medida em que não se apontam dados sobre a idade ou o papel social desempenhado pelos defuntos. O que surge é uma preferência por dados que de alguma forma apontam para o sofrimento causado pela morte em quem permanece vivo. Assim, em (14) é dada relevância à data da morte e a razão parece ser óbvia: trata-se da noite de Natal, época por norma festiva, pelo que um falecimento se

traduz em especial sofrimento. Já em (15), a referência temporal não se traduz por dados específicos, mas expressa um lamento: a morte chegou “cedo demais”, como se tivesse subtraído tempo de vida a quem partiu.

b) A morte como partida

É frequente também, em epitáfios que rememoram o passado, encontrarmos referências à morte como a partida para outro mundo, deixando saudades. Estamos, neste caso, perante epitáfios mais recentes, em que a temporalidade se associa à irreversibilidade da circunstância da morte: há um momento de partida e não há, em momento algum, possibilidade de regresso. É o que vemos em (16), (17) e (18), em que os tempos verbais no passado, aliados a advérbios e adjetivos com valor temporal (‘partiste’, ‘não voltaste’, ‘eternamente’, ‘para sempre’, ‘eterna’), evidenciam precisamente a perpetuidade da circunstância da morte. De facto, o processo é tão claro que a nova dimensão em que o defunto se encontra é denominada ‘eternidade’ – como se observa em (19), (20) e (21) –, o que demonstra que há consciência, por parte de quem fica, de que a morte é um processo que, temporalmente, implica linearidade infinita e não permite retorno.

<p>(16) Sebastião Ribeiro Gil N. 01-09-1927 F. 30-01-2008</p> <p>Foste sempre querido esposo quem sempre me amou. Partiste e não voltaste só a saudade ficou. (CB)</p>	<p>(17) António de Jesus Moura N. 4-6-1918 F. 12-2-1982 Eterna saudade de sua esposa</p> <p>Foste na vida só bondade cheio de amor e sofrimento deixaste com a morte a saudade para o Céu partiste eternamente (CB)</p>
<p>(18) Aqui Jaz (?) Nabais (?)-1925 (?)-1974</p> <p>Por amor lutaste, viveste e sofreste. Por amor daqueles a quem mais querias no mundo! Tinhas desapego à vida mas por eles tudo fizeste! Perdoa querida, por tudo aquilo que merecias e não tiveste! Mas, partiste! E para sempre! Na altura em que tudo davas p'ra viver! Não realizaste o teu grande sonho, não tiveste o direito de ser feliz! Por amor lutaste, viveste e sofreste. Por amor daqueles a quem não pudeste dizer adeus! Eterna saudade de seu marido filhos e netos (CB)</p> <p>(20) À memória de Joaquim Barroso N.25-6(?)-1913(?) F. 2-2-1985 Recordação de esposa filhos</p> <p>Tu partiste desta vida foste para a eternidade mas nos nossos corações deixaste tantas saudades (CB)</p>	<p>(19) Adeus chorada mãezinha que já fostes para a eternidade deixas-tes a tua nétinha filho e nora com profunda saudade</p> <p>À memória de Requelinda do Rosário N. em 15-1-1931 F. em 31-7-1984 (E)</p> <p>(21) Isabel da Piedade N. 16 – 11 – 1923 F. 22 – 5 – 2003</p> <p>Partiste para a eternidade em nossos corações ficou a saudade do marido filhas genros e netos (CB)</p>

Quadro 4

3.2.2 O tempo presente

Há também epitáfios marcados pelo presente e que evocam diversas circunstâncias. Por norma, relacionam-se intimamente com a vida atual de quem permanece vivo – sendo usados para exprimir os seus sentimentos – ou são instrumento de negação ou aceitação da morte. Para além disto, em alguns casos, podem ser usados para veicular os pensamentos do defunto, como se tivesse sido ele mesmo a escrever o seu epitáfio. Vejamos cada uma destas perspetivas.

c) A expressão de sentimentos

São variados os sentimentos que surgem nos epitáfios em estudo e entre eles encontramos os de dor e luto. Note-se que é frequente, em todo o período analisado, que a temporalidade seja veiculada por adjetivos e advérbios ligados a sentimentos como a saudade ou o desgosto, que são apresentados como ‘eternos’, ‘infintos’, ‘constantemente’. É o que vemos nos exemplos (22), (23), (24) e (25). Além disso, há ainda lugar para a presença do verbo ‘aguardar’, em (25), que pelo seu traço aspetual durativo denota, também ele, temporalidade, indicando que os vivos assumem que terão um tempo de espera até falecerem. Já no epitáfio (26), a temporalidade é referida explicitamente como elemento-chave que contribui para aumentar a saudade de quem partiu.

<p>(22) Aqui jaz Conceição Moreira de Matos Falleceu em 2 de Novembro de 1880 tendo de idade 25 annos Aqui repousa também seu filho José fallecido em 1 de Outubro de 1880</p> <p>Entes(?) queridos(?) que aqui repousam, que separou de nos(?) a morte dura, singelo pranto saudade infinda presiste aqui a (?) ternura.</p> <p>Aqui jaz Manoel Maria Ferraz Falleceu a 26 de Dezembro de 1873 (Av)</p> <p>(24) É a ultima homenagem de sua esposa, filhos, netas, irmãos, sogros e sobrinhos enfim, de todos quantos deixaste com profundo desgosto e eterna saudade querido sempre sonhaste ter a tua casa própria mas Deus não quis. Uma vez que o teu sonho não foi realizado em vida eis agora a tua casa para repousares na eternidade Deus te tenha no Céu meu amor!</p> <p>A memoria de Jose Francisco Magalhaes Quaresma Nasceu em 23-1-1928 Falleceu em 9-9-1981 (E)</p>	<p>(23) Merecida homenagem á memória de Tomázia de Jesus Cavaco Nascida a 27-3-1910 Falecida a 8-1-1972</p> <p>Com eterna saudade te choram teu marido filha genro e neta Dai-lhe Senhor o eterno descanso (E)</p> <p>(25) Maria José da Conceição Oliveira</p> <p>Jaz em paz enquanto nos, derruidos por saudades constantes, aguardamos na vida igual destino.</p> <p>De seu marido e filhos 1868 1935 (V)</p>
<p>(26) Querido Saúl Partiste sem te podermos valer O tempo passa a saudade aumenta Teus pais, irmãos, cunhados, cunhadas, sobrinhos nunca te esquecerão que Deus te dê o eterno descanso</p> <p>Saúl Joaquim Barrigo Mendonça N.a 10-4-1961 F.a 8-5-1981 (E)</p>	

Quadro 5

Para além do luto, encontramos também outro tipo de sentimentos. Por um lado, à saudade eterna ligam-se sentimentos positivos em que a temporalidade está associada à expressão do amor ou lembranças positivas de quem partiu, como vemos em (27), (29), (30) e (31), manifestando-se através de adjetivos ('eterna', 'infinito') e advérbios ('nunca', 'eternamente', 'sempre'). Por outro lado, estão patentes também sentimentos de gratidão pelo que o defunto fez e foi ao longo da vida – como observamos em (28) e (32) – e por Deus – como nos revela o exemplo (33). Note-se, neste último caso, como o tempo é sinónimo de vida: o tempo em que a família teve consigo a defunta corresponde à vida desta na Terra.

<p>(27) Jazigo de família Aqui jaz Joaquim José de Santo Amaro Nasceu a(?) 8 d Outubro de 1817 e faleceu a 11 de Abril de 1861.</p> <p>Este triste padrão lhe mandou erigir a sua mui prezada esposa D. Anna Augusta de Santo Amaro Monteiro, como ultima prova de verdadeiro amor, e eterna saudade. (Lx.SJ)</p>	<p>(28) À memória de Luiz da Costa de Azevedo Coutinho que nasceu em Lisboa a 14 de Novembro de 1837 e faleceu na mesma cidade a 24 de Agosto de 1893(?)</p> <p>Tributo de eterna saudade amor e gratidão da sua inconsolavel viúva Maria Jacintha Pinto Guedes de Azevedo Coutinho (Lx.SJ)</p>
<p>(29) À memória de Ana de Jesus Barradas Nasceu em 1897 – Faleceu em 1-12-1942 Eterna Saudade de suas filhas genros e netos Lembramo-nos sempre da sua alma luminosa que tão simples soube ser na terra e tao resignada e serena no sofrimento (V)</p>	<p>(30) Maria da Luz dos Reis N. 30-5-1907 – F. 10-6-1972 Infinito amor de seus filhos noras e netos</p> <p>Aqui tambem repousam os restos mortais de Luis dos Reis da Rosária (Av)</p>
<p>(31) A morte é sombra a vida é luz o descanso infinito aos nunca esquecidos e adorados avós Manuel e Mariana dos netos queridos Miguel e Marisa Pedras Mariana Rita Cardador Familia N.a.11.11.1925 F.a.7.7.2002 Eterna saudade do filho nora e netas (E)</p>	<p>(32) Manuel Domingos Oliveira Maçarico N. 7-12-1942 F. 9-2-2007 Eternamente gratos pelo, o teu exemplo, dedicação e amor Obrigado (S)</p>
<p>(33) Maria Evelise Viegas Costa Pereira dos Santos Nasceu em Tavira a 15-7-1939 Faleceu em Évora a 22-12-2003 Obrigado Senhor pelo tempo que tivemos a nossa Lise (E)</p>	

Quadro 6

Para além disto, ao longo de todo o período estudado, encontramos também sentimentos de aceitação e resignação perante a morte, que se traduzem pela esperança na salvação da alma do defunto, como documentam os epitáfios (34), (35), (36), (37), (38) e (39). A temporalidade, a este nível, é marcada não apenas por adjetivos como 'eterna', mas também por verbos como 'esperar' e 'aguardar', que semanticamente apresentam o traço de duratividade, também presente no gerúndio dos exemplos (34) e (36).

(34) P.N. A.M. Aqui jaz Maria do Nascimento molher(?) de João Barboza Lima esperando o triumpho da sua ressurreição Falleceo em 9 de Novembro de 1837. (Lx.SJ)	(35) Mário Vieira d'Oliveira N. A 6-12-1922 – F. A 4-10-1954 Sentida homenagem de sua estremosa mãe E de suas irmãs muito queridas Que Deus lhe conceda o gozo da eterna luz Paz á alma do que na terra era o anjo (S)
(36) Aqui se encontra João Maria José Pereira Nascido em Ovar no dia 31 de Janeiro de 1891 e falecido em Viseu em 13 de Junho de 1966 aguardando a segunda Vinda de Jesus (V)	(37) À memória de Carmelinda da Conceição N. 27.12.1900 F. 14.11.1974 Eterna saudade de sua filha e netas Mãe! Passaste pela terra fazendo só bem Espera a recompensa que Deus lá tem Tu estejas com Deus no gozo do Paraíso como a vossa alma vive sempre contigo (CB)
(38) À memória de Joaquim Antunes Barata N-15-8-1921 F-2-4-1977 Eterna saudade de sua esposa e filhos Enquanto dormes tua esposa e filhos oram por ti Deus esteja contigo e te dei uma vida eterna (CB)	(39) Antonio Moreira da Silva * 13-10-1942 † 31-12-2003 Pai Santo tende piedade deste vosso filho Antonio que adormeceu na esperança de alcançar a vida eterna/Dai-lhe o eterno descanso para descansar em paz Eterna saudade de tua companheira e familia (P.PR)

Quadro 7

d) A negação da morte

Ao contrário dos últimos exemplos, que veiculam resignação perante a morte, que acaba por ser aceite, há muitos epitáfios dos dias de hoje em que há uma recusa clara em assumir que esta circunstância existe e em aceitar o desaparecimento do ente querido, como vemos nos exemplos (40), (41), (42) e (43). De novo, a temporalidade é marcada através da presença de advérbios associados ao verbo 'viver' ('perpetuamente') ou ao verbo 'morrer' ('não'). Para além disto, encontramos também adjetivos, nomes e formas verbais que expressam a certeza de um tempo de vida infinito – 'imortal', 'eternidade', 'permanecem'.

(40) Porque o amor a honra e o trabalho são imortais; porque amaste, honraste e trabalhaste és imortal. Em nós C.B. 1 9 1974 M.T.K.N. (CB)	(41) Alfredo Ribeiro N. a 18-5-956 F. a 14-2-976 Não morreste!... Vives perpetuamente ao lado de teus padrinhos (P.PR)
(42) Rodrigo A. Purificação N. 3-11-1938 F. 29-10-1999 Não morreste! O teu calor e a tua presença permanecem connosco até a eternidade! Tua esposa filha sogra e familia (P.PR)	(43) Margarida da Silva Paiva * 10-9-1902 † 2-4-2001 Tu não morreste partiste para viveres com Deus na eternidade onde esperamos viver todos (V)

Quadro 8

De realçar, neste âmbito, a ideia de continuidade entre vida e morte, havendo uma recusa em assumir uma rutura entre os dois planos. Assim, a morte não é o fim, é apenas um momento de passagem para outra dimensão. A continuidade verifica-se na apresentação da morte como uma viagem que todos farão – veja-se os exemplos (44) e (45) –, sendo que o

advérbio ‘antes’ é usado para marcar que, em termos temporais, há alguém que assume a precedência nessa viagem. Para além disto, há epitáfios que registam a afirmação categórica da continuidade entre vida e morte. É o que vemos nos exemplos (46) e (47), em que importa realçar o verbo ‘transformar’, que semanticamente veicula a passagem de um estado para outro, implicando assim uma evolução no tempo.

<p>(44) Rosa de Jesus Fernandes</p> <p>Aqueles que amamos nunca morrem, apenas partem antes de nós. Até já 1923 2007 (Lx.SJ)</p>	<p>(45) Pedro Manuel Varandas Furtado N. 18-7-1951 F. 15-02-2009</p> <p>Para nós que te amamos não morreste, apenas partiste antes de nós.</p> <p>Com amor da esposa, filha, irmã, cunhados e sobrinhos (Lx.SJ)</p>
<p>(46) Maria Etelvina * 4-11-1932 † 24-3-2007</p> <p>A vida não acaba com a morte apenas se transforma misteriosamente... (P.PR)</p>	<p>(47) A vida não acaba, apenas se transforma</p> <p>À memória de António Duarte Patrício N. A 3-11-1901 F. A 4-3-1976</p> <p>Com eterna saudade de sua mulher filhos e netos. (S)</p>

Quadro 9

Veja-se ainda, nesta linha, o epitáfio (48), do século XIX, que resume estas mesmas ideias: a morte (metaforicamente associada ao sepulcro) é encarada não como um fim em si, mas como uma passagem para outra vida, uma ‘vida sem fim’, a ‘eternidade’, que está associada à imortalidade:

<p>(48) Jazigo Perpétuo MDCCCCI</p> <p>O navio foi a pique n'este sorvedouro fatal! Mas ao naufrágio da vida e a voragem da sepultura alguma coisa escapa sempre e entra em porto de salvamento: - a Virtude conduzindo a Alma e ancorando venturosamente nos Céos!,,</p> <p>Audivi vocem dicentem mihi scribe (?) Memento pulvis, quia homo es, et in hominem reverteris!</p> <p>As cinzas que aqui repousam, são cinzas humanas, cinzas immortaes. A morte as engendrou desfazendo frágeis corpos, mas a morte que pulverisa a argilla do corpo não attingue nem extingue a essência da Alma. O sepulchro não é o aniquilamento, o nada – é o principio do fim de uma vida sem fim. Balisa entre vivos e finados, a campa falla a dois mundos:aponta o tempo que acaba e a eternidade que começa.Bemaventurados os mortos que morrem no Senhor!...</p> <p>Mais poderoso que todas as vozes o silencio dos túmulos esta bradando. Este corpo, esta carne, estes ossos, esta pelle, estes olhos, este eu e não outro, tudo isto,que teve vida mortal até cahir em pó, há-de resurgir immortalmente. O que foi e o que será, isso é. Pó, que és homem por que foste homem lembra-te que hás-de tornar a ser homem!</p> <p>Quantos aqui jazem formaram uma família e foram todos um! Identificaram-se na vida e reúnem-se na morte Em Deus misericordioso firmam s sua esperança; e, escudados pela Fé, dormem seguramente o somno da Paz. (P.PR)</p>

Quadro 10

Por fim, ao longo de todo o período analisado surgem também epitáfios em que a ‘eternidade’ é sinónimo de ‘descanso’, ‘sono’ ou ‘repouso’ – vejamos os exemplos (49), (50), (51) e (52). Ora, uma situação de descanso ou sono é sempre passageira (Crespo Fernández, 2006: 121), o que nos permite concluir que, a este nível, a morte pode ser assumida como uma fase temporária, rejeitando-se o seu carácter definitivo. Mesmo assim, é frequente encontrar, neste âmbito, adjetivos como ‘eterno’, o que nos permite perceber que, ainda que a morte seja associada a eventos temporários, não evita que o defunto se mantenha em outra dimensão, eterna. Só que a esta dimensão associa-se uma outra forma de vida e não a morte.

<p>(49) Aqui dorme o sono eterno Manoel Melo Alvim Nasceu a 16-12-1920 Faleceu a 7-12-1924 ----- Recordação de seus pais e irmão (Av)</p>	<p>(50) Aqui jaz Alfredo Marques N. A 13-9-1911 F. A 23-3-1965 Dorme o teu sono coração liberto dorme na mão de Deus eternamente Com o amor e profunda saudade da sua esposa P.N. A.M. (E)</p>
<p>(51) Dai-lhe Senhor o eterno repouso D. Maria Casimira Banha Nasceu em 19 de Março de 1958 Faleceu em 11 de Janeiro de 1941 A sua grande amiga saudosa recordação de Palmira e Armando Pinto Bastos (E)</p>	<p>(52) Manuel Augusto da Trindade † 26-1-1992 Que o Senhor te dê o eterno descanso e o reino da glória no Céu Última homenagem de Saudade de sua mulher filhos genro nora e netos (V)</p>

Quadro 11

e) A expressão do pensamento do defunto

Vários epitáfios dos dias de hoje veiculam os pensamentos dos defuntos, usando para isso a primeira pessoa verbal, como observamos em (53), (54), (55) e (56). Neste caso, também há marcas de temporalidade, perceptíveis na primeira pessoa (singular ou plural) do presente do indicativo (‘estou’, ‘descanso’, ‘vem’, ‘leva’), do presente do conjuntivo (‘chorem’) e do futuro do indicativo (‘continuaremos’, ‘cantarei’) e no uso de pronomes de primeira pessoa (‘eu’, ‘meu’, ‘minha’, ‘mim’, ‘meus’), que colocam a voz do defunto no momento da enunciação, criando a ilusão de um diálogo com os vivos (possível se os sujeitos da enunciação partilharem ficticiamente o mesmo tempo).

Neste âmbito, destacamos ainda um epitáfio (57) em que, para além da manifestação de carinho pela defunta, encontramos a expressão clara da vontade do seu proprietário, sendo o tempo um elemento decisivo. De facto, ao utilizar a expressão ‘depois de mim’, o proprietário do jazigo revela que assume a sua vontade como sendo perdurável por todo o sempre:

<p>(53) Não chorem por mim porque eu não morri estou no Céu a pedir pelos meus pais e irmã</p> <p>N. a 2-10-(?) (?) a 24-8-1961</p> <p>Vitor (?) Lopes saudados dos teus(?) queridos pais e irmã (V)</p>	<p>(54) Não chorem. Continuaremos a amar-vos na noutra vida. O amor está na alma e a alma não morre.</p> <p>José Coelho N. a 28-6-1901 F. a 13-5-1961</p> <p>Saudades infindas de seus filhos filha genro noras e netos (V)</p>
<p>(55) Enfim descanso do trabalho que eu gostava mas cansava. O espírito não morreu Mudou de lugar, adormeceu. Quem corre por gosto não cansa. Descansa. Meu corpo vem descansar minha alma foi viajar foi pró reino da verdade leva consigo a saudade emigrou não finou mas pró corpo foi o fim. Enfim!</p> <p>C.Branco-13/5/72 Nuno da Cunha Navarro N.13-12-1918 F. 2-4-1974 P.N. A.M. (CB)</p>	<p>(56) Cantarei ao Senhor um cântico novo por tudo o que Ele fez por mim</p> <p>Manuel Pimentel Nogueira N.25-01-1941 F.07-12-2006</p> <p>Eterna saudade de sua esposa e filhas</p> <p>Aos meus familiares e amigos o meu eterno obrigado M.P.N (Av)</p>

Quadro 12

<p>(57) Á sua querida mulher D. Gertrudes Eugenia Nunes Monteiro fallecida em Santarem a 21 d'Agosto de 1899, dedica Pedro Monteiro</p> <p>Este Jazigo é meu; não passa a herdeiros; e depois de mim, ninguém mais será n'elle depositado. Pedro Monteiro</p> <p>Aos cuidados do Asylo Districtal de Santo Antonio de Santarem. Pedro Monteiro (S)</p>
--

Quadro 13

3.2.3 O tempo futuro

Os epitáfios que veiculam uma temporalidade com características futuras relacionam-se com a projeção da vida para além da morte, podendo exprimir

- a afirmação da vida através da memória;
- a esperança num possível reencontro.

f) Viver na memória

No primeiro caso, a afirmação da vida através da memória, encontramos epitáfios que veiculam a ideia de que a morte não é o fim: há sempre a possibilidade de viver num plano diferente, na memória. Este pensamento, que nos parece uma outra forma de negar a existência da morte, encontra-se patente nos epitáfios em que se afirma que o defunto não cairá no esquecimento, mas permanecerá vivo na mente dos vivos através de recordações. É o que constatamos nos exemplos (58), (59), (60), (61), (62), (63) e (64) onde, de novo, as referências à temporalidade são veiculadas pelo tempo verbal do futuro do indicativo ('serás', 'poderá', 'esqueceremos', 'viverás', 'estarás', 'permanecerá') e por advérbios ('jamais',

‘sempre’ ou ‘nunca’). No entanto, eles são agora utilizados para exprimir a perpetuidade da vida, mesmo que essa vida não seja física.

(58) A memória de António Artur d'Almeida Costa Faleceu a 20-11-1942 Saudosa recordação de sua desolada esposa Descança em paz marido querido Que já mais serás esquecido (S)	(59) Alfredo Lucena Nasceu em 18 de Abril de 1872 Faleceu em 28 de Setembro de 1957 Jamais poderá ser esquecido por seus filhos aquele que foi o melhor dos pais (P.Agr.)
(60) José Augusto Gonçalves Vila Pouca N. 18-4-1971 F. 28-8-1988 <Zé-Gú> Com lagrimas amor e saudade Partiste para a eternidade O nosso amor e desgosto é tão profundo mas não te podemos valer quando deixaste este mundo Não te esqueceremos jamais viverás eternamente no coração de teus pais (P.Agr.)	(61) Eterna Saudade de Mário Jorge Sousa Dias N. 23-6-1972 F. 6-6-2000 Marinho Recebemos a bênção do teu amor partilhamos o silêncio da tua dor Agora vivemos a recordar-te para que em nós e por nós a tua pureza nunca seja esquecida Da família que te ama (S)
(62) Luis Filipe Morgado Duarte N. 12-6-1965 F. 12-7-2000 Luis, morrer não é desaparecer, porque estarás para sempre presente nos nossos corações. (Lx.SJ)	(63) À memória de Miguel Pereira N. 1-4-1921 F. 2-3-1999 Viverás para sempre nos nossos corações Descanse na paz do Senhor (Lx.SJ)
(64) "Sabemos que a tua partida foi uma passagem para a outra vida e que de outra forma segues os nossos passos. Que Deus te envolva de amor, com a promessa de que a tua alma permanecerá sempre dentro dos nossos corações." 1948 "Vilas" 2009 28 Jan. 07 Fev. Carlos António Carvalho Vilas Boas Soares (P.Agr.)	

Quadro 14

g) O reencontro

A evocação do defunto não se limita só ao que passou e é irreversível: recordar é também patentear o desejo de condicionar o presente e o futuro. Essa é a razão por que, para além de veicularem a negação da morte como uma circunstância irreversível e de defenderem a vida na memória, é frequente encontrarmos, ao longo de todo o período estudado, epitáfios onde é bem patente a esperança num reencontro: vejam-se os exemplos (65), (66), (67), (68), (69), (70), (71) e (72). Este sentimento tem raízes profundas nas crenças religiosas dos enlutados, razão pela qual Deus é referido várias vezes, como vemos em (67), (68), (70) e (72).

A este nível, a temporalidade é veiculada não só pelos tempos verbais no futuro ('juntaram' por 'juntarão', 'unir-nos-á', 'irei', etc.), mas também pela forma imperativa 'espera' (que projeta a ordem num tempo futuro) e por advérbios e locuções adverbiais como 'um dia', 'enfim', que, de novo, nos transportam para um tempo futuro, tal como o nome 'eternidade'.

Por fim, repare-se ainda no uso de expressões que nos transportam para a infinitude temporal – ‘pelos séculos sem fim’ –, na presença de fórmulas de despedida que veiculam a certeza de que, com o tempo, haverá reencontro – ‘até um dia’ (veja-se também o epitáfio (44)) –, na expressão ‘a saudade vencerá o tempo’, que indicia a certeza de que é possível, em termos temporais, reverter a situação de separação definitiva, e no eufemismo metafórico veiculado em ‘quando chegar a nossa hora’, em que uma expressão temporal – ‘a nossa hora’ – é utilizada como sinónimo de ‘morte’.

<p>(65) Aqui jaz Joao Baptista de Figueiredo Nasceu a 1 de Janeiro de 1836 Falleceu a 30 de Maio de 1851 Seus paes saudosos enconsolaveis Um dia se lhe juntaram Neste seu jazigo (Lx.SJ)</p>	<p>(66) Mario da Costa David N. 15-4-1922 F. 2-5-1975 Espera por mim Eterna Saudade de sua esposa (CB)</p>
<p>(67) Luisa Quando o meu corpo, enfim,/Repousar junto do teu,/Praza a Deus tambem assim,/Lado a lado, em pleno Céu,/Nossas almas redimidas,/ No antigo amor ungidas,/Se enlacem, fiquem unidas/Pelos séculos sem fim Silvério Dorme o teu sonho, coração liberto, dorme na mão de Deus eternamente!» 3-IX-1968 (V)</p>	<p>(68) José Esteves de Almeida * 12-3-1907 † 19-1-1990 “A morte separou-nos na Terra Deus unir-nos-á na eternidade” Profunda saudade de teus filhos (V)</p>
<p>(69) Meu querido Adeus até um dia Tua esposa António Almeida Cheixo «conde Xabregas» N 5-2-1927 F 23-5-2000 Eterna saudade de sua esposa filhos genro nora e netas (S)</p>	<p>(70) Nesta viagem não pude ir contigo. É o destino. Fiquei só. Solitaria perdida neste mundo que só via pelos teus olhos. Espera-me. Eu irei pois a minha saudade vencera o tempo e o afecto levar-me-á para ti. Como sempre o desejei eu irei companheiro e amigo. Eu irei! Amavas o (?) Deus se lembrará de ti na ressurreição. (CB)</p>
<p>(71) João Filipe Alves Matias N.02-10-1985 F.22-11-2008 Com amor dos teus pais esposa filha e familia O teu sorriso... Faz-nos olhar para o Céu para a mais bela das estrelas Tudo o resto são as saudades que temos e perdidos no desespero da dor de não te termos aqui encontramos e relembamos o amor que sentimos por ti Foste embora sem te despedir. Quando chegar a nossa hora iremos nos juntar outra vez todos no Céu. Sentimos todos muito a tua falta, pois tens um lugar especial dentro do nosso coração. Hugo, Joel, Romeu, Paulo, Diogo, Pedro, Roque, André - “Os Falcões” (CB)</p>	<p>(72) Henrique Manuel Chitas do Rosário Falé N.A 19-12-1964 F.A 31-1-2010 Filho querido que tão cedo partiste Deixando-nos cegos de dor e de saudade Repousa no seio de Deus que te chamou Que a nós a única luz que nos ficou Foi a esperança de rever-te na eternidade. Com profundo amor dos pais P.N. A.M. (E)</p>

Quadro 15

Conclusão

Ao longo da nossa investigação, pretendemos observar de que forma a sociedade lida, desde o final do século XIX até aos dias de hoje, com a relação que se estabelece entre a morte, inevitável e irreversível, e a passagem do tempo. Neste âmbito, dedicámo-nos a estudar epitáfios – textos que veiculam não só a dor de quem fica (diminuindo a angústia dos enlutados ao permitir a expressão de sentimentos e a conservação do defunto simbolicamente vivo), mas também as ideias culturais da sociedade – e concluímos que eles veiculam inúmeras referências temporais que são utilizadas de diversas formas, exprimindo o passado, marcando o presente ou projetando o futuro.

De facto, o tempo é uma característica que está presente nas alusões à vida passada do defunto – quando se evoca o papel social do defunto, a sua idade, uma morte antes do tempo (no caso do falecimento de crianças e jovens), uma data especial, etc. – e nas referências à morte como partida súbita, definitiva e irreversível para outro mundo.

Relativamente à relação entre a temporalidade e o presente, detetámos que surgem inúmeras referências temporais na expressão dos sentimentos (positivos e negativos) dos enlutados, que aproveitam o texto fúnebre para exprimir também a sua esperança na salvação do defunto ou para negar categoricamente a existência da morte e o desaparecimento dos entes queridos. A este nível, as referências temporais são utilizadas – pela presença de verbos, adjetivos e advérbios com valor temporal – para reforçar a certeza de que, ao invés de uma rutura, há uma continuidade entre o plano da vida e o da morte. Por fim, neste campo, ainda há lugar para colocar na voz do defunto pensamentos que ficam expressos nos epitáfios, sendo que a temporalidade, aqui, veiculada pelas formas verbais no presente, permite criar a ilusão de que o defunto continua vivo (porque tem voz).

Por fim, as referências temporais permitem ainda que os vivos projetem, no plano do futuro, a certeza da perpetuidade da vida de quem partiu, associando-a à memória, e a esperança num reencontro numa outra dimensão de vida.

Tudo isto permite-nos concluir que a temporalidade é uma categoria muito relevante para a interpretação dos textos fúnebres.

Referências

- Abud, C. (2008). *A cultura da morte e da mortalidade nas organizações hospitalares*. Recuperado de: <http://www.pqv.unifesp.br/crisadub.pdf>.
- Andrade, Viviane L. Vilar de (2008). *Sobre a Identidade da Metáfora Literária*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Araújo, Emília Rodrigues (2005). *A relação entre pessoa e sociedade: um olhar a partir do tempo*. Congresso Internacional de Filosofia "Pessoa e Sociedade: Perspectivas para o Séc. XXI", Braga, Portugal, 16-18 Novembro 2005. Recuperado de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3889>.
- Ariès, Philippe (1975). *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema.
- Bellato R, Carvalho E.C. (2005). O jogo existencial e a ritualização da morte. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, 13(1), 99-104.

- Caputo, Rodrigo Feliciano (2008). O Homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. *Saber Académico*, 6, 73-80.
- Carvalho, Cátia Daniela Rodrigues (2006). Luto e Religiosidade. Monografia realizada no âmbito da Licenciatura em Psicologia (ISMaia). Recuperado de: <http://psicologiadareligiao.files.wordpress.com/2007/12/luto-e-religiosidade.pdf>.
- Catroga, Fernando (1999). *O céu da memória*. Coimbra: Minerva.
- Crespo Fernández, Eliecer (2006). The language of death: Euphemism and conceptual metaphorization in Victorian Obituaries. *SKY Journal of Linguistics*, 19, 101-130.
- Cunha, Vanessa (1999). A Morte do Outro – mudança e diversidade nas atitudes perante a morte. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 31, 103-128.
- Kroll, Heinz (1984). *O eufemismo e o disfemismo no português moderno*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- Lakoff, George (1992 [1979]). The Contemporary Theory of Metaphor. *Metaphor and Thought*. Ed. Andrew Ortony (2ª ed) (202-251). Cambridge: Cambridge University Press.
- Macedo, João Carlos Gama Martins (2004). *Elisabeth Kübler-Ross: a necessidade de uma educação para a morte*. Diss. Mestrado. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Oliva-Augusto, Maria Helena (1994). O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*: S. Paulo, 6(1-2), 91-105.
- Ullmann, S. (1964). *Semantics: An introduction to the science of meaning*. Oxford: Basil Blackwell.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

A história e a atualidade da compressão do tempo e do espaço

SELMA VENCO

Universidade Metodista de Piracicaba
selmavenco@uol.com.br; sbvenco@unimep.br

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar a história e a atualidade de duas categorias analíticas centrais para a análise sociológica: o espaço e o tempo. O tempo no capitalismo é debatido enquanto fenômeno presente no desenvolvimento das atividades produtivas, e, também, como elemento fundamental na racionalização do processo de produção. A dimensão social do controlo do tempo na sociedade capitalista é discutida sob a perspectiva da possível formação de uma nova norma temporal, diferenciada da construída no fordismo, que repercute nas relações de trabalho e sociais, bem como na vida privada. Toma-se como base a análise de tais configurações num trabalho de tipo novo, qual seja o realizado nas centrais de chamadas, conhecido no Brasil popularmente como telemarketing. A organização do trabalho em foco estabelece ritmos de trabalho e pressão hierárquica para o aumento da produtividade, conformando condições de trabalho degradadas. São resultados evidenciados em três pesquisas realizadas que retratam a evolução desse setor produtivo: nos anos 1990 a análise privilegiou as centrais de atendimento ainda instaladas no interior das empresas, cujo foco foi o setor bancário; nos anos 2000, frente a um significativo processo de terceirização dos serviços, visando redução de custos, ampliação da competitividade e criação de grandes call centers, estes foram investigados; no final dos anos 2000, uma nova prática de terceirização começa a instalar-se nos países periféricos e semi-periféricos e, portanto, o nosso objeto foi o trabalho concretizado nos call centers, a partir de então, também realizado noutro idioma. Todas as pesquisas foram de caráter qualitativo.

Palavras-chave:

Tempo; espaço; controlo; normas temporais; centrais de chamada; call centers

“O relógio é o primeiro autómato empregado num objetivo prático; toda a teoria da produção de movimentos uniformes se desenvolveu sobre essa base”.
Karl Marx

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o tempo e o espaço no capitalismo sob dois aspectos: como categoria analítica no desenvolvimento das atividades produtivas e como elemento fundamental na racionalização do processo de produção. Assim, visa-se analisar a função do controlo do tempo na sociedade, discutindo-se se estará em curso a formação de uma nova norma temporal nas relações de trabalho, bem como as suas possíveis repercussões nas relações sociais e na vida privada.

A partir da abordagem teórica analisa-se a sua associação a um tipo de trabalho que cresce nos países industrializados, especialmente a partir dos anos 90, quando evolui a telemática: o trabalho realizado nas centrais de atendimento, também conhecidas como centrais de chamadas, de telesserviços ou, ainda, de forma genérica, telemarketing.

1. Tempo e produção

As categorias analíticas aqui selecionadas para a análise dessa atividade são o tempo e o espaço. A hipótese central reside na verificação da indissociabilidade entre, de um lado, a permanência do tempo e, de outro, a racionalização do trabalho e o controlo dos trabalhadores.

Nesse sentido, Norbert Elias (1998) e Edward Palmer Thompson (1998) são as referências teóricas privilegiadas para analisá-las, à medida que ambos os concebem como construções sociais que se modificam ao longo da história, mas que guardam um aspeto comum: a sua indissociabilidade com as formas de controle dos trabalhadores. Nesta nova conjuntura, compreender mudanças tecnológicas relacionadas com a compressão do tempo e do espaço requer uma análise histórica desse processo.

Sociologicamente, o tempo é uma construção social edificada sobre normas concebidas e instituídas na vida quotidiana das comunidades. No decorrer da história do capitalismo, essa construção afasta-se dos códigos estabelecidos na agricultura familiar, regidos fundamentalmente pelo tempo da natureza e, paulatinamente, institui condutas apoiadas em hierarquias, gerando diferentes compreensões do tempo. Assim, examina-se também a participação da tecnologia no controle sobre o trabalho e na dessincronização dos ritmos coletivos da sociedade. Noutras palavras, discute-se como a ampliação da mobilidade e o trabalho da distância – via telefonia móvel, sistemas de conexão etc. – interferem na vida dos trabalhadores das centrais. Para Michel Lallement (2003), a flexibilização das normas temporais acarreta problemas aos indivíduos, porquanto devem adaptar a sua vida privada a horários de trabalho incomuns. O autor lembra que o descompasso entre o tempo de trabalho e o tempo pessoal causa perda de equilíbrio e sofrimento.

Nas palavras do próprio autor:

“O atual movimento de flexibilização do tempo de trabalho não faz mais que ampliar, sobre um registro um pouco diferente, um mesmo fenômeno. Para numerosos trabalhadores, é mais do que difícil articular suas horas de trabalho com os horários de abertura dos serviços públicos ou da escola dos filhos. Vemos assim como esse tema da irracionalização converge rapidamente para a diversidade do tempo social” (Lallement, 2003: 28).

É no bojo desse exame crítico que David Harvey (1989) reemprega a expressão compressão do tempo e do espaço, usada por Marx (1982), alertando que há elementos suficientemente contundentes na história que mostram o quanto o capitalismo se empenha em imprimir maior velocidade aos ritmos de trabalho, concomitantemente ao desenvolvimento de tecnologias, objetivando a superação de barreiras territoriais pelos sistemas de comunicações.

O historiador inglês Edward Palmer Thompson permite-nos afirmar que o tempo tem caráter determinante e preponderante na disciplina do trabalho e é, nessa perspectiva, fator indissociável dos processos de controlo dos trabalhadores. O autor questiona tanto o papel do tempo na constituição da disciplina no trabalho quanto o relativo à percepção interna do tempo pelos trabalhadores (Thompson, 1998: 269). Thompson constrói uma linha do tempo para responder a essas questões, iniciando pela análise da percepção do tempo no período pré-industrial, a partir da experiência dos camponeses independentes, que mensuravam o tempo por cantigas ou orações cujo término indicava o tempo correto do cozimento dos alimentos, ou obedecendo às leis da natureza para determinar a duração do trabalho no período da colheita, e dos pescadores, que marcavam os horários de trabalho pelo ciclo das marés. Cada grupo produtor possuía as suas especificidades, mas todos se apoiavam nos ritmos de trabalho e de vida vinculados à natureza e à sobrevivência. Era, portanto, uma percepção do tempo orientada pelas tarefas (1998: 271). Esse tipo de orientação resulta num trabalho pautado em relações sociais, pois o seu objetivo precípuo é “cuidar de uma necessidade”, o que indica a indissociabilidade entre o trabalho e a vida.

A primeira transformação expressiva observada por Thompson acerca da compreensão do tempo ocorre no momento em que essas famílias passam a contratar trabalhadores, surgindo a necessidade de se controlar o trabalho assalariado. Essa é a principal razão pela qual os camponeses se afastaram do tempo orientado pelas tarefas para adotar a “orientação do trabalho controlada pelo relógio”. Assim, a compreensão do tempo relacionado ao trabalho ganha complexidade, provocando uma cisão entre a percepção do tempo do empregador e a do empregado. A forma de vivenciar o tempo passa a ser diferente e tem como referência a posição que cada um ocupa na sociedade. De acordo com o autor:

“Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e, sim, gasta-o” (Thompson, 1998: 272).

A compressão do tempo e do espaço tal como enunciada por Marx (1982), e reafirmada por Harvey (1989), indica uma aceleração da cadência do trabalho possibilitada pela criação de instrumentos que guardam, entre outras, a função de associar disciplina, agilidade e controlo dos trabalhadores. Michel Lallement (2003) salienta que a invenção do tempo é inseparável da criação de instrumentos para a sua contagem e da normalização de regras e procedimentos. Para ele, as normas disciplinares estão diretamente ligadas às ferramentas de gestão e à maquinaria, voltadas para o estabelecimento de normas: registos de presença, de entrada e saída e de pausas, indicadores de produtividade, etc. Se o

cronômetro teve papel destacado na organização do trabalho fabril, observa-se sua presença também no setor terciário da economia, posto que o uso eficiente do tempo na produção, fiel aos princípios da racionalização, é ainda elemento-chave no alcance de maiores índices de produtividade e ganhos em competitividade comercial. O controlo do tempo industrial possibilita uma intervenção direta na produtividade, com consequências na regulação do trabalho como, por exemplo, em 1929, quando o stalinismo suprimiu o descanso semanal para intensificar ainda mais trabalho (Lallement, 2003).

A tecnologia atua igualmente no sentido de otimizar essa associação. O sistema informatizado encontrado no trabalho realizado nas centrais de atendimento mensura a duração de cada ligação, assim como as pausas para descanso, e assim determina tempos médios de atendimento (TMA). Há diferentes dispositivos que são acionados sempre que se ultrapassa o TMA. Por exemplo, a emissão de um sinal intermitente na tela, que avisa o operador do tempo excedido. No atendimento recetivo¹, indica o número de pessoas em fila de espera. Para os trabalhadores, ambos são fatores de tensão, pois, além da pressão exercida pela chefia intermediária, há a da própria máquina.

Analizando as consequências da compressão do tempo para a saúde dos teleatendentes vinculados às companhias telefônicas, o médico do trabalho, Airton Marinho Silva, cita uma variante dessa tecnologia: a coloração das telas do computador altera-se conforme a duração de cada chamada:

“As pressões do tempo são explícitas: as telas dos computadores apresentam sistema de aferição, em tempo real, codificado por cores, para os tempos de atendimento. Um dos setores adota a seguinte forma: azul: menos de 20 segundos, amarela 20-25 segundos, vermelha: acima de 25 segundos” (Marinho-Silva, 2004: 25).

Para esclarecer a importância desses instrumentos, há que articulá-los com a organização do trabalho em *telemarketing*, que rege dois aspetos diretamente relacionados ao aumento da produtividade: controlo do tempo de atendimentos e o cumprimento e superação de metas preestabelecidas, que são frequentemente alteradas, em função da complexidade e das características do produto, bem como do segmento da população a contactar. Assim, é importante o tempo previsto para a venda de um cartão de crédito – efetuada para todo o território nacional e até para lugares onde não há máquinas apropriadas para o débito. Ao serem questionados sobre o cumprimento do tempo médio de atendimento, a primeira resposta dos operadores foi invariavelmente negativa, esclarecendo que as exigências da chefia imediata dizem respeito ao cumprimento das metas e não ao tempo despendido nos atendimentos.

*“Eles pedem mais a meta. Eles pedem o tempo, mas pressionam mais pela meta. O tempo médio é de 7 a 8 minutos por ligação.”
(Operadora de telemarketing)*

¹ O *atendimento recetivo* é o que recebe ligações dos clientes e concede orientações, informações, suporte técnico ou prestação de serviços.

Mas as contradições foram constantes. Por um lado, declararam que a pressão mais presente é pela efetivação das vendas, por outro, revelaram uma forte coerção para atendimentos rápidos e, assim, aspetos da relação entre diferentes níveis hierárquicos. Cabe acrescentar que há diferenças importantes entre operadores, especialmente quando se comparam opiniões de comissionados e não comissionados.

*“Porque, quando o supervisor é cobrado, então eles chegam na equipe com a corda toda... para nos enforçar. É realmente uma cobrança.”
(Operador de telemarketing)*

Segundo os trabalhadores que não recebem comissão pelas vendas, sempre que a ligação ultrapassa o tempo predeterminado, começam os insultos e as ameaças de demissão por parte das chefias imediatas. Os argumentos empregados são sempre os índices de desemprego e o farto banco de currículos disponíveis na empresa. Uma das entrevistadas declara que só há pressão para reduzirem o tempo de atendimento no atendimento recetivo, mas reconhece que a orientação da supervisão para o atendimento ativo pela objetividade no contato, racionalizando, portanto, o tempo de atendimento. Segundo essa teleoperadora, a orientação da chefia é pela chamada tática “pé-no-peito” – deve-se apresentar o produto rapidamente, de modo que o cliente ouça a mensagem sem ter tempo para contestar. E ela exemplifica:

*“Boa tarde, chamo-me Cláudia, sou da central do banco x. Por gentileza, a sra. Fulana. Boa tarde, sra. Fulana, para sua segurança, nosso contato está a ser gravado e nós estamos ligando que em razão da sua ótima conduta no mercado. No prazo máximo de 15 dias, a senhora receberá o cartão de compras xcard...”
(Operadora de telemarketing.)*

Ou seja, deve-se imprimir na fala uma velocidade e uma objetividade que não permitam que o consumidor se oponha, e passar rapidamente ao preenchimento dos dados pessoais, visando à concretização da venda. Esse conjunto de procedimentos é visto com muita reserva por uma dirigente sindical preocupada com as alterações de comportamento pessoal causadas por situações de trabalho. Nos contatos constantes com operadores, percebeu que eles transpõem essa técnica para a vida pessoal – em conversas ordinárias, independentemente do assunto abordado, eles rapidamente passam a não ouvir o interlocutor e desencadeiam uma série de argumentos, constituindo verdadeiros monólogos, de caráter próximo ao autoritarismo.

2. A introjeção da compressão o tempo

Observou-se que a pressão por maior produtividade – expressa no telemarketing pelo cumprimento das metas estabelecidas, seja no total de vendas, na obtenção de melhores índices de retenção dos clientes ou na redução das filas de espera – obscurece a percepção dos operadores da compressão do tempo. Mas, entre os operadores cujo contrato prevê comissionamento por venda realizada, nota-se uma introjeção da agilidade no atendimento, vinculada à parte variável do salário e, portanto, à pontuação que o incrementa. Esse

comportamento revela a importância do tempo de atendimento, que atinge a sua vida pessoal – eles mesmos fracionam o seu tempo minuciosamente:

“Se naquele dia a minha mãe me ligou, ou era para eu receber 50 passes no mês e eu recebi 30, e eu precisei verificar isso no Departamento Pessoal; e se naquele dia eu tive muita fome e precisei de comer fora da empresa, eu gastei 1h08 minutos. Então, não pense que neste dia eu posso escovar os dentes... porque eu tenho 1h12 minutos, e esses minutos vão-me fazer diferença no último dia do mês, que fecha o pagamento. E se eu tiver 7h13, eu já perco 63 pontos, e isso significa que, de R\$ 225,00 que eu iria receber, eu recebo só R\$ 115,00, entendeu? Então, faz muita diferença.”
(Operador de telemarketing)

Na percepção dos operadores, o tempo médio estabelecido é irreal. Sem nenhuma diferença entre os que têm mais ou menos tempo na profissão ou entre os comissionados ou não, para todos os entrevistados, o controle abusivo do tempo médio de atendimento resulta invariavelmente em contatos de baixa qualidade e com erro de abordagem. O exemplo dado por um teleoperador de uma operação híbrida – que recebe ligações dos clientes e liga para vender cartões – revela a impossibilidade do cumprimento do tempo médio de atendimento ou do alcance da pontuação máxima exigida pela empresa, redundando em comissões abaixo das previstas, mesmo com grandes esforços de pontualidade e agilidade no atendimento:

“O tempo médio de atendimento na minha operação é de 4 minutos e 5 segundos; isso, para tirar uma dúvida, no caso do atendimento recetivo. Para preencher uma proposta de venda, o tempo de atendimento é de 15 minutos, mas esse tempo é humanamente impossível, porque são 8 telas de dados para preencher. Eu tenho que saber desde a razão social da empresa, número de funcionários, balanço, contrato social, referência da empresa, faturamento presumido, contato empresarial, quem administra, como a empresa fatura suas contas, se é duplicata ou não... se usa cartão, até quem assina o cartão eu preciso saber... e isso eu não faço em 15 minutos, mas eu tenho por obrigação fazer... ou seja, você nunca consegue chegar a 100 pontos acumulados no final do mês, porque, se você estiver dentro de todos os pré-requisitos da planilha de monitoração, mais os 15 minutos de uma tela, você tira 100. Quanto mais você foge desse tempo, mais o seu número vai diminuindo, e isso vai influenciar na minha comissão.”
(Operador de telemarketing)

A impossibilidade do cumprimento do TMA preestabelecido também foi objeto de análise de Vilela e Assunção (2004), médicas do trabalho que revelaram que nos call centers vinculados às operadoras de telefonia o TMA para atendentes de auxílio à lista era de 25 segundos. Esse estudo mostrou que, durante 25 minutos de observação do trabalho de um mesmo operador, acionaram-se 348 telas diferentes no computador, ou seja, consultaram-se ou preencheram-se 13,9 telas por minuto.

3. O apoio das instituições não industriais

Na expansão da produção de mercadorias, a construção social do tempo contou com instituições não industriais como a Igreja e a escola. Essa atuação ganhou força e sentido no projeto capitalista, pois essas instituições assumiram uma função destacada na edificação de uma disciplina pautada em medidas racionais de produção e com nítida influência na vida privada. Um dos exemplos da ação da Igreja no século XVI é a captação de donativos para a construção dos seus relógios que fariam soar os sinos que anunciariam as horas de despertar e de recolher. São inúmeros os exemplos desse tipo observados no curso das revoluções industriais, e eles se intensificam de acordo com as demandas de uma organização do trabalho que exigia uma crescente sincronização das tarefas. O relógio torna-se instrumento importante no controlo dos atos e do comportamento das populações. Essas instituições não industriais disseminavam uma moral que condenava o tempo livre, associado ao ócio, e valorizava o tempo dedicado à produção. Vejam-se as palavras do reverendo Richard Baxter, no Christian directory (guia cristão):

“Empregar todo o tempo para o dever (...) que o tempo do seu sono seja apenas o que a saúde exige, pois o tempo precioso não deve ser desperdiçado com preguiça desnecessária. (...) lembrai-vos que redimir o tempo é lucrativo (...) no comércio ou em qualquer negócio; na administração ou qualquer atividade lucrativa, costumamos dizer, de um homem que ficou rico com o seu trabalho, que ele fez bom uso do seu tempo” (Baxter, 1673 apud Thompson, 1998: 295).

Conforme denominação de Thompson, o “uso-económico-do-tempo” (1998: 291) passa a imperar nessa nova sociedade, conceito aqui entendido como a dedicação exclusiva do tempo de cada indivíduo ao trabalho, distanciando-o das atividades não produtivas, prática que revela nítida interferência na vida social e privada dos trabalhadores. Os representantes da Igreja, por exemplo, combatiam, por meio de sermões e folhetos distribuídos nas cidades, a lassidão e os passeios, valorizando hábitos mais comedidos como acordar cedo e não participar em atividades noturnas para se resguardar para o trabalho. Ou, nas palavras de Michel Lallement (2003: 24) ao se referir à nova moral instaurada na Inglaterra pela Igreja, recomendava-se o “uso parcimonioso do tempo”.

Coaduna-se com esta a perspectiva de Theodor Adorno, que vê uma vinculação entre o tempo livre e o não-livre, ou o tempo empregado no trabalho. Para ele, o tempo livre foi absorvido pelo trabalho, pois a moral instaurada ao longo da história define-o como um período para recuperação das forças físicas e mentais para a retomada do trabalho.

“(...) segundo a moral vigente, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho” (Adorno, 1995: 73).

Os traços principais dessa moral aparecem nos depoimentos dos operadores de telemarketing, que estão, direta ou indiretamente, absorvidos pelo trabalho em seu tempo

livre: procuram estudar para obter uma realização profissional fora do telemarketing ou, a curto prazo, uma promoção. Todos os entrevistados relataram que, em casa ou no telemóvel, atendem ao telefone identificando nome e empresa, e, a exemplo de uma das entrevistadas, ficam atentos ao que ocorre na família, na escola, nas ruas, para usar como melhoria na argumentação para o trabalho:

“Eu ando com um caderninho na rua e anoto tudo, e eu lembro-me de alguma pergunta que me fizeram e eu não sabia direito, e vou lá e anoto e faço essas observações no meu script.”
(Operadora de telemarketing)

O relato a seguir ilustra a alteração do comportamento pessoal durante o tempo livre, com nítida internalização da pressão exercida pela compressão do tempo no trabalho:

“Eu era uma pessoa que não fumava, que não ficava stressada com as coisas, mas, quando você passa um tempo na empresa, quando você sai de lá, você é uma pessoa estourada, você aprendeu a fumar, você vê o trabalho, o emprego em si de uma forma diferente, você não tem paciência consigo próprio e, se você está dentro de casa e o telefone toca... e na empresa você tem que atender no primeiro toque. E se você está em casa e o telefone toca e ninguém atende, você fica impaciente (...)”
(Operadora de telemarketing)

A ação da escola era, por sua vez, influenciada pela Igreja, e colaborou na introjeção dessa mesma moral. As citações idealizadas por um reverendo inglês pregavam a necessidade de encaminhar aos orfanatos as crianças de 4 anos, para que fossem empregadas na manufatura e frequentassem duas horas de aulas diárias. Paul Lafargue, na sua obra *O direito à preguiça*, denuncia o equívoco do emprego de crianças nas tecelagens:

“(...) e as crianças? Doze horas de trabalho para as crianças. Que miséria! Mas todos os Jules Simon da Academia de Ciências Morais e Políticas, todos os Germinys dos jesuitismos não poderiam ter inventado um vício mais embrutecedor da inteligência das crianças, mais corruptor de seus instintos, mais destruidor de seus organismos do que o trabalho na atmosfera viciada da fábrica capitalista” (1999: 72).

Assim, outras instituições da sociedade concorrem para a construção de princípios firmados numa moral voltada para o trabalho disciplinado e estimulam as famílias a comportamentos regrados como os demandados pela produção fabril. Para Elias (1998: 14), trata-se da formação do *habitus*:

“A coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo, num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo, ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os habitus sociais que são parte integrante de qualquer estrutura da personalidade”.

A atuação desse conjunto de instituições contribuiu para a construção do *habitus sociais*, uma padronização social institucionalizada ao longo da história, preconizando o relógio como parte da ordem social estabelecida, mas especialmente cunhando um relógio moral nos indivíduos, capaz de gerar uma autodisciplina para o trabalho e incutir o distanciamento do ócio. Nas palavras de Elias:

“Esse fetichismo do tempo é ainda mais reforçado na percepção humana pelo facto de que sua padronização social, sua institucionalização, inscreve-se na consciência individual tão mais sólida e profundamente quanto mais a sociedade se torna complexa e diferenciada, levando todos a se perguntarem cada vez mais, incessantemente, “que horas são?” ou “que dia é hoje?” (1998: 84).

O tempo vai-se configurando de modo a abarcar duas esferas importantes: uma, segundo Elias (1998), de caráter objetivo, relacionada ao tempo físico, como o cumprimento dos horários no trabalho, ou, conforme Danièle Linhart (2004), como o tempo do empregador, que buscará os meios mais eficazes para fazer uso do tempo dos assalariados, um tempo que virá acompanhado das capacidades, dos saberes, das atitudes, do conhecimento profissional e de todo o conjunto de valores que conformam a existência dos contratados; e, outra, ainda de acordo com Elias, de caráter subjetivo, vinculada ao tempo social, que diz respeito à vida privada, complementado por Linhart como a dimensão que diz respeito ao trabalhador, pois o tempo a ele pertence e é ele quem o vivencia.

4.0 tempo como componente da organização do trabalho

David Harvey converge para as análises de Thompson e Elias sobre o tempo, particularmente quando considera a possibilidade mutante de mensuração do tempo, a partir de referenciais como o tempo da família, referindo-se ao tempo de se criarem os filhos, o tempo para as colheitas, obedecendo aos tempos da natureza, e um terceiro, que importa especialmente para este estudo, que é o tempo industrial, que determina a jornada de trabalho e da cadência da execução das tarefas.

Para explicar as dimensões do tempo como decisivas na constituição da sociedade e o poder nelas implícito, Harvey recorre a sociedades tribais como a dos Nuer², que entendem o tempo em dois sentidos: o ecológico, diretamente relacionado à sobrevivência, e o estrutural, vinculado à formação de grupos de poder, os quais interferem diretamente na contagem do tempo: “O relógio diário é o gado, o círculo de tarefas pastoris, e a hora do dia e a passagem do tempo durante o dia são, para os Nuer, fundamentalmente, a sucessão dessas tarefas e suas relações mútuas” (Evans-Pritchard, 1978: 114).

A referência a uma tribo visa discutir a ação dos próprios homens nas diversas formas de sociedade, que criam mecanismos e instrumentos capazes de controlar a si mesmos, ou uns aos outros, como o observado no comportamento dos Nuer. Se os relógios atendem às necessidades da produção e adquirem um caráter instrumental, controlando o tempo de trabalho, a cadência e a produtividade, cabe refletir em que medida essa concepção do tempo

² Povo de aproximadamente 200 mil pessoas que vivem na África Oriental, nos pântanos ao longo do Nilo, e que estabelecem suas relações políticas a partir da relação com o meio ambiente, fonte dos seus meios de subsistência, como relata Evans-Pritchard em *Os Nuer*, 1978.

interfere nas necessidades humanas. Para Elias (1998: 9), o próprio sujeito elabora os seus parâmetros referenciais em relação ao tempo e, nesse sentido, a sua análise é semelhante à de Thompson, no que se refere às situações de trabalho. Ambos ressaltam como o tempo foi continuamente empregado sob a forma de dominação e de obrigações conferidas entre iguais. Elias, particularmente, ilustra essa constatação com os registos de um povoado cujo sacerdote, símbolo do poder à época, controlava as estações do ano do alto de um rochedo, determinando o ritmo e o tempo dos trabalhadores rurais. Compôs-se uma cantiga para estabelecer o tempo para a sementeira, e não se permitia aos trabalhadores modificá-la ou utilizá-la noutros locais que não o do próprio trabalho, ameaçando-os com trabalhos forçados, se isso ocorresse (Elias, 1998: 45).

5. O tempo no trabalho do séc. XXI: da norma temporal fordista à norma temporal flexível

O tempo tem sido objeto de estudo e interesse de cientistas sociais, particularmente sociólogos contemporâneos do trabalho, que vislumbraram a necessidade de analisar como o tempo, como categoria analítica, se expressa na sociedade capitalista no final do século XX e início do século XXI.

Lojkine e Malétras (2002) refletem sobre o aumento da rentabilidade capitalista apoiada no trabalho realizado em tempos cada vez menores e como isso ocorre na atual sociedade da informação, cujo tempo do raciocínio, da interpretação e da reflexão, segundo os autores, não é o mesmo estabelecido pelas máquinas e, portanto, é possível que estejamos frente a uma mudança expressiva, posto que uma parte crescente de trabalhadores não estaria mais exposta à lógica determinante dos ritmos de trabalho vivida nas revoluções industriais.

Michel Lallement observa uma transformação do trabalho no decorrer da história e procura ver que aspetos marcam rupturas ou continuidades em relação ao tempo. Para ele, há uma alteração importante relacionada com a transformação da norma temporal, especialmente a partir do crescimento da sociedade de serviços. Está em curso a construção de um novo paradigma temporal que estruturará não só as relações de trabalho, mas o conjunto das relações sociais, uma vez que os postos de trabalho são ampliados em horários diferentes dos maioritariamente existentes na sociedade industrial (Lallement, 2003: 58). Nessa conceção, as políticas de flexibilidade acabam por afetar não só a organização da vida privada, mas também o acesso aos equipamentos sociais como a escola, os transportes, a administração, os supermercados, os espaços de cultura e de lazer, etc. Da mesma forma, o economista francês François-Xavier Devetter (2002) analisa as mudanças na norma temporal fordista, enfatizando que a padronização de tempos, dias e jornadas de trabalho no período de industrialização, está gradativamente sendo substituída por uma norma mais flexível e típica da sociedade de serviços.

As análises desses autores mostram mudanças na norma temporal. O que antes era a realidade de algumas categorias profissionais, em especial as voltadas para serviços essenciais como saúde e transporte, passa, nesta nova configuração social, a ser ampliado para uma outra parcela da população ativa – a que compõe especialmente a sociedade de serviços –, levando-a a estruturar-se dentro desses novos padrões.

Segundo Devetter, o regime temporal do período fordista pauta-se pelo compromisso entre empregadores e empregados. De um lado, a oferta do salário e a organização do trabalho, por parte dos empregadores, e, em contrapartida, os trabalhadores obtêm uma delimitação do tempo de trabalho regular e previsível. Uma das inovações desse período é a jornada de trabalho com duração entre 9 e 10 horas. Esse regime vai gradualmente cedendo à introdução de novas práticas como, por exemplo, o tempo parcial na França, e sendo modificado em duas direções: uma, voltada para o diálogo, para a negociação das normas temporais entre empregadores e trabalhadores, e outra, para a aquisição de conhecimento, incorporando, nesta perspectiva, programas de formação profissional. De acordo com a análise de Devetter, classificam-se essas evoluções em domínios socioeconómicos intrinsecamente relacionados: os tempos naturais, os tecnológicos e os económicos.

O tempo natural é definido pelo autor Thompson como por Elias e Harvey: é aquele em que dão as relações do homem com a natureza, a sua interação com o dia, a noite, as estações do ano, etc. Na perspectiva de Devetter, é a partir dos anos 1980 que a conceção do tempo torna-se mais abstrata e os ciclos naturais vão perdendo a sua importância na sociedade, difundindo-se a ideia de que todo o tempo pode ser de produção, atendendo a uma sociedade de consumo 24 horas.

Para o tempo tecnológico, Devetter considera a função da tecnologia na mensuração dos tempos de trabalho, que atua na precisão e no detalhamento dos procedimentos de controlo do trabalho. O tempo económico relaciona-se à transformação da sociedade industrial numa sociedade de serviços, o que, segundo Devetter, favorece uma disponibilidade mais extensa sobre a semana e sobre a jornada, inclusive sábados, domingos e horários noturnos. A concorrência empresarial, acirrada principalmente a partir da reestruturação da produção e da economia, estimulou a criação de serviços ininterruptos e, com isso, favoreceu a alteração gradativa dos tempos sociais, afetando, por exemplo, o descanso dominical, considerado dia de repouso desde o século XVIII³.

A partir das considerações desses autores, o tempo constituiu-se tradicionalmente em eixo estruturante das relações sociais na passagem da manufatura à fábrica automática e agora, quando torna a reconfigurá-las na sociedade de serviços, estabelecendo outras jornadas e outros dias de trabalho, com outros reflexos nos tempos sociais. Se nas análises sobre a norma temporal se encontram ruturas importantes, Danièle Linhart aponta ao menos uma permanência nesse processo: o emprego eficiente do tempo e das competências dos trabalhadores, a fim de se obter um trabalho cada vez mais rentável.

Segundo a autora, há uma dimensão do trabalho que se apropria do conteúdo de certa trajetória pessoal e profissional, da cultura, dos valores e da subjetividade, configurando-se na “compra do tempo, mas do tempo humano” (2004: 7). À compra do tempo humano, tida como um ato comercial, subjaz a intenção de “neutralizar, purificar as influências particulares ligadas à pessoa (...) transformando-as em contribuição regular, eficaz e maleável, no processo de produção” (2004: 6).

³ De acordo com Lallement, as raízes do final de semana são dominicais especialmente por influência religiosa, e o trabalho aos domingos se impõe como prática por razões sociais, tecnológicas, mas sobretudo económicas, em nome de uma maior competitividade para as empresas. A semana inglesa do século XVIII tinha como dia de descanso a segunda-feira, denominada Segunda-feira Santa, enquanto os domingos eram destinados à religião.

6. O capitalismo e compressão do espaço

O surgimento de uma nova forma de organização do trabalho, o realizado à distância, é um desafio analítico, posto que demanda uma compreensão inovadora do seu significado. O tempo e o espaço sempre foram referências na organização do trabalho, além de serem eixos estruturantes nas relações sociais ao longo da história do trabalho. O espaço é comumente tratado como “um facto da natureza” (Harvey, 1992: 188), encerrando aspetos relacionados à sua abrangência e dimensão, e tido como algo “objetivo, que pode ser medido e, portanto, apreendido” (idem). Contudo, apesar da objetividade que lhe é intrínseca, sofre mutações no interior das diversas culturas, facto que gerou, ao longo da história, uma série de conflitos pautados nas diferentes compreensões das suas características.

Segundo Harvey, é impossível identificar um “sentido único e objetivo de tempo e espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas” (Harvey, 1989: 189). A crítica do autor ao conceito único para tempo e espaço funda-se na dificuldade de extrair-lhes “os processos materiais e que somente pela investigação destes podemos fundamentar de maneira adequada os nossos conceitos”. Isso significa que as sociedades constroem a sua concepção de tempo e espaço considerando uma característica típica dos corpos orgânicos que é sua capacidade de mutação e, ao mesmo tempo, respeitando suas relações sociais, que incluem os seus modos de produção.

Atribuir sentido social ao espaço e ao tempo é reconhecer que fazem parte de uma representação simbólica e expressam normas de convivência e de trabalho. Assim, as concepções relativas ao espaço e ao tempo são permeadas de um sentido ideológico que vai alterando a conformação da vida social.

Para Harvey, a dominação do espaço relaciona-se com a amplitude do poder implícito numa ação dessa natureza e a associação das categorias dinheiro, espaço e tempo “forma um nexos substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar” (1989: 207). A partir disso, pode-se afirmar que o capital prescreve as regras para a utilização do tempo e do espaço na tentativa de conquistar uma certa hegemonia que, por sua vez, leva à acumulação não só de capital, mas sobretudo de poder. São, contudo, as relações de poder que estão historicamente ligadas às práticas temporais e espaciais. O trabalho no telemarketing e a compressão do tempo e do espaço nele contida podem ser reveladores da dinâmica apresentada por Harvey, à medida que aceleram os atendimentos, não mais realizados vis-à-vis, e reúnem operações de diversas empresas num único espaço físico.

Para isso, essas empresas recorrem a antigas edificações industriais horizontais⁴, localizadas em distritos industriais, para abrigar as suas atividades operacionais, e estrategicamente se instalam em estruturas verticais, estas mais próximas dos clientes contratantes. Uma das empresas possui uma sede e uma filial, denominados de “sites”⁵, um deles num bairro na cidade de São Paulo que incorpora na história de seu surgimento e desenvolvimento elementos que permitem entender o uso desse tipo de espaço pelas

⁴ *Espaço horizontal* e *espaço vertical* designam, respectivamente, galpões industriais e edifícios comerciais.

⁵ Jargão utilizado no setor para designar a matriz e as filiais das empresas.

empresas de teleatendimento. Originalmente, o bairro era uma chácara próxima ao rio Tietê, cuja expansão associou-se à construção das estradas de ferro, solução para o escoamento da produção cafeeira. Foi ocupado prioritariamente por imigrantes italianos que sobreviviam, além da ferrovia, por meio de oficinas, serrarias e pequenos negócios, atendendo à população mais abastada dos Campos Elíseos, um bairro vizinho. Os transportes favoreceram o crescimento do bairro, atraindo novos estabelecimentos comerciais e industriais e, nas primeiras décadas do século XX, um importante parque industrial, do qual o principal exemplo eram as Indústrias Matarazzo.

Com a crise de 1929, ocasionada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em que as ações das empresas perderam o seu valor financeiro, passou-se a demitir em massa nos EUA, e o Brasil perdeu o seu grande mercado consumidor de café. Houve consequências económicas e políticas para o País e, em particular, uma importante deterioração do referido bairro. As casas transformaram-se em cortiços e as indústrias transferiram-se ou encerraram a sua atividade. No final dos anos 1980, a construção de um terminal rodoviário conjugado a uma estação do metropolitano inicia um processo de revitalização do bairro.

Empresas de telemarketing passaram a ocupar alguns dos espaços fabris disponíveis no bairro, cuja ociosidade constituía um referencial geográfico atrativo pela mesma razão que antes levava as indústrias a fazerem o mesmo movimento – a existência de uma rede de transportes que, além do metropolitano e do trem, compõe-se de um conjunto de avenidas com intensa circulação de ônibus, servindo boa parte das regiões paulistanas. A opção pela ocupação de ambientes industriais tem-se consolidado como prática comum entre as empresas, explicável, segundo um dos gerentes entrevistados, pela facilidade de se organizar e controlar simultaneamente o trabalho de diversas operações distintas.

7. O quotidiano do trabalho

Visto do mezanino, o trabalho revela a sua dinâmica: supervisores andam entre os corredores, falando em voz alta: “vamos telefonar, vamos telefonar!” ou “vamos vender, vamos vender!” Apesar da deliberação do Ministério do Trabalho de não se ultrapassarem os 65 decibéis no ambiente de trabalho, o barulho é intenso. Dois gestos são frequentes nas “espinhas”: mãos levantadas, estalando os polegares contra os médios, significando “palmas silenciosas”; de acordo com o diretor comercial de uma das empresas pesquisadas, para comemorar com a equipa a efetivação de uma venda. O mesmo gesto feito com apenas uma mão chama um assistente de supervisão para confirmar a venda. Esses códigos foram criados para a comunicação simultânea à conversa com o cliente.

Algumas empresas utilizam um quadro eletrónico indicando o ranking de cada operador, contabilizando as vendas efetuadas hora a hora. Outras, possuem quadros para cada equipa com o mesmo intuito. Numa das empresas pesquisadas há também pequenas bandeiras nas PAs, com mastros de madeira com cerca de 20 centímetros e tecido vermelho, que os operadores colocam em cima do computador. Uma das entrevistas revelou que esse é o sinal para ir à casa de banho. Segundo o gerente da empresa:

*“Nós sabemos que isso existe, empresas [em] que a gente sabe que, para ir à casa de banho, tem que levantar o dedinho e pedir para o supervisor. E aqui a gente não trabalha assim, a gente trabalha de um jeito mais tranquilo.”
(Gerente de operação)*

Segundo dois operadores da mesma empresa, a sinalização para ir à casa de banho existe e muda conforme o supervisor:

*“Esse supervisor pegou essa regra da bandeirinha. É um mastro do cartão de crédito com uma bandeirinha, e ele faz isso para ter o controle de quem está saindo e, se você é amigo, não pode sair junto. Tem que ser rapidinho, porque tem que ficar toda hora ligando.”
(Operadora de telemarketing.)*

*“Para você ir à casa de banho, tem que colocar uma placa na sua PA, mas também tinha que andar com um papel grudado no crachá escrito CASA DE BANHO. Isso só pode ser para inibir a gente, porque já tem o registo na máquina [de] que eu parei para ir à casa de banho, tem a placa na minha mesa e ainda preciso andar com isso. Tem gente que fica enrolando para ir à casa de banho, para não ter que se submeter a isso.”⁶
(Operador de telemarketing)*

Na empresa há uma grande circulação de pessoas no corredor principal. Alguns fumam nos pátios externos do edifício, conversam nas PAs, mas os operadores não se levantam, exceto para ir à casa de banho ou aos espaços destinados ao descanso.

8.0 preço do tempo do espaço do telemarketing

Se Harvey indica que a articulação das categorias tempo e espaço serve à acumulação do capital, o pioneirismo do mercador medieval desvendou a importância do “preço de tempo” no curso da exploração do espaço, pois juntou ambas as categorias a uma busca incessante pelo lucro, na história do capitalismo: “Como o comércio e a troca envolvem movimento espacial, foi o tempo tomado por esse movimento espacial que ensinou o mercador a vincular os preços, e, portanto, a própria forma-dinheiro, ao tempo de trabalho” (ibidem: 208).

Essa análise estabelece um diálogo profícuo com a concepção marxista acerca do tempo de produção e tempo de circulação, qual seja, a possibilidade de aceleração do tempo de trabalho, como um favorecimento explícito de maiores lucros. Nesse sentido, o trabalho à distância concretizou uma nova fase no pensamento capitalista – associando a organização do trabalho à telemática, refinou a aceleração do trabalho comprimindo simultaneamente o tempo e o espaço. Tem-se a noção, portanto, que o período que separa o mercador e o trabalhador à distância apresenta o tempo relacionado a uma importância exacerbada da moeda – do lucro –, fazendo com que ela fosse determinante na construção das relações sociais.

Conforme Harvey:

“(...) simbolizados pelos negócios e sinos que chamavam os trabalhadores para trabalhar e os mercadores para comerciar, agastados dos ritmos naturais da vida agrária e divorciados das significações religiosas, os mercadores e mestres criaram uma nova “rede cronológica” em que a vida quotidiana foi aprisionada” (Harvey, 1989: 208).

Para Le Goff (1980, apud Harvey, 1989: 208), atitudes desse tipo inauguraram o controle do tempo e visavam o controle e a disciplina dos trabalhadores. Se os sinos ordenavam a submissão aos preceitos religiosos, a classe dominante rapidamente incorporou esse à organização do trabalho.

A introjeção do controle do tempo à rotina de trabalho acelerou cada vez mais os ritmos de trabalho, possibilitando aos empregadores uma maior fiscalização da produtividade e das ações dos trabalhadores.

Essas formas de domínio foram aperfeiçoadas simultaneamente ao surgimento e crescimento de formas de resistência da classe operária. Thompson descreve esse movimento:

“A primeira geração de trabalhadores da fábrica aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda formou seus comitês de redução do tempo de trabalho no movimento das dez horas; a terceira geração lutou por horas extras pagas com um valor 50% mais alto. Os trabalhadores tinham aceitado as categorias dos seus empregadores e aprendido a reagir no seu âmbito. Eles aprenderam a lição de que tempo é dinheiro bem demais (Thompson, 1967, apud Harvey, 1989, 211).

A sofisticação das formas de controle pode ser vista no trabalho realizado nas centrais de atendimento, cujas estruturas para ampliar o domínio sobre a produção e sobre os trabalhadores superam as dos processos fabris. A intensificação do trabalho promovida pela austeridade nos procedimentos visa acelerar o ritmo de trabalho e agilizar a produção, privilegiando o capital.

Considerações finais

A análise das formas que assume a racionalização do trabalho em telemarketing constituiu o objeto desta pesquisa. Centrais de atendimento à distância, call centers, telemarketing – diferentes denominações designam uma nova forma de trabalho que se expande em número de empresas e postos de trabalho, nos países industrializados em geral e no Brasil, em particular. Uma nova forma de trabalho amplia e reduz simultaneamente espaços, desafia a geografia e comprime o tempo, intensificando o esforço humano. Os controles do tempo no trabalho e na vida social sofreram transformações no decorrer da história – nas análises citadas, apreende-se que o seu emprego esteve continuamente atrelado à exploração no trabalho. Assim, a passagem da percepção do tempo orientada pelas tarefas fortemente vinculadas à natureza para outra forma de percepção, a controlada pelo relógio, que desvenda como, a partir de então, a articulação entre tempo e produção capitalista, para o mercado, mobilizou desde cantigas e relógios a softwares, instrumentos

capazes de mensurar o tempo despendido no labor e estabelecer controlos cada vez mais sofisticados sobre os trabalhadores. Prosseguindo nessa lógica, a racionalização no sistema capitalista encontra no setor de telemarketing uma proposta de tipo novo. Proposta essa considerada em constante mudança, tendo em vista a pujança da reformulação e da inovação presentes na tecnologia e nas formas de organização do trabalho.

O caminho que conduz à “sociedade 24 horas” tem gradativamente instituído uma mudança na norma temporal, estabelecendo horários de trabalho desarticulados do movimento mais geral da sociedade. E é possível afirmar que a própria expansão do setor de telemarketing vincula-se a esse modelo. Depreende-se que o desenvolvimento tecnológico que possibilitou a criação de call centers possibilitou também sofisticados controlos do tempo e dos mecanismos de intensificação do trabalho e imposição de disciplina aos trabalhadores. O rígido controlo do tempo foi apreendido na organização do trabalho, nas atitudes das chefias intermediárias e até mesmo em detalhes da vida quotidiana dos trabalhadores, tais como a fragmentação do tempo em minutos e segundos, ao se referirem às pausas para lanche, ao descanso e ao tempo despendido no transporte, entre outros.

A análise de pesquisas selecionadas desenvolvidas sobre call centers em diferentes países informa que, se os números diferem de região para região, não divergem no que concerne à racionalização do trabalho, observando-se uma homogeneização em termos de tecnologia e dos princípios que norteiam essa racionalização. Elas são unânimes em destacar que o trabalho desenvolvido nessa atividade do setor terciário se aproxima das conceções acerca do praticado na indústria industrial, especialmente no que diz respeito ao controlo do tempo e dos movimentos, expressos pela voz dos operadores. Esses métodos de organização do trabalho assemelham-se aos do trabalho industrial, lembrando caricaturalmente a esteira automática retratada em *Tempos Modernos*, por Charles Chaplin.

Referências

- Adorno, Theodor (1995). *Tempo livre. Palavras e sinais*. São Paulo: Vozes.
- Devetter, François-Xavier (2002). *Vers une nouvelle norme des temps de travail ? temps subis ou temps choisis?. Formation Emploi, 78*.
- Elias, Norbert (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Evans-Pritchard E.E. (1978). *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- Harvey, David (1989). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Atlas.
- Lafargue, Paul (1999). *O direito à preguiça*. São Paulo : Hucitec e Unesp.
- Lallement, Michel (2003). *Temps, travail et modes de vie*. Paris: PUF.
- Linhart, Danièle (2004). *La modernisation des entreprises*. Paris : La Découverte.
- Marinho-Silva, Airton (2003). A regulamentação das condições de trabalho no setor de teleatendimento no Brasil: necessidades e desafios. In SALIM, Celso Amorim et al. (org.). *Saúde e segurança no trabalho, novos olhares e saberes*. Belo Horizonte: SEGRAC.
- Marx, Karl (1982). *O Capital*. Livro 1, vol. 1. São Paulo: DIFEL.

- Thompson, Edward Palmer (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Venco, Selma (2003). *As engrenagens do telemarketing: trabalho e vida na contemporaneidade*. Campinas: Arte & escrita.
- Vilela, Lailah Vasconcelos e Assunção, Ada Ávila (2004). Os mecanismos de controle da atividade no setor de teleatendimento e as queixas de cansaço e esgotamento dos trabalhadores. *Saúde Pública*, jul-ago.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Contributos para a compreensão da aceleração do tempo

EDUARDO DUQUE

UCP-Braga e CICS-Universidade do Minho
eduardoduque@ics.uminho.pt

Resumo:

Gilles Deleuze (1992: 178) escreveu que nenhum pintor “(...) pinta numa tela virgem, nem o escritor escreve numa página branca, mas a página ou a tela estão desde logo de tal modo cobertas por “clichés” preexistentes, preestabelecidos, que é necessário antes de mais apagar, limpar, laminar, ou até rasgar para fazer passar uma corrente de ar vinda do caos, que nos traz a visão”. Razão pela qual apresentamos, inicialmente, um pequeno poema de Miguel Torga para, de seguida, empreendermos uma breve análise sobre a capacidade que a aceleração do tempo tem para determinar alguma coisa a ser e das suas consequências, ou possíveis consequências, num mundo onde o progresso, que se nos apresenta profundamente contraditório, tem por objetivo proteger-nos da tirania do passado.

Palavras-chave:

Temporalidade, aceleração, mudança, desenvolvimento, progresso, valores

Tempo
Tempo – definição da angústia.

Pudesse ao menos eu agrilhoar-te
Ao coração pulsátil dum poema!
Era o devir eterno em harmonia.
Mas foges das vogais, como a frescura
Da tinta com que escrevo.
Fica apenas a tua negra sombra:
– O passado,
Amargura maior, fotografada.

Tempo...
E não haver nada,
Ninguém,
Uma alma penada
Que estrangule a ampulheta duma vez!
Que realize o crime e a perfeição
De cortar aquele fio movediço
De areia
Que nenhum tecelão
É capaz de tecer na sua teia!

Miguel Torga, Antologia poética.

A nossa época “caracteriza-se pelo facto de que nada permanece mas também nada de essencial muda; é um tempo em que acontecem coisas de mais mas em que ao mesmo tempo nos sentimos fartos de repetições, rituais e rotinas” (Innerarity, 2011: 39). Pensemos que por trás da dinâmica de permanente aceleração possa haver uma “paradoxal estagnação” da história na qual nada de realmente novo aparece. Segundo Baudrillard (2005), a lógica do post descreve precisamente mudanças de época que não correspondem a novos começos, nas quais há uma significativa vinculação recíproca de passado, presente e futuro. E, neste caso, apenas a pessoa pode “unir” o tempo (Zambrano, 2003: 137).

Apesar de tudo, vivemos uma época especialmente acelerada: uma experiência que se faz presente em muitos aspectos da vida, quer individual quer coletiva. Para isso, terá contribuído a tecnologia da sociedade.

As novas tecnologias propiciaram uma cultura do presente sem profundidade temporal. Trata-se de uma época fascinada pela velocidade e superada pela sua própria aceleração (Innerarity, 2011). O que leva Bauman (2007: 199) a referir que “a nossa cultura não se apoia mais como as culturas de tempos antigos ou aquelas que os primeiros etnólogos encontraram numa prática da recordação, do conservar e da sabedoria. É uma cultura da liquidação, da descontinuidade e do esquecer”.

Mas a vida é uma interrogação. Em todos os seus passos há uma ideia de futuro que o presente não pode negar, por isso, Maria Zambrano (2003: 25) recorda-nos que sendo o tempo, por excelência, o nosso meio vital, devíamos saber respirá-lo como o ar. Saber respirar é a primeira condição para saber movimentar-se, caminhar, atravessar o espaço. Os atletas devem tê-lo sabido sempre. E há uma relação entre o saber movimentar-se fisicamente e o saber movimentar-se na história. Por alguma razão na Grécia os Jogos Olímpicos tiveram carácter ao mesmo tempo sagrado e nacional, o carácter de rito da cidadania. No modo de se movimentar das multidões, um observador avisado poderia surpreender a situação social de um país. Pelo ritmo ou pela falta dele, pelo modo de mover os pés, de dar-se espaço ou de aglomerar-se.

A arte exprimiu esta vivência e as suas aporias. Pensemos, por exemplo, na estética da velocidade que podemos encontrar nos tempos da música. Foram introduzidas na técnica da composição novas anotações de velocidade “Presto” (Muito depressa; muito rápido)”, mais à frente, outra ordem, “Prestissimo” (O mais depressa possível). As técnicas de aproveitamento do tempo transformam os movimentos humanos em movimentos de cadeias de montagem. Por exemplo, a “máquina de comer” que permite alimentar o operário sem necessidade de interromper o seu trabalho, ou seja, sem necessidade de perder tempo; ou o tiro inteligente que muda e retifica o seu trajeto durante o voo, evitando outros tiros, outros gastos, são tiros que aprendem enquanto caminham.

Mas porque é que se corre tanto na sociedade moderna? Podíamos deter em vários argumentos, porém, devido à falta de “tempo”, invocamos um dos fundamentos que julgamos mais fortes para a aceleração, ou seja, corremos muito devido dificuldade de seleccionar e, conseqüentemente, eliminar a informação que, por sua vez, quando incompleta ou deturpada, conduz à ambigüidade ou ao saber contraditório. É necessário, por isso, estar atento à informação que se recebe, de modo que haja um melhor tratamento da mesma. Podemos assim dizer que se trata de um jogo e, através das informações recebidas e

devidamente filtradas, ganhamos ou perdemos. Segundo Innerarity (2011: 74) “nas sociedades funcionalmente diferenciadas, produz-se uma autêntica explosão da quantidade de informação existente em correspondência com a pluralização de situações e possibilidades dos diversos horizontes sistémicos”. Cada sistema de informação não leva a uma diminuição da mesma, pelo contrário, a diminuição de informação acontece com a seleção da informação. A informação não pode ser ignorada, mas tem de possuir uma estrutura com sentido. Logo, é urgente tomar decisões antes do tempo expirar.

Sartre (1987: 9) dizia que o homem estava condenado à liberdade. Nos tempos de hoje, estamos condenados à decisão. A sociedade está, agora, obrigada a decidir cada vez em mais âmbitos e num período curto de tempo, a isso nos condiciona o poder dos mercados bolsistas, que não conhece os tempos, os ritmos ou as estações. Num único momento, se a aposta foi no tempo certo, ganhou fortunas, mas, por infortúnio, num único segundo, pode conhecer a miserabilidade do tempo. Neste sentido, Beck (2000: 46) refere que os seres humanos perderam uma coisa essencial: a não decisão. “A partir de agora, a não decisão só é possível com decisão”.

Ortega y Gasset (2002) refere que viver é ver-se a cada instante obrigado a decidir o que vamos fazer, portanto, a ser imediatamente futuro. A vida não é dada já feita, mas tem que a fazer cada qual e o espírito do homem não é primariamente espectador da sua existência, mas autor desta: tem que a ir decidindo momento a momento.

Sem dúvida que, como refere Heidegger, em *O conceito de tempo* (2003: 60), o relógio mostra-nos o agora, mas nunca nenhum relógio mostrou o futuro nem o passado. O tempo da ação, da decisão é o agora, que pode, simultaneamente, ser quantificado e qualificado. Todo o medir do tempo não é mais do que conseguir fazer do tempo uma quantidade e quando se regista no presente uma tarefa agendada para o futuro, estamos somente a determinar quanto é que se tem de esperar em tempo até ao presente. Claro que este é o tempo da quantidade. O tempo da vida, aquele que lhe dá sabor e qualidade, é outro, é o da estética, do belo, do sentido. É o tempo do olhar para as coisas e sentir que já não são nossas, porque nunca o foram, só as conquistamos no presente. No passado não existíamos e elas chegaram até nós por amor, talvez por excesso de dom.

Se é verdade que há que decidir viver, não é menos verdade que a vida é curta e que, como refere Odo Marquard (2003), todos os homens são nascidos tardiamente (nascem depois do tempo). Quando começam não é no início. Antes de cada um já houve outros, em cujas tradições ou costumes somos nascidos, de modo que são a nossa origem, o nosso princípio a quem nos devemos ligar. Esta relação é inevitável, pois os homens são “para a morte” e, mesmo que a vida dure muito, todos morrem, sempre muito cedo. Assim são os homens, porque cada um chega tarde (nunca no princípio) e parte cedo (novo no tempo).

1. O tempo da aceleração

O mundo moderno é no seu todo uma teia acelerada de processos. O estar em movimento define a sua matriz genética. A aceleração descreve o seu modo de operar. A velocidade é a linguagem quotidiana, daí que o próprio estado de mudança social é por natureza acelerado, tão acelerado que, por vezes, inquieta e desassossega. Há duas posturas

perante esta inquietação: para uns, ainda estamos num estado muito prematuro de desenvolvimento, situando-o como que num estado embrionário e, como tal, há um longo caminho a percorrer; para outros, o desenvolvimento acontece a uma velocidade vertiginosa, onde tudo acontece demasiado rápido, sem tempo para digerir tantos acontecimentos, tanta informação, dando origem à obtenção de ganhos e metas nunca esperados.

Perante este diagnóstico, Marquard (2003) aponta duas saídas antagónicas: por um lado, para os entusiastas do progresso e da aceleração sem limites, invoca-se a revolução; por outro lado, para os que consideram que já se chegou longe de mais, é urgente desacelerar e abandonar a ideia de progresso sem limite. Em todo o caso, ambas as posturas, embora contraditórias, convergem num referencial: eliminar o mal-estar da aceleração da mudança por oferta de aceleração.

Ora, para prosseguirmos é imperioso definir os termos. Enquanto não se definir clara e definitivamente a semântica da aceleração (algo que julgamos ser difícil de concretizar, a menos que se postule, por exemplo, a existência de um “mundo das ideias”, à maneira platónica), parece-nos que o ideal de tempo é uma ideia de razão à maneira kantiana, a colocar, nestas páginas, entre parênteses, uma vez que pode apontar para um modelo de verdade fixa, que tende a institucionalizar-se (algo diferente do que aqui se pretende propor), em relação ao qual se pode determinar, porque se tem um termo de medida, o lento e o célere, o melhor e o pior que se pode ter ou esperar. Modelo de verdade típico dos sistemas das filosofias realistas. Ainda assim, valeria a pena pensar se o nosso tempo, o tempo em que vivemos, é igual, metricamente igual, ao de um aborígine. Possivelmente há mais que um tempo, mais que uma métrica de aceleração, da mesma forma que existe mais do que uma verdade.

Quanto à verdade, dialogando com Rorty (Objectiv, Realism, and Truth), não será difícil de a definir já que se manifesta como um conjunto de crenças partilhadas no mundo e no tempo por uma determinada comunidade de sujeitos. Quanto ao tempo, se o objectivarmos, não é mais do que uma métrica da dimensão natural da existência, medido com base na nossa experiência subjectiva. Por isso, torna-se veloz para uns e vagaroso para outros. Innerarity (2011), por sua vez, definiu o campo semântico da aceleração moderna a partir de três dimensões:

- Da técnica, referindo-se ao movimento das pessoas, dos bens e das informações, bem como às velocidades de produção e transformação da matéria em energia e serviços. Estas dinâmicas acontecem com uma dimensão objetiva que se pode medir em função do tempo aplicado.
- Da mudança social, entendendo-a como o ritmo com que se modificam as formas de ação e as direções de uma sociedade. As sociedades modernas podem ser consideradas aceleradas do ponto de vista da mudança social; isto significa que diminui a estabilidade das nossas referências, que o presente se comprime, dura cada vez menos, em consequência de uma crescente inovação.
- Do ritmo vital, referindo-se à quantidade de coisas que o sujeito deseja realizar e que está acima das possibilidades técnicas de aumento da aceleração, o que traduz subjetivamente a sua sensação de falta de tempo, no medo de perder

alguma coisa ou na obrigação de se adaptar continuamente ao que ele não conhece ao certo. “Não possui carácter objectivo: é apenas a consequência de uma desproporção” (Innerarity, 2011: 37).

Quando falamos de aceleração, tendemos a atribuir a sua causa aos instrumentos, mas “a velocidade é fundamentalmente subjectiva” (Ibidem); queremos, cada vez mais, fazer mais coisas e, por isso, saltamos de uma para outra com maior frequência. Não existe uma velocidade objetiva, uma medida universal da aceleração; a aceleração é sempre um conceito relativo, já que o tempo da vida não é o mesmo que o tempo da teoria; a vigência no campo da moda é muito diferente da do campo das convicções morais; as coisas envelhecem mais depressa no campo da Informática que no do direito romano; o esforço para estar em dia em matéria científica é menor que em letras... E também as épocas da história se caracterizam pela sua peculiar medição do tempo, que pode dar origem a presentes de muito variada duração (Innerarity, 2009: 186).

Descrever a nossa sociedade com base unicamente na aceleração é um ato redutor já que não tem em conta as suas ambivalências. “É preciso começar por reconhecer que, apesar do carácter aceleratório da nossa civilização, há movimentos contrários: com a dinâmica da civilização moderna cresce também a impertinente presença do que não participa imediatamente na sua evolução” (Innerarity, 2011: 38). Uma coisa não destrói a outra, porque elas complementam-se mutuamente. Duas filosofias diferentes. Dois contextos opostos, que fazem existir duas perspetivas diferentes da mesma dimensão: o tempo. Qual delas é a mais verdadeira? Que tempo realmente existe? Não pretendemos submeter o tempo a um julgamento capital, até porque não temos capacidade nem para o condenar, nem para o absolver. Certamente que os dois, isto é, o tempo da aceleração e o tempo da desaceleração não são mais do que a expressão de um único tempo.

2. O tempo da desaceleração

A verdade é importante? Invoquemos a presença de Deleuze e peçamos apenas um pouco de ordem para nos proteger do caos (Deleuze, 1992: 176). Não nos podemos esquecer do rumo a que nos propusemos no início deste artigo, tomará ele um aspeto diferente se mencionarmos a desconstrução pós-moderna? Num mundo que valoriza, no homem, a sua alma racional em detrimento da sua alma sensível, que futuro estará reservado ao tempo como elemento perscrutador do “progresso” humano? Será possível falar da desaceleração do tempo nas sociedades modernas? Não será um excesso de bondade pensar que abrandar o ritmo é possível? A missão proposta é a de fazer estoirar um “golpe de dom” e tornar possível o impossível. Um golpe que concilie os tempos: passado, presente e futuro, como que fosse possível atribuir a cada um deles um rótulo, no passado o tempo era lento, acelerou-se no presente e conciliou-se no futuro. Reivindica-se, aqui, para a história, um desenvolvimento acelerado sem consequências trágicas. Não é a pós-modernidade o tempo do possível? A queda dos referentes fixos de verdade, que a Pós-Modernidade sublinha nos nossos dias, mais do que remeter-nos para questões de sentido, ou de verdade, remete-nos

para a plausibilidade dos diversos discursos, para a possibilidade de se falar com seriedade de desaceleração.

Viajemos com Hartmut Rosa, pelo presente, diagnosticando as categorias da desaceleração:

- Os limites naturais da velocidade: torna-se difícil falar de limites absolutos a respeito da aceleração. As inovações relativas à velocidade alteraram a nossa percepção e o nosso tipo de comportamento acerca da própria velocidade; o que parecia patologia transformou-se num hábito que fez a norma;
- Oásis face à aceleração: as dinâmicas sociais não são completas, nem os subsistemas se submetem com docilidade a uma ordem universal de aceleração;
- Abrandamento como efeito secundário disfuncional: são aquelas formas patológicas da desaceleração; as estagnações, as depressões, as crises económicas ou as dessincronizações;
- Desacelerações intencionais: formas de lentidão antimodernas ou alternativas, como apologias da preguiça, da serenidade e da resistência.

Que sentido haverá na desaceleração? Não será o mesmo do que propormos que uma flecha atinja o alvo com menos velocidade? Não perderá o rumo e não se desviará do alvo em virtude de uma ordem contracorrente? Que ganhos há, neste caso, na desaceleração? Marquard (2003) dirá que num mundo descontínuo é preciso defender a continuidade. “Quanto mais rápidas são as modernizações, tanto mais, inevitavelmente, são necessários e importantes os homens lentos. Pois o novo mundo não pode ser sem as antigas práticas. Humanidade sem modernidade está paralisada; modernidade sem humanidade é fria; modernidade precisa de humanidade, pois futuro precisa de origem” (Marquard, 2003: 246). Marquard (2003) perguntará ainda quanto se mudou onde quase nada se mudou? Um pouco mais à frente, retoma o pensamento quão pouco se mudou onde quase tudo se mudou.

O processo histórico é o sentido de continuidade, de lentidão; as nossas mudanças são suportadas pelas nossas não-mudanças; o novo não é possível sem o muito antigo; o futuro precisa de passado; os homens são fundamentalmente lentos. A experiência fundamental do histórico é, mais do que a experiência da mutabilidade, a dos limites. Isto vale também para o sentido estético. O homem lento cresceu para o mundo moderno (Marquard, 2003).

3. Da ausência de tempo à precipitação da urgência

Hoje ninguém tem tempo. A explicação é simples. O futuro tornou-se indeterminado e o passado irrecuperável. Heidegger (2003) diria que o tempo é temporal, constituiu, portanto, a (sua) determinação mais própria. E não se trata de tautologia nenhuma, pois o ser da temporalidade significa uma efetividade desigual.

Os acontecimentos dão-se no tempo. Isto não quer dizer que tenham tempo, mas que vêm ao nosso encontro como que atravessando um presente. Este tempo presente torna-se explícito à medida que se revela através do agora; uma sequência de que se diz que tem uma direção única e irreversível. Tudo o que acontece revela-se desde o futuro sem fim até

ao passado irreversível. E duas coisas são características nesta interpretação: em primeiro lugar, a não-reversibilidade; em segundo, a homogeneização sobre a base pontual do agora.

Ora, se o tempo se torna um bem escasso, porque se fundamenta no agora, no presente, ele é vivido em trânsito. Só se o tempo for compreendido assim, enquanto ser-aí, é que vem a esclarecer-se realmente o que tradicionalmente se opina acerca do tempo, ao dizer-se que o tempo é o autêntico principium individuationis. Na maior parte das vezes, isto entende-se como uma sucessão irreversível, como tempo presente e tempo natural. Mas em que medida é que o tempo, tomado em sentido próprio, é princípio de individuação, isto é, aquilo a partir do que o ser-aí é com carácter de em-cada-momento-respetivamente? É no ser-por- vir do antecipar que o ser-aí, normalmente, é ele mesmo (Heidegger, 2003).

Repitamos a questão do que o tempo é, temporalmente. Claro que pressupomos a “boa fé” daquele com quem conversamos. Só se pretende aqui repor a verdade, a nossa crença vai ser partilhada, remetemo-nos a um determinado contexto, o nosso interlocutor viaja connosco, pedimos a palavra e simplesmente dizemos: é verdade (que procuramos o consenso)! É verdade que ser ou não-ser é a questão se invocarmos o Hamlet de William Shakespeare, mas deixará de ser verdade se nos situarmos em Parménides. A questão é simples, só o ser é, o não-ser, de facto, não é. Abstraiamos da resposta e repitamos a pergunta. O que é que aconteceu à pergunta? Transformou-se noutra. A pergunta “o que é o tempo?” transformou-se na pergunta “quem é o tempo?”. Mais precisamente: o tempo somos nós mesmos? Ou ainda mais precisamente: serei eu o meu tempo? Se bem entendo a pergunta, diria Heidegger (2003), com ela chegamos ao mais sério. Esta questão é, pois, a que constitui a via de acesso e de trabalho mais adequada ao tempo, enquanto este é sempre em cada caso o meu. Então, é que o *ser-aí* é ser em questão.

Vivendo a densidade do presente, torna-se compreensível, ou pelo menos admissível, que se tenha despoletado a cultura da urgência. “O novo não é o intercâmbio de informações, dinheiro, bens e pessoas, ou de ideias e doenças, a grandes distâncias; o novo está na velocidade e na falta de resistência com que esses processos decorrem” (Innerarity, 2011: 38). A ampliação do espaço e aceleração do tempo são duas características fundamentais do mundo atual. O espaço amplia-se enquanto o tempo se acelera; o tempo tende a aniquilar o espaço. E como tal, há aqui um risco. Dirá Beck (1986: 13) “somos testemunhas - sujeito e objecto - de uma ruptura dentro da modernidade, que se separa dos contornos da clássica sociedade industrial e cunha uma nova forma - a aqui assim chamada (industrial) “sociedade de risco”. Isto exige um equilíbrio difícil entre as oposições de continuidade e descontinuidade na modernidade, que se reflectem na oposição de modernidade e sociedade industrial, sociedade industrial e sociedade de risco”.

Nas questões emergentes das sociedades modernas, “a urgência deixou de ser excepcional e impõe-se como modalidade temporal da acção em geral” (Innerarity, 2011: 39). Porém, “o urgente só tem sentido quando existe o que não é urgente” (Ibidem). O estado de urgência contribui para fragilizar as organizações e é terreno para surgirem os problemas graves, como mostra o exemplo das catástrofes das bolsas ou da política perante as pressões imediatas.

Os indivíduos são dominados pelo desejo da satisfação imediata e mostram-se intolerantes perante a frustração; exigem tudo no imediato, saltam de um desejo para outro com uma impaciência permanente.

Deixarmos que a urgência do presente nos absorva limita-nos a nossa energia temporal ao mais imediato. E se mergulhamos na urgência presente, menos valor atribuímos à ideia de projeto e à lógica do longo prazo. Valores como a flexibilidade ou a adaptação, que são muito importantes, transformam-se em princípios absolutos que determinam as grandes decisões. “Instaurou-se uma ditadura do tempo real nas organizações, na política e na sociedade em geral. É o império da eficácia, do instante, do curto prazo, da satisfação, da urgência, da velocidade, da imediatez, da ligeireza e da flexibilidade” (Innerarity, 2011: 42).

A cultura da urgência está também ligada à “sentimentalização” das sociedades modernas; a hegemonia do sentimental tende a legitimar a ação imediata e a desprezar outras alternativas que se inscrevam num registo menos imediato (Innerarity, 2011). O sentimento precipita o momento, o que faz com que não haja tempo para a espera. Esperar incomoda, provoca a razão, o limite, a consciência e sabemos que, numa sociedade de urgências sucessivas, a consciência precisa do tempo para ser e é a ela que lhe compete “levar a nau do eu a um porto seguro e produtivo” para o futuro (Curado, 2007: 189), na “intersecção do eu e da memória” (Damásio, 2010: 363).

A cultura da urgência precisa de consciência para não se precipitar no futuro. Há feridas que se abrem no presente que se pagam, com um preço caro, ao logo de todo o percurso de vida. E neste aspeto, a sentimentalização da sociedade, que gera, na maioria dos casos, ritmos acelerados de menor consciência, pode hipotecar uma dívida odiosa, difícil de suportar no futuro. Daí que Richard Sennet, na voz de Innerarity (2003: 41), refira que “a nossa relação com o tempo está desregulada”; isto manifesta-se na enorme dificuldade com que nos projetamos no futuro e na nossa absorção pela urgência do presente. “Os prazos subverteram os valores e o urgente substituiu o importante; reina a tirania do que é preciso despachar” (Ibidem). De facto, já não somos capazes de estabelecer metas de grande alcance, possivelmente, o horizonte é demasiado míope, falta-nos visão para aonde queremos caminhar, apontar de forma direcionada o foco para podermos continuar a prosseguir viagem como quem projeta e deseja alcançar o (seu) sonho. Quem projeta constrói futuro no presente, enriquece a história com o tempo que há-de vir.

Apesar de tudo, cultura da urgência não nos é estranha. Ela coabita com a história e pensar o contrário não seria honesto. Platão (1990), na Carta VII, perguntava qual é o tempo da urgência, da mesma forma como também perguntava qual é o tempo do amor, o tempo da criação, o tempo da liberdade ou o tempo da decisão. Todavia, nas sociedades atuais, a urgência parece que encurtou o tempo. Quando se fala de tempo parece que se fala de urgência. E a questão é esta: tempo e urgência não são sinónimos. Logo, a urgência coloca-nos frente à problemática da interpretação, da interpretação da própria interpretação, a re-interpretção.

O que é urgente? O que é que será tão urgente que obriga a ser urgente? Pensar no imediato impede que aconteça a história. Não há presente no imediato. E, assim, poderíamos pensar que a cultura da urgência não faz história e nela não toma assento.

4. A utopia do progresso

A proposta da qual partimos é que existe uma falsa ideia de progresso. Assistimos ao esgotamento de uma ideia de progresso, como sendo linear, necessário, irreversível e contínuo, já que as sociedades ocidentais conferiam “o direito e o poder de gerar e gerir expectativas, através do assento de uma acção política suportada pela assunção do princípio do progresso” (Araújo, 2011: 27). Todavia, reflectindo bem, o tempo não é circular, cíclico, nem pode entender-se de modo exclusivamente linear. Ele envolve-se numa rede de relações múltiplas e complexas. Cada dimensão do tempo desvela-se ele próprio num tríplice modo: passado, presente e futuro, interligando-se entre si, como os tempos de um mesmo verbo. O tempo e a história vivem desta conjugação múltipla, na constante abertura ao futuro. Tal facto revela que o tempo é uma construção, é uma realidade complexa. Daí que falar-se da ideia de progresso não é mais do que uma utopia.

No dizer de Maria Zambrano (2003), o tempo ao passar torna-se passado, mas não desaparece. Se desaparecesse totalmente não teríamos história. Mas, se o futuro não estivesse a agir, se, todavia, o futuro fosse simples não-estar, também não teríamos história. O futuro apresenta-se-nos primariamente, como “o que está para chegar”. Se do passado nos sentimos vir, mais exactamente, “estar a vir”, o futuro sentimo-lo chegar, sobrevir-nos, de modo inevitável.

Morreu definitivamente a fé no progresso autómato e, como todas as mortes, também esta deixou consequências: dá-se uma “fragmentação do progresso, o seu estilhaçamento” (Innerarity, 2011: 142). Assim, “já não existe um futuro da sociedade que seja indiscutível no presente. E tem-se a impressão de que o apelo a qualquer futuro se tornou especialmente suspeito ou pelo menos controverso” (Ibidem: 143).

Com o fim da ideia moderna de progresso, teremos que reaprender a viver com o tempo. É urgente criar novas categorias, novos significados, para que possamos proceder a novas interpretações e daí gerar novos códigos e novas palavras-chave de interpretação da sociedade.

Estas novas categorias terão um efeito de *pharmakon*, serão o veneno, na forma de remédio, que procurará curar a corrida vertiginosa do progresso, mas que também a pode matar. Tal como acontecia com o duplo efeito da escrita visto por Platão (1990). A escrita tinha a nobre missão de conservar, de transmitir a verdade, mas era olhada com desconfiança, uma vez que nos desviava a atenção da Razão, da sua função de procurar o universal e, conseqüentemente, de atingir a virtude. Este conceito pode ainda ser visto, em Derrida (1978), como conceito de “bode expiatório”, que tem como função conservar a sociedade. Está encontrada a fonte do mal, será reposta a paz e a ordem à comunidade.

Se a suposta aceleração geral da nossa sociedade tem o seu contraponto em fenómenos de desaceleração, e se a generalização da urgência arruína o próprio conceito de urgência é necessário que a análise da nossa temporalidade deva ser completada com a ideia de que existe também uma falsa mobilidade. “Em última instância, as sociedades combinam a sua resistência à mudança com uma agitação superficial” (Innerarity, 2011: 44). A utopia do progresso transformou-se numa utopia técnico-informática, num movimento desordenado, agitação sem regras e dissipação de energia (Ibidem: 45).

É a vez do pharmakon atuar, o alerta está lançado: já não há mais o tempo de aceleração; já não há mais o tempo de desaceleração; já não há mais a ideia de progresso, porque já não há o tempo, há, já só, este tempo, que, pela sua especificidade, se inscreve no plano imanente e transporta, em si, sementes de esperança. Há, e este há, que não é menos ostensivo do que cognitivo, determina-o a ser aqui e agora.

É esta a realidade que nos é dada viver. Vamos vencer ou sucumbir. “A flecha do tempo é irreversível” (Borges, 2011: 179). A verdade é que não temos tempo a perder, o que significa que o presente não dura muito, ou melhor, é uma construção que não dura sempre o mesmo. Mas, no presente, já ganhamos a vitória: não há presente no imediato e, por isso, não vale a pena viver de qualquer forma. Há que construir uma sociedade nova, onde a contagem do tempo seja diferenciada não pela expressão numérica mas pelo tempo vivido, entregue e doado. Seria, sem dúvida, um tempo melhor, cairológico. Esta desconstrução constitui um rombo no casco da hermenêutica da sociedade moderna, com a introdução de um elemento diacrónico no sincrónico. É preciso, pois, devolver à vida o que lhe foi retirado e colocado num ideal, devolvendo o humano ao tempo, de forma a que o segredo do êxito passe pelo reconhecimento individual da bondade do tempo.

Referências

- Araújo, E. (2011). A política de tempos: elementos para uma abordagem sociológica. *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais, 3, 19-40.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2007). Schneller leben : Lernen und Vergessen in der flüchtigen Modern. *Leben in der flüchtigen Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Beck, U. (1986). *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt: Ed. Suhrkamp.
- Beck, U. (2000). *The Brave New World of Work*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Borges, A. (2011). *Deus e o Sentido da Existência*. Lisboa: Gradiva.
- Curado, M. (2007). *Luz misteriosa. A Consciência no Mundo Físico*. Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Damásio, A. (2010). *O Livro da Consciência. A Construção do Cérebro Consciente*. Lisboa: Temas e Debates.
- Deleuze, G & Guattari, F. (1992). *O que é a Filosofia?*. Lisboa: Editorial Presença.
- Derrida, J. (1978). *Éperons - Les Styles de Nietzsche*. Paris: Flammarion.
- Heidegger, M. (2003). *O conceito de tempo*. Lisboa: Fim de Século.
- Innerarity, D. (2009). *A Sociedade invisível. Como observar e interpretar as transformações do mundo actual*. Lisboa: Teorema.
- Innerarity, D. (2011). *O Futuro e os seus Inimigos. A paisagem temporal da sociedade contemporânea. Uma teoria da aceleração*. Lisboa: Teorema.
- Marquard O. (2003). *Zukunft braucht Herkunft, Philosophische Essays*. Stuttgart: Reclam.

- Ortega y Gasset, J. (2002). *O que é o conhecimento?*. sl: Ed. Fim de Século.
- Platão (1990). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sartre, J. P. (1987). *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- Torga, M. (1981). *Antologia poética*. Coimbra: Ed. Coimbra.
- Zambrano, M. (2003). *Pessoa e Democracia*. Lisboa: Fim de Século, 121-139.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Metamorfozes visuais: o tempo no retrato fotográfico

ALINE SOARES LIMA & CATARINA MIRANDA BASSO

Universidade do Minho

lima.alinesoares@gmail.com; c.wheelhouse@gmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre as mudanças que o tempo opera na imagem fotográfica, especificamente, no suporte negativo. O tempo surge como agente de aceleração da deterioração da imagem e, conseqüentemente, da sua função: de documento visual a obra abstracta.

Palavras-chave:

Tempo, fotografia, negativo fotográfico, conservação e restauro, cultura visual

Introdução

Numa frase já muito citada, Santo Agostinho expressa a equívoca simplicidade do conceito de tempo: “O que é então o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas se o quiser explicar a alguém, eu não sei”. O passado já não é, o futuro ainda não é, e o que é o presente? O agora, o presente, torna-se passado assim que acabamos de pronunciar a palavra. Como é que pode alguma coisa existir, que não é? Santo Agostinho concluiu que o tempo é uma criação do Homem, uma distensão da mente, e que as três dimensões em que comumente se divide o tempo – presente, passado e futuro – não existem em si mesmas (Wilschut, 2010: 04). Ora, aquilo que parecia ser um assunto claro e evidente, nada para contemplar por muito tempo, torna-se uma inquietação filosófica, discutida em diferentes âmbitos científicos.

As diferentes abordagens e concepções do tempo – desde o tempo da física clássica ao “transcorrer do tempo”, que é sentido de formas distintas pelos sujeitos – ligam-no com outro conceito operatório que nos importa explorar: a memória. Como ferramenta de arquivo de dados e de capacidade de re-atribuição de significados, a compreensão do conceito de memória é fundamental para a análise de um corpo de trabalho que foi produzido no passado, e que (ainda) existe no presente – como, por exemplo, a fotografia, a qual é, simultaneamente, um meio técnico de produção e reprodução de imagens, e uma extensão e fixação material da memória.

Tal como se argumenta na perspectiva da história cultural, o tempo, *esse tecido que urde a vida*, é, afinal, uma evidência que toma forma nas memórias do passado. Memórias que podem ser recompostas a partir de algo que existiu num tempo distante, que permanecem no presente e que apontam para uma futura ressignificação. Mesmo que se consiga deter a acção de desgaste do tempo, que acelera a decomposição da fotografia, as memórias contidas numa imagem fotográfica dum outro tempo, não se mantêm, necessariamente intactas.

Existem diferentes tempos que trespassam a memória registada visualmente, contudo, a imagem fotográfica remete-nos, predominantemente, ao pretérito. As imagens do passado fixadas pela fotografia podem-se desvanecer com o tempo, o que pode alterar os códigos simbólicos da sua génese, que possibilitam o resgate e a compreensão do seu significado cultural. Por outras palavras, a acção do tempo tem a capacidade de tornar os vestígios do passado menos inteligíveis.

Estas contingências do tempo – considerando as suas múltiplas concepções – interferem na imagem fotográfica, instaurando uma metamorfose que delinea anacronias e anamorfoses visuais, não correspondentes com o contexto do projecto original. Referimo-nos, aqui, à produção involuntária de uma estética natural, que nos leva da representação mimética à abstracção.

É a partir da metamorfose da imagem fotográfica que pretendemos abordar a questão do tempo. A nossa proposta vai no sentido de reflectir sobre a transformação de um conjunto de retratos fotográficos, provocada pela acção do tempo: do tempo de captação da imagem e do seu contexto cultural; do tempo da revelação e da fixação da memória nos negativos; do tempo de vida dos negativos, do tempo cronológico da sua existência; das flutuações do tempo meteorológico que age sobre eles, e que se expressa nas condições atmosféricas, como a temperatura e a humidade; do tempo de metamorfose do suporte da imagem que altera o seu significado; do tempo de visualização dos retratos, e do tempo de que faziam memória, agora transfigurada pela pluralidade dos tempos que a trespassa.

O presente artigo encontra-se estruturado em sete partes. Na primeira, fazemos uma pequena retrospectiva do pensamento teórico sobre a fotografia; na segunda, apresentamos um panorama da discussão sobre tempo e fotografia; na terceira, tratamos da relação entre fotografia e memória; na quarta parte, apresentamos uma breve discussão acerca do retrato fotográfico; na quinta parte, tratamos dos agentes de deterioração da imagem fotográfica; na sexta parte, abordamos a fotografia no contexto da arte contemporânea, para, na sétima parte, chegarmos às metamorfoses visuais do retrato fotográfico e, por fim, apresentarmos algumas considerações finais sobre este mergulho para lá da superfície da imagem.

1. Breve retrospectiva do pensamento teórico sobre a imagem fotográfica

Fixar as imagens das experiências humanas e representar visualmente o mundo e as coisas do mundo, é uma prática que se perde na noite dos tempos. Foi por meio de imagens que o Homem fixou as suas memórias e construiu as suas narrativas, às quais se atribuiu valor de documento histórico. Assim, quando nos debruçamos sobre a fotografia tomando-a como objecto de análise, tratamos, precisamente, de um tipo de artefacto da memória e da cultura visual, testemunho material e fonte histórica de conhecimento.

Ao fixar imagens efémeras a partir de um autómato, a fotografia estabelece uma ruptura paradigmática nos modos de representação. O rápido desenvolvimento dos procedimentos fotográficos e das tecnologias da imagem a partir daí instauradas tem, há mais de um século e meio, levado ao progressivo rompimento com a tradição discursiva da *logos* ocidental, fundada na palavra (Martins, 2001: 71).

Enquanto autómato, a câmara fotográfica guilhotina o tempo, faz da linha um ponto – captura um recorte do tempo e do espaço, paralisa a acção, tornando-a, com luz, uma imagem fixa apta à reprodução. É nessa medida que a fotografia tem imbuído em si o conceito de tempo. Por isso, importa, antes de percorrermos os principais ensaios teóricos sobre a natureza da fotografia, inscrever o conceito de tempo que preside aos paradigmas abordados.

De acordo com Arnheim, o tempo é a “dimensão da mudança; contribui para a descrição da mudança e não existe sem ela”. A forma mais perceptível do tempo como mudança está no envelhecimento, resultado do efeito da matéria sob acção do tempo. É assim que uma tela pintada envelhece, e os seus pigmentos se alteram. Da mesma forma, é assim que um negativo envelhece, e os seus componentes se alteram. É assim que as cores de uma fotografia, irremediavelmente, mudarão. Ou seja, não há matéria que resista à corrosão do tempo – e porque as imagens, em geral, existem sempre nalgum tipo de suporte, a sua materialidade frequentemente sofre a intervenção do tempo¹.

Fortemente influenciados pelas teorias bergsonianas do tempo da duração, os teóricos da imagem – especialmente os da linha francesa – tendem a considerar o tempo como uma dimensão inseparável da nossa experiência, como uma dimensão inextricavelmente psicológica (Santaella; Nöth, 2012: 76).

Na sua obra “O acto fotográfico”, Dubois (1992) percorre as teorias de análise da imagem fotográfica desde o início da história da fotografia. O autor retoma, inicialmente, a discussão dos primeiros tempos da fotografia, quando muito se falava sobre o seu carácter mimético e de uma espécie de acordo de princípio que queria que o documento fotográfico desse conta fielmente do mundo – porque lhe foi atribuída, desde o início, uma credibilidade, um peso de real singular (ibidem: 17). A fotografia era, portanto, concebida como uma espécie de prova que atestava indubitavelmente a existência do que era dado a ver na imagem.

A partir desta ideia, Dubois percorre as diferentes posições dos teóricos da fotografia quanto ao princípio da realidade inerente à relação da imagem fotográfica com o seu referente, articulando três posições historicamente demarcadas: a fotografia como espelho do real, como transformação do real, e a fotografia como vestígio do real.

A “fotografia como espelho do real” constitui o discurso primeiro sobre a fotografia e diz respeito à capacidade mimética possibilitada pela sua própria natureza técnica e automatismo. A fotografia surge como imagem objectiva, verdadeira, prova irrefutável do

¹ Santaella refere que deve ser feita excepção à infografia: a estocagem numérica e o carácter imaterial, pura luminescência fugidia, não fica mais fisicamente exposta à erosão do tempo. Consideramos, contudo, que mesmo que a imagem pareça imune à erosão do tempo, a degradação do suporte material que a contém - o computador ou o ecrã LCD - são igualmente sujeitos ao envelhecimento e ao desgaste. Contudo, isso pode não afectar a existência numérica da imagem - o que, no contexto das imagens digitais, pode significar a sua reprodução até ao infinito.

real, por oposição à pintura, imagem subjectiva da realidade, na qual intervém a mão do artista. A partir da clivagem “fotografia *versus* obra de arte”, todo o discurso da época evoluiu tanto no elogio como na censura da imagem fotográfica. No âmbito dos discursos oitocentistas sobre a fotografia, há uma perspectiva optimista que proclama a libertação da arte para a criação imaginária pela técnica fotográfica, tida como instrumento fiel de reprodução do real. A repartição é clara: à fotografia, a função documental, a referência, o concreto, o conteúdo; à pintura, a pesquisa formal, a arte, o imaginário (Dubois, 1992: 21).

Como observou Dubois, este discurso da mimese teve os seus prolongamentos no século XX. Contudo, se o discurso do século XIX é um discurso da semelhança, o século XX insiste na ideia da “fotografia como transformação do real”, um ponto de vista desconstrutor sobre a imagem fotográfica, que sustenta o carácter codificado da imagem fotográfica². As duas grandes concepções – a fotografia como espelho do real e a fotografia como operação de codificação das aparências – têm em comum o facto de considerarem a imagem fotográfica como portadora de um valor absoluto, seja por semelhança, seja por convenção.

As teorias em torno da fotografia colocaram sucessivamente o seu objecto, primeiro no que Peirce chamaria “a ordem do ícone”, ou da representação por semelhança, e depois na “ordem do símbolo”, que é a representação por convenção geral (ibidem: 30-39).

No terceiro ponto de ordem, “a fotografia como vestígio do real”, Dubois refere-se às teorias que encaram a fotografia como procedendo da ordem do índice - ou da representação por contiguidade física do signo com o seu referente. Esta concepção distingue-se das anteriores porque implica que a imagem indiciária seja dotada de um valor singular, determinado unicamente pelo seu referente e só por ele: vestígio de um real.

Assim, relativamente à questão do realismo e do valor documental da imagem fotográfica, Dubois conclui que a primeira posição epistemológica “vê na fotografia uma reprodução mimética do real”. A fotografia é verosimilitude, espelho do mundo – um ícone, no sentido de Peirce. A segunda denuncia esta faculdade da imagem em fazer-se cópia do real, pelo que a imagem é analisada como uma interpretação – transformação do real, como cultural e perceptualmente codificada. De acordo com esta concepção, a imagem não pode representar o real empírico mas apenas uma espécie de realidade interna, transcendente. A fotografia é aqui um conjunto de códigos – um símbolo, nos termos de Peirce. A terceira posição epistemológica consiste num retorno ao referente, mas sem a obsessão pela mimesis. Inscreve o médium no campo de uma irredutível pragmática: a imagem fotográfica torna-se inseparável da sua experiência referencial, do acto que a funda.

Assim, a fotografia é, primeiramente, índice, só depois pode tornar-se semelhante, ícone, e adquirir sentido, ou símbolo (Dubois, 1992:47).

2. Tempo & Fotografia

No seu ensaio sobre “A Imagem”, Jacques Aumont estabelece uma distinção entre imagens temporalizadas e não temporalizadas. O autor identifica as imagens temporalizadas como aquelas que existem idênticas a si próprias no tempo e as imagens não

² Ver ensaios directamente inspirados na psicologia da percepção (anteriores ao estruturalismo francês dos anos 65: Arheim, Kracauer), nos textos posteriores a este de carácter ideológico (Damish, Bordieu) e ainda em artigos que dizem respeito aos usos antropológicos da fotografia.

temporalizadas como aquelas que se modificam ao longo do tempo, sem a intervenção do espectador, apenas pelo efeito do dispositivo que as produz e apresenta. A partir desta primeira classificação da imagem, Aumont estabelece mais uma clivagem, agora entre três duplos opostos: imagem fixa *versus* imagem móvel; imagem única *versus* imagem múltipla, e imagem autónoma *versus* imagem em sequência.

Assumindo, como ponto de partida, tais classificações, Santaella & Nöth apresentam uma discussão sobre a imagem, centrando-se na questão do tempo (2012: 75-90). Na perspectiva destes autores, existe, por um lado, um tempo intrínseco à imagem, que lhe é inerente, e que tem a ver com o tempo em que a imagem foi produzida – o que abrange o tempo do contexto tecnológico do dispositivo ou suporte, o tempo da enunciação e o tempo dos esquemas, estilos, convenções de composições e representações para a produção da imagem; e por outro lado, há um tempo que lhe é extrínseco e que se refere às formas de temporalidade que estão fora da imagem e que sobre ela agem. Assim, o tempo extrínseco diz respeito ao tempo do desgaste e da deterioração da imagem, ao tempo do que é representado e que estabelece uma relação referencial capaz de marcar uma historicidade. Contudo, a ausência de tempo das imagens abstratas, não figurativas, apenas nos dão pistas temporais fugidias (Santaella; Nöth, 2012: 77).

Se levarmos em conta a relação da imagem com o referente, ou seja, com o contexto temporal do objecto que a imagem representa, temos o tempo referencial. Por último, podemos aceder ao tempo intersticial, que é o tempo que nasce no cruzamento entre o sujeito perceptor e um objecto percebido. Ou seja, o tempo que é construído da e pela percepção (Santaella; Nöth, 2012: 87).

No seu já exaustivamente discutido ensaio sobre “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, Walter Benjamin (1992), refere-se ao “*hic e nunc*”, ou ao “aqui e agora” da obra de arte, como sendo aquilo que lhe confere autenticidade.

*“Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o *hic e nunc* da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É nessa existência única, e somente nela, que se desdobra a história da obra. Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou” (ibidem: 77).*

O “*hic e nunc*” de uma obra de arte, que Benjamin define como a sua aura, estão directamente relacionados com a sua historicidade, com o decurso da sua materialidade, com o seu tempo e espaço. A aura é, assim, o atributo que lhe confere autenticidade, e que é actualizada a cada momento em que a imagem é observada. É a experiência do sujeito perante a obra, é a relação que ele estabelece com a obra num dado momento do tempo. Se, para Benjamin, é a reprodutibilidade da obra de arte que lhe *retira* o seu atributo, a sua *aura*, para Berger (1980: 291) é justamente o carácter reprodutível e multiplicável da fotografia que nos serve como princípio básico para que a possamos entender. Para Berger, o *nosso* erro tem sido o de categorizar *coisas* como arte considerando as fases do processo de criação, enquanto nos devíamos centrar na questão de entender a fotografia como testemunho duma

escolha humana exercida numa dada situação³. O autor faz depender o entendimento sobre a fotografia, não só da escolha do fotógrafo, mas também do conhecimento que o espectador tem dos momentos fotografados. Assim, para Berger, uma fotografia é o resultado duma decisão do fotógrafo, de que vale a pena registar este objecto ou aquele acontecimento particular. A fotografia é o testemunho duma escolha humana que foi exercida – e esta escolha não é entre fotografia x ou fotografia y, mas entre fotografar no momento x ou no momento y. Se tudo o que existe fosse continuamente fotografado, cada fotografia tornar-se-ia insignificante. A fotografia, é, portanto, entendida como um processo de tornar a observação auto-consciente (1980: 293).

A importância, tanto do emissor como do receptor, surge também em Flusser (1998, 28-29), para quem as imagens são superfícies que pretendem representar algo⁴. Contudo, porque o significado da imagem se encontra à superfície e pode ser captada por um “golpe” de vista, “tal método de deciframento produzirá apenas o significado superficial da imagem”. Assim, na perspectiva de Flusser, para aprofundar esta primeira leitura, é preciso vaguear pela superfície da imagem, fazer um *scanning* - que segue a estrutura da imagem, mas também os impulsos íntimos do observador. É a partir desta análise mais aprofundada que somos capazes de captar o seu significado, análise que é resultado de duas intencionalidades: a do emissor e a do receptor. De acordo com o autor, ao contrário dos números, que têm significados inequívocos, “as imagens oferecem aos seus receptores um espaço interpretativo: são símbolos conotativos”. Ao “vaguear pela superfície”, o olhar vai estabelecendo relações temporais entre os elementos da imagem: um elemento é visto após o outro. Deste modo, o olhar reconstitui a dimensão do tempo⁵ (ibidem: 34).

Nesta medida, ao distinguir “imagens tradicionais” de “imagens técnicas”, Flusser demonstra que é “fácil” verificar que as imagens tradicionais são símbolos: há um agente humano (pintor, desenhador) que se coloca entre elas e o seu significado. Ou seja, o agente elabora em si símbolos que transfere para a mão munida de pincel, e para a superfície da imagem. A codificação processa-se no artista, pelo que quem se propõe decifrar uma imagem tradicional deve saber o que se passou pela cabeça do artista. No caso das imagens técnicas há também um factor que se interpõe entre elas e o seu significado: um aparelho e um agente que o manipula (fotógrafo, cineasta), que parecem não interromper o elo entre a imagem e o seu significado, mas o canal que os liga. Porque essa máquina é demasiado

³ De acordo com o autor, devemos libertar-nos da confusão trazida pela contínua comparação da fotografia com as belas-artes.

⁴ Na maioria dos casos, algo que se encontra lá fora, no espaço e no tempo. As imagens são, portanto, resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões espaço-temporais, para que se conservem apenas as dimensões do plano.

⁵ O vaguear do olhar é circular: tende a voltar para contemplar elementos já vistos. Assim, o “antes” torna-se “depois” e o “depois” torna-se “antes”. O tempo projectado pelo olhar sobre a imagem é o do eterno retorno. Contudo, esta aparente objectividade é ilusória, porque as imagens são de facto tão simbólicas quanto o são todas as imagens – pelo que devem ser decifradas por quem deseja captar-lhes o significado. “Com efeito, elas são símbolos extremamente abstractos: codificam texto em imagens, são metacódigos de textos. A imaginação, à qual devem a sua origem, é a capacidade de codificar textos em imagens. Decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam” [...] O que vemos ao contemplar as imagens técnicas não é “o mundo”, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem”.

complexa para ser penetrada, somos, na perspectiva de Flusser, e, por enquanto, analfabetos em relação às imagens técnicas⁶ (1998: 35).

Também Dubois sustenta que, se a fotografia possui uma “força viva irresistível”, algo que lhe parece pertencer à ordem de uma “gravidade absoluta”, não nos é possível continuar a pensar a imagem separada do acto que a faz existir. Neste sentido, a fotografia não é apenas uma imagem, é também, primeiramente, um “verdadeiro acto icónico”. Ou bem, algo que é uma imagem-acto, supondo que esse acto não se limita ao gesto único da produção propriamente dita da imagem (o gesto de a tirar), mas que inclui também o acto da sua recepção e da sua contemplação (Dubois, 1992: 11).

3. Fotografia & Memória: da génese à duração

“A perpetuação da memória é, de uma forma geral, o denominador comum das imagens fotográficas: o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia da vida (re)tirada do seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem” (Kossoy, 2007: 133).

Para Kossoy, falar de fotografia é falar de memória – a memória da aparência, “daquele preciso tema, num dado instante da sua existência”. Neste sentido, falar de fotografia é também falar do tempo, ou de “vestígios de um passado, admiráveis realidades em suspensão, caracterizadas por tempos muito bem demarcados: da génese, tempo da criação, à duração, tempo da representação” (ibidem: 131). É sobre estes tempos tradicionais da fotografia e sobre os seus outros tempos, que o autor esboça as suas reflexões “entrelaçadas com a problemática da memória”, considerando ainda o desenvolvimento tecnológico dos procedimentos fotográficos, fruto de mudanças culturais que alteram a percepção da imagem. Se outrora as fotografias eram preciosidades apreciadas durante intervalos de tempo prolongados, hoje são vistas *en passant*, mantendo-se, entretanto, pairando num ciberespaço visualmente saturado (ibidem: 134-135).

De acordo com Kossoy, o tempo da criação refere-se ao tempo da primeira realidade, ao instante único do registo do passado, num determinado lugar e época - é o momento em que se produz a fotografia. O tempo da segunda realidade, ou o tempo da representação, refere-se, por sua vez, à imagem-chave, codificada formal e culturalmente, que persiste na sua trajectória de longa duração.

O primeiro tempo fixa o acontecimento e paralisa a acção do passado, o segundo tempo perdura, porque com ele convivemos, seja enquanto lembrança, seja enquanto documento iconográfico (instrumento de trabalho e investigação). Enquanto o tempo da criação é efémero, e se volatiliza, o tempo da representação mantém os assuntos e factos em suspensão, petrificados eternamente, como se fossem peças arqueológicas cujo pó do tempo removemos cuidadosamente, na tentativa de revelar as sucessivas camadas que constituem a sua espessura histórico-cultural, a sua memória. Lembremos que, para Ricoeur

⁶ Afigura-se-lhe, contudo, possível afirmar que as imagens técnicas, longe de serem “janelas”, são superfícies que transcodificam processos em cenas – tão mágicas como todas as imagens, o fascínio que delas emana é palpável, a qualquer instante. Para Flusser, vivemos cada vez mais em função de uma tal magia imagética: vivenciamos, valorizamos e agimos, cada vez mais, em função de tais imagens, pelo que, como conclui o autor, urge analisar que tipo de magia é esta.

(1994), a memória não se liga apenas a uma capacidade humana de imaginar (de pensar a memória, como o tempo) mas a uma capacidade de aceder ao passado. “Não temos nada melhor do que a memória para significar que algo aconteceu, se passou antes de nos lembrarmos dela” (Wilschut, 2010: 11).

Contudo, as imagens são silenciosas, e essa é uma das qualidades mais preciosas e originais da imagem fotográfica. Silêncio, não só da imagem que renuncia a qualquer discurso, para de algum modo ser vista e lida “interiormente”, como também o “silêncio no qual submerge o objecto que a apreende” (Baudrillard, 1997: 39). Silenciosas até ao momento em que, resguardadas em alguma “estufa da memória”, em algum museu de alguma cidade, são ressuscitadas por alguém. Sobre o uso que se faz delas, acumuladas em acervos históricos, Kossoy questiona: Qual será o uso dessas imagens e o tipo de controle exercido nessas instituições sobre a memória? Certo é que as manipulações e adaptações de toda a ordem esvaziam os seus conteúdos históricos e simbólicos, como também descompensam os seus tempos formativos. Alteram os seus significados.

“Quando as imagens do passado se desconectam dos seus tempos intrínsecos passamos a ter diante de nós próteses fotográficas cuja função é a de ilustrar os temas mais diversificados; imagens ilustrativas que podem ou não ter algum vínculo espacial ou temporal com o tema tratado no texto ao qual são aplicadas. [...]

Repentinamente, essas velhas imagens podem voltar a ter uma “função de vida”, representar uma família, amarrar-se umbilicalmente a um referente, alguém que necessite de identificação e de memória, um fantasma, um andróide, um clone, não importa. Essas representações podem, digamos assim agora, ressurgir ou ressuscitar numa nova “encarnação”. Um raio de luz único penetrando pela fenda da pedra, tentando devolver a vida aquelas fotografias que permaneceram, por largo tempo, nos sarcófagos da memória” (Kossoy, 2001: 40).

De facto, com as actuais possibilidades técnicas, que permitem *rejuvenescer* as imagens, elas deixarão de estar “congeladas no tempo”, mas “hibernando”, devidamente formatadas em computadores especiais, climatizadas segundo as normas do fabricante, a aguardar a sua nova condição de *documento*, portanto, já noutra estado da sua trajectória – recicladas. Para Kossoy, a reciclagem dos clones-imagens permite controlar eficazmente a memória. E também a história. De acordo com o autor, os tempos reciclados estabelecem novos ciclos para imagens sem identidade, reelaboradas e reinterpretadas segundo os mesmos processos de criação de realidades - destino das imagens, produto das mentalidades (2001: 45).

Foi a partir daqui que almejamos ressuscitar as imagens que foram objecto de estudo deste artigo, no qual propomos fazer uma reflexão sobre a acção do tempo na imagem fotográfica – exercício mais especulativo e com o sentido de reavivar o debate acerca do estatuto ou função da imagem do que de trazer, propriamente, respostas e conclusões. Socorrendo-nos das teorias analíticas da imagem, ensaiamos aplicar as categorias semióticas fundamentadas pela tricotomia sémica peirciana. Por isso, torna-se oportuno retomar, brevemente, tais conceitos para que, mais adiante, possamos operacionalizá-los.

4. O retrato fotográfico como semiose visual

Quando tratamos da indexicalidade da imagem fotográfica, referimo-nos à contiguidade física do signo com o seu referente (Dubois, 1992: 45). É a imagem que surge como indício de uma realidade, ainda que como uma existência forjada, pois o referente é a causa da fotografia, na medida em que esta se inscreve a partir da luz reflectida pelo objecto fotografado e pela mediação técnica dos procedimentos fotográficos (Machado, 2001). A conexão e a aderência entre a representação e o referente estão intrínsecos à natureza da fotografia. Neste sentido, se seguidos adequadamente os procedimentos ópticos, mecânicos e químicos inerentes ao processo fotográfico para a produção de uma imagem figurativa *nítida*, esta contiguidade física, permitir-nos-á perceber a relação de semelhança entre o referente e a representação – ou seja, evocamos a ordem do ícone.

No caso do retrato fotográfico, o sujeito é o assunto e a causa da imagem, é a figura do sujeito retratado que se irá inscrever e revelar, com mais ou menos nitidez. A semelhança com o referente, faz-nos identificar e reconhecer na imagem um sujeito (um casal, uma família, ou um grupo de pessoas). Somos capazes de descrevê-lo em pormenor, ainda que continue a ser, para nós, a imagem virtual de um desconhecido: “um ícone é um signo que remete ao objecto que ele denota, quer este objecto exista realmente, quer não” (Dubois, 1992: 63). Quer conheçamos o sujeito, quer não, a ele seremos remetidos.

O signo icónico existe de modo autónomo, contudo, quando temos como objecto de estudo o retrato fotográfico, ícone e índice não aparecem numa relação de categorias que se excluem. Pelo contrário, é precisamente pela natureza da conexão física instaurada pelo processo fotográfico, que se funda a relação de semelhança entre referente e representação.

O referente faz-se objecto-imagem com a impressão luminosa, passa a fazer parte do mundo como imagem revelada e participa da nossa cultura visual. Percebemos e interpretamos o mundo a partir de uma rede “simbólica” culturalmente partilhada. Referimo-nos, portanto, aos significados que são convencionados, ao que está na categoria do *simbólico*. O retrato, por sua vez, também é produzido segundo certas convenções gerais, códigos que nos dão informações sobre o referente a partir da fisionomia, da roupa, do cenário, e ainda de um outro valor singular despertado pela percepção de quem interpreta a imagem – a emoção que o sorriso de um ente querido é capaz de despertar. Ora, não é por acaso que, quando abordamos o retrato fotográfico, podemos dizer que a ordem dos signos se sobrepõe, ou intervém de maneira simultânea.

Ainda que insuficiente, como afirma Jean-Luc Nancy, a definição do retrato como “*la representation d’une personne, selon ele-même*” (2011: 11), serve-nos como ponto de partida para pensar a sua função ou finalidade. O retrato pode ser, simultaneamente, imagem figurativa – representação mimética do sujeito, e imagem social, endereçada à posteridade, por isso, memória de um referente. A “aderência singular” (Barthes, 1984:16) entre o referente e a representação, para além de fazer do retrato fotográfico um testemunho visual, serve-nos como fonte de recordações e emoções (Kossoy, 2003: 67). É justamente sobre este aspecto do retrato a que Walter Benjamin se refere, ao dizer que é “na expressão efémera de um rosto humano” feito imagem-objecto num retrato, que se encontra o último refúgio da aura na fotografia (1992: 87).

O retrato fotográfico é, assim, a permanência de uma presença, por mais distante que esteja. Neste sentido, Benjamin vai dizer que é na “recordação dos entes queridos, ausentes ou mortos”, representados à imagem e semelhança na fotografia, que o valor de culto da imagem *resiste* no retrato fotográfico.

Por sua vez, é precisamente sobre este aspecto “afectivo” do retrato, a despeito da relação de semelhança que a imagem apresenta com o seu referente, que Barthes questiona ao contemplar as fotografias da sua mãe – “Eu sabia que, por essa fatalidade que é um dos traços mais atrozes do luto, eu consultaria imagens em vão, não poderia nunca mais lembrar-me de seus traços (convocá-los inteiros, a mim)” (1984: 95). O autor lança, assim, um olhar subjetivo sobre a fotografia, já distante da semiótica-estruturalista: o olhar de um observador “amador”, que procura na fotografia mais do que o significante, mais do que meras informações visuais. Procura, incrédulo, detonar a emoção do reencontro com a mãe ausente:

“E eis que começava a nascer a pergunta essencial: será que eu a reconheceria? Ao sabor dessas fotos, às vezes eu reconhecia uma região de sua face, tal relação do nariz e da testa, o movimento de seus braços, de suas mãos. Eu sempre a reconhecia apenas por pedaços, ou seja, não alcançava seu ser e, portanto, toda ela me escapava. Não era ela e, todavia, não era nenhuma outra pessoa. Eu a teria reconhecido entre milhares de outras mulheres, e no entanto, não a ‘reencontrava’. Eu a reconhecia diferencialmente, não essencialmente. A fotografia me obrigava assim a um trabalho doloroso; voltado para a essência de sua identidade, eu me debatia em meio a imagens parcialmente verdadeiras e, portanto, totalmente falsas” (ibidem: 27).

Depois de Barthes, fica vincada a compreensão do retrato fotográfico enquanto um “*isso foi!*”, que nos remete não apenas à “iconicidade” ou “indexicalidade” da imagem pela aderência entre o referente e a representação, mas também, e sobretudo, ao seu carácter “simbólico” e ao modo como a imagem é capaz de produzir sentidos – e sentimentos.

5. A imagem deteriorada

No procedimento fotográfico analógico, a obra final é o positivo, que apresenta a mesma escala de valores do assunto fotografado. Um negativo, obra intermediária, designa, portanto, uma imagem cuja escala é inversa àquela do assunto fotografado. Como matriz, foi o negativo que conferiu à fotografia um progressivo desenvolvimento, ao permitir a multiplicação das imagens.

Contudo, devido ao desenvolvimento das tecnologias digitais, os negativos têm sido, em muitos casos, negligenciados, ou até mesmo totalmente destruídos (Lavédrine, 2008: 18). Isto implica dizer que muito da memória salvaguardada nos negativos – que pode significar a única fonte para o conhecimento das realidades representadas na imagem – está a ser apagada da história.



Fig. 1: Negativo de gelatina em vidro deteriorado: vidro lascado; manchas castanhas e amareladas, amolecimento, e descolamento da gelatina nos bordos.

Arquivo Aliança © Museu da Imagem | C.M.B | AALX00042

Como observa Luís Pavão, a deterioração da imagem corresponde “às transformação físicas e químicas ocorridas nas espécies fotográficas após o processamento, seja motivada por uso excessivo ou inadequado, por exposição a condições ambientais desfavoráveis, ou decorrente da instabilidade intrínseca dos materiais componentes e que alteram a forma física e o aspecto original da espécie” (Pavão, 1997: 95). São inúmeras as causas de deterioração de uma imagem, mas os principais motivos que levam um negativo ao desgaste são, sobretudo, as condições ambientais, a par de um processamento ou manuseio inapropriados. Se conservados adequadamente, os negativos de vidro tendem à longevidade. No entanto, são frequentes as deteriorações de ordem física, causadas sobretudo pelas flutuações da temperatura e humidade relativa. A abrasão, rachaduras, riscos, lascas, ou decomposição do vidro (suporte da emulsão fotográfica), assim como a sujidade, ondulação, curvatura, amolecimento, descolamento da gelatina (emulsão); ou a formação de bolor, manchas amareladas ou castanhas, lixiviação ou espelho de prata, são os sinais mais evidentes da passagem do tempo⁷.

A deterioração é, em si, uma aceleração da acção do tempo sobre a imagem, um processo que acelera o tempo de decomposição física da imagem. É este tipo de deterioração, com maior ou menor grau de interferência na imagem, que encontramos no conjunto de negativos que utilizamos, aqui, para reflectir sobre a acção do tempo no retrato fotográfico.

⁷ Sobre os processos de deterioração da imagem, CF: Pavão, Luís - *Conservação de Coleções de Fotografias*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

6. A fotografia “expandida”

Desde a sua invenção, a fotografia, ao inscrever-se no âmbito dos sistemas de representação, levou ao questionamento do seu estatuto enquanto obra de arte, bem como ao da obra de arte em si⁸. Questão fulcral dos paradigmas teóricos em torno da imagem fotográfica, como vimos, importa agora relevar o papel central da fotografia em vários domínios, que a faz transitar em ambientes artísticos híbridos e multimidiáticos⁹.

Em meados da década de 1980, o crítico, fotógrafo e editor da revista *European Photography*, Andreas Müller-Pohle, utilizou o termo “fotografia expandida” para designar as novas estratégias e possibilidades do uso da fotografia no campo das artes visuais. Entre outras, assume a intervenção no suporte fotográfico, negativo ou positivo, bem como a integração da fotografia com outros materiais¹⁰:

Este tipo de experiência, que em resumo, tem o intuito de re-significar a imagem fotográfica ou de produzir sentido a partir do uso experimental do suporte fotográfico, foi uma atitude emergente no trabalho de vários artistas, a partir do final de 1970¹¹.

Este tipo de intervenção está presente de diversas maneiras e em diferentes momentos da produção de vários artistas, com obras que ilustram fortemente as possibilidades de experimentação visual da “fotografia expandida”¹². O próprio Müller-Pohle realizou uma série de projectos que ilustram bem este tipo de experimentação: como em “Albufera” (1985), em que o artista rasga uma sequência de negativos fotográficos de paisagens, destruindo os clichés originais, para (re)compor imagens, reunindo diferentes fragmentos do tempo, quebrando a sua linearidade. Em “Dacapo I e II” (1988-1991), o fotógrafo risca e faz sobreposições nos negativos fotográficos de reproduções de postais, pelo que o “cânone pictórico” do país ou cidade, congelado no cliché, é arrancado da imagem. Em “Signa” (1999-2000) Pohle, interferindo no protocolo das imagens feitas com uma Polaroid - prova única que se “revela” de forma autónoma - no decurso do processamento químico da imagem, e durante o tempo que leva do local da tomada de vista até sua casa, inscreve e manipula o suporte, sobre a cena fotografada.

⁸ A fotografia é claramente o evento mais importante da história das artes plásticas. É simultaneamente uma libertação e um compromisso – libertou a pintura ocidental de uma vez por todas, da sua obsessão com o realismo e permitiu-lhe recuperar a sua autonomia estética. Sobre esta discussão, ver: cf. Scharf, Aaron (1994); Bazin, André (1980).

⁹ A fotografia está na base tecnológica de todos os média contemporâneos, e que foi, a partir das possibilidades técnicas de fixar, reproduzir e transmitir mecanicamente mensagens, sejam visuais ou textuais, que os meios técnicos de comunicação embocaram actual sociedade da informação.

¹⁰ “The production process after taking the picture comprises, in this strategy, at least one further step, involving the integration of the individual photograph into a more complex “visual organism” (sequence, tableau, etc.), combining it with other media such as text, drawing, painting, etc. (collage, montage and so on), or transforming it into a three-dimensional object (photo-sculpture, etc.)” (Müller-Pohle, 1985).

¹¹ Em artigo publicado na segunda edição da revista digital Studium, Arlindo Machado cita a obra de alguns artistas que trabalham com a “fotografia expandida”, como Cindy Sherman, que concebe a fotografia como uma *mise-en-scène*, na qual ela dirige, interpreta e fotografa ao mesmo tempo. O autor cita também o trabalho de recuperação e reapropriação de fotografias de anónimos descartadas, da fotógrafa brasileira Rosângela Rennó, assim como do também brasileiro Kenji Ota, que quebra os protocolos técnicos da fotografia no momento de produção, praticamente eliminando o referente da imagem. Machado, Arlindo - A Fotografia como Expressão do Conceito, in <<http://www.studium.iar.unicamp.br/doi/1.htm>>

¹² Andreas Müller-Pohle: Interfaces. Foto+Vídeo 1977–1999. Göttingen: European Photography, 1999.

Desta forma se entende que o tipo de intervenção voluntária que os artistas assumem com a “fotografia expandida” interfere na ordem do signos, abstraem o referente, desfiguram-no, subtraem-no, deslocam o tempo¹³. Nestas obras, as anamorfoses foram geradas intencionalmente, propositadamente.

Ao abordar o conceito de “fotografia expandida”, paradigma da obra de arte que faz uso da fotografia e da intervenção voluntária na imagem, damos o primeiro mergulho no conceito de metamorfose visual que construímos para alicerçar a análise sobre o nosso objecto de estudo.

7. Metamorfoses visuais da imagem deteriorada

O conjunto de clichés que analisamos é proveniente do espólio albergado no Museu da Imagem da cidade de Braga, legado do antigo estúdio “Foto Aliança”, que esteve em funcionamento entre 1910 e 1980. Trata-se de negativos de gelatina sobre vidro, de retratos fotográficos produzidos em estúdio e que datam da primeira metade do século XX.

Dentre os cerca de 120 mil clichés do Arquivo Aliança, não foram poucos os que se deterioraram enquanto esperavam pelo tratamento de conservação e armazenamento, ou mesmo que se degradaram devido às falhas no processo químico que aconteceram momento de produção da imagem.

Os clichés mostram-nos imagens figurativas que nos reportam ao retrato autónomo, tipologia centrada na representação do sujeito – ainda que oculto pela deterioração do suporte. Nesta perspectiva, como nos diz Santaella:

“Na imagem figurativa, como o próprio nome diz, a relação referencial é explícita, quer dizer, tratam-se de imagens que sugerem, indicam, designam objectos ou situações existentes. Sendo existentes, esses objectos e situações estão marcados por uma historicidade que lhes é própria. Ora, ao representar o referente, a imagem acaba inevitavelmente por trazer para dentro de si a historicidade que pertence ao referente. É nesse sentido que imagens figurativas podem funcionar como documento de época. Figurinos, cenários, arquitecturas, decorações, costumam aparecer como indicadores inequívocos de uma época” (Santaella, 2012: 89).

Significante quase indecifrável de figuras anónimas para nós, as informações visuais que restam nos fragmentos da gelatina, fornecem-nos pistas que, confrontadas com os demais negativos do período produzidos pela mesma casa fotográfica, nos permitem descrever e contextualizar, no âmbito da história da fotografia, os princípios, sobretudo técnicos e estéticos, que regiam a produção das imagens. Neste aspecto, é a própria deterioração dos clichés que nos dá indícios que permitem localizá-los no tempo. Ou seja, apesar da deterioração subverter a relação da imagem com o seu referente, constitui um ponto de partida para a identificação dos processos e convenções inerentes ao tempo da sua criação. Uma leitura feita com base nos sinais de deterioração do suporte e emulsão do

¹³ Se em “Albufera”, o artista rearranja o recorte espaço-temporal do acto fotográfico, “baralhando” os indícios da realidade representada na imagem, em “Dacapo I e II”, o carácter simbólico do cânone representado no postal é literalmente extirpado de sentido. Em “Signa”, a conexão física entre o referente e a representação que, no caso da fotografia, significa também a relação de semelhança entre um e outro, é distendida até se romper e se desconectar totalmente.

negativo, permite-nos aceder aos diversos tempos da imagem: desde o tempo cronológico ao tempo cíclico; ao tempo da captação da imagem e do seu contexto cultural; ao tempo de vida dos negativos e ao tempo meteorológico que opera mudanças no suporte da imagem; ao tempo de visualização dos retratos, que actualiza a imagem.

Assim, a deterioração da natureza do negativo de vidro proporciona uma “reinscrição indiciária” sobre o índice fotográfico, que interfere, sobremaneira, no modo de perceber e interpretar a imagem. O tempo, ao acelerar a decomposição da imagem, para além de introduzir um outro tempo na sua análise, transfigura-a e “desordena” o sistema sógnico da sua génese. Altera a sua aparência - do figurativo ao abstracto - e interfere na tricotomia peirciana dos signos.

Este “colapso sógnico” desconstrói a rede simbólica que organiza, de modo inteligível para nós, o retrato fotográfico como narrativa visual, sem, obrigatoriamente o descartar. Nesta medida, promove-se uma reflexão sobre a mudança involuntária no estatuto da imagem, a partir da acção do tempo, e a sua possível re-significação, propondo uma abordagem poética visual da imagem deteriorada.

O conjunto de clichés deteriorados que nos servem, aqui, como objecto de reflexão, é composto por retratos de estúdio, que apresentam uma uniformização que obedece a padrões dominantes dos modos de representação – é possível perceber uma homogeneidade na composição dos retratos fotográficos, mesmo se de procedências díspares de nível social ou económico. Em alguns clichés, ainda se consegue identificar o cenário do estúdio pintado ao fundo e a presença de cadeiras, mesas e balaústres, assim como outros acessórios presentes no retrato de estúdio, herança do retrato oitocentista que permanece até às primeiras décadas do século XX¹⁴. Estes e tantos outros aspectos inerentes à imagem fotográfica, que dizem respeito ao que lhe é intrínseco e extrínseco, são colocados em xeque com a deterioração da imagem, que instaura sobre ela a possibilidade de uma releitura, possibilitada pela sobreposição de novos índices nos negativos.

Todas as informações que a imagem revelada no negativo nos mostraria, as tintas do tempo desfiguraram, evidenciando que a fotografia é perecível, que é matéria viva, em contínua decomposição.

Já referimos que o tipo de deterioração que incide sobre o suporte é, também ele, indicador e portador de sentido: a existência de espelho de prata num negativo, ou mesmo num positivo, por exemplo, transporta-nos ao tempo da criação em que era usado o haleto de prata e exclui a hipótese de estarmos perante qualquer outro processo fotográfico. É nesta medida que os diferentes modos de deterioração insurgem nos negativos novos indicadores que nos remetem para o tempo da produção da imagem, ou bem, para o seu tempo intrínseco. De igual modo, transportam-nos ao tempo extrínseco à imagem - ao

¹⁴ O retrato de estúdio não é o tipo de imagem que se faça com assiduidade. Não se faz, em estúdio, o registo dos acontecimentos da vida quotidiana – coisa que a tecnologia fotográfica da época já permitia, com as câmaras amadoras e os negativos em película. Por isso os retratos de estúdio não têm a espontaneidade da fotografia amadora, os retratados posam para a foto, muitas das vezes, dirigidos pelo retratista, que segue determinados padrões técnicos e artísticos. A própria definição de “pose”, que tem uma relação íntima e quase inseparável com o retrato de estúdio, já denota uma “postura estudada e artificial”. A postura rígida, as roupas domingueiras e o sorriso fixo denunciam um tempo de elaboração da auto-imagem: “Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objectiva, tudo muda: fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem” (Barthes, 1984).

tempo que age sobre ela, como “dimensão da mudança”, que é o tempo do desgaste da fotografia. Assim, se a gelatina do negativo se encontra amolecida ou descolada, temos prova de que o negativo foi exposto, ao longo de sua vida, a uma flutuação da humidade relativa e da temperatura. No negativo cruzam-se, portanto, tempo intrínseco e extrínseco, tempo meteorológico, tempo cronológico, e tempo intersticial. Se, ao longo de sua história, o negativo for exposto a factores que conduzam à aceleração da sua decomposição química, o tempo extrínseco à imagem actua sobre o tempo que lhe é intrínseco, na esteira dos conceitos operatórios de Santaella. E nós, estaremos, agora, no tempo intersticial - no tempo do cruzamento entre o sujeito perceptor e o objecto percebido.



Fig. 2: Negativo de gelatina sobre vidro
Arquivo Aliança © Museu da Imagem | C.M.B | AALX00038

Se num retrato fotográfico bem conservado, o tempo intrínseco da imagem é visível na superfície da imagem, com a deterioração, ele é ocultado, e a relação figurativa com o referente, que nos forneceria informações sobre a época de produção do retrato a partir da aparência e dos códigos visuais presentes na imagem ficam desvanecidos. Ainda que possamos ter uma noção do que está representado, nunca poderemos ver a imagem com a sua nitidez original, por isso a nossa interpretação e a relação que com ela estabeleceremos, será, necessariamente, diferente.

Esta experiência de percepção da imagem dá-se no tempo que Santaella & Nöth chamam de “intersticial” que é, justamente, o cruzamento do tempo da imagem com o momento em que ela é actualizada pelo olhar do observador. Observador que carrega, por sua vez, um repertório próprio, que é cultural, mas também individual, para a interpretar (Santaella; Nöth, 2012: 87).

Como vimos, com esta nova inscrição indiciária involuntária na vida do negativo, a imagem metamorfoseia-se, passa de figurativa a não-representativa. Passa de *analogon* a imagem abstracta – aquela que “reduz a declaração visual a elementos puros: tons, cores,

manchas, brilhos, contornos, movimentos, ritmos” (ibidem: 85), além de não indicar, propriamente, o tempo do referente. Permanece, atemporal.

Se, na sua versão figurativa e próxima do referente, a composição do retrato ordena o nosso olhar que, mesmo “vagueando” pela imagem, obedece a um determinado modo de ver, na sua versão abstracta, o olhar vagueia sem direcção. *Wondering*, desnorteado, sem pés nem cabeça, porque sem referências às quais se possa ancorar.



Fig. 3: Negativo de gelatina sobre vidro
Arquivo Aliança © Museu da Imagem | C.M.B | AALX00045



Fig. 4: Negativo de gelatina sobre vidro
Arquivo Aliança © Museu da Imagem | C.M.B | AALX00050

É nesta transição, do figurativo ao abstrato, que a imagem do retrato fotográfico rompe gradativamente com o seu referente até se desligar totalmente da sua correspondência externa, passando a significar-se por si só, enquanto imagem.

Encontramo-nos, aqui, perante o que podemos chamar de “diabolía” e “autotelía” da imagem – conceitos operatórios referidos por Martins (2011: 69-94) na sua abordagem às imagens tecnológicas, que se referem precisamente a esta separação entre imagem e referente e ao rompimento com o seu *analogon*. Uma ruptura que faz com que a imagem signifique por si mesma, sem estabelecer relações directas com nada que lhe seja exterior.

Considerações finais

Ao olhar estes negativos, cuja função mimética foi alterada pelas contingências do tempo, foi nossa intenção, além de inscrever os diferentes conceitos de tempo na análise da imagem, reflectir sobre a desordenação da tricotomia signica e sobre os novos sentidos que instaurou nos clichés. O domínio da “fotografia expandida” que referenciamos serviu-nos de contraponto para uma leitura poética que o tempo inscreveu nos negativos. Enquanto as metamorfoses visuais geradas pela acção do tempo nestes negativos, aconteceram de forma *involuntária*, as intervenções produzidas no âmbito da arte contemporânea, são controladas, intencionais. Aqui, a metamorfose e a criação de uma estética *natural* diz respeito à decomposição involuntária da imagem, e não à sua composição. A produção de sentido faz-se pela decomposição do referente, não pela codificação controlada e propositada que presidiu ao momento da sua criação. Certo é que, esta “produção de sentido”, é, também ela, imbuída de uma reinterpretação que, deliberadamente, aqui fazemos.

De modo preciso, o que encontramos neste conjunto de negativos foi uma metamorfose do suporte e da imagem. Ou, por outras palavras, uma metamorfose do suporte que levou à metamorfose da representação e que nos levou à atribuição de um novo valor a estas imagens. De “mero” documento histórico ou vestígio de uma realidade passada, estes negativos transformaram-se, involuntariamente, e em virtude das *contingências* do tempo, em objecto artístico em potência. Neste sentido, a percepção do espectador, do investigador, do observador perante estas imagens metamorfoseadas, teriam, necessariamente, de mudar.

Objectivamente, temos uma imagem que foi primeiramente figurativa – uma representação com conexão física com o referente (ordem do índice) – que possui uma relação de semelhança com o que representa (ordem do ícone), e que carrega códigos que nos possibilitam identificar e interpretar a imagem, considerando uma rede simbólica culturalmente partilhada (ordem do símbolo). Uma imagem que, no decorrer do tempo, se transformou em imagem *abstracta*, na qual a conexão física com o referente não se estabelece mais e sofre a interferência de outras inscrições indiciárias, que desfiguram a representação e desvanecem os códigos de referência.

Ao questionar esta metamorfose, estamos, por fim, a resgatar a imagem do seu desaparecimento, a desconstruir e a de(s)compor a imagem – que se pode inscrever também na ordem de uma ecologia da imagem, ou nos termos de Müller-Pohle, de uma ecologia da informação, que nada mais é do que uma estratégia para reintegrar e regenerar os “resíduos”

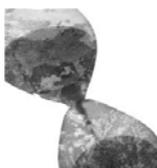
e reintroduzi-los no ciclo das artes e da comunicação¹⁵. Estamos também a revelar a anamorfose da mimese causada pelas contingências do tempo. Ou, se quisermos, a demonstrar como esta metamorfose visual, pintada pelas mãos do tempo na imagem fotográfica, instaura uma inusitada estética, que desvela o ciclo de vida destas imagem: da representação mimética à anamorfose, do figurativo ao abstracto, da ordem ao caos.

Referências

- Andreas Müller-Pohle (1985). *Photography: Today/Tomorrow*, 6, 1. Recuperado de: <http://www.muellerpohle.net/projects/albufera.html>
- Barthes, Roland (1984). *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benjamin, Walter (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água.
- Dubois, Philippe (1992). *O acto fotográfico*. Lisboa: Vega.
- Fabris, AnnaTeresa (2004). *Identidades Visuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: UFMG.
- Flusser, Vilém (1998). *Ensaio sobre a fotografia. Para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Kossoy, Boris (2003). *Fotografia e História*. São Paulo: Atelier Editorial.
- Kossoy, Boris (2007). *Os tempos da fotografia: o efémero e o perpétuo*. São Paulo: Atelier Editorial.
- Lavédrine, Bertrand (2008). *(Re) Conaitre la Photographie Ancien*. Paris: CTHS.
- Machado, Arlindo (2001). *A Fotografia como Expressão do Conceito*. Recuperado de: <http://www.studium.iar.unicamp.br/doi/1.htm>
- Martins, Moisés de Lemos (2011). *Crise no castelo da cultura - das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio.
- Nancy, Jean-Luc (2000). *Le regard du portrait*. Paris: Edition Galilé.
- Pavão, Luís (1997). *Conservação de Coleções de Fotografia*. Lisboa: Dinalivro.
- Wilschut, Arie (2010). *A forgotten key concept? Time in teaching and learning history*. Paper presented at the 21st International Congress of Historical Sciencies. Amsterdam University of Applied Sciences.
- Santaella, Lúcia & Nöth, Winfried (2012). *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminura.
- Sorokin, Pitirim A. & Merton, Robert K. (1987). Social Time: A methodological and functional analysis. *American Journal of Sociology*, 42, 5.

¹⁵ O autor fala especificamente da reutilização de fotografias descartadas, negligenciadas ou esquecidas, que podem gerar novas informações e poéticas a partir da sua actualização – seja com um novo olhar que se lança sobre elas, ou integrando-as com outros materiais para gerar novos significados. A historiografia da arte contemporânea dar-nos-ia um sem número de exemplo dos (re)usos da fotografia em expansão, a começar, por exemplo, por diversas obras de Andy Warhol – como, por exemplo, um mural com treze retratos de criminosos procurados instalado, na fachada do Pavilhão do Estado de Nova Iorque durante a Feira Mundial de 1964 (Fabris, 2004: 103).

Trachtenberg, Alan (Ed.) (1980). *Classic Essays on Photography*. New Haven: Leete's Islang Books.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

O uso dos novos *media* e a redefinição de tempos e espaços em meio rural

ANA MELRO & LÍDIA OLIVEIRA

Universidade de Aveiro; CETAC MEDIA

alrmelro@gmail.com; lidia@ua.pt

Resumo:

Vivemos um momento em que a utilização frequente dos novos *media* origina mutações na forma como se perciona o tempo e o espaço. A expressão “a qualquer hora, em qualquer lugar” traduz esta ideia de diluição de fronteiras entre diferentes contextos – familiar, laboral/escolar e de lazer- favorecendo a tese de que se assiste a uma crescente hibridez nos espaços-tempo, a maioria das vezes não apercebida por parte das populações.

Como diversos autores afirmam (entre eles, Castells, Thompson e Harvey), se o tempo de trabalho entra nas casas e nas redes de amizade, algo potenciado pelo estado de permanente conectividade, também é muito provável que o contrário aconteça, ou seja, que exigências familiares e outras invadam o tempo e o espaço de trabalho. Aliás, se as interações face a face costumavam ser o intercâmbio privilegiado de conteúdo simbólico, com os novos *media* esse mesmo intercâmbio ganha contornos diferentes que podem ser compreendidos através do processo que Harvey chama “shrinking map of the world”. Partindo da ideia de que os utilizadores de novos *media* experimentam novas conceptualizações de espaço e de tempo, designadamente à custa da utilização intensiva dos ecrãs, reflecte-se neste texto sobre: i) a forma como essa redefinição dos tempos e espaços ocorre nos variados contextos sociais – familiar, laboral/escolar e de lazer ; ii) a forma como os indivíduos a percebem ou lhes passa despercebida; e iii) o realismo da ideia sobre a crescente fluidez entre tempos e espaços nos contextos de vida do meio rural português.

Palavras-chave:

Novos *media*, redefinição do tempo, redefinição do espaço, meio rural, gerações de ecrã, contextos sociais

Introdução

No presente texto a reflexão é feita em torno das problemáticas sobre os usos e apropriações dos novos *media* (a televisão, o computador e o telemóvel), por indivíduos pertencentes a três gerações¹ (nascidos na década de 50, 70 e 90, do século passado) e

¹ No contexto da investigação realizada, foi apropriado o conceito de geração de Karl Mannheim (1990 [1952]), que considerava que “Indivíduos que pertencem à mesma geração, que partilham do mesmo ano de nascimento, estão ligados, por esse facto, a uma posição comum na dimensão histórica do processo social (...) predispondo-lhes um

residentes em meio rural. Reflete-se, ainda, sobre a dimensão temporal e espacial desses usos e apropriações. Pretende-se relacionar a (não) utilização dos *media* com a percepção dos indivíduos das três gerações sobre a necessidade de alterar hábitos: será que há alteração de hábitos, no sentido da eliminação das fronteiras entre tempos e espaços? Será que estes se estão a constituir como contextos híbridos, de constante interação? Quais as dinâmicas de utilização dos novos *media* / ecrãs em três gerações distintas, em meio rural?

Para tentar responder a estas questões, contemplam-se os seguintes objetivos gerais:

- Analisar a utilização dos novos *media*/ecrãs em âmbito rural.
- Compreender de que forma a utilização dos novos *media*/ecrãs é realizada nas três gerações – nascidos nas décadas de 50, 70 e 90.
- Estudar a utilização dos novos *media*/ecrãs em contextos diferenciados – laboral/escolar, de lazer, familiar.
- Analisar a forma como se processam as relações sociais no presente, considerando a frequente utilização dos novos *media*.

O texto organiza-se em quatro pontos: no primeiro será realizada uma breve reflexão focando a relação entre a definição de tempo e a utilização dos novos *media*/ecrãs, evidenciando-se os tempo de trabalho, de lazer e familiares.

O segundo incide sobre o entendimento do meio rural em pleno século XXI, sendo posta a questão sobre a sua eventual redefinição, de modo a cumprir o papel que lhe tem sido atribuído ao longo dos anos - um local idílico, belo e puro (Bryant & Pini, 2011, 6) e, ao mesmo tempo, abarcar as novas tendências tecnológicas.

No terceiro ponto dá-se continuidade a este segundo tópico, mas privilegiando a discussão à volta dos novos *media* e da sua inserção no meio rural. Serão apresentadas algumas informações estatísticas que permitem uma melhor compreensão da disseminação dos *media* (da televisão, do computador e do telemóvel) no contexto português e tendo em consideração as décadas de 50, 70 e 90 como marcos de introdução dos mesmos nas dinâmicas quotidianas e, por fim, o ecrã como elemento gerador das designadas gerações de ecrãs.

O quarto ponto descreve a metodologia usada. É dada particular ênfase à análise dos focus group realizados durante os meses de novembro e dezembro de 2011 e aos diários preenchidos por participantes num grupo de discussão multigeracional (de 4 a 18 de dezembro de 2011), em Ponte de Lima.

Os resultados aqui apresentados são parte de uma investigação mais abrangente que está a decorrer no âmbito do doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (Programa Doutoral conjunto da Universidade de Aveiro e da Universidade do Porto), cujos resultados finais se pretendem apresentar em meados de 2013 à Universidade de Aveiro.

1. A noção de tempo e a utilização dos novos *media*

Ao longo dos anos e dos séculos, “não ocorreu apenas uma ruptura ou uma descoincidência entre tempo e lugar; ocorreu igualmente uma profunda mudança na relação

certo modo característico de pensamento e experiência, e um tipo característico de acção historicamente relevante.” (Mannheim, 1990 [1952], 134-136).

dos agentes e dos grupos sociais com o tempo e o lugar” (Pinto, 2000, 54), que os “obriga” a estar disponíveis quase 24 horas por dia, e mesmo conectados e informados, sendo, por isso, considerados indivíduos virtuais, tal como defende Turkle (1997), ou “indivíduos de ecrã”.

Estão a ocorrer alterações profundas na organização da sociedade em termos laborais e escolares, familiares e de lazer que implicam reestruturação dos tempos e espaços. Para Silverstone, et. al (1992), essa reestruturação acontece, sobretudo, na economia familiar, uma vez que esta está em permanente interação com o mundo exterior por via dos meios de informação e de comunicação. Tal reestruturação exige adaptação por parte dos indivíduos a qual se realiza em quatro fases distintas: i) a apropriação, ou seja, a altura em que o indivíduo adquire um objeto e se converte no seu dono; ii) a objetivação, expressa na efetiva utilização do objeto adquirido, mas também na disposição que este assume dentro de casa; iii) a incorporação que se refere à sua integração nas demais tarefas e rotinas domésticas e iv) a conversão, que define a relação entre a família e o mundo exterior, isto é, o lugar que aquela reivindica para si e os seus membros no lugar onde se encontra, no mundo do trabalho e nos restantes grupos sociais (Silverstone et al., 1992, 47-52).

Thompson (1998) afirma que a adaptação aos novos *media* é uma obrigação presente e real, imprescindível para quem se quer manter atualizado.

Harvey (1990) desenvolve uma forma de representar esta reestruturação global, útil para perceber a configuração das relações sociais, laborais e familiares. Trata-se da redução progressiva do mundo (*shrinking map of the world*), que se apresenta na Figura 1.

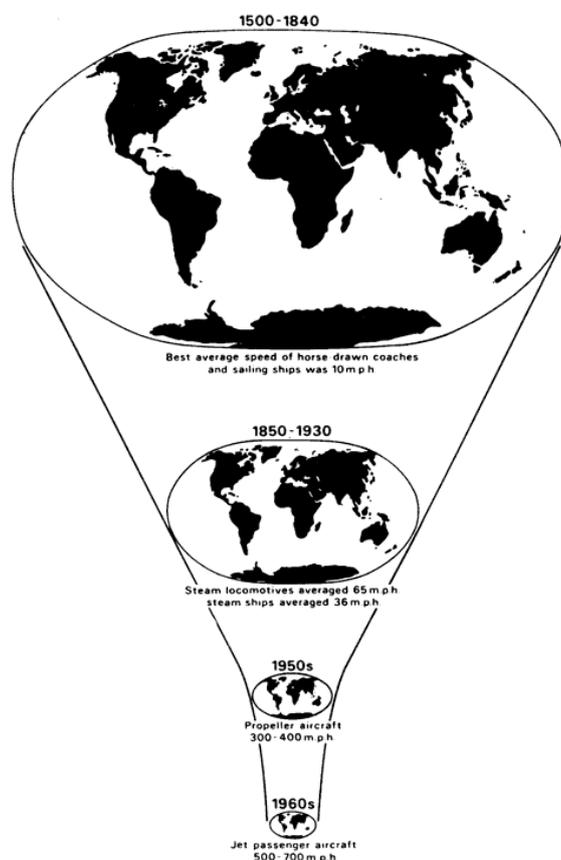


Figura 1 – Mapa de redução do mundo (Harvey, 1990: 241)

O autor argumenta que se tem verificado, ao longo dos anos, uma progressiva “redução” do mundo expressa através das velocidades médias atingidas pelos meios de transporte mais utilizados em cada uma das épocas. No seu entendimento, a forma como a evolução tecnológica progrediu permitiu aumentar a velocidade, encurtando as distâncias entre espaços e diminuindo o tempo de viagem e para encontro. Se entre 1500 a 1840 a melhor velocidade média era de cerca de 16 km/hora, possibilitada pelas carruagens puxadas por cavalos e pelos veleiros; nos anos 60, os aviões de passageiros a jato atingiam entre 500 e 700 milhas/ hora; e, desde a década de 90, com meios de transporte como o Alfa Pendular (comboio de alta velocidade) e meios de comunicação, como o telemóvel e a videoconferência, as distâncias entre espaços tornaram-se mais curtas.

O autor explicita que:

“As space appears to shrink to a ‘global village’ of telecommunications and a ‘spaceship earth’ of economic and ecological interdependencies and as time horizons shorten to the point where the present is all there is, so we have to learn how to cope with an overwhelming sense of compression of our spatial and temporal worlds.”
(Harvey, 1990, 240)

Castells (2007) (1996/2007) considera que a transformação espacial e temporal ocorre num espaço de fluxos e um tempo atemporal. O primeiro compreende a forma como as práticas sociais partilhadas com os demais, por meio de uma organização material, é realizada através de fluxos, isto é, práticas rotineiras e repetitivas que ocorrem por entre a interação das posições ocupadas pelos atores sociais nas diversas estruturas da sociedade (económica, política e simbólica) (Castells, 1996/2007, 535-536).

O “tempo atemporal” traduz o paradigma informacional da sociedade em rede e a forma como ambos obrigam a um corte na sequência temporal dos contextos e dos seus fenómenos. Corte que pode ter dois efeitos: a eliminação da ocorrência do fenómeno ou a descontinuidade (Castells, 1996/2007, 597) (Castells et al., 2007, 219-220).

Se a redução de tempos e espaços ocorre de um modo mais geral, ocorre também de forma particular. Como refere Castells (2007) o trabalho entra nas casas e nas redes de amizade, no entanto, também o tempo familiar e os tempos de lazer estão contaminados pelo tempo de trabalho, o que é bem expresso pela ocorrência de chamadas telefónicas e a resposta a e-mails para resolver questões laborais, por exemplo (Castells et al., 2007, 104).

Aliás, a transferência virtual dos indivíduos é um efeito do tempo atemporal e do espaço de fluxos. É possível, hoje, ir para outros lugares sem que isso implique deslocação física. Esta transferência virtual é possível não só pelo recurso aos novos media, mas também devido à convergência dos próprios artefactos (a televisão no computador, o rádio no telemóvel, entre outros), permitindo que várias ações sejam desenvolvidas ao mesmo tempo (ter uma reunião de trabalho e estar a par das últimas notícias nacionais e internacionais), sem alteração do contexto. E, ao contrário do que assumem outros autores (Pinto, 2005, 263), Jenkins (2006/2008) considera que essa convergência leva ao convívio, à efetivação do social (Jenkins, 2006/2008, 55), de uma forma natural (Turkle, 1997, 38), uma vez que os ecrãs não são mais objetos estranhos, mas sim uma extensão dos próprios seres

humanos e sociais (McLuhan, 2008 [1964], 103). Em termos mais gerais, essas possibilidades explicam-se pela convergência dos vários *media* num só: ao mesmo tempo há convergências de contexto de trabalho, familiar e de lazer. Mas essas possibilidades também implicam a readaptação constante dos indivíduos, dos seus corpos, dos esquemas cognitivos, dos seus modos de vida.

Retomando os diversos contextos, Frau-Meigs (2011) apresenta o que pode ser uma redefinição do espaço familiar provocada pela integração dos novos media. O autor afirma que:

“A família associada ao ecrã é aquela que se expande para incluir os periféricos extensíveis como a aparelhagem estéreo, o decodificador, a consola de jogos de vídeo, o teclado... A convergência não se manifesta por uma unidade central mas pelos nós de uma rede, mesmo porque no sujeito tudo passa pelo ecrã onde fica o centro desta interactividade: ele é o centro de todo o sistema de conexão, como fornecedor de espectáculos e de serviços. (...). Então, o ecrã é transversal, presente em todos os espaços, em todos os momentos.” (Frau-Meigs, 2011, 72)

Neste contexto, a utilização de ecrãs poderá não significar isolamento dos indivíduos, como refere, aliás, Salovaara (2010): “many *media* technologies help people form and maintain several social networks that are not as locally bounded as they used to be”. No entanto, a preferência pela sua utilização nos tempos familiares pode desencadear mais situações de individualização, do que de sociabilização (Salovaara et al., 2010, 816).

No fundo, pode argumentar-se que se cria um novo habitus², definido como:

“disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente” (Wacquant, 2007, 66).

Essas disposições podem ser de ordem individual ou social, se nos referimos à experiência vivida de forma isolada ou conjunta.

No contexto laboral, Agger (2011) define o tempo como ‘iTime’. Com esta classificação, o autor entende que o telemóvel contemporâneo, ou o “telefone inteligente” (smartphone), é considerado como a nova fábrica, e os emails e as mensagens electrónicas integram o novo processo de produção, transformando-o em algo móvel (podendo ser transferido para os outros contextos). A vida profissional, por exemplo, acaba por ser uma esfera que fica devota ao ecrã (Agger, 2011, pp. 120-121).

No contexto social ou de lazer, as principais transformações ocorrem no tipo de interação que os indivíduos desenvolvem entre si. Thompson (1998) propõe uma teoria através da qual expõe os três tipos de interação que considera serem mais frequentes no contexto atual de globalização: a face a face, ou presencial; a mediada e a quase mediada. O autor afirma que na primeira, os contextos espacial e temporal são os mesmos, neles existindo uma situação evidente de co-presença na qual os indivíduos usufruem da

² Conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (1984/2003), como “necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais.” (Setton, 2002: 62)

multiplicidade de sistemas simbólicos. As interações mediadas implicam a utilização de um meio para estabelecer a comunicação: o papel no caso da carta, um telefone no caso das conversas através desse meio, etc.. Esses intermediários permitem que espaço e tempo sejam diferentes para o emissor e para o receptor, ou seja, existe toda uma série de indicadores contextuais e simbólicos que deixam de poder ser usados para descoficar as mensagens. Segundo o autor, ganha-se a amplitude espaço-temporal, mas reduz-se a possibilidade de minimizar a ambiguidade com recursos a indicadores simbólicos fornecidos pela componente não-verbal da comunicação e pelos indicadores contextuais. Por último, as interações quase mediadas são as estabelecidas através dos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, etc.), através dos quais o espaço e o tempo ficam ainda mais diluídos e a interação recíproca minimizada, ou seja, contrariamente à face-a-face e à quase-mediada que são dialógicas, a mediada é monológica, tendencialmente o fluxo comunicacional dá-se apenas num sentido (Thompson, 1998, pp. 78-79).

Atualmente e ainda como sugere o autor (Thompson, 1998: 80), as interações podem já não ser estanques, mas, acima de tudo, assumir um carácter híbrido, pois é possível misturar as interações de co-presença, com as quase mediadas e com as mediadas no mesmo momento. Tal poderá significar que, em algumas alturas, se assumam também diferentes personalidades, ou diferentes “eu’s”, dependendo do contexto em que ocorre a interacção (Turkle, 1997, 290). Rivoltella (2010) afirma mesmo que não se podem estabelecer distinções entre o que é o espaço real e o que é o espaço da rede social, mas sim defini-los como o prolongamento um do outro (Rivoltella, 2010, 7).

A teoria social construtivista (Massey, 1994 cit. in Bryant & Pini, 2011) que explicita a diluição dos tempos incide também sobre a fluidez e a hibridez dos espaços e dos locais e sobre a relação destes com a experiência temporal. A autora refere que a tentativa de estabelecer fronteiras pode ser entendida como um esforço no sentido de construir um significado que integra a sintaxe espaço-tempo, portanto de forma híbrida e não estanque (Massey, 1994, 5 cit in. Bryant & Pini, 2011, 5).

Estarão os indivíduos preparados para estas transformações que já estão a ocorrer? Pinto (2005) é da opinião que “a propalada aldeia global em que a parafernália de redes e de dispositivos tecnológicos aparentemente converteu o mundo debate-se com o crescente gap informacional, não apenas no plano do acesso, mas igualmente no do usufruto” (Pinto, 2005: 263), aliás, como viverá o mundo rural todas estas transformações?

2. Os tempos e os espaços no meio rural – haverá lugar a uma redefinição?

A definição aqui utilizada de “rural” é a do Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo o qual o meio rural é definido em oposição ao meio urbano e semi-urbano em relação à população residente e à densidade populacional. Ou seja, é meio rural aquele que tem densidade populacional inferior ou igual a 100 habitantes/Km² e população residente inferior ou igual a 2.000 habitantes.

Os mapas que se apresentam, de seguida, evidenciam a distribuição da população residente e a densidade populacional no país, a nível municipal, das manchas mais escuras

para as mais claras vê-se refletido a maior e menor existência de população, respetivamente.

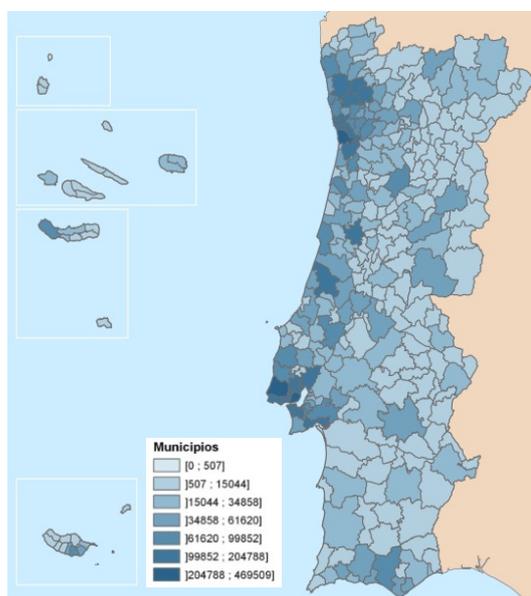


Figura 2 – População residente (N.º) por Municípios – 2010

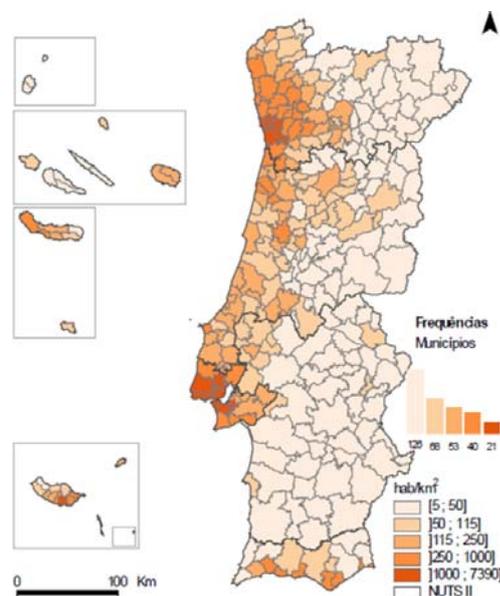


Figura 3 – Densidade populacional (N.º/Km²) por Municípios – 2011

Como se pode verificar, é no litoral que as manchas mais escuras sobressaem, ficando situadas as mais claras, referentes à baixa população residente e baixa densidade populacional, no interior.

Não é objetivo dedicar esta parte à definição das várias formas que pode assumir o rural, nem à definição deste em oposição ao urbano. No momento atual não se consegue estabelecer uma distinção precisa – exceto através de valores estatísticos – sobre as características da ruralidade. A oposição com o urbano é, aliás, por vezes, a via mais fácil encontrada para se definir o rural. No contexto contemporâneo o rural já não se dedica exclusivamente à produção de alimentos que possam, posteriormente, ser distribuídos nos meios urbanos. O rural está, desde a década de 80, envelhecido, dedicado a outras atividades (como o turismo rural), que poderão ajudar a combater o abandono e o atraso verificado durante anos, devido, sobretudo, à forte migração para as áreas urbanas (CEE, 1988, 5-6).

Para Baptista (2006), Portugal possui zonas bastante demarcadas de características de ruralidade devido a vários factores, entre eles: 1) As perdas dramáticas de população; 2) Os acentuados processos de envelhecimento da mesma; 3) Os baixos níveis de escolaridade; 4) A perda de importância económica e social da actividade agrícola; 5) A longa ausência de uma actuação política eficaz; 6) A perda de competitividade económica e 7) A ausência de dinâmicas sociais e económicas alternativas (Baptista, 2006).

Mas o rural português é também agora percecionado como uma alternativa ao frenesim da vida citadina, um local onde é possível descansar, relaxar, ter momentos de

sossego como já não é possível no meio urbano. É a “dinamização do rural como local de consumo” (Baptista, 2006, 92). Aliás, já no final da década de 80 esta era a perceção para a Comunidade Económica Europeia - “As a buffer area and refuge for recreation, the countryside is vital to the general ecological equilibrium, and it is assuming an increasingly important role as the most popular location for relaxation and leisure” (CEE, 1988).

Assim, se é fácil definir o rural em termos estatísticos, transforma-se numa tarefa bem mais complexa quando se pretende uma definição do que é a ruralidade, isto é, da definição do meio rural em termos de características e pormenores que o delimitem, que o distingam do meio urbano, que não o misturem com outras áreas. De acordo com Figueiredo (2003):

“Se é certo que o espaço rural não pode ser marcado já pelas mesmas características que o marcavam há algumas décadas atrás, também é certo que as muito debatidas transformações ocorridas na sociedade em geral e nas sociedades rurais em particular, estiveram, em nossa opinião, longe de permitir que o rural se diluísse no urbano ou ainda de permitir o surgimento de um espaço rurbano.” (Figueiredo, 2003, 131)

O meio rural tem passado por alterações constantes ao longo das últimas décadas para as quais foram contribuindo, com maior ou menor relevância, os novos *media*. Como refere Figueiredo (2011), “uma boa parte dos territórios rurais atravessa hoje processos mais ou menos profundos de redefinição, de reestruturação, de reconfiguração e, até, de reinvenção e recriação” (Figueiredo, 2011, 13-14). Redefinição que se dá, principalmente, por já não se tratar de um território que se dedica exclusivamente à agricultura, até porque os seus residentes já não têm como principal atividade a agrícola, com o objetivo último de vender os seus produtos aos meios urbanos (Ferrão, 2000, 46). Antes, porque é um território onde surgem cada vez mais serviços e que recebe cada vez mais residentes do meio urbano. Uma recepção que se faz em moldes muito concretos, através de ofertas habitacionais transformadas, por exemplo, em turismo rural. Conforme refere, aliás, Julio Llamazares, “El turismo rural, como su nombre indica, es una invención urbana, una forma de llamar al veraneo del interior sin que parezca algo para pobres.” (Llamazares, 2005).

As estratégias de intervenção dos 5 “re’s” (reestruturação, redefinição, recriação, reconfiguração e reinvenção (Figueiredo, 2011)) surgem, então, como resposta às necessidades de encontrar uma compreensão para o que é hoje o rural. Ainda Figueiredo (2011) considera que, devido às metamorfoses pelas quais passa o rural, este é desafiado por uma certa “esquizofrenia funcional”, uma vez que há novas respostas que não só se procuram no rural (tanto os residentes no meio urbano, como os autóctones), como são impostas pelo rural (pois, a agricultura é uma atividade em declínio) (Figueiredo, 2011, 16). Domingues (2012) considera mesmo que estamos perante um rural que não existe, que está “desruralizado” e que o rural autêntico é afinal, um mito que apenas está presente em resorts de luxo ou casas de turismo rural (Domingues, 2012).

Cimadevilla (2010) defende a existência do processo de “rurbanização”, ou seja, a coexistência do rural e do urbano em cada um dos meios, mas que, em vez de estarem completamente isolados, as características de ambos os meios são evidenciadas de forma conjunta e agregada (Cimadevilla, 2010, 83). A dicotomia rural-urbano é, por isso, desvalorizada, no sentido em que não há uma verdadeira oposição de territórios, mas antes

um continuum que se vai afirmando através da geografia, mas também dos residentes, das suas rotinas cognitivas e sociais e dos usos contemporâneos dos tempos sociais.

No fundo, os autores afirmam ser necessário inventar “novos rurais” (Figueiredo, 2011, 19) ou reinventar o rural existente. Essa reinvenção ocorre ao longo das gerações populacionais e do que estas trazem consigo: os hábitos, as culturas, os valores, os consumos, as técnicas entre outros elementos. Curiosamente, esta reinvenção caracteriza-se, cada vez mais, pela demarcação da ausência dos novos *media*. Por exemplo, algumas casas de turismo rural são publicitadas fazendo notar que não dispõem dos *media* e sinalizando que desta forma, possibilitam um melhor aproveitamento da quietude e do sossego que o rural tem para oferecer. Trata-se de uma estratégia de marketing na qual se torna explícita não só a capacidade de o rural ainda oferecer o que a urbanidade já não consegue, como um certo excesso de consumo e uso dos *media* e do qual é necessário afastamento.

A redefinição do rural passa também pela forma como se vivencia o tempo. De acordo com Bauman (2000), para definir o tempo é preciso distingui-lo do espaço, pois o primeiro “pode ser alterado e manipulado – e mais importante, pode ser encurtado, menos custoso, e muito mais produtivo” (Bauman, 2000, 173). No meio rural a forma como se vivencia o tempo e o espaço pode ser ainda considerada distinta da que caracteriza os meios mais urbanos, em virtude de os meios rurais não parecerem tão expostos às lógicas de aceleração intensivas que caracterizam os meios mais urbanos.

3. O uso dos novos *media* no meio rural

O século XX foi profícuo na abertura à entrada de tecnologias. No final da década de 50 assiste-se ao surgimento (e rápida difusão por todos os lares) da televisão, a designada “caixa mágica”. Posteriormente, em finais da década de 70, assiste-se ao início da utilização dos computadores, sendo o exponencial da sua utilização iniciado na década de 80, com o desenvolvimento dos PCs (computadores pessoais). Na década de 90 introduzem-se os telemóveis, primeiro mais acessíveis às classes mais altas, com o propósito quase exclusivo de funcionar nos automóveis, mas rapidamente (à semelhança da televisão e do computador) difundidos.

Também o meio rural português foi progressivamente incorporando a presença dos *media* nas suas dinâmicas quotidianas. A opção pelo estudo desta área do país foi precisamente para se contribuir para o aumento estudos que permitam compreender se os ecrãs/novos *media* são entendidos pelos seus residentes da forma ubíqua e transversal que se mencionou anteriormente. Mais precisamente, terão os meios rurais sido invadidos e influenciados pelos novos *media*, de forma a alterar práticas quotidianas? Serão os residentes do meio rural utilizadores diários, nos mais variados contextos, dos novos *media*/ecrãs?

A televisão, o computador e o telemóvel fazem parte do quotidiano de grande parte da população portuguesa, tal como se pode verificar pelo relatório “A Internet em Portugal 2011” (Cardoso & Espanha, 2012) 99,9% dos inquiridos afirmaram ter televisão; 50,5% e 35,5% indicaram ter computador pessoal portátil e computador pessoal fixo, respetivamente; enquanto 88,5% dos inquiridos disse ter telemóvel e a tendência é para

umentar, não só pelas exigências permanentes da sociedade, como pela necessidade que se vai sentindo de atualização constante (Cardoso & Espanha, 2012, 13). Estes valores e as conclusões qualitativas de alguns projetos europeus, como EU Kids Online (Livingstone & Haddon, 2009), Mediappro (De Smedt & Geeroms, 2006) e Media+Generations (Stefanelli, 2009) mostram o poder transformativo dos ecrãs na experiência social e quotidiana dos indivíduos.

Apesar daqueles números dizerem respeito ao território nacional, os seus valores elevados fazem concluir que a existência no meio rural não será muito menor. Considerando a tabela 1 e quando comparada com as figuras 1 e 2, relativas aos mapas de população residente e densidade populacional em Portugal Continental e Ilhas, verifica-se que as zonas de maior ruralidade (Norte e Alentejo) não estão muito afastadas da média, nem das regiões mais povoadas (Centro e Lisboa). Pode afirmar-se que as gerações, nomeadamente, aquelas que aqui se encontram em análise (1950, 1970 e 1990) são, por isso, “gerações de ecrã”.

	Agregados domésticos		
	Acesso a computador (inclui computador de bolso)	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga
Portugal	56,0	47,9	46,2
Norte	56,9	47,3	45,1
Centro	49,9	41,4	39,3
Lisboa	62,4	55,4	54,1
Alentejo	43,0	38,5	37,1
Algarve	57,1	50,6	50,2
R. A. Açores	56,0	46,7	45,5
R. A. Madeira	58,3	49,7	48,2

Tabela 1a – Indicadores da sociedade de informação nas famílias por NUTS II, 2009 (em %)

	Indivíduos							
	Utilização de computador				Utilização de Internet			
	Total	dos quais			Total	dos quais		
Em casa		No local de trabalho	Na escola ou Universidade	Em casa		No local de trabalho	Na escola ou Universidade	
Portugal	51,4	89,4	45,7	16,7	46,5	85,0	42,3	17,3
Norte	48,8	87,2	46,7	17,3	42,9	82,0	43,3	18,2
Centro	46,8	91,8	39,4	23,8	43,7	86,3	35,1	24,9
Lisboa	60,3	90,3	48,1	13,0	55,0	86,0	45,9	13,3
Alentejo	45,9	87,5	45,0	14,2	41,5	86,7	40,0	13,3
Algarve	56,3	93,1	54,4	10,1	52,0	91,1	48,5	11,2
R. A. Açores	42,7	88,9	41,6	14,1	36,8	85,6	40,2	15,1
R. A. Madeira	48,8	85,8	42,2	15,2	44,3	83,6	39,3	14,3

Tabela 1b – Indicadores da sociedade de informação nas famílias por NUTS II, 2009 (em %)

Consideremos que diversos investigadores (Ferrão, 2000; Giri, 2002; Gonçalves, 2004; Hindman, 2000; Whitacre & Mills, 2002) concordam que na distinção entre rural e urbano deve ter-se em consideração o fosso ou a divisão digital entre as duas zonas, querendo dizer com isto que o acesso às tecnologias, aos novos *media* e ao conhecimento para a sua utilização não estão distribuídos de forma equitativa. Como refere Giri:

“People living in urban areas and developed communities have the best access to the fastest computers, best telephone services, competitive ISP providers, and a wealth of content and training relevant to their lives. On the other hand, people living in rural communities have limited access or no access at all to these technologies. The real gap between these groups of people is called the “digital divide”.
(Giri, 2002, 3)

Todavia, tendo em consideração os *media* em estudo (a televisão, o computador e o telemóvel), deve reconhecer-se que a visibilidade do fosso digital entre os meios rural e urban não é um fenómeno tão evidente. Os dados estatísticos referidos anteriormente levam a afirmar que a apropriação e a utilização dos novos *media* começam a ser quotidianas, também nos contextos rurais e a estarem presentes em todas as dinâmicas (de lazer, familiar e laboral). Aliás, o custo relativamente mais baixo dos computadores e dos telemóveis - para não referir a televisão, uma vez que é o objeto mais habitual, existente em 99,9% dos lares portugueses (Cardoso, Espanha, Cheta, & Araújo, 2009), é um factor que contribui para a sua aquisição de forma cada vez mais massiva.

Uma análise estatística aos vários contextos (de lazer, familiar e laboral/escolar) de utilização dos novos *media* permite verificar que, independentemente de qualquer que tenha sido o seu propósito inicial, estes estão cada vez mais presentes. Em contextos formais, como a escola ou o local de trabalho, os novos *media*, sobretudo o computador e a Internet, são já uma realidade diária. A análise que se faz quando se pensa no trabalho e, cada vez mais, na escola, parte do princípio de que já não seria possível desempenhar as funções de outra forma. Em 2003 a utilização do computador em empresas portuguesas com 10 ou mais trabalhadores era de 81,6%, valor que ascende aos 97,5%, em 2011³. No que diz respeito à utilização de computador com ligação à Internet nas escolas, as estatísticas oficiais do Ministério da Educação referem que, no ano letivo 2001/2002, o rácio de alunos por computador com ligação à Internet era de 17,3 (nos níveis de ensino do 1º, 2º e 3º ciclo e secundário, público e privado), valor que diminui para 2 no ano lectivo de 2009/2010. Em números efetivos, neste último ano letivo eram 594.999 computadores com ligação à internet para 1.189.998 alunos matriculados, no Continente (nos níveis de ensino e modalidades mencionadas anteriormente) (GEPE, 2011).

Em termos de utilização familiar ou em casa - designada de utilização doméstica dos novos *media* - a evolução segue no mesmo sentido. De acordo com um estudo da Markttest, em 2006, cada lar tinha, em média, 1,4 computadores, em 2010 esse valor aumenta para 1,8. A presença de computadores portáteis em casa era, em 2010, de 53%, valor que era de apenas 19% em 2006 (Markttest, 2010).

³ www.pordata.pt

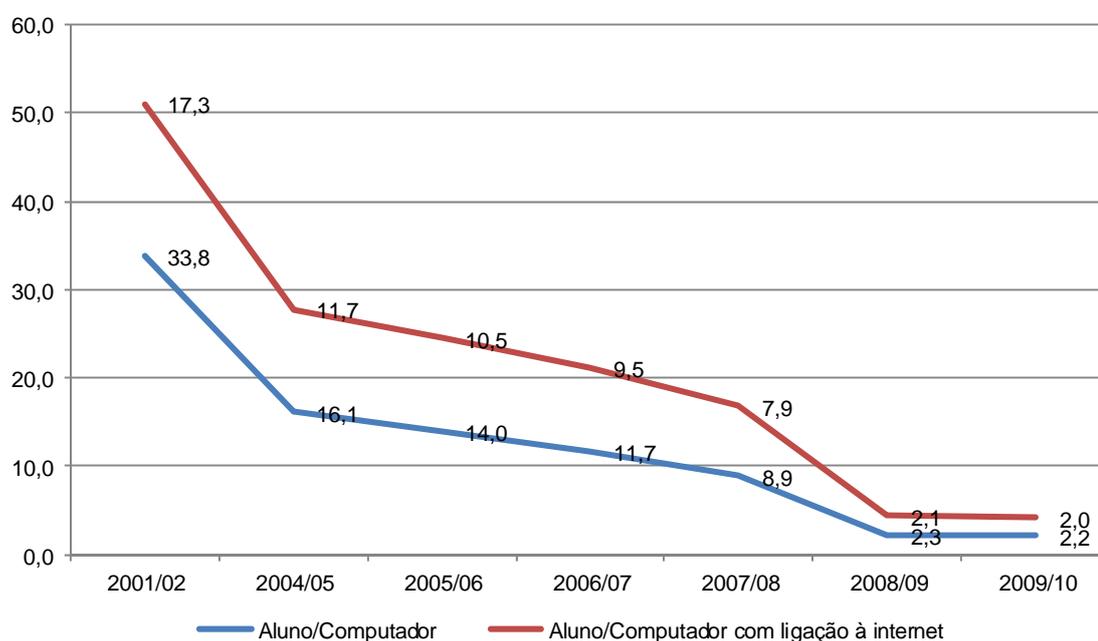


Gráfico 1 – Relação alunos/computador e relação alunos/computador com ligação à Internet, em escolas dos ensinos básicos e secundário regular, no Continente (2001/02, 2004/05 – 2009/2010)⁴

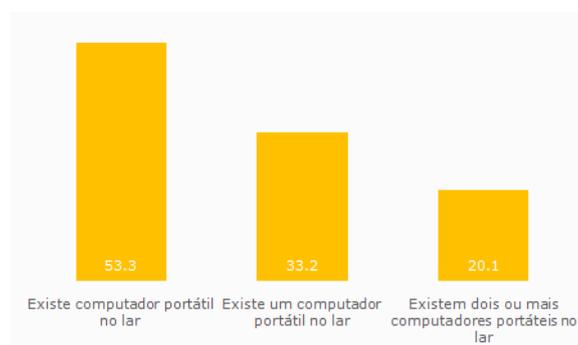


Gráfico 2 – Posse de computador portátil no lar (em %), em 2010⁵

Relativamente à distinção das formas de utilização dos novos *media* nas diferentes gerações que de interesse abordar neste trabalho, as estatísticas do INE informam que 94% dos indivíduos situados entre os 16 e os 24 anos utilizam o computador. Quando subimos até aos 35 e 44 anos esse valor desce para 66,9%. Entre os 45 e 54 anos a utilização do computador é de 46,7% e, num escalão etário mais elevado, entre os 55 e os 64 anos essa utilização é de 32%. Ou seja, ainda que a relação entre a idade e a utilização de computador seja inversa, a utilização nunca chega a ser inexistente, mesmo nos seniores, ao contrário do que se poderia pensar (INE, 2010). Aliás, segundo um relatório da Marktest, mesmo dentro

⁴ (GEPE, 2011, 99-101)

⁵ (Marktest, 2010)

deste grupo, a utilização de redes sociais está a aumentar, “os indivíduos com mais de 44 anos mais que triplicou o hábito de aceder a redes sociais, quando comparado com o ano anterior”, e em 2010 representam uma percentagem de 5,4 (Marktest, 2011).

4. Apresentação e discussão dos resultados

Como parte do trabalho empírico da investigação durante os meses de novembro e dezembro de 2011 foram realizados três grupos de foco unigeracionais (a cada uma das gerações em estudo) e um multigeracional (colocando em interação as três gerações), na vila de Ponte de Lima. Aos participantes no último grupo de foco foi ainda solicitado que preenchessem um diário durante 15 dias.

Ponte de Lima situa-se no norte de Portugal, mais propriamente, na região do Minho, no distrito de Viana do Castelo e é a vila mais antiga do país. Ponte de Lima é constituída por 51 freguesias, e à data da definição da amostra (setembro de 2011), 16 das quais podiam ser consideradas rurais, de acordo com os parâmetros descritos pelo INE. De acordo com os censos de 2011, a população residente de Ponte de Lima é de 43.498 habitantes e apresenta uma densidade populacional de 135,8 habitantes por quilómetro quadrado. Realizar esta investigação, sobre a reflexão da utilização dos novos *media* em três gerações, implica um acompanhamento dos indivíduos que se pretendem observar, pois requer a compreensão de práticas quotidianas. Assim, concluiu-se que seria possível fazer esse acompanhamento através das duas técnicas mencionadas: os grupos de foco e os diários.

Ponte de Lima, não obstante situar-se no distrito de Viana do Castelo, foi selecionada para este estudo porque permitia incluir indivíduos residentes em meio rural. Apesar desses indivíduos terem algum contacto com o meio urbano, dada a proximidade territorial com cidades, isso não era considerado um problema para a investigação. O principal objetivo dos grupos de foco era a obtenção de testemunhos que ajudassem na construção do instrumento de recolha de dados a aplicar numa fase posterior, o inquérito por questionário, de âmbito nacional (Continente e Ilhas).

Foi estratégia nos grupos de foco colocar em interação indivíduos pertencentes a três gerações, com o objetivo de observar como respondem a cada uma das afirmações que lhes foram apresentadas em termos de utilização dos media e analisar ainda o que há de divergente e convergente nos membros da mesma geração. Os grupos de foco foram apoiados por um guião, com seis grupos de questões. Foram gravados e filmados e tiveram a duração aproximada de 90 minutos cada.

Na fase posterior dos grupos de foco recorreu-se à análise de conteúdo e à utilização do software NVivo 8. A primeira permitiu, através da leitura das transcrições, construir uma grelha de análise inicial, com as principais categorias encontradas. O NVivo 8 auxiliou o processo de codificação e de categorização dos principais conceitos, através da indexação do texto das transcrições. À medida que as transcrições iam sendo analisadas, foram criadas árvores de categorias e relações entre estas, desta forma foi possível estabelecer comparações entre as diferentes categorias e as gerações.

Na tabela 2 apresentam-se alguns dos resultados obtidos, incluindo a forma como se processou à categorização e subcategorização, as fontes das quais se retiraram os excertos

dos grupos de foco e as referências encontradas nesses excertos relativas à categoria em questão.

	Subcategoria 1	Subcategoria 2	Fonte	Referência
Contexto			0	0
	<i>Fronteiras</i>		1	4
	<i>Local</i>		3	25
		Familiar	1	4
		Laboral-escolar	3	16
		Lazer	2	5
	<i>Período do dia</i>		2	6
Gerações		Manhã	1	1
		Noite	2	4
		Tarde	2	6
			3	4
	<i>Cooperação-Conflito</i>		4	35
	<i>Memórias do passado</i>		1	28
Media-Ecrãs		Computador	2	4
		Televisão	3	13
	<i>Relações familiares</i>		4	29
	<i>Relações intergeracionais</i>		1	4
			4	34
Relações sociais	<i>Frequência de utilização</i>		3	29
		Computador	2	9
		Telemóvel	2	7
		Televisão	3	7
Rural			4	24
Rural			0	0
	<i>Aquisição</i>		2	3
	<i>Informação</i>		2	3
	<i>Rural-Urbano</i>		3	20

Tabela 2 – Análise dos grupos de foco com recurso ao NVivo 8

De	Relação	Para	Fonte	Referências
Nascer na década 1950	Implica	Utilizar Telemóvel	1	25
		Utilizar Computador	1	27
		Utilizar Televisão	2	10
Nascer na década 1970		Utilizar Telemóvel	2	22
		Utilizar Televisão	2	41
		Utilizar Computador	2	20
Nascer na década 1990		Utilizar Computador	2	50
		Utilizar Televisão	1	14
		Utilizar Telemóvel	2	29
Utilizar Televisão	Consequência	Contexto Lazer	4	40
		Contexto Familiar	4	23
		Contexto Laboral-escolar	1	1
Utilizar Computador		Contexto Lazer	4	33
		Contexto Familiar	4	9
		Contexto Laboral-escolar	4	40
Utilizar Telemóvel		Contexto Lazer	4	23
		Contexto Familiar	1	2
		Contexto Laboral-escolar	3	8

Tabela 3 – Relações entre categorias

A finalidade das relações (Relationships) entre categorias pretendia-se obter informação significativa para responder às questões de partida e perceber se os objetivos da investigação poderiam ser cumpridos. Esta etapa revelou-se um pouco mais complexa do que inicialmente previsto, uma vez que estipular relações apenas entre duas categorias não era suficiente para demonstrar o tipo de ligação existente. No entanto, também não se considerava que a eliminação de algumas categorias fosse uma alternativa. Na tabela 3 apresentam-se os resultados das relações criadas.

Para além da reflexão em torno das diferenças de utilização dos *media* pelas diferentes gerações, interessa, neste contexto, analisar as dimensões de utilização cruzadas com o tempo. Assim, são de mencionar as relações que se estabeleceram entre o contexto de utilização (lazer, familiar e laboral/escolar) e os *media*. Apesar de ter uma importância significativa a utilização da televisão na família (23 referências), nota-se pelos valores da tabela 3 que a televisão surge mais associada ao contexto de lazer (40 referências). Da mesma forma, apesar do computador ter sido referido algumas vezes como sendo utilizado para lazer (33 referências), a sua utilização torna-se mais evidente no contexto laboral/escolar (40 referências). Em relação ao telemóvel, o seu uso é contínuo ao longo do dia, não perdendo importância mesmo à noite. No entanto, em termos de diferenças entre contextos, apenas assume alguma relevância no que se refere ao lazer (23 referências).

Reproduzimos alguns excertos dos grupos de foco que permitem consolidar algumas das ideias apresentadas até gora nestes texto:

“O telemóvel utilizo durante todo o dia, mais à noite; o computador só em casa, como já disse no serviço também há algumas coisas que também tenho que fazer [...] e a televisão sempre que estou em casa está ligada, dou uma espreitadela se estiver a fazer o almoço ou assim.”

(FM50)

“É impensável hoje ir para qualquer lado e não levar um telemóvel. [...] Até nas férias.”

(CC70)

“Telemóvel e computador é trabalho, televisão é casa.”

(FA70)

“A única coisa que uso ao mesmo tempo é o telemóvel e o computador porque às vezes preciso de perguntar umas coisas aos meus colegas e mando mensagens e estou ao computador.”

(MV90)

Os diários foram preenchidos pelos indivíduos que participaram no focus group multigeracional, uma vez que interessava recolher informação das três gerações. O preenchimento decorreu nos 15 dias seguintes à realização dos grupos de foco. Uma das preocupações foi a de contemplar o período de fim de semana, para que, dessa forma, se pudesse compreender a diferença de utilização dos *media* em diferentes contextos e momentos semanais dos participantes.

Apesar do focus group multigeracional ser constituído por 8 pessoas (2 da geração de 50, 3 da geração de 70 e 3 da geração de 90), os diários foram preenchidos por 7 participantes, dado que um diário de um elemento da geração de 90 não foi entregue. Da geração de 50 preencheram o diário 1 pessoa do sexo masculino e outra do sexo feminino;

da geração de 70 preencheram o diário 2 indivíduos do sexo masculino e 1 do sexo feminino e; da geração de 90 preencheram o diário 2 indivíduos do sexo masculino.

Do preenchimento dos diários, os principais resultados obtidos demonstram que a televisão é o *media* mais utilizado pelos participantes (gráfico 1), independentemente da geração a que se refere. No entanto, é a geração de 50 que lhe atribui mais importância (33 horas e 35 minutos), seguida da geração de 70 (24 horas e 36 minutos) e da geração de 90, utilizando durante 12 horas e 17 minutos.

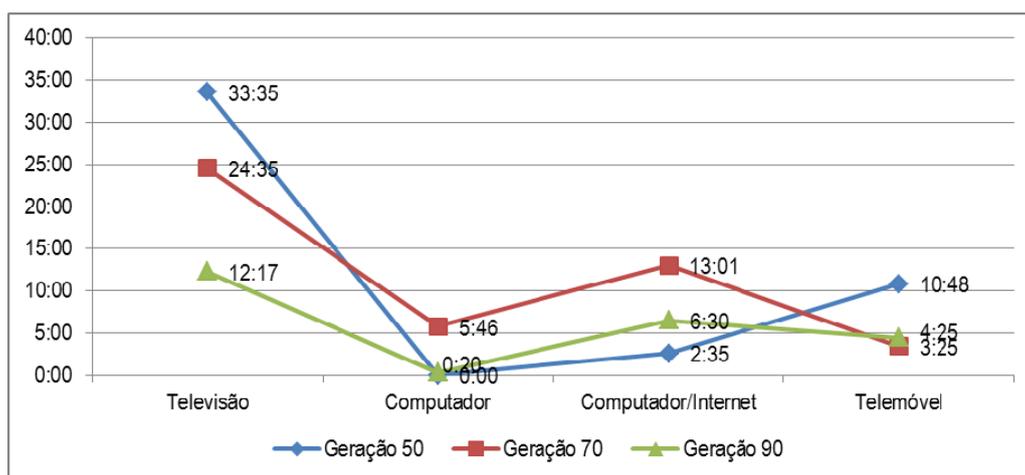


Gráfico 3 – Duração da utilização dos *media*, durante a semana (duração média em horas)

De referir que os *media* (televisão, computador, computador e internet e telemóvel) assumem uma importância elevada – se vista em termos de duração da utilização – para a geração intermédia (geração de 70). Exceção feita à utilização do telemóvel e à televisão (ainda que com uma utilização elevada), todos os outros *media* são mais utilizados pelos indivíduos nascidos na década de 70.

No telemóvel não se verifica a utilização que se imaginaria de início. Como tivemos oportunidade de referir, a geração de 90 poucas vezes indicou a utilização do telemóvel e quando o fez estava, este uso aparecia sempre associado a períodos de duração muito curtos (um total de 4 horas e 25 minutos). Tal poderá significar que não foi contabilizada a utilização de telemóvel para atividades como enviar/receber mensagens de texto (SMS) (uma vez que vários estudos mencionam essa como sendo a tarefa mais vezes realizada pelos jovens com o telemóvel [ver, a este respeito, os estudo EU Kids Online (Livingstone & Haddon, 2009), Mediapro (De Smedt & Geeroms, 2006) e o projeto Inclusão e participação digital. Comparação das trajetórias de uso dos *media* digitais por diferentes grupos sociais em Portugal e nos Estados Unidos da América⁶]). O telemóvel aparece como sendo bastante utilizado pelos pertencentes à geração de 50, que justificam esse uso com base no argumento de que o telemóvel é uma “companhia” poder falar com familiares que estão longe).

⁶ http://digital_inclusion.up.pt/

No que diz respeito ao contexto no qual são mais utilizados os *media* (gráfico 2) – daqueles que era possível indicar nos diários (casa, trabalho, escola e outros locais) – é de referir que a televisão é mais vezes indicada como sendo utilizada em casa (151 vezes) e em outros locais (eventualmente públicos) (10 vezes). Aliás, o contexto casa é o que surge mais frequentemente referido como sendo aquele onde se utilizam todos os *media*, exceção feita ao computador (sem a associação da internet), mais referido como utilizado no trabalho (19 vezes). O telemóvel também é mais utilizado no trabalho (26 vezes) e em outros locais (mais uma vez, aqui poderiam os respondentes estar a referir-se a espaços públicos) (28 vezes).

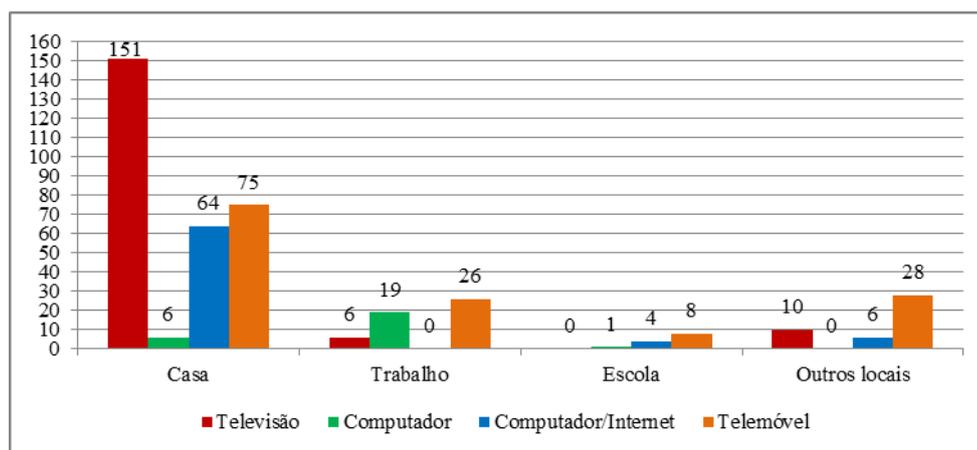


Gráfico 4 – Local de utilização dos *media* (número de vezes)

Estes resultados obtidos pela análise do preenchimento dos diários, durante um período quinzenal contínuo, permitem concluir que todos os *media* são objeto de utilização pelos indivíduos das três gerações estudadas. Trata-se, no entanto, de um uso algo diferenciado quando aos momentos e tempos de utilização e quanto às finalidades previstas no seu uso. Alguns ganham mais importância em determinadas alturas do dia (o telemóvel na geração de 70, durante a manhã e a tarde, por exemplo). De qualquer modo, apesar das diferenças, em caso algum os participantes afirmaram passar um dia sem utilizar estes *media*, evidência que permite consolidar a hipótese sobre a inclusão de todas estas gerações sob a designação de “gerações de ecrã”.

Conclusões

Das etapas de investigação já realizadas é possível retirar algumas conclusões, as quais são construídas numa confluência dialética entre a leitura e análise de outros estudos e quadros teóricos e os dados empíricos recolhidos. A primeira relaciona-se com a transparência dos ecrãs, com a naturalidade com que se estes se entrosaram na vida dos indivíduos, de tal forma que as atividades para as quais é necessário recorrer aos novos *media* já se efetuam sem que os seus utilizadores se apercebam da sua presença. Lembremos que esta naturalização dos usos é ocorrência relevante para o desenvolvimento e massificação de qualquer nova tecnologia. Tal como afirmava Weiser em 1991:

“The most profound technologies are those that disappear. They weave themselves into the fabric of everyday life until they are indistinguishable from it” (Weiser, 1991, 3).

Os *media* fazem parte do quotidiano dos indivíduos, seja nas suas atividades de trabalho ou escola, seja nas de lazer ou familiares. Não se consegue pensar num dia em que não seja consultado o *email*, atendida uma chamada, ou visionado um programa de televisão – por vezes, até se conjugam as três em simultâneo. Se podemos identificar nestes comportamentos algumas desvantagens, também devemos ter em consideração as finalidades que permitem concretizar, em vários domínios.

A apropriação diária de ecrãs, de acordo com a informação que extraímos dos *grupos de foco* e dos diários, é um processo que marca o quotidiano dos indivíduos pertencentes às três gerações. Não se trata de algo tão específico apenas de quem nasceu em 90 e é mais jovem como alguns autores afirmam (De Smedt & Geeroms, 2006; Teixeira-Botelho, 2011). De qualquer forma, as informações permitem inferir que há uma predisposição particular dos mais jovens para apreender, usar e compreender os *media*, nomeadamente, o telemóvel e o computador. Já para entre os indivíduos que nasceram nos anos cinquenta e setenta, observa-se ser maior a predisposição para usar de forma mais intensiva a televisão.

Viver no meio rural traz algumas vantagens reconhecidas por quase todos os participantes. De qualquer forma, enquanto os nascidos em noventa argumentam que isso ocorre porque podem ter neste espaço a possibilidade de estar mais tempo a brincar fora de casa, os indivíduos que nasceram em cinquenta e setenta tendem a enfatizar mais o facto de no espaço rural poderem desconectar-se mais facilmente ao fim do dia e fim de semana, dos tempos de obrigação e de trabalho. Ainda assim, importa atender ao facto de no conjunto, os inquiridos concordarem com a ideia de que o acesso aos *media* é desigual entre os meios mais urbanos e os meios mais rurais (nomeadamente, em termos de qualidade e de acesso à tecnologia, em simultâneo).

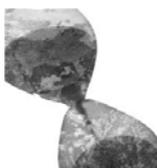
Como referido, a investigação tem agora uma terceira etapa que implica a aplicação de inquéritos por questionário a nível nacional, pelo que se pretende obter resultados que possam ajudar a testar e a enriquecer estas primeiras conclusões. Não obstante, considera-se que estas são já de grande interesse pelo carácter abrangente que têm em termos de variáveis que constituem o estudo: as gerações, os novos *media* e o meio rural.

Referências

- Agger, B. (2011). Time: Labor and life in a smartphone era. *Time & Society*, 20(1), 119-136.
- Baptista, F. O. (2006). O Rural depois da Agricultura. In M. L. Fonseca (Ed.) *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Bauman, Z. (2000). Time and Space Reunited. *Time & Society*, 9(2-3), 171-185.
- Bourdieu, P. (1984/2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Bryant, L., & Pini, B. (2011). *Gender and Rurality*. Nova Iorque: Routledge.
- Cardoso, G., & Espanha, R. (2012). *Sociedade em Rede. A Internet em Portugal 2012*. Lisboa: OberCom.

- Cardoso, G., Espanha, R., Cheta, R., & Araújo, V. (2009). *A Sociedade em Rede em Portugal 2008*. Lisboa: OberCom.
- Castells, M. (1996/2007). *A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede (Vol. I)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M., Fernández-Ardèvol, M., Qiu, J., & Sey, A. (2007). *Comunicação Móvel e Sociedade. Uma perspectiva global*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEE. (1988). *The Future of Rural Society. Commission communication transmitted to the Council and to the European Parliament*. Bruxelas: CEE Retrieved from <http://aei.pitt.edu/5214/>.
- Cimadevilla, G. (2010). La cuestión rurbana: apuntes para una entrada comunicacional. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 33(2), 73-85.
- De Smedt, T., & Geeroms, C. C. (2006). *A European Research Project: The Appropriation of New Media by Youth*. Bélgica.
- Domingues, Á. (2012). *Vida no Campo* (1ª ed. Vol. 45). Porto: Dafne Editora.
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro'. *Sociologia. Problemas e Práticas* (33), 45-54.
- Figueiredo, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. (Doutoramento), Universidade de Aveiro. Disponível em <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/DisQSws/get.aspx?filename=2009000062.pdf&catalog=Teses&type=pdf>
- Figueiredo, E. (2011). Introdução: Um rural cheio de futuros? In E. Figueiredo (Ed.) *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (1ª ed) (13-46). Castro Verde: 100 Luz.
- Frau-Meigs, D. (2011). *Penser la société de l'écran. Dispositifs et usages*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.
- GEPE. (2011). Educação em Números - Portugal 2011. In G. d. E. e. P. d. E. (GEPE) (Ed.), *Educação em Números*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Giri, J. (2002). *Digital Divide: Exploring National and International Approaches to Bridge the Digital Divide and Formulating a Strategic Model That Can Be Implemented in Developing Countries*. Paper presented at the ICT and Development, Nepal. Recuperado de: policy-icasit.gmu.edu/news/ddnepal.pdf
- Gonçalves, A. (2004). *Diferenças de estilos de vida entre populações jovens de meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga)*. (Mestrado), Universidade do Minho, Braga. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/1822/1022>
- Harvey, D. (1990). *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Changes*. Oxford: Blackwell.
- Hindman, D. (2000). The rural-urban digital divide. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 77 (3), 549-560.
- INE. (2010). *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2010*. Lisboa.

- Jenkins, H. (2006/2008). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.
- Livingstone, S., & Haddon, L. C. (2009). *EU Kids Online. Resultados Principais*. Londres: The London School of Economics and Political Science.
- Llamazares, J. (2005, Aug, 21 2005). *Turismo rural, El País*. Recuperado de: http://elpais.com/diario/2005/08/21/domingo/1124596357_850215.html
- Mannheim, K. (1990 [1952]). O Problema das Gerações. In K. Mannheim (Ed.), *Sociologia do Conhecimento*, Vol. II, 115-176. Porto: Rés.
- Markttest. (2010). *Bareme Internet 2010*. Lisboa: Markttest.
- Markttest. (2011). *Os Portugueses e as Redes Sociais Bareme Internet*. Lisboa: Markttest.
- McLuhan, M. (2008 [1964]). *Compreender os Meios de Comunicação - Extensões do Homem* (J. M. Silva, Trans.). Lisboa: Relógio D'Água.
- Pinto, M. (2000). *A televisão no quotidiano das crianças*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, M. (2005). A busca da comunicação na sociedade multi-ecrãs: perspectiva ecológica. *Comunicar* (25), 259-264.
- Rivoltella, P. C. (2010). La screen generation: media, culture e compiti dell'educazione. *Cittadini in Crescita*(2), 5-9.
- Salovaara, A., Lehmuskallio, A., FHedman, L., Valkonen, P., & Näsänen, J. (2010). Information technologies and transitions in the lives of 55-65-year-olds: The case of colliding life interests. *International Journal of Human-Computer Studies*, 68, 803-821.
- Setton, M. d. G. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação* (20), 60-70.
- Silverstone, R., Hirsch, E., & Morley, D. (1992). Tecnologías de la información y de la comunicación y la economía moral de la familia. In R. Silverstone & E. Hirsch (Eds.), *Los efectos de la nueva comunicación*, 39-57. Barcelona: Editorial Bosch.
- Stefanelli, M. (2009). *Media+Generations*. Milão: Università Cattolica del Sacro Cuore.
- Teixeira-Botelho, I. (2011). *Geração Extreme*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Thompson, J. (1998). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Turkle, S. (1997). *La vida en la pantalla. La construcción de la identidad en la era de Internet*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Wacquant, L. (2007). Esclarecer o Habitus. *Educação & Linguagem*, 10(16), 63-71.
- Weiser, M. (1991). The Computer for the 21st Century. *Mobile Computing and Communications Review*, 3(3), 3-11.
- Whitacre, B., & Mills, B. (2002). *Understanding the Rural-Urban Digital Divide*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Agricultural Economics Association, Long Beach. Recuperado de: <http://purl.umh.edu/19743>



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Temporalidade e combate à corrupção

ELENA BURGOA

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Direito

elena.burgoa@fd.unl.pt ¹

Resumo:

O texto incide sobre o atual fenómeno de expansão do Direito Penal anti-corrupção marcado pelo desenvolvimento intensivo de instrumentos internacionais cujo mérito consiste, por um lado, na apresentação de um modelo diferenciador de equacionamento dos problemas segundo as peculiaridades culturais – e, por outro, na enfatização da mudança imposta e do carácter irreversível dos mesmos. Todavia, a in/eficácia do modelo está posta à prova no contexto da presente crise. Ruptura, descontinuidade ou continuidade, eis algumas questões que trataremos neste texto.

Palavras-chave:

Tempo, temporalidade, corrupção, valores

Introdução

Desejo, antes de mais, agradecer a oportunidade de participar neste Seminário. É, também, particularmente feliz a oportunidade de visitar a belíssima cidade de Braga, Capital Europeia da Juventude 2012. Até pelo significado desta, é importante que não se esqueça na formação (formal e não formal) da juventude a dimensão temporal. Importa ter presente que o tema da corrupção é intemporal. É um fenómeno que atravessa a multiplicidade dos tempos sociais. Tem uma história de muitos séculos.

A título de exemplo, já a Bíblia ressalta e introduz no seu discurso permanentes e múltiplas referências que assinalam, justamente, a permanência histórica e social das práticas de corrupção:

“Pereceu da terra o homem piedoso, e não há entre os homens um que seja reto. Todos armam ciladas para sangue; cada um caça a seu irmão com uma rede. As suas mãos fazem diligentemente o mal; o príncipe exige condenação, o juiz aceita suborno, e o grande fala da corrupção da sua alma, e assim todos eles são perturbadores” (Miquéias 7:2-3)²

¹ Doutoranda Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Colaboradora no Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre o Direito e Sociedade (CEDIS) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

² Entre muitas outras citações: *“Os teus príncipes são rebeldes, companheiros de ladrões; cada um deles ama o suborno, e corre atrás de presentes. Não fazem justiça ao órfão, e não chega perante eles a causa das viúvas.” (Isaías 1:23).*

O Seminário “Os tempos sociais e o mundo contemporâneo” permite focar, na minha opinião, de forma exemplar, a necessidade de uma visão da corrupção aberta à importância dos factores extra-jurídicos que a condicionam, tais como o tempo e temporalidade.

A minha intenção é assinalar, em traços gerais, a presença e a importância do discurso anti-corrupção no mundo contemporâneo, sublinhando o seu percurso crescentemente expansivo. De certo modo, esse discurso tem vindo a conhecer maior visibilidade nos últimos anos, facto a que não são alheios, porventura, o esforço de diversas instâncias internacionais no lançamento de uma panóplia de instrumentos normativos e o desempenho de organizações internacionais não governamentais, tais como a Transparência Internacional.

Certamente também, por força do contexto social e económico de crise, a corrupção está na agenda diária da comunicação social e constitui um dos temas centrais do discurso político: o estabelecimento imediato de medidas eficazes para o combate a este tipo de criminalidade.

1.A singularidade deste tempo (de mudança)

No tempo presente convivem, simultaneamente, diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados no quotidiano. Tais convivências dão azo a que, em tempos de dificuldades e crise, resurja o medo de que a corrupção aumente. Mas é o próprio Henrique Gaspar que no encerramento do ciclo de conferências “O Ministério Público e o Combate à Corrupção”, realizado em Lisboa, no dia 11 de janeiro de 2012, manifestava dúvidas quanto a esta associação, tendo afirmado que:

“O discurso político e as percepções sobre a corrupção que se apresentam como postulado, substituindo-se e dispensando as demonstrações, revelam, porventura, no essencial, mais a emergência da imposição social e democrática de probidade e de rigor nos costumes e na moral política e administrativa, do que verdadeiramente uma agravação do fenómeno ou das suas implicações como problema”.

Qualquer abordagem sobre a corrupção não pode desconsiderar a vertente das representações sociais que está plasmada na informação produzida pelo “Índice de Percepção de Corrupção (IPC)”, o qual constitui, desde 1995, um indicador fiável de verificação e de medição da representação da extensão da corrupção em 183 países e territórios do mundo. Um índice que combina diferentes fontes de informação e traduz uma imagem global dos níveis percebidos de corrupção no sector público. Para além de todas as dificuldades e limitações da medição, o índice – que tem a sua carga simbólica – constitui, de facto, um indicador relevante que, desde logo, mostra que a corrupção é omnipresente no mundo contemporâneo – em todas as latitudes geográficas, embora com distintos graus de intensidade. O índice de 2011 é particularmente impressionante, um ano marcado pela “primavera árabe” e por numerosos protestos anti-fraude. Portugal³, repete no ranking de

“Não torcerás a justiça, nem farás aceção de pessoas. Não tomarás subornos, pois o suborno cega os olhos dos sábios, e perverte as palavras dos justos. Segue a justiça, e só a justiça, para que vivas e possuas a terra que o Senhor teu Deus te dá”. Deuteronomio 16:19-20.

³ http://www.transparency.org/news/pressrelease/20111201_cpi_pr

2011 (com mais 5 países avaliados) a mesma posição (no 32.º lugar global) alcançada no ano passado, com uma pontuação de 6.1 em 10 (a melhor pontuação possível). Porém, em relação à Europa, Portugal ocupa o 18º lugar. Não obstante ter subido uma posição relativamente ao ano de 2010, o país continua apenas à frente de Malta, Itália e Grécia e dos países do Leste Europeu.

Luís de Sousa, presidente da organização Transparência e Integridade - ponto de contacto em Portugal da Transparency International - adianta uma crítica a esta posição no ranking, que não lhe não parece bem sucedida, pois decorre uma “estagnação em relação ao *score* alcançado no ano passado – Portugal subiu apenas uma décima de ponto, dos 6.0 para os 6.1 – regista(ndo) a falta de progressos na forma como o país é percebido em matéria de corrupção”.

O certo é que, dentro deste quadro geográfico global e de geometria variável do fenómeno em tempos “de emergência de imposição social e democrática de probidade e de rigor nos costumes e na moral política e administrativa”, a questão do combate à corrupção adquire particular atenção. Parece, pois, atendendo aos resultados do CPI (2011), que a corrupção não é uma questão periférica, mas sim um problema global, que continua a dominar o mundo e o futuro das sociedades. E, no fundo, parece que o futuro passará, em grande medida, pela forma como soubermos reequacionar a intervenção punitiva e preventiva a este respeito.

Foi necessário o esforço e a criatividade do legislador internacional para mostrar “ao mundo” a necessidade de se estabelecerem estratégias para mudar de rumo, atendendo ao potencial destrutivo e às consequências negativas das práticas corruptas para o desenvolvimento económico e social.

Assim, a lógica de “combate”, como é denominada expressamente esta intervenção nos diversos textos, já ultrapassou, na modernidade, a simples obrigação moral ou de integridade, para se transformar num problema económico e social. Aliás, o próprio texto da Convenção da OCDE (contra a corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais) tornou patente que “a corrupção deixou de ser um negócio como qualquer outro”. O que significa que a “revolução de costumes” deu à “luta” contra a corrupção uma nova dignidade, uma vez que se ultrapassa a sua identificação com uma mera questão moral. De facto, tal exige uma ação anti-corrupção no “presente extenso”, uma atitude pró-ativa e aberta à mudança por parte dos indivíduos e organizações⁴.

Uma outra constatação reside no facto de o conceito ou a abordagem da corrupção abranger um campo muito vasto de perspectivas: o conceito é múltiplo, em expansão e de contornos difusos, apresentando visões diversificadas de acordo com a representação associada (política, ética, sociológica, antropológica, económica ou jurídica).

Mas, o conceito de corrupção é hoje um termo que se tornou corrente e generalizado no discurso comum. Um conceito “voraz”, na acepção de Mouraz Lopes, que permite enquadrar as múltiplas abordagens ou significados. Daí que se deva falar, impressivamente no “espectro” da corrupção⁵ e não só em corrupção.

⁴ Recorrendo à utilização das categorias adoptadas na análise dos tempos, v. Emília Araújo (2008, p. 43).

⁵ José Mouraz Lopes (2011).

O caminho que se foi trilhando ao longo das últimas décadas sobre o discurso anti-corrupção possibilitou a construção e a inauguração de uma era anti-corrupção: de um pacto social anti-corrupção. Quer isto dizer que os passos dados nas últimas décadas representaram um avanço gigante e acelerado em relação ao imobilismo dos séculos anteriores.

Cumprir ter presente que, na década de 90, instituições regionais e internacionais como a OCDE e a ONU, lançaram o desafio do combate da corrupção através de convenções destinadas a harmonizar as vetustas (e anacrônicas) - leis nacionais anticorrupção (até então pouco abrangentes e muito diversas). O caminho até à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), ONU, 2003, foi longo e penoso⁶. A emergência do novo paradigma de intervenção (universal) de combate à corrupção beneficiou de um longo período de amadurecimento legislativo, no qual avulta uma policronia de contributos: da Convenção Inter-Americana Contra a Corrupção (CILC), 1997, a primeira iniciativa jurídica regional do mundo em desenvolvimento; à Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate contra a Corrupção e Ofensas Relacionadas de 2003, passando pelas iniciativas da OCDE (Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997); e do Conselho de Europa (Convenção Penal contra a Corrupção de 27 de Janeiro 1999) e da União Europeia (Convenção da União sobre o combate contra a corrupção envolvendo funcionários das Comunidades Europeias ou funcionários dos Estados membros da União Europeia, de 1997).

Constata-se que uma sucessão (e até simultaneidade) de instrumentos normativos tem sido produzida de então para cá, ao nível regional e mundial. Um “movimento acelerado” de contextos, quadros normativos e padrões culturais que se sucedem uns aos outros, impondo a sensação de uma mudança incessante e continuada.

Cumprir esclarecer, contudo, que esta superabundância de instrumentos e de perspectivas (político, social e económica) para legitimar a dita atuação de luta ou combate, também deixa à vista as dificuldades que o mundo e os países enfrentam nesta complexa matéria. O novo pacote de medidas de luta contra a corrupção na União Europeia, adoptado em 2011, criando uma estratégia reforçada (abrangendo uma vasta gama de políticas internas e externas da EU, e de um mecanismo de apresentação periódica de relatórios anticorrupção) é disso um exemplo⁷.

Daí que nesta linha de rumo, profusa (e até confusa) de múltiplas iniciativas e “razões” que ora se complementam, ora se opõem, se faz sentir uma notória tensão dialética, apesar do aumento de tomada de consciência, um pouco por todo o lado, da valorização crescente da temporalidade da luta contra a corrupção.

Neste contexto, caracterizado por múltiplos paradigmas de proteção estabelecidos pelos instrumentos internacionais, deve atentar-se aos acrescidos problemas de legitimação legal e judicial das medidas ou institutos oferecidos, já que, em não poucos casos, têm surgido entorses ao nível da sua concretização. A dificuldade de compreensão está bem

⁶ Disponível em <http://www.un.org>.

⁷ COM(2011)307,308 e 309, e C(2011) 3673 final de 6.6.2011.

patente, por exemplo, na conformação do crime de enriquecimento ilícito e no quadro jurídico em matéria de confisco e de recuperação de bens⁸.

Contudo, a energia que tão fértilmente parecia animar o início do milénio, com mudanças efetivas no combate à corrupção - e o relevo e prioridade que parecia ganhar nas políticas públicas, ciclicamente reafirmadas no discurso internacional - veio a falhar, em resultado da debilidade da vontade pública, das fragilidades do sistema judicial (e seus tempos) e até, em resultado de tais mudanças não se tornarem nem percebidas nem vividas pelos potenciais destinatários.

Na verdade, embora haja tendência para uma certa sintonia dos instrumentos, o certo é que nem sempre essa clareza de convergência resulta dos variados textos. A multiplicidade de instrumentos não teve qualquer embate revolucionário na vida dos cidadãos e das empresas e nem sequer dos agentes públicos. É bom recordar que os grandes investidores e exportadores estrangeiros e mais de 80% dos executivos fiscalizados (na França, Alemanha, Reino Unido e nos Estados Unidos) admitiram “não estarem nada familiarizados” com uma das mais importantes bases jurídicas no comércio global: a Convenção da OCDE. E que, apenas aproximadamente 1/3 das empresas dos sectores económicos (construção e energia) com altos riscos de corrupção – mantinha programas de treino dos executivos com vista a evitar práticas corruptas, segundo consta no Relatório Global (TI 09)⁹. Tal falta de consciência também é vivida no panorama português. Por isso o Relatório OCDE (2011) sentiu a necessidade expressa de instar ao reforço da consciência pública no sentido da responsabilização e da implementação de sanções às pessoas coletivas do sector privado por estas infrações¹⁰.

Mencione-se ainda que a dispersão dos diplomas, da legislação anticorrupção localizada no Código Penal e numa teia de diplomas avulsos, além de constituir um obstáculo para os operadores jurídicos, chega a dificultar o seu reconhecimento pelo público-alvo (funcionários, empresas e cidadãos) que desconhece o alcance punitivo das distintas modalidades de corrupção. Aceitar, neste âmbito, uma presunção de conhecimento

⁸ Não admira, por isso, que em relação às medidas de confisco, dada a existência de modelos antagónicos a nível europeu, tenha levado a repensar o quadro jurídico existente, com vistas à adopção de uma Diretiva que estabeleça normas mínimas para facilitar o confisco dos produtos de crime. V. Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia, COM (2012) 85 final, 12.3.2012- 2012/0036 (COD). De igual forma, importa notar as dificuldades sentidas pelo legislador português para perspetivar o conteúdo de ilicitude suficiente na formatação do crime de enriquecimento ilícito. Por isso, o Tribunal Constitucional no Acórdão 179/2012 entende que na proposta apresentada (constante do Decreto n.º 37/XII Assembleia da República) “não há um bem jurídico claramente definido, o que acarreta necessariamente a inconstitucionalidade da norma”, <http://www.tribunalconstitucional.pt/tv/acordaos/2012179.html>. Uma proposta desta índole, que vai longe de mais, alargando o crime para os cidadãos, numa questão tão melindrosa, como facilmente resulta do teor literal do art.º 20.º Convenção ONU, resulta estranha. Esta opção do legislador português de criar um crime omnicompreensivo (e desproporcionado) de enriquecimento ilícito, na ânsia de abranger todo (inclusive a parte mais débil, qualquer cidadão) é um equívoco completo, em afronta da letra e espírito da Convenção ONU. É que a nova figura criminosa de enriquecimento ilícito participa da tendência de formulação de tipos ao nível substantivo como via de solução dos problemas processuais dos crimes clássicos, em que a *ratio* assenta na assimetria de poder – aproveitamento de poder pelos agentes públicos.

⁹ Global Corruption Report (2009).

¹⁰ A mesma necessidade de divulgação junto do sector empresarial privado (das exportadoras) é sentida desde o Relatório Preliminar de 2011 – Prevenir e Combater a Corrupção- Monitorização das alterações introduzidas pela AR em 2010, da DGPL, PJ, IGF e IGAOT.

da lei seria, hoje em dia, uma verdadeira ficção. Não admira, por isso, que o Relatório OCDE (2011) realce que o maior obstáculo continua a ser a incerteza jurídica gerada pela falta de mecanismos legais de fácil compreensão e adequação.

O discurso penal, hoje dominante, de combate à criminalidade também atingiu o fenómeno da corrupção, especialmente a partir da década de 90. Desde os diversos textos internacionais, é evidente a instauração de um discurso de combate ou de luta (anti-corrupção) que impulsiona a expansão desmedida da intervenção penal, em permanente “emergência”.

No tempo contemporâneo assistimos a uma ilusão repressiva, alimentada em grande parte pela comunicação social, segundo a qual a resposta “em tempo útil” mais eficaz a este grave fenómeno social seria a penal (o “todo-poderoso” Direito penal) em detrimento de outras estratégias sociais, culturais e político-institucionais que implicam mais tempo.

Ocorre que a intervenção penal, de acordo com a filosofia iluminista e humanista, foi em séculos sucessivos (e deve ser ainda hoje) uma intervenção (no tempo) de ultima ratio: grau necessário e em extrema ratio e nos limites das garantias de um estado social de direito. Ora, nos tempos atuais, assume-se o imperativo de fazer frente às emergências criminais e de o fazer de forma eficaz mediante a expansão da intervenção penal, inclusive, até, sacrificando garantias fundamentais. No fundo, a temporalidade da legislação contemporânea (anti-corrupção) ressalta de imediato este carácter emergencial, de urgência, objetivando uma política criminal efficientista.

A indicação que transmite a legislação repressiva “emergencial” (a própria gramática dos documentos internacionais consagra a expressão da ideia de combate ou de luta) é a de que algo (de forma urgente e imediata) precisa ser feito “e já”. E ainda: que o discurso criminal tem consequências tanto sobre o presente, como sobre o futuro, isto é, que o sistema tem de encarar o facto atendendo ao passado mas sem desconsiderar o presente e o futuro, pois uma boa estratégia de luta é parte integrante da eficácia do sistema. Neste cenário de tripla dimensão temporal, o fenómeno da corrupção representa uma ameaça presente que se apresenta duradoura, entrando o sistema penal num movimento cíclico, pois as respostas de emergência ou luta geram mais emergência.

Neste contexto, ressalta a importância do controlo, monitorização ou acompanhamento do “combate”, criando um estado temporal de emergência permanente. O acompanhamento e a avaliação dos progressos dos países na implementação das medidas tornaram-se nos mecanismos mais emblemáticos desta legislação.

A ideia de progresso, a possibilidade da construção de um projeto coletivo, primeiro regional e logo universal, passaram a ser prefiguradas, almejadas. A possibilidade de um futuro (livre de corrupção, de “erradicação” da corrupção como se refere no Preâmbulo da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção) visualizado no presente e a partir deste construído. Face a esta percepção (reconhecida no Preâmbulo da Convenção da OCDE) de que “todo e qualquer progresso neste domínio exige não apenas os esforços de cada um dos países, mas também uma cooperação, uma vigilância e um acompanhamento a nível mundial”, tornou-se necessário envolver as partes da Convenção com vista à implementação de um programa de fiscalização e acompanhamento sistemático para promover a plena aplicação da Convenção (artº 12.º). Para este efeito, a OCDE possui uma forte estrutura

institucional, grupos de trabalho, para assegurar a monitorização e o cumprimento da Convenção da OCDE¹¹. Neste sentido, mecanismos de acompanhamento e controlo também resultam das iniciativas europeias e da Convenção das ONU. Por isso, Portugal, será objeto de rigorosa avaliação (internacional) nos próximos anos e, em simultâneo, por distintos grupos de trabalho e entidades responsáveis. O objetivo é aperfeiçoar, integrando recomendações, o próprio sistema de prevenção e combate à corrupção.

Em síntese, a eficácia do sistema supõe a monitorização dos tempos anti-corrupção, a verificação regular de implementação das medidas e recomendações. É que as complexas sociedades da contemporaneidade transformaram-se em sociedades de desconfiança. E a modernidade exige respostas, a adoção de novos métodos de trabalho. A monitorização permanente dos países pode constituir um importante instrumento preventivo ou reativo para enfrentar o problema. E tem de partir de abordagens que impliquem envolvimento e partilha de informação. Esta perspetiva tem sido, porém, pouco considerada, para não dizer esquecida, na Convenção das Nações Unidas. Se, conforme elucida o artº 63.º da Convenção das Nações Unidas, no último Capítulo relativo aos mecanismos de aplicação, não há soluções acabadas, pois veio prever uma Conferência dos Estados Partes da Convenção a fim de melhorar a Convenção e examinar a sua aplicação, paralelamente presta pouca atenção nos seus dispositivos a mecanismos de acompanhamento. Porém, os mecanismos de avaliação e acompanhamento ganharam relevo com a sua inclusão na 3.ª Conferência dos Estados Partes, que ocorreu em Doha (Qatar) em novembro de 2009, com a aprovação da Resolução 3/1¹² que relembrando o art. 63.º, especificamente o seu parágrafo 7, sobre a criação de mecanismos ou órgão apropriado de implementação da Convenção, deu um passo importante com a adoção de um mecanismo de avaliação por pares de implementação da Convenção. Todavia, o relatório poderá (ou não) vir a ser tornado público, tendo apenas carácter confidencial, uma vez que as linhas de força do mecanismo é a cooperação na efetividade, sem intrusão e sem carácter punitivo.

2. A corrupção deste tempo: coexistência de formas legais “velhas” e “novas”

Por seu turno, os modernos instrumentos internacionais cedo se aperceberam de que o futuro do combate a este tipo de criminalidade, passava por uma nova compreensão do fenómeno. Deste modo, os textos foram procurando alternativas, identificando crimes emergentes (como a corrupção no comércio internacional, corrupção no sector privado ou o crime de enriquecimento ilícito) – comprovando, assim, a ineficácia da trajetória histórica. Neste contexto, constatada a inadequação das velhas figuras de corrupção (clássicas e matriciais) para fazer face ao fenómeno frequente de corrupção emergente – como se acentua em alguns dos textos - localizado nas relações comerciais e relações internacionais ameaçando um ambiente de negócios competitivo e sustentável, abriu a porta à consagração da criminalização da corrupção no mercado e nas transações transnacionais. Isso veio pôr em causa a tradicional visão redutora (clássica) do fenómeno. Isto não quer

¹¹ O Relatório de Progresso da execução da Convenção da OCDE (2011) continua a inserir Portugal no grupo de países em que pouca ou nenhuma aplicação foi feita da mesma.

¹² CAC/COSP/2009/15.

dizer que as velhas formas de corrupção, isto é, os pagamentos a agentes públicos (nacionais) deixem de ter relevo. Antes pelo contrário. Quer significar que para as empresas, a nomenclatura “corrupção” representa mais do que a suposta necessidade de subornar funcionários públicos nacionais, isto é, vai além do conceito tradicional de corrupção. Assiste-se em “tempo real” a uma corrupção sem fronteiras. E por isso, há a necessidade de estender a punição à corrupção nas transações comerciais internacionais, pois a luta contra a corrupção não pode conceber-se se não num quadro de cooperação internacional global e integrado.

Deste modo, temos que o formato jurídico de combate à corrupção não se apresenta apenas como “extensão/”continuidade” (lançando mão das tradicionais e velhas categorias de corrupção), mas também como “devir” (que traz transformações com o surgimento de novos tipos legais de crimes, até aqui quase desconhecidos, como o crime de corrupção transnacional, corrupção no sector privado e o de enriquecimento ilícito). O que significa que a corrupção é hoje pressentida, sobretudo, como um obstáculo e uma ameaça ao desenvolvimento económico e social.

Paralelamente, o termo “corrupção” aparece associado à repetição de condutas quotidianas de forma massiva, visto que tem por detrás de si a tradicional ideia de degradação (progressiva e contínua) das instituições públicas e dos princípios que fundamentam a atuação pública. Uma outra ideia que vem ganhando unanimidade, e que tem grandes potencialidades de generalização, é a que engloba no conceito todas as formas de abuso de poder verificadas no desempenho de uma função pública ou privada: “uso indevido de posição para a obtenção de ganhos privados”. Desta forma, à luz do uso desviante das funções, a semântica de corrupção compreende um conjunto de crimes que se afiguram como matriciais face aos novos tipos de crime: além da corrupção como nome próprio de crime, o peculato, a participação económica em negócio, a concussão, o abuso de poder.

Estamos, assim, perante determinados crimes em que a memória histórica continua viva, porque se tem memória do passado através de categorias clássicas e da perpetuação dos seus nomes iuris. Neste contexto específico, numa sociedade com riscos de corrupção, ressalta que a transformação crucial em curso do modelo normativo projeta o futuro com base no passado.

Importa notar que em todas as realidades (novas e velhas) o âmbito de aplicação continua a demarcar-se a partir do modo de abordagem da tradição secular, isto é, da qualidade intersubjetiva: da colaboração prestada pelo sujeito (activa ou passiva). Como se sabe, no discurso jurídico clássico (e agora nos textos internacionais), de forma sistemática, o terceiro (pessoa singular ou coletiva) é erigido normativamente em figura pró-ativa e corruptora. Valerá, no entanto, lembrar que o terceiro (pessoa singular ou coletiva) também pode surgir como personagem passiva (“vítima”). Todavia, de especial relevo para acordar as consciências para esta realidade, a linguagem e nomenclatura adoptada pelo artº. 1.º (A infração por corrupção de agentes públicos estrangeiros) da Convenção sobre a luta contra a corrupção de agentes públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais, OCDE, em que o termo – erróneo, incorreto, e equívoco – “corrupção ativa” não foi usado deliberadamente para evitar que um possível leitor, não especializado,

pudesse entender que o terceiro toma sempre a iniciativa e que o recetor da vantagem meramente se comporta como mero recetor, alertando que em muitas situações (sentidas no mundo real) a iniciativa corruptora (ativa) parte do recetor da vantagem. Logo, torna-se legítimo questionar a estrutura de formulações com a designação de corrupção ativa e passiva, dado que projeta uma abordagem apriorística, seletiva e, porventura, correspondente a certas representações sociais históricas e redutoras.

De igual modo, no recorte da estrutura típica dos novos ilícitos de corrupção, há continuidade através da utilização de fórmulas semelhantes às previstas nos crimes clássicos (de consumação ou tutela antecipada), visto se terem vinculado os comportamentos proibidos à conduta que vise a realização em “tempo diferido” duma atuação funcional. Julgamos que esta “zona de coincidência” ao nível das previsões legais tem notórias vantagens em sede de prevenção, e repressão, pois a identificação de uma espécie de denominador e gramática comuns na abordagem dos diversos comportamentos configuradores de corrupção facilitará a interpretação e o relacionamento entre os vários tipos legais de crime. O que não significará a necessidade de “divorciar” as modalidades emergentes de corrupção da corrupção matricial (de agentes públicos).

No atual estágio evolutivo do acervo convencional, verifica-se a ausência de definição da corrupção. Apesar de tudo, não espanta a aversão do legislador internacional à consagração de uma definição pelas múltiplas definições existentes e práticas que pode abranger. O facto (positivo) de não incluir qualquer definição do que se deve entender por corrupção tem subjacente um elemento intencional: levar à aceitação de uma noção muito ampla e aberta de corrupção.

Especial referência merece a incriminação da corrupção transnacional (“global”), prevista na Convenção sobre a luta contra a corrupção de agentes públicos estrangeiros nas transações comerciais, OCDE, de 21 de Novembro de 1997, que veio inaugurar uma nova era no combate à corrupção envolvendo, de forma inequívoca e com especial relevância jurídica, as entidades transnacionais de carácter corporativo privado como destinatárias (com personalidade jurídica internacional) das normas convencionais de Direito Internacional. Na prática, considera as empresas como importantes atores anti-corrupção. E aponta para um futuro mais otimista: um ambiente de negócios mais competitivo e sustentável. Isso significa incluir, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos países mais desenvolvidos de que a corrupção de funcionários públicos estrangeiros produz também efeitos adversos nos países destinatários (normalmente países em desenvolvimento) das relações comerciais internacionais.

Urge realçar que a intervenção punitiva era apenas perspectivada em relação aos cidadãos nacionais dos Estados Partes e, por conseguinte, omissa em relação aos funcionários estrangeiros. Para estes agentes privados (pessoas singulares ou coletivas) isso significava que a “corrupção além fronteiras” era merecedora do mesmo tratamento punitivo conferido à corrupção “doméstica”. Foi no âmbito da Convenção contra a Corrupção do Conselho da Europa (1999) que se afirmou a necessidade da criminalização da conduta feita por agente estrangeiro (a corrupção “passiva”), tanto na forma ativa como na passiva. Porém, a Convenção das Nações Unidas apenas tomou nota da utilidade dos Estados considerarem a

possibilidade de qualificar como crime a conduta do funcionário público estrangeiro ou funcionário de organização internacional (art. 16.º, 2).

O que significa que o próprio legislador internacional tem a percepção de que a cronologia dos instrumentos de combate (“tempos de combate”) variam em função das diversas espacialidades culturais. Isso mostra a necessidade de introduzir nuances, geometrias variáveis, em tudo o que se relaciona com as novas formas de criminalidade que se entrelaçam nas Convenções: uma força obrigatória e diferenciada. Daí a simultânea previsão de criminalizações obrigatórias e facultativas. Tal ocorre com a criminalização, de carácter facultativo, na Convenção das Nações Unidas, da corrupção no sector privado (art. 21.º) e o melindroso crime de enriquecimento ilícito (art. 20.º).

Urge referir que no ordenamento jurídico português já se encontram - “transpostas” - no sistema estas novas realidades (a corrupção transnacional e a corrupção privada). E até pode dizer-se que a sua implementação já tem “história” (primeiro, no D-L 28/84, através da Lei 13/2001 e, posteriormente, através da Lei 20/2008).

Como já foi referido, em matéria de mecanismos de combate, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003) representou um grande avanço, atendendo ao seu carácter universal. Porém, não apresentou grandes inovações (salvo em matéria de prevenção e de recuperação de ativos). Mesmo assim, o enfoque da Convenção das Nações Unidas também recai sobre a necessidade de manutenção no Direito penal emergencial contra a corrupção de uma linha de força: uma linha respeitadora das distintas ordens constitucionais e princípios das garantias fundamentais. O que significa que em matéria de mecanismos anti-corrupção, a Convenção das Nações Unidas tem a percepção de que os instrumentos de combate variam em função dos contextos espaciais e dos padrões culturais. É, pois, essencial lidar com a corrupção num ambiente de normalidade, de modo a não desestabilizar o “status quo ante”, respeitando os cânones culturais – padrões tradicionais – do sistema repressivo. Deste modo, o legislador internacional não ignorou as possíveis limitações constitucionais.

Entre os mecanismos da Convenção das Nações Unidas que impedem, de forma clara, uma desvalorização cultural do passado dos direitos (incontornáveis, civilizacionalmente adquiridos) cumpre salientar a: incriminação do enriquecimento ilícito (art. 20.º), a responsabilidade das pessoas jurídicas (art. 26.º) e o instituto da prescrição (art. 29.º).

O art. 20.º avançou com a criminalização do enriquecimento ilícito nos seguintes termos:

“Com sujeição a sua constituição e aos princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, cada Estado Parte considerará a possibilidade de adoptar as medidas legislativas e de outras índoles que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido intencionalmente, o enriquecimento ilícito, ou seja, o incremento significativo do património de um agente público para o qual não consegue apresentar uma justificação razoável face ao seu rendimento legítimo”.

A intenção é salientar a falta de consenso numa incriminação deste género que possa colocar em causa os princípios de direito penal de um Estado de direito democrático¹³. Além disso, pode afirmar-se que o investimento neste novo instrumento deixa claro que os instrumentos clássicos (crimes tradicionais) se mostram insuficientes. Deste modo, a incriminação decorre da dificuldade de investigação e prova dos factos ilícitos (anteriores) geradores do enriquecimento ilícito (corrupção, peculato, fraude, etc.). De facto, trata-se de um instrumento de política criminal, em virtude das dificuldades no combate a estes ilícitos. Criminaliza-se um *posterius*, um facto posterior ou consequência do crime: o enriquecimento anormal (ilícito ou injustificado).

Através desta nova categoria criminal de enriquecimento, factos passados (anteriormente cometidos) que, normalmente, são remetidos a um tempo futuro (de investigação criminal) penetram o presente, impondo soluções normativas que não podem esperar por amanhã, que exigem ser tratadas hoje. Quer dizer, há uma intensificação do presente, uma vez que estão implícitos nesta necessidade a ideia da falência do sistema, um sentimento de desencanto e de desesperança que caracteriza a vivência do cidadão em relação à justiça nas sociedades contemporâneas¹⁴.

No fundo, a incriminação tem como efeito evitar que crimes anteriormente praticados, geradores de enriquecimento ilícito, fiquem impunes. E, ainda, a presunção de origem ilícita da incompatibilidade patrimonial. Cumpre salientar que há dificuldades sentidas pelo legislador português para perspetivar o conteúdo de ilicitude suficiente na formatação do crime de enriquecimento ilícito. Por isso, o Tribunal Constitucional no Acórdão 179/2012 entende que com a proposta apresentada (constante do Decreto n.º 37/XII Assembleia da República):

"está-se a presumir a origem ilícita da incompatibilidade e a imputar ao agente um crime de enriquecimento ilícito, o que redundava em manifesta violação do princípio de presunção de inocência, determinando, portanto, a inconstitucionalidade das normas em causa". Por outro lado, porém, alerta o Tribunal "não há um bem jurídico claramente definido, o que acarreta [também] necessariamente a inconstitucionalidade da norma".

Uma proposta normativa desta índole que vai longe de mais, alargando o crime aos cidadãos, numa questão tão melindrosa, como facilmente resulta do teor literal do art.º 20.º Convenção ONU, resulta estranha. Potencia o alargamento dos possíveis bens jurídicos em causa e da área de tutela, um alargamento de mais a mais potenciado pela situação de extrema comoção social. O que era para ser exceção, acaba por se tornar regra. É necessário advertir que esta opção do legislador português em criar um crime omnicompreensivo (e desproporcionado) de enriquecimento ilícito, na ânsia de abranger todos os cidadãos é um

¹³ Sobre esta figura Germano Marques da Silva (2011: 50) não questiona a sua legitimidade em abstracto se na formulação *in concreto* são respeitados os princípios fundamentais do nosso sistema jurídico, do sistema penal. De todo o modo, este autor parte da ideia de que se trata de punir a violação de um dever de transparência e não de punir indirectamente os factos ilícitos (subjacentes) geradores do enriquecimento. Veja-se que a lógica, a estrutura e fundamentação da incriminação faz toda a diferença para a sua legitimidade.

¹⁴ É esse espírito que encontramos na petição pública, dinamizada pelo *Correio da Manhã*, pela criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos políticos e equiparados apresentada na Assembleia da República em 21.03. 2011 e subscrita por mais de 30 mil cidadãos.

equivoco completo, que afronta a letra e o espírito da Convenção ONU. É que a nova figura do crime de enriquecimento ilícito participa da tendência de formulação de crimes emergenciais como via subsidiária de solução dos problemas processuais dos crimes clássicos, em que a ratio assenta na assimetria de poder, isto é, no aproveitamento de poder pelos agentes públicos.

Ora, como é reconhecido pelo próprio Tribunal Constitucional no Ac. 179/2012:

“é o próprio art. 20.º que possibilita aos Estados a não incriminação do enriquecimento ilícito com fundamento na Constituição ou em princípios fundamentais dos respectivos ordenamentos jurídicos”.

Aliás, esta referência (no documento universal) é importante, pois o legislador internacional toma consciência que sem conexão com o passado, o presente acaba por não ter existência e que um tempo anti-corrupção unidirecional não pode, em rigor, receber essa denominação. É, pois, manifesto que esta assertividade dos documentos é importante para que não naufraguem os valores da civilização, para não haver quebra de elos entre gerações, ainda mais em contextos de crise, em que a própria sobrevivência da sociedade, dos direitos adquiridos, está ameaçada em diversos domínios. Este problema põe-se com acuidade porque este crime traz tempos de debilitação ou desintegração de princípios – do património axiológico civilizacional que se fazem em nome de uma razão instrumental¹⁵.

Só que no meio da má situação económica- financeira atual o cidadão, que está cada vez mais indefeso, procura a melhor solução, mesmo que ela implique profundas alterações no direito positivo. Atente-se na petição pública de criminalização do enriquecimento ilícito.

Ali se escreveu, para justificar tal entendimento, que:

“...está chegado o momento histórico de o Parlamento aprovar esta proposta de lei e reforçar o arsenal repressivo contra as práticas ilícitas em causa.A gravíssima crise financeira e económica que se instalou no País, com o agravar inelutável das desigualdades entre portugueses, radicará por certo no infeliz somatório de todos os desmandos que sofreram as práticas de governação e de administração durante as últimas décadas. Assim, no momento em que o país desliza para um estado de pauperização de largas franjas sociais e se perfila o risco de serem ultrapassadas interpretações que se julgavam adquiridas sobre matérias estatutárias e remuneratórias, por invocação de “interesse público” no quadro de um estado de emergência económica e financeira, é hora de dar o passo de criminalizar o enriquecimento ilícito”.

Merece também referência na modelação do combate anti-corrupção na Convenção das Nações Unidas, o art.º 26.º. que veio a introduzir uma disciplina sancionatória para as pessoas jurídicas. Atente-se que esta disposição apregoa a sua responsabilidade, salvaguardando, também, a necessidade de atender aos princípios jurídicos de cada Estado Parte, a fim de se respeitar a ideia milenar da irresponsabilidade penal das pessoas jurídicas

¹⁵ Como observa António Manuel Hespanha, a propósito de um recente Acórdão do TC (n.º 396/2011), “a justiça constitucional ficaria restrita, em tempo de crise, á sindicância (muito diminuída) do respeito pelos direitos fundamentais”, (2012: 15). No entanto, como esclarece o Autor: “a crise não se supera pela dissolução do direito, antes se supera pelo reforço do direito e do “modelo jurídico”, p. 30.

(*societas delinquere non potest*). Assim, se num Estado tal dogma continua vigente, aquele não é obrigado a derogá-lo, pois de acordo “aos princípios jurídicos do Estado Parte, a responsabilidade das pessoas jurídicas poderá ser de índole penal, civil ou administrativa” (art.º 26.º, n.º 2). Esta flexibilidade é reforçada pelo disposto no n.º 4, no qual se estabelece que “cada Estado Parte velará em particular para que se imponham sanções penais ou não penais eficazes, proporcionais e dissuasivas, incluídas sanções monetárias, às pessoas jurídicas consideradas responsáveis”.

É indiscutível que as empresas ou entidades corporativas, enquanto pessoas jurídicas, assim como os seus trabalhadores e administradores, podem e devem ser legalmente responsabilizados por corrupção, pois a realidade tem demonstrado que, em muitos casos, o corrupto tem o seu âmbito de atuação na empresa. Face a isto, uma das recentes melhorias da legislação portuguesa (na senda proposta pelas convenções internacionais) com um impacto significativo traduz-se no pressuposto da responsabilização das pessoas jurídicas pela prática dos atos corruptos previstos nos arts. 372.º a 374.º e Lei 20/08 CP. Rigorosas sanções contra empresas poderão constituir uma sanção tão eficiente, como as sanções criminais contra indivíduos. Mas a exclusão das pessoas coletivas públicas (entidades públicas empresariais e entidades concessionárias de serviços públicos (art.º 11.º, n.º 3, al. a) e b) CP) suscita algumas reticências.

De facto, a ameaça das sanções e consequências das sanções é muito importante nesta criminalidade. Não podemos esquecer que as empresas devem estar sujeitas a multas elevadas, as quais não podem representar um risco calculável de negócio. Porém, constata-se na legislação portuguesa, como destaca o Relatório da OCDE (2011) penas de multa demasiado baixas (equivalentes a pequenas taxas) que resultam inadequadas para as pessoas coletivas, sobretudo multinacionais. É de assinalar que no caso Siemens, a multinacional alemã foi condenada a pagar elevadíssimas multas. Todavia, o principal temor da empresa não radicava tanto nas multas, mas na ameaça de proibição de concorrer a licitações públicas. Pode afirmar-se que a punição de pessoas jurídicas ou empresas implica diversas especificidades que “ampliem” o seu raio de ação, recorrendo a medidas de exclusão ou afastamento da atividade. Basta pensar, no contexto legal português, nas penas acessórias que podem acompanhar tais crimes (por exemplo, a interdição do exercício de atividade, a proibição de celebrar certos contratos ou contratos com determinadas entidades, e a privação do direito a subsídios, subvenções e incentivos outorgados pelo Estado e demais pessoas coletivas públicas, constantes nos arts. 90.º-A, 90.º-H, 90.º-I e 90.º-J CP). Todavia, ao nível da sua caracterização, o legislador procura uma certa proporcionalidade para assegurar a própria sobrevivência das empresas. Assim, por exemplo, a proibição de contratação (art. 90.º-H CP) não pode abranger todos os contratos nem todas as entidades (apenas uma categoria de pessoas ou entidades).

Saliente-se também que o instituto da prescrição (figura fundamental do direito penal que se relaciona com a passagem cronológica do tempo e a existência de limites em que os comportamentos corruptos podem ser perseguidos penalmente) tem estado sempre presente no centro das preocupações desta criminalidade. E é esta uma matéria de tal importância que o legislador internacional também se preocupa determinando que “Cada Estado Parte estabelecerá, quando proceder, de acordo com a sua legislação interna, um

prazo de prescrição amplo para iniciar processos por quaisquer dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção e estabelecerá um prazo maior ou interromperá a prescrição quando o presumido delincente tenha evadido da administração de justiça” (art.º 29.º).

É fácil de perceber que, com esta formulação (um prazo de prescrição amplo), estes comportamentos podem ser perseguidos criminalmente durante mais tempo pelo Estado para a realização da justiça. Ora, como ninguém desconhece, este tipo de comportamentos, dada a sua opacidade e dificuldades probatórias, pode exigir um prazo de prescrição mais dilatado. É precisamente essa a lógica da norma.

É um facto que nestes crimes surgem insatisfações, muitas delas relacionadas com o decurso do tempo: investigações adiadas, demoradas e/ou até tardias. Quer isto dizer que em muitas ocasiões os casos de corrupção são arquivados por prescrição. Também a utilização de recursos infundáveis (para as instâncias superiores) como manobras dilatórias pode determinar a prescrição do procedimento criminal ou inclusive da execução da condenação imposta. De sorte que, para o arguido, o mero decorrer do tempo é causa da extinção da responsabilidade criminal da morte do processo. Importa notar que, no quadro legal português, em 2010, passou a existir uma regra especial que alarga o lapso temporal de 15 anos (aplicável para crimes graves, isto com duração superior a 10 anos de prisão) a determinados crimes de corrupção independentemente do seu desvalor e da moldura penal (cf. o art.º 118.º, n.º 1, al a) CP. De igual modo, existem certas situações, as causas de suspensão e de interrupção do período de prescrição (arts. 120.º e 121.º CP) que permitem “desligar” e “ligar” o tempo judicial como forma de impedir a prescrição¹⁶. Porém, esta possibilidade de extensão do tempo legal não é indefinida (art.º 121.º, n.º 3 CP).

Ora, o mais determinante, sem dúvida, é que apesar do relevo e da emergência da temática da prescrição para um efetivo combate aos crimes de corrupção na Convenção das Nações Unidas, não ganhou operatividade, a regra da imprescriptibilidade, isto é, o princípio que permite que o comportamento criminal possa ser perseguido criminalmente sem qualquer limite temporal, de forma intemporal. Intervenção maximalista consagrada, nesta matéria, em algumas constituições e códigos penais da América Latina que promove uma justiça intemporal, quase eterna. Tudo isto em nome da ideia de combater a impunidade destes crimes.

Todavia, importa notar que com a imprescriptibilidade, como nota Faria Costa, “o direito penal opera um corte com o tempo. Não só com o tempo cronológico mas, sobretudo, com a própria temporalidade. E de forma soberana, cria a ficção de que, em certas circunstâncias, o decurso do tempo não tem existência”¹⁷. Porém, como avisa Torga “Não há nada que resista ao tempo” (in *Diário*, 1940), não adianta ao jurista paralisar ou conjurar o tempo/o instante.

De facto, o desvalor dos crimes, o alarme social provocado, as provas, os autores, etc.... tudo desaparece com o tempo e, com ele, a necessidade de punição. Neste contexto,

¹⁶ Porém, o quadro legal revela ainda fraquezas ou desvios quanto a contagem dos prazos de prescrição. Veja-se, a este propósito, as recomendações realizadas pelo estudo “Corrupção Fora de Prazo. Prescrição de crimes na justiça portuguesa”, *Transparência e Integridade*, p. 11, 2010.

¹⁷ José de Faria Costa (2005, p. 178).

parece-nos elucidativa a pintura de Dalí – A persistência da memória – os seus relógios brandos com a textura e a sensualidade cremosa do *camembert* – como ele próprio referia para simbolizar a distorção da passagem do tempo. Apenas um único relógio (de bolso) parece sobreviver. Contudo, também está invadido pelas típicas formigas dalinianas (símbolo da podridão). O tempo não perdoa. Nem sequer nos crimes a que muitas vezes a ordem internacional parece fechar os olhos e que podem ser sancionados a qualquer tempo: os crimes contra a Humanidade. De pouco serve proclamar juridicamente a expansão do tempo legal ou dilatação eterna através da imprescriptibilidade, pois nada detém ou resiste ao tempo. E, por seu turno, convém não esquecer que a própria limitação do tempo (a existência de prazos de prescrição) dinamiza, impulsiona e apressa a realização da justiça. Permite a realização da justiça em tempo útil, evitando a prorrogação infinita dos processos, lentidão judicial e até o bloqueio do sistema (por sobrecarga judicial). Esta é a outra face (mais desconhecida) da prescrição.

Merece, por isso, especial atenção a vivência do tempo estabelecido, a sua temporalidade, fazer que o tempo judicial não seja um tempo perdido, que seja à maneira prousiana, um tempo recobrado: “habitado” com prazos e meios de investigação adequados, mecanismos eficazes de promoção, de denúncias e proteção de denunciante, testemunhas, etc que conduzam a investigações mais rápidas e eficazes e “desabitado” em certas situações através dos mecanismos de suspensão e interrupção dos prazos de prescrição¹⁸. Um tempo que, ao mesmo tempo, reforce os valores da realização da justiça e da paz jurídica.

4. Tempos de Prevenção

Percebe-se, com facilidade, que o chamado combate ao fenómeno da corrupção se põe em diversos horizontes. E, desde logo, ressalta hoje como preponderante o horizonte da prevenção, quer dizer, os tempos de hoje são tempos de prevenção. Hoje, o apelo ao combate da corrupção não descarta, no mínimo que seja, a prevenção. Neste sentido, a própria Convenção das Nações Unidas dedica logo o seu segundo capítulo à prevenção. A adoção de práticas de prevenção deve ter prioridade em qualquer programa de combate à corrupção, isto é, a adoção de medidas de antecipação do futuro. Assim, esta forma de conceber a luta/resposta como prevenção, afasta a crença de fenómeno irrevogável e imutável que não pode ser evitado. O que significa que o discurso anti-corrupção passa a ser inclusivo: diz-se que é preciso incluir os cidadãos, empresas e agentes públicos para que atuem de forma esperada, não se conformando com o “destino de risco” de corrupção. A prevenção de riscos de corrupção traz de volta a ideia de destino, mas não de forma idêntica.

Deve dizer-se que o valor da prevenção é encarado como o método mais promissor para o combate à corrupção nos negócios. A forma mais sustentável de lidar com os riscos de corrupção é o desenvolvimento de um sistema amplo de integridade empresarial. Elevar a integridade corporativa para enfrentar os obstáculos que a corrupção coloca ao crescimento e ao desenvolvimento económico. O Relatório Global de Corrupção (TI 2009),

¹⁸ Na linha das recomendações realizadas pelo estudo “Corrupção Fora de Prazo. Prescrição de crimes na justiça portuguesa”, Transparência e Integridade, 2010: 11.

proclama que as empresas com programas anticorrupção e normas éticas reduziram em até 50% a incidência de corrupção e tornaram-se menos passíveis de perder oportunidades de negócios, quando comparadas com empresas sem esses programas

Certo é que é missão dos decisores políticos formular um conjunto de medidas e de políticas de prevenção e punição (em suma, desenhar um plano de ação anti-corrupção)¹⁹ e tarefa dos tribunais a repressão judicial. Porém, nesta matéria, a sociedade também não deverá baixar os braços. Observa, muito a propósito, Orlando Nascimento, ao referir-se às prioridades no combate a corrupção, de forma peremptória, consciente das dificuldades que “nenhum combate à corrupção terá sucesso sem a conquista dos cidadãos para essa causa”, chegando mesmo a afirmar que “o primeiro importante passo para uma acção credível de prevenção e combate da corrupção é, antes de tudo, a deslocalização da prevenção/combate à corrupção para fora do teatro de luta política entre Poder e Oposição”²⁰.

Deve, assim, acentuar-se neste espaço de reflexão sobre os Tempos sociais - tempos emergentes, a relevância do 10.º Princípio do Pacto Global da ONU, “complemento em positivo”²¹ das outras iniciativas e mecanismos, que integra um aspeto fundamental da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), desde 2004, chamando a atenção para que as empresas combatam a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e suborno”. Urge, assim, realçar que a ONU cedo se apercebeu de que o futuro do combate neste tipo de criminalidade, passava por uma nova abordagem do fenómeno. Passava pelo reconhecimento de que o sector privado é um agente principal, porque além de quem solicita ou recebe um suborno, está sempre do outro lado quem realiza o pagamento da vantagem. Face a esta perceção de que é no sector corporativo que está a base das práticas corruptas, tornou-se necessário envolver as empresas e terceiros na linha de frente da luta contra a corrupção.

As empresas têm intensificado esforços para a sensibilização e implementação de diversas medidas. Mas tanto quanto pudemos apurar, encaixar o 10.º Princípio na vida empresarial constitui um dos desafios de mais difícil implementação (dado que a corrupção tem uma história de muitos séculos e foi - e continua a ser - uma forma de dependência/sobrevivência das empresas difícil de quebrar). Tal situação é demonstrável, sobretudo, se atendermos à escassa divulgação de informação por parte das empresas, relacionada com o desenvolvimento de práticas e de instrumentos de relato ou comunicação dos esforços de luta contra a corrupção²². É que, como observa Manuel Castelo Branco, “ao contrário do que sucede com os outros componentes da RSE, em particular o impacto ambiental, poucos estudos têm sido elaborados sobre a divulgação de informação relacionada com o combate à corrupção por parte das empresas”²³. A mesma visão (negligenciadora) é transposta desde a publicidade. Assim, parece evidente nas campanhas (2009-2011) de uma conhecida multinacional sobre um café de “corpo e alma” – Nespresso mostrando um conhecido ator a cair na tentação da corrupção (e insinuando ainda ...um Alto

¹⁹ Art. 5.º Convenção Nações Unidas Contra a Corrupção.

²⁰ “Cinco prioridades no combate à corrupção”, 9-12-012, Blog do Público “Às Claras”, <http://blogues.publico.pt/asclaras/page/9/>

²¹ Como salienta Pablo García Mexia, (2004, p. 110).

²² Neste sentido Manuel Castelo Branco, (2010: 14).

²³ Manuel Castelo Branco (2010: 2).

poder divino corrupto). Por outro lado, a mesma empresa, noutra anúncio complementar da saga publicitária, preocupava-se em deixar claro que, isso sim, as questões ambientais foram integradas (consciencializadas) na política da empresa com a reciclagem 100 % das cápsulas de alumínio utilizadas²⁴. Ainda assim, relevam os aspectos positivos. Basta pensar na mensagem central do próprio Relatório Global (2009): “após uma primeira onda de activismo contra a corrupção e actividades de responsabilidades social empresarial (SER), as empresas no mundo inteiro possuem, hoje, uma responsabilidade mais evidente, um interesse próprio mais profundo e um potencial maior para assumir um papel no combate à corrupção”²⁵.

A premência de cultivar um amplo sistema de integridade, para minimizar os riscos de corrupção no sector empresarial e fortalecer a integridade corporativa passam, neste âmbito, pela existência de uma variedade de mecanismos ou de remédios internos para travar a corrupção, desde códigos de conduta, divulgação de informação sobre os esforços no combate nos relatórios de sustentabilidade (RS), mecanismos de organização corporativa, incluindo a proteção de pessoas que informam sobre actividades ilegais (mecanismos de denúncia) e até o papel crescente dos investidores no incentivo à integridade empresarial.

A resposta preventiva consiste em apostar numa cultura de integridade com princípios comuns (valores e atitudes) e práticas comuns (normas ou padrões de atuação). Sendo, importante incluir também elementos de dissuasão (ensinar que a violação das normas acarreta a punição).

Importa sublinhar que a Convenção das Nações Unidas, entre as medidas a adotar para prevenir a corrupção, encara como fundamental, no seu art. 12.º, n.º 2, al. b), relativo ao sector privado, “a promoção da elaboração de normas e procedimentos destinados a preservar a integridade das entidades privadas pertinentes, incluindo códigos de conduta para o correcto, digno e adequado desempenho das actividades económicas bem como para o exercício de todas as profissões pertinente e para a prevenção de conflitos de interesse, assim como para a promoção do uso de boas práticas comerciais entre as empresas e as relações contratuais das empresas com o Estado”.

A adoção e implementação de um código de ética assume particular relevo, como boa prática, no quadro da Responsabilidade Social das Empresas assumindo-se como o sistema de transmissão de valores e compromissos da empresa a todos os participantes envolvidos. Assim, podemos designar este modelo de ação – de práticas preventivas- de ação presente sobre o futuro pelas suas implicações e consequências no próprio presente. Urge notar que o conteúdo dos códigos de conduta é, de facto, muito variado. Existem planos específicos, mas a maioria contém tópicos ligados às questões de conformidade com as leis aplicáveis. Todavia, a base para que um código ou plano de prevenção de riscos seja eficiente é que aborde e oriente sobre dilemas enfrentados por administradores e/ou funcionários.

Uma coisa parece ressaltar, independentemente do modelo: a dificuldade reside na sua implementação. O caso Siemens é resultante da inoperância na aplicação do Código de Conduta (que não faltava) e do sistema de integridade da empresa, em particular. Face a esta realidade, não basta, portanto, a adesão a pactos voluntários, pois não assegura um comportamento socialmente responsável por parte da empresa. Para dar vida ao código

²⁴ Elena Burgoa (2011, 692-693).

²⁵ Global Corruption Report (2009).

empresarial será fundamental a monitorização por meio de supervisão interna e externa. De facto, actualmente, muitas empresas possuem um Código de Ética para os negócios. Mas, curiosamente, o Relatório Global (2009) alerta que “quase 90% das 200 principais companhias do mundo inteiro que adoptaram códigos empresariais, menos da metade relata que o cumprimento à legislação é fiscalizado”. E mesmo, nas mais de 3.000 empresas que publicaram relatórios de responsabilidade social empresarial em 2007, menos de um terço foi verificado por uma auditoria independente²⁶. Do mesmo modo, também 87% das empresas portuguesas respondentes num inquérito possuem Código de conduta, mas apenas 36% confessam ter efetivas políticas de combate à corrupção²⁷.

Neste contexto, deve dizer-se que, no caso de empresas transnacionais, a cultura de integridade terá de ser uniforme e global, aplicada em todas as nações e não ceder às práticas locais, mesmo que, a curto prazo (presente)- futuro-presente, possa significar a perda de negócios.

Parece-me de utilidade recordar que o que se deverá procurar assegurar, como um incentivo para incorporar ou desenvolver práticas ou uma estratégia preventiva anticorrupção nos negócios, é a compreensão e consciencialização das outras consequências (presentes e futuras) que acarreta, tais como a perda de reputação e possíveis condenações. De facto, uma boa reputação de integridade tende a ser cada vez mais importante para que as empresas se tornem atraentes para as instituições financeiras e até nos processos selectivos para participar, por exemplo, nas cadeias de fornecimento de grandes empresas, a reputação, é um factor objeto de consideração. Desta forma, não surpreende a emergência de modelos de exclusão (de lógica punitiva e preventiva) através da publicitação de “listas negras”²⁸, nomeadamente nos contratos internacionais financiados pela banca. É que a desqualificação administrativa das empresas, pode constituir um remédio “santo” para quebrar a dependência da corrupção e, ao mesmo tempo, reforçar o valor de integridade para fazer com que não valha a pena alguém correr riscos.

Do mesmo passo, como medida positiva para desestabilizar transações corruptas, as partes podem diligenciar no sentido de adotar Pactos de integridade, isto é, a inclusão de regras do jogo “imediatas”, em virtude de cláusulas contratuais que vinculam os contratantes, no âmbito do sector público ou privado, a não se envolver em práticas corruptas, por via do incumprimento contratual (extinção contrato, indemnizações decorrentes, exclusão, etc.) Todavia, a adopção de medidas incentivadoras, como por exemplo, a prática de benefícios, taxas de juros mais favoráveis de financiamento para empresas que tenham implementado planos de combate às práticas corruptivas pode também levar a que as PMEs apostem na desestabilização da corrupção.

Por seu turno, no seio das grandes empresas, ganha cada vez mais peso a divulgação de informação sobre o combate à corrupção nos seus Relatórios de sustentabilidade (associados à Responsabilidade Social Empresarial) recorrendo, de forma complementar, às diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) de 2002 e 2006, que vieram introduzir

²⁶ Global Corruption Report (2009).

²⁷ SNI, Portugal (2012: 22).

²⁸ V. “Six defence companies blacklisted”, 29-03-2012, http://www.dnaindia.com/india/report_six-defence-companies-blacklisted-ak-antony_1668899.

diversos indicadores de desempenho social sobre corrupção (divulgação de procedimentos, medidas e sistemas de gestão anti-corrupção, eficácia da sua implementação, informação sobre formação de colaboradores, fornecedores, unidades de negócio susceptíveis de riscos, participação em políticas públicas, contribuições financeiras a partidos, etc.). O mesmo se diga da necessidade de elaboração e implementação de Programas de compliance para minimizar riscos de incumprimento normativo. Em suma, trata-se de ter um comportamento pró-ativo na gestão dos múltiplos riscos da atividade económica.

Cumprir referir que no sector público administrativo e sector empresarial do Estado, fruto da iniciativa preventiva promovida pelo Conselho da Prevenção da Corrupção, na sequência de um questionário realizado junto das entidades públicas, que veio a revelar a existência de desconformidades ao nível da execução e acompanhamento de aquisições públicas e concessão de subsídios, através da Recomendação n.º 1, 2009, foi lançada a todas as entidades públicas a elaboração de um Plano de Prevenção e Gestão de Riscos de Corrupção e infracções conexas²⁹. Assim, este modelo de ação projeta o futuro a partir de uma análise do presente.

Porém, mais importante do que ter um plano de gestão de riscos de corrupção, importa que cada entidade proceda de forma realista à respetiva implementação e acompanhamento e, em função dessa tarefa, proceder também às necessárias atualizações (correções) que venham porventura a justificar-se a *posteriori*. O que se impõe, pela natureza dinâmica do instrumento. De igual modo, é importante evitar a implementação de um código limitado, “padronizado”, pois é necessário o desenvolvimento de um plano personalizado à situação particular da empresa ou instituição em causa, que reflita a sua identidade, dilemas e estratégia. Predominam, apesar de tudo, a existência de Planos desadequados, por terem adotado uma espécie de modelo único, igual para instituições muito diferentes. Como se refere na respetiva recomendação do CPC, urge atentar no facto de assegurar a divulgação do Plano no site da respetiva entidade³⁰ com vista à transparência. No entanto, os Planos visando oferecer um meio eficaz às instituições não podem, uma vez feitos, “repousar” no site das Instituições. Apesar do relevo decisivo do instrumento, despontam certas dificuldades de fraqueza teórica e prática na conceção e elaboração dos mesmos, como assinala o Relatório do SNI (2012)³¹.

Um ponto positivo neste contexto de prevenção é a crescente perceção das pessoas de que “algo está a acontecer”, sentimento que traz imbuída a necessidade de mudança, de alterar o status quo, embora não se tenha uma consciencialização adequada (“atualização” do alcance das novas incriminações)³². Ora, é inegável que a crise económica coloca problemas na concorrência entre as empresas pelo que no contexto de austeridade poderá a vir a ganhar terreno a corrupção em geral e, de forma particular, nas contratações internacionais

²⁹ V. <http://www.cpc.tcontas.pt/>

³⁰ V. Recomendação n.º 1/2010, http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/recomendacao_cpc_001_2010.pdf

³¹ Relatório Final SNI, Portugal (2012, Pilar: *Organismos especializados de Combate e Prevenção da Corrupção*, p. 7).

³² Importa notar que os chamados pagamentos de “facilitação”, isto é, o pagamento de funcionários públicos para “para fazer as coisas acontecerem”, para a obtenção de “serviços rotineiros” que seriam parte de suas obrigações, só entraram na alçada (ilegal) da Convenção, através da Recomendação de 2009. De facto, “tal medida” afigura-se relevante na construção de uma cultura uniforme de integridade (de tolerância zero).

gerando um risco de quebra das regras éticas pouco a pouco assumidas. Ciente desta possibilidade, o Relatório de Progresso de 2011 (OCDE, TI)³³ alerta nas suas conclusões, de um receio de “abrandamento” pelas dificuldades levantadas pela problemática situação económica global. Assim, a pergunta permanece, toda a atividade e empenho da última década é suficiente para estancar a maré de corrupção que arrasta a crise? Ou o (muito) que tem sido feito é tarde demais e não foge a essa conjuntura?

Neste contexto, a cláusula (de cautela) estabelecida no art.º 5.º da Convenção OCDE adivinhando certos contra-tempos pode ser uma primeira resposta. Não há um “tempo de espera” neste combate. Assim, de maneira emblemática, determina que as investigações e procedimentos criminais “não serão influenciados por considerações de interesse económico nacional, pelos possíveis efeitos sobre as relações com um outro Estado ou a identidade das pessoas singulares ou coletivas em causa”.

Conclusão

Chegou o tempo de concluir esta comunicação. E termino, apenas lembrando que os tempos, de facto, têm sido profícuos em iniciativas tendentes à facilitação do combate anti-corrupção. Que o sinal de alerta contra a corrupção foi definitivamente acionado pelas diversas iniciativas premeditadas dos organismos internacionais. Nunca houve tanto trabalho conjunto de organizações públicas e privadas como agora, buscando soluções para problemas que os países ou os governos não poderiam resolver sozinhos. Os países foram “empurrados” para uma nova compreensão do (velho) fenómeno, procedendo, por isso, a uma atualização deste tipo de criminalidade. Importa, por isso, sublinhar que acabamos de deixar para trás a primeira década do terceiro milénio – o início mais do que simbólico de uma nova era anti-corrupção (global e universal).

Entre altos e baixos, o facto é que muita coisa mudou. Há um balanço positivo da primeira década do século XXI. Mais ainda há muito a avançar. Ora, por força do contexto económico e social complexo de crise, o fenómeno ganha especificidades. Têm sido dados passos de gigante. E agora? Rutura, descontinuidade, isto é, desvalorização ou continuidade do combate?

Tendo presente que a retórica legal e a (rude) realidade, muitas vezes, aparecem divorciadas e irreconciliáveis, apresentando lógicas próprias, girando cada qual em torno de si mesma, sem se interseccionarem, emerge a necessidade de efetivar a nova legislação anti-corrupção – já não tão nova, em tempos de aceleração legislativa. Tais dificuldades e conjuntura demandam que não resulte mais uma década perdida no processo de transformação social. Este é um desafio que, quotidianamente, está implicado nas inter(rel)ações dos sujeitos-cidadãos que somos todos nós.

De qualquer modo, o espírito com que nos propusemos abordar estes dois temas (corrupção e os tempos sociais) foi tão-só o de refletir sobre os caminhos e o discurso do direito vigente, conscientes da mutabilidade dos sistemas jurídicos (em particular do

³³ Já em 2010 houve uma falta de progresso, não faltando países (21) com pouca ou nenhuma aplicação (após uma década da entrada em vigor). Reconhecendo-se, de facto, que o posicionamento da Convenção era instável, com risco de perda do dinamismo alcançado na última década.

subsistema penal) e de que não pode haver uma resposta única e simples que possa ser adotada por todos os Estados, na medida em que os seus princípios de funcionamento (e leis fundamentais) apresentam visões diversificadas e tempos diferenciados. Espírito que, julgamos, cabe no âmbito deste seminário. Porém, também com a consciência e sentimento de que posso ter entrado por caminhos alheios.

O tempo, esse grande construtor dos tempos sociais, constitui um importante e atual instrumento de reflexão sobre os problemas jurídicos. É um factor de mudança. Ninguém se bate, neste domínio, pelo *status quo*, pela manutenção da corrupção existente. Todos os documentos, instrumentos e estudos o corroboram. Sinais dos tempos. Tempos de crise.

E o sinal destes tempos é a vontade de mudança. Assim, não falte espírito construtivo e revolucionário, mas também o tempo necessário à mudança.

Pois, no final, como advertia Walter Kaufmann n' "O tempo é um artista":

"O tempo é a dimensão da mudança. Sem percepção da mudança, não há e não pode haver percepção do tempo. E as diferentes atitudes para com o tempo são corolários de diferentes atitudes para com a mudança".

E esta é daquelas coisas que precisa de tempo, empenho, efetividade e muita prevenção pelo seu enraizamento histórico e cultural. Não seja o tempo tarde de mais.

Referências

- Araújo, Emília (2008). Modos de governação do tempo. A dimensão cultural. In Emília Araújo et al. (org.). *O Tempo, As culturas e as Instituições, Para uma abordagem sociológica do tempo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Branco, Manuel Castelo (2010). Informação sobre combate à corrupção nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas. *Estudos do ISCA- série IV- n.º 2*.
- Burgoa, Elena (2011). A corrupção e a responsabilidade social empresarial. *Revista da administração Local*, n.º 246, Lisboa.
- Costa, José de Faria (2005). *Linhas de Direito penal e de Filosofia. Alguns cruzamentos reflexivos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Corrupção Fora de Prazo. Prescrição de crimes na justiça portuguesa, Transparência e integridade (2010). *Relatório Nacional elaborado no âmbito do projecto Countdown to Impunity: Corruption-related statutes of limitation in the EU*, promovido pela Transparency International Secretariat (Berlim) e co-financiado pela Comissão Europeia.
- De Sousa, Luís (2011). *Corrupção – Ensaios*. Edições Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- García Mexía, Pablo (2004). El Décimo Principio del Pacto Mundial. Corrupción y Responsabilidade Social Corporativa. *Nueva Revista de Política, Cultura y Arte*, n.º 96, noviembre-diciembre.
- Hespanha, António Manuel (2012) – A Revolução neoliberal e a subversão do “modelo jurídico”. Crise, Direito e Argumentação Jurídica. Colóquio *A Crise e o Direito*, FDUNL, 2012.
- Lopes, José Mouraz (2011) *O Espectro da Corrupção*. Coimbra: Almedina.

Outras referências

- (SME). (2009) *Business Principles for Countering Bribery -Small and Medium Enterprise*, 2.^a ed. Disponível em www.transparency.org/tools
- Global Corruption Report 2009, Corruption and the Private Sector*. Disponível em <http://www.transparency.org/publications/gcr>
- GRECO, Eva III Rep. (2010). Disponível em http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/greco/evaluations/round3/ReportsRound3_en.asp
- Progress Report 2011, Enforcement of the OECD Anti-bribery Convention*. Disponível em www.transparency.org
- Relatório Preliminar de 2011 – Prevenir e Combater a Corrupção- Monotorização das alterações introduzidas pela AR em 2010*, da DGPL, PJ, IGF e IGAOT, disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2011/prevenir-e-combater-a/downloadFile/attachedFile_f0/Prevenir_combater_corrupcao_preliminar.pdf?nocache=1308589045.35
- Sistema Nacional Integridade (SNI), *Portugal 2012*, coordenação científica: Luís de Sousa e Marcelo Moriconi, TIAC- Transparencia e Integridade, Associação Cívica, INTELLI – Inteligência em Inovação e ICS-UL (Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa, disponível em <http://www.transparencia.pt/>
- Transparência e Integridade, Associação Cívica (2011). *Contributo da TIAC para a Implementação do Memorando do Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica*, Junho 2011, disponível em <http://www.transparencia.pt/?p=944>



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Na letra do Tempo. Caminhos e descaminhos de uma etnografia de práticas temporais

MÓNICA FRANCH

Universidade Federal da Paraíba

mfranch2004@yahoo.com.br

Resumo:

Neste trabalho, apresento algumas reflexões de cunho teórico-metodológico extraídas da minha pesquisa de doutoramento em antropologia¹, que versou sobre os usos e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares da cidade do Recife (Nordeste do Brasil). Mais do que expor os resultados da referida pesquisa, busco aqui compartilhar com o leitor alguns dos caminhos trilhados na apreensão das temporalidades de um grupo social concreto. Para isso, começo o texto introduzindo brevemente os aspectos gerais da pesquisa realizada – o processo de definição do objeto, os objetivos do trabalho e o contexto do estudo. Em seguida, apresento os pressupostos teórico-metodológicos e os principais aspectos da construção da pesquisa e do texto etnográfico, acompanhados de exemplos práticos de como esses pressupostos foram postos em ação ao longo da pesquisa. Minha intenção é mostrar ao leitor de que maneira fui encontrando o tempo nas entrelinhas do trabalho de campo, e o modo como essa busca se traduziu numa narrativa de tipo etnográfico.

Palavras-chave:

Tempo, identidade, prática, jovens

Introdução

Em 1998, concluí minha dissertação de mestrado sobre as práticas do tempo livre desenvolvidas por jovens de uma comunidade de baixa renda do Recife². Para a realização desse estudo, entrei em contato com muitos jovens de ambos os sexos, a maioria de idades inferiores ou pouco além dos 20 anos, solteiros e sem filhos, conforme a compreensão

¹ Tese em Antropologia, defendida no ano de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Maria Rosilene Barbosa Alvim e com o título *Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre os usos e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife*.

² Dissertação defendida no ano de 1998, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Profa. Dra. Judith Hoffnagel, com o título *Tardes ao leu: um ensaio sobre os usos do tempo livre entre jovens de periferia do Recife*.

generalizada do que é “ser jovem” naquele contexto. Alguns anos mais tarde, com motivo de uma nova pesquisa³, retornei a essa mesma comunidade.

Em pouco tempo, minha vida havia se transformado bastante. Passara de solteira a casada, de mestranda a mestre e pesquisadora; tinha tirado minha carteira de motorista e havia comprado um carro usado que me permitiu, pela primeira vez, chegar à comunidade sem depender de ônibus. O tempo tinha andado depressa para mim. Sentia-me em movimento. Nesse momento da minha vida, reencontrar os jovens com os quais tanto havia caminhado alguns anos atrás me causou algumas surpresas. As vidas deles também haviam se transformado bastante, mas em alguns casos isso tinha ocorrido em direções bem diferentes da minha.

Alguns jovens tinham sido assassinados, ou morreriam ainda durante minha pesquisa, deixando comigo uma sensação de perplexidade e de desperdício, o estupor de ver como o tempo lhes fora roubado, de forma tão violenta e definitiva. Essas mortes traduziam em histórias de vida (e de morte) os preocupantes dados estatísticos que apontam para a alta incidência de mortalidade por causas externas entre homens jovens nas metrópoles brasileiras⁴. Outras transformações eram menos dramáticas, mas nem por isso menos surpreendentes. Sofia e Marita, por exemplo, tinham passado de namoradas e filhas rebeldes a esposas e mães de família devotadas, tudo isso em um tempo recorde. Em compensação, outros jovens pareciam-me “parados no tempo”, à espera de uma oportunidade que nunca chegava. Lembro-me de ter reencontrado Maria, que orgulhou sua mãe ao concluir o ensino médio, olhando as horas passar, dia após dia, no portão de sua casa, com a mesma expressão de desânimo no rosto. Está difícil, costumava dizer para mim, muito difícil. A situação de Maria, como a de muitos outros jovens que “terminavam os estudos⁵” e não se inseriam satisfatoriamente no mercado de trabalho, parecia-me uma descontinuidade biográfica. Era um desafio, para mim, compreender de que modo esses jovens, que pareciam ter acreditado na narrativa de progresso pessoal através da escolarização, vivenciavam agora essa interrupção em suas vidas.

A imagem de Maria à porta de casa, olhando entediada o movimento da rua, também me convidava a pensar sobre o alcance da tão propalada aceleração do tempo. Como conciliar as teorias que falam de que vivemos numa sociedade cada vez mais veloz com aquela sensação de imobilidade que a imagem de Maria transmitia para mim? Será que esses jovens se sentiam, por acaso, “fora de seu tempo”, avançando lentamente por uma trilha estreita, alheios aos fluxos e conexões velozes do espaço-tempo virtual? Ou tudo não passaria de uma dificuldade de me colocar do outro lado, de ver “o ponto de vista do nativo”? Com efeito, a comparação entre minha vida e a de jovens como Maria, Sofia e Marita sugeria que, nas nossas sociedades estratificadas e complexas, é possível encontrar

³ Pesquisa *Os jovens e a cidade: habilidades, conhecimentos e reprodução social*, coordenada por Karen Tranberg, da Universidade de Northwestern, e promovida pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Copenhague (Hansen, 2008).

⁴ Apesar do declínio das taxas de mortalidade juvenil por causas externas, principalmente assassinato, nos últimos anos, elas permanecem altas – em 2008, a taxa de homicídios juvenis foi de 52,9 em 100 mil (Waiselfiz, 2011).

⁵ Percebe-se uma mudança significativa nas expectativas escolares dos jovens nos anos que decorreram da minha pesquisa aos dias de hoje. Como resultado do forte investimento público na ampliação da cobertura do ensino universitário, jovens de periferia atualmente almejam concluir um curso universitário. Na época em que realizei meu estudo (com o campo concluído no ano de 2005), essas expectativas terminavam no ensino médio.

diversos tipos de temporalidades, e que a sensação de estranhamento que me invadia ao reencontrar esses jovens não passava, talvez, de uma forma de experimentar a alteridade – neste caso específico, uma alteridade temporal.

A partir destes incômodos e estranhamentos, fui delineando o objetivo geral de meu estudo: investigar sentidos e práticas temporais por parte de jovens de grupos populares no Grande Recife. Essa escolha permitia, por um lado, aprofundar meus conhecimentos sobre juventude, a partir de uma categoria (o tempo) integradora de várias dimensões usualmente trabalhadas de forma isolada – trabalho, lazer, família, escola. Por outro lado, a escolha temática me permitia olhar para a literatura sobre o tempo na contemporaneidade a partir de um grupo social, a princípio, pouco representativo dessas mudanças: jovens pobres, moradores da “periferia do capitalismo”, cujas vidas pareciam se desenvolver num ritmo diferente daquele defendido pelas teorias sobre a aceleração do tempo⁶.

Para refletir sobre essas questões, fiz opção por uma abordagem etnográfica, que acompanhasse a vida de jovens de grupos populares, no espaço de suas relações sociais cotidianas. O grosso da pesquisa foi desenvolvido numa comunidade de baixa renda, situada na zona norte da cidade de Recife – a mesma localidade em que eu havia desenvolvido previamente minha pesquisa de mestrado, o que me garantia um conhecimento de longo prazo de algumas das famílias ali residentes. A renda dos moradores, à época do estudo, era igual ou inferior a um salário mínimo por família⁷. Moravam no local aproximadamente três mil famílias, exercendo profissões, em sua maioria, não qualificadas (biscateiros, vendedores de rua, trabalhadores da construção civil, entre outros). Nesse espaço foi desenvolvida a observação participante de longa duração; também foram realizadas 48 entrevistas individuais e em grupo, bem como foi feita aplicação de 50 questionários. A observação de longa duração foi complementada por observações pontuais e entrevistas em mais duas localidades pobres: uma situada num bairro central de Recife, tristemente conhecida pela violência decorrente do tráfico de crack; e a outra, localizada fora do Recife, num município da região metropolitana. Na escolha dos jovens que fizeram parte do estudo, tentei levar em consideração a variedade de situações no que diz respeito a ocupação/institucionalização (dentro e fora da escola, trabalhando e sem trabalho), condição de gênero, situação familiar (solteiros, casados, com e sem filhos) e idade. As escolhas e delimitações desse objeto tão vasto serão apresentadas a seguir.

1. Ver e ouvir (n) o tempo: delimitação de objeto

A primeira delimitação da pesquisa diz respeito às dimensões priorizadas para permitir o diálogo com as questões teóricas em jogo. Como já foi salientado anteriormente, o tempo, enquanto categoria sintética, permite abordar diversas temáticas usualmente esparsas nos estudos sobre juventude, tais como escola, lazer, trabalho etc. No meu

⁶ Discuto essas teorias em minha tese de doutorado (Franch, 2008).

⁷ Em 2002, data em que a pesquisa teve início, o valor do salário mínimo era de R\$200,00, inferior a US\$100,00. Registro aqui a modificação nas condições de vida e na renda das famílias de grupos populares no Brasil, nos últimos 10 anos, com a expansão de políticas de redistribuição de renda (principalmente o Bolsa Família), o aumento de oferta de emprego no setor formal da economia, e o aumento do salário mínimo, que hoje está em R\$622,00 (aproximadamente 300 dólares americanos).

percurso analítico, porém, tais temáticas ficaram sempre subordinadas a duas dimensões prioritárias: o tempo cotidiano e o tempo biográfico.

O tempo cotidiano diz respeito às práticas que os jovens realizam em seu dia a dia, incluindo as diferenciações que estabelecem entre o tempo ordinário e o extraordinário, e o papel do planejado e do imprevisto em sua organização temporal (Tabboni, 2006). Analisar o tempo cotidiano me permitiu compreender o papel que as instituições educativas, o mundo do trabalho, a família e as esferas recreativas possuem na organização corriqueira da vida de jovens que estão diferentemente inseridos nessas instâncias. Do ponto de vista da literatura especializada, essa análise se relaciona com as inquietações a respeito do impacto que as mudanças no mundo do trabalho introduziram no cotidiano das pessoas. Tratando-se de jovens, também diz respeito aos questionamentos sobre o papel das instituições juvenis, muitas delas ligadas a formas tradicionais de socialização, face aos novos contextos socializadores, como as mídias digitais e os grupos de pares (embora, nesse caso específico, não estejamos falando de “novos contextos”).

Metodologicamente, o acesso ao tempo cotidiano foi possibilitado pelas observações *in loco*, bem como (p)elas entrevistas em profundidade e pelos questionários anteriormente mencionados. Uma estratégia de muita utilidade foi a introdução de uma “agenda do jovem” no final de cada questionário preenchido. Livremente inspirada nos time budgets, a “agenda do jovem” consistia numa tabela para preenchimento, verticalmente dividida pelos sete dias da semana, e horizontalmente repartida em três períodos – manhã, tarde, noite. Os jovens eram solicitados a escrever nessa tabela as atividades realizadas na semana anterior à aplicação do questionário. Em entrevista posterior, a tabela era amplamente discutida com os jovens, de modo a perceber até que ponto aquela semana era uma semana “típica” em relação às outras e que aspectos modificam seu cotidiano – feiras escolares, greves dos professores, desemprego, mudança de categoria de idade (e o consequente afastamento de políticas voltadas aos adolescentes) etc.

Vejamos de que maneira essa abordagem funcionou na prática, a partir de dois excertos de entrevista. O primeiro deles corresponde à entrevista com Douglas, 23 anos, desempregado e solteiro. A conversa abaixo ocorreu enquanto preenchíamos, juntos, a sua agenda do jovem.

Mônica: Hoje é três e é sábado. Ontem tu fizesses o quê?

Douglas: Ontem eu passei o dia em casa jogando videogame com os meninos, o dia todinho. Acordei tarde, aí passei a tarde aqui jogando.

Mônica: Acordasse que horas?

Douglas: Acordei de 11 horas [...]

Mônica: E à noite?

Douglas: À noite fiquei namorando [...]

Mônica: E quinta, como foi?

Douglas: Quinta-feira? Passei o dia em casa também, e à noite a gente saiu. A gente foi pra San Martin [bairro vizinho] pra uma festinha, pro parque. Ficamos bebendo lá até quase três horas da manhã e depois fui dormir.

Mônica: E em casa fizesse o quê na quinta?

Douglas: Passei o dia assistindo [televisão]. Sempre é assim, assistindo, jogando dominó, conversando... [...]

Mônica: E quarta-feira?

Douglas: Quarta-feira... não lembro. É a semana todinha sem fazer nada, a mesma coisa que a gente faz, por isso que fiquei sem assunto pra falar. Só muda quando é um feriado ou final de semana que muda, que a gente sai, vai jogar bola, pra praia, mas de segunda a quarta ou quinta-feira quando não tem feriado é sempre essa rotina. Fiquei em casa a semana todinha.

Mónica: Domingo passado tu lembra?

Douglas: Domingo passado eu lembro. Fui pra um piquenique na Cachoeira do Urubu.

Vejam agora o dia a dia de uma estudante. Esta é Mara, de 15 anos de idade, aluna de uma escola de ensino médio, que morava com a mãe e a irmã mais velha numa pequena casa de aluguel. Perguntada sobre seu cotidiano, Mara respondeu:

Mara: De manhã eu acordo, aí escovo os dentes, tomo café, faço as coisas aqui em casa, aí depois que termino fico assistindo televisão. Aí quando está perto de eu ir pro colégio, aí faço o almoço, tomo banho, almoço e vou pra escola.

Mónica: A que horas você se acorda?

Mara: Em época de escola, às sete, sete e meia. Agora, dia de férias, oito, oito e meia [...]

Mónica: Todas as manhãs você está dentro de casa?

Mara: Tô.

Mónica: E por que você fica em casa?

Mara: Porque eu gosto e também não tem para onde eu sair não. Geralmente eu só saio de manhã quando estou fazendo algum curso [...]

Mónica: A que horas termina a escola?

Mara: Seis. Normalmente é pra terminar de seis, mas tem alguns dias que não termina, por conta das aulas vagas.

Mónica: Isso acontece muito?

Mara: Muito.

Mónica: Depois da escola você vem direto pra casa ou você vai pra algum lugar?

Mara: Não. Depois da escola eu venho direto pra casa.

Os trechos acima ilustram o rendimento da “agenda do jovem”, devidamente comentada em entrevista, para apreender aspectos significativos da organização do tempo cotidiano desta geração, no grupo social escolhido. A fala de Douglas, primeiro entrevistado, representa bem o desafio de “fazer tempo” quando existem tão poucos marcadores externos. A presença do tempo do relógio, nesses casos, é reduzida ao mínimo, como também o uso dos dias do calendário. São os eventos relativos à sociabilidade e ao divertimento que permitem contar o tempo, singularizar os dias e, deste modo, dar a este jovem um sentido de duração. A sincronização com os amigos e a eventual participação em atividades de lazer são as únicas formas de fixar um tempo que escoo, simultaneamente, veloz e devagar – veloz porque, sem referências que permitam sincronizar as temporalidades individuais e aquelas coletivas, a memória não consegue fixar os dias que se passam (Halbwachs, 2006); e devagar porque as horas, quando não há o que fazer, parece que demoram mais a passar. Curiosamente, esvaziado o tempo, esvazia-se, de certo modo, o ser, e é por isso que Douglas afirma ter ficado “sem assunto pra falar”.

Já o dia a dia de Mara é marcado pelo tempo institucional e pela sua condição de gênero e idade. Com efeito, seu cotidiano é submetido às exigências do projeto escolar, obedece aos ditames da autoridade materna e respeita as expectativas de interioridade

socialmente atribuídas ao sexo feminino. A frequência à escola marca o ciclo anual de Mara em dois períodos (a “época de escola” e “os dias de férias”), estabelece uma distinção na semana (dias de escola e final de semana) e divide os dias em vários horários e seus respectivos espaços (manhã/casa, tarde/escola, noite/casa). Contudo, a referência às “aulas vagas”, ou seja, àqueles horários em que os jovens ficam sem aula devido à ausência de um professor, revela as brechas desse tipo de socialização temporal, quando comparada com a realidade escolar em outros países, ou mesmo em outros grupos sociais no Brasil⁸.

A segunda dimensão temporal privilegiada na pesquisa foi o tempo biográfico. Essa dimensão engloba a percepção que os jovens têm de suas vidas, os momentos cruciais ou eventos biográficos que marcam um antes-e-depois em suas trajetórias, fornecendo-lhes frequentemente um sentido de identidade (Tabboni, 2006; Leccardi, 2005). Os relatos biográficos juvenis foram o principal instrumento para esta abordagem, que dá atenção especial à ação significativa dos indivíduos no encontro (e no desencontro) entre os constrangimentos sociais e a vivência pessoal da temporalidade. Foi, sobretudo, a partir do trabalho interpretativo das entrevistas que um amplo leque de sentidos temporais foi se descortinando e a trama da temporalidade juvenil foi ganhando forma e densidade semântica.

Se o debate de fundo, ao pesquisarmos a dimensão do tempo cotidiano, é a persistência ou não de certos ritmos diários ligados ao mundo do trabalho e às instituições, o tempo biográfico nos remete para o debate sobre linearidade e fragmentação das experiências quotidianas, e a possibilidade das pessoas fazerem sentido do tempo presente, numa linha de continuidade com seu passado e seu futuro. Para ilustrar a maneira como essa dimensão temporal foi abordada na pesquisa, transcrevo abaixo um trecho de entrevista realizada com uma garota de 13 anos. O excerto foi escolhido pelo fato de se tratar de uma narrativa sobre a morte de alguém próximo – um irmão. Trata-se de um evento dramático, uma ruptura com o cotidiano que, no entanto, é incorporado à trajetória biográfica da jovem por meio de um trabalho ativo de recuperação da memória do falecido, de forma a construir continuidades entre passado e presente, entre os vivos e os mortos:

“O meu [irmão] mataram ele enganado, pensando que era outra pessoa. Ele estava fazendo [limpeza] num terreno, o homem dava cinquenta reais a cada um. Aí ele estava ajudando, aí disseram assim: “Bora lá, que vêm os caras”. Aí ele disse: “Eu não vou, eu vou ficar”. Aí deram um tiro nele. Ele morreu, ele passou ainda um dia no hospital. Minha mãe foi visitar, eles ficam com um negócio na mão, que não podem falar, aí minha mãe falou muito com ele, disse que ficou apertando a mão dela assim, aí quando minha mãe virou as costas, aí o aparelho começou a apitar, aí minha mãe não sabia o que era, saiu chorando, aí tia G. foi lá, falou com doutor, aí ela saiu chorando, aí minha mãe disse assim: “foi o que, foi o que?” “Não foi nada, não. Vamos embora”. Quando foi depois ela fez, mandou a gente ligar, aí quando a gente ligou: “Teve mais jeito, não”. Minha mãe começou a chorar. Aí meu irmão ainda foi atrás desse homem que matou ele, só que não pegou não, não pegou não. Esse aí [refere-se ao assassino do irmão] minha mãe deu comida a ele. Ele pediu desculpas a minha mãe, minha mãe disse que não queria falar sobre isso. Ele está preso, só que não está preso quem matou mesmo ele, não. Minha mãe deu comida a ele, ele estava com

⁸ Sobre o tempo escolar, ver Adam (2005) e Vieira (2012).

fome, minha mãe deu comida a ele, deu pão, deu água. Minha mãe não gosta dele mas tem que falar com ele, né. Ele fala com minha mãe, minha mãe quando vai no presídio visitar os meninos, ela é crente, aí ela vai lá, ela vê ele toda vez, ele vê ele”.

Pelo relato, fica claro que Luana não testemunhou nem o assassinato do irmão, nem seus últimos momentos na UTI, mas descreve ambos os fatos como se deles tivesse um conhecimento de primeira mão. Em sua narrativa convergem o relato dos trabalhadores que estavam com o irmão antes de sua morte, e que presumivelmente presenciaram esse evento, e o relato da mãe de Luana, que foi quem, efetivamente, esteve no hospital. O fato de a jovem assumir, apesar de sua não presença, uma posição de narradora onisciente sugere que estamos diante de um episódio de memória familiar (Müxel, 1996), uma narrativa construída coletivamente com vistas a dar continuidade simbólica ao grupo, apesar da presença de rupturas e discontinuidades. É interessante, nesse sentido, a caracterização do irmão como trabalhador, logo no início do relato (o irmão estava limpando um terreno em troca de dinheiro), bem como a classificação de sua morte como sendo “por engano”, interpretação fortalecida pelo arrependimento do assassino no presídio. Cabe salientar que Luana perdeu outro irmão em decorrência da violência, mas não há, nesse caso, um investimento semelhante, uma vez que se trata de um meio-irmão, apenas por parte de pai, não sendo portanto incorporado à linhagem simbólica que se constrói e reconstrói através das memórias.

2. Escrever (n)o tempo: uma narrativa etnográfico-temporal

Um segundo momento importante na realização da pesquisa foi a transposição dos dados de campo para o texto etnográfico. Como já dizia Malinowski, a distância que separa o material bruto do texto etnográfico é enorme. Buscar um eixo que ordene essa heterogeneidade significa, na maioria das vezes, organizar nosso pensamento e tomar posicionamentos a respeito do que vimos e aprendemos. Na pesquisa em questão, resolvi aprofundar apenas as histórias de alguns jovens, que me pareceram representativas da variedade de sentidos e práticas temporais do grupo estudado. Ao invés de realizar uma análise horizontal, apresentando tematicamente os diversos elementos da temporalidade juvenil, optei por fazer uma análise vertical que me permitisse aprofundar algumas das construções do tempo biográfico e do tempo cotidiano juvenil a partir de um número reduzido de casos. A organização textual do trabalho se inspira na tradição da análise biográfica em antropologia, representada, entre outros, por Sidney Mitz e Oscar Lewis. As histórias escolhidas me permitiram ilustrar questões como a relação dos jovens com diversas instituições e seus efeitos na vivência do tempo, a dimensão do risco e da violência no cotidiano juvenil, o trabalho, a família e, por fim, a sociabilidade e o espaço das ruas em relação à estruturação biográfica e cotidiana. Essas dimensões não aparecem separadas nos relatos, e ainda se relacionam com outras esferas pouco desenvolvidas no trabalho, como a religião. Parafraseando Lévi-Strauss, pode-se dizer que a terra do tempo, como aquela dos mitos, é redonda. Uma vez que o tempo está imbricado em todas as dimensões da vida social, é quase inevitável ir contornando as diversas esferas quando partimos de

alguma delas. Qualquer divisão feita no texto cumpre um caráter ilustrativo, não correspondendo à complexidade do tempo vivido, em que tudo se mistura.

A análise dos casos escolhidos foi construída aos poucos, seguindo a lógica das narrativas de cada entrevistado mas, também, me apropriando de forma criativa de contribuições de outros estudos sobre o tempo social. De Herbert Mead (2008) extraí a primeira grade de análise para meus dados, em que procurava estabelecer os três modos temporais que formam a base de sua análise social do tempo: presente, passado e futuro. Para o autor, esses três modos temporais, apenas o presente existe: “a realidade existe no presente. O presente, certamente, implica um passado e um futuro e a ambos negamos a existência” (Mead, 2008: 1). Ou seja, embora passado e futuro estejam presentes na construção do tempo pelos indivíduos, essas duas dimensões são concebidas por Mead como representações, não como práticas sociais. É a partir de situações presentes que os indivíduos trazem à tona situações passadas e projetam cenários futuros. O tempo teria, de acordo com essa percepção, um caráter hipotético.

As ideias de Mead forneceram um ponto de partida para a análise do tempo biográfico dos jovens entrevistados. Assumindo que é a partir do presente que os jovens selecionam eventos do passado e elaboram (ou não) suas ideias de futuro, busquei conhecer os eventos que forneciam a base para a compreensão do momento de vida em que os jovens conversaram comigo. Busquei, igualmente, perceber até que ponto existia um senso de continuidade em suas trajetórias ou se elas eram apresentadas episodicamente, o que indicaria uma compreensão mais fragmentada e descontínua do tempo. Também procurei identificar quais são os eventos biográficos que organizam essa trajetória, nos permitindo encontrar frequentemente áreas de continuidade e outras de descontinuidade. Quanto à dimensão do futuro, não tencionei desvendar até que ponto as expectativas de futuro se concretizam e sim de que maneira essa dimensão fazia parte da percepção temporal dos jovens.

Essa primeira grade foi posteriormente complementada por uma análise temática, com atenção às dimensões sociais mais relevantes nas entrevistas aos jovens: trabalho, escola, família, igreja, lazer/consumo, violência/risco. As ideias a respeito do curso da vida também foram analisadas em todas as entrevistas e questionários. Mais do que traçar as trajetórias profissional, educativa e familiar de cada jovem, o que procurei foi atentar para as dimensões simbólicas do tempo, fazendo uso de algumas das dimensões mencionadas por Barbara Adam a respeito dos significados do tempo no Ocidente (Adam, 1995, pp. 20-24): a localização dos eventos no tempo (a time when); o timing ou a compreensão de que existem tempos “bons” e tempos “ruins” para determinadas ações; e o compasso⁹ e intensidade de cada tempo, o que me levou também a considerar a duração dos diversos eventos narrados.

Escrever o tempo resultou, portanto, de uma dupla seleção. A seleção feita pelos jovens que, ao falarem comigo, escolhiam os aspectos de suas vidas que queriam me

⁹ A autora utiliza a palavra “tempo” (no inglês original), mas optei por compasso para evitar mal-entendidos com a palavra “tempo” em português. Outra dimensão, que não considerei aqui, é a “temporalidade” que relaciona o tempo social com os ritmos naturais de ciclos e mudança. Em outros autores, “temporalidade” é utilizada como um conceito equivalente ao de tempo social. Esse é o sentido que recebe esse termo neste trabalho.

mostrar, norteados pelas preocupações do presente. E a minha escolha, que buscou, em cada narrativa juvenil, elementos que me permitissem aprofundar determinados aspectos da vivência temporal desse grupo. Vemos de que maneira isso foi possível a partir de um caso prático: a análise da entrevista realizada com a jovem Natália, de 19 anos de idade.

Seguindo a inspiração de Herbert Mead, o primeiro passo na análise e apresentação da história de Natália consistiu na identificação do momento presente, que podia ser condensado na seguinte frase: “A gente tem a chave da gente, é o cantinho da gente”. Com efeito, depois de cinco anos morando com seu marido na casa da mãe da jovem, o casal tinha conseguido se mudar para uma casa só para eles, construída no terreno da avó da jovem. Outra condição que fazia parte do momento presente de Natália era sua recente gravidez, motivo de muita esperança e de projeção para o futuro: “Ter um filho é meu sonho!”

O segundo momento na análise consistiu em identificar os principais eventos biográficos na narrativa da jovem. Para isso, observei os momentos que se individualizam em seu relato, sendo objeto de um maior investimento por parte da narradora. Dentre as várias passagens biográficas, dois eventos apareceram nas entrevistas como “momentos fortes” (Maus, 1974) ou turning points (Hareven, 1991), responsáveis por um “antes” e um “depois”, expressivamente demarcados: o casamento com o atual marido e o estabelecimento do domicílio próprio. Ficando apenas no primeiro desses eventos, é possível perceber duas formas aparentemente opostas de temporalização, uma que chama a atenção para a rapidez e outra que põe ênfase na lentidão e em sua atitude temporal correspondente: a espera.

Ao falar do casamento, Natália diz que foi “uma coisa rápida, não demorou muito”. A ideia de “rapidez” remete a dois aspectos. De um lado, Natália casou muito jovem, antes dos 16 anos, contrariando as expectativas sociais de prolongamento da juventude. Nesse sentido, “rápido” diz respeito ao timing das transições, mostrando que a jovem é sensível às representações hegemônicas a respeito dessa fase da vida, que põem ênfase no caráter preparatório da juventude, a partir do investimento educativo. Consequentemente, transições como a da própria Natália, através do casamento e/ou a maternidade, passam a ser vistas como inadequadas, marcadas pela precipitação e pela falta de controle do próprio destino¹⁰. Por outro lado, o casamento foi “rápido” porque precedido por um namoro muito curto, de apenas um mês, de acordo com os cálculos da jovem. Depois desse breve romance, Natália e Lúcio mantiveram relações sexuais, fato que redundou em seu casamento.

Apesar da “rapidez” com que tudo aconteceu, houve um intervalo entre a primeira relação sexual do casal e o anúncio do relacionamento aos pais de Natália. Cronologicamente, pode-se dizer que foi um breve período, de apenas uma semana. Entretanto, esse tempo foi subjetivamente vivido por Natália como uma espera interminável e tensa, dominada pela angústia de não saber qual o desfecho do passo que ela resolvera dar na vida. Chamo a atenção para um compasso temporal bem específico em toda essa passagem da narrativa da jovem:

¹⁰ Sobre esse assunto, ver Cabral e Heilborn (2005), Heilborn (2006) e Dalsgard, Franch e Scott (2008).

Mônica: Tu já tinhas namorado muito antes?

Natália: Já, eu era muito namorada, mas me entreguei só pra ele.

Mônica - E por que tu te entregaste para ele?

Natália: E eu sei! Sei lá, acho que me senti mais segura, porque tem namorado que a gente já conhece logo que não presta, que não vai assumir nada, e tem outros que a gente sabe que vai assumir... Pelo jeito, eu tinha certeza que ele ia assumir, por isso que eu fiz.

Mônica: Vocês falavam disso antes? Se um dia eu me entregar a você...

Natália: A gente conversava. Ele dizia que ia assumir, que não porque ele era novo não ia me assumir. Eu dizia "rapaz se não for..." Eu ficava com medo, com um pé na frente e outro atrás. E até mesmo depois que eu me perdi com ele, ele... foi no mês, a gente passou uma semana sem se ver. Depois que eu tinha me entregado para ele, passou uma semana sem se ver porque ele tinha ido pro quartel, passou uma semana sem me ver... Menina! Eu pensei que ele tinha me abandonado. Fiquei com medo, chorava dia e noite, porque tinha feito o que fez e tinha ido embora. Mas não. Aí ele ligou pra mim, não, eu fui na casa da mãe dele, aí a mãe dele disse que ele tinha ido pro quartel, que não deu pra ele se comunicar comigo antes. Aí eu "tá bem"... Aí eu peguei, não liguei. Aí passou um tempo e depois de uma semana ele voltou, veio do quartel, o carro do quartel parou aí de frente de casa, quando eu vejo, ele! Eu chega fiquei aliviada, chega eu tirei um peso da minha consciência. Aí ele conversou com meus pais, disse que não veio porque tava no quartel, que não tinha me abandonado, que ia ficar comigo.

A riqueza de detalhes do trecho acima é reveladora dos significados postos em jogo nesse momento da vida de Natália, definidores de um regime de temporalidade dominado pela espera. Tratava-se da primeira relação sexual da jovem. E apesar de todas as mudanças no terreno dos valores e comportamentos sexuais no Brasil nas últimas décadas, a primeira relação sexual ainda possui uma carga simbólica e social diferente para homens e mulheres, que pode ser mais ou menos evidenciada dependendo do contexto social. Para Natália, a "entrega" ao namorado não foi decorrência de um processo de experimentação, calcado na busca do prazer ou do autoconhecimento. Tratava-se, antes, de uma ação necessária no projeto de construção de um relacionamento estável com seu então namorado. Podemos então perceber o caráter angustiante da espera de Natália. Uma semana é um tempo muito longo quando está em jogo a definição de si e a construção de futuros. A narrativa, nesse ponto, ganha densidade. Natália descreve seus sentimentos e ações, fazendo-nos penetrar numa temporalidade específica, marcada pela lenta passagem dos dias, na espera de um acontecimento que defina sua situação. Trata-se de um período de liminaridade, uma terra pantanosa de indefinição social e subjetiva para Natália que, de repente, sente-se sem garantias para a passagem a sua condição desejada, de mulher casada. Nesse período, chegou a cogitar ir embora para o Rio de Janeiro, caso o namorado não voltasse para assumi-la. Mas, como num conto de fadas contemporâneo, finalmente ele voltou, se não montado num cavalo branco, ao menos numa versão moderna da cavalgada romântica: o carro do quartel. A metáfora não é casual. Permito-me acrescentar mais um trecho da entrevista para mostrar de que modo a narrativa da jovem se assemelha à estrutura do conto, com um final feliz:

Natália: Aí ele veio, parou o carro do quartel, veio até fardado e tudo, aí veio um colega dele que é Major e disse que tava no quartel, que não deu tempo [...] Fiquei com muito medo, pensei que ele tinha me abandonado, eu ficava pensando: “meu Deus, será que Lúcio foi embora e me abandonou?” Eu fiquei com medo, ele novo, com 17 anos...

Mônica: Como teria sido se ele não tivesse voltado?

Natália: Eu acho que eu tava lá pelo Rio, na casa da minha tia, ia pro Rio. Se ele não viesse assumir, eu ia pro Rio, terminava meus estudos lá e vivia por lá, tá entendendo. [...] Aí quando eu vi ele, chegou no sábado, justamente no sábado que é o dia que eu mais gosto, aí ele chegou, aí falou, todinho, com painho, aí a gente ficou junto.

Tempo de espera. Na experiência de Natália parecem ecoar, suavizadas, palavras escritas há muito tempo por Simone de Beauvoir (1980, 66), ao refletir sobre a adolescência feminina: “Já desligada de seu passado de criança, o presente só se lhe apresenta como uma transição; ela não descobre nele nenhum fim válido, tão somente ocupações. De uma maneira mais ou menos velada, sua juventude consome-se na espera. Ela aguarda o Homem”. E quando o Homem chega, toda a vida se transforma.

Fim de tempo

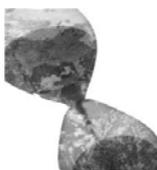
A pretensão deste ensaio foi de apresentar de forma didática as maneiras como a dimensão temporal emergiu numa pesquisa específica junto a jovens de bairros pobres da cidade do Recife, o tratamento analítico que foi dado à mesma e o modo como esses dados foram depois transpostos para o texto etnográfico. Os casos práticos escolhidos representam apenas uma pequena parcela das muitas ocasiões em que tempo se fez presente nas interações quotidianas com os jovens. Privilegiei aqui o tratamento dado às entrevistas em detrimento dos dados advindos da observação por um motivo bem simples: de forma semelhante ao relato escrito, a entrevista implica um trabalho ativo de temporalização entre as partes envolvidas, entrevistado e entrevistador, permitindo assim a elaboração de análises ricas em significado e densidade. Contudo, seria possível também discutirmos a partir das maneiras como o tempo aparece objetivado nos diversos ambientes de vida dos jovens, na arquitetura de suas casas e instituições, no traçado das ruas pelas que caminham, e até nos sons e cheiros que despertam seus sentidos.

Em todos esses e em muitos outros elementos, vemos homens e mulheres vivendo imersos em temporalidades concretas, e “fazendo o tempo” através de suas práticas comuns e extraordinárias. Desenvolver maneiras de apreender e escrever esses tempos parece-me, ainda, uma tarefa a ser abraçada por todos aqueles que querem apreender mais sobre o tempo e suas formas no mundo contemporâneo.

Referências

- Adam, Barbara (1995). *Timewatch. The social analysis of time*. Cambridge: Polity Press.
- Adam, Barbara (2004). *Time*. Cambridge: Polity Press.
- Cabral, Cristiane; Heilborn, Maria Luiza & Gravad, Grupo (2005). *União Juvenis: descrição de um perfil. Seminário As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil*. Belo Horizonte.

- Beauvoir, Simone de (1980). *O Segundo Sexo. 2. A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Franch, Mônica (2000). *Tardes ao léu: um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Gutierrez, Monica (2008). *Tempos, contratempos e passatempos. Um estudo sobre os sentidos e as práticas do tempo entre jovens de grupos populares*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Halbauchs, Maurice (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hansen, Karen Tranberg (ed.) (2008). *Youth and the city in the global south*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Hareven, Tamara (1991). Synchronizing individual time, family time, and historical time. In Bender, John; Wellbery, David E. Chronotypes. *The construction of time* (167-182). California: Stanford University Press.
- Heilborn, Maria Luiza (2006). Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In Heilborn, Maria Luiza et al. (org.) *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiro* (30-58). Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- Leccardi, Carmen (2005). It tempo comme strumento di analisi sociale. In Crespi, Francesco (a cura di). *Tempo vola. L'esperienza del tempo nella società contemporanea*, (23-29). Bologna: Il Mulino.
- Mauss, Marcel (1974). Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó. *Sociologia e Antropologia*, v.II. São Paulo: EPU.
- Mead, Herbert (1932). *The Philosophy of the Present*. Disponível em http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/philpres/Mead_1932_toc.html Acessado em 3 de abril de 2008.
- Muxel, Anne (1996). *Individu et mémoire familiale*. Paris: Nayhan.
- Tabboni, Simonetta (2006). *Les temps sociaux*. Paris: Armand Collin.
- Vieira, Nuno (2012). *O tempo nas aulas de matemática: os professores de matemática ensinam no tempo e não com o tempo*. Trabalho apresentado no Seminário Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo: Um debate para as Ciências Sociais e Humanidades. Braga, 9 e 10 de julho.
- Waiselfisz, Julio Jacobo (2011). *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

O tempo das crianças e as crianças deste tempo

ALBERTO NÍDIO

Universidade do Minho

albertonidio@hotmail.com

Resumo:

O tempo das crianças é, nas suas especificidades, um tempo diferente do dos adultos e, por isso, nem sempre compaginável com a agenda que, a um e outro, é socialmente possível ajustar de forma a que, na verdade, cada qual, seja respeitadora dessas diferentes realidades, quase sempre, quando o não são, em prejuízo dos mais pequenos. Muito (con)centrado na escola, a que instrui e a que guarda, o quotidiano das crianças ainda é envolvido por outras temporalidades ocupadas com atividades em que a lógica escolar do seu funcionamento está presente em grande escala. Entretanto, vai-se diluindo o tempo próprio que às crianças pertence para brincar informalmente com os seus pares, usando-o de forma discricionária e prazerosa para fazer com ele aquilo de que mais gostam, cumprindo, afinal, a verdadeira finalidade que ao tempo de lazer incumbe realizar.

Palavras-chave:

Tempo, criança, tempo escolar, tempo livre, lazer, brincar

Introdução

O presente artigo traz à colação a problemática do tempo das crianças na sua subalternidade face aos condicionalismos que lhe são impostos pelo tempo dos seus adultos. As crianças puderam viver, por muito e longo tempo, uma vida cheia de espaços temporais de que usufruíam livremente. De tudo podiam, entre elas e discricionariamente, fazer: quase todo o tempo era para brincar e aprender, na base de uma poderosa instituição educativa informal. Coisas que assumiam uma função seminal na sua formação integral.

Este tempo da “segunda modernidade” tem organizado a vida das pessoas num sentido que conflitua com a existência desse espaço-tempo vadio e ajeitado à medida das crianças: o lastro urbano alargou-se e adensou-se. A presença parental estreitou-se na disponibilidade para a função. O diploma sacralizou-se. O medo instalou-se e as tecnologias de agora ajudaram no resto. O tempo formalizou-se intramuros e assoberbou-se com a escola e outras coisas quase sempre com ela aparentadas.

No campo investigativo, ainda podemos olhar as duas realidades no decurso de um estudo mais alargado (Silva, 2011) em que estas questões de “tempo apressado” na sua caminhada unidirecional vai castrando um outro de pendor qualitativo e, nesse sentido, respeitador da multitude de funções que lhe estão confiadas. O tempo deste tempo é, para as crianças, sobretudo, um tempo cronológico que se vai estendendo sobre o tempo kairológico. As crianças de agora vivem esmagadas pela quantidade de horas que passam institucionalizadas, com o concomitante minguar ou perecimento de temporalidades outras que ontem coloraram os seus quotidianos.

2. O tempo das crianças

“Não sei o que é o tempo. Não sei qual a verdadeira medida que ele tem, se tem alguma. A do relógio sei que é falsa: divide o tempo espacialmente, por fora. Fernando Pessoa” (2006: 321).

A impessoalidade do tempo cronológico - que tudo e a todos mede por igual e que tanto desassossejou Pessoa com a impossibilidade manifesta de atentar à nossa diferença interior, que de fora parece inexistir - torna-se mais falsa quando se observa o relógio das crianças. Isto é, as experiências infantis, as experiências subjetivas e as situações de ensino e aprendizagem de seres em crescente formação bio-psico-sociológica. Com efeito, quando tocado pela impessoalidade, o tempo altera, paulatinamente, ritmos próprios do processo evolutivo do indivíduo, num queimar de etapas sucessivas e cumulativas com as quais fenecem especificidades que importa tratar¹.

O tempo mensurável e, a partir dele, a consciencialização do indivíduo sobre a existência de um tempo mais rigoroso, quantificado com precisão, é uma invenção moderna (Século XVII), tal como o é a da afirmação social da existência da “infância” (Ariès, 1988). O século XX marca a presença obsessiva de *Cronos* no controlo da vida das crianças, verdadeiramente escravas do relógio para o cumprimento rigoroso e controlado das tarefas que socialmente lhe iam ocupando com intensidade crescente cada dia das suas vidas. Com isso, muito do seu tempo ficava prisioneiro do tempo dos adultos.

Na vida das crianças, Cronos foi, pois, condicionando Kairós, mandando positivamente no tempo de atividade, do fazer, da ação, do envolvimento inteiro e intenso numa brincadeira que para elas passa sempre depressa (Macedo, 2008) quantas vezes por culpa exclusiva da pressa dos adultos que outros tempos lhe sobrepõem e em que não cabe espaço para quase mais nada, pois standardizam-lhes o quotidiano num absorvente e estereotipado cacharolete de afazeres formais que se repetem todos os dias da mesma maneira.

Como lembra Hoyuelos (s/d), o tempo da infância, no seu ritmo de aprender e produzir cultura, é único e irrepetível noutros tempos do tempo que a vida depois vier a

¹“É necessário respeitar o tempo de maturação, de desenvolvimento das ferramentas do fazer e do entender, da emergência plena, lenta, extravagante, lúcida e em constante mudança das capacidades das crianças; essa é uma medida do bom senso cultural e biológico. Se a natureza que comanda todos os animais afirma que a infância deve durar mais nos seres humanos [...] isso ocorre porque a natureza sabe quantos rios existem para serem cruzados e quantas trilhas precisam repisar. A natureza dá tempo para a correção dos erros (tanto pelas crianças, quanto pelos adultos), para a superação de preconceitos, e para que as crianças tomem fôlego e restaurem a sua auto imagem, a dos seus companheiros, dos seus pais, dos professores e do mundo” (Malaguzzi, 1999: 76).

durar. Viver o tempo da infância é deixar, também e sobretudo, que as crianças tenham tempo para se surpreender com as coisas da vida, vivê-las à sua maneira, reiterá-las as vezes que for preciso. As crianças precisam que os adultos esperem por elas, sem pressas, antecipações ou estimulações precoces, desnecessárias e violentas, esperá-las, diz Hoyuelos (idem), na dilatação do tempo e, paradoxalmente, sem tempo, ali no lugar onde se encontram na sua forma de aprender, aguardando que elas cheguem aonde e quando têm de chegar pelo seu caminho.

Querer que a criança se desprenda do presente, tempo do seu tempo que ela quer viver por inteiro, porque o futuro pouco lhe diz e importa (Losa, 1954: 30), é contribuir para acelerar um relógio que tem de bater um tempo certo; é obstar a que deixem de fluir todas as cadências que devem marcar o ritmo de um tempo irrepetível e, que, concomitantemente, necessita de ser vivido nessa conformidade.

3. Os tempos do tempo das crianças

Pelo tempo das crianças, com a especificidade das práticas sociais, individuais ou coletivas, e as demais atividades que resultam da interação social, através do qual se consubstancia a “trama da vida social” (Samuel, 1992: 10), também corre um “tempo social” com características peculiares, repartido pela prática de atividades diversificadas, tal qual como acontece com o tempo social que pauta a vida quotidiana de outros grupos sociais – adultos, cidadãos ou rurais, trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, ativos ou desempregados (Pinto, 2000: 54).

A presença arrebatadora que a instituição escolar e pré-escolar hoje marca no quotidiano das crianças desde bem cedo (a partir dos três anos para muitas delas), faz do tempo que lá passam um tempo pivô, em torno do qual todos os demais giram e se estruturam, na cada vez mais minguada margem para o uso de outros tempos sociais saídos do tempo que, depois, daquele vai ficando.

Particularmente visado e valorizado na sua função social, o tempo liberto e com o qual ficam as crianças depois de cumpridas as suas obrigações escolares é frequentemente usado tão intensamente na frequência de outras instituições com formato funcional muito próximo do das escolas que, junto com o tempo de que a criança carece para cumprir necessidades próprias ou de apoio à família, torna cada dia que passa mais diminuída a existência de um tempo para si, para seu uso exclusivo e autónomo, com a acrescida dificuldade que uma cultura marcadamente adultocêntrica presente na vida quotidiana das crianças coloca ao alargamento da sua margem de autonomia no desenho e condução de práticas sociais que diretamente lhe digam respeito (Belloni, 1994: 256).

O tempo livre, símbolo da era pós-moderna (Sue, 1991: 76), assume-se, no contexto da infância, cada vez mais como um tempo capturado pelos adultos de uma forma esmagadora e, por isso, atentatória de direitos que a lei consagrou (cf. art.º 31.º da Convenção sobre os Direitos das Crianças²), mas que, todavia, a sociedade tarda em assumir

² 1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística;
2. Os Estados Partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e

como verdadeiramente constituintes de uma condição social que carece de padrões de regência funcional horizontais (autogestionários), fundamentais para o desenvolvimento de competências que têm o seu campo de aprendizagem restringido à interação grupal, para além, nunca é demais realçá-lo, do valor intrínseco que subjaz à iniciativa de criação discricionária dos seus próprios tempos de livre expressão por parte das crianças.

A trama da vida social das crianças fragiliza-se sempre que na malha que a enforma se desata um dos nós onde se cruzam as suas vivências culturais autónomas, ameaçando a solidez da tessitura na sua globalidade. A todas, de *per si* e cumulativamente, cabe uma função determinante para o processo desenvolvimental de cada criança, pelo que todo o tempo que lhe dá, objetivamente, existência tem o seu lugar (a)próprio(ado) e insubstituível.

3.1. O tempo escolar

O tempo escolar emerge hoje como o mais presente dos espaços temporais que corporizam o dia-a-dia das crianças. Pela importância que a escola tem, hoje, porventura, mais do que nunca, no contexto social, o desempenho das tarefas que lhe estão confiadas constitui, como diz Sarmiento (2000: 126), o essencial do ofício de criança, aqui assumido como ofício de aluno e, por isso, tão velho quanto o é a já secular escola pública.

Historicamente, o tempo escolar desenvolveu-se em torno de três eixos estruturantes a partir dos quais se fez sentir a presença do Estado enquanto regulador e detentor de uma racionalização por via administrativa e pedagógica contributiva da secularização da escola elementar e da consequente configuração do sistema estatal de ensino: o calendário escolar, as férias escolares e a jornada escolar (Pintassilgo e Costa, 2007: 106-7).

O tempo global da escola institucionalizou-se com a organização e implementação de um calendário escolar delimitador dos seus tempos de funcionamento em cada ano (começo e fim do ano escolar, os dias letivos e de férias, os exames e as matrículas), instrumento de planeamento que conheceu, quiçá, o seu momento mais fraturante através da consagração legal em 1919³ do princípio higienista de dedicar em cada período de três meses quinze dias para pausa escolar, coincidente ou não com as festividades religiosas, articulando, desta forma, o trabalho escolar com o descanso. Começa, desta forma, uma primeira grande organização dos tempos da criança e que, com todas as suas exigências, irá determinar o arranjo dos demais tempos sociais (Mollo-Bouvier, 2005: 401); desde logo, nos primórdios, pela consagração de um tempo social desligado dos ritmos de trabalho impostos pelos modos de produção e pelos sistemas de vida quotidiana e familiar, que se uniformiza à medida que decorria a construção do Estado Moderno e que, concomitantemente, a sociedade se transformava por ação do industrialismo. Em Portugal e como referem Pintassilgo e Costa (2007: 107-112), esse percurso é caracterizado pela irregularidade do tempo de férias do Natal e, sobretudo, da Páscoa, bem como das férias de Verão, as chamadas férias grandes.

Na verdade, o estabelecimento das férias é objeto de contestação, sobretudo dos pais preocupados com as consequências advindas dos períodos de desocupação dos filhos dos

artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de atividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade.

³Artigo 13.º, do Decreto n.º 5787-A, de 10 de Maio.

trabalhos e da frequência escolar e das traquinices que aí encontravam espaço para medrar, bem como dos diretores dos colégios que ignoravam a lei e mantinham ininterruptamente o trabalho nas escolas particulares. Por essa altura, já a ciência consignara às pausas escolares para descanso um lugar incontornável no calendário escolar⁴.

Finalmente, a jornada escolar, que em 1850 estava regulamentada em seis horas de duração (dupla sessão diária de três horas herdada da tradição Jesuítica), alterável pelos comissários de estudos por conveniência da ocupação laboral dos meninos nos trabalhos agrícolas (idem: 117), conhece uma flexibilização em 1878 (entre 4 e 6 horas por dia), cujo estabelecimento era da competência das câmaras municipais, por forma a que o horário se compatibilizasse com o trabalho dos alunos, e a consagração em 1896 de intervalos de descanso sem tempo definido, coisa que veio a acontecer na reforma de 1901⁵ com a fixação de 5 horas letivas diárias de escola intervaladas de 10 minutos entre elas, que passava para um período de 30 minutos a meio de cada sessão e que corresponde verdadeiramente, à emergência de tempos destinados ao recreio escolar, que, com uma, breve exceção⁶, haveria de imperar por décadas, com realinhamentos que, contudo, não adulteraram o espírito higienista que presidiu à sua imposição no contexto escolar. Em 1922 a escola é alargada para seis horas dia, voltando para cinco horas diárias com o advento do Estado Novo, tempo de um longo tempo em que os horários escolares não mais voltaram a ser objeto de discussão pública e publicada.

Até aos dias que antecederam a emergência da escola a 'tempo inteiro'⁷, o tempo escolar das crianças do primeiro ciclo do ensino básico fixou-se em vinte e cinco horas semanais⁸, repartido por cinco horas diárias de segunda a sexta-feira, cumpridas de manhã e de tarde ou, como foi o mais comum, apenas em cada um destes turnos do dia quando as instalações escolares não permitissem a primeira opção, que, apesar de ser a que estava estabelecida como regra⁹, foi muito pouco praticada por inexistirem infraestruturas ao nível de instalações que permitissem assegurar uma desejável repartição do tempo escolar pela manhã e pela tarde de cada dia. Por esta altura, em cada ano letivo cumpriam-se, em média, cento e oitenta dias de aulas entre setembro e junho, o que equivale por dizer que em mais de metade dos dias do ano não havia qualquer tempo escolar e nos que havia apenas cerca de um quinto do tempo era passado na escola em atividades letivas.

O advento da 'escola a tempo inteiro', se manteve no essencial a duração das atividades letivas, trouxe, no entanto, consigo um aumento nas atividades escolares e de apoio à família, que, nos casos mais extremos, chega a manter as crianças em institucionalização contínua das 8h às 18h de cada dia útil da semana e a escola a funcionar praticamente de sol a sol.

⁴ Cf. Revista Pedagógica (1904). As férias. n.º 42: 625 e n.º 45, pp. 705-706.

⁵ Reforma de 24 de Dezembro de 1901, conhecida também pela reforma de Hintze Ribeiro.

⁶ "Em 1923 (Decreto n.º 9223, de 6 de Novembro) foram introduzidas no dia escolar 2 horas de recreio educativo, sob direção do docente, consideradas tempo letivo (dificilmente aplicável às escolas de um só professor). Esta vertente cultural, recreativa e de educação física da escola integrava perspectivas científicas (higienistas e escolanovistas) que atendiam ao esforço, à fadiga e ao bem-estar da criança, assim como ao ambiente de trabalho e à sua racionalidade na perspectiva do rendimento escolar" (Pintassilgo e Costa, 2007: 102-1).

⁷ Regulamentada pelo despacho n.º 12591/2006, de 16 de Junho.

⁸ Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto.

⁹ Despacho n.º 373/2002, de 27 de Março.

Esta realidade emergente na escola portuguesa agravou os sinais que se acentuavam em torno das exigências crescentes que sobre a escola se iam abatendo desde há três décadas a esta parte (Pronovost, 1998: 124), com a sua conseqüente sobreposição sobre outros domínios temporais que as crianças cumpriam noutras atividades também de inegável importância para o seu processo formativo.

O tempo escolar foi presença desde a primeira hora na construção do tempo social das crianças e toda a estrutura organizacional a ele imanente se constituiu como um valoroso laboratório de aprendizagem dos valores associados à contextura e planificação do tempo, de transcendente significado para que o indivíduo apreenda os mecanismos do seu funcionamento, de importância seminal para a elaboração futura do seu horário pessoal de vida, a partir donde se organizam os diversos quadros temporais com que o quotidiano o virá a confrontar nas suas diferentes configurações (idem: 48).

Uma escola outra dentro da própria escola, o tempo escolar constitui-se como algo de muito organizado, com sede própria, devidamente dimensionado e estruturado, através do qual os alunos vão percorrendo um longo trajeto educacional que desde muito cedo são chamados a cumprir. Nesta conformidade, o tempo escolar pode ser colocado na senda do tempo de trabalho, como um tempo enformador de um complicado processo de preparação para a vida social, e, como tal, constituir um ponto fulcral da atividade infanto-juvenil, a partir de onde se organizam todas as outras temporalidades do quotidiano das crianças e dos jovens, que àquele se encontram indelevelmente ligadas, dado o papel de 'tempo dominante' (Sue, 1994: 125) com que socialmente se apresenta no dia-a-dia de todas as crianças em idade escolar. Dum tempo tão dominador que ameaça, como nunca aconteceu, os outros tempos do tempo que a criança vive em cada dia. Tempos que, por oposição ao tempo escolar, se apresentam disseminados num tempo não escolar, definível, conseqüentemente, como todo um tempo liberto pela escola, multifacetado, por onde a criança se estende e divide em múltiplas tarefas, que se configuram, umas dentro de parâmetros que têm, explícita ou implicitamente, as marcas de comprometimento com outrem, e outras revestindo a áurea de um tempo descomprometido ou, melhor dizendo, comprometido tão-só com a própria criança que dele usufrui. De permeio, alguns espaços de semilazer poderão aparecer, sobretudo quando sobre o tempo de lazer paira a sombra da presença determinista do adulto, ou quando, malgrado a presença condicionante do adulto, tarefas há que, por negociação prévia com as crianças, se podem constituir como atividades enquadráveis nesse tempo. Será de um tempo livre da escola que falaremos sempre, certamente, mas não completamente livre no sentido literal da expressão, porque muito pouco dele se apresenta na vida de cada criança para seu livre usufruto.

3.2. O lazer e a falácia do tempo livre

Diversos autores, como Olivier (1976), Chombard de Lawe et al. (1980), Pronovost (1989), Pereira (1993), Belloni (1994), Pereira e Neto (1994, 1997 e 1999) e Neto (1996), entre muitos outros, enfatizam o papel do tempo livre e do lazer na infância, enquanto espaço onde e por onde é possível encontrar e desenvolver novas e diferentes aprendizagens e recreações do agrado e inerentes à própria condição dos pequenos atores sociais, que como tal se tornam libertadoras das tensões do dia-a-dia, constituindo, por isso,

fatores de equilíbrio num quotidiano das crianças fortemente pulverizado pela presença da escola e podendo reunir ainda padrões de aprendizagens consideráveis como são, por exemplo, as que permitem utilizar de uma forma racional, criativa e autónoma o tempo e tomar decisões unilaterais sobre o tipo de ocupação que lhe queiram conferir.

Todavia, e como já vimos anteriormente, falamos conceptualmente de coisas diferentes quando nos queremos situar por dentro de um tempo livre só porque o é da escola e de outras tarefas determinadas pelos adultos, ou quando nele vemos uma propriedade da criança onde nenhum feitor entra para organizar ou condicionar o seu amanhã.

Uma boa parte das atividades sociais que a criança desempenha essencialmente no seio da família e de mais umas quantas que fora dela é induzida pelos pais a praticar¹⁰, muitas delas determinadas por uma crescente “obsessão pelo êxito escolar” (Mollo-Bouvier, 2005: 401), e que lhe absorvem um naco importante do seu tempo não escolar, tem tudo de ocupação de tempo libertado da vida escolar, mas não passa de um tempo falaciosamente livre, tal o grau de comprometimento e envolvimento com novas ações formais, quantas delas seguindo a mesma lógica da escola. Mesmo as instituições que, pretensamente, não perseguem atividades com tais características – centros de lazer – desenvolvem a sua ação numa ambivalência entre divertimento e educação (Roucous, 1986; Mollo-Bouvier, 2000).

Neste constante acrescentar de mais uma atividade para ocupar um cantinho de tempo que, ainda, parece livre de compromisso, perecem, quiçá involuntariamente, muitas das possibilidades de se propiciar às crianças a utilização de períodos de tempo livre de qualquer constrangimento a elas exterior, para seu uso arbitrário e discricionário, sem qualquer papel interventivo condicionante do adulto, condições *sine quibus non* o tempo de lazer se esboroa e, conseqüentemente, solta da alçada a que por condição tem que estar exclusivamente ligado como espaço temporal de liberdade e expressão pessoal próprio de cada criança sem qualquer constrangimento, destinado à sua própria autoadministração e autogestão (Roucous, 2006: 236)¹¹.

Porém, nem sempre esta problemática é tratada com a devida consideração. Como não gostamos de perder tempo, diz Olivier (1976: 10), temos dificuldades em perceber que os nossos filhos precisam de muita mais liberdade. De uma liberdade que lhes permita dar “expressão às suas imensas aptidões físicas e artísticas” (Pronovost, 1998: 124), numa proveitosa pausa do seu tempo escolar, que, assim, funcionará, também, como retemperadora das tensões e desgastes acumulados no dia-a-dia da escola.

¹⁰ Segundo Pinto (2000: 56), as atividades ditas de tempos livres (música, línguas, dança, natação, desporto...) são resultado de uma estratégia parental de investimento no futuro dos filhos ou de acerto e compatibilização de horários e não de uma livre escolha dos filhos.

¹¹ “La définition même de loisir comme espace de liberté et d’expression personnelle propre à chacun renvoie à l’absence de contrainte, à l’autoadministration et à l’autogestion de son activité par l’acteur. Sont considérés comme loisirs les activités que les sujets choisissent de pratiquer de leur pleine gré pendant les temps non contraints, et pendant lesquelles ils restent toujours nâtres non pas forcément du déroulement mais de leur participation” (Roucous, 2006: 236).

A definição de lazer como espaço de liberdade e de expressão pessoal de cada um remete para a ausência de constrangimento, à autoadministração e autogestão da sua atividade como ator. São consideradas como lazeres as atividades que os sujeitos escolhem praticar de sua livre vontade durante os tempos não constrangidos, no decurso dos quais tudo acontece sem forçar a sua participação (Tradução nossa).

Na verdade, todos temos consciência de que é “limitada a margem de autonomia que é proporcionada às crianças para tomarem as suas próprias decisões” (Belloni, 1994: 256). No que à problemática dos tempos livres e da escolha da esmagadora maioria das atividades que os corporizam concerne assim acontece, o que, de todo, frustra qualquer possibilidade de se construírem verdadeiros e necessários espaços de lazer, porque inexistente o respeito pela vontade das crianças na sua determinação. “A escolha reside muitas vezes mais na família, ou seja, nos pais, do que na criança, revestindo-se, indubitavelmente, para esta, de um carácter obrigatório” (idem).

Como anteriormente já conceptualizamos para a generalidade dos indivíduos adultos que exercem uma profissão, também aqui não nos parece desajustado falar de um tempo livre absoluto na infância, que está depois dos tempos do tempo da escola¹², que engloba atividades de cariz pessoal (satisfação de necessidades fisiológicas) e de índole social, especialmente familiar (fazer pequenos recados, olhar por irmãos, ajudar nas lides domésticas...), e que deve conter, também, um tempo de lazer, a gosto da criança, só para ela, o que, naturalmente, obriga a reformular conceitos tutelares absolutos, que, ainda, pairam sobre a infância, e a quebrar velhos tabus que encarceraram as crianças durante demasiado tempo em prisões que os adultos pensaram para elas como espaços de liberdade.

Por vezes, as crianças frequentam espaços híbridos na sua configuração organizacional, onde coexistem atividades propostas e seguidas por adultos com outras saídas de prévias combinações grupais e, concomitantemente, escolhidas pelas próprias crianças e por elas geridas com autonomia plena (as atividades de expressão físico-motora ligadas ao jogo espontâneo inseridas no contexto curricular com estas características, recreios vigiados por adultos interventivos, brincadeiras orientadas por adultos ou as atividades de campo do universo escutista são bons exemplos disso). Nesta vertente e na pista do que postulou Dumazedier (1980: 109-11), estaremos na presença de um semilazer ou, porventura, de um tempo livre ocupado mesclado com espaços temporais potencialmente geradores de momentos de lazer para as crianças intrometido entre os outros dois tempos extremos do seu tempo, o “tempo escolar” e o “tempo livre absoluto” (figura 1).

Parece-nos que, neste domínio, há, ainda, um longo caminho por e para percorrer. Permanece atual a necessidade que há quatro décadas atrás vislumbrava Dumazedier (1994: 75-76) quando defendia a urgência de uma confrontação séria dos conteúdos do trabalho escolar imposto pela sociedade com os conteúdos do lazer escolhidos pelos alunos para se divertirem, num salutar exercício de autonomização e aprendizagem voluntária através da livre escolha de atividades, prazerosas ou não, mas com significado pessoal¹³.

¹² Tempos letivos e tempos das atividades de enriquecimento curricular.

¹³ O lazer, como assinala Dumazedier (1980), pode ser tempo de descanso, de divertimento e de desenvolvimento sem perder as características que o diferenciam dos demais tempos sociais. É na sua transversalidade (Bramante, 2006: 16) que reside a marca nodal que confere ao lazer um papel incontornável na vida das pessoas.

Os pressupostos que se impõe cumprir para criar às crianças oportunidade para a emergência de contextos de lazer – reconhecer-lhes uma utilização hedonista do tempo e da ação (Roucous, 2006: 237) – talvez expliquem o formato nesta dimensão empobrecido com que a sociedade tem construído o tempo social das crianças, com uma preocupante tendência ascendente e temporalmente ainda mais presente sobre o seu domínio, paradigmático da persistência de um velho poder tutelar de que ninguém parece querer abdicar, quiçá pelo que de fraturante tal representaria para com os padrões de correlação de forças entre adultos e crianças¹⁴.

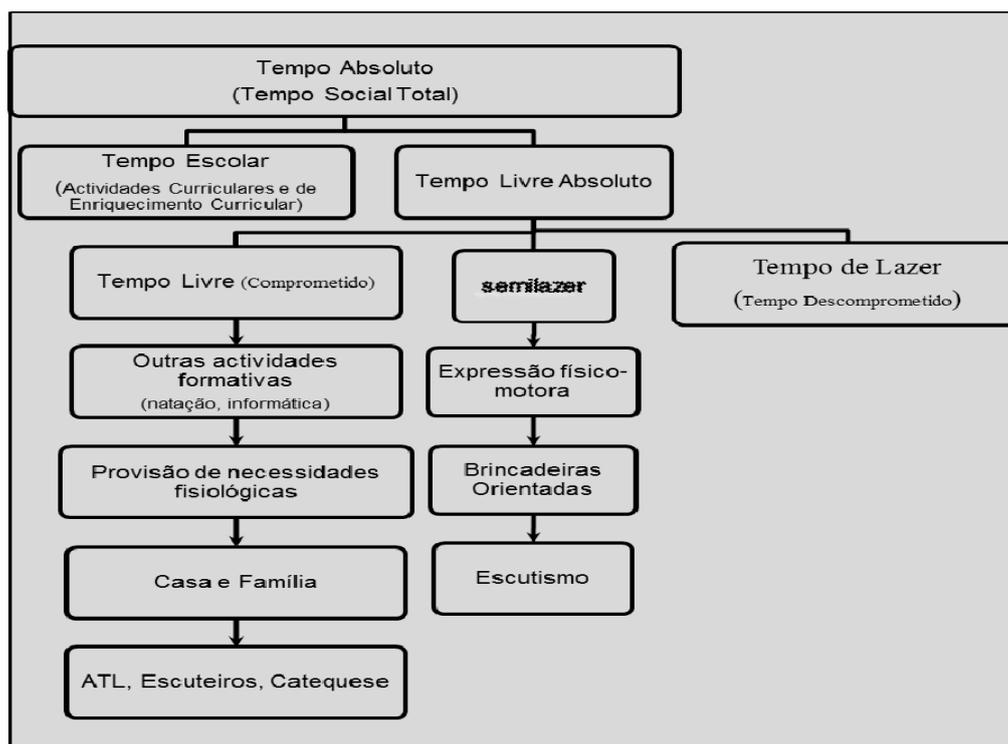


Figura 1. Os tempos do tempo das crianças

4. Uma nova (velha) ética de lazer

“Ninguém sabe andar na rua como as crianças. Para elas é sempre uma novidade, é uma constante festa transpor umbrais. Sair à rua é para elas muito mais do que sair à rua. Vão com o vento. Não vão a nenhum sítio determinado, não se defendem dos olhares das outras pessoas e nem sequer, em dias escuros, a tempestade se reduz, como para a gente crescida, a um obstáculo que se opõe ao guarda-chuva. Abrem-se à aragem. Não projetam sobre as pedras, sobre as árvores, sobre as outras pessoas que passam, cuidados que não têm. Vão com a mãe à loja, mas apesar disso vão muito mais longe. E nem sequer sabem que são a alegria de quem as vê passar e desaparecer.

Ruy Belo, “A rua é das crianças”, in Homem de Palavra (s) (1970).

¹⁴ “L’existence même de loisir pour l’enfant est problématique puisqu’elle suppose que soit laissé un espace d’autonomie et de liberté dans lequel les adultes acceptent de ne plus projeter de dimension éducative, et reconnaissent à l’enfant une simple utilisation hédoniste du temps et de l’action” (Roucous, 2006: 237). Para a criança, a existência do lazer é problemática uma vez que supõe que seja deixado um espaço de autonomia e de liberdade em que os adultos aceitam não projetar aí qualquer dimensão educativa, reconhecendo à criança uma pura utilização hedonista do tempo e da ação. Tradução nossa.

São, pois, indubitavelmente, diferentes os caminhos que urge trilhar para encontrar outro(s) sentido(s) para uma vida das crianças hoje estandardizada num quotidiano-banal-insignificante-rotineiro e opor-lhe um outro lado histórico-original-significativo-excepcional, tidos apenas e enquanto tempos onde se polariza o trivial e o extraordinário da vida quotidiana (Pais, 1986: 10), aqui assumidos como pressuposto para a recusa de um lazer rotinizado (planificado, regularizado e massificado) e, concomitantemente, também ele banalizado, e a sua substituição por momentos que derrubem o medo das exigências das sociedades contemporâneas que a todos atafulha nesse mar de tempos pletóricos na sôfrega procura da melhor das preparações para a vida adulta.

Tal significa, antes do mais, desorganizar novamente um pouco do organograma do tempo das crianças no formato em que por agora as comanda (fig. 1), para aí abrigar de novo o ocasional e o espontâneo que traga para a liça do dia-a-dia ancestrais práticas onde o jogo ao ar livre, as brincadeiras inventadas e a aventura fantástica e fascinante estejam de volta e com elas a aprendizagem de competências que a todas torne mais capazes de se defender e adaptar a novas circunstâncias da vida (Neto, 2000: 11-12).

É abrir espaço para vadiar¹⁵, de um tempo para nada fazer de concreto aos olhos dos adultos, feito, no dizer de Glasman (2007), de momentos particulares para sonhar, importunar e se aborrecer ou jogar jogos inventados, aparentemente desorganizados e desprovidos de regras, ou, ainda, fazer coisas que não são organizadas, previstas e reguladas pelos adultos, dito doutra maneira, para jogar ou ocupar-se livremente, num regresso triunfal “à vida selvagem” (Nabhan, 1994) capaz de as libertar das amarras do regime de prisão institucional a que hoje estão socialmente condenadas. Pais (1992: 102) vislumbra neste viver da vida como aventura uma nova “ética de lazer”, encarado e usufruído como um tempo de descobertas, de sensações novas, inabituais, do emergir de um certo exotismo que atravessaria o rotineiro do quotidiano e se assumiria como um verdadeiro “enclave na quotidianidade prosaica” que pauta a vida das crianças deste tempo. Aqui, não cabe, certamente, o lazer de pacote que por aí anda vendido às carradas.

No caso que nos ocupa, em boa verdade, nem de uma nova ética de lazer estamos a falar quando na devolução das crianças aos velhos lugares da infância firmamos o sentido operatório de um estilo de vida outro para elas que rompa com o paradigma institucional em que estão mergulhadas.

Afinal, a existência de um tempo consagrado a “não estar a jogar ou brincar a grande coisa, a tagarelar, a cavaquear, a rir em conjunto de tudo e de nada” (Glasman, 2007), constitui, por amostragem, prática tão velha como a própria infância, bem presente na memória das gerações mais idosas, quando não até mesmo em muitos dos que hoje se encontram no dealbar da adultez e que ainda puderam viver os tempos gloriosos em que as crianças eram a alegria de quem as via passar e desaparecer perdidas no seu mundo.

Na saga de encontrar um tempo social para as crianças despido de tempos ditos e tidos (pelos adultos) como mortos, perdeu-se o sentido dos valores que para elas têm os seus tempos mortos de adultos. Numa infância sem tempos mortos, intentá-lo pela sobrecarga desmesurada de tarefas de toda a espécie não é panaceia para acudir a essa

¹⁵ Vadiar: andar à toa; passear de um lado para o outro; vaguear; viver em ociosidade; entreter-se com jogos, brincadeiras, passatempos; brincar; divertir-se (Cf. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo VI, pág. 3654).

verdadeira paranoia socialmente instalada que, mais tarde ou mais cedo, terá de encontrar novos rumos para o tempo do tempo de que as crianças se têm novamente de apropriar para dele fazerem a governança que entenderem. Soltar as crianças, por um tempo que seja apenas, é libertar a sua própria natureza e contribuir, como lembra Benjamim, “para que os seus anos de nómada sejam horas na floresta do sonho” (1992: 72).

Tarefa exigente esta que ainda terá de se confrontar e configurar com a inconsistência dos espaços que lhe darão guarida e que, para tanto, terão de ser moldados de novo, para recuperarem das disformidades que com o tempo também foram sofrendo e constituírem outra vez cenário e palco repletos de atores prontos para, em plena liberdade, representarem papéis que só eles conhecem e sabem inventar.

5. Um olhar sobre a realidade

5.1 Paradoxos de um tempo comum

A catequese, enquanto espaço de ensino da Igreja Católica, instituição com um peso considerável na sociedade portuguesa, em geral, e no meio bracarense em que se insere o nosso campo de estudo, em particular, feito em regime escolar próprio, e, a par e ao jeito dela, normalmente pelos mesmos lugares em horários e calendários muito ligados entre si, o escutismo, atravessam-se na vida de muitas crianças, constituindo-se, por isso mesmo, lugares-comuns nas falas sobre as brincadeiras que povoavam os interstícios que na chegada ou na partida se arranjavam a propósito, num registo que se foi esvaindo com o andar do tempo, perdendo, concomitantemente, um lugar de destaque que na agenda lúdica das crianças teve ao longo das gerações passadas, pese subsistirem ainda resquícios desse tempo, realidade que num outro contexto investigativo (Silva, 2011) pudemos perceber ao olhar os trajetos intergeracionais da brincadeira e, nesse sentido, entre outros, os tempos que a isso ficavam adstritos. As realidades das crianças que neste domínio se nos contaram, vividas num tempo comum, mas, simultaneamente, em espaços diferentes, continham, todavia, em si um paradoxo que emergia duma praxis lúdica (Barbudo e Dossãos) contrastante com uma outra dela ausente (Vila Verde) em contextos ambientais e sociais que pouco mais de mil metros distavam ente si nos meios mais próximos (Barbudo e Vila Verde) e meia dúzia de quilómetros para o que deles mais longe ficava (Dossãos).

Na observação indireta que, com a exceção de um dia chuvoso e dos que as férias da Páscoa englobaram, levamos a cabo nos sábados de uma recente primavera junto das paróquias de Vila Verde, Barbudo e Dossãos, do concelho de Vila Verde, procuramos encontrar resposta para a desconformidade que os grupos de catequese apresentavam no domínio das atividades lúdicas que mediavam os tempos que lhes antecediam e sucediam, ação que estendemos às atividades escutistas em Vila Verde e Barbudo (Dossãos não tem núcleo de escuteiros formado na freguesia por insuficiência de crianças para o fazer) logo que percebemos – e tal aconteceu na primeira das observações realizadas – que para muitas das crianças eram, passado um curto intervalo, extensão do tempo da “doutrina” e feitas no mesmo espaço paroquial.

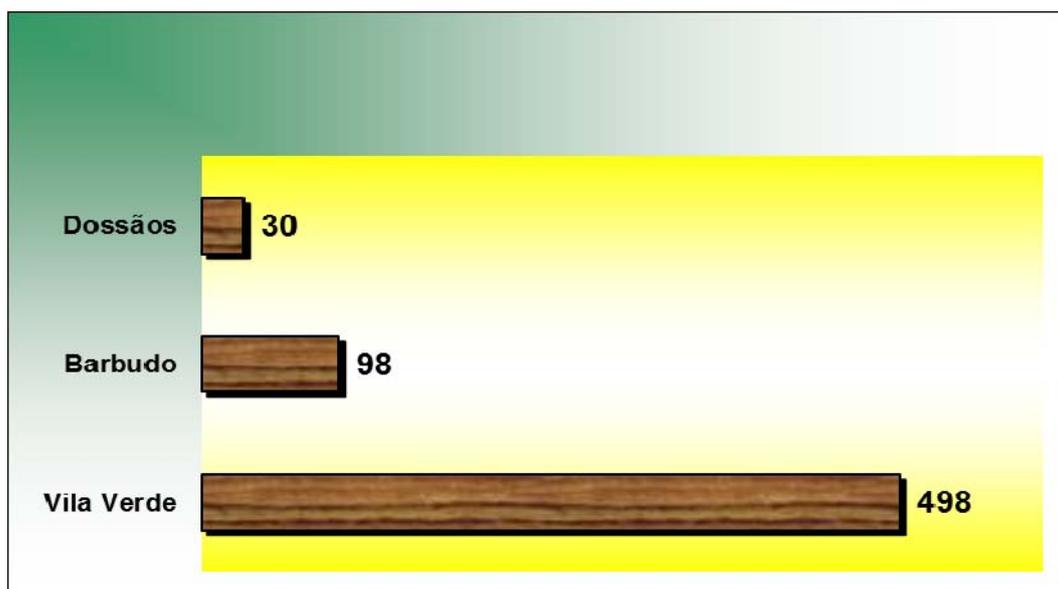


Gráfico 1 - Crianças que frequentavam a catequese

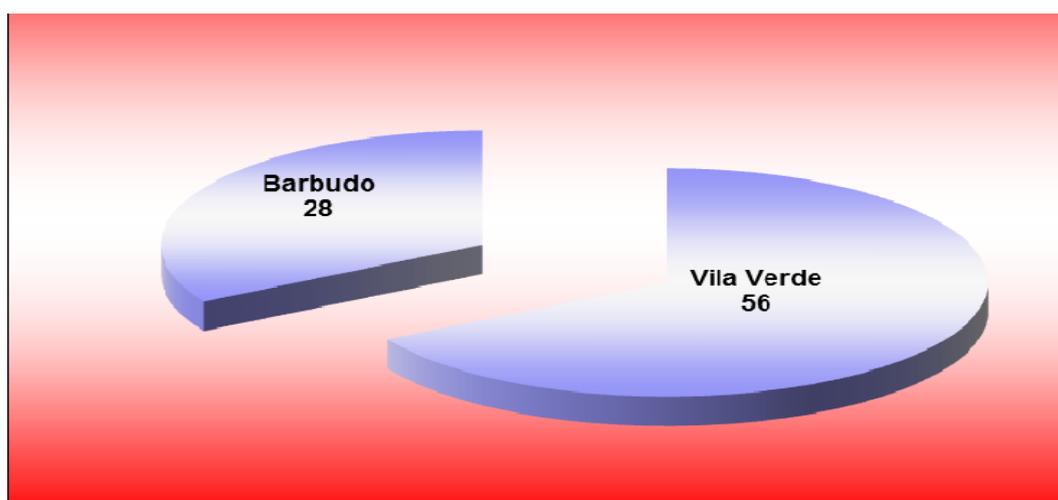


Gráfico 2 - Público-alvo dos escuteiros observado

No conjunto das dezanove sessões de observação levadas a cabo às crianças que em Vila Verde e Barbudo frequentavam a catequese e os escuteiros e em Dossãos apenas a catequese (Gráficos 1 e 2), pudemos, de facto, tomar nota de duas realidades muito distintas contidas nos diferenciados contornos com que se configuravam as interações lúdicas dos catequizandos e escuteiros nos momentos que precediam, intervalavam e procediam, as atividades formais que pelos espaços paroquiais onde decorriam (não) iam tomando lugar.

No meio rural de Dossãos e no semirrural de Barbudo, aqui muito ruralizado também, já que o seu lado mais urbanizado fica bem distante deste e dentro da área urbana da vila de Vila Verde, onde a maioria das crianças desse lado da freguesia cumpre a sua vida institucional, pudemos observar quadros consecutivos de repetidas cenas brincantes.

As crianças que em Barbudo vão à catequese, e poucas são as que não a frequentam, fazem-no em grupos que se veem chegar à Igreja pelos quatro caminhos que para lá

confluem, sem adultos por perto e aí se dividem em animadas brincadeiras repartidas pelo adro e zona exterior a este envolvente – preso-livre, caçadinha, corridas à volta da igreja, escalada (alguns rapazes servem-se do muro que ladeia o adro e que a norte-nascente lhe fica com um desnível de cerca de dois metros acima por onde corre o arruamento que orla o templo, para daí se lançarem para o topo de um candeeiro de iluminação pública implantado no adro e por ele deslizarem até retomarem novamente o recinto, cena que se repete vezes sem conta, com alguns mais pequenos, trémulos, mas, temerários, a procurar fazer o que outros maiores faziam já com grande destreza¹⁶), são algumas das brincadeiras que registamos.

Cumprida a sessão de catequese, as cenas brincantes repetem-se pelos mesmos locais com as mesmas crianças, algumas das quais cumprem um intervalo para iniciar atividades no agrupamento de escuteiros da freguesia em apreço, em instalações cedidas, para o efeito, pela Comissão Fabriqueira Paroquial e onde também está instalada a residência do pároco (Fig. 2).



Fig. 2 - Crianças de Barbudo, saídas da catequese, a brincar no intervalo de transição para as atividades escutistas.

O cenário repete-se por todas as vezes que por Barbudo fomos observar as sessões de catequese e de escutismo¹⁷, sempre num reboiço lúdico vivíssimo, com as crianças despreocupadamente embrenhadas nas mais diversas brincadeiras com a condescendência

¹⁶ Notas de campo de 2008.03.15.

¹⁷ Notas de campo de 2008.04.24, 2008.05.03, 2008.05.10 e 2008.05.17, marcando as três últimas o ponto de saturação da observação.

das catequistas que, quase sempre, as chamavam para as sessões de catequese bem depois das duas horas da tarde a que por norma deveriam começar. Os carros e veículos motorizados que, de quando em vez, por ali vão andando, fazendo-o numa marcha cuidadosa, não constituem obstáculo que impeça que algumas crianças extravasem os domínios do adro da igreja para nas ruas circundantes brincar também. Todos os escuteiros frequentavam a catequese, pelo que vinte e oito crianças passavam uma boa fatia das tardes de sábado por duas instituições onde encontravam espaço para alguns momentos de animadas brincadeiras, coisa que outras sete dezenas que só se ficavam pela catequese podiam fazer também, muitas delas mesmo depois das sessões nos períodos em que ainda por ali se detinham. Não se vislumbrou nunca separação de género nas inúmeras brincadeiras que se desenhavam a cada instante.

Vila Verde, de matiz profundamente rural, Dossãos ofereceu-nos um contexto muito similar ao de Barbudo, onde, quiçá, a grande diferença se situasse no número de crianças que nesta freguesia frequentam a catequese – menos de um terço.



Fig. 3 - Crianças da catequese de Dossãos, rapazes e raparigas, em animada brincadeira ("o lencinho vai na mão"), equilibrando-se no muro, ou, simplesmente, assistindo às brincadeiras dos colegas. Vê-se a catequista participando na roda por pedido expresso das crianças

A maioria destas crianças desloca-se a pé para a catequese em pequenos grupos que se formam nos diferentes lugares da localidade, de onde só uma meia dúzia dos lugares mais distantes é transportada de automóvel. Antes e depois das sessões e sempre que as condições atmosféricas o permitiram, aí brincavam (lançar canas de foguetes – a Páscoa

estava ainda fresca nas suas memórias – escalar muros e descer pelo candeeiro da iluminação pública do adro, tal qual viramos em Barbudo, “o lencinho vai na mão”, entre outras brincadeiras), corriam e saltavam na mais perfeita liberdade e segurança que lhes oferecia um lugar bucólico, praticamente sem trânsito pelas estradas que lhe dão acesso¹⁸ (Fig. 3).

No percurso para uma das observações¹⁹ pudemos apreciar grupos de crianças que pelo caminho ainda brincavam animadamente (Fig. 4), numa prática que constituía um hábito ainda muito enraizado em Dossãos²⁰.



Fig. 4 - Em Dossãos não é difícil encontrar crianças a brincar pelos caminhos por onde e quando muitas delas vão em trânsito para a catequese, do mesmo jeito que os seus avoengos o fizeram quando crianças foram um dia também.

Informou-nos o Presidente da Junta de Freguesia de Dossãos, também catequista, que outros lugares havia no povoado diferentes e distantes dos que cruzávamos para onde se estendia essa práxis lúdica de rua das crianças aí moradoras, quando não mesmo de outras que se deslocam entre lugares à procura dos parceiros para brincar que nos seus de origem já vão escasseando (lugares de Codessal e Bouças), coisa que o senhor Armindo atribui à segurança que as crianças desfrutam no ambiente aldeão da terra que administra como

¹⁸ Notas de campo de 2008.05.04, 2008.04.26, 2008.05.03, 2008.05.10 e 2008. 05. 17.

¹⁹ Notas de campo de 2008. 05. 03.

²⁰ Nas deambulações por Dossãos, de observação, para a realização de entrevistas ou aclarar um ou outro pormenor que ficou delas menos esclarecido, feitas aos sábados de tarde e domingos pela manhã, tempo em que sabíamos estarem por casa as pessoas com quem pretendíamos falar, pudemos (re)confirmar esta realidade. Em todas elas encontramos sempre crianças que brincavam pelos caminhos e largos de Dossãos, não muitas já que por ali não há tantas assim (as 30 da catequese são todas as que compõem o grupo que vai dos 6 aos 12 anos), mas sempre um grupo saltitava por aqui e por ali (notas de campo de 2008. 04. 05, 2008. 04. 27, 2008. 05. 03, 2008. 05.10, 2008. 05. 17 e 2008. 06. 10).

autarca, considerando, também, que o planeamento da catequese em horas que permita ter todas as crianças ao mesmo tempo naquele contexto se constitui como um contributo importante para que tenham oportunidade de interagir, combinando, criando e realizando as brincadeiras que agitam a vida lúdica. E, claro, com tempo para que o possam livremente fazer.

Aliás, são estes os pressupostos que a D.^a Júlia Cunha, catequista de Barbudo, encontra para o entendimento do quadro bem igual ao de Dossãos que a catequese daquela localidade apresenta no que à envolvência lúdica das crianças concerne e que antes registamos. As crianças vêm sozinhas para a catequese (com as contadas exceções) e brincam despreocupadamente nos espaços envolventes porque os pais não vivem grandes preocupações securitárias e, por isso, como nos disse aquela catequista, podem confiar nelas, que, ainda, contam com a expressa vontade dela e, nas suas palavras, das colegas de mister, para a abertura de espaços temporais para a brincadeira, nem mesmo que, por vezes, como nos asseverou, se tenha de cortar um pouco ao tempo letivo da doutrina, coisa que, aliás, pudemos observar e em tempo aqui dar a devida conta.



Fig. 5 - O corrúpio de adultos e crianças ocupados numa entrada apressada ou saída fugaz das sessões de catequese da vila de Vila Verde, constituiu cenário habitual e contrastante com as demais (Fig. 2 e 3) e que, rapidamente, saturou as observações.

Na vila de Vila Verde não se pode afirmar que, esporadicamente, não se tenha observado uma ou outra brincadeira pelo vasto espaço que circunda a igreja e se abre defronte das instalações onde, por detrás dela, decorriam as sessões de catequese aos sábados durante todo o dia para o grosso das crianças (os grupos de mais velhos (10-14

anos) tinham catequese nas instalações da escola do primeiro ciclo). Dos registos que fizemos durante a presença no campo constam anotações que dão conta de cenas lúdicas encetadas aqui e ali por grupos de crianças que, sobretudo, aguardavam pelo adro que alguém as recolhesse de regresso a casa depois das sessões de catequese²¹, muitas delas brincadas já em domínios não muito seguros para tal. Eram pequenos ensaios lúdicos que, pelo escasso tempo que demoravam, não passavam nunca disso mesmo.

Todavia, tudo o que vimos foi pouco mais que residual perante o meio milhar de crianças que constituía o público-alvo que observávamos (ou, talvez, por causa dele também). Os quadros que habitualmente presenciávamos falavam-nos²² de grupos de crianças que, sistematicamente, chegavam à catequese transportadas de automóvel por familiares (normalmente pais ou avós) ou por eles acompanhadas a pé durante os dez minutos que antecediam as sessões, para onde, muitas das vezes se dirigiam até à entrada das salas por eles acompanhadas, sem que no adro se detivessem um segundo que fosse. As várias cenas repetiam-se exatamente com o mesmo ritual à medida que as sessões de uma hora de doutrina seguida fossem terminando, agora com o rodópio a tomar o sentido inverso do que tivera no princípio, sem mais (Fig. 5).

Depois das sessões de catequese, não era necessário que passasse muito tempo (10-15 minutos) para que todas as crianças desaparecessem daquele espaço do mesmo modo fugaz como pela mão dos seus adultos ali haviam chegado. Por vezes, mães havia que se detinham por lá mais um pouco para uma conversa entre elas ou um encontro com as catequistas e, por um bocado, abriam espaço para as brincadeiras dos filhos que logo à sua volta se desencadeavam espontaneamente²³. Os mesmos motivos servem a preceito para emoldurar os quadros que observamos nas sessões de catequese que decorriam nas instalações da escola primária da vila²⁴, onde, pela idade, note-se, a esmagadora maioria das crianças já procurava brincos diferentes das mais pequenas. Num e noutro desses locais de doutrinação se tornou comum e habitual observar que as crianças retidas pelos logradouros anexos às instalações à espera de quem as dali levasse o faziam de uma forma isolada ou em pequenos grupos muito calados e formais no jeito como entre eles se comportavam, como que se de desconhecidos se tratasse afinal e não crianças que frequentavam o mesmo espaço há e por muito tempo²⁵. Na última das observações²⁶, que correspondeu ao fim do ano letivo da catequese, um pouco contra a usual conformidade com o calendário escolar por força do dia de “Corpo de Deus” neste ano mais temperão e, como dia das comunhões, final de ciclo para muitas crianças e trabalho para a generalidade dos catequizandos, tivemos oportunidade de ouvir de pais com quem falamos a preocupação com que olham a presença das suas crianças por aquele espaço que consideram inseguro e desadequado para a função, bem expresso no desabafo de uma das mães: “por nada deixava a minha filha vir sozinha para a catequese ou permitia que aqui andasse livremente”. Era visível a grande inquietação com que todos os pais se iam mantendo vigilantes ao longo do pequeno relvado

²¹ Notas de campo de 2008. 03.15 e 2008. 05. 17.

²² Notas de campo de 2008. 03. 15, 2008. 04. 26, 2008. 05. 03, 2008. 05. 10, 2008. 05. 17 e 2008. 05. 31.

²³ Notas de campo de 2008. 05. 10.

²⁴ Notas de campo de 2008. 05. 03.

²⁵ Notas de campo de 2008. 03. 15.

²⁶ Notas de campo de 2008. 05. 31.

que separa o empedrado do adro de um muro de mais de dois metros de altura que, sem qualquer grade protetora, se estende ao longo de um arruado lateral, enquanto as crianças, despreocupadas, brincavam por tudo quanto era por ali sítio.

As pouco mais de quatro dezenas delas que ficavam para os escuteiros (as demais do público-alvo desta vertente da observação eram crianças que já não frequentavam a catequese) cumpriam uns pequenos tempos de recreação vigiados de perto pelas monitoras em espaços por elas delimitados. É certo que as brincadeiras que observamos partiam de organizações das próprias crianças²⁷ e, muitas das vezes, as monitoras nelas eram também envolvidas com anuência pronta ao convite que, para tal, lhes era por elas formulado (Fig. 6). Porém, a sua presença, como se nos contaram, tinha subjacente a vigilância dos brincantes e obedecia à própria filosofia da instituição de escrutínio permanente sobre as crianças e, também, como resposta às recomendações que, nesse sentido, recebiam dos pais. A presença deliberada e objetivada do adulto contém constrangimentos que a criança, mesmo que usufruindo de um tempo aparentemente autotélico, não deixa de se tornar vigiada e, desde logo, sentir comprometida a sua liberdade plena e com ela a possibilidade da livre expressão lúdica que, assim, se esbate nestes quadros onde adultos e crianças se mesclam nos mesmos espaços e tempos de brincadeira.



Fig. 6 - Os monitores eram presença constante nas brincadeiras das crianças da vila de Vila Verde que frequentavam os escuteiros

As catequistas desta área urbana, quando confrontadas com a dicotomia que aqui se verificava no domínio das brincadeiras dos seus catequizandos nos momentos pré e pós catequese relativamente ao que se passava nas congéneres de Barbudo e Dossãos, convergiram na análise que a problemática colocada lhes suscitava.

²⁷ Notas de campo de 2008. 05. 17.

A professora Cecília, aposentada de uma carreira de 32 anos no primeiro ciclo do ensino básico oficial, vislumbrava quatro fatores determinantes para que as coisas assim se passassem na vila: o número de crianças que frequentava a catequese (cerca de cinco centenas) num bulício de entra e sai que atrapalhava em muito os espaços, a localização do espaço fronteiro e sem resguardo de uma estrada nacional de tráfego muito intenso, o estado de insegurança em que as famílias vivem por força dos inúmeros casos atentatórios da dignidade e da vida de muitas crianças que diariamente lhes chegam pela comunicação social e a vida atrapalhada dos pais que lhes rouba tempo para que possam abrir espaço ao fluir da vida dos filhos sem os constrangimentos que os leva a correr com eles de um lado para o outro (leia-se, de instituição para instituição) sem demora. Não deixou de, com alguma mágoa, constatar que as crianças se tiverem tempo e espaço brincam, tal qual por vezes verifica nos seus catequizandos e noutros que no seu trabalho de coordenadora das quase cinco dezenas de catequistas vai presenciando ao longo de cada fim-de-semana de atividades.

A professora Júlia, docente de Educação Moral e Religiosa na EB 2,3 de Vila Verde, identifica-se com as explicações que a colega e coordenadora da catequese tem para o fenómeno contrastante das brincadeiras que no seu espaço de atividade catequista se esbatem em relação ao que nesse domínio se passava em Barbudo e Dossãos, colocando, porém, maior ênfase na problemática da segurança e da falta de tempo que marca a vida quotidiana das crianças.

Da síntese que se pode fazer da conversa que mantivemos com o pároco de Vila Verde e Barbudo fica a confirmação do diagnóstico atrás traçado pelas catequistas.

Tida a precedente análise qualitativa feita aos dados observados e anotados dos tempos das crianças em contextos de vida tradicionais e dos que recolhemos dos adultos que por aí as monitorizam, pudemos acercar-nos de realidades bem distintas por onde a questão do (não) uso do tempo adquire, parece-nos, preponderância relevante entre as demais.

Notas conclusivas

É, pois, de um certo tempo, ou melhor, de um tempo certo, que falamos quando vamos às raízes em que se funda a ausência na agenda quotidiana das crianças de hoje de temporalidades que corram por sua conta exclusiva, registo sem o qual a educação informal trazida, sobretudo, pelas atividades lúdicas, não encontra seara em que possa crescer.

Mesmo constrangidas por outras dificuldades que a vida hodierna lhes impõe, as crianças nunca enjeitam a oportunidade para se expressarem nas suas peculiares culturas quando por entre o tempo de engajamento institucional encontram nesgas por onde possam sair ao encontro de um outro só delas, autodeterminado e autogerido, e, conseqüentemente, para dele usufruírem em plena liberdade, quase sempre para brincar, período em que, verdadeiramente, o lazer ganha a ética que lhe é devida e que nenhuma agenda poderá alguma vez consagrar como tal por antecipação.

E, como o vimos, esse tempo tem que fazer parte do tempo das crianças, dum tempo que nenhum outro poderá substituir a preceito, sob pena de se transformar, logo à partida,

num tempo livre ocupado, em total contravenção, pois, com os princípios que subjazem ao tempo ocupado livremente onde se centraliza o escopo deste trabalho.

Nenhum outro caminho poderá propiciar às crianças deste tempo o tempo que, por condição geracional e cultural, lhes é, efetivamente, devido.

Referências

- Ariès, Philippe (1988). *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Belloni, Maria Carmen (1994). Children's Free Time Leisure. In *AA.VV. News Routes for Leisure, Actas do Congresso Mundial do Lazer*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais.
- Belo, Rui (1970). *Homem de Palavra[S]*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Benjamim, Walter (1992). *Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por Volta de 1900*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bramante, António Carlos (2006). Transversalidade do Lazer na Educação e Cultura. In João Elói Carvalho (org.). *Lazer no Espaço Urbano: Transversalidade e Novas Tecnologias*, 13- 17. Curitiba: Champagnat.
- Chombart De Lauwe, Marie José, Bonnin, Philippe, Mayeur, Marie, Perrot, Martyne et Soudière, Martin de la (1980). *Enfant en-jeu*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Dumazedier, Joffre (1980). *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*. S. Paulo: SESC – Administração Regional do Estado de S. Paulo.
- Dumazedier, Joffre (1994). *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. S. Paulo: SESC.
- Glasman, Dominique (2007). *Une enfance sans temps mort*. Scienceshumaines.com, Grands Dossiers, 8.
- Hoyuelos, Alfredo (s/d). *Los Tiempos de la Infancia*. Recuperado em 2010. 01. 26, de http://ice2t.uab.cat/IX_jor_innovacio/VIIIjorn/materials/conf2.pdf.
- Losa, Ilse (1954). *Nós e a Criança*. Porto: Porto Editora.
- Macedo, Lino (2008). *Piaget: Einstein e a noção de tempo na criança*. Pesquisa FAPESP – Ciclo de Palestras. Documento recuperado em 2010.01.26, de <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/einstein/lino.pdf>.
- Malaguzzi, L. (1999). História, ideia e filosofia básica. In Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*, 59-104. Porto Alegre: Artmed.
- Mollo-Bouvier, Suzanne (2000). Les Dimensions sociologiques des modes de vie des enfants. In Djamila Saadi-Mokrane, (ed.). *Société et cultures enfantines*, 39-44. Lille: Éditions du CSU Lille III.
- Mollo-Bouvier, Suzanne (2005). Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Edu. Soc.*, 26(91), 391-403.
- Nabhan, Gary Paul (1994). *The geography of childhood: why children need wild places*. Boston: Beacon Press.

- Neto, Carlos (1996). *Time and Space of Children's Play: routines and social change*. Comunicação apresentada à XIII IPA World Conference. Dimensions of Play. Finlândia (documento policopiado).
- Neto, Carlos (2000). O Jogo e Tempo Livre nas Rotinas de Vida Quotidiana de Crianças e Jovens. In Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Acção Social (Eds.). *Seminário de Tempos Livres: A Criança, o Espaço, a Ideia*, 11-20. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Olivier, Camille (1976). *A criança e os tempos livres*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Pais, José Machado (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. *Análise Social*, 22(90), 7-57.
- Pais, José Machado (1992). A vida como aventura: uma nova ética para o lazer? *Actas do Congresso Mundial do Lazer*, 99-110. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pereira, Beatriz Oliveira (1993). *Estudo da Ocupação dos Tempos Livres da Criança dos 3 aos 10 anos em Diferentes Contextos Sociais*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Pereira, Beatriz e Neto, Carlos (1994). O tempo livre na infância e as práticas lúdicas realizadas e preferidas. *Ludens*, 14(1), 35-41.
- Pereira, Beatriz e Neto, Carlos (1997). A infância e as práticas lúdicas. In Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmento. *As Crianças – Contextos e Identidades*, 217-264. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Estudos da Criança.
- Pereira, Beatriz e Neto, Carlos (1999). As crianças, o lazer e os tempos livre. In Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmento. *Saberes sobre as crianças – Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*, 83-107. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Estudos da Criança.
- Pessoa, Fernando (2006). *Livro do Desassossego*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- Pintassilgo, Joaquim e Costa, Rui (2007). A Construção Histórica do Tempo Escolar em Portugal (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX). In J. Gómez Fernández, G. Espigado Tocino, & M. Beas Miranda (Eds.). *La escuela y sus escenarios*, 105-130. El Puerto de Santa Maria: Concejería de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa Maria.
- Pinto, Manuel (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pronovost, Gilles (1989). Les transformations des rapports entre le temps de travail et le temps libre. *Temps et Société*, 15,37-61.
- Pronovost, Gilles (1998). The Sociology of Leisure. *Current Sociology*, 46(3): 139-150.
- Roucous, Nathalie (1986). *Les centres de loisirs, l'animation et le jeu*. Université Paris XIII: Memoire de DESS Sciences du Jeu.
- Roucous, Nathalie (2006). Loisirs de l'enfant et représentation sociale de l'enfant acteur. *Regine Sirota. Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, 235-244. Rennes: Presses Univeisitaires de Rennes.
- Samuel, Nicole (1992). Le Loisir, Temps Social. *Projet*, 229: 7-15.

- Sarmiento, Manuel (2000). Os ofícios da Criança. In *AA. VV., Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Vol. II, 125-143. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Silva, Alberto Nídio (2011). *Jogos, brinquedos e brincadeiras – Trajetos intergeracionais*. (Tese de Doutoramento). Barbudo-Vila Verde: ATAHCA-Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave.
- Sue, Roger (1991). De la Sociologie des Loisirs à la Sociologie des Temps Sociaux. *Sociétés*, 32, 173-181.
- Sue, Roger (1994). *Temps e ordre social*. Paris: Presses Universitaires de France.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Tempo da Juventude ou Juventude além do Tempo?

EDMARA DE CASTRO PINTO

Universidade do Minho

edmaracastro@hotmail.com

Resumo:

Neste texto de comunicação apresento algumas discussões a respeito da socialização de jovens dentro e fora do espaço escolar. Tais discussões respaldam-se em três anos de Investigação com jovens no Brasil. Buscou-se inicialmente compreender os modos de socialização de jovens estudantes de Teresina- PI. A criação de culturas juvenis no tempo escolar legitimam espaços de voz aos jovens e é mediante a vivência temporal de um “tempo juvenil”, um tempo de lazer, tempo também de direitos e deveres, que os jovens se socializam com o intuito de vencer as situações de vulnerabilidade e exclusão social que os afetam. O presente trabalho baseou-se em vários estudos, entre os quais os de Pais, Carrano, Sposito e Dayrell.

Palavras-chave:

Juventude, tempo, socialização, escola, culturas juvenis, identidade

O conceito do termo juventude e suas implicações

Falar de juventude é falar principalmente dos tempos sociais em que esta se situa. Falar em juventude é adentrar a um mundo de diversas e heterogêneas denominações.

Atendendo à pluralidade de assimilações da juventude e dado o difícil facto de realizar, com precisão, uma análise global da juventude, prioriza-se nesse trabalho discutir a abordagem conceptual da juventude, tendo como parâmetros os trabalhos mais referenciais nas ciências sociais.

Uma das primeiras tarefas a surgir no âmbito da sociologia da juventude foi a de defini-la atendendo à idade. A UNESCO define a juventude como o grupo de pessoas com idades entre 15 e 24 anos.

Ainda a UNESCO (2004), no livro Políticas públicas de/para/com as juventudes, define juventude como sendo o:

“período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais, e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero”(Ibid.:23).

Na sociedade contemporânea, temos observado mais trabalhos dando ênfase à juventude como uma construção social, à heterogeneidade dessa categoria e aos divergentes modos de ser jovem na sociedade contemporânea, tomando em consideração que as divisões entre as idades são arbitrárias e, por isso, socialmente manipuláveis (Bourdieu, 1983). Pais (2003) parte da hipótese de que , dada a condição de heterogeneidade dos jovens, não há uma forma única de transição para a vida adulta. Assim, este autor defende que:

(...) “haverá várias, como várias serão as formas de ser jovem (segundo a origem social, o gênero, o habitat, etc.) ou de ser adulto. Como é que os jovens encarariam, nessa transição, a sua condição, quais os seus valores, os seus planos de vida, as suas estratégias em relação ao futuro, os seus modelos de identificação social, enfim, os seus modos de vida?” (Ibid.:35).

Nesse sentido, falamos não mais em *juventude*, mas sim em *juventudes*, no plural, na defesa de que existe uma especificidade nas diversas formas de ser Jovem que, conseqüentemente, são constitutivas da cultura Juvenil. “Cultura” que corresponde a um conjunto de símbolos e significações construídos e partilhados pelos jovens. O sentido desta conceção está em compreender os seus códigos de pertença e de viabilizar, no seio do “tempo da juventude” como essas vivências e práticas culturais podem ser enriquecedoras, tal como constatam, aliás, alguns estudos (Becker, 1989; Calligaris, 2000; Pais, 2003; Dayrell, 2007, entre outros).

Sem antes saber como esses jovens encaram essa condição, os mesmos são enquadrados numa dimensão sociológica que implica determinadas formas de concebê-los. Um bom exemplo é a visibilidade da juventude como um período de vida marcado por problemas de diferentes ordens. Pais (2006) considera que, na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações (*Ibid* :33).

Mas generalizações arbitrárias são impostas sem considerar os diversos modos de agir, suas percepções, seus desejos e expectativas.

Com efeito, Bomfim (2006) sintetiza:

*“Pensando também do lado dos jovens, moças e rapazes têm perguntas sobre **si mesmos** (o que eu quero e posso fazer? Por que eu não posso fazer o que eu gosto?) Com quem posso fazer algo junto? O que queremos para nós mesmos e para onde vamos?); **sobre os adultos** (o que eles querem de nós? Por que nossos pais e muitos outros adultos, nossos professores, por exemplo, não nos compreendem? Por que interferem tanto nas nossas vidas?) e **sobre o mundo** (que mundo é esse? quais são as possibilidades que a sociedade atual está dando para nós jovens, a fim de melhorar a vida em nossas famílias, as nossas vidas? Por que minha mãe e meu pai discutem tanto e até brigam? Quais as*

oportunidades de trabalho, de emprego, de lazer a sociedade hoje vem criando para nós? Por que os adultos quando falam sobre nós, só pensam em termos de futuro (“vocês jovens são a esperança do amanhã!”) e não do hoje? Nós queremos viver o agora, o presente, o hoje! Uma verdade pode ser dita: elas e eles (jovens) estão buscando algo que lhes satisfaça. Com quem? Sozinhos?” (Ibid.:47)

Dessa forma, concordamos com Gonçalves (2009) quando a autora explicita que a “terminologia” juventude:

“serve como guarda-chuva para abrigar uma heterogeneidade de sujeitos sociais que, ao tempo em que se aproximam em razão da faixa etária, se diferenciam conforme as condições de vida, de trabalho, de lugar onde reside, dentre outros aspectos que o tornam diferentes” (Ibid.: 42).

Necessitamos perceber os jovens em seus diversos modos de viver, entender o significado que dão às suas ações cotidianas, assim como captar suas concepções de mundo e do contexto social em que estão inseridos. Carrano (2008) nos explica que necessitamos levar em conta as muitas e diferentes maneiras de ser jovem hoje, afirmando:

“em conjunto com a representação dominante, ou definição etária, sobre aquilo que é o tempo da juventude, os jovens vivem experiências concretas que se aproximam mais ou menos da “condição juvenil” representada como ideal ou dominante.” (Ibid.:5)

Esta concepção implica entender como o jovem está inserido no meio social, a partir do qual constrói determinados modos de ser jovem e de que forma exprime as suas especificidades. Mas isso sem nunca pressupor que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares.

Dayrell (2003) ressalva:

“Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta”. (Ibid.:42).

De forma sintética, podemos concluir, tomando como suporte as ideias de Pais (2003), segundo o qual a sociologia da juventude, ela própria, tem vacilado entre duas tendências:

(...) “a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo a busca dos aspetos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase de vida – aspetos que fariam parte de uma cultura juvenil, específica, portanto, de uma geração definida em termos etários; b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social

necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Isto é, nesta tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais". (Ibid.:23).

Ainda subscrevemos Castro & Abramovay (2003), que afirmam: "Definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc." (Ibid.:17).

De facto, conforme Pais (2003) relata vivemos os "paradoxos da juventude". Esses paradoxos, segundo o autor, vão desde representações mais vulgares da juventude até à juventude como construção sociológica, ou seja, passam do campo semântico da juventude que a toma como *unidade* para o campo semântico que a toma como *diversidade*.

A possibilidade de definir uma linha contínua vai se tornando incerta à medida que emergem novas formas de entender a Juventude, sobretudo se atendermos à existência de uma interação dialética estabelecida entre a juventude e a sociedade, na qual integra o conjunto das relações sociais. Pais (1993) propõe, aliás, ser possível falar no conceito de *juvenilização* no que respeita à influência exercida pelos jovens na sociedade, embora também se possa falar numa "*socialização da juvenilização*" (Ibid.:60).

Grosso (2010) parte do pressuposto que há uma relação entre a sociedade *versus* grupos juvenis e que essa relação de oposição configurou a condição juvenil. De acordo com o autor:

"(...) a condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes. Esta contradição se expressa historicamente em ações de institucionalização da juventude seguidas ou precedidas de ações ou resistências dos indivíduos e grupos que são considerados ou se assumem como jovens «dialética» da condição juvenil demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus sub-culturas etc. (Ibid.:19)

Tal como afirma Foucault (1999), ao vivermos em sociedade, estamos "sujeitos" a qualquer tipo de ação dos outros:

"Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder" (Ibid.:29).

Tal mecanismo faz com que alguns (dominantes) exerçam poder sobre outros (dominados) mantendo um certo controle, o que significa podermos falar também na existência de processos de exclusão social.

De qualquer forma, Stoer & Magalhães (2005) defendem que não se pode falar de exclusão social sem falar, ao mesmo tempo, de inclusão social. Estes autores selecionam cinco lugares de impacto da exclusão social - o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território. O processo de mapeamento destes cinco lugares realiza-se, conforme os autores:

“(...) através da consolidação da exclusão/inclusão social face a cada lugar com base em três paradigmas socioculturais: »pré-modernidade« (as chamadas sociedades tradicionais); »modernidade« (as sociedades modernas); e »pós-modernidade« (o paradigma emergente da pós-modernidade/pós-fordismo). Em cada caso, o que está em causa é a relação entre estrutura e agência e o modo como as tensões presentes nessa relação são traduzidas nos cinco lugares. Pensamos que mapear a exclusão/inclusão social desta maneira é também reflectir sobre a natureza da mudança social e sobre o modo como os actores sociais se posicionam face a ela”. (Ibid.: 67)

Os autores afirmam que lutar pela inclusão social é lutar pela afirmação da diferença própria. Na perspectiva dos jovens, sugerimos perguntar porque são considerados diferentes? Somos nós ou eles diferentes? Por que razões são excluídos? Nesse sentido, levantamos como hipótese a ideia de que se as “culturas juvenis” fossem reconhecidas tal como seus modos de ser/vestir/agir, talvez estes sujeitos pudessem não se enquadrar no processo de exclusão do qual refere Xiberras (1993:18) em que : “em nome de valores, de representações do mundo, quer se excluam a si próprias de um mundo em que não têm lugar, quer sejam excluídas pelos outros devido ao facto de as suas ideias serem inadmissíveis”.

Em contrapartida, como afirma Pais (1996), nota-se nas sociedades modernas, a chamada “desinstitucionalização da vida social”, (Ibid.: 95) isto é, uma relativa perda de capacidade das instituições para modelar os comportamentos quotidianos. Tal explica-se “não porque as instituições estejam em declínio ou em vias de extinção, mas pelo facto de serem vias de mudança social” (Ibid.: 405).

Assim, de que forma os jovens podem superar essa visão negativa e serem tidos como uma força motriz de mudança social?

Com efeito, essas transformações podem ser estabelecidas considerando as condições juvenis, isto é, percebendo o jovem como modelo cultural (Peralva, 1997) tendo em conta as suas culturas juvenis (Pais, 2003). Tal como propõe o sociólogo francês Dubet (1994), considerando os processos de socialização juvenil como elemento central da experiência social¹ (Ibid.:15).

Experiência que:

“designa as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (ibidem).

¹ Para Dubet (1994) “a experiência social é a actividade pela qual cada um de nós constrói uma acção cujo sentido e coerência não são mais dados por um sistema homogéneo e por valores únicos” (Ibid.:58).

Experiencia que :

“constrói os fenómenos a partir das categorias do entendimento e da razão”.

Para o sociólogo, (1994) estas categorias são, em primeiro lugar, sociais, são «formas» de construção da realidade. Subentende-se que a experiência social não é uma «esponja», uma maneira de incorporar o mundo por meio das emoções e das sensações, mas uma maneira de construir o mundo. É uma actividade que estrutura o carácter fluido de «vida» (*Ibid.*: 95).

Carrano (2008) explica-nos que necessitamos levar em conta as muitas e diferentes maneiras de ser jovem hoje. Assim:

“em conjunto com a representação dominante, ou definição etária, sobre aquilo que é o tempo da juventude, os jovens vivem experiências concretas que se aproximam mais ou menos da “condição juvenil” representada como ideal ou dominante” (Ibid.:5).

Reguillo (2000) aponta três elementos conferem representação ao mundo juvenil e explicam a emergência do jovem como sujeito social:

- As inovações tecnológicas e suas repercussões na organização produtiva e simbólica da sociedade - aumentam as expectativas e a qualidade de vida - as pessoas passam mais tempo na escola.
- A oferta de consumo cultural a partir da emergência de uma nova e poderosa indústria cultural.
- O discurso jurídico que estabelece o contrato social que prevê formas de proteção e punição aos infratores - as políticas públicas tutelares orientadas para o controle do tempo livre juvenil - a ausência de políticas que apostem na autonomia, na organização e naquilo que os jovens podem fazer sozinhos e com a colaboração dos adultos. Políticas do controle e da percepção do jovem como um carente, um vulnerável ou perigo iminente (*Ibid.*:50).

É necessário desmistificar o conceito de jovem como um “problema social”, desafiando-se a entendê-lo como sujeito de direitos. Conforme refere Charlot (2005), deve-se “levar em consideração o sujeito na sua singularidade de sua história e atividades que ele realiza” (*Ibid.* : 40).

Também Dayrell (2002) sustenta que, devido ao viés do mundo da cultura, se cria um espaço de oportunidades de socialização para o jovem. O autor baseia-se na hipótese de que:

“A centralidade do consumo e a da produção cultural para os jovens são sinais de novos espaços, de novos tempos e de novas formas de sua produção/formação como atores sociais. Ou seja, apontam para novas formas de socialização, nas quais os grupos culturais e a sociabilidade que produzem vêm ocupando um lugar central”. (Ibid.:119)

No presente trabalho priorizamos esse mundo da cultura dos jovens e vislumbramos entender uma nova forma de conceber a juventude: composta de sujeitos sociais, de se fazer presente sua “voz e vez” na sociedade atual.

2. Metodologia

O presente estudo segue uma metodologia qualitativa e interdisciplinar. A pesquisa qualitativa, conforme Melucci (2005), trabalha associando dados quantitativos (objetivos) e qualitativos (subjetivos). Assim, considera-se que, mesmo nas informações estatísticas e nas falas dos sujeitos de um universo estudado, há significados não somente construídos pelo pesquisador (que este significa ou ressignifica), há também significados atribuídos e construídos pelos próprios atores sociais de um contexto investigado, actores que procuram dar sentido à sua realidade. No fundo, assume-se que os sujeitos pesquisados (os jovens das escolas pesquisadas) interagem com a pesquisadora, sendo co-produtores da observação e da escuta levadas a cabo por aquela.

Selecionamos uma amostra não probabilística de jovens, seguindo critérios de amostragem teórica. Como técnica principal desse estudo, utilizamos a entrevista semi-estruturada através da qual se pretendeu apreender as opiniões e reflexões dos jovens e, dessa forma, privilegiar a riqueza de detalhes.

Em relação à entrevista, utilizamos um aparelho de gravador de voz e selecionamos 6 (seis) jovens estudantes, sendo 1 (um) de cada escola. No início da entrevista os participantes foram informados sobre o objetivo da pesquisa, os procedimentos adotados para a coleta de informações. A participação foi voluntária e só se iniciou após assinatura do mesmo pelos entrevistados e pela pesquisadora, atendendo, assim às exigências éticas e científicas dessa resolução que trata sobre pesquisa em seres humanos. Como suporte à entrevista, utilizamos também a técnica da Observação não-participante.

Na análise dos dados, percebemos inquietações, angústias, desejos e expectativas desses sujeitos e optamos por classificá-las em categorias. Organizamos e sistematizamos as ideias recolhidas através das entrevistas e da observação. Inspiramo-nos na concepção de Bardin (1979) sobre a análise de categorias. O autor diz que:

“Pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido [...]. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação construtivas, da mensagem. É, portanto, um método taxionômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem”. (Ibid.: 36-37).

3. Os/as sujeitos/as deste estudo

Como dito anteriormente, nessa pesquisa foram entrevistados 6 (seis) jovens estudantes de três escolas de Teresina, capital do estado do Piauí-Brasil, sendo 2 (dois) jovens da escola de ensino profissionalizante PREMEN - Norte e 2 (dois) jovens da escola de nível médio pública “Zacarias de Góes”- Liceu Piauiense e 2 (dois) Jovens da Escola Privada Instituto “Dom Barreto”.

A escolha das três escolas diferentes foi estratégica, pois conforme afirma Bomfim (2006):

“sendo as juventudes multifacetadas, significa que não se deve trabalhar somente com um olhar, mas com uma perspectiva interdisciplinar, recorrendo a várias perspectivas de interpretação, desde que admitam a diversidade cultural que se revela nesse campo real”. (Ibid.:48).

A maioria dos jovens pesquisados concluíram o ensino fundamental numa escola pública. Situam-se na faixa etária entre 14 e 22 anos, residindo em diversos bairros de Teresina-Piauí. Dos jovens pesquisados, 3 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino. A maioria também pertence à camada menos privilegiada da sociedade, integra famílias com renda que varia de um a dois salários mínimos.

Ouvindo os jovens, compreendemos o que significa ser jovem na sociedade atual, como sujeitos históricos em sua plenitude, as crises e os conflitos que enfrentam, como se dá o seu processo de socialização e de que forma se configuram suas culturas juvenis. Ressaltamos que dois dos seis jovens entrevistados participavam de “Movimentos Alternativos²”, um pertencente ao grupo de “Skate” e o segundo ao “Movimento de Meninos e Meninas de Rua”.

4.Tempo da Juventude: sociabilidades e cultura juvenil

Neste trabalho investigo como os jovens constituem suas sociabilidades e, ao mesmo tempo, constroem uma cultura juvenil. Tal como afirmado anteriormente, o cerne da questão foi vislumbrar o significado e a compreensão dessa cultura juvenil diversa. Diversidade de modos de vida. Diversidade de jovens. Entender toda a simbologia cultural dos Jovens é entender as suas formas de ver o mundo, de estar no mundo, incluindo saber que sentidos conferem às suas ações e às suas actividades quotidianas. Concordando com Pais (2003) podemos afirmar que “o importante é, justamente apanhar as diversidades dos modos de vida dos jovens, embora sem menosprezar a sua representatividade” (Ibid.:60).

Sem perder de vista essa concepção, a cultura juvenil tem vindo a ser debatida com o propósito de revelar experiências positivas, principalmente propostas pelo sistema educativo que tende a focar-se sobre respostas uniformes e estandardizadas. Sposito (2003) diz que :

² “Movimentos Alternativos” são organizações, no caso, de jovens de classe média, das periferias urbanas ou do meio rural que realizam práticas (ações coletivas) de sociabilidades próprias, a fim de construir alternativas para suas vidas em várias dimensões: lazer, política, qualificação profissional, música, esporte, dança, dentre outras. Não obstante, outros grupos oriundos de periferias urbanas, por viverem em extrema situação de pobreza, por falta de acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pela sociedade e de ausência de acolhida humana (afeto, solidariedade, apoio moral), impulsionados pela exacerbação de idéias consumistas difundidas sobretudo pelos meios de comunicação de massa, praticam ações coletivas que deterioram a dignidade humana (furtos, roubos, assaltos e homicídios), justificadas pela lógica de, de um lado, por necessidade de sobrevivência, e de outro, de denúncia das desigualdades sociais. Há também os grupos de origem ideológica de ultra direita que, por preconceito, violentam as pessoas que consideram estarem fora das normas de suas perspectivas ideológicas.

“A autonomização de uma sub-cultura adolescente engendra para os alunos da massificação do ensino, uma reticência ou uma oposição à ação do universo normativo escolar, ele mesmo em crise” (*Ibid.:20*).

Reiteremos que é através do espaço-escola que se dá inicialmente o surgimento dos universos simbólicos dos jovens, conforme a fala de um jovem entrevistado nos diz:

“Foi quando eu vim para cá, nessa escola, que eu comecei a fazer amizade, daí juntei meu grupo e um deles me disse qua dança hip-hop. Eu falei com ele, fui até na casa dele, comecei a aprender, gostei muito e agora tou dançando também. Usando calção largo, muito massa. A gente se reuniu né, pra pedir pra diretora, pra ver se arruma um professor de dança pra cá, pra gente ficar craque. (Jovem 01, Masculino).

A maioria dos jovens entrevistados está inserida em práticas culturais dentro e fora da escola. Além dessas práticas serem constitutivas do seu universo identitário enquanto “tempo juvenil”, contribuem para a produção de experiências positivas, como percebemos no discurso da jovem entrevistada:

“ Tanto na escola como no meu bairro, eu só estou metida com dança, eu sou apaixonada por capoeira, agora eu quero muito ajudar os jovens que vivem nas drogas, na violência, a se interessarem nas coisas boas, porque num tem como comparar minha vida tá “de boa” demais, muitos amigos, todos gostam de mim, me chamaram até para ser monitora, estou ajudando vários jovens (Jovem 02, Feminino).

É importante referir que numa pesquisa com os Jovens no Brasil, Dayrell (2003) argumentou que o facto de o jovem viver mais no presente, esse presente se torna num “tempo juvenil”, de possibilidade de construção das identidades:

“O tempo da juventude, para eles, localiza-se no aqui e agora, imersos que estão no presente. E um presente vivido no que ele pode oferecer de diversão, de prazer, de encontros e de trocas afetivas, mas também de angústias e incertezas diante da luta da sobrevivência, que se resolve a cada dia (...) No entanto, esses sonhos e desejos não se concretizam necessariamente em projetos de vida, e quando o fazem, se mostram fluidos ou de curto alcance. Assim, eles se centram no presente e nele vão se construindo como jovens, não acreditando nas promessas de um futuro redentor”. (Ibid.:49)

A pertença a esse tempo Juvenil, considerado um tempo hábil de realização de sonhos e vontades, como também de certas práticas culturais incluídas na socialização, é uma das referencias centrais do discurso dos jovens entrevistados:

“ Eu tenho é que aproveitar mesmo, eu sou jovem, né? Depois que eu envelhecer eu não posso fazer certas coisas. O tempo passa, a gente envelhece. Tenho é que curtir, digo pros meus pais, no tempo de vocês, vocês não saiam, não curtiam, nem se divertiam? (Jovem 04, Feminino).

“ Com certeza que quando eu ficar mais velha eu nem vou me interessar por essas brincadeiras todas e quando eu for trabalhar não vou ter tempo pro skate, são coisas que eu sei que eu posso continuar me interessando, mas agora é muito mais. E até meus amigos, bem, eu espero que essas amizades, tipo assim, que eu fiz aqui, vão valer pra vida inteira” (Jovem 06, Masculino).

Para percebermos melhor a dinâmica deste “tempo da Juventude” é importante recorrer ao universo escolar e às atividades e as socializações desenvolvidas pelos jovens neste espaço, pois tal como afirma Abrantes (2003:94): “as identidades são construídas em interação contínua com as condições e experiências proporcionadas pelo meio envolvente, as identidades juvenis são, em parte, produzidas na (e pela) escola”.

Nesse sentido, uma ideia forte a recuperar é a de que é no âmbito escolar que esses jovens (res)significam suas vidas, pois possivelmente eles têm a oportunidade de se tornarem sujeitos sociais, constituírem suas identidades e, dessa forma, melhorar qualitativamente como pessoa e como educando, tal como afirma esse mesmo autor:

“Nas margens da escola, procurando manter o seu universo autônomo mas ir transitando de ano, os jovens adoptam disposições e estratégias flexíveis e instrumentais, de negociação e aceitação parcial de certas instituições da cultura escolar, de fuga ou resistência a outras. Subsistem, até certo ponto, duas hierarquias opostas – a juvenil e a escolar – em que os capitais numa se convertem em handicaps na outra. Todavia, uma condição cada vez mais valorizada, apanágio dos alunos mais integrados e bem sucedidos no espaço escolar, parece ser a de ter recursos em ambos os universos, accionando-os à vez, transfigurando-se consoante a situação em que se encontram”. (Ibid.: 99)

Ressaltamos que Pais (1998) chama a atenção para a questão dos valores juvenis.

(...) “as distintas gerações corresponde uma pluralização de modos de vida, de padrões culturais, de modelos familiares, de processos de socialização. (...) Ao falarmos de valores de indivíduos situados em determinadas faixas etárias a que, correntemente, se faz associar a idade juvenil, devemos ter presente que os jovens não pertencem eternamente a essa faixa etária que os identifica como jovens. Assim sendo, os valores «juvenis» que esses jovens abraçam quando estão em «trânsito etário» podem fugir-lhes quando chegam a idade adulta. Se alguns desses valores são transportados ao longo do curso de vida, então podemos dizer que esses valores (outrora) juvenis tendem a enraizar-se no tecido social”. (Ibid.: 29)

Incluídas nos “valores juvenis” estão as práticas culturais, práticas através das quais e nas quais os jovens também encontram formas de elevação da sua auto-estima. Segundo Castro (2001):

“Assim como o protagonismo juvenil, a auto-estima é enfatizada como um processo básico para desarmar violências, contribuindo para dar sentidos positivos e projetos de vida aos jovens, o que se cultiva através de atividades artísticas, esportivas e de educação para a cidadania. Também comporta distintas referências, sendo que muitas por construções analógicas ao de protagonismo juvenil, como a interação entre a auto-apreciação e a gratificação pelo reconhecimento social”. (Ibid.: 486).

Abrantes (2011), propondo uma compreensão mais integral e profunda das identidades e das culturas juvenis, sinaliza o protagonismo presente dos jovens, sobretudo:

“na esfera do lazer e dos estilos de vida, conduz ao desenvolvimento de identidades, disposições e estratégias complexas e legítimas, nos interstícios da autoridade adulta, que são transportadas para o espaço escolar e que, entrando em frequente tensão, não deixam de o transformar” (Ibid.:101).

Não apenas a escola socializa os jovens. Estes socializam-se entre si e socializam a própria escola. Pais (2003) considera que a escola não tem em atenção as culturas juvenis, tampouco promove a participação activa dos alunos nesse ambiente. Como o autor afirma (Ibid.):

“a retórica dominante dos sistemas educacionais impõe aos jovens modelos abstractos de obediência, perseverança, ambição, responsabilidade, confiança, isto é, virtudes que caracterizam um jovem de sucesso” (Ibid.:16).

É nesse sentido que Pais parece entender o motivo do desinteresse dos jovens pela escola, considerado ainda predominar na escola uma:

“cultura prescritiva: de planos e matérias de estudo, de normas disciplinares, de provas globais (standardizadas) de práticas pedagógicas que se inscrevem numa filosofia de “produção em série”- o que se justifica pela massificação de ensino, sujeito, cada vez mais, a economias de escola” (Ibid.:414).

Mas os jovens entrevistados deixam transparecer as suas percepções no que se refere às suas vivências na sua temporalidade juvenil e também mostram como a sua socialização tem contribuído para a elevação da auto-estima e construção de valores, tais como o a amizade, da ajuda mútua e da solidariedade nos momentos de alegria e tristeza. Percebe-se no decorrer desta pesquisa que os jovens se sentem valorizados dentro dos grupos ligados à escola, conseguem ser criativos e exercitar suas potencialidades e cidadania. Um dos jovens entrevistados relatou-nos que, através da prática do *Skate*, foi estimulado a continuar os estudos e a abandonar a gangue³ em que participava.

Conclusão

Neste trabalho que sintetizamos nesta comunicação de forma muito breve percebemos que os jovens se constroem como sujeitos sociais estabelecendo relações com o meio social e por participarem em práticas culturais através das quais aprendem significados sociais de que se apropriam para a construção das suas identidades. É através das

³ Gangues/galeras são grupos de jovens, mais ou menos estruturados, que se agregam para criarem sociabilidades próprias, através de lúdicas até atos de delinquência. Seus membros mantêm relações de solidariedade tendo como base uma identidade mesmo que incipiente, mas compartilhada. “Pertencer a uma gangue/galera, fazer o jogo de rivalidades são vetores de identidade grupal que podem levar tanto a novas formas de criatividade – a exemplo dos rappers – como práticas de delinquência”. (Abramovay *et al*, 2002: 95).

experiências vivenciadas que buscam novas práticas e valores que preencham suas necessidades e aspirações, dando um novo sentido as suas vidas.

Referências

- Abramovay, Miriam & CASTRO, Mary G. (2002). *Caleidoscópio das Violências nas Escolas*. Brasília-DF: Missão Criança.
- Abrantes, Pedro. (2003). *Os sentidos da escola: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta.
- Abrantes, Pedro (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia*, 21, 121-140. Porto: FLUP.
- Bardin, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, D. (1989). *O que é a adolescência*. São Paulo: Brasiliense.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bomfim, Maria do Carmo Alves do (2006). *Juventudes, Cultura de paz e violências nas Escolas*. Fortaleza: Editora da UFC.
- Bourdieu, Pierre (1983). *Questões de sociologia.- A juventude é apenas uma palavra*, 112-121. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. Coleção Folha Explica. São Paulo: PUBLIFOLHA.
- CARRANO, Paulo (2008). Jovens pobres: modos de vida percursos urbanos e transições para a vida adulta. *Revista Ciências Humanas e Sociais*, 30, nº2, Editora Universidade Rural. RJ.
- Castro, Mary Garcia & Abramovay, Miriam (2003). *Por um novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes*, 2ª versão. Brasília:UNESCO.
- Charlot, Bernard (2005). *Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Dayrell, Juarez (2002). O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, 28, nº1, 117-136, jan./jun. São Paulo.
- Dayrell, Juarez (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 40-52, Set -Dez.
- Dubet, François (1994). *Sociologia da experiência*. Lisboa : Instituto Piaget, D.L.
- Foucault, Michel (1999). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gonçalves, Marli C. (2009). *Juventudes do Campo e Práticas Educativas: o caso do Assentamento Marrecas em São João do Piauí*. Dissertação de mestrado em educação, UFPI.
- Grosso, Luís Antônio (2010). A Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. *Ultima Década (Impresa)*, 33, 9-26.

- Ludke, Menga & André, Marli.E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Margulis, M. (2001). Juventud: una Aproximación Conceptual. In Donas, S. (org.). *Adolescencia y Juventud en América Latina*, 41-56. Cartago: Livro Universitário Regional.
- Minayo, Maria Cecília de Souza et al. (1999). (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Melucci, Alberto. (2005). *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Tradução Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes.
- Pais, José Machado (2003) *Culturas Juvenis*. 2ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1998). Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução. In José Machado Pais (Eds.) *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, 17-58. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, José Machado (2006). Buscas de si: expressividades e identidades Juvenis. In Almeida, Maria Isabel Mendes de & Eugénio, Fernanda (orgs.) *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Peralva, Angelina (1997). O jovem como modelo cultural. *ANPED: Ação Educativa. Revista Brasileira de Educação*, 5 e 6. São Paulo.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reguillo, R. (2000). *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- Sposito, Marília et al. (2003). Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16 – 39.
- Stoer, S. R & Magalhães, A. M. (2005). *A diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- UNESCO/Brasil (2004). *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*. Brasília – DF: CNPq/IBICT/UNESCO.
- Xiberras, Martine (1993). *As teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

O tempo nas aulas de matemática: os professores de matemática ensinam no tempo e não com o tempo

NUNO VIEIRA

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

nuno.mcvieira@gmail.com

Resumo:

A ação social, de uma forma geral, é regida por horários e condicionada pela sucessão de sincronismos horários, que definem a duração dos acontecimentos. A escola, sendo uma instituição social, também é estruturada em torno de uma sucessão de acontecimentos sincrónicos. Uma vez que os horários escolares são construídos com base numa sucessão de acontecimentos- as aulas - e são a base da organização escolar, depreende-se que o tempo é estruturante em toda a atividade escolar. Por inerência, a atividade docente em sala de aula é também condicionada por limites temporais.

Os noventa minutos de duração das aulas de matemática no ensino secundário foram pensados para se poder tomar o tempo como um recurso (Torre) de sala e aula, permitindo, assim, uma diversificação do tipo de aulas ministrado, combatendo-se as aulas magistrais. Através de uma série de entrevistas a professores de matemática com mais de dez anos de experiência, foi possível observar que o tempo não é ainda entendido como um instrumento de sala de aula, mas sim um meio (Torre) onde a ação decorre. Desta forma, os professores têm um sentimento de opressão (Freire) exercida pelo tempo letivo, dado que este condiciona e regula as atividades da sala de aula.

Esta perceção do tempo, como agente regulador e opressor da atividade docente e a subjugação ao sincronismo horário, presente em toda a vivência escolar, estará inscrita no currículo oculto da escola e será apreendido por todos.

Palavras-chave:

tempo, mudança, escola, didática

Introdução

O conceito de tempo acompanha todo o percurso biológico e social da humanidade, estabelece ritmos de vida e define atitudes, tanto a nível individual, como a nível da ação social, influenciando comportamentos. É, a par de tudo o que rodeia o homem, uma parte do ambiente. Desde a antiguidade que, nas mais diversas abordagens, o tempo tem sido objeto de análise filosófica e tecnológica, mas foram os relógios de pêndulo, de Galileu, que lhe permitiram tomar uma posição central em todo o processo científico, vindo a ser o centro

das teorias mecânicas newtonianas e das relativistas einsteinianas. O génio de Galileu permitiu-lhe construir mecanismos para contar o tempo¹ com o rigor e a precisão suficientes para levar a cabo as experiências fundadoras da mecânica (Glennie & Thrift 2009). Embora não o tenha verdadeiramente caracterizado, Galileu estabelece uma relação geométrica entre as noções de espaço e de tempo, definindo movimento regular ou uniforme como aquele em que são percorridos espaços iguais, em tempos iguais (Klein 2007: 47).

Uma vez dominado o conhecimento científico e tecnológico para a contagem do tempo, decorreram dois séculos para se assistir à efetivação do sincronismo horário, primeiro a nível local, generalizando-se, em poucos anos, para um nível global. Atendendo a que o mundo geopolítico está cada vez mais interdependente, no campo social as conceções de tempo assistem a uma evolução particularmente sensível, onde um pensamento linear não se afigura como uma forma eficaz de compreender as múltiplas relações do tempo, lugar e espaço, bem patente nas teorias da relatividade. Estas relações expõem um tempo mesclado com o espaço, evidenciando uma não linearidade do curso do tempo. Assim, a busca por uma definição do conceito de tempo já perdeu o estatuto de objeto de estudo de uma ciência, que se limita a examiná-lo numa vertente particular, para passar a ser um conceito multirreferenciado, em variadas, e sobretudo diversificadas, áreas do conhecimento.

Uma teoria universal do tempo multirreferenciada não assenta num princípio de eliminar a singularidade de cada área do conhecimento que o estuda, pelo contrário, “tem de satisfazer uma alargada variedade de especificações, porque o tempo envolve o nosso pensamento e a nossa experiência em todas as dimensões em que nos inserimos no mundo. Daqui se depreende que o estudo do tempo tem de assentar em perspetivas multidisciplinares” (Fraser 1981: xxxvi). A conceção de tempo orienta-se no sentido de combater o isolamento, traçando caminhos que facilitem a interação entre saberes, e desta forma elucidar as diversificadas compreensões do tempo. Estes caminhos, não só permitem um entendimento mais abrangente, como também podem desvendar as relações espaço-tempo que, com os avanços tecnológicos, assumem um papel primordial na orientação e mobilidade no espaço físico. Uma teoria universal do tempo não se destina a eliminar as particularidades das áreas do conhecimento que para ela contribuem, mas a procurar na convergência de diversas perspetivas um meio para eliminar o isolamento a que estas estão votadas. Cada área do conhecimento deve trabalhar no sentido de contribuir com conceções de tempo que, ao se cruzarem e interagirem entre si, se elucidem mutuamente (Fraser 1981: xxvii).

Independentemente de qualquer definição de tempo ou temporalidade, o Homem sempre viveu no tempo, com um relógio interno a regulá-lo. No entanto, quando inseridos nas sociedades ditas modernas deixámos, há muito, de respeitar os ritmos circadianos. É frequente não comermos ou descansarmos quando o corpo pede, uma vez que estamos

¹ No século XVII havia, naturalmente, diversos mecanismos de contar o tempo, como clepsídras e ampulhetas, mas nenhum tinha a precisão e reprodutibilidade necessária a um instrumento de medida de índole científica. Note-se que Galileu concluiu que o período de oscilação do pêndulo não dependia da massa suspensa, mas sim do comprimento do braço, ao que Cristian Huygens confirmou matematicamente a veracidade da afirmação, desde que o movimento do pêndulo fosse cicloidal.

condicionados pelos sincronismos impostos pelo ritmo social, pela hora de levantar, hora de almoçar ou de jantar, sempre ajustados às imposições globalizadas. Começamos a trabalhar aquando do sinal horário, paramos com idêntico sinal. Comemos em sincronia, sociabilizamos em sincronia, partilhamos momentos de lazer em sincronia. A ação social de um indivíduo está, em diferentes graus de intensidade, condicionada por reguladores tão diversificados como os astros, os pêndulos, o impulso elétrico de um cristal, o decaimento radioativo de um elemento químico, ou seja, por qualquer fenómeno que marque o passo, com periodicidade extra-humana. Subjugamo-nos aos relógios em respeito por um sincronismo cada vez mais hegemónico, que não respeita sequer o espaço, ou seja, nesta perspetiva tempo e espaço estão a dissociar-se cada vez mais, dado que o tempo dos relógios é regulado por um fuso horário, e é o que é seguido pelas sociedades ditas modernas, independentemente do local onde se encontram (Lee 2012).

1. O sincronismo horário

Desde muito cedo que a doutrina religiosa impunha regras sincrónicas. Os templos ocidentais criaram mecanismos para regular ritmos e impor sincronismos, onde a “regra impunha a sua disciplina de ferro, ritmando a vida monástica de uma maneira que deixava pouco espaço para a fantasia” (Klein 2007: 16). No séc. VII, a bula do papa Sabiano impunha que os sinos tocassem sete vezes a cada período de vinte e quatro horas para marcar as sete horas canónicas (ibidem)². O martelo do sino era acionado por uma clepsidra que, quando o reservatório de recolha da água atingia um determinado peso, acionava o mecanismo do sino. Como todos os sistemas de contagem da passagem do tempo que recorriam à água, como marcador do passo, estes estavam condicionados pelos caprichos da meteorologia que, por vezes, congelava a água e anulava a marcação das respetivas horas canónicas. Ainda assim, esta regra, imposta nos mosteiros, difundiu-se rapidamente pelas cidades, que dotaram os seus mecanismos de contagem do tempo com o poder de regular um comportamento social, ou melhor, atribuíram a um mecanismo o poder de medir durações entre dois acontecimentos. Quando o sino se fazia ouvir, era hora de rezar, independentemente dos afazeres.

No séc. XIV os relógios “tocavam as horas nas cidades, sincronizando as atividades humanas e sociais, inaugurando uma regularidade até então desconhecida na vida dos artesãos e mercadores” (Klein 2007: 16). Durante a época medieval, determinados momentos do dia eram marcados por toques, muito antes da invenção dos relógios mecânicos, que se destinavam tanto à população em geral, como para determinados grupos da sociedade. Diferentes sinais, no número de toques, na duração, na intensidade, na localização do sino, destinavam-se a diferentes finalidades ou grupos, gerando nas grandes cidades o que “foi adequadamente descrito como o caos acústico” (Glennie & Thrift 2009: 38).

² As sete horas canónicas eram: matinas, momento de oração noturna; laudes, uma hora antes do Sol nascer; prima, a primeira hora do dia; terça, a meio da manhã; sexta, ao meio-dia; nona, ao meio da tarde; as vésperas, marcando o pôr-do-sol e finalmente as completas, uma hora antes do deitar.

Esta regulação limitada geograficamente, uma vez que a contagem do tempo era local e não coincidente entre cidades vizinhas³, manteve-se durante cerca de cinco séculos. Todo o séc. XX foi marcado pela evolução do conhecimento científico nos mais diversos campos do conhecimento, com repercussões significativas na tecnologia, que deu passos largos, impulsionando e sendo impulsionada pela ciência numa espiral de produção de conhecimento. A contagem do tempo e a sincronia dos relógios acompanharam esta revolução técnico-científica.

Os relógios do final do séc. XX apresentam uma precisão que no início deste mesmo século seria inimaginável para os mais crédulos. Os cristais de quartzo que desempenhavam a função de marcar o passo do mecanismo dos relógios, em detrimento do pêndulo, seriam substituídos pelos ainda mais precisos relógios atômicos, com o decaimento do Césio a substituir a função dos cristais de quartzo. Na década de 60, é desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) o sistema Long Range Aid to Navigation, destinado a conduzir os navios aliados pela imensidão do Pacífico. Em 1990 os vinte e quatro relógios, do mesmo número de satélites do sistema GPS (Global Positioning Sattelite), apresentavam uma exatidão de 50 bilionésimos de segundo por dia (Galison, 2005). Estes satélites emitem um sinal horário com seis mil biliões de Algarismos que, quando é rececionado pelos seus congéneres, é comparado com o seu próprio registo interno. Através deste sistema de medição de distâncias a partir da duração da viagem do sinal horário, a localização na Terra faz-se com quatro satélites, três definem coordenadas geográficas, e o quarto fica encarregue da definição do tempo. E, uma vez que, comparativamente aos relógios atômicos, o Tempo das Efemérides⁴ é variável, este oscila na ordem do segundo por ano. Conclui-se que nem a contagem do tempo baseada no movimento dos astros, presente em toda a história da humanidade e identificável em todas as civilizações e é tão precisa como a contagem do tempo utilizado no sistema GPS, que apresenta uma precisão da ordem do microsegundo por ano. Aqui, pode-se questionar a precisão do sistema: considerando que, por definição, um ano astronómico corresponde ao período de translação da Terra. Se o relógio atómico não o mede com exatidão é porque não é rigoroso, ou terá sido o planeta que se atrasou em relação aos relógios? Ou foram os relógios que se adiantaram ao planeta? Responder afirmativamente à primeira questão poderá ser interpretado como a assunção de que a Natureza está errada e, conseqüentemente, os artefactos humanos criados com a função da medição e interpretação dos fenómenos naturais é que estão certos.

2. O tempo na escola

Durkheim defendia que se alguém quer compreender o conceito de tempo de uma sociedade, terá de considerar não apenas a natureza ou a consciência moral individual, mas também a 'natureza da sociedade', os seus símbolos e conceitos coletivos (Bergmann 1992:

³ Este facto é facilmente observável nos horários dos comboios no final do séc. XIX, onde cada localidade construía o seu, de acordo com o relógio que estipulava a hora oficial da cidade.

⁴ Atualmente consideram-se dois padrões para medir o tempo, o das efemérides e a frequência das oscilações atómicas, geralmente do Césio-133.

83). Por outro lado, “não pode pensar o tempo sem tomar em consideração os processos da sua medição e das formas como é dividido” (Adam 2004: 103). O conceito de tempo reside numa perspectiva transcendente assente na comunidade, portanto, fora da consciência moral de cada um, é externa ao indivíduo.

A relação que cada um estabelece com o tempo, para Durkheim, resulta de atividades sociais coletivas (festas, ritos, etc.), justificando, assim, a relação de interdependência entre o tempo e a ação social. Tomando o tempo como um conceito que também é uma construção social, este é transmitido a cada indivíduo durante os processos de aculturação. Estes processos outrora entregues às famílias e às instituições religiosas, constituem hoje um mandato entregue às escolas.

A questão do tempo e a relação que a sociedade com ele estabelece, sempre foi, e continua a ser, crucial para as organizações educativas, nomeadamente na vida de todos os que a rodeiam, alunos e familiares, professores e funcionários. Fernandes (2008) apresenta um episódio da sua vida pessoal para salientar, que desde o dia que frequentou pela primeira vez a escola, sentiu que o tempo e a escola eram indissociáveis. A relação que, enquanto aluno, estabeleceu com o tempo, estava intimamente ligado às suas atividades escolares:

“em primeiro lugar, porque a sua estruturação global era estabelecida segundo um conjunto de finalidades propostas na grelha curricular, e em segundo lugar porque, na sua espessura, ele definia a vigência do cenário quotidiano da troca/aquisição de saberes. Por fim, porque o tempo subjetivo poderia ser nulo se o interesse impregnasse a gesta da aprendizagem ou, pelo contrário, denso e imóvel, se o aprender se limitasse a repetir indefinidamente o aprendível.”
(Fernandes 2008: 17)

No processo de aculturação do indivíduo pela escola, são-lhe incutidos os valores relacionados com o tempo. Esta integração na escola da função de incutir valores relativos ao tempo não é recente. A título de exemplo, Whitrow (2003: 9) lembra que desde o séc. XIV que nas escolas italianas o tempo era conotado como algo com valor, que fluía de um modo contínuo, surgindo, como as primeiras evidências de um tempo encarado como um bem.

Por outro lado, Foucault (1977) revela que desde a criação das primeiras instituições, o tempo escolar foi estruturado de forma a disciplinar o corpo, treinando-o para o respeito por um ritmo e hábitos de trabalho distintos dos das efemérides que, anteriormente à invenção dos mecanismos de iluminação e dos relógios, regulavam a atividade humana. A jorna de sol a sol, pelo menos desde a revolução industrial, não serve as necessidades do mercado de trabalho. O horário escolar rígido e cíclico incute no aluno um ritmo de trabalho que, em muitos casos, contraria os seus próprios ritmos circadianos, mas permite desenvolver uma sociedade homogeneizada e regulada pelo sincronismo horário, com as escolas, a indústria, os serviços, o lazer, a passo, tal como se regulam os relógios. Os jovens são, desde tenra idade, subjugados aos ritmos determinados pela escola, “permitindo ajustar o relógio biológico dos sujeitos escolarizados aos códigos em que se formaliza o tempo da educação” (Benedito 2008: 35). A escola está incumbida de treinar os alunos de acordo com

as regras temporais que a sociedade impõe. Este é, no nosso entender, um elemento primordial do currículo oculto da escola dos nossos dias.

Na escola, o tempo e o espaço são indissociáveis e não se verifica apenas a domesticação do tempo, verifica-se também a domesticação do espaço: já os jesuítas dispunham os alunos em filas, cada um com o seu lugar marcado sem autorização para mudarem, dispostos segundo regras pré-definidas de higiene, comportamentais, ou de estágio de desenvolvimento e salvaguardando sempre para o mestre uma posição privilegiada para exercer o seu domínio. A alteração da disposição dos alunos na sala constituía um mecanismo de punição para uns e de prémio para outros.

Algumas destas regras são, ainda, dominantes nas escolas, onde as salas de aula seguem os cânones da disciplina do corpo, com o professor a dominar o espaço, com controlo sobre os alunos, dispostos em filas. Esta disposição espacial tem também como função, dominar a atenção dos alunos, evitando que perturbem e se distraiam. Esta organização espacial serve também o tempo, uma vez que tem o propósito de manter os alunos atentos ao decorrer das atividades escolares, o que constitui mais uma forma de conferir ao tempo a característica de um bem (Torre 2007), que não pode ser desperdiçado ou ser utilizado de forma indevida.

Assim, a escola acaba por inculcar nos alunos uma noção de tempo impregnada com a noção de bem, que deve ser utilizado de forma racional e produtiva, preparando-os para uma vida futura ativa, dado que “todas as práticas temporais da indústria, apesar da sua diversidade, dependem do tempo criado pelo desígnio humano, isto é, do tempo descontextualizado e quantificável por um relógio. Assente no princípio do tempo cronológico, o tempo económico podia florescer e estabelecer o paralelismo entre tempo e dinheiro” (Adam 2004: 73). Esta conceção de tempo está, hoje, generalizada à escala da economia global.

A perspetiva de Foucault, de que o domínio do horário escolar sobre as demais atividades serve o propósito de dominar o corpo, encontra eco em Escolano Benedito que considera que o tempo escolar se apoderou da infância, “da sua natureza espontânea e da sua liberdade” (2008: 34). O horário escolar, nos seus ciclos curtos como o dia ou a semana, condicionam a vida dos jovens, disciplinando-os, e também condiciona a vida de todos os que com eles convivem. A vida dos adultos com jovens a seu cargo em idade escolar é, igualmente, condicionada pela escola, não apenas nos ciclos curtos, diários e semanais, mas também nos ciclos longos, como os períodos de férias ou as transições de nível de ensino, especialmente quando implicam a mudança de instituição escolar. O horário e o calendário escolares são, efetivamente, uma criação social que disciplina todos os que, direta ou indiretamente, se relacionam com a instituição escolar, com fortes implicações em toda a sociedade.

De facto, hoje entendemos a escola como uma instituição reguladora dos calendários de uma parte significativa da população. Mas nem sempre assim foi. No decorrer do séc. XIX, as populações rurais resistiram muito à inclusão dos jovens nas escolas, uma vez que estes representavam uma força de trabalho que não podia ser dispensada (Correia 2008: 126). Nesta altura o calendário escolar estava condicionado por fatores externos à escola, como era o caso das interrupções letivas que eram calendarizadas de acordo com os períodos das

colheitas nos campos, de modo a permitir que os jovens nelas participassem. Numa lei de 1844 refere-se que se os pais, patrões ou qualquer outra pessoa com crianças a seu cargo em idade escolar, não pudessem prescindir do seu trabalho, estes poderiam frequentar apenas um turno diário escolar (idem 127) e 6 anos depois surgiu um novo normativo que permitia ajustar o horário escolar às atividades agrícolas a que o aluno fosse chamado a participar (ibid.). Nesta época, o calendário escolar não representava um fator determinante na regulação social, ao ponto de os alunos poderem iniciar o ano letivo em qualquer momento. Não era, portanto um elemento estruturante da instituição escolar, não deixando a escola de inculcar nos alunos valores relativos ao tempo.

Com a evolução do calendário e dos horários escolares, o tempo tornou-se estruturante e, assim, condicionando a atividade profissional e pessoal. Também os alunos e os professores deixaram de respeitar os seus ritmos circadianos, não podem comer ou descansar quando o corpo pede, uma vez que estão condicionados pelos sincronismos impostos pelo ritmo escolar, pela hora de levantar, de almoçar ou de jantar. Nem tão pouco, os alunos têm a atividade letiva regulada de acordo com os momentos de maior capacidade de concentração e raciocínio, pelo contrário, podem ser forçados pelo horário escolar a concentrarem-se em períodos do dia que lhes são biologicamente desfavoráveis e, seguidamente, a descansar quando o corpo está apto a trabalhar (Frada 2009). Se nos níveis de ensino mais baixos esta realidade é recente, no ensino superior vem de longa data. Já na Universidade de Coimbra, no séc. XV, “a regulamentação do tempo e o seu controlo eram parte integrante da posse e exercício do Poder [capital no original]” (Fernandes 2008: 23).

Assim, o tempo também é fundamental para a escola, enquanto instituição, dado que “constitui um dos elementos estruturais e estruturantes na cultura de escola” (Benedito 2008: 33). É estrutural porque toda a organização escolar está concebida e ordenada em torno dos horários que são fundamentais para o seu funcionamento. É, sobretudo, estruturante, porque se relaciona com todas as estruturas sociais em torno da escola, condicionando as atividades escolares no que respeita à organização dos espaços e momentos de sociabilização entre as pessoas, no desenvolvimento dos currículos, nomeadamente no que é ensinado, quando e com que duração.

Atendendo a que o tempo é um princípio organizacional estruturante, cujas manifestações surgem como factos sociais – é uma estrutura condicionante e condicionada por outras estruturas sociais – deveria haver oportunidade para ser individualmente gerido. Quando assim não acontece, resultam não só implicações no indivíduo, mas também nas demais estruturas sociais (Bergmann 1992: 99). Neste sentido, qualquer alteração do período letivo, semanal ou diário, constitui uma grande reforma no sistema de ensino. É, também, uma grande reforma para a instituição escolar qualquer alteração na unidade temporal das atividades letivas. Esta implica uma reorganização do currículo, dos espaços escolares e na forma de exercer a atividade docente, dado que implica uma reestruturação da planificação e da implementação das aulas a ministrar.

Esta estruturação tem igualmente reflexo na definição de valores socialmente aceites. O horário escolar é um fiel registo do trabalho desenvolvido numa escola, tanto no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos alunos, como pelos professores. Contudo, como temos vindo a referir, forja a relação que o aluno estabelece com o tempo, dado que cada

disciplina dispõe de X horas, repetidas em ciclos semanais, durante Y meses, no decorrer de Z anos. “Horários, calendários, horas de trabalho, tempo de recreio, o fim das aulas, são referências fundamentais no pensamento tecnificado moderno acerca do tempo em educação” (Gimeno Sacristán 2008: 19).

Os sistemas de horários e calendários escolares são hoje parte integrante da cultura, e constituem-se como sistemas sociais de autorregulação, blindados a influências externas. Note-se que, mesmo em momentos de tensão entre decisões tomadas pelos governos e sindicatos, como nos diversos períodos de luta sindical, as aulas não deixaram de se iniciar e os alunos não deixaram de obter os seus certificados no final do ano, sempre regidos por um calendário escrupulosamente seguido. Na educação, o calendário escolar dita a regra que ninguém ousa quebrar, como acontece por exemplo na área da justiça, com a prescrição de processos judiciais, ou na saúde, quando os serviços chamam um doente para uma consulta já depois de este ter falecido com a doença de que padecia.

À medida que a escola foi ocupando um papel crucial nas sociedades ditas modernas, a influência da escola sobre a sociedade foi-se avultando, desempenhando hoje um papel de regulador das temporalidades da sociedade. O horário e o calendário são apreendidos pelos alunos quando entram na escola nos primeiros anos de idade, senão mesmo nos primeiros meses, e são assim entendidos e aceites. A vida destas crianças e jovens mantém-se estruturada em ciclos diários, semanais e de períodos de trabalho pré-definidos para toda a vida ativa. Esta dependência do calendário escolar, projetada nos calendários profissionais difunde-se, assim, por todas as estruturas sociais.

Uma evidência desta projeção das regras escolares sobre as demais estruturas sociais será o facto de tacitamente, na academia portuguesa, se aceitar que uma reunião se inicia até 10 minutos após a marcação do seu início, período este que é conhecido como os *10 minutos académicos*. Esta prática decorre de, em 1653, os relógios da Universidade de Coimbra terem sido atrasados 15 minutos, relativamente à hora oficial da cidade, para marcar o tempo de atraso permitido aos professores, antes de iniciarem as suas aulas. Nas escolas, em regra, há um segundo toque ao primeiro tempo letivo que legitima o atraso de professores e alunos, que embora não sendo de 15 minutos (em regra é de 10 minutos) tem a mesma função e, certo é, que quando os alunos ingressam no mercado de trabalho contam, legitima ou ilegitimamente, com um idêntico período para se apresentarem no respetivo serviço. Com isto não queremos dizer que o mercado aceite os minutos académicos, apenas referimos que a escola transmite esta mensagem a todos os que a frequentam. Em termos de ciclos longos, encontramos o período de eleição para férias, o mês de agosto, não constituído certamente coincidência o facto de haver uma interrupção letiva neste mês.

Para Gimeno Sacristán, o tempo regulado interfere sempre na vida das pessoas e nas formas como sociabilizam, levando-as a considerar que o tempo escolar não se limita ao tempo físico, do relógio e do calendário. Os relógios regulam a ação individual e coletiva, têm a capacidade de impor limites e regras sociais, chegam mesmo a posicionar-se como um agente com a habilidade de classificar os sujeitos, posicionando-os na “fronteira entre a normalidade e a anormalidade” (Gimeno Sacristán 2008: 21).

O aluno que se atrasa frequentemente nas tarefas escolares não é mais entendido como quem perdeu o ritmo face aos que o acompanham, é, agora, uma categoria de ser humano. Quem se atrasa sistematicamente não está, apenas, num desfasamento horário relativamente ao tempo físico dos relógios e dos calendários escolares, passou a ser o irresponsável ou desinteressado pela escola, o que em qualquer caso é motivo de exclusão social. O mesmo acontece com as tarefas escolares. O seu incumprimento *a tempo* é motivo de penalização moral e social, estereotipando o aluno como preguiçoso e desinteressado.

3. As decisões políticas relativas ao tempo escolar

Os tempos letivos definem a unidade temporal nas escolas, são a referência para a contabilização do currículo dos alunos e do trabalho para os professores. Os objetivos e as metas traçados pela escola, patentes nos Projetos Educativos, destinam-se a ser atingidos num período temporal relativamente curto, tipicamente de quatro anos, que coincide com a vigência dos mandatos das equipas diretivas. Esta regularidade institucional estabelece ciclos de funcionamento relativamente curtos e, conseqüentemente, limitadores do sucesso das reformas, com alguma profundidade, nas instituições ou mesmo nas organizações educativas. Os políticos com responsabilidades na área educativa tendem a considerar que o seu tempo de ação está limitado à duração do mandato. Esta janela temporal define, no seu entender, o tempo de idealização, de produção legislativa e de implementação nas escolas, com a respetiva assimilação e efetivação por todos os agentes educativos. No entanto, o tempo necessário para intentar uma mudança é muito mais longo, tipicamente da ordem das duas décadas.

Acerca deste último salientamos, ainda, a temporalidade nas decisões. As alterações intentadas politicamente na escola resultam de modelos teóricos, de suposições e de projeções temporais construídas com base na historicidade das instituições e, sobretudo, nos dados recolhidos no presente. Aqui o fator tempo é crucial, é simultaneamente o campo de mudança e um entrave à própria mudança. Entre a tomada de decisão, por parte do decisor, e a efetiva implementação no terreno decorre um período temporal mais ou menos longo. Este tempo decorrido constitui um campo onde se desenrola uma ação, independentemente das alterações que estão a ser desenhadas, acabando por produzir um primeiro desfasamento entre a decisão e a conseqüente implementação, dado que os atores podem já não ser os mesmos, nem nas mesmas condições. Ou seja, as condições de partida, que serviram de base às projeções futuras não são as verificadas no momento da implementação da mudança, decorrente da ação que se desenrolou no tempo – aqui o tempo funciona como um entrave. Uma medida acaba por ser implementada sobre numa realidade que não é igual à projeção que o decisor desenhou, relativamente às condições de aplicabilidade da legislação.

Posteriormente, com o decorrer da vigência da legislação, a ação é pontuada por acontecimentos que não eram previsíveis aquando da idealização do processo de mudança, desenvolvendo-se uma segunda fase de desfasamentos. Estes desfasamentos podem surgir por fatores internos, como por exemplo, a resistência dos atores com ações não espectáveis, ou condições externas, como fatores económicos ou sociais. Surgem, então, novos ajustes, com decretos e regulamentos destinados a adaptar as medidas à nova realidade, tentando

orientar a ação no sentido do objetivo final. Com o desenrolar do tempo, com o acumular de ajustes, as intenções delineadas na primeira fase do processo acabam por ser sucessivamente desvirtuadas, afastando-se cada vez mais dos objetivos iniciais.

Os ciclos eleitorais, locais e nacionais, frequentemente acentuam esta divergência entre os ideais do legislador, as respetivas projeções e as efetivas mudanças verificadas. Se o ciclo político conduz, também, a uma mudança da cor política, a divergência entre a intencionalidade e a ação é potenciada pela diluição da consciência da historicidade do processo. Com o passar do tempo, o desvio às projeções idealizadas é de tal forma elevado que surge a necessidade de produzir uma nova reforma, recomeçando todo um novo ciclo, com um novo conjunto de ideais, de pressupostos e de projeções.

No XIII Governo Constitucional, com o Eng^o António Guterres como Primeiro-ministro e o Doutor Guilherme d'Oliveira Martins como Ministro da Educação, foi levada a cabo uma profunda reestruturação do sistema de ensino português, alterando-se desde o desenho curricular dos vários níveis de ensino à organização das escolas, alterando inclusive a unidade temporal que definia a carga horária das diversas unidades curriculares e os horários dos professores.

O Decreto-lei 6/2001 de 18 de Janeiro que tem como objetivo (artigo 1^o) “estabelece[r] os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional”, numa perspetiva da escola ser apenas o início do processo de educação e formação, que se desenrolará ao longo da vida.

Este decreto vem revogar o DL 286/89 que tinha como princípio orientador, “a construção de um projeto de sociedade que, preservando a identidade nacional, assuma o desafio da modernização resultante da integração de Portugal na Comunidade Europeia”, ou seja um projeto nacional uniformizador, “valoriza[ando]-se o ensino da língua portuguesa, como matriz de identidade”. Os planos de estudo foram idealizados para todo o território, com uma distribuição horária igualmente uniforme. A “identidade nacional” (*idem*) era enfatizada, reprimindo a possibilidade das escolas se organizarem de modo a valorizarem e preservarem a sua identidade local. Neste capítulo, o DL 6/2001 abre portas para “a iniciativa local mediante a disponibilização de margens de autonomia curricular na elaboração de projetos multidisciplinares e no estabelecimento de parcerias escola-instituições comunitárias” (*idem*).

Com a publicação deste Decreto-lei para o ensino básico, e congénere 7/2001 para o ensino secundário, é criada a possibilidade de se apresentarem projetos de gestão flexível de currículo “num quadro de crescente autonomia na gestão dos recursos humanos e materiais” (D.L. 7/2001) em respeito pelas características regionais onde “os projetos de escola devem articular o currículo nacional com o contexto social, cultural e económico” (*idem*), ou se estabelecerem Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), para os casos em que as escolas se inseriam em áreas geográficas que apresentassem particularidades que concorriam para taxas de abandono ou de insucesso acima da média nacional. É, assim, quebrado o princípio de todas as escolas de todo o país ensinarem os mesmos conteúdos, respeitando o mesmo desenho curricular dos diversos níveis de ensino.

Atualmente, aproveitando a possibilidade das escolas se constituírem TEIP, e assim receberem verbas e crédito de horas de trabalho dos professores, encontram-se soluções locais, criando programas específicos para apoiar os alunos em disciplinas nucleares, como é o caso da matemática. Nestas escolas têm sido ensaiadas algumas soluções educativas e pedagógicas, como por exemplo desdobrar a turma por dois professores durante alguns tempos letivos, criando uma espécie de turmas-nível, como apelidou um professor que tem esta experiência. No entanto, as vantagens de desdobrar a turma assentam no princípio de que o professor terá mais disponibilidade para cada aluno, dentro do período letivo, dado ter a seu cargo menos alunos. A experiência em matemática suscita dúvidas, quando se estuda a sua eficácia, porque os alunos que estão com o professor que não é o titular “reagem mal”⁵ e têm uma quebra de rendimento resultante do facto do professor da turma abordar os temas de um modo diferente, porque os alunos “estão habituados àquele professor que explica daquela maneira” (idem). Uma análise à realidade desta escola permite observar que, de facto, a intencionalidade de uma medida pode resultar num fracasso, decorrente de fatores humanos, muitas vezes imprevisíveis. Neste caso, mais proximidade entre o professor e o aluno, beneficiando este de mais tempo de atenção do professor, não resultou em sucesso, pelo menos quando os alunos estavam com um professor que não era o titular da turma.

Os desenhos curriculares apresentados nesta lei, a serem seguidos pelas escolas que não apresentassem propostas curriculares alternativas, contemplam um conjunto de áreas curriculares disciplinares, de educação para a cidadania e outro de áreas curriculares não disciplinares, também com uma vertente de formação pessoal e social. No entanto, esta abertura para uma flexibilização curricular não tem extensão para o tempo, uma vez que a carga horária prestada a cada disciplina continuou regulamentada, sem que se transferisse para as escolas a sua gestão.

No entanto a revisão curricular não deixou de prestar atenção ao tempo escolar e alterou a duração da unidade letiva a todas as disciplinas, de 50 para 90 minutos, permitindo que estes últimos pudessem ser desdobrados em dois momentos, de 45 minutos cada. A 23 de Setembro de 2010 nas instalações do Centro de estudos e intervenção em Educação e Formação da Universidade Lusófona (Ceief) entrevistámos a Doutora Ana Benavente, que em 2001 era responsável pelo Departamento do Ensino Básico, que em parceria com Paulo Abrantes foram os mentores da reestruturação da organização escolar.

Para Ana Benavente, “tempo, espaço e poder são fundamentais na escola e no processo educativo (...), o tempo é onde se inscrevem as ações, não deve ser o tempo a mandar nas ações. É a atividade que dita e não o tempo”⁶. Assim, partindo do princípio que o tempo de aula é entendido como recurso (Torre 2007) colocado à disposição do professor, deve ser administrado em função das atividades que foram delineadas, e não o contrário, o professor não deve ficar condicionado pelo tempo disponível na forma de planificar e nas estratégias a adotar. Nesta perspetiva, este passa a ser um agente que dispõe de tempo para

⁵ Entrevista a um professor de uma escola TEIP (território educativo de intervenção prioritária), do concelho de Almada, realizada a 5 de março de 2012 na própria escola.

⁶ As citações aqui assinaladas são transcrições da entrevista por nós conduzida, a 23-09-2010 nas instalações da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

administrar, e será nele que se desenrola a ação, de acordo com a planificação. A equipa do Departamento do Ensino Básico considerava que na “escola tradicional que herdámos, o tempo servia um determinado modelo de escola, que era a aula expositiva”. Com isto, Ana Benavente pretende salientar que 50 minutos de aula eram suficientes para se dar entrada na sala, fazer a chamada, preparar os materiais, pelos professores e pelos alunos, expor os conteúdos durante um período de tempo tolerável pelos alunos e, por fim, realizar alguns exercícios de aplicação.

Com as aulas programadas para uma duração de 50 minutos, na escola que a entrevistada apelida de tradicional, o tempo é considerado no que Torre define como um meio (2007) no qual o professor não detém a sua posse, nem tem forma de o controlar, é apenas o meio propício para o desenrolar da ação educativa, apresentando-se como um agente opressor, uma vez que inviabiliza a implementação de um conjunto diverso de estratégias de sala de aula. As estratégias consideradas viáveis seriam apenas as que o professor tivesse possibilidade de controlar a sua duração. Por exemplo, todas as atividades onde a iniciativa e o ritmo de trabalho saíssem da tutela do professor, transferidas para o aluno, mostrar-se-iam inviáveis, pois seria provável que muitos não concluíssem as tarefas delineadas, resultando no insucesso da própria atividade.

Dos 50 minutos de aula, apenas uma fração era aproveitada para trabalho letivo, o restante tempo era ocupado por tarefas burocráticas ou administrativas e, também, a pôr ordem na sala de aula. A alteração da duração do tempo letivo de 50 para 90 minutos assenta em duas convicções de Ana Benavente. Por um lado, “não pode ser o tempo a mandar”, os 50 minutos de aula acabam por ser limitativos para a ação do professor, como temos vindo a salientar. É, de facto, tempo suficiente e talvez adequado para um certo tipo de atividades em sala de aula, assentes sobretudo em estratégias expositivas, mas é, também, impeditivo para a implementação de uma diversidade de atividades mais centradas no aluno.

Entrevistámos uma professora de uma escola do Concelho de Almada⁷, com uma vasta experiência de ensino de matemática no ensino secundário que, relativamente a este respeito nos referia que as aulas de 90 minutos também não são as ideais, porque é muito tempo e nenhum aluno se mantém concentrado durante os 90 minutos. Eles fartam-se das atividades letivas, mesmo quando estas se desenrolam com recurso a atividades experimentais, chegando mesmo a preferirem que lhes sejam fornecidos dados, em vez de serem os próprios a adquirirem-nos. Para este professor a gestão de tempo de sala tem de ser criteriosa, o que há de importante a fazer, tem de ser feito nos primeiros 60 minutos, depois apenas se podem realizar tarefas que requeiram menores níveis de concentração. Este professor planifica as suas aulas gerindo o tempo como um recurso (Torre 2007), o que, nas suas palavras “obriga a um muito maior cuidado na planificação das aulas, embora saia sempre furado”. O facto de se ter em consideração o fator tempo, no momento de desenhar a aula, tem como consequência que o plano de aula não é frequentemente cumprido, porque os alunos não têm um comportamento padrão, pelo que a dimensão temporal do plano tem de ser dinâmica e sujeita a permanentes reajustes. Para este docente, a marca temporal

⁷ Entrevista realizada na própria escola a 10 de maio de 2012.

transversal à generalidade das aulas, e independentemente da turma, corresponde aos sessenta minutos. Aqui há uma quebra notória no rendimento dos alunos nas aulas de matemática. Salientamos que a maioria dos professores com quem conversámos, acerca do tempo nas aulas de matemática, acredita que os 60 minutos serão o tempo ideal para se retirar a maior rentabilidade do fator tempo.

Tendo como objetivo mudar as estratégias de ensino dos professores, Ana Benavente advoga que “as mudanças na escola mais significativas são muitas vezes microdecisões”, decisões que conduzem a alterações muito focadas e direcionadas para um determinado ponto, traduzem-se em fatores de mudança com impacto muito mais significativo sobre o *status quo*, que outro tipo de alterações estratégicas, aparentemente mais substanciais, como alterar programas ou estruturas curriculares. Acreditando que o tempo é estrutural (Benedito 2008) “porque o tempo marcava o modelo, marcava o tipo de trabalho pedagógico que se podia fazer” a sua alteração é forçosamente indutora de mudança. Assim, foi considerada a hipótese de que uma alteração na duração do tempo de aula provocaria alterações profundas na prática docente.

Como já referimos, o modelo de escola tradicional a duração de 50 minutos foi afinada para o professor fazer a chamada, ditar o sumário, estabelecer uma ligação entre a aula que inicia e as que se lhe antecederam e, finalmente, desempenhar a sua função expositiva. Constatou-se que cerca de metade do tempo nestas aulas, “entre os 49 e os 53, 54%, é passado a pôr ordem [na sala], não a dar matéria ou a trabalhar”. A este respeito, um professor de uma escola secundária do Concelho da Amadora⁸ referia que agora, com as aulas de 90 minutos, reparava que decorria muito mais tempo entre o momento em que os alunos entravam e o que marcava o início efetivo do trabalho. Em regra, quando se dispõe de um recurso em abundância tende-se a não o rentabilizar da melhor forma. É o que se passa com este docente, relativamente ao tempo, sabendo que a aula decorre durante 90 minutos, não sentem, alunos e professor, a necessidade de começar a aula tão depressa.

A definição da unidade temporal da aula seguiu um princípio lógico, atendendo o objetivo de provocar a mudança na escola. Os decisores chegaram a um entendimento que “90 min era o tempo ideal para obrigar, entre muitas aspas... [pausa no discurso] estimulando os professores a terem que diversificar o seu trabalho pedagógico”. A estruturação das aulas no decurso de 90min não permitiria que fossem estruturadas seguindo uma lógica predominantemente expositiva. Acreditava-se que, ainda que o professor insistisse nesse registo, os alunos e a dinâmica de sala de aula obrigá-los-ia a mudar de estratégia, uma vez que os níveis de atenção e produtividade dos alunos não se manteriam durante a totalidade do tempo letivo. Efetivamente os professores de matemática, e certamente os colegas das outras unidades curriculares, sentiram essa necessidade. Mas, como já foi referido, a tendência será em iniciar a aula com uma componente expositiva, para aproveitar o período de maior rentabilidade dos alunos. O professor que relatou o insucesso da divisão da turma em dois grupos, relatou também que a transição de aulas de 50 para 90 minutos permitiu-lhe recorrer a instrumentos que dificilmente utilizaria com aulas de 50 minutos, como o recurso a ferramentas informáticas,

⁸ Entrevista realizada na própria escola a 28 de fevereiro de 2012.

dando o geogebra como exemplo. Mas salienta que tem de ter cuidado porque “a partir dos 60 minutos eles [estala os dedos] desligam. Mesmo os bons alunos”. Esta afirmação está inteiramente de acordo com a descrição do colega, que já tivemos oportunidade de relatar, que também referia que tinha de realizar todas as tarefas relevantes nos primeiros 60 minutos de aula.

Esta situação fora, em certa medida, acautelada pela tutela. Os professores que por qualquer motivo não abandonassem a dinâmica expositiva poderiam, no entender de Ana Benavente, dar aos alunos tempo de sala de aula para realizarem os tradicionais trabalhos para casa, individualmente ou em grupo, os corrigirem e se realizasse no imediato o esclarecimento de dúvidas. “Se os professores tradicionais sabem ser explicadores, então que sejam explicadores dos seus alunos.” Todas as estratégias seriam válidas, sendo o limite a imaginação e o engenho dos professores. Esta estratégia avançada por Ana Benavente, acaba por ir ao encontro da prática dos professores, apenas o motivo pelo qual ocorre é que não é coincidente.

Na perspetiva de Ana Benavente, desde o início da implementação da reforma que surgiram os problemas relacionados com questões de poder dentro do Ministério da Educação, nomeadamente com as Direções Regionais de Educação. Estas opuseram-se fortemente à possibilidade das escolas poderem estabelecer diretamente ligações em rede, sem serem tuteladas pelas respetivas direções regionais. Esta prática “rompia com toda a lógica burocrática das relações piramidais”. É convicção da entrevistada que foram as direções regionais, e especialmente os Centros de Área Educativa, com grande enfoco na Direção Regional de Lisboa, que sabotaram (nas palavras da entrevistada) todo o processo de implementação da reforma.

Entretanto, os mentores do projeto saem do governo, Paulo Abrantes por doença e Ana Benavente por iniciativa própria. Com o decorrer do tempo os sucessivos ajustes e adaptações às novas realidades acabaram por desvirtuar toda a reforma educativa, e perdendo-se a sua historicidade e os ideais que a originaram, os normativos que foram emanados não indicavam haver um rumo bem definido. Eram, pelo contrário, respostas a situações episódicas que iam surgindo.

Efetivamente, esta reforma foi reinterpretada pelos atores, que atualmente a concebem de maneira bem distinta da relatada por Ana Benavente. A forma como é entendida pelos professores de matemática (considerando talvez um pouco abusivamente que o editorial da revista Educação e Matemática da Associação de Professores de Matemática traduz um sentimento dos seus associados) está bem patente no editorial da edição de março-abril de 2011 da Revista da Associação de Professores de Matemática.

“A reorganização curricular do ensino básico de 2001, que agora faz 10 anos, alterou a organização dos tempos letivos dedicados à disciplina de Matemática, de 4 períodos semanais de 50 minutos, passou-se para 4 tempos letivos de 45 minutos, mas com a possibilidade (desejável) de se organizarem em dois blocos de 90 minutos ou um bloco de 90 e dois de 45. Receou-se que se tivessem «perdido» 20 minutos do já «escasso tempo» para a Matemática, mas os blocos de 90 abriam a perspetiva de melhor gestão do tempo. Pretender-se-ia também que esses preciosos minutos fossem recuperados ou até ultrapassados de diversas formas. Uma delas derivava da própria conceção de desenvolvimento

curricular assente na definição de competências por ciclo, e por cada área disciplinar ou disciplina, que no caso específico da competência matemática, se desenvolveria também «na combinação adequada do trabalho em Matemática com o trabalho noutras áreas do currículo». O tempo da área de projeto foi, sem dúvida, onde muitas escolas pensaram que esse trabalho podia ser feito e daí os professores de Matemática estarem muito envolvidos nessa área curricular não disciplinar”.
(Rocha 2011)

Fica bem batente que, na perspetiva dos professores de matemática, a reforma curricular não tinha como consequência uma revolução nas metodologias de ensino, mas sim uma perpetuação do tempo como um meio, onde o ambiente deixou de se chamar exclusivamente de matemática, para ser repartido com o de outras áreas curriculares, nomeadamente as não disciplinares, que inicialmente estavam orientadas para a formação pessoal e social.

“A par da alteração da duração dos tempos letivos, as experiências de aprendizagem propostas no Currículo Nacional, como a diversificação da natureza das tarefas e o reforço da integração das tecnologias, tornaram mais exigente o trabalho do professor. Que equilíbrio estabelecer entre elas? Como apostar em tarefas que «vivem» da atividade desenvolvida pelos alunos? E gerir a discussão à volta dessa atividade?... É nestes aspetos, entre outros, que incide a reflexão dos docentes do 3.º ciclo acerca dos resultados dos seus alunos no exame nacional realizado em 2005, ao considerar entre as explicações para os resultados, «a extensão demasiada do programa e/ou insuficiente carga horária; a dispersão curricular existente» (relatório do Ministério da Educação), para diversificarem o trabalho na sala de aula”.(Rocha 2011)

Depreende-se da exposição que, para os professores de matemática, a diversificação das estratégias a implementar em sala de aula centradas no aluno, não passa pela duração da aula. Passa, sim, por alterações de nível curricular, tanto na extensão, como na diversidade das áreas aí inscritas. Esta constatação está de acordo com o que nos foi sendo referido pela generalidade dos professores de matemática com quem já conversámos, que dão ênfase ao facto da disciplina de matemática ter exame no final de cada ciclo. Assim, a relação que estabelecem com o tempo está em muito condicionada pela necessidade de se cumprirem os programas curriculares. No que respeita aos ciclos temporais longos, ano letivo e ciclo de estudos, os professores de matemática entendem-no como um meio onde os alunos são preparados para exames.

Conclusão

O tempo é, hoje, estrutural e estruturante na escola. Toda a organização e funcionamento das escolas estão subordinados aos seus ciclos temporais, aos quais as aulas de matemática também se subordinaram.

A equipa do Ministério da Educação do XIII Governo Constitucional, com Ana Benavente e com Paulo Abrantes na sua estrutura orgânica, acreditava que alterando a duração da unidade letiva alterariam a prática “tradicional” dos professores, assente em processos expositivos. Ainda que o professor insistisse neste registo, os alunos e a dinâmica

de sala de aula obrigá-lo-iam a mudar de estratégia, uma vez que os níveis de atenção e produtividade dos alunos não se mantêm durante a totalidade do tempo letivo. O que se observa atualmente é que para as aulas de matemática, no entender dos professores, a alteração para 90 minutos tornou as aulas demasiado longas, uma vez que na segunda parte da aula, sensivelmente a partir dos 60 minutos, os alunos apresentam elevados níveis de saturação e baixa concentração, o que reduz a rentabilidade do tempo despendido em aula. Para alguns professores é, inclusive, gerador de maior indisciplina.

Em regra, foi abandonada a estratégia de intercalar aulas expositivas, com aulas eminentemente práticas, para se passar a ter um registo expositivo num primeiro período de aula, seguido de uma componente maioritariamente prática. A duração de cada componente é sobretudo determinada por duas razões: pelo aumento da desordem em aula à medida que o tempo vai decorrendo, mais preponderante em alunos mais novos; por cansaço e saturação dos alunos, com maior incidência nos anos mais avançados. Em qualquer dos casos, os alunos tendem a dispersar-se à medida que a aula se vai desenrolando, acompanhado com uma redução dos seus níveis de produtividade. No entanto, se há professores que estão atentos aos sinais dos alunos, como o olhar insistentemente para o relógio mostrando que o tempo de aula não é um tempo que sentem ser deles, e adaptam a sua prática às circunstâncias, outros definem previamente a sua planificação, de acordo com a duração prevista de cada atividade, e cumprem-na independentemente da participação ou níveis de rendimento dos seus alunos. A estruturação do horário semanal no que respeita ao número de vezes que o professor encontra os seus alunos, durante quanto tempo, ou o período do dia em que decorre a aula, influencia o rendimento do aluno em aula e consequentemente o seu sucesso educativo.

No que respeita à forma como se relacionam com o tempo letivo, os professores de matemática, na sua prática letiva, posicionam-se entre dois limites. Num extremo podemos encontrar os que tomam o tempo como um recurso, que gerem de acordo com os seus alunos e os conteúdos que estão a abordar. No outro extremo, posicionam-se os que entendem o tempo como um meio onde se desenrolam as atividades letivas, independentemente do grupo-turma ou dos conteúdos trabalhados. Estes, em regra, referem que cumprem a planificação sem sentir necessidade de recorrer a alterações à planificação, por se terem desviado do rumo traçado para a aula. Em oposição, os professores que utilizam o tempo como um recurso, referem ter mais dificuldade em planificar as suas aulas, pelo menos sentem necessidade de o fazer de uma forma mais criteriosa e, na prática, têm que proceder a ajustes permanentes na planificação, em função da realidade da sala de aula. Salientamos que seria muito redutor classificar os professores numa ou noutra categoria. Apenas podemos referir que os professores se posicionam mais para um extremo ou para o outro, por um lado por questões de identidade profissional, por outro, em resposta a fatores tão diversos como as características da turma, a sua faixa etária, a forma como abordam os conteúdos letivos, ou a urgência em cumprir o programa, especialmente em anos terminais de ciclo e, assim, sujeitos a exames nacionais.

O tempo é, efetivamente, estruturante na escola, onde a relação com o tempo se tem vindo a mutar. Verifica-se que uma alteração da variável tempo alterou, de forma significativa, a prática dos professores de matemática. Consideramos que, para os

professores, o tempo é cada vez mais entendido como um recurso que dispõem para orientar os seus alunos no sentido de aprenderem matemática, compreenderem-na e terem sucesso escolar.

Referências

- Adam, Barbara (1995). *Timewatch: the Social Analysis of Time*. Cambridge: Polity Press.
- Adam, Barbara (2004). *Time*. Cambridge: Polity Press.
- Ambrósio, Teresa (2001). *Educação e Desenvolvimento - I Contributo para uma mudança reflexiva da Educação*. Lisboa: António Coelho Dias, S.A.
- Benedito, A. E. (2008). *La invención del tiempo escolar*. O Tempo na Escola, ed. by R. Fernandes & A.C.V. Mignot. Porto: Profedições.
- Bergmann, Werner (1992). The Problem of Time in Sociology: An Overview of the Literature on the State of Theory and Research on the 'Sociology of Time'. 100-82. *Time & Society* 1, 82-134.
- Buescu, Jorge (2012). *Matemática em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel do Santos.
- Canavarro, José Manuel (2000). *O que se pensa sobre a ciência*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Carter, Lyn (2004). Globalisation and Science Education: Rethinking Science Education Reforms. *Journal of Research in Science teaching*, 42, 561-80.
- Correia, António Carlos (2008). Entre o campanário e a sineta da escola. In R. Fernandes & A.C.V. Mignot. *O Tempo e a Escola*. Porto: Profedições.
- D'Ambrósio, Ubiratan (1999). Literacy, Materacy, and Technoracy: a Trivium for Today. *Mathematical Thinking and Learning*, 1, 131-53.
- D'Ambrósio, Ubiratan (2005). Sociedade, Cultura, Matemática e seu Ensino. *Educação e Pesquisa*, 31, 99-120.
- D'Ambrosio, Ubiratan, Paul Black, Mohamed El-Tom, Michael Matthews, Bienvenido Nebres & Tibor Nemetz (1992). *Science, Mathematics, Engineering and thecnology Education for Citizenship in the 21st Century*. Paper presented to the Summer Symposium on Educating for Citizenship in the 21st Century. Washington, D.C.
- Fernandes, Rogério (2008). A borboleta e o tempo escolar. In R. Fernandes & A.C.V. Mignot. *O Tempo e a Escola*. Porto: Profedições.
- Foucault, Michel (1977). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Frada, João (2009). *Biorritmos e Insucesso Escolar: algumas opiniões e reflexões*. Portal da Saúde Pública.
- Fraser, J T. (1999). *Time, Conflict and Human Values*. Chicago: University of Illinois Press.
- Fraser, Julius Thomas (1981). Introduction. In J.T. Fraser (ed). *The Voices of Time: a cooperative survey of man's views of time as expressed by the sciences and by the humanities*, xvii-xxviii. Amherst: The University of Massachusetts Press.
- Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Freire, Paulo (1997). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S.A.
- Gerdes, Paulus (2007). *Etnomatemática: reflexões sobre Matemática e Diversidade Cultural*. Ribeirão: Humus.
- Gimeno Sacristán, J. (2008). *El valor del tiempo en educación*. Madrid: Ediciones Morata.
- Glennie, Paul & Nigel Thrift. (2009). *Shaping the Day: a History of timekeeping in England and Wales 1300-1800*. Oxford: Oxford University Press.
- Goodson, Ivor (2008). *Conhecimento e Vida profissional*. Porto: Porto Editora.
- Goodson, Ivor, Gert Biesta, Michael Tedder & Norma Adair (2010). *Narrative Learning*. Abingdon: Routledge.
- Kilpatrick, Jeremy (1999). Investigação em educação matemática e desenvolvimento curricular em Portugal: 1986-1996. In M. Pires, C. Morais, J.P. Ponte, M.H. Fernandes, A. Leitão & M.L. Sarrazina (eds.) *Caminhos para a Investigação em Educação Matemática em Portugal*. Bragança: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
- Klein, Étienne (2007). *O Tempo. De Galileu a Einstein*. Casal De Cambra: Caleidoscópio.
- Landes, David S. (2009). *A Revolução no Tempo*. Lisboa: Gradiva.
- Lee, Raymond (2012). Global Modernity and Temporal Multiplicity. *KronoScope*, 12, 31-52.
- Nóvoa, António (1988). A República e as Escolas das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades. *Revista Portuguesa de Educação*, 1, 29-60.
- Rocha, Isabel (2011). Currículo de Matemática e o Tempo. *Educação e Matemática: revista da Associação de Professores de Matemática*, 12.
- Scocuglia, Afonso Celso (1999). *A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise de Paradigmas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Teodoro, António (1997). *Poder e participação em Educação*. Lisboa: Eds Universitárias Lusófonas.
- Teodoro, António (2001). Nos primórdios do Século XXI, Professores para quê?. *Seara Nova* 72, 49-51.
- Teodoro, António (2003). *Globalização e Educação. Políticas educacionais e novos modos de Governação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Torre, Ramón Ramos (2007). Time's Social Metaphors: an empirical research. *Time & Society*, 16, 157-87.
- Vieira, Nuno (2007). Literacia Científica e Educação de Ciência: dois objectivos para a mesma aula. *Revista Lusófona de Educação*, 10, 97-109.
- Vieira, Nuno (2008). Entrevista a Ubiratan D'Ambrósio: Para uma abordagem didáctica multicultural: o Programa Etnomatemática. *Revista Lusófona de Educação*, 163-68.
- Vieira, Nuno (2009). Educação Formal de Ciência, Para Quê e Para Quem. *Educando o Cidadão Global. Globalização, Educação e Modos de Governação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Whitrow, G J (2003). *What is Time?*. New York: Oxford University Press.

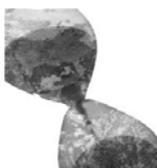
Legislação

Decreto-lei 28/1989 de 29 de agosto.

Decreto-lei 6/2001 de 18 de janeiro.

Decreto-lei 7/2001 de 18 de janeiro.

Decreto-lei 74/2004 de 26 de março.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Da orfandade: história de vida e transformação psicossocial

JUDITE ZAMITH CRUZ

Universidade do Minho

juditezc@ie.uminho.pt

Resumo:

Romances anteriores ao século XIX seguiam uma estrutura narrativa linear e cronológica e, entre idas e voltas do passado para esclarecer o presente, a escrita era sucessiva, sem profundidade psicológica.

De que afetos eram capazes? Não sabemos. Mas sabemos que não somos sujeitos a determinação. A nossa família, país, a nossa língua não foram escolhas. O mesmo acontece com contextos passados que escapam à ação.

Pretende-se problematizar histórias de vida no feminino, realizadas por formação com a socióloga suíça Christine Josso, mas analisadas por Grounded Theory. Sozinhas ou precocemente órfãs, são cinco mulheres a projetaram-se no amplo vínculo social e religioso.

Ainda que nunca leiamos um texto da mesma forma, a Literatura ou a Psicologia interpessoal desautorizam a percepção comum: a todo o momento existem outras possibilidades de entendimento. Mas enquanto a Literatura seja ficção, a Psicologia interpessoal será tanto mais (racionalmente) científica quanto sustentada na intersubjectividade. A forma de apresentar o conteúdo a que se aspire diverge quando na Psicologia enquadre as coisas como são, buscando significados e interpretações sintonizadas com o texto.

Serão colocadas questões de estrutura e coerência narrativa, como quando o relato teime no “destino” ou, em alternativa, antecipe a transformação.

As categorias “memória” e “tempo”, nem “exteriores” às personagens, nem “internas”, ocupam espaços mentais (além das ações e descrições) que mudaram por contexto narrativo. Houve fragmentação do tempo no relato biográfico, muito analisada. Bergson (Deleuze, 1998, 27) alcançaria na noção de *durée* a ideia do espírito que dura, na mescla de sucessão interna, heterogénea e contínua. Duração será liberdade, consciência e memória. O que foi passado foi conservado e o devir tarda a vir. Enfatiza-se a bifurcação do tempo (categoria central), nas memórias (e reminiscências) partilhadas pela narradora para ficções e realidades, experiências e reflexões, destino e projeto.

Palavras-chave:

Grounded Analysis; Histórias de Vida; infância; orfandades, institucionalização

Introdução

Na cibercultura merecem ser investigadas questões como a instantaneidade do momento íntimo, a fragmentação do mundo, a velocidade imprimida ao cotidiano, o movimento e o tempo, a circularidade no existir. A vida em círculo repete o passado? No círculo não há avanço. A forma conferida à dimensão passado-futuro afeta a possibilidade de luta na adversidade.

A investigação narrativa sublinha o interpessoal, familiar, histórico e social. Alude a bifurcações de cristais de tempo, uma expressão curiosa nas vidas de mulheres. Seguem-se cinco relatos das professoras, que se contaram na formação em Histórias de Vida (Pineau & Le Grand, 1993; Dominicé, 1990; Smith, 1994; Bertaux, 1976; Poirier et al., 1995; Nóvoa, 1988; Zamith-Cruz, 1997). Os seus nomes sem qualquer oposição assumidos seguem a ordem de exposição no presente texto: Ana Maria Braga da Cruz (A., 1942), Maria do Loreto Paiva Couceiro (M. L., n. 1944), Marília Viterbo de Freitas (M., n. 1949), Maria Antónia Rebelo Botelho (M. A., 1939) e Maria da Conceição Moita (C., n. 1937).

Realizaram uma formação em Histórias de Vida e, depois, os seus relatos escritos foram analisados pela autora, por metodologia de Grounded Theory (Strauss, 1987; Strauss & Corbin, 1990, 1994, 1997; Zamith-Cruz, 1997).

Na investigação por amostragem intencional e variacional - Grounded Theory, a amostragem é de categorias/códigos e dimensões/conceções polarizadas. As cinco senhoras foram escolhidas por critério de perda. O fenómeno de real ou mental “orfandade” coloca-se no âmago da personalidade, que o sofra ou se sinta ameaçada de perda/dano. Em alternativa seguiu-se o desafio, potenciador de desempenho e a transformação psicossocial.

Que percursos de formação me foram importantes ou decisivos? Essa foi a única “instrução” para a criação de narrativa oral e escrita.

Pessoas que narrem e reflitam nas suas raízes poderão ir mais adiante, projetando-se no viver? Deduz-se na Psicologia Narrativa e literária, que os primeiros anos talvez sejam o horizonte para eixos de vida com sentido (Perec, 1975). Quando «não sei como chamar a esta história» (Duras, 1994), terá ela sentido? Dará entendimento para a sua comunicação coerente? Não irá denunciar perturbação psíquica? Quando relida a vida com flashes/interrupções, em incapacidade de os limar?

As questões de investigação acima enunciadas conduziram à reconfiguração de textos/dados por Grounded Theory (investigação), que é contrastante na busca de “regularidades”, com o Método de Histórias de Vida (formação), dirigido à compreensão do significado de textos, ações e interações (Tesch, 1990). Teve-se a intenção de estabelecer nexos entre conhecimentos metodológicos e domínios aplicados a tempo (Dimensão #1/D#1) e a formação pessoal (Dimensão #2/D#2).

Explorámos muitos extratos de textos na temática infâncias, abrindo essa categoria central (CC#1) à descoberta de CC#2 - orfandades e de CC#3 - frequência de colégios de irmãs - a heteroformação. A inclusão da categoria central - bifurcações de tempo (CC#4) - obedeceu a sintonia com A., que escreveu sobre o seu relato oral na formação em Histórias de Vida: «a imagem de um modelo mineralógico, com mil faces, rodando à volta de um eixo, surge-me na mente... As causas da cristalização do modelo - com estas faces que descubro e

com outras que ignoro – são mistérios que pressinto não saberei explicar.» Referia-se a mil experiências suas, além de (in)formações variadas que se «colaram ao pensamento».

«Não quero deixar de ser quem sou.»

Custa a perceber o motivo de se “colarem” convicções religiosas, estéticas ou científicas. O que acontece no cérebro é serem os trilhos comuns, tanto à recomposição do passado como à antecipação (Punset, 2011, pp. 65-90).

Partilhamos o que no século passado aprendemos, nem sempre “bem” e precisamos de desaprender, no sentido de tomarmos um atalho de pensamento inovador. Podemos hoje sonhar mais e confiar em intuições/pressentimentos (Punset, 2011: 117). Assim desligando do universo comum, voltamos a ler o que A. escreveu. No retomar da consciência da imagem-cristal, A. perspetivou nela o amor infinito dum abraço intenso:

E o cristal se foi facetando em rotações de caleidoscópio, à roda de um eixo/raiz de mim enxertado na aposta de amor que fui/sou, que se mantém firme por isso, a quem as ilusões e desilusões ensinaram que a ligação com/aos outros é atravessada pela ligação ao Infinito, num abandono doce de criança nos braços de quem a ama.

Orfandades na infância, o que originou as categorias perdas reais/mentais e crises acidentais, nem sempre são determinantes no futuro devir (e vir a ser). Veremos como nem sempre nos conformamos, em reação ao meio adverso, político, social, familiar e/ou académico. O tempo não flui de modo idêntico para todos. Debate-se no artigo o tempo que, na mecânica quântica, é o universo (e o ser humano) ambos participantes de um jogo de azar (Greene, 2005: 26). As rotações de caleidoscópio em que se viva têm uma raiz no afeto e um padrão básico.

1. Bifurcações de tempo: sobre caleidoscópicas ficções

“O que consuma a imagem-cristal é a operação mais fundamental do tempo: uma vez que o passado não se constitui depois do presente que o passado foi, mas ao mesmo tempo, é preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado, diferindo um e outro na sua natureza, o que dá no mesmo, desdobra-se o presente em duas direções heterogéneas das quais uma se lança para o futuro e a outra cai no passado. É preciso que o tempo se cinda em dois jatos dissimétricos, um dos quais deixa passar todo o presente e outro conserva todo o passado. O tempo consiste nessa cisão - é ela, é ele que se vê no cristal” (Deleuze, 1985, pp. 108-109)

O tempo cíclico não flui. É imóvel, abolido e marcado pelo retorno permanente da perda, um padrão de funcionamento humano. No recorte psicanalítico pode ser dada à perda a configuração linear e circular, sem corte do perdido. Perda precoce de pais, irmãos, companheiros, além de abandonos, desamparos, negligências e desarrimos vários.

Não podemos viver sem nos separarmos. Temos que bifurcar o tempo. Uma memória ora é eterno passado-presente, ora é linear. Não chega o círculo para a vida.

É paradoxal a ausência de temporalidade com que se estudam fenómenos sem contexto.

Na linha de desenvolvimento mais expedita e profícua, o tempo é espiral do tempo deformado. O tempo espalma-se, como quando três anos parecem um só ano. Mas amplia-se e desenrola-se na percepção que é memória, tempo, duração, cognição e insight.

Gilles Deleuze teve a ideia-chave de tempo-memória. «A minha finalidade é chegar a uma conceção fabulosa do tempo!» Essas palavras, em 14 de março de 1978, em Paris - Vincennes, empolavam a viragem em Kant, quando sintetizou a noção moderna de tempo: não é o tempo que se subordina ao movimento, mas o movimento que se subordina ao tempo. Tempo e espaço são formas do fenómeno/experiência que aparece. Kant contradizia tanto o empirismo como o inatismo. A razão, forma pura sem conteúdo, era um *a priori*. Não penetrava a realidade, mas eram os conteúdos que dependiam da experiência sensível. Ora, espaço e tempo, formas de sensibilidade *a priori*, seriam independentes da experiência. O tempo descurvava-se no espaço, desenrolado na imagem de Deleuze (1985, ed. Brasileira, 1990, 40).

Deleuze (1998) problematizou a percepção na memória involuntária de Marcel Proust (1987). Na imagem do “cristal de tempo” Deleuze (1985) utilizou a metáfora do tempo bifurcado, descurvando-se do espaço, a cada instante. Presente e passado dimensiona-se no que uma só direção vai adiante.

O tempo tem carácter qualitativo, é incomensurável, escavado e mergulhado nas sensações passadas entremeadas de modo subjetivo interior. Não se vive o aqui e agora partindo da duração/tempo vivido.

Na sua poética, o tempo foi redescoberto, no início do século passado, por Proust (1990), recriado pelo pensador francês do sentido da vida Henri Bergson (1964) por élan vital. O tempo desde então é sacudido, impulsivo, relativizado e plural, dando azo à simultaneidade de eventos (Bergson, 2004) e à consciência, na invenção da liberdade.

As mudanças concetuais sucedem-se na Literatura e Filosofia (Nunes, 1998), com implicações negativas, a sustentar-se uma única perspetiva. A memória não pode ser cíclica. Os escritores ensinam a diversidade de representações. Pode dar-se o exemplo de imobilidade temporal e simultaneidade de sentidos (sensações/percepções), de um plano unidimensional, bem sugerido pelo poeta grego Giorgos Seféris (1997: 82), cujo extrato de trecho no presente remete ao futuro devir:

«Quinta, 6 de abril

Aquela mulher não me preocupava mais do que me preocupa a minha camisola nova, que eu trazia no meu corpo. Era uma estranha, como todas as demais, como o próprio barco. Tão só uma vez, passeando pela cobertura, vi, escondido, o livro que ela estava a ler. Silenciei-me. Devia ser alemão, pela imagem que trazia na capa. Em um canto, acima, um sol; de frente para o sol um homem de pé; em frente ao homem, negríssima, a sua sombra; era um indivíduo arredondado que enrolava a sua sombra como se fosse um tecido grosso. Em seguida encontrei-a com o seu livro. Mordeu os lábios e depois sorriu; me olhou com os olhos brilhantes e estúpidos e disse-me: Sabe como se chama este livro? El hombre que perdió su sombra [essa obra é de Adalbert von Chamisso de Boncourt (1781-1838)]. Eu, para dizer algo: ‘Policial?’ Ela: ‘Não. Profundo, foi enviado para mim pela minha madrinha.’ Senti-me como um imbecil e fui embora.

(...) Algo parecido, mais trágico é que venha a pensar no homem que perdeu seu tempo. Nada avança, nada retrocede: não existem a hora do amor, a hora do pensamento, a hora do trabalho. Não existem. Não há hora, não há nada, nem sequer a hora da desgraça. Tudo ao mesmo tempo, indistinto, revoltado e velado. Não há sono, nem vigília, nem fadiga; tudo confuso; nenhuma sucessão, nenhuma espera, nenhuma destruição; tudo confuso. E o pior: esta imobilidade não é morte; o que significa morrer? O que significa inexistência? Entre tantas, essa inumana condição existe e impera» (Seféris, 1997: 82).

Quando exista descontinuidade entre experiências, quando sejam desconexas ou, como Seféris o coloca, quando tudo lhe pareça “colado”, a narrativa parecerá insólita. Forçada a homogeneidade, não existe a corrente da experiência, a causa, a sucessão, a espera, a justificação.

Para a escrita de finitude e interioridade, contou a lucubração de Pedro Nava (1984) no seu baú de ossos. Importou a Pablo Neruda (1996) a confissão do quotidiano no terreno. Gabriel Garcia Marques (2002) deu ao livro de infância e juventude o título de *Viver para contá-la*, onde esclarece, na epígrafe, que a vida não seja o vivido mas o recordado e como tal contado. Outra escrita extraordinária é a autobiografia do italiano Primo Levi (2012), um químico judeu que foi deportado para o campo de concentração de Auschwitz. Alegou na epígrafe, «ser bom contar as desgraças passadas.» A inumana prisão já não existe. Nasceu em Itália no tempo do eixo bélico assente na “raça” e barbarismo, fantasia de sangue e perseguição.

A Literatura deu assim uma tremenda viragem por primazia da simultaneidade e da intuição: uma narradora, quando escreva um romance ou as suas memórias, ou ainda um poema, dá-se o ensejo de penetrar em memórias ficcionais. Os factos/ficções (o que alguém chamou de fações) são colocados em um plano único de temporalidade com duas dimensões.

José Saramago (2006) e Jorge Luís Borges (1999) usaram a técnica literária da simultaneidade nas obras memorialistas. Ao recordar a sua infância, de forma esparsa e dispersa, Saramago discorreu de memórias. Fernando Pessoa (2006) e André Gide (Lejeune, 1996; c.f. Gide em *La porte étroite*, 1909, *Journal*, 1939...) publicaram notas autobiográficas e diários com densidade temporal, na categoria literária, nem sempre buscada. Por exemplo, Ítalo Calvino (2006) não teve intenção mais do que descritiva ao contar o observado em *Um eremita em Paris?*

2. Investigação de momentos de viragem

Estamos em tempo de cruzar o tempo ficcional, filosófico, com o tempo mental e social. Com um programa informático, também James Pennebaker analisa uma e outra «marca registada pessoa» na escrita de um diário, o que ajuda a superar experiências dolorosas (de Blase, 2012: 40), estimulando o sistema imunológico. As emoções são reformatadas, com reconstrução discursiva em que a metáfora recria o mundo (Lakoff & Johnson, 1980) e chegamos a observá-lo por outro prisma (Rutledge, sem data; cit. por Luís Muiño, p. 82).

Antes da presente exposição analítica, cabe a ilação de significação ou interpretação de imagens-cristal, nas cisões no tempo - momentos de viragem - por orfandades. Há um tempo passado e há um tempo que vem lá. Há o tempo que vem lá sem se querer mudar.

Em Portugal, houve um tempo morto em que a memória social é descontínua e interrompida por poder ditatorial. As autoras viveram a infância antes do 25 de Abril de 1974.

Na investigação por Grounded Theory, o grupo de estudo possui apurada ética de responsabilidade e valores dominantes espirituais, naturalistas, humanos e sociais.

O Método de Histórias de Vida implicou procedimentos estipulados pela socióloga suíça Christine Josso (1988, 1991, 1992, 2000, 2002), quando fizemos formação prolongada por 120 horas e espaçada no tempo, o que implicou as seguintes ações e procedimentos: (1) o relato de episódios na relação dual (narrador/narratário) e gravação áudio de diálogos; (2) a transcrição pelo relator/narrador do seu registo; (3) a análise presencial das narrações trocadas nos pares e no grupo de formação; (4) a síntese de textos pela formadora, com base em metáforas e associações da personalidade a elementos figurativos de imagens, filmes e outras produções textuais culturais (Zamith-Cruz, 1997, 2003, 2009, 2010, no prelo; 2012, no prelo).

Publicamos testemunhos cruzados, uma técnica mais complexa do que uma psicobiografia. Suporta-se na análise fundamentada nos dados/textos por comparações proximais/próximas e comparações distais/distantes e opostas.

A lógica é de género e de estratificação social no universo racionalista do século XX de que a lembrança nos pode falhar, desaparecida, sem tradição oral (Zamith-Cruz, 2012, no prelo): que formação foi a de uma elite na meia-idade, não pedido o anonimato, que cedo deixou de coabitar com pais (discordância topográfica), com escalas de valores culturais, nem sempre veiculados pela escola pública (heteroformação) – D#2. As autoras estudaram em colégios religiosos, tomaram as rédeas das suas vidas e se sujeitaram ao longo da vida profissional a reciclagem contínua.

Dar-se-á relevo à crise accidental e a uma intenção de mudança de vida, a uma brincadeira, um dinamismo na reviravolta surpreendente do «eu», a diversidade argumentativa em que se lida com estados mentais: distância emocional no exagero, surpresa, sentimento de afeto, prazer ou dor.

Mulheres entendem as pessoas em termos de estados/processos mentais, o que não se chega a objetivar como ao comportamento. Para esse efeito de interioridade possuem o cérebro mais desenvolvido em termos de “psicologia tradicional”. Associa-se essa faceta a uma teoria da mente, o que não é um epifenómeno, um qualquer subproduto da atividade mental. Implica uma metacognição.

E se bem que estejamos sempre a classificar pessoas, na memória não possuímos gavetas de classificação ou registos fixados (Bergson, 1964: 44) para “eles” e para “nós”. Se não mudo, não perduro, como o defendeu Bergson (Boorstin, 1998: 377).

Há factos mentais que constam ter sido assim e não de outro modo, mas que «mordem o futuro, que vai inchando à medida que avança» (Bergson, 1964: 44; Boorstin, 1998: 377).

Nos trechos, as cinco mulheres contaram de ouvir contar por criadas, chegando estas a ser as depositárias das histórias mais íntimas e antigas. Com orfandades precoces, as senhoras tiveram figuras de vínculo alternativo a pais e regime educativo de exceção em instituições religiosas.

Maria do Loreto (M. L.) muito cedo ficou órfã. Também em criança, Marília (M.) teve pai ausente por separação, sem que o divórcio fosse à data permitido. Maria Antónia (M. A.) e Ana (A.) brincaram em solidão, sem irmãos e como os rapazes. Conceição (C.) foi cuidada por empregada, como outras, deixando aos 9 anos a casa dos pais.

A multiplicidade de possibilidades por análise enraizada (grounded) na linguagem (Grounded Analysis) não transcende, mas se alia à construção social e histórica. Na interface da temporalidade e da memória, decorreu a confluência de narrativas do «eu» entre parceiras desconhecidas. Cada uma contou a sua história a outra, a quem coube escutar na interação dual e, depois, pronunciar-se, na presença do grupo de formação.

A procura de significados intuídos no vivido (cf. o recordado e como tal contado de Garcia Marques) é a elaboração crítica do modelo de trabalho, nos dois métodos para formação e investigação: Histórias de Vida e Grounded Theory.

Na etimologia, um drama evolui distendido, até se ajustar à resolução, enquanto o trágico nem espera solução. No discurso de M. L., o tempo é um apórico, no sentido de dúvida e de dificuldade no seu traçado, depois da crise acidental que transcende o intelecto.

E se todo o tempo de processos não é redimível, como o enuncia o poeta Thomas Stearns Eliot (2004), na edição brasileira de Poesia: obra completa :

*O tempo presente e o tempo passado
Estão ambos presentes no mesmo futuro
E o tempo futuro contido no tempo passado
Se todo o tempo é eternamente presente
Todo o tempo é irredimível
O que poderia ter sido é uma abstração
Que permanece, perpétua possibilidade,
Num mundo apenas de especulação.
O que poderia ter sido e o que foi
Convergem para um só fim, que é sempre presente.
Ecoam passos na memória
Ao longo das galerias que não percorremos
Em direção à porta que jamais abrimos
Para o roseiral. Assim ecoam minhas palavras
Em uma lembrança.*

T. S. Eliot voltou a colocar a tónica no aqui e agora, mas prolongou a percepção do que nos escapa, na lembrança de que poderia ter sido outro o passado. Temos recordações que são fantasias, falsas recordações, como quando nunca pusemos os pés no roseiral e, ainda assim, ao fugirmos daquela outra recordação estamos - aqui-e-agora - no sítio da palavra.

Mas se não conseguimos sequer visualizar aquilo? Quando as lembranças visualizadas são de ouvir as recordações de outrem, na infância, são recriadas. Donde existirem construções que dão entendimento sublime a sentimentos mas que provêm de quase nada, da história que nem chegou a ser sentimento, mas mera imagem fulgurante e construída.

As lembranças de Virgínia Wolff e Thomas Mann tiveram em Paul Ricoeur (1994) um impacto de reconhecido valor narrativo. Ao tempo histórico retratado, Ricoeur juntou o tempo ficcional, mas separados por análise distinta. Ainda assim a análise não se separou da imaginação de quem contou a história. Paul Ricoeur ouviu o já de si surpreendente momento histórico. Saltou do nada?

3. Recriação de infâncias por Grounded Theory

Tanto M. L. como A. o afirma, terão sido geradas em amor. Foram desejadas. Do amor partiu A., na entrega a mulheres com quem se escreveu: «...[aprendi] o peso, a responsabilidade – doce e amarga, pesada e desafiadora – do amor [da avó, da mãe...]». Não se dissociou.

Da infância, C. tem a feliz lembrança de quem não conheceu mas em quem pensa, Romana. Era uma mulher da sua terra, que perdera o seu filho e era extremamente pobre, motivos para ser uma ama de leite, chamada a prestar-lhe cuidados de amamentação:

“A minha mãe, acamada durante muito tempo por causa de uma flebite que lhe adveio depois do parto, entregou-me à Romana que viveu na nossa casa durante longos meses, para se dedicar exclusivamente à tarefa de cuidar de mim. Parece que o fez de tal modo que se ligou à «sua menina» profundamente e chorou muitos dias quando percebeu que tinha chegado o momento de partir. Nunca conheci a Romana mas às vezes penso nela”.

Com colo e apego seguro à mãe e empregada, logo ao nascer, M. L. chegou a pensar que nasceu única naquele tempo que foi ímpar, auspicioso e horrendo. A única sobrevivente da família, foi revelado o acontecimento trágico na perda precoce dos seus: «estávamos então em Fevereiro de 1944! Era terça feira de Carnaval, dia das partidas. Uma partida que preguei aos outros ou uma partida que a vida me pregou?» (incipit) A segunda guerra mundial em pano de fundo não lhe serviria de referência, mas na boca de cena M. L. colocou o Carnaval e a brincadeira das mentiras na rua.

Os exemplares de infâncias, como noutras introduções, foram sinalizados e criou-se uma primeira categoria central (CC#1 - infâncias), no tempo passado longínquo, com preâmbulos e incipits (no latim, as primeiras palavras).

Uma necessidade básica de infância (nova categoria) é apego, para a criação de vínculo seguro (Ainsworth & Bowlby, 1991), uma subcategoria. Além dessa subcategoria, A. acreditou ter alcançado liberdade de expressão, uma outra necessidade na infância. Outras subcategorias são evidenciadas no artigo: aceitação incondicional positiva de emoções (Rogers, 1961); autonomia (Erikson, 1998); e sentido de competência ou autoeficácia (Bandura, 1977b).

Observou-se que a dimensão tempo tende a sintonizar-se no passado: quem conta, faz questão de afastar o véu da realidade e verdade: «os meus avós eram...».

Há uma outra dimensão associada (da escrita ficcional), que permite alcançar distanciamento ou estranheza: exagera-se com naturalidade. A. não narra uma experiência ou não explicitar eventos sucessivos. Prefere antes dizer-se, por palavras iniciais

encobridoras (no incipit), tais como a desilusão perante o absoluto [?]; [o amor] na música, no bordado, no poema.

O substantivo dá a nomeação de sentido atribuído à existência, quando M. A. finaliza o que poderia ter escrito, mas não escreveu: «As pessoas... Os sítios... Acreditar... A crença em algo que me transcende [Deus] e que torna possível a vida e a morte ganharem sentido.»

Por acréscimo, ao contrário de contar episódios rocambolosos (como M. A.) e trágicos (como «M. L.»), a relatora A. também tendeu a aproximar-se da maioria com tendência a colocar-se dentro de fenómenos felizes, surpreendentes para quem nunca os ouviu antes. Com sentido mínimo, o texto de A. salienta (sem o explicitar) que conjugou o que possa ter sido ser mulher em Portugal. No contexto portuense, de cultura burguesa, ser mulher passou, segundo escreveu (sem que lho perguntassem) por ansiedade, mas não especificadas situações.

Assim colocado, A. reverteu o destino feminino no espaço circunscrito. Não seguiu a autoridade da avó. Impôs-se um modo de vida “masculino”, para os padrões de papéis profissionais na época e cultura. Portanto, na sua base enraizada, familiar e intersubjetiva, A. demarcaria também a categoria transmissão intergeracional da avó à única neta, sugeridas duas genealogias para a vida, a feminina (destino) e a masculina (destino invertido), demarcadas duas subcategorias.

«O contar-se das mulheres, mais do que comigo - esclarece A. - aprendi-o com outras ao longo dos anos.» Com A. chega-se a amar o meio rural nortenho, junto do Porto, quando preferiu dizer-se nos afazeres femininos em convivência, mas sem rutura de papéis de género convencionais. Aprendeu das lidas da casa de aldeia e transcendeu-a em outros lugares.

Assumidamente travessa, A. acreditaria não ser autorizado dizer-se diretamente? Terá aprendido o que foi poeticamente redigido, a querer guardar bem a intimidade (retraçada), sinalizado o trecho: «o querer apanhá-la [à vida, retraçada no papel] e prendê-la em caixas de fósforos, gaiolas e cestos como às joaninhas, pardais, leitões, patos, porcos-espinhos e cães, que povoaram os meus esconderijos secretos [na quinta da Granja]».

Mas não é uma autoapresentação no que retraça A., quando se fica a saber tanto do dizer que não é dito?

4. Estudos narrativos e feministas

Mulheres que nem são escritoras expressam muito bem o que seja emoção (sentida) e sentimento (vivido). Vista, ouvido e olfato são recetores sensoriais/sentidos, em que a narrativa funciona como um sentido e é intuição. E, quando se conte e reconte a experiência não se falará da vida mas aquilo é a vida. Com enunciação, intriga e desenlace, aquilo far-nos-á então lidar com intenções e desejos, alcançáveis ou o que deles reste.

A propósito de algo como o quotidiano português, depois da Primeira República, A. coloca-se entre sentimentos negativos (o azedume; a interrogação perante a vida...) e, depois, os positivos. Acreditamos no valor naturalista e positivo, conferido no amor da terra onde nasceu e cresceu.

Mulheres suplantam as competências de homens em domínios tais como certas atividades de linguagem, em que mostram um ritmo mais rápido no desenvolvimento linguístico na infância, com menores riscos de sofrerem de disfasia (de desenvolvimento).

Acresce que superam os homens em algumas provas psicológicas de juízo social, empatia e cooperação e são melhores em testes criativos que implicam gerar ideias por palavras: Prelados, Políticos, Professora...

Em investigação recente, a psicóloga dos *media*, Pamela Rutledge (<http://www.pamelarutledge.com>) e o neuropsicólogo Jeffrey Zacks (sem data; cit. por Luís Muiño, p. 82) desenvolveram, em separado, estudos sobre a maneira como percebemos e representamos no quotidiano a estrutura temporal. Por assim dizer, somos mesmo capazes de criar uma simulação mental de um evento lido, segundo Zacks, mas desde que seja bem compreendido (Online Magazine on the psychology of fiction, 2009). Constata-se que a narrativa tem preponderância até mesmo na organização da informação e memória abstrata, partindo de histórias não de factos avulsos. Ao contrário da associação direta e reprodutora (Professor... Palimpsesto, Pagão...), a narrativa estrutura/reordena o relato coerente, o pensamento essencial, constrói a memória e propicia interações. A percepção é memória episódica, no sentido em que os enredos contados nos sirvam ao processamento de imensa informação nem toda de valor.

Nas ciências humanas e sociais, a Psicologia Discursiva (Harré & Stearns, 1995) foi uma alternativa ao paradigma cognitivo dominante, mas também às Neurociências emergentes:

«A Psicologia Discursiva associa-se mas não é redutível a qualquer das Neurociências. Nada mais existe no universo humano senão cérebros ativos e manipulações simbólicas. Os cérebros, as mãos, as raquetas de ténis e as canetas, encontram-se entre os recursos que as pessoas utilizam para trazerem para fora as suas intenções e projetos quotidianos.» (Harré & Stearns, 1995: 2).

Como é que a Psicologia Discursiva foi a alternativa? Quando se pensa que o mundo não é anterior ao processo de o viver/narrar, mas realiza-se, institui-se em cada ação prática e em cada interação. Passou-se a considerar que os processos (básicos) mentais (atenção, percepção, linguagem, memória, inteligência...) não existem, mas o que se valoriza é a atividade humana. “Existir é agir”. Agir não se reporta somente a pensar “bem”, mas também a comunicar/falar e escrever, expressivamente. A atividade estrutura-se do mesmo modo que o pensamento, ou seja, usa metáforas que presidem inclusive à construção de conceitos (Lakoff & Johnson, 1980).

Discurso é então uma categoria – uma etiqueta - que se utiliza com variabilidade, numa oração, frase, parágrafo, texto, conversação, declaração, inclusive, numa ideologia. É a prática social de produção de textos.

Retomam-se as narrativas, em que se evidencia orgulho por ações de antepassados. Numa base pretendida sequencial e cronológica, M. L. fez questão de dizer a mudança de condição de menoridade de género, em 1900, e critério cultural intelectual (como homens) de avó paterna, que foi médica (profissional ativa e competente) e filósofa (crítica, jornalista):

“A minha avó seria de um meio [social e económico] com menos história familiar [do que o meu avô] e sair das normas habituais das mulheres da sua época.

[tempo verbal passado no presente] Estamos no início do século [XX] e a minha avó decide ir para a universidade estudar medicina, onde é colega do meu avô, fazendo de seguida o curso de filosofia, e, como a vida o veio a revelar, dispunha-se a não por de lado o exercício da sua profissão de médica em que aliás era considerada como muito competente. Acresce dizer que a minha avó escrevia também para jornais da época, tendo eu artigos que datam de 1901.”

Já a sua mãe terá sido diferente de avó paterna. Não trabalhando, foi “criada segundo os costumes das meninas protegidas [inativas] da sociedade local” [coimbrã]. O valor de renúncia foi ter abdicado de forma de vida citadina, por adesão a contexto rural, dada a localização de quintas da família do marido. Com o casamento, a mulher tendia a ir viver em casa do (pais do) marido, adotando o seu modo de vida e amigos.

A Grounded Theory (metodologia) enfatiza poder-se entender uma sociedade por se maximizarem sinais de diferença (por categorias opostas) em textos: tempos históricos, meios sociais, económicos e diferenças de género.

Se mulheres aceitam muitas mais vezes participar em investigações, as suas entrevistas aprofundam experiências de género, em particular, sendo a entrevistadora mulher.

A evidenciar o pendor feminino, social e emotivo, Carol Gilligan (1982) mostrou que as mulheres farão avaliações “mais elevadas” do que homens nas suas ligações/afinidades familiares e sociais, ao mesmo tempo que Lennon e Eisenberg (1987) empolgavam a “nossa empatia superior”, para além de notáveis orientações de prestação de cuidados (Feingold, 1994).

Passa-se a dar um título de extrato de texto ou «unidade de significado nº 1» (extrato #1 – partilha e consenso), dito que permita aperceber o interesse por relações sociais em raparigas. M., uma enfermeira, formadora de escola de enfermagem em saúde comunitária, militante na Comissão Democrática Eleitoral (CDE), em 68/69 e 1973 e dirigente sindical, escreveu, ao iniciar a sua narrativa escrita (incipit), o que recorda da infância:

“Quando penso na minha vida, recordo-me muitas, mesmo muitas vezes, da menina de bibe encarnado de quadradinhos miúdos.... Penso que foi aí [no Jardim Escola João de Deus] que eu aprendi a trabalhar em grupo, foi aí que nasceu o meu interesse pelos outros, que se desenvolveu uma vontade, que ainda hoje norteia a minha vida ao dialogar, discutir, encontrar consensos, relacionar-me e partilhar”.

O momento de viragem marca uma diferença para a filha única: a entrada no colégio. Nessa mudança, M. sublinhou o seu interesse dominante nas interações. O que afirmou, convicta, passa por acreditar partilhar/negociar significados (categoria) e buscar consensos (dialogando e discutindo), conceitos-chave - uma e outra categorias *in vivo*, retiradas das palavras textuais. Assumir liderança (trabalhar em grupo) e interesse por ajudar outrem, o que diz e o modo de o dizer consumam critérios de personalidade – competências sociais (categoria profissional na seleção do grupo de estudo).

5. Outras técnicas da metodologia Grounded Theory

Acentua-se que as características da linguagem se apreendem nos estudos ligados à cultura (por ligação a processos e a interações) e nos estudos em que a tónica é colocada na comunicação, como a Análise de Conteúdo. Realizou-se até este ponto uma codificação por categorias centrais, outras categorias e subcategorias, o que não se distingue dessa técnica simples.

Nos métodos de investigação qualitativa existe um acento na compreensão do significado de textos/ações, tanto nos Estudos de Caso como nas Histórias de Vida – casos documentados, em que se discriminam temas, que se interpretam com relevo dado à Fenomenologia: «a experiência intencional do ator» (Tesch, 1990, 37).

Não são “sujeitos” ou “casos” mas pessoas que nos permitiram maximizar, por Grounded Theory, a descoberta de diferenças, a nível dimensional (tempo e formação) e a nível de categorias opostas (Strauss & Corbin, 1990): passado-futuro (tempo), destino-destino invertido (tempo e finalidade), diferenças de género, vidas bem-mal contadas... A análise psicológica de bem estar e saúde mental conjuga-se nos padrões narrativos, com maior número de palavras positivas.

E também na medida em que não devemos interpretar fragmentos de falas não inseridas no meio cultural e socioeconómico, retalhos de vida sem enredo, conceitos opostos (dimensões) ou categorias redutoras, o primeiro objetivo da presente investigação da linguagem em contexto é procurar “regularidades” em fenómenos, por análise estrutural de categorias do discurso, texto ou narrativa. Importa referir que a conceção de amostragem teórica é central, em Janesick (1994: 218), por permitir outro alcance do método: comparações constantes, ao longo da recolha de dados e da análise; orientação em que se adquire confiança nas categorias, na medida em que emergem dos dados e são, seletivamente, reformuladas. Trata-se assim de amostragem de fenómenos/crenças, experiências e ocorrências, emoções, perceções, recordações, desejos, fantasias e representações (pensamentos comuns ou extraordinários). Centramo-nos em incidentes improváveis, contingências de crise acidental e de desenvolvimento, em atividades por comparações entre duas ou várias amostras de ações.

A Grounded Theory proporciona a construção de categorias/códigos, segundo três técnicas sistemáticas: codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.

No primeiro procedimento (aberto) trata-se de quebrar, examinar, comparar, criar conceitos e categorizar os dados, o que vimos expondo de forma compreensiva, com vista à proliferação de códigos de dados. As técnicas sugeridas para a realização da análise/codificação aberta enunciam-se: (1) o questionamento – o «perguntar» sobre dados (textos, entrevistas, diários, documentos...); (2) a análise de palavras, frases e parágrafos; (3) as técnicas de criação de comparações: flip-flop - vaivém, bandeira vermelha - tabus, comparação de fenómenos proximais/próximos e comparação de fenómenos distais/distantes (Strauss & Corbin, 1990, 84-88, 90-93; Zamith-Cruz, 1997).

Primeiro, diga-se que questionar os dados implicou o levantamento de questões gerais e de investigação, sobre o grupo de estudo e momentos de viragem, o que é enunciado na Introdução.

Por sua vez, a análise de palavras, frases e parágrafos (o que é transcrito em itálico), da primeira página dos textos, permitiu a construção da categoria central (CC#1 - tempo de infância, como categoria ligada a necessidades da infância e a subcategoria partilha).

Acresce ter sido a técnica para comparações de vaivém a fazer-nos ler e comparar todos os preâmbulos, sendo a infância o ponto de partida geral.

Não se iludiu igualmente o tabu da educação (com a técnica para comparações de bandeira vermelha), quando se transcreveram adiante episódios do tempo de escola – no depósito de meninos – segundo M. A. Entrou aos 5 anos no Jardim de infância - presa num sítio horrível, ao contrário do relato sobre o bem-estar conferido pelo contexto educativo da M., aluna exemplar.

O fenómeno proximal ilustra-se no momento em que M. foi para escola primária (ensino básico), onde se sentiu algo infeliz (como outras), sendo um fenómeno (distal) contrastante com os anos risonhos, identificados por subcategoria partilha – no Jardim Escola João de Deus.

Um outro fenómeno distal é, por exemplo, a deteção de vidas contadas como se fossem “bem” articuladas, coerentes e equilibradas (A. e M. L.).

Novo contraste. Com um discurso bem estruturado, a pessoa tem melhor aceitação por outros, é reconhecida, mesmo que se exprima a custo. No entanto, há vidas relidas com flashes/interrupções e desejo de os polir, como é dito por M. A., no desfecho (cf. O polo aqui e agora, Dimensão #1). Opôs a ser o futuro devir, a ânsia de M. A em alcançar o futuro e a crença de que haja sentido em Deus:

“Tenho a sensação que escrevi uma história sem pés nem cabeça, um rosário de flashes e sinto necessidade de acrescentar umas ‘coisas soltas’ que são, contudo, essenciais para mim e sustenta o meu percurso... As pessoas... Os sítios... Acreditar... A crença em algo que me transcende [Deus] e que torna possível a vida e a morte ganharem sentido”.

As emoções nem chegam a ser tocadas nem explicadas, como os sentimentos de Deus, o que salienta o entendimento de Espinosa (1632-1677).

Ilustrativo da emoção em M. A. é o fecho de narrativa, em que conclui nem querer recordar, nem querer pôr em comum certas circunstâncias passadas, «... mas que o fazer esta história me obrigou a ‘tocá-las’. Talvez, daqui a alguns anos eu consiga partilhá-las.» O que lembrou, algo infeliz, não registou no papel.

Em segundo lugar, a codificação axial, um excelente modelo de trabalho, foi determinante na criação da CC#2 – orfandades. Adiante é dado o exemplo do relato de evento traumático de morte de tia avó de M. L. Implicou «a análise rigorosa em torno de uma categoria de cada vez, um conhecimento cumulativo das relações entre uma categoria e outras categorias e subcategorias» (Strauss & Corbin, 1990, 96).

Ligaram-se categorias à CC#1 - tempo de infância: além de partilha entre pares, educação (in)formal, consenso nos grupos, convivência com...

A categoria destino reconheceu-se na CC#2 orfandades.

Como M. A (cf. supra), o futuro ambicionado de encantamento é diferente do presente, para C., quando afirma o seguinte: «Sinto que estou numa fase [de vida] que gostaria que

fosse provisória. Faltam-me novos encantamentos. Tenho pressa do futuro.» Anteriormente esclareceu que «os últimos anos de trabalho em ensino superior, com que finaliza, terão sido «marcados pela dificuldade de integração num certo meio académico, no qual me movo sem entusiasmos.» São palavras finais em orientação presente-futuro, (um fenómeno distal) na D#1 – passado-futuro.

No sentido de C., A. conclui o relato de forma poética e inconformada: «...que voltas darei à vida?... Já lá ia adiante... Vou.»

Por seu lado, M. ter-se-á esquecido do passado e do presente. Fixou-se na releitura do que escreveu, quando resumiu o seu sentimento de incompletude do trecho: «...verifiquei que há muita coisa de que me esqueci, mas já vai longa de mais a História de Vida e vou acabar aqui. Se recomeçasse, daria talvez menos ênfase ao passado e desenvolveria mais o presente. Mas aconteceu assim.» À maioria de pessoas assim parece. Conta-se muito mais fenómenos longínquos do que atuais ou futuro desejo.

Como foi evidenciado por Anselm Strauss e Juliet Corbin (1990: 96-115), na codificação axial estabelecem-se conexões entre categorias e descortina-se um paradigma (teórico e pragmático) que estipule relações entre os elementos dum fenómeno/episódio. Esse é o modelo normativo/paradigmático que integra elementos narrativos antecedentes e elementos narrativos consequentes, para ações/interações – fenómeno emergente em contexto. As estratégias de ação interativa (cf. infra, estratégias de *coping*) são o âmagos e as condições estruturais (económicas, sociais e psicológicas) e outras condições intervenientes de género constroem ou facilitam os incidentes de ação.

Nas condições estruturais e de ordem psíquica, pode dar-se conta das estratégias de *coping* de M. L. na aflição de vir a ter tutor da família materna e de M. na situação de ter tido mãe pobre e a quem coloca limitações quando lhe transmitiu dependência. *Coping* significa tomar um rumo na ação, em relação a stressor (o que “pese” para a pessoa), aos seus efeitos ou à reação da pessoa a esses efeitos.

Por relação ao terceiro modelo de trabalho, na investigação em curso ainda não foram coligidos os dados que permitam dar pleno suporte ao procedimento mais abstrato e estrutural, integrado e complexo: a codificação seletiva, o que para Strauss (1987: 33) ocorre quando «a análise delimita a codificação, somente para códigos que se relacionam com os ‘códigos centrais’, por formas excecionais como as usadas numa teoria parcimoniosa». No entanto, é adequado retomar adiante uma linha-da-história (Strauss & Corbin, 1990: 116) - o fenómeno central em estudo orfanidades - , porque estar-se-á apto a esclarecer o conceito apresentado: «Mas esta história vem a propósito de quê?» (p. 119). De como se faz um luto, uma perda, se encara o futuro. A intenção é entender o valor da vida, a mudança inevitável e a resiliência de quem supere a adversidade.

Faltar-nos-á ainda perguntar: Que outras temáticas se lhe ligam? Quais são as conexões entre as categorias centrais do estudo? Em termos amplos, teve-se a criança como horizonte (CC#1 - tempo de infância) e o destino para orfanidades (CC#2) por meta de análise. A associação estabelece-se com heteroformação (CC#3), por educação em colégios privados de orientação religiosa.

6. Determinantes estruturais: sociais e psicológicos

A narração parte do relato escrito de elucidação do determinante estrutural socioeconómico de origem - condição de classe (condições causais iniciais) e diferença de género (categoria social).

Decorre dos textos que se escolhe como que uma linhagem/genealogia do pai ou da mãe. M. L. explicita diferença, na categoria de linhagem: «Os meus tios [maternos] faziam parte da família próxima mas com um relacionamento muito mais esporádico e, portanto, distante e sem a densidade do contacto quotidianos.». Como A., M. L. seguiu os padrões de vida da família do pai e que lhe foram transmitidos como de ascendência socialmente valorizada.

Estamos também a identificar os antecedentes causais de sorte para ocorrências felizes. M. L. afirma ter nascido, em 1944, numa “casa grande [do avô paterno]” e continua a sua exposição retomando o critério de estratificação social, o que sintoniza com necessidades básicas na infância satisfeitas por criadas, figuras de vinculação alternativa. Dão confiança, conforto e bem estar. Alimentam.

Na Psicologia, determinantes são as necessidades na infância. Uma é a criança não dever ser negligenciada de cuidados e afetos. É um comportamento passivo, ao contrário do abuso ou maus tratos, em que parece difícil de distinguir o dano por ignorância e a falta de capacidades do dano deliberado. Negligência é um termo destacado na proteção do perigo. Há valores e crenças transmitidas como C. descreve serem as “personalidades da mãe e do pai” a influenciá-la. Na aceitação incondicional (Rogers 1961), é já aceitar sem questionar.

Foi função de certas empregadas silenciar por aceitação de condição. Na acessão psicológica, M. L. reviu-se em familiares, recursos estruturantes e focou-o para a subcategoria afetos (e colos), na categoria necessidades básicas na infância, asseguradas por criadas: «...sempre vieram a ter um papel bem importante no meu crescimento, nos cuidados que me eram dispensados, nos afetos e nos colos que me eram garantidos». Não tinha mãe. Logo adiante esclarece-o quando se refere a uma criada, Maria da Guia (categoria figura de vínculo alternativo), para categoria vida/narrativa por caminho e itinerário que foi seu:

“...uma criada... autêntica dama de companhia [da sua tia-avó], com grande poder sobre nós [ela e irmão 4 anos mais velho], e que para mim sempre fez parte do universo familiar. Acompanhou-me sempre ao longo de toda a vida, fazendo as suas escolhas em função dos caminhos [transições de contexto - espaços] que tive de vir a percorrer [sem pais], e só a morte a fez saltar para fora desse itinerário [definição de vida].”

Todavia quando antes enuncia quem a cuidou, recorda que [a casa dos bisavós] ficou habitada pelos caseiros. Nesse local vivia Cristina (outra figura de vínculo alternativo), a caseira, criada da bisavó. Fora por ela acolhida aos 10 anos, «...tornando-se para mim mais um elemento chave da família) e manteve-se na minha posse até os meus vinte e tal anos, sendo sempre uma referência da história e do património familiar.» Cristina é a transmissão oral do passado.

O avô paterno de M. L. fora quem terá decidido «não perpetuar a lógica normal de viverem na [outra] casa senhorial [dos bisavós] e quinta da família, reproduzindo igualmente

enquanto médico, a profissão de seu pai e, a partir do mesmo local, assegurar o papel da família bem reconhecida e enraizada na região [Centro de Portugal]».

Nessa linhagem, a exigência da demarcação de classe chega a ser entendida como prenúncio de “marca” de família revertida por esforço pessoal na crise acidental. Mas M. L. teve a noção de que, com 11 anos, lhe ficou uma criada para a vida, Maria da Guia (e uma caseira, Cristina, depositária de valores tradicionais), empregada do casal que viria a ser seu tutor. Tinha na sua posse os caseiros de casa de bisavós paternos, em Tentúgal, ou seja os «depositários das histórias mais antigas da família do lado do meu pai.»

A categoria diferença de género é avivada na lembrança consciente de condição acentuada por necessidade de filho varão. Quando aos 6 anos, M. L. é deslocada para Coimbra, devido à necessidade que não é sua, mas de irmão frequentar o liceu, tem uma criada, que cuidaria de si no decorrer do percurso escolar:

“Era ela que cada manhã me levava, no trolley, ao colégio, transportando cuidadosamente a minha pasta, e que ao fim do dia me esperava na entrada do colégio para, de igual modo, fazer a viagem de regresso e eu vir descontraída e sem pesos”.

A mudança de meio [social e económico] somente se deu por morte do último membro da família de M. L., a tia avó, irmã da avó paterna.

Uma educadora de infância e formadora, C., frisou a condição social e educativa, ainda no sentido perspectivado de orfandade, por doença prolongada da mãe, entregue a Romana:

“Nasci... uma vila industrial do Ribatejo, numa família da média burguesia... a minha mãe... acamada... por causa de uma flebite... entregou-me à Romana [que a amamentou a peito] que viveu na nossa casa durante longos meses ... fiz os três primeiros anos do ensino primário com lições em casa...”

A sua apresentação de família (média burguesia e industrial) é salientada por justificação, tendo nascido em 1937. Seguiu lições em privado. C. foi educada fora do sistema educativo, até admissão em modelo religioso. Aos 15 anos voltaria a ter lições em casa.

7. Categoria social de género: Implicações psicológicas

Por distinção da Fenomenologia, na Hermenêutica, «as ações humanas assemelham-se ao modo como um texto escrito se coloca ao leitor» (Tesch, 1990: 37).

Sabe-se que as meninas desenvolvem no tempo em que frequentam Jardins de Infância variadas ações nos estilos de interação e os rapazes lutam pela hierarquia de poder (Maccoby, 1990). As investigações de Eleanor Maccoby decorreram em recreios, onde elas desenvolvem competências sociais/interações e têm a ideia de que o seu diálogo pouco lhes importa. Não têm esperança de serem ouvidas pelos rapazes, seus colegas de escola.

Nos textos distinguem-se preocupações de género de quem teve irmãos. Brincavam sem companheiras e em espaço exíguo de casa e quintal. Quem andava na rua eram irmãos e pessoas de extratos sociais “baixos”, como o disse C. e pode ser lido em M. L.

“Eu brincava muito, sozinha, sempre no espaço da casa só alargado até ao quintal. Foi assim que, para além das normais brincadeiras de meninas, eu me habituei a saborear o quintal, a ver crescer e tratar dos campos e dos bichos. De vez e quando havia uma ou outra saída para brincar com as meninas ou meninos que nos convidavam. O meu irmão, para além da escola e dos meninos das famílias próximas, tinha o espaço da rua, onde brincava com os rapazes da aldeia que se aglomeravam frequentemente à sua volta”.

As famílias próximas seriam do nível cultural, social e económico da narradora. M. L. fez a diferença entre as normais brincadeiras de meninas.

A estratificação social era marcada também para C., que não ia à escola pública, por questão de género. Os dois irmãos iam à escola local, mas não alude mal estar por ter «lições em casa, onde se deslocavam os professores e integrando uma mini-turma de meninas, do mesmo meio social [burguês por condição do pai ser industrial na localidade]».

Foi avaliado nas sociedades ocidentais que, aos 4 anos, os rapazes já têm 3 vezes mais relacionamentos com rapazes do que com raparigas: aos 6 anos, eles já têm 11 vezes mais interações com rapazes (Maccoby, 1990). Como ganhar estatuto? Como suportar a hierarquia dos mais fortes? Como fazer para subordinar o grupo de pares?

Além da condição de poder favorecida, por critério social e de género, para o estabelecimento de hierarquias, o outro critério é biológico. O cérebro masculino e o cérebro feminino possuem estilos cognitivos diversos, tanto por diferenças sexuais causadas por diferenciação social como por diferente predisposição biológica (Baron-Cohen, 1989).

A diferenciação social foi estudada por Maccoby que, em oposição a Freud, evidenciou que a identificação com o pai do mesmo sexo é o resultado do desenvolvimento dos papéis de género. No que se refere a grupos de pares, eles têm interações diferentes para aprenderem papéis de género: eles jogam à bola e elas conversam, eles são agressivos, até por questão hormonal. Outra diferença social é na orientação de género. Aos 2 anos, eles suspeitam já que, se brincarem como as meninas, não é “bom”. Os adultos ficam a olhar. Eles observam, como explorou Maccoby e Jacklin (1987) em relação às famílias. Observam e, na medida em que a identidade sexual se constrói cerca dos 5 anos, quando eles veem que são fisicamente diferente das mães e irmãs, tomam em atenção que possuem maior independência do que as irmãs.

8. Categoria estratégias de coping

Estratégias de *coping* são o que implique avaliação de capacidades pessoais para enfrentar desafios – mudanças de vida e perigos/ameaças e perdas. Na perspetiva transacional de Lazarus e Folkman (1987, 1991) um stressor pode ser agudo, sequencializado, intermitente ou crónico, mas importará mais o sentido de controlo percebido (o que afeta a performance) do stressor do que o seu controlo, propriamente dito (Shapiro *et al.*, 1996).

Na escola da menina de «bibe encarnado de quadradinhos miúdos» (Jardim Escola João de Deus), as atividades eram diárias. M. «metia as mãos todas no barro... e atirava bocados de barro às meninas», sendo as avaliações que lhe faziam favoráveis na alimentação («apontada como exemplo de menina que comia bem e de tudo, sem problemas») e desfavoráveis - por vezes era mal comportada. Na hora de saída, M. ficava atilada, debaixo do telheiro, naquele banquinho, onde «esperava sentada... que me fossem buscar».

Em outro contexto superproteção, C. sobrepôs o ambiente social de média burguesia e industrial à autonomia, por limitar a interação social na vila de Alcanena. «Estou em perigo fora de casa?» Essa é a “avaliação primária” que as crianças se colocam para ficarem fora do meio.

A dimensão passado-futuro (D#1) contempla «O que vai ser de mim», substituível por «que fazer daqui em diante?» (“avaliação secundária” no *coping*). «O que posso fazer?»

É o futuro que se projeta e um *stressor* que se coloca. Entre o passado (e o ser) e o futuro devir demarcam-se dois polos da D#1. Na amplitude da D#2 se congrega a heteroformação e a formação, outro par de códigos/categorias cindidas.

As consequências de crise familiar levam crianças a irem buscar a outros (e em si próprias) forças suplementares/moderadoras. Há outros lugares. O colégio (categoria de contexto, espacial) pode contribuir para o efeito emancipador, como quando a divórcio de pais (M.) se associa a resiliência em M. L. e em M. A.

Em espaços vitais, M. A. atribuiu à escola, depois dos 6 anos, a sua preparação em defesa pessoal, força e autonomia (subcategorias de *coping*). «Criada, amada e protegida por dois pais e três mães», é no ambiente formal que se confrontou com a «necessidade de aprender a defender-me e a arranjar reservas ou a mobilizar as reservas que eu tinha», ou seja, começando a aprender que «tenho que ser capaz de, sozinha, fazer certas coisas». A autonomia está para o futuro. A transformação imaginada do significado do contexto, do valor das consequências até à sua negação (das consequências e da sua gravidade) está para a mudança do significado do mundo.

Referiu-se atrás serem necessidades as que passam por progressiva autonomia (Erikson 1998), sentido de competência - autoeficácia (Bandura 1977b) por *coping* adequado.

Coping é um termo inclusivo para uma variedade de técnicas de domínio de stresse ou as próprias reações ao stresse.

As estratégias de coping e resiliência foram geridas em ação, quando M. L. «procurava conquistar os membros do conselho de família para o meu campo quando falavam a sós comigo.» A tia avó solteira passou a ser sua tutora até morrer (dois anos depois do pai). Em seguida, foi entregue a protutor, por nova reunião de família, dito que o tutor e esposa eram um casal sem filhos. Foram os escolhidos. De novo teria que acionar os mecanismos [de defesa] de que era capaz, ela que realizou psicanálise, adotando linguagem desse domínio, tornada coloquial. Fazia sempre passar o seu desejo e não ir para casa dos tios maternos: «Tenho bem a consciência [memória] que esta nova etapa da minha vida [depois de morte de tia avó] tinha sido fruto daquilo que eu queria». Em resultado do temperamento ou por

experiência de perdas sucessivas, M. L. controlou ativamente a vida. Enunciou ser a morte da tia-avó pior no sofrimento do que os anteriores traumatismos.

Mudou o modo de interação no meio (estratégia cognitiva), com suporte instrumental social de amigos, de quem buscou assistência e encorajamento, apoio moral, simpatia e/ou compreensão, na estratégia emocional.

O tempo é um referente dado à partida. A tia avó morreu em dezembro de 1955, quando tinha 11 anos e estava no 2º ano do liceu. A senhora esteve uma semana de cama. O antecipado e esperado desenlace fatal deu-se quando M. L. regressava das aulas, ao entrar em casa.

A interação fulcral evidencia-se por análise axial. Quando Maria da Guia foi ao seu encontro com expressão de sofrimento, M. L. entendeu o sucedido.

A reviravolta deu-se. Muito perturbada, fugiu de local nefasto, pela primeira vez, porque «tinha a sensação que tudo tinha acabado ali.» M. L. chamou ao momento de rutura, definidor da sua vida. Não quis entrar em casa e não quis estar presente no funeral. Mudou o ambiente na estratégia cognitiva.

Foi para casa de família amiga. Mudou e terá feito uma reavaliação da situação penosa. «Estou a sentir-me melhor!» No desejado afastamento, distinto de comportamento habitual, reduziu os esforços para lidar com o stressor na perda, como ocorreria no prévio “desânimo aprendido” (Overmier, 2002). Na casa da família amiga dirigiu-se a outras atividades para se distrair, o que consuma um afastamento mental, para estratégia “focada na emoção” (Carver et al, 1989).

Nova interpretação. Houve três acontecimentos adversos precedentes: a morte da mãe em bebé, a morte do irmão e do pai, aos 9 anos. Ainda que outros lhe satisfizessem necessidades de infância, a morte da tia avó não lhe deixava um lugar seguro, um afeto certo.

Não tinha com quem contar da família, porque o «tecido familiar que restava era suspeito e por mim rejeitado». Desconfiava na suspeição. Sentia-se insegura.

«O que ia ser de mim? Era a pergunta latente, angustiante e permanente em mim.»

Adquiria a satisfação de progressiva autonomia e o sentido de competência - autoeficácia. Criaram-se as duas categorias na perda de vínculo (categoria).

O incidente de afastamento e orfandade é relatado sem pedido. M. A. passou a viver, desde os 6 meses, longe de casa paterna, evento sincrónico do primeiro episódio rocambolesco, um momento dramático para a sua mãe. Na morte da ama de M. A., foi encontrada a chorar junto dela. Na simultaneidade, faleceram a ama em Lisboa e o namorado da tia em Viseu.

Configura-se um modo de orfandades diferente do habitual: um é real por morte e o outro é mental, por separação dos pais. À perda efetiva junta-se a perda de relação que poderia existir mas não existe. O que se chamou “desânimo aprendido” (Overmier, 2002) acentua a sucessão de crises.

Por acréscimo de sentido, M. L. adquiriu satisfação de necessidades básicas no fim da infância para posterior adaptação.

Em forma conclusiva, na interpretação de M. para o que a fez autónoma, escreveu «não [estar] arrependida das decisões que tomei ao longo dos anos», não ter «sentido

propriamente desgosto com a separação dos meus pais» - «uma forma de não sofrer, uma forma de sobreviver e de me adaptar».

9. Categoria central colégios de formação católica

Na conceção de experiência existencial, o termo de heteroformação diz respeito ao que transcende a aprendizagem e é lição de vida. Essa experiência é formativa, quando não decorra de aprendizagens cognitivas, latentes ou por *insight* (inferência inconsciente).

A heteroformação em colégios religiosos (categoria central) foi oposta, na D#2, a formação em ensino regular.

O empenho religioso, em adolescentes e adultas, foi relatado por C., M. L. e A., se bem que M. A. fosse crente «em algo que me transcende e que torna possível a vida e a morte ganharem sentido». Auscultámos recordações de colégios religiosos católicos, com (semi)internatos, frequentados por M. L. e C. e M..

Os espaços de vida mudaram por perda de relação a pais.

M. L. tornar-se-ia mais autónoma, porque passou a frequentar o liceu, após a morte do pai, deixando o colégio de formação católica inicial. Essa foi a emancipação desejada pelo pai em vida. Passava a dispensar a criada que a conduzia ao estabelecimento de ensino, diariamente e - imagine-se - guardou a memória de lhe ser bastante fácil mudar de vida.

«Autorealização» (Maslow, 1968) entende-se como a pessoa ser tudo o que seja capaz de ser. Com frequência, vimos como M. L. terá vivido nas mortes de familiares diretos, “em que esteve sempre presente”. Foi na sua fé católica que encontrou um pilar de vida. Aos 6 anos, a opção escolar foi feita por colocação em colégio de freiras, em regime de internato parcial, entrando de manhã e saindo ao fim do dia: «Gostava muito do colégio, de que não guardo nenhum constrangimento, onde era boa aluna, tendo boas notas a tudo exceto no ‘silêncio’, e onde era mimada pelas irmãs, de quem guardo a lembrança de muito carinho.»

A mãe de C. educou os 4 filhos «dentro da mais pura ortodoxia cristã», pelo que ela achou natural a sua matrícula, aos 9 anos, em colégio de irmãs. O irmão seguiu o curso de seminário jesuíta. «Vivi esses anos objetivamente muito integrada – ‘boa aluna/bom comportamento’, subjetivamente como uma ‘festa’ permanente – as amizades, os desportos, as cumplicidades de adolescência e da experiência da vida em grupo com tudo o que tinha de sedutor.» Julgou compreensível que depois da socialização no colégio, tenha aderido a movimentos cristãos e, em particular, ao noelismo. De «Noël», Mistério da Encarnação, o noelismo teve o lema «Por Cristo, cultura e serviço».

Por transição de vida, M. foi no 2º ano de escolaridade do ensino básico afastada do doce Jardim Escola, quando os pais a meteram num colégio religioso, particular: «A primeira coisa ao entrar às 9 horas era rezar, na capela, ao acabar a manhã, rezava-se, ao entrar depois do almoço nova oração e às 4 e meia não se saía sem agradecer ao Senhor a passagem de mais um dia».

Como foi enunciado, M. A. etiquetou o Jardim Infantil como outro sofrimento, um depósito de meninos. Em 1954, ela ficaria lá já de noite, depois da partida dos colegas, a chorar, sempre a chorar, até lhe abrirem a porta: corria para a mãe e a mãe correria desesperadamente atrás de si.

Conclusão

No curso das transações (trocas com o ambiente), o resultado das ações/textos altera uma situação em contexto. Englobaram-se condições de vida relacional (interação indivíduo-meio), motivacional (avaliação de intenções traduzidas em ações) e cognitiva (reconhecimento e avaliação de situações) nas Histórias de Vida, com os procedimentos sistemáticos do método Grounded Theory, pelo que se elucidou a criação de categorias centrais (CC#1 tempo de infância), orfandades (CC#2) e colégios religiosos (CC#3). na bifurcações de tempo (CC#4).

A categoria família permite aglutinar figuras de vínculo, mãe e pai. Entendeu-se o papel de figuras de vínculo alternativo como empregadas e tutores. Quando não se conheceu a mãe pode ainda se idealizar e guardar o seu retrato.

São categorias associadas a CC#1 (tempo de infância): brincadeiras, educação (in)formal, partilha com colegas, consenso nos grupos, convivência com madrinha...

Por sua vez, a CC#2 (orfandades) arrastou momentos de viragem para “perdas e crises acidentais” – categoria estratégias de *coping*, como o gerir divórcio de pais, morte inesperadas da mãe, do irmão, do pai, da ama, do noivo da tia... Vimos como o destino trágico arrasta (ou não) dependência. O destino pode precipitar uma autoimposta mudança na jovem mulher.

Temos subcategorias temporais de orfandades, nas funções de outros que não são da família: empregadas, tios, substitutos de pais, tutórias e amigos.

As condições consequentes a falhas relacionais foram retratos de eventos benignos, considerados positivos (as separações de C.) e ameaçadores, que potenciam stress e solidão, como em M. L.

Vislumbrou-se a autonomia na escola. A CC#3 (colégios religiosos) refere-se ao relatado de experiência educativa em colégios de irmãs. Registou-se o bem estar de boas alunas e o desagrado por tempo obrigatório de silêncio e de oração, em vários momentos do dia.

A inversão de modelos educativos pode dar-se na rutura com admissão em liceu.

Partiu-se de regularidades e de contingências imponderáveis de perda de afeto/vínculo seguro e felicidade, de ordem familiar e educativa. Criaram-se categorias, com base em valores feministas, familiares e económicos, para posições existenciais/formativas.

As condições de classe, género (categorias sociais), além de contingências inesperadas, na infância de M. L., M. A. e C., ligam-se mais à família de origem do que à escola de formação básica (espaços).

Por conseguinte, na Grounded Theory codificaram-se momentos de charneira (D#1 - passado-futuro) de bifurcação do tempo (CC#4).

O futuro aproximou-se de estratégias de coping, para a mudança na vida (colocada em questão epistemológica): «Quero ser quem sou?» Foram abaladas coerências, congruências ou modos de se sentir consistente, na direção a outros – uma questão ontológica.

Em heteroformação contínua (psicanálise “clássica”, psicoterapia, Histórias de Vida...), foi marcado o impacto/mudança possível e continuada por ocorrências conflituais (D#2 – formação-heteroformação).

E ainda que os dados (textos) nem sempre coincidam com factos históricos, refletir/intuir ao aprender é reconstruir a imaginação criativa, assente no projeto existencial de hoje agirmos, mas sem neutralizarmos o que foi feito.

Somente M. L. e M. A. se disseram mais condicionadas por fatores extrínsecos como o destino de outros. Apetece retomar Bergson, para quem a memória é duração. Não é um processo que joga um instante em substituição de outro, o que indicaria um aqui e agora, mas um passado na atualidade e de uma duração concreta: «A duração é o progresso contínuo do passado que rói o futuro e que incha avançando. Na medida em que o passado incessantemente cresce, também se conserva, indefinidamente» (Bergson, 1964: 44). A reintegração do passado cabe nos tempos hipermodernos de Giles Lipovetsky (2004, pp. 57-58).

Apetece dizer que para conhecer o país das crianças seja preciso voltar ao país da memória, caminhar na direção da fantasia e apreender o que recriámos. E as autoras reviveram o que ficou para trás e encantaram-se com o devir, o que devolvemos agora no que não nos deram.

Referências

- Ainsworth, M. & Bowlby, J. (1991). Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Bandura, A. (1977b). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behaviour change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Baron-Cohen, S. (1989). Es el autismo una forma extrema de cerebro masculino. In R. Carter, *El nuevo mapa del cerebro*, 77-79. Barcelona: RBA Ediciones de Librerías.
- Bergson, H. (1964). *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Editora Delta.
- Bergson, H. (2004). *Duración y simultaneidad*. Buenos Aires : Del signo.
- Bertaux, D. (1976). *Histoires de vie ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*. Paris: Cordes.
- Boorstin, D. (1998). *Os pensadores*. Lisboa: Gradiva.
- Borges, J. L. (1999) *Obras completas* (Volumes I, II, III e IV). São Paulo: Globo.
- Calvino, I. (2006). *Eremita em Paris: páginas autobiográficas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carver, C., Scheier, M., & Weintraub, J. (1989). Assessing coping strategies: A theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 267-283.
- De Blase, T. (2012). Curar com palavras, in *Super Interessante*, n.º 170, Junho 2012, 40-42.
- Deleuze, G. (1985). *Cinéma 2: L'image-temps*, Paris, Minuit, 1985 (edição brasileira. A imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense, 1990).

- Deleuze, G. (1998). *Proust et les signes*. Paris: Quadrige.
- Dominicé, P. (1990). *L'histoire de vie comme processus de formation*. Paris: L'Harmattan.
- Duras, M. (1994). *Escrever*. Lisboa: Difel.
- Eliot, T. S. (2004). *Poesia: obra completa*. Volume I. São Paulo: Arx.
- Erikson, E. (1998). *The life cycle completed. Extended version with new chapters on the ninth stage of development*. N.Y.: W.W. Norton & Company.
- Feingold, A. (1994). Gender differences in personality: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 116, 429-456.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Greene, B. (2005). *O Tecido do Cosmo: O espaço, o tempo e a textura da realidade*. S. Paulo: Companhia das Letras.
- Harré, R. & Stearns, P. (1995). *Discursive psychology in practice*. London: Sage.
- Janesick, V. (1994). The dance of qualitative research design. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, 209-219. London: Sage.
- Josso, Chr. (1988). Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. In A. Nóvoa e M. Finger (Orgs.), *O método (auto)biográfico e a formação*, 37-50. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Josso, M-Ch. (1991). *Cheminer vers soi*. Paris et Lausanne: L'Age d'Homme
- Josso, M.-Chr. (1992). *Consignes pour le questionnement des récits*. Curso de Formação de docentes da Escola e Enfermagem de Francisco Gentil Martins - Lisboa.
- Josso, M.-Chr. (2000). (Dir.) *La formation au coeur des récits de vie: expériences et savoirs universitaires*. Paris: L'Harmattan.
- Josso, Chr. (2002). *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Editora Educa-Formação /Universidade de Lisboa, 2002.Educa-Formação.
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lazarus, R. & Folkman, S. (1987). Transactional theory and research on emotions and coping. *European Journal of Personality*, Vol. 1, 141-169.
- Lazarus, R. & Folkman, S. (1991). *Stress, appraisal and coping*. NY: Springer.
- Lejeune, Ph. (1996). *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil.
- Lennon, R. & Eisenberg, N. (1987). Gender and age differences in empathy and sympathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and his development*, 195-217. N.Y.: Cambridge University Press.
- Levi, P. (2012). *O sistema periódico*. Lisboa: Teorema.
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Maccoby, E. (1990). Gender and relationships: A developmental account. *American Psychologist*, 45, 513-515.
- Maccoby, E. & Jacklin, C. (1989). Gender segregation in childhood. In H. W. Reese (Ed.), *Advances in child development and behaviour*, Vol. 20, 239-288. N.Y.: Academy Press.

- Marques, G. G. (2002). *Viver para contá-la*. Lisboa: Dom Quixote.
- Maslow, A. (1968). *Toward a psychology of being*. Princeton, N.J.: Van Nostrand.
- Muiño, L. (2012). Histórias de embalar. *Super Interessante*, nº 169, maio 2012, 80-85.
- Nava, P. (1984). *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Neruda, P. (1996). *Confesso que vivi*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Nóvoa, A. (1988). A formação tem que passar por aqui: As histórias de vida no Projecto Prolasus. In A. Nóvoa & M. Finger (Orgs.) *O método (auto)biográfico e a formação*, 107-130. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Overmier, J. (2002). On learned helplessness. *Integrative Psychological & Behavioural Science*, 37, 4-8.
- Perec, G. (1975). *Wou le souvenir de l'enfance*. Paris: Denöel.
- Pessoa, F. (2006). *Escritos autobiográficos, automáticos e de reflexão pessoal*. São Paulo: A girafa Editora.
- Pineau, G. & Le Grand, J. (1993). *Les histoires de vie*. Paris: PUF.
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S., & Paybaut, P. (1995). *Histórias de vida*. Oeiras: Celta.
- Proust, M. (1987). *No caminho de Swam*. Rio de Janeiro: Globo.
- Proust, M. (1990). *O tempo redescoberto*. Rio de Janeiro: Globo.
- Punset, E. (2011). *Viagem ao poder da mente*. Lisboa: D. Quixote.
- Rogers, C. (1961). *Client-centered therapy*. Boston: Houghton Mifflin.
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa* (Tomos I, II e III). Campinas: Papirus.
- Saramago, J. (2006). *Pequenas memórias*. Lisboa: Caminho.
- Seféris, G. (1997). *Dias. 1925-1968*. Madrid: Alianza Editorial.
- Shapiro, D. Jr., Schwartz, C. & Astin, J. (1996) Controlling ourselves, controlling our world: Psychology's role in understanding positive and negative consequences of seeking, and gaining control. *American Psychologist*, 51, 1213-1230.
- Smith, L.M. (1994). Biographical method. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, 286-305. London: Sage.
- Strauss, A. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. N.Y.: Cambridge University Press.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park, CA: Sage.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: An overview. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research*, 273-283. London: Sage.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1997). (Eds.) *Grounded Theory in practice*. London: Sage.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative research: Analysis types & software tools*. Bristol: The Falmer Press.
- Zamith-Cruz, J. (1997). *Trajectórias criativas: O desenvolvimento humano na perspectiva da Psicologia Narrativa*. Tese de Doutoramento não publicada. Braga: Universidade do Minho.

- Zamith-Cruz, J. (2003). Retratos falados por mulheres portuguesas: Análise narrativa de recordações do tempo de escola. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação*, n.º 8 (Vol. X), Ano 7º, 724-737.
- Zamith-Cruz, J. (2009). Método de *Grounded Theory* aplicado à escuta ética de professoras na meia-idade. Mesa Educação de adultos e novas oportunidades – Educação de Adultos. *X Congresso da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação – Investigar, Avaliar, Descentralizar*, pp. 118-121. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação, 30 de abril e 1 e 2 de maio de 2009.
- Zamith-Cruz, J. (2010, no prelo). Ética da prestação de cuidados: Histórias de Vida de docentes universitárias. *AFIRSE: Deontologia, Ética e Valores na Educação – Utopia e Realidade*. Recuperado de: <http://afirse.fpce.ul.pt/>
- Zamith-Cruz, J. (2012, no prelo). Histórias cruzadas de docentes portuguesas do ensino superior: A sabedoria de oito exploradoras-exceção. In Mª J. Magalhães, A. Cruz e R. Neves (Coords.), *Pelo fio se vai à meada: percursos metodológicos em Histórias de Vida*. Lisboa: Editora Ela por Ela.

Locais na Internet e páginas pessoais

Rutledge, P. [em linha] disponível em endereço <http://www.pamelarutledge.com> [consultado em 17/07/2012].

Publicação em revista na Internet

Online Magazine on the psychology of fiction (2009). *Onfiction*. Segunda feira, February, 23 2009, <http://www.onfiction.ca/2009/02/reading-as-mental-simulation.html>
<http://www.onfiction.ca/2009/02/reading-as-mental-simulation.html> [consultado em 17/07/2012].



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Alimentação e tempos sociais

PAULA MASCARENHAS

Universidade do Minho

pvmascarenhas@ics.uminho.pt

Resumo:

Conhecer as novas modalidades de sentir o tempo em relação às práticas alimentares, a partir das narrativas de vinte e nove grupos domésticos, é o objectivo principal desta comunicação. Inspirando-nos na teoria do tempo de Norbert Elias, pretendemos compreender as ligações entre a alimentação e os “tempos sociais”. Identificaremos a organização das ocupações alimentares no tempo através do sistema alimentar, desde a produção até ao consumo das refeições. Pretendemos demonstrar as conexões sociogenéticas entre a alimentação quotidiana e a organização das mesmas na temporalidade. Os resultados deste estudo reforçam a pertinência dos ritmos temporais específicos nas diferentes fases do sistema alimentar e na organização das tarefas alimentares domésticas numa sociedade em mudança. Nos grupos domésticos estudados foi possível verificar a presença de múltiplas configurações e a emergência de novas temporalidades alimentares nas refeições domésticas.

Palavras-chave:

Tempos sociais, práticas alimentares, organização/partilha das tarefas domésticas com a alimentação

“Se ninguém [me] perguntar [o que é o tempo], eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação que se nada sobrevivesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existia o tempo presente... (Santo Agostinho, Confissões, 1997: 304). Pode ainda medir-se o tempo? Só é mensurável o tempo na medida que necessitamos dele para a nossa experiência de vida... (Santo Agostinho, 1977: 303).

Introdução

A alimentação humana é um fenómeno complexo, pluriforme e multidimensional. O ato alimentar interconecta diversos níveis da existência humana: o biológico, o psicológico, sociológico, o cultural, o económico, o político, o nutricional, o dietético, o gustativo, a identidade, a sociabilidade e a saúde.

Comer significa, simultaneamente, incorporar os alimentos para satisfazer a necessidade pulsional de garantir o funcionamento do metabolismo do organismo e a sobrevivência dos seres vivos (dimensões nutricionais). Também tem relação direta com a construção dos laços de pertença intergeracional, social e familiar, interferindo com os processos de produção e de recomposição das identidades.

Mas, como e quando comemos? Que tarefas domésticas circunscritas no tempo desencadeamos para a alimentação quotidiana? Com estas duas questões pretendemos compreender as ligações entre a alimentação e os “tempos sociais” identificando as percepções temporais da organização das tarefas domésticas alimentares, desde a produção até ao consumo das refeições através do discurso de vinte e nove grupos domésticos.

Assim, inspirando-nos na teoria do tempo social de Norbert Elias, pretendemos problematizar o tempo como representação da experiência social debruçando-nos sobre uma realidade singular: as práticas e os ritmos alimentares.

O texto estrutura-se em dois momentos distintos. No primeiro, apresentamos algumas tentativas de conceitualizações do tempo. Num segundo procedemos à análise das modalidades de sentir o tempo nos grupos domésticos em relação às práticas alimentares e à organização das tarefas ligadas com a alimentação.

1. Tempo e as práticas alimentares

Norbert Elias afirma que o tempo:

“Designa simbolicamente a relação que um grupo humano ou todo o grupo de seres vivos, dotados de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos em que um é normalizado para servir aos outros como quadro de referência e de escala de medida¹” (Elias, 1996: 52).

O mesmo autor explicita que:

“Os sujeitos humanos, autores da relação; e dois processos (ou mais) em que um deles joga um papel de continuum normalizado e de quadro de referência” (Ibidem, 1996: 53).

Ainda na mesma linha, considera o tempo:

“Como símbolo conceptual de uma síntese em via de constituição, isto é, uma operação complexa que coloca em relação diferentes processos evolutivos socialmente reconhecidos e normalizados” (Ibidem, 1996: 55).

Ao assumir-se que a alimentação é, simultaneamente, um ato biológico, social e cultural, perspectiva-se que se realiza no tempo social normativo, mas também no tempo criativo dos sujeitos. Na base de Norbert Elias, propomos uma perspectiva ecosófica da alimentação no tempo, a qual sugere uma visão holística e sistémica nas interações e dinâmicas entre a alimentação e os tempos da natureza e da sociedade.

Deste modo, concebemos que as experiências relacionais dos seres humanos com a alimentação e a organização dos tempos bioalimentares, assenta numa tripla dimensão: 1. A processual e histórica; 2. A “praxis”; 3. A coerciva, simbólica e imaginária (Figura 1).

¹ Tradução da autora.

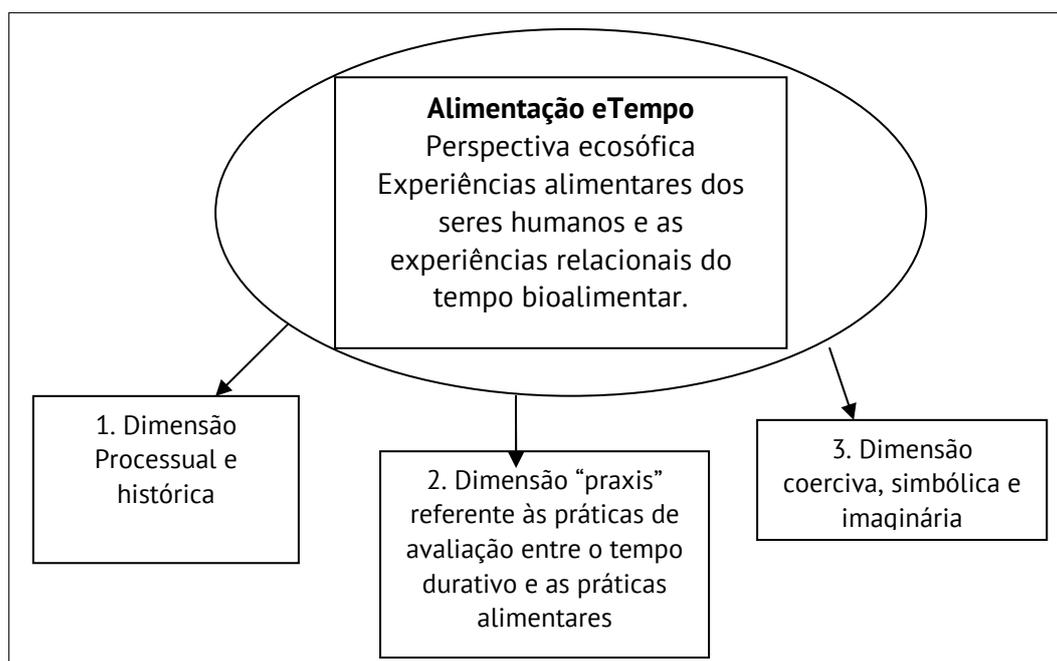


Figura 1: Conceito de Alimentação no tempo

O estudo da alimentação no tempo implica ter em conta os acontecimentos sociais e culturais considerados numa avaliação temporal em relação com as fases do sistema alimentar, a saber: - produção, aprovisionamento (autoconsumo, compra, trocas, dádivas), armazenamento, conservação, preparação, confeção e consumo nas refeições.

Relativamente à realização das tarefas domésticas alimentares, desempenhadas por um ou mais membros do grupo doméstico e às modalidades do sentir e interpretar o tempo para cada uma delas, importa precisar que elas se interconetam com o fenómeno da tecnicização dos instrumentos de medida do tempo, tais como os calendários, os horários, os relógios e as agendas, considerados como agenciamentos, a determinação do tempo social “ganhou autonomia em relação ao tempo físico, tornando as relações indirectas mas não interrompidas” (Elias, 1996: 50).

Convocamos ainda neste momento, o conceito de configuração social que pode aplicar-se quer a grupos relativamente pequenos (os vinte e nove grupos domésticos) quer a sociedades constituídas de modos interdependentes (habitantes do concelho de Cascais ou de Portugal por exemplo), de modo a perceber as práticas alimentares no tempo e com o tempo.

O conceito de “configuração social” sustentado por Elias, implica as formas específicas de interdependência que ligam os indivíduos entre si e assume-se como núcleo de outras configurações:

“Uma configuração de homens orientados, uns para os outros e dependentes uns dos outros. Como os homens são, por natureza e, depois, em virtude da aprendizagem social, da educação, da socialização e de necessidades criadas pela sociedade, mais ou menos dependentes uns dos outros, eles só ocorrem [...] como pluralidades e só aparecem em configurações” (Elias, 1989: 45).

Em síntese, podemos concluir que, numa configuração social evolutiva, a duração das práticas alimentares individuais, os gostos alimentares, as ideias sobre a alimentação, a estratificação social, o poder político e a organização económica se encontram inextricavelmente entrelaçados e diferenciam-se pela sua duração e complexidade, tornando-se indispensável a sua análise (Mascarenhas, 2007). Todavia, as grandes configurações não podem ser percecionadas diretamente já que:

“As cadeias de interdependência que ligam os indivíduos são maiores e mais diferenciadas. As configurações actuais são complexas e terão por consequência de ser abordadas indirectamente e compreendidas mediante uma análise dos elos de interdependência” (Eliás, 1980: 143).

2. Metodologia

As técnicas de recolha de dados utilizadas foram as seguintes: a história de vida alimentar considerada como biografia alimentar, a entrevista em profundidade e a entrevista semi-estruturada. Nesta última, estabelecemos uma grelha de tarefas domésticas ligadas à alimentação de acordo com as considerações teóricas de Stephen Menell (1992) e Mabel Gracia (1996).

Assim a elaboração da grelha contemplou as tarefas alimentares nas diferentes fases do sistema alimentar tais como a produção (horticultura, fruticultura, criação de animais, as técnicas de produção, etc.), o aprovisionamento (compra, trocas e dádivas), a armazenagem e conservação dos alimentos, a preparação e a confeção culinária, o serviço de mesa (pôr e levantar a mesa), o tipo de baixela, a limpeza e a arrumação dos utensílios, a manutenção e limpeza do equipamento e do espaço culinário, a reutilização/reciclagem das sobras, dar a comida às crianças e idosos incapacitados, a separação dos resíduos sólidos, a cronometração do tempo, o controlo da qualidade dos alimentos, as planificações do aprovisionamento e das ementas, a supervisão das existências, a atenção e cuidados com a saúde familiar, a transmissão dos saberes alimentares e culinários (Mascarenhas, 2007). Acresce-se ainda o cuidado de satisfazer os gostos alimentares dos membros do grupo doméstico entre outras atividades diárias do trabalho doméstico, tais como o cuidar e educar os filhos, prestar cuidados de saúde familiar, limpeza da casa, limpeza da roupa, etc. Incluímos ainda a existência de partilha/delegação destas tarefas pelos membros do grupo doméstico, por um outro membro familiar ou por serviço doméstico.

Relativamente à análise de dados, recorreremos tanto a técnicas quantitativas como a qualitativas. Utilizámos a análise de conteúdo em categorias da informação recolhida através das entrevistas semi-estruturadas e a análise de conteúdo temática em relação às histórias de vida alimentar centradas nas mudanças da divisão sexual do trabalho doméstico alimentar.

A amostra envolveu vinte e nove grupos domésticos, num total de sessenta pessoas entrevistadas. A sua dimensão poderia ter sido maior, todavia, consideramo-la apropriada

devido, por um lado, à dificuldade de recolha e análise de dados e, por outro, porque atingimos a saturação pretendida. A amostra obedece essencialmente a critérios de *significatividade* do número de casos, tendo em conta a função do investigador, o problema em estudo e a perspetiva teórica adotada. Em primeiro, combinámos sete variáveis sociodemográficas (“sexo”, “idade”, “dimensão, composição e estrutura familiar”, nível de rendimentos”, “nível de instrução”, “categorias socioprofissionais”, “origem geográfica” porque estas podem condicionar as práticas alimentares e a organização das actividades no tempo. Para abordar o carácter significativo e intensivo deste estudo, como referimos anteriormente, escolhemos a amostragem intencional. Os grupos são seleccionados de acordo com os critérios estabelecidos por nós e acima descritos.

Assim, a amostra contempla vinte e nove grupos domésticos que se distribuem quanto à sua estrutura familiar da seguinte maneira: um de estrutura familiar alargada, catorze famílias nucleares com filhos (pequenos, adolescentes e adultos), duas famílias nucleares sem filhos, quatro monoparentais e oito grupos domésticos unipessoais.

Levantamos como hipótese de trabalho o seguinte percurso de investigação cujos pilares assentam nos processos que a seguir elencamos:

- Primeira hipótese: a organização das actividades alimentares no tempo apresentam configurações diferenciadas de acordo com a herança intergeracional e familiar das práticas alimentares e das sensibilidades relativamente à estética do ato alimentar.
- Segunda hipótese. O processo de tecnificação das práticas alimentares obriga a que sejam introduzidas alterações significativas que modificam as modalidades de sentir o tempo enquanto *modus vivendi* alimentar. (na comida viver o tempo).
- Terceira hipótese: O processo de tecnicização das práticas alimentares implica uma alteração desde a aquisição dos alimentos à preparação/confeção dos alimentos com efeito direto na organização das tarefas domésticas no tempo e a autopercepção das mesmas.

Para esta comunicação baseamo-me apenas na avaliação do modo de sentir o tempo em relação às tarefas domésticas alimentares quotidianas, incluindo a responsabilidade ou delegação destas ocupações.

3. Análise das “sensações” temporais

As diferentes constatações empíricas (Mennel *et al.*, 1992; Goodman e Redclift, 1991; Devault 1991; Gracia, 1996; Valagão, 1990; Sullivan, 2000; Wall *et al.*, 2005) permitem-nos generalizar que as mulheres têm sido responsáveis, etnográfica e historicamente pela alimentação quotidiana, excetuando aquelas que pertencem aos grupos sociais de elite.

Referindo-se a uma de muitas tarefas com a alimentação, a confeção dos alimentos ou seja cozinhar, Mennell (1987) demonstra que, na maioria das culturas e, através do tempo, as mulheres estão associadas à confeção doméstica dos alimentos (cozinha

doméstica); enquanto nas sociedades complexas onde se desenvolve uma cozinha profissional elaborada socialmente prestigiada e diferenciada tanto técnica como socialmente, em relação à cozinha quotidiana dos grupos sociais de cariz popular e burguesa, o papel de cozinheiro – o chefe - é desempenhado pelo género masculino. Do mesmo modo, Jack Goody (1998) argumenta que, em tempos da hegemonia egípcia, os homens utilizavam as receitas praticadas diariamente pelas mulheres na esfera doméstica para conformar a cozinha cortesã, caracterizada por um reconhecimento social que em nada se compara com o trabalho doméstico alimentar diário. Esta diferenciação entre as duas cozinhas, a diária feminina e a especializada masculina, serve-nos de introdução para a divisão sexual do trabalho doméstico quotidiano alimentar nos grupos domésticos.

Os trabalhos empíricos sobre as mudanças na divisão do trabalho doméstico nos últimos vinte anos do século XX constataam que algumas alterações emergem na contribuição relativa do homem no trabalho doméstico no período entre 1975 e 1997 (Vanek, 1974; Oakley, 1974; Baxter, 1992; Warde e Hetherington, 1993; Benjamin e Sullivan, 1999; citados em Sullivan 2000). Contudo, esta tendência crescente da participação masculina no tempo despendido em trabalhos domésticos e, por conseguinte, uma diminuição relativa feminina de algumas rotinas, segundo Oriel Sullivan (2000) são mais evidentes entre os casais trabalhadores a tempo inteiro e em categorias socioprofissionais mais baixas. Contudo, algumas pesquisas a um nível diferente de análise focam a mudança nas ideologias masculinas (Gerson e Peiss, 1985; Benjamin e Sullivan, 1999; Crompton, 1999, citados em Sullivan, 2000).

De facto, a um nível de análise microsocial, outros trabalhos empíricos constataam que a responsabilidade do trabalho doméstico alimentar recai sobre a mulher, apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho (Hunt, 1980, Pollert, 1981, West, 1982, citados em Mennel *et al.* (1992). Isto implica uma duplicação de trabalho e uma conciliação mais ou menos conseguida entre o trabalho doméstico e extradoméstico de carácter profissional, podendo ascender, em alguns grupos domésticos, a mais de quinze horas de trabalho diário. Poderá haver delegação parcial de algumas tarefas domésticas alimentares, pois:

“nem todas as mulheres assumem as responsabilidades alimentares, nem todas as delegam ou compartilham com os outros membros do grupo doméstico”
(Gracia, 1996: 32).

De facto, nos grupos domésticos, a responsabilidade das tarefas domésticas quotidianas alimentares são maioritariamente assumidas por mulheres, inclusive quando ambos exercem um trabalho extra doméstico remunerado a tempo inteiro. Atendendo ao nível etário do *corpus* que seleccionámos na amostra por pretendermos compreender as mudanças na cultura alimentar, verificamos que, ao contrário do que pode acontecer com as gerações mais jovens, os grupos domésticos aqui visados continuam a reproduzir a herança intergeracional e familiar da divisão sexual do trabalho doméstico, remetendo para as mulheres as responsabilidades dos cuidados com a alimentação e das tarefas domésticas quotidianas.

Relembramos ainda que os dados recolhidos sobre a participação dos diferentes membros em relação à responsabilidade da alimentação e ao trabalho doméstico provêm das entrevistas em profundidade e das entrevistas semi-estruturadas, o que nos permite perfilar a subjetividade com que os diferentes membros do grupo doméstico vivenciam a sua participação nas tarefas domésticas alimentares e o tempo que lhes dedicam a cada uma delas. Por isso, denominamos as “sensações temporais” do trabalho doméstico alimentar dado que, não nos foi possível contrastá-los com a observação direta em todos os grupos domésticos, o que nos permitiria estabelecer clivagens entre os discursos e as práticas.

Assim, o entendimento sobre a participação pode levar a constrangimentos interpretativos dos dados. Uma pessoa pode entender por “participar”: “desde protagonizar a execução de uma actividade ou, pelo contrário, considerar-se como membro participante pelo facto de ajudar pontualmente e de forma esporádica” (Gracia, 1996: 44).

As sensações temporais das tarefas domésticas alimentares variam segundo a estrutura familiar dos grupos domésticos como mostra o seguinte quadro:

Tarefas alimentares	A	B	C	D	E	F	G
Produção	0	0	0	0	0	0	2h
Aprovisionamento semanal	0h 30	1h00	2h00	2h30	2h00	2h00	2h30
Armazenagem semanal	0h10	0h10	0h15	0h15	0h15	0h15	0h20
Conservação semanal	0h10	0h10	0h15	0h15	0h15	0h15	0h15
Preparação alimentos	0h10	0h15	0h 20				
Confeção culinária	0h40	1h00	1h 30	1h 20	1h 30	1h 30	1h 30
Serviço (pôr e levantar a mesa)	0h10	0h20	0h 30				
Duração das 3 refeições principais	0h40	1h00	1h 30				
Limpeza, arrumação dos utensílios	0h10	0h20	0h 30				
Manutenção e limpeza do equipamento e espaço culinário	0h10	0h20	0h 30				
Dar de comer (filhos e idosos incapacitados)	0h00	0h00	0h 50	0h 00	0h 50	0h 00	0h 30
Cronometração do tempo	0h00	0h10	0h 20	0h 20	0h 20	0h 20	0h 30
Controlo de qualidade	0h10	0h10	0h 20	0h 20	0h 20	0h 20	0h 30
Organização das ementas	0h00	0h15	0h 20				
Planificação semanal aprovisionamento	0h00	0h15	0h 20				

Quadro 1: Sensações temporais das tarefas alimentares segundo a estrutura familiar do grupo doméstico nos dias laborais e não laborais.

Fonte: Levantamento da autora através das entrevistas semi-estruturadas. Legenda: A: GD unipessoal; B: GD Nucleares s/ filhos; C: GD Nucleares c/ filhos pequenos; D: GD: Nucleares c/ filhos adolescentes ou adultos; E: GD: Monoparentais c/ filhos pequenos; F: GD: Monoparentais c/ filhos adolescentes ou adultos; G: GD: Alargadas.

Os grupos domésticos de estrutura familiar unipessoal (Grupo A) referem dedicar cerca de 2h 10m com as tarefas domésticas alimentares quotidianas nos dias laborais e três nos dias não laborais (Gráfico 1). A existência de filhos no grupo doméstico tem influência direta na duração das ocupações alimentares. De facto, nos grupos domésticos de estrutura familiar nuclear sem filhos (Grupo B), o trabalho doméstico com a alimentação aumenta em duas horas em relação à primeira situação, porém, diminui mais de três horas em relação às famílias nucleares (Grupos C e D) ou monoparentais com filhos pequenos e adolescentes

(Grupos E e F) ou famílias alargadas. No entanto, estas perceções temporais das actividades alimentares merecem algumas considerações, a saber: as mulheres realizam várias tarefas em simultâneo pelo que o número total de horas apercebidas pode ser inferior na realidade ou superior em determinados dias que envolvem outras tarefas domésticas alimentares tais como as compras, o armazenamento e a conservação.

O gráfico 1 mostra-nos a disparidade das perceções temporais das tarefas domésticas alimentares quotidianas nos dias laborais e não laborais segundo as estruturas familiares.

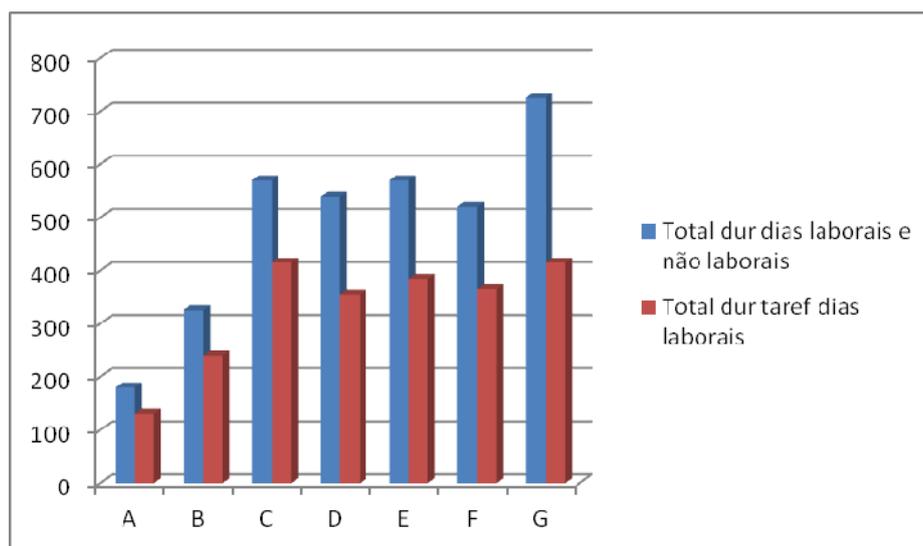


Gráfico 1: Perceções temporais em minutos das tarefas alimentares quotidianas segundo a estrutura familiar

Fonte: Tratamento e análise dos dados pela autora através da grelha trabalho doméstico alimentar

Interessa também referir que a responsabilidade das tarefas domésticas alimentares varia também segundo a dimensão e o lugar que cada um ocupa dentro do grupo doméstico. Quando existem mais de duas mulheres responsáveis no lar, situação que se dá em um dos casos do nosso estudo, constituído por dois núcleos familiares (Grupo G), as práticas alimentares recaem sobre as duas mulheres de forma indistinta, excetuando as atividades de produção de alguns alimentos (hortaliças, frutas e tubérculos) que são executadas pelo homem mais idoso. Ambas as mulheres trabalham fora de casa mas é a mais velha que concentra as tarefas relacionadas com a alimentação doméstica tais como a confeção culinária e a limpeza dos utensílios de cozinha. Contudo, quase todos os membros realizam as suas refeições do almoço fora de casa nos dias laborais, exceto o membro masculino do casal mais velho que se encontra em situação de reforma. Apenas nas situações em que há convidados, as tarefas de preparação e confeção culinárias são compartilhadas entre o marido e mulher do núcleo familiar mais idoso.

Além da estrutura familiar e da dimensão do grupo doméstico, as variáveis “sexo”, “idade”, “profissão” e “nível de instrução” são relevantes para o estudo das práticas alimentares no tempo, em particular na participação do trabalho doméstico alimentar (Mennel et al, 1992; Gracia, 1996). Nos grupos domésticos, com exceção dos grupos unipessoais e monoparentais, a participação masculina, mesmo quando esta existe, é

partilhada pelos dois membros apenas num casal jovem de trinta anos, de estrutura familiar nuclear com filhos pequenos (GD: C), com estudos superiores e em que ambos exercem um trabalho exterior remunerado a tempo inteiro. Um deles, o marido, prepara os alimentos e confeciona os pratos das refeições dos dias laborais, realiza a limpeza e recolha dos utensílios na máquina de lavar a loiça enquanto a mulher prepara e confeciona as refeições dos dias não laborais, faz a previsão das ausências, planifica a lista das compras, se encarrega das compras semanais, prepara o serviço (pôr e levantar a mesa); ambos realizam as tarefas de armazenagem e arrumação das compras e dão de comer aos dois filhos pequenos. Esta participação masculina nas tarefas da compra e de cozinhar é apercebida de diferentes maneiras: a tarefa de cozinhar é considerada como positiva, ir às compras pode ser apercebida negativamente como uma obrigação e positivamente como saída familiar. Neste caso, ir às compras alimentares em família nos centros comerciais pode ser acompanhada de outras atividades mais ligadas ao lazer tais como “comer fora de casa”, ir ao cinema, ir às compras, entre outras.

A delegação por parte das mulheres de algumas tarefas domésticas alimentares torna-se difícil porque elas concentram conhecimentos em relação à gestão doméstica e aos saberes alimentares e culinários. Mesmo quando esta existe, verificamos a existência de um sentimento de culpabilidade por parte de algumas mulheres em deixar de fazer as tarefas de cozinhar dado que a preparação culinária é a tarefa mais valorizada, estando vinculada a uma herança familiar de um saber-fazer culinário, a valores gastronómicos, à saúde e ao cuidar da família. No entanto, a delegação das tarefas a pessoal doméstico é mais fácil em “determinadas partes do processo culinário que são menos agradáveis e pouco relevantes tais como a limpeza dos alimentos (peixe ou legumes e verduras frescas), a armazenagem e a conservação dos alimentos, a limpeza dos utensílios e da cozinha” (Gracia, 1996: 63).

Numa perspetiva diacrónica, consideremos, agora, as temporalidades das refeições quotidianas de dois membros dos grupos domésticos com diferenças geracionais nos anos cinquenta do século passado:

“Ainda nos anos cinquenta, quando trabalhava na lavoura, o primeiro almoço era pelas 6 e meia (...) O segundo almoço era pelas 11 horas (...) e o jantar pelas 17 horas” (G.D. nº 20.1. Homem. 81 anos. Nuclear. 3 Membros. Ensino Primário. Profissão, Pedreiro, reformado).

“O meu pequeno-almoço era pelas 8 horas antes de ir para a escola (...) O almoço pelas 13h (...) e o jantar às 19h” (G.D. nº 3. Mulher. 59 anos. Unipessoal. 1 membro. Ensino Primário. Profissão, empregada de limpeza).

No primeiro grupo, os horários das refeições estão estruturados pelo trabalho no campo. No segundo, a deslocação dos horários das refeições está relacionada com os constrangimentos temporais das atividades escolares. A aproximação aos ritmos temporais das refeições quotidianas de hoje, faz-se progressivamente em Portugal a partir dos princípios do século XX (Drumond, 2004).

Três mecanismos podem explicar a racionalização e a normalização das temporalidades alimentares em relação às refeições: “o processo de distinção social, o mito da igualdade e a importância do pensamento higienista” (Poulain, 2002: 35). Contudo, as

deslocações dos horários das refeições estão também relacionadas com as transformações da vida quotidiana, nomeadamente as que estão ligadas com as novas formas de trabalho remunerado (Flandrin e Montanari, 2001). Mas estas mudanças dos ritmos temporais das refeições devem-se também a trajetórias individuais e familiares e, ainda, à escolaridade obrigatória das novas gerações, assim como aos novos valores das atividades de lazer.

De fato, a temporalidade das refeições de hoje são diferentes. Destacamos as temporalidades e as durações das três principais refeições:

- O *pequeno-almoço*: nos dias laborais, esta refeição realiza-se antes das nove horas da manhã, entre as 7h30 e as 8h40. A sua duração é aproximadamente de 20 minutos. Em contrapartida, verificamos a deslocação de cerca de uma hora nos dias não laborais.
- O *almoço*: nos dias laborais, a maioria dos nossos entrevistados inicia esta refeição antes das 13 horas. A sua duração oscila entre 30m e 50m. Em contraponto, nos dias não laborais almoça-se mais tarde, sendo a sua duração média de 52 minutos.
- O *jantar*: esta refeição inicia-se entre as 20h e as 21h em semana, sendo a sua duração média de 50 minutos. Nos dias não laborais, o jantar pode realizar-se até às 21h30. A sua duração média é de 60 minutos.

Poderemos concluir que a organização das atividades alimentares no tempo apresentam múltiplas configurações diferenciadas que se explicam em função da herança intergeracional e familiar e também do grau de responsabilidade pelas práticas alimentares, assim como das sensibilidades relativamente à estética do ato alimentar. A introdução de novas tecnologias no espaço doméstico, acompanhada de uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, proporciona uma alteração ambígua na avaliação temporal do trabalho doméstico alimentar. Assim, a incorporação de equipamento doméstico pode significar uma duplicação de trabalho: as mulheres assumem o trabalho profissional e a responsabilidade do trabalho doméstico alimentar.

De forma a conciliarem o trabalho profissional remunerado e o trabalho doméstico, as mulheres entrevistadas encontram estratégias de redução do tempo dedicado em determinadas tarefas alimentares tais como a preparação dos alimentos, a confeção culinária e a limpeza, delegando-as em pessoal exterior ao grupo doméstico, um ato mais frequente nos grupos domésticos de estrutura nuclear com filhos e nas categorias socioprofissionais mais elevadas. Nestas articulam-se de forma simultânea, o recurso à restauração coletiva e privada, ao *take away* de refeições provenientes do *fastfood* e das cozinhas tradicional e internacional. Assiste-se a uma tendência para a simplificação das figurações das refeições em casa nos dias laborais e, ainda, à incorporação de alimentos-serviços (refeições congeladas, pratos pré-cozinhados ou em conserva) que reduzem o trabalho e o tempo (Fischler, 1993). A mobilização destes alimentos é considerada como uma estratégia para agilizar o trabalho doméstico alimentar e economizar tempo em relação à organização da ementa, à preparação dos alimentos (lavar, descascar, cortar, triturar), à confeção culinária e à limpeza de determinados apetrechos de cozinha.

Não podemos esquecer que, contrariamente ao que é percebido pelos próprios indivíduos, e como salienta Murcott (1983), a introdução da moderna tecnologia na indústria agroalimentar e no espaço da cozinha proporciona um ambíguo e parcial desafogo da dupla carga das tarefas domésticas ou uma dupla atribuição feminina. No fundo, a incorporação tecnológica no espaço doméstico pode significar a criação de uma mais-valia, dado que permite às mulheres trabalhar fora de casa e, simultaneamente cuidar dos filhos e da casa. Mas, esta tecnicização também é responsável por complicar ainda mais as tarefas domésticas, pois não as anulam, apenas modificam o processo de trabalho implícito (Murcott, 1983). As percepções das nossas entrevistadas em relação à economia de tempo ou à diminuição das tarefas mais pesadas são, por isso, relativas porque, na verdade, isso obriga-as a saber mais sobre os ingredientes, a preparação culinária, os conteúdos alimentares e técnicas de preparação e a manutenção/manuseamento dos aparelhos domésticos, o que significa um aumento do nível de exigência.

Este processo de intensificação do tecnológico e a disponibilidade de refeições de tipo alimento-serviço permitiram aceder ao alimento a qualquer hora, privilegiando-se um comer regido pelo tempo individual, embora sempre sujeito a um ritmo de vida estandardizado. A impossibilidade de reunir toda a família à mesa, uma vez que as atividades dos seus membros não coincidiam no tempo, impede-as de manter a partilha das refeições- essencialmente a do almoço- num mesmo horário, comer o mesmo tipo de prato e controlar as regras e as maneiras de civilidade à mesa. Pode afirmar-se que estas mudanças nas práticas alimentares trouxeram implicações importantes, tornando as refeições menos dependentes das tarefas e saberes quase exclusivamente femininos e das relações existentes no seio da família, especialmente à medida que os filhos crescem.

Conclusão

O tempo está, por conseguinte, na “raiz de toda a experiência entendida como a percepção de alguma coisa – de estar aqui, de estar incorporado no lugar em que o sujeito habitava” (Zambrano, 1994: 27). As experiências relacionais entre os seres humanos [e a alimentação] num determinado tempo são incorporadas através de uma disposição interna em forma de síntese coletiva, isto é, a capacidade de serem estabelecidas interconexões entre os indivíduos por intermédio de símbolos coletivos (Elias, 1996). Esta capacidade é inata, isto é, a capacidade de utilizar e reconhecer intuitivamente o símbolo porque está gravada e estratificada ao longo dos séculos na consciência do sujeito a que Damásio (2000) chama de “memória autobiográfica”. Norbert Elias afirma que esta capacidade inata é ativada, regulada e modelada pela experiência pessoal ao longo dos processos de aprendizagem intergeracional que permite ao sujeito o aperfeiçoamento dos meios de orientação dentro da comunidade e do sistema social. Eis o fundamento do processo de socialização alimentar.

Os objetivos principais desta comunicação foram, justamente, dar a conhecer as novas modalidades de sentir o tempo em relação às práticas alimentares e as percepções temporais das tarefas domésticas quotidianas ligadas com a alimentação. Inspirando-nos na teoria do tempo de Norbert Elias, propusemos uma visão ecosófica da alimentação no tempo

de forma a estudar as interconexões entre as dimensões do ato alimentar e a organização das tarefas alimentares domésticas quotidianas na temporalidade.

Os resultados deste estudo reforçam a acutilância dos ritmos temporais específicos nas diferentes fases do sistema alimentar e na organização das tarefas alimentares domésticas numa sociedade em mudança. Foi possível verificar, nos grupos domésticos estudados, a presença de múltiplas configurações e a emergência de novas temporalidades alimentares nas refeições domésticas.

Atendendo ao nível etário do *corpus* que elegemos para análise, verificamos que, ao contrário do que acontece com as gerações mais jovens, os grupos domésticos aqui visados não só mantêm uma memória intergeracional vincada no que respeita às práticas e tempos alimentares, como continuam a viver a experiência alimentar como ato estético e sagrado. Não deixam, porém, de estar abertos a propostas alimentares mais ligeiras. Atitude que reflete a capacidade de adaptação às exigências apresentadas pelo “novo tempo socioeconómico” (de constrangimentos económicos, laborais, escolares e educacionais). O trabalho sobre as margens desta capacidade de adaptação conduz a uma reavaliação das práticas alimentares e abre sulcos para uma nova consciência ecológica, que envolve desde as preocupações com a saúde, as preocupações estéticas até as novas filosofias religiosas, cuja visões exigem, na maior parte dos casos, que o sujeito repense a sua alimentação, daí emergindo uma nova moral e uma nova ética na relação com a experiência alimentar.

Referências

- Baxter, J. (1992). Power, Attitudes and Time: The domestic Division of Labour. *Journal of Comparative Family Studies*, 2, 165-82.
- Benjamin, O., & Sullivan, O. (1999). Relational Resources, Gender Consciousness and Possibilities of Change in Marital Relationships. *Sociological Review*, 47, 794-20.
- Crompton, R. (1999). Attitudes, Women's Employment and the Changing Domestic Division of Labour. In R. Crompton (ed.), *Restructuring Gender Relations and Employment*. Oxford: Oxford University Press.
- Damásio, A. (2000). *O Sentimento de Si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Devault, M. L. (1991). *Feeding the family: the social organization of caring as gendered work*. Chicago: Chicago University Press.
- Drumond Braga, I., (2004.). *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*. Sintra: Colares Editora.
- Elias, Norbert (1996). *Du temps*. Paris: Fayard, trad. francesa (1ª ed.), 1984.
- Elias, Norbert (1980). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, trad. portuguesa (1ª ed.), 1970.
- Flandrin, J. L. & Montanari, M. (coord.) (2001). *História da alimentação, 2. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar Editores, trad. Portuguesa (1ª ed), 1996.
- Fischler, C. (1993). *L' Homnivore: le gout, la cuisine et le corps*. Paris: Editions Odile Jacob (1ª ed.), 1990.

- Gerson, J. M. & Peiss, K. (1985). Boundaries, Negotiation, Consciousness: Reconceptualizing Gender Relations. *Social Problems*, 32, 317-31.
- Goody, J. (1998). *Cozinha, Culinária e Classes: um Estudo de Sociologia Comparativa*. Oeiras: Celta Editora, trad. Portuguesa (1ª ed.) 1982.
- Goodman, D. & Redclift, M. (1991). *Refashioning Nature. Food, Ecology and Culture*. Londres: Routledge.
- Gracia, Mabel (1996). *Paradojas de la alimentación contemporánea*. Barcelona: Icaria.
- Grignon, C. (1994). La règle, la mode et le travail: la genèse sociale du modèle des repas français contemporain. In M. Aymard, C. Grignon e F. Sabban (1994), *Le temps de manger. Alimentation et rythmes sociaux*. Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme, Institut de la Recherche Agronomique (1ª ed.), 1993, 275-323.
- Hunt, P. (1980). *Gender and Class Consciousness*. London: Macmillan.
- Mascarenhas, M. P. (2007). *A Cultura Alimentar nos Grupos Domésticos: Cascais 1960-2005*, Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho, edição em CD-ROM.
- Mennell, S. (1994). Les conexions sociogénétiques entre alimentation et l'organisation du temps. In M. Aymard, C. Grignon e F. Sabban (dir.), *Le temps de manger. Alimentation et rythmes sociaux*. Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme, Institut de la Recherche Agronomique (1ª ed.), 1993, 41-54.
- Mennell, S. (1987). *Français et Anglais à table du Moyen âge à nos jours*, trad. francesa. Paris: Flammarion (1ª ed.).
- Mennell, S.; Murcott, A. & Van Otterloo, A. H. (1992). *The sociology of food. Eating, diet and culture*. Londres: Sage.
- Murcott, (1983). Women's place: cookbooks images of technique and technology in the British Kitchen. *Womens's Studies International Forum*, Vol. 6, 1, 33-9.
- Oakley, A. (1974). *The Sociology of Housework*. Londres: Martin Robertson.
- Pollert, A. (1981). *Girls, Wives, Factory Lives*. London: Macmillan.
- Poulain, J.-P. (2002). *Manger aujourd'hui. Attitudes, normes et pratiques*. Paris: Privat.
- Reis, J. C. (1996). O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e "Annales": uma articulação possível. *Síntese Nova Fase*, 23, 73, 229-52.
- Santo Agostinho (1997). *Confissões*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- Sullivan, O. (2000). The Division of Domestic Labour: Twenty Years of Change? *Sociology*, 34, 437-56.
- Valagão, M. M. (1990). *Práticas alimentares numa Sociedade em Mudança. Estudo de caso numa Freguesia do Alto-Douro*, dissertação de doutoramento. Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa, policopiado.
- Vanek, J. (1974). Time Spent in Housework. *Scientific American*, 231, 116-20.
- Warde, A. & Hetherington, K. (1993). A Changing Domestic Division of Labour? Issues of Measurement and Interpretation. *Work, Employment and Society*, 7, 23-45.
- Wall, K., Guerreiro, M. (2005). A divisão familiar do trabalho doméstico. In K. Wall (org) (2005) *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS, 6, 303-362.

West, J. (1982). *Work, Women and Labour Market*. London: Routledge & Kegan Paul.

Zambrano, M. (1994). *Os Sonhos e o Tempo*. Lisboa: Relógio D' Água Editores, trad. Portuguesa (1ª ed.).



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Os tempos sociais rurbanos: múltiplos horizontes temporais, uma só linha temporal

PAULO R. BARONET

Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire

paulo_baronet@hotmail.com

Resumo:

O contexto migratório interno é uma realidade complexa, dinâmica e relacional, definindo múltiplas realidades num mesmo campo de análise. Sendo, por excelência, um fenómeno capaz de transformar a vida de quem se move, as migrações entre o campo e a cidade têm, igualmente, o poder de transformar os modos de uso, de representação e valorização dos tempos sociais..

Este artigo resulta de uma investigação levada a cabo nos últimos 5 anos, da qual resultaram dois estudos de caso realizados no concelho de Castro Daire, construídos metodologicamente sob uma vertente qualitativa, através da qual procuramos explorar como se constroem socialmente as trajetórias e os perfis de saída; as múltiplas relações entre o campo e a cidade; e os significados que os jovens atribuem ao campo e à cidade no decorrer do confronto entre as disposições herdadas na ruralidade e as adquiridas e conquistadas na urbanidade.

Os estudos revelam que os jovens sentem, valorizam, constroem, vivenciam e administram os seus tempos sociais de formas distintas no campo e na cidade. Evidencia-se assim, que os jovens constroem as suas biografias por referência a múltiplas temporalidades que os marcam biograficamente. Além disso, revelam que os jovens se mantêm vinculados episodicamente ao local de origem, mantendo e reforçando as suas memórias familiar e coletiva. Assim sendo, usufruem de temporalidades distintas que os tornam autênticos rurbanos, uma vez que, ao deambularem entre a urbanidade e a ruralidade, vivenciam horizontes temporais distintos (trabalho, lazer, sociabilidades, familiar) que influenciam as suas identidades.

Procuraremos, no âmbito deste artigo, analisar os contrastes de uso, representação e valorização dos tempos sociais vividos na ruralidade e na urbanidade por parte dos jovens migrantes. Defenderemos que esses usos, representações e valorizações são definidores/as de múltiplas realidades que os jovens interiorizam e objetivam nas suas biografias, tornando-os nem rurais, nem urbanos, mas autênticos rurbanos.

Palavras-chave

Jovens, urbanidade; ruralidade; horizontes temporais; identidade; tempos sociais

1. Introdução

As migrações são atualmente uma realidade complexa, dinâmica e relacional. Apresentando configurações distintas de processos migratórios anteriores, as migrações são hoje em dia tão reflexivas, interdependentes e complexas; como complexas,

interdependentes e reflexivas são as atuais sociedades. Reflexo de conjunturas económicas, sociais e políticas; de estratégias individuais de promoção de melhores condições de existência; ou fruto de investimentos em mobilidade ocupacional e capital humano, as migrações refletem claramente que nem sempre todas as regiões ou países conseguem proporcionar aos seus habitantes e cidadãos aquilo que ambicionam, «sonham» ou projetam nas suas vidas.

Seja por motivos estruturais, socioeconómicos e políticos, seja por razões individuais, assentes em múltiplas racionalidades e subjetividades, migrar implica, quase sempre, o desejo de melhoria das condições sociais de existência. Esta ideia, de que as pessoas procuram sempre o melhor: a estabilidade; recompensas financeiras, de prestígio e poder; a paz; o sucesso pessoal e profissional; garantias de um futuro próspero, entre outros, é uma representação social comum e interpretada pela generalidade dos migrantes. Podemos, assim, afirmar que a migração é quase sempre motivada por esperanças subjetivas de aperfeiçoamento das condições sociais de existência, que procuram antever os benefícios da migração. Terão sido essas esperanças que levaram um milhão de emigrantes a deixar Portugal entre 1955 e 1930 (Baganha, 1991).

Quer no primeiro ciclo emigratório transoceânico, quer no segundo intra-europeu, os migrantes migraram baseados em estratégias e racionalidades, instrumentais e utilitárias, bem definidas. Como evidencia José Garcia (2000), o Brasil terá sido entendido pelos migrantes como um local de enriquecimento rápido e o Canadá, por sua vez, como um local de fáceis oportunidades de ascensão social. Já a Europa torna-se a partir da década de 60 a «menina dos olhos» de muitos migrantes. «O mito da fortuna» súbita ou, quanto muito, o sonho de uma vida melhor apresentava-se muito mais próximo, no palco do velho Continente» (Garcia, 2000: p. 35).

No que reporta às migrações internas, estas “atingiram a sua máxima intensidade durante o período de 1960-1973” (Ferrão, 1996:p.181). Entendidas, sobretudo, como mobilidades geográficas entre as regiões rurais remotas/periféricas e os agregados urbanos, as migrações internas em Portugal acabam por gerar contrastes territoriais, desequilíbrios demográficos e assimetrias regionais que tornam o país “litoralmente ocupado, com uma condição territorial assimétrica, desequilibrada e urbanamente invertida” (Reis, 2000). A relação entre o campo e a cidade passa, a partir da década de 60, a ser interpretada à luz desses contrastes, assimetrias e desequilíbrios. Desencadeando múltiplas transformações em cadeia (despovoamento do território, diminuição da população ativa, diminuição das taxas de natalidade, progressivo envelhecimento da população, etc.) as migrações entre o campo e a cidade têm, igualmente, o poder de desconfigurar redes de proximidade, as disposições individuais de quem migra, os ritmos sociais rurais e o modo como os jovens apropriam, vivenciam, valorizam e representam os seus tempos sociais. Veremos ao longo deste artigo que os jovens atribuem sentidos diferenciados aos tempos sociais vividos na ruralidade por oposição aos vivenciados na urbanidade. Esta constatação é comprovada pelo recurso a entrevistas em profundidade, que nos permitiram obter, junto dos jovens, informações cognitivas e afetivas (Albarello, 1997) relativamente ao modo como usam, interpretam, valorizam e comparam os horizontes temporais rurais e urbanos.

2. As valorizações dos horizontes temporais rurais e urbanos

Advertimos que a leitura que faremos acerca do modo como os jovens valorizam os tempos sociais rurais e urbanos no contexto migratório interno será construída por referência a 3 grupos sociais de migrantes contextualizados no concelho de Castro Daire. Com base na nossa investigação foi-nos possível identificar a seguinte tipologia de migrantes:

1. Grupo de jovens «com capitais culturais, ambiciosos profissionalmente, recompensados, satisfeitos com o emprego e exigentes em relação ao mercado de emprego» que definem a trajetória de ambição;
2. Grupo de jovens «com capitais culturais, “seduzidos” pela cidade, acomodados à vida citadina e desajustados no local de origem» que definem a trajetória de acomodação;
3. Grupo de jovens «desenraizados, apegados ao local de origem, satisfeitos com a cidade que não os satisfaz plenamente e desejosos de se reaproximarem ao concelho» que definem a trajetória de reaproximação.

Tratando-se de grupos sociais qualitativamente distintos e, por vezes, antagónicos, é de prever que cada qual aproprie, valorize e interprete diferencialmente os tempos sociais vividos na ruralidade e na urbanidade. Serão esses contrastes que pretendemos descrever de seguida.

2.1 *A ambição de controlar o tempo (futuro)!*

O primeiro grupo de jovens possui características muito peculiares. Trata-se, sobretudo, de jovens qualificados que, na transição entre a escola e o trabalho, procuraram converter as suas qualificações em possibilidades concretas de mobilidade ocupacional. Movidos pela ambição de acederem ao mercado de emprego primário migraram essencialmente para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. As suas estratégias de inserção no mercado de emprego são claras: estes jovens «apostam as suas vidas» em cidades de grande dimensão, baseados em esperanças subjetivas e aí mais facilmente conseguem concretizar as suas ambições e projetos de mobilidade ocupacional (carreira organizacional e recompensas financeiras, de prestígio e poder) (Peixoto, 2004) Cristina, gestora na cidade de Lisboa, clarifica esta questão quando afirma:

“Quando vais estudar tens um objetivo: tirar um curso e de alguma forma esse curso vai-te potenciar a ti próprio na vida profissional [...] Portanto [...] A ideia é tirares dele partido para cresceres e para seres no fundo uma pessoa próspera que cresça profissionalmente [...] As pessoas querem crescer e ganhar mais e então para crescer e ganhar mais têm que ir avançando na carreira. (Sousa, 2010)

Nesta perspetiva, os horizontes temporais urbanos são recompensantes. Proporcionam a estes jovens “ambiciosos” certas mais-valias que os horizontes temporais rurais dificilmente conseguem oferecer. Apesar de os horizontes temporais urbanos lhes imporem uma série sequencial de tempos «mecânicos», característicos das sociedades

industriais e capitalistas (o tempo dos relógios: o toque do despertador; o tempo de viagem até ao local de trabalho, de metro, carro, barco ou autocarro; o pegar ao trabalho; as pausas de descanso e almoço; as horas extraordinárias; a hora de saída; o retomar da viagem agora no sentido oposto, etc.), estes jovens encaram essas temporalidades com «ânimo leve» porque sabem que o esforço que lhes é pedido será recompensado em bons salários, prestígio e poder. Estamos a falar, sobretudo, de jovens consultores, engenheiros, economistas e gestores que investem o seu tempo em estratégias de mobilidade ocupacional.

O tempo de trabalho é para este grupo de jovens bastante valorizado. E não o poderia deixar de ser! O tempo socialmente produzido na jornada de trabalho é a mais-valia necessária para que este grupo possa aceder a múltiplas experiências construídas socialmente por intermédio de investimentos cognitivos, culturais e materiais (Melucci, 1997).

Sendo o tempo uma categoria básica que influi a construção da experiência, da vivência, do contato, dos múltiplos enlances sociais, ela é valorizada por estes jovens também de forma simbólica e subjetiva. Apesar de a vida destes jovens ser regulada e orientada por um tempo que lhes é externo, um facto social na conceção de Durkheim, nela também há lugar para a conciliação com os tempos interiores (tempos vividos internamente e que influenciam a experiência humana: ambições, afeições, emoções, expectativas, aspirações, entre outros). Podemos, assim, entender que as narrativas destes jovens são construídas biograficamente através da relação que estabelecem entre os seus tempos interiores (aqui entendidos como os momentos em que os jovens refletem a sua experiência baseados em esperanças subjetivas de concretização de «sonhos», projetos e aspirações) e os tempos exteriores (concebidos como os momentos que permitem a realização de tudo aquilo que é projetado internamente).

É por esta razão que o tempo de trabalho é bastante valorizado por este grupo de jovens, porque lhes permite controlar o presente e, conseqüentemente, o porvir (futuro). Tal como postula Pierre Bourdieu, as pessoas têm esta ambição concreta de controlar as regras do jogo e conseqüentemente o porvir (Bourdieu, 1998). Será esse controlo que o primeiro grupo de migrantes procura manter. Assim sendo, o tempo social que vivem é simbolicamente representado por referência a certos valores, que são, no fundo, aspirações concretas de controlarem o presente, pensando no futuro, e arrecadarem das suas experiências sociais, nomeadamente do tempo de trabalho, as maiores recompensas possíveis. Na verdade, estes jovens são os «autênticos estrategas», uma vez que as suas experiências sociais e temporais são vividas estrategicamente por alusão a planos temporais que valorizam a realização profissional e, conseqüentemente, a pessoal. Nas palavras de João, consultor numa multinacional na cidade de Lisboa conseguimos observar o reflexo desta questão:

“Sou um pouco ambicioso no lado profissional [...] Uma pessoa tem que olhar para o futuro e tem que ter trabalho e tem que constituir carreira [...] Lá está mais uma vez [...] E status também da pessoa [...] Trabalhar ali como varredor e ganhar 2 mil euros ou trabalhar numa grande empresa e ser reconhecido e ganhar 2 mil euros não é a mesma coisa, não é. Eu prefiro trabalhar para uma

empresa por 2 mil euros porque sei que daqui a 10 anos posso estar a ganhar 4 mil, enquanto o varredor daqui a 10 anos está a ganhar 2 mil e 50 [...] Castro Daire não é sem dúvida um sítio onde possa constituir a minha carreira, logo eu vou ter que sair do concelho [...] Os meus projetos de futuro é continuar a trabalhar numa grande empresa ou numa pequena média empresa, não interessa, logo que consiga atingir um nível de carreira considerável e um grande grau de conhecimento [...] Sentir-me uma pessoa realizada no fundo [...] Não quero ser rico mas quero ganhar para poder viver bem e poder ter uma família, não ter que me preocupar com dinheiro [...] Para fazer as minhas viagens e tudo isso [...] Ter um carro mais ou menos [...] Ter uma boa qualidade de vida. Logo as minhas expectativas é ter um bom cargo numa boa empresa (Sousa, 2010)

Neste sentido entendemos que estes jovens têm uma perspetiva temporal aberta que, nas palavras de Melucci (1997:9), “corresponde a uma forte orientação para a auto-realização, resistência contra qualquer determinação externa dos projetos de vida e desejo de uma certa variabilidade e reversibilidade de escolha”.

Seguindo esta argumentação podemos afirmar que, na representação destes jovens, o tempo de trabalho nunca poderia ser vivido nos horizontes temporais rurais, porque, apesar de todas as suas virtudes, não lhes conseguem proporcionar o que mais anseiam: a realização pessoal e profissional assente em estratégias de mobilidade ocupacional. Terá sido a discrepância entre as oportunidades de emprego locais e as suas habilitações, expectativas, projetos e ambições que determinaram a não fixação local. A migração decorre do facto de os horizontes temporais rurais não concederem aos jovens a possibilidade de usufruir de um tempo de trabalho capaz de realizar projetos, expectativas, sonhos e ambições. Apesar de alguns destes jovens terem tido oportunidades objetivas de se fixarem localmente, eles entenderam que essa fixação se tornaria um entrave às narrativas temporais que projetavam nas suas vidas. Isto é, a fixação local dificilmente proporcionaria a vivência, o uso e a valorização de um tempo de trabalho coincidente com os seus projetos e as ambições. Como põem o tempo de trabalho em primeiro plano, e mais, como representam essa temporalidade como potenciadora de mobilidade, sobretudo ocupacional, estes jovens olham o concelho com desinteresse, dada a ausência de condições motivacionais capazes de realizar os seus interesses (a existência de grandes empresas ou setores de atividade que convertam as suas qualificações em oportunidades de mobilidade ocupacional). A ausência de tais condições está estritamente relacionada com a condição periférica do concelho de Castro Daire, caracterizada, sobretudo, a partir de dois traços fundamentais: o fraco grau de integração (baixas taxas de atividade, poucas profissões liberais, técnicos e quadros superiores, indústria de transformação de pequena dimensão), e o forte grau de marginalização (elevadas taxas de desemprego, ainda significativa taxa de analfabetismo, etc.) (Ferrão e Jensen-Butler, 1988).

Deste modo, a valorização que estes jovens atribuem aos horizontes temporais rurais e urbanos é bastante contrastante. Se os primeiros lhes impedem de concretizar projetos e ambições, os segundos conotam-se como atrativos, porque proporcionam, permitem e favorecem o acesso a temporalidades que vão ao encontro das suas aspirações. Estamos a falar do tempo de trabalho, que, tal como já foi descrito, é para os jovens estrategas o mais valorizado.

2.2 Os tempos sociais que seduzem os jovens que se deixam encantar!

No desenvolvimento da nossa argumentação evidenciamos que o segundo grupo de jovens valoriza os horizontes temporais rurais e urbanos de forma distinta do primeiro grupo. Se os primeiros desvalorizam os horizontes temporais rurais por estes não lhes permitir concretizar as suas esperanças subjetivas de mobilidade ocupacional; os segundos desvalorizam esses horizontes porque não conseguiram enquadrar as suas disposições individuais, herdadas e conquistadas na urbanidade, nesses horizontes. Estamos a falar de jovens que migraram para as cidades com base em investimentos de capital humano e cultural e que acabaram por ajustar nas suas vidas, privadas e sociais, um leque diversificado de disposições cidadinas, que dificilmente encontram um enquadramento e encaixe no meio rural. Assim sendo, as temporalidades que a ruralidade proporciona aos jovens são consideradas desproporcionais e desajustadas face às temporalidades vividas na urbanidade. No fundo, estamos a falar de mecanismos de desenquadramento entre o que se conquistou na cidade e o que se herdou do campo.

Na transição entre a escola e o trabalho estes jovens optaram por construir as suas biografias na cidade, por referência às temporalidades sociais e pessoais que herdaram e conquistaram nela. Assim sendo, a fixação local não é uma opção para este grupo de jovens, porque ela viria a (des) virtualizar todo o enredo temporal conquistado e herdado nos agregados urbanos. Os tempos de lazer diversificados; as abundantes temporalidades de consumo; os ritmos intensos dos tempos de sociabilidade em contextos diferenciados; o tempo consumido por cultura e práticas de saída regulares; os tempos livres vividos nos espaços da cidade histórica e tradicional ou moderna e cosmopolita são formas de viver e apropriar o tempo, qualitativa e quantitativamente, opostas às proporcionadas pelos horizontes temporais rurais.

As narrativas temporais destes jovens são, assim, construídas socialmente por referência a estes horizontes temporais contrastantes. O tecido urbano, ao proporcionar experiências cognitivas, culturais, sociais e materiais características desse ambiente social, provoca nos jovens a sensação de desfiguração quando estes procuram ver espelhadas, nos horizontes temporais rurais, as imagens que têm de si próprios. A imagem de si que vêm no espelho temporal rural é uma imagem desenquadrada e desproporcional. Por muito que queiram, não conseguem ter uma imagem nítida dos seus “selfs” nesse contexto, porque os horizontes temporais rurais representam o oposto do figurado no espelho temporal urbano. Como expressa Patrícia, médica de família a residir na cidade de Coimbra:

“Realmente o meio mais pequeno tem a vantagem que é a tranquilidade, enquanto o meio “grande oferece outro tipo de oportunidades. Outras vivências, a nível cultural, de pessoas, que um meio pequeno pode não oferecer. Nós nem sequer temos cinema, não é? Até falar noutra tipo de infraestruturas que culturalmente enriquecem, que existem numa cidade maior [...] Os grandes centros têm outro tipo de oportunidades, talvez conferem uma experiência, um amadurecimento cultural, porque podes ir ao teatro, podes ir ouvir um concerto, podes ir ao cinema, oportunidades que cá se calhar não existem tanto” (Sousa, 2010)

O enredo temporal no qual são enquadradas as experiências socialmente construídas destes jovens, é tudo menos linear. Se as experiências citadinas são valorizadas de forma identitária, representado e moldando o que os jovens desejam ser e viver, as experiências rurais, tirando as exceções que veremos adiante, são desvalorizadas por não figurarem consoante as identidades, mas, sobretudo, as disposições individuais de crer e agir que os jovens adquiriram ou conquistaram na linha dos horizontes temporais urbanos. Neste sentido, existe uma linha descontínua entre os horizontes temporais rurais e urbanos.

Estes jovens são os «autênticos convertidos» porque ajustaram de tal modo nas suas vidas as disposições individuais (crer e agir) adquiridas e conquistadas na cidade, que não revêm as suas biografias individuais a serem construídas nos horizontes temporais rurais. Convertem, assim, as disposições individuais rurais (ligadas à tradição e ao sentido de lugar) em disposições individuais citadinas (caracterizadas pelo seu caráter moderno e cosmopolita).

O capital psicológico destes jovens denuncia um certo desconforto quando perspetivam uma eventual fixação nos horizontes temporais rurais. Trata-se de um desconforto derivado da representação de que esses horizontes são incapazes de coincidir com o que desejam realmente viver, sentir, ser e fazer. O valor que estes jovens atribuem aos horizontes temporais urbanos é extremamente elevado, correspondendo a um misto de «contemplação e admiração» do tempo vivido na cidade e de «acomodação» a tudo aquilo que ela lhes oferece. Usando as palavras de Isabela diríamos:

“Talvez por nós sentirmos bem na cidade, porque conhecemos a cidade [...] Porque já estou a viver há 10 anos em Viseu e acho que seria uma grande diferença mudar de uma cidade como Viseu, desenvolvida em vários aspetos, e voltar para Castro Daire. Para um meio mais pequeno” (Sousa, 2010).

Entre os horizontes temporais rurais e urbanos existem assim mais diferenças que parecenças. Como tal, as valorizações que os jovens fazem de ambos são tão diferenciados como as duas faces de uma mesma moeda. No entanto, como veremos, apesar de esses horizontes serem valorizados de formas distintas, eles também complementam a vida dos jovens, tornando-os autênticos rurbanos.

2.3 O desejo de ver o horizonte temporal rural mais próximo do que distante!

Os jovens «estrategas», em conjunto com os jovens «convertidos», são o oposto do terceiro grupo de jovens. Os primeiros valorizam os horizontes temporais urbanos com tal devoção que os restantes horizontes são marginalizados e considerados como incapazes de lhes proporcionar o que mais aspiram na vida: para uns a mobilidade ocupacional; para os outros, a possibilidade de viverem as múltiplas temporalidades que herdaram ou conquistaram na urbanidade. Quer uns, quer outros, valorizam de tal modo os horizontes temporais urbanos, que a generalidade dos tempos sociais rurais acabam por não ser vivenciados com a mesma intensidade e sentido de entrega que os primeiros. Como alguns jovens evidenciam: os horizontes temporais rurais são o contraponto dos urbanos. Se os segundos são dinâmicos, imprevisíveis, capazes de provocar ansiedade e stress, diversificados, entre outros; os primeiros são compreendidos como sendo previsíveis, tranquilos, pouco stressantes, de fraco dinamismo e escassamente diversificados. Estas

valorizações, sobretudo idealizadas pelos jovens «estrategas e convertidos», assumem como plano de valorização, quer os tempos de trabalho, quer os tempos sociais de acesso à cultura, lazer, tempo livre, consumo e desporto.

No entanto, apesar do peso valorativo que estas temporalidades assumem na vida de alguns jovens, nem todos têm essa conceção.. Os jovens que procuram uma reaproximação ao concelho situam, ou melhor dizendo, procuram situar, as suas referências identitárias, pessoais e sociais, nos horizontes temporais rurais. Tendo migrado para os agregados urbanos por imposição dos obstáculos proporcionados pelas débeis estruturas socioeconómicas/produtivas da região, estes jovens encaram a saída como uma solução não desejada para os seus problemas (desemprego, pobreza, falta de perspectivas de futuro, dependência económica e residencial, etc.).

Desejando construir as suas vidas na linha do horizonte temporal rural, estes jovens são involuntariamente obrigados a seguir essa linha, transpor a sua fronteira e integrarem-se na contemporaneidade possível do horizonte temporal urbano. No entanto, esse horizonte somente os realiza profissionalmente, porque as suas disposições individuais de crer e agir (Lahire, 2005), herdadas no meio rural, seus horizontes e temporalidades, dificilmente encaixam na vida cidadina. Em primeiro lugar porque estes jovens ressentem fortemente a perda de sentido de lugar (Featherstone, 2001) provocada pelo sentimento de desenraizamento causado pela impossibilidade de encaixarem o sentimento de pertença na cidade. (Baronet, 2012) Em segundo, a transição entre o rural e o urbano impede que estes jovens perpetuem a memória coletiva que construíram ao longo das suas narrativas temporais. Ressentem assim, a perda dos valores locais de referência: as tradições, costumes, relações genuínas, expressivas e espontâneas. Em terceiro lugar, a migração entre o campo e a cidade implica um processo de desterritorialização dos laços sociais (Baronet, 2012), que implica uma desconexão psicossocial com a memória familiar e com as valências emocionais positivas relativas a familiares e amigos de confiança. Assim sendo, estes jovens são profundamente marcados afetiva e psicologicamente pelos desenlaces que a migração subentende. Deixando para trás cônjuges e ascendentes, filhos e amigos, estes jovens deambulam regularmente entre o campo e a cidade, dando expressão ao efeito que designamos de *boomerang* (resultado das migrações mais ou menos regulares entre a cidade e o campo). Estes jovens acabam por ser os «autênticos rurbanos», porque vivem entre os horizontes temporais urbanos e rurais como se ambos fossem uma só linha do horizonte.

Estes jovens revelam sentir uma maior familiarização com os horizontes temporais rurais, porque incorporam nas suas vidas hábitos de crença e ação (tradições, rituais, símbolos e cerimónias), que são interiorizadas e objetivadas enquanto formas simbólicas de identificação com uma cultura local própria do meio rural. Esses hábitos fortalecem o sentimento de pertença ao lugar, seus tempos sociais e temporalidades específicas, despertando memórias coletivas, identidades comuns e partilhas generalizadas entre a comunidade (vizinhos, conhecidos, amigos, familiares, parentes). A densidade das relações interdependentes construídas entre indivíduos cria temporalidades próprias e expressivas, que definem formas de coexistência de tal forma únicas que os horizontes temporais urbanos dificilmente as conseguem proporcionar. Entre essas formas de coexistência

destacamos os tempos familiares nos quais não só se compartilham valências emocionais positivas (Elias, 2005), como também formas de coexistência de existir-para, assentes no compromisso e na confiança (Bauman, 2007) ou mesmo memórias familiares (Zonabend, 1991), entendidas sobretudo como a partilha de papéis de família e ritos domésticos de sociabilidade e convivialidade dentro de um espaço familiar próprio. Serão estes «ingredientes sociais» que capacitam os «autênticos rurbanos» a valorizar com mais intensidade os horizontes temporais rurais em detrimento dos urbanos.

No entanto, forçados a migrar, sentem-se profundamente desenraizados das temporalidades que mais valorizam (os tempos sociais familiares e coletivos). Esse desenraizamento é acompanhado pelo sintoma psicológico de nostalgia pela perda do sentido de lugar em termos de um dado espaço físico e temporal (Featherstone, 2001). Implicando profundas alterações psicossociais, essa perda assume uma tal relevância na vida destes jovens que acabam por desenvolver estratégias de reaproximação ao espaço físico e temporal, no sentido de estabelecerem, apesar de ser de forma episódica, uma continuidade das experiências vividas dentro das temporalidades que mais valorizam (as esferas temporais coletivas e domésticas/familiares).

As estratégias de reaproximação aos horizontes temporais rurais são construídas e assentes no desejo de perpetuar no tempo essa continuidade. Impossibilitados de o poderem fazer de forma permanente, os fins de semana, feriados e férias são valorizados por estes jovens, enquanto temporalidades capazes de unir, selar e fundir os laços sociais que foram quebrados com o desenlace provocado pela migração. Essas temporalidades são super valorizadas pelos «autênticos rurbanos» e são vividas com extrema intensidade, porque elas representam a possibilidade concreta de eles entrelaçarem, nas suas biografias e identidades, as temporalidades rurais que mais valorizam. Nas palavras de Gustavo, agente da polícia judiciária a residir na cidade de Lisboa diríamos:

“Identifico-me fortemente com o local onde nasci. É a minha terra. Identifico-me com um conjunto de valores locais, que são próprios da região [...] E tenho os meus amigos, a minha família e os meus filhos [...] Apesar de ter tido que prosseguir um trabalho fora do concelho, identifico-me bastante com a minha terra, e por isso venho cá todos os fins-de-semana [...] Se pudesse realizar a minha profissão aqui em Castro Daire, não pensava duas vezes [...] Regressava sempre a Castro Daire. É a terra que me viu nascer, onde tenho a minha família e amigos e onde me sinto bem. (Sousa, 2010)”

Sinteticamente, podemos afirmar que os diferentes grupos de jovens valorizam distintamente os horizontes rurais e urbanos. Se os «autênticos estrategas» atribuem um especial valor aos horizontes temporais urbanos, por estes lhes permitir concretizar projetos, ambições e aspirações de mobilidade ocupacional; os «autênticos convertidos» desvalorizam as temporalidades rurais por estas serem incapazes de espelhar os traços identitários e as imagens que construíram de si próprios nos horizontes temporais urbanos. Os «autênticos rurbanos» são, no entanto, o contraponto dos primeiros. Valorizam expressivamente os horizontes e as temporalidades rurais, encarando instrumentalmente os tempos sociais vividos na cidade.

3. Entre valorizações diferenciadas existirão traços comuns?

Os enredos temporais são diferenciados e distintamente valorizados pelos diferentes grupos de jovens. Essas diferenças e valorizações significam sociologicamente que o tempo não é representado com a mesma medida, o mesmo peso, a mesma exatidão por quem o vive contemporaneamente. As suas temporalidades e os seus horizontes temporais são tão diversificados como essas diferenças e valorizações. Tal significa que elas encerram a perspectiva de que, pensar os sujeitos, enquanto «agentes temporais», capazes de agir e interagir com o meio que os influencia identitária e biograficamente, é sermos capazes de compreender que esses agentes perspetivam o tempo (rural/urbano, linear/descontínuo, interior/exterior) quase sempre por alusão às suas referências, valores, projetos, disposições, ambições e expectativas. Por outro lado, no contexto migratório interno, os horizontes temporais são valorizados consoante o jogo que os jovens definem entre as oportunidades objetivas dos contextos rurais e urbanos e as esperanças subjetivas de beneficiar das condições favoráveis desses contextos. Para os jovens estrategas a cidade favorece um tempo de trabalho capaz de permitir mobilidade; para os jovens convertidos a cidade favorece uma multiplicidade de temporalidades nas quais os jovens inscrevem as suas experiências sociais, ao mesmo tempo que definem as suas referências identitárias por sugestão a essas temporalidades; para os autênticos rurbanos o rural oferece o que não têm a tempo inteiro: as memórias (familiar e coletiva) que fortalecem o sentimento de pertença e o sentido de lugar.

No entanto, entre estas diferenças, existem aspetos em comum.

O primeiro é o valor que a generalidade dos jovens atribui à família. Quase sem exceção, a família é para os jovens migrantes um valor importante nas suas vidas. O estudo coordenado por Jorge Vala defende igualmente este argumento. Nos 21 países considerados no estudo, os aspetos associados aos afetos são os mais valorizados, onde a família aparece como o valor mais importante na vida dos europeus (Torres e Brites *in* Vala e Torres, 2006: 358). O tempo familiar é um tempo expressivo. Um tempo valorizado, repleto de múltiplas temporalidades que unem os jovens aos seus eu-significativos. As práticas domésticas de sociabilidade: a partilha de experiências e conhecimentos adquiridos nos horizontes temporais urbanos, o atualizar dos acontecimentos ocorridos na vida dos seus familiares; as práticas de convivialidade: os jogos em família, os jantares e almoços que se organizam, o visionamento de televisão, filmes e fotografias, as práticas de saída; as cerimónias comemorativas: casamentos, batizados, aniversários, Natal, Páscoa, são práticas que definem temporalidades específicas que os jovens valorizam por referência às valências emocionais, os afetos e a confiança que sentem em relação aos seus familiares. A forma de coexistência de existir-para, de que nos fala Zygmunt Bauman (2007), assente em três princípios: empenhamento, confiança e compromisso é uma forma característica dos ambientes familiares. Os jovens existem-para os seus familiares, como estes para os jovens. A entrega é assente na confiança de que os seus eu-significativos acompanharão «eternamente» as suas biografias sociais. Neste sentido, as temporalidades familiares são valorizadas pelos jovens por saberem que terão «sempre» o apoio emocional, afetivo, psicológico, e até financeiro, de quem se comprometem a existir-para.

O segundo aspeto em comum será a valorização atribuída ao trabalho. Todos os jovens entrevistados dão um especial valor ao tempo de trabalho, apesar de este ser representado, vivido e apropriado de formas distintas. Se o tempo familiar é valorizado expressivamente (pela partilha de afetos, valências emocionais, sentimentos) o tempo de trabalho é encarado, sobretudo, de forma instrumental: possibilidade de mobilidade ocupacional; solução para o desemprego, a pobreza, a dependência, a falta de autonomia; um modo de acesso a diferentes temporalidades sociais (lazer, desporto, consumo); um mecanismo de realização pessoal, etc. A migração entre o campo e a cidade surge no decorrer dessas estratégias instrumentais, sendo remetido o tempo familiar para segundo plano. Não se trata de uma questão de marginalização do tempo familiar, mas sim uma questão de prioridades. Para a generalidade dos jovens é prioritário que, na transição entre a escola e o trabalho, arranjem empregos e ocupações que lhes permitam realizar os seus projetos sociais, pessoais e profissionais e, assim, evitem os constrangimentos que se associariam à eventual condição de desempregados. Baseados novamente nas palavras de Gustavo diríamos:

“Não havendo hipótese de permanecer em Castro Daire e tendo necessidade de ter proventos económicos que me permitissem constituir uma família, comprar uma casa, proporcionar uma boa qualidade de vida aos meus familiares tive que sair [...] Não tive outra opção [...] Acaba por não ser uma decisão [...] Isto é, uma não decisão, porque não tenho grandes possibilidades de escolha [...] Eu quase sou obrigado a ter que sair [...] Se ficasse por cá não teria a possibilidade de auferir rendimentos que me permitissem viver normalmente.” (Sousa, 2010)

O tempo familiar será sempre uma referência positiva na vida destes jovens, apesar de o vivenciarem nas «brechas» do tempo de trabalho.

Por fim, o terceiro aspeto em comum será o facto de todos os jovens visitarem episodicamente o concelho. Procuram nas «brechas» do tempo de trabalho (fins-de-semana, feriados e férias) atribuírem uma certa continuidade às temporalidades que valorizam e que ficaram para trás. O reavivar do tempo familiar; das sociabilidades e convivialidades entre amigos e conhecidos; o tempo de repouso, da abstração das intensas e dinâmicas temporalidades urbanas, são algumas das razões que levam estes jovens a migrar episodicamente da cidade para o campo. Como diria João “sou uma pessoa um bocado sentimental e gosto de fazer os meus desportos, que faço em Castro Daire. Gosto de estar com os meus amigos e venho [...] Visito várias vezes, e adoro a minha família e gosto [...] Gosto de passar tempo com ela enquanto me é possível.” (Sousa, 2010) Já Cristiana recenseadora agrícola a residir na cidade de Lisboa afirma: “A vida em Lisboa é uma vida muito stressante. É o que eu posso tirar [...] O facto de viver lá em baixo [...] Convivo sempre sobre pressão. É um stress terrível. Sempre a correr de um lado para o outro. Enquanto aqui é a calma total [...] Fica-se muito mais calmo quando vamos para baixo” (Sousa, 2010).

Por estas e outras razões, as deambulações episódicas entre os horizontes temporais urbanos e rurais definem um efeito que designamos de boomerang. Decorrente das migrações mais ou menos regulares entre o campo e a cidade, o efeito boomerang tem o poder de unir as biografias destes jovens num mesmo horizonte temporal, que não é rural, nem urbano mas rurbanos, porque os jovens por via dessas deambulações conseguem atribuir

uma sequência narrativa às múltiplas temporalidades urbanas e rurais. É comum, por exemplo, no que toca às sociabilidades entre pares, que os jovens sequenciem na cidade as narrativas que constroem junto dos seus amigos de trabalho, colegas e conhecidos e, quando retornam ao local de origem, o façam também relativamente às amizades que fizeram na infância e adolescência. Usando as palavras de Emanuel diríamos: “Existe um grande laço, um grande laço mesmo com Castro Daire e existem várias atividades que me fazem voltar a Castro Daire como o jantar com os amigos que são de Castro Daire [...] São várias as atividades e isso é importante para continuarmos a ter este laço com Castro Daire.” (Sousa, 2010) Realçamos, no entanto, que esta evidência será sobretudo favorável no contexto das migrações internas. No contexto emigratório, por exemplo, será mais difícil os jovens atribuírem uma sequência narrativa às suas múltiplas temporalidades, nacionais e internacionais, porque o grosso do tempo é passado fora das fronteiras do país, não sendo possível, por exemplo, reaver, animar e dar a continuidade desejada às temporalidades vividas no seio familiar.

Os horizontes temporais rurais e urbanos são também rurbanos. A linha que os separa é unida pelo efeito *boomerang* e as dinâmicas de atração-repulsão, entendidas como a combinação simultânea de condições que atraem e fixam e outras que afastam e repulsam. Viver entre ambos os horizontes temporais, como se ambos fossem um só, é uma característica comum entre os diferentes grupos de jovens. Apesar de as múltiplas temporalidades serem percebidas distintamente pelos diferentes jovens, evidenciamos um facto: os jovens, as suas narrativas e enredos temporais, são complexos, interdependentes e relacionais. O carácter aparentemente sólido e homogéneo das suas narrativas temporais, denota ser, também, líquido, híbrido e heterogéneo. No âmbito do nosso estudo, podemos afirmar que as biografias dos jovens estão situadas no meio quebrado entre os horizontes temporais urbanos e rurais, tendendo para um lado ou para o outro, consoante o sentido que os jovens atribuem às suas narrativas.

Conclusão

O valor que os jovens atribuem aos seus horizontes temporais é analiticamente diferenciado consoante o grupo de jovens em questão. Não havendo uma valorização padrão definidora de um grupo único e homogéneo, esta é inscrita socialmente nas biografias dos jovens por referência ao modo como estes se relacionam com as múltiplas temporalidades dos seus horizontes temporais. Se os jovens atribuem um especial valor ao tempo de trabalho, por este lhes proporcionar mobilidade ocupacional, já os jovens convertidos não assumem tanto essa ambição. Valorizam sim, as múltiplas temporalidades que conquistaram na urbanidade e que moldaram os seus hábitos de ação, as suas disposições individuais de crer e agir e os seus capitais psicológicos. Se para estes jovens a cidade gera interesse, satisfação e contentamento, para os autênticos rurbanos a vida na cidade é sentida de forma nostálgica porque sentem fortemente aquilo que Bauman já designou de «nostalgia do lar». Tal como Bauman (2007:103) postula a “«nostalgia do lar» é um sonho de pertença – o sonho de se ser, por sua vez do lugar, em vez de se estar somente no lugar.” O certo é que estes jovens sentem-se desenraizados na cidade, pelo seu lugar de referência se situar no horizonte temporal rural.

Tanto os horizontes temporais rurais como urbanos por vezes se confundem nas vidas destes jovens. É sob o efeito boomerang que os jovens vivenciam episodicamente os horizontes temporais que mais valorizam (tempo familiar e de trabalho), permitindo que haja uma sequência narrativa das temporalidades rurais e urbanas. Sendo um traço característico do nosso universo de análise, viver entre horizontes é uma prática episódica. Apesar de os jovens o fazerem em temporalidades específicas, deambular na linha dos horizontes rurbanos somente é possível porque as narrativas temporais destes jovens são construídas por referência tanto ao horizonte temporal rural, como urbano.

A linha dos horizontes funde-s,e por vezes. Através dessa fusã,o os jovens apropriam complementarmente os tempos rurais e urbanos, incorporando-os nas suas biografias de forma identitária. Ser-se rurbanos é ser-se capaz de experimentar múltiplas realidades temporais, rurais e urbanas, numa mesma sequência narrativa, construindo-se assim, biografias, identidades e performances que nascem dessa experiência.

Referências

- Albarello, Luc [et al] (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Baganha, Maria Ioannis B. (1991). Uma Imagem Desfocada – a Emigração Portuguesa e as fontes sobre a Emigração. *Análise Social*, vol: XXVI , nº 112-113, 723-739.
- Baronet, Paulo R. (2012). *As migrações entre o campo e a cidade: quem migra e porque se migra?*. Copyright (Artigo a ser apresentado no VII Congresso Português de Sociologia, Porto)
- Bauman, Zigmunt (2007). *A Vida Fragmentada: Ensaio sobre a Moral Pós-Moderna*. Lisboa: Relógio de Água.
- Bourdieu, Pierre (1998). *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.
- Elias, Norbert (2005). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Garcia, José Luís, Org (2000). *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios*. Oeiras: Celta Editora.
- Featherstone, Mike (2001). Culturas Globais e Culturais Locais. In Fortuna, Carlos (orgs). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.
- Ferrão, João (1996).Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico «Moderno». In Barreto, António [et al.] (1996) *A Situação Social de Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Ferrão, João y Jensen-Butler (1988). Existem «Regiões Periféricas» em Portugal?. In *Análise Social*, vol. XXIV, 100, 355-371.
- Lahire, Bernard (2005). Patrimónios Individuais de Disposições: Para uma Sociologia à Escala Individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11-42.
- Melucci, Alberto (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, 5-6, 5-14.

- Peixoto, João (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas* [Working Paper N° 11]. SOCIUS, Lisboa, Portugal.
- Reis, António (2000). *Retrato de um País em Mudança*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Sousa, Paulo Renato Baronet de (2010). *As Encruzilhadas do Despovoamento: Interior, Jovens e Emprego. O Caso do Concelho de Castro Daire*. Tese de Mestrado, Coimbra, Portugal. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/14474/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o2010_PauloBaronet.pdf
- Vala, Jorge & Torres, Anália orgs (2006). *Atitudes Sociais dos Portugueses; Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Zonabend, Françoise (1991). A Memória Familiar: Do Individual ao Colectivo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9, 179-190.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Identidade e imagem institucional nos tempos da hospitalidade pública de Ouro Preto

RONALDO MENDES NEVES

Universidade do Minho

roneves@ufrnet.br

Resumo:

As rápidas mudanças neste mundo globalizado têm gerado os mais variados impactos e afetado as características de diferentes regiões da terra. A capacidade produtiva de uma região era considerada a sua riqueza económica. Hoje, com a abertura dos mercados internacionais e a evolução tecnológica, outros setores começam a emergir como novas fontes de riquezas. Com isso, a chamada indústria do turismo transporta grandes oportunidades de mercado às regiões que possuem atrativos naturais e/ou culturais. Ligados aos atrativos, torna-se necessário montar uma infra-estrutura condizente com as necessidades dos visitantes que estão cada vez mais exigentes em relação aos serviços recebidos. Verificado este crescimento, outra “indústria” surge com identidade própria, a da hospitalidade, formada pelos prestadores de serviços no turismo, pela comunidade anfitriã e pela atmosfera apresentada nos cenários naturais e culturais das cidades. Portanto, apresenta-se neste artigo, a gestão da comunicação organizacional como suporte estratégico para construir ou fortalecer a identidade institucional de uma localidade através da hospitalidade pública exposta no conjunto arquitetónico da cidade de Ouro Preto-MG, Brasil.

Palavras-chave:

Tempo; identidade; hospitalidade; turismo

Introdução

O incessante movimento turístico mundial tem gerado os mais variados impactos e afetado a humanidade no sentido económico, social, cultural e ambiental em diferentes localidades do globo. Nesse sentido, o Brasil irá receber visitantes do mundo inteiro com a realização da copa do mundo da FIFA em 2014 e dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro em 2016. Sedar e organizar mega eventos internacionais pressupõe a prática da hospitalidade para acolher as equipas e os visitantes de vários países. Os brasileiros terão a oportunidade de vivenciar uma série de ações de mobilização urbana para realizar os eventos e consolidar a identidade institucional do país. A Identidade pode ser simplificada como a soma da história e da cultura de um povo que transmite a imagem dos valores e costumes associados

que permitem definir a identidade institucional de uma nação. O desafio será mostrar esse Brasil e todo o seu patrimônio cultural e natural espalhado nesse imenso território.

O desenvolvimento das atividades do turismo mundial nos últimos 50 anos é impulsionado pela mudança de hábitos de consumo nas sociedades. As pessoas adquirem as férias pagas, benefícios e lazer. O direito ao tempo livre transforma as viagens em objeto de consumo do ser humano contemporâneo. O turismo incrementa-se a cada ano pelos desejos básicos que todo cidadão tem de se movimentar livremente, sentir prazer, bem-estar, repousar longe das tarefas rotineiras, conhecer novas pessoas, novas culturas, descobrir novos horizontes e paisagens. Rotas mais acessíveis e desloções mais ágeis facilitam o incremento das viagens nacionais e internacionais. Esse fenômeno aproxima pessoas de comunidades distintas, com desejos e necessidades distintos, tornando-se necessário considerar o sentido de ser hospitaleiro como fator estratégico na gestão da comunicação de uma determinada localidade turística.

Do Brasil ao Japão, do pólo norte ao sul, são poucos os lugares do mundo que ainda não foram atingidos pelo impacto socio-económico provocado pelo desenvolvimento do turismo. Segundo dados do Ministério do Turismo, em 2010, o número de turistas em todo o mundo foi de aproximadamente 935 milhões. Com uma taxa de crescimento sempre constante, a estimativa é de que o setor chegará em 2015 com mais de 1 bilhão de pessoas visitando anualmente países estrangeiros. Além disso, sabe-se que o nível de qualificação profissional dos prestadores de serviços turísticos é considerado insuficiente em vários aspetos em todo o Brasil. Em determinadas localidades turísticas, a comunidade anfitriã não tem oportunidades de acesso aos estudos fundamentais. O nível educacional, a falta de domínio de outros idiomas, o desconhecimento do cliente e do mercado turístico, a despreocupação com as exigências dos visitantes são alguns dos fatores que impedem a evolução da qualidade dos serviços prestados no setor turístico. Acredita-se que o desenvolvimento profissional e pessoal da comunidade anfitriã como um todo, refletirá diretamente no valor percebido pelo viajante.

A gestão da comunicação institucional, em conjunto com a profissionalização dos serviços de hospitalidade oferecidos, é uma estratégia essencial para atender às expectativas dos visitantes e acelerar o desenvolvimento sustentável da localidade. As práticas da hospitalidade utilizadas para atender tais expectativas dos viajantes, associam-se ao conceito de marketing que estabelece a premissa básica de satisfazer as necessidades de seu cliente.

As rápidas mudanças neste mundo globalizado têm gerado os mais variados impactos e afetado as características de diferentes regiões da terra. A capacidade produtiva de uma região era considerada a sua riqueza económica. Hoje, com a abertura dos mercados internacionais e a evolução tecnológica, outros setores começam a emergir como novas fontes de riquezas. Com isso, a chamada indústria do turismo transporta grandes oportunidades de mercado às regiões que possuem atrativos naturais e/ou culturais. Ligados aos atrativos, torna-se necessário montar uma infra-estrutura condizente com as necessidades dos visitantes que estão cada vez mais exigentes em relação aos serviços recebidos. Verificado este crescimento, outra “indústria” surge com identidade própria, a da

hospitalidade, formada pelos prestadores de serviços no turismo, pela comunidade anfitriã e pela atmosfera apresentada nos cenários naturais e culturais das cidades.

Portanto, apresenta-se neste artigo, a gestão da comunicação organizacional como suporte estratégico para construir ou fortalecer a identidade institucional de uma localidade através da hospitalidade pública exposta no conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto-MG, Brasil.

1. Gestão da comunicação

A gestão da comunicação organizacional compreende um agrupamento de atividades, ações, estratégias administrativas, de mercado e institucionais das organizações públicas e privadas (Governo, ONGs, associações, sindicatos, escolas, universidades, empresas, comunidades e cidades) junto aos seus vários públicos de interesse (consumidores finais, colaboradores, formadores de opinião, classe política, empresários, comunidade acadêmica, mídia, etc) para dar origem e/ou fortalecer a identidade institucional das marcas, produtos e serviços.

As categorias da Comunicação Organizacional que se integram para a gestão estratégica das organizações são descritas da seguinte forma: comunicação institucional, comunicação administrativa, comunicação interna e a comunicação de mercado. Para ampliar o debate sobre as categorias da comunicação organizacional, apresenta-se o quadro 1 como modelo teórico a ser utilizado na condução da análise da gestão da comunicação institucional.



Quadro 1- Comunicação integrada (LUPETTI, 2007: 16)

De acordo com o modelo de gestão estratégica da comunicação apresentado pela autora, a comunicação institucional centraliza-se na intenção de gerar, alterar ou reconhecer a identidade e a imagem das organizações, promovendo suas marcas, produtos e serviços para o público consumidor. Conforme está explicado no quadro 1, a propaganda

institucional, o jornalismo empresarial, a assessoria de imprensa, o marketing social, desportivo e cultural, a editoração multimídia e as relações públicas integram as ações de comunicação institucional da organização, dentro do contexto planejado da gestão estratégica da comunicação integrada. Dessa maneira, Torquato (2004: 34) explica que “a comunicação organizacional é, portanto, a possibilidade sistêmica, integrada, que reúne as quatro modalidades descritas acima, cada uma exercendo um conjunto de funções”. A comunicação institucional desempenha função indispensável a qualquer organização que deseja a identificação corporativa da marca, seja para criar, mudar ou influenciar atitudes, novos comportamentos e assim, fortalecer a imagem da organização no mundo contemporâneo. Trata-se de direcionar o consumidor para se relacionar com a marca, o que implica estratégias de marketing sociais, culturais, esportivas e criação de formas de interação com o consumidor para fixar a identidade da organização, seus produtos e serviços.

Dessa forma, torna-se evidente a preocupação das organizações com a gestão da comunicação institucional. As marcas precisam estar associadas às essas ações institucionais, para fixar na mente do público consumidor a imagem de organização socialmente responsável. Contudo, é pertinente salientar que o objetivo principal da mensagem na comunicação institucional é influenciar comportamentos favoráveis à organização, conforme relata Gracioso (2006,35): “A propaganda institucional consiste na divulgação de mensagens pagas e assinadas pelo patrocinador, em veículos de comunicação de massa, com o objetivo de criar, mudar ou reforçar imagens e atitudes mentais, tornando-as favoráveis à empresa patrocinadora.” Pode-se ressaltar ainda a importância das percepções da identidade organizacional transmitida através da comunicação institucional para divulgar a concepção de valores e atributos das marcas. Na mensagem institucional, está representada toda a imagem da organização que estabelece a percepção do mercado consumidor e da opinião pública, “o processo de administração de percepções assume sua relevância e imprescindibilidade”, adverte Andrade (2004:145). Cabe então frisar, que a geração da identidade institucional da organização tem origem no planejamento estratégico através da gestão da comunicação integrada do marketing, ou seja, a comunicação que articula integradamente as várias ações da promoção: propaganda, relações públicas, promoção de vendas, marketing direto, merchandising, vendas, embalagens e a comunicação virtual.

Para tanto, exige-se do gestor da comunicação não apenas conhecimentos e habilidades nas práticas profissionais, mas também uma visão abrangente do mercado e da sociedade contemporânea. O profissional de comunicação organizacional deve ser um gestor capaz de planejar, executar e controlar o esforço de comunicação da organização. Assim sendo, a gestão apresenta-se como um procedimento planejado sistematicamente para determinar uma postura profissional perante a sociedade e tratar a comunicação de forma responsável.

No Brasil, as atividades que envolvem a comunicação organizacional desempenham um papel fundamental com a contribuição de profissionais do mercado e das universidades. Dessa maneira, a comunicação Organizacional, em seus múltiplos aspectos, tem sido objeto de pesquisas em congressos e trabalhos científicos sobre o tema nos cursos de graduação e pós-graduação em administração, marketing e comunicação.

Outra categoria que merece atenção por parte dos gestores é a comunicação interna, tendo em vista a necessidade de trabalhar com diferentes públicos dentro da organização, portanto diferentes conteúdos, discursos ou linguagens para levar ao público visitante a informação correta e eficiente. Especialmente, a sinalização interna de uma organização e o esforço de comunicação desenvolvido por uma empresa, órgão ou cidade para estabelecer canais que possibilitem o relacionamento, ágil e transparente, dos gestores com os diversos públicos internos em circulação. Deve ficar claro, portanto, que a comunicação Interna não se restringe à chamada comunicação descendente, mas inclui, obrigatoriamente, a comunicação horizontal, entre os segmentos deste público interno, e a comunicação ascendente, que estabelece a resposta e instaura a efetiva comunicação. Enfatiza-se aqui, a importância da comunicação interna e da sinalização de uma cidade no sentido de colaborar com a manutenção da identidade institucional de uma determinada localidade, região ou país. De acordo com Costa (2009), a gestão da comunicação e da sinalização de um ambiente pode fortalecer os sentimentos de pertença, as identidades e as formas de cidadania.

Portanto, no planeamento da comunicação organizacional, os gestores das empresas e das cidades, devem, certamente, ter a consciência que a comunicação e a sinalização interna transparente, democrática e informativa são vitais para o desenvolvimento da identidade institucional de qualquer organização.

2. Serviços e atendimento ao público

Os serviços são intangíveis, isto é, não é possível ver as suas características antes dos mesmos serem comprados e usados pelos usuários. Ao contrário dos produtos, os serviços não podem ser colocados em estoque, ou seja, devem ser produzidos e consumidos no momento da transação. Uma diferença entre serviços e produtos está no facto de que quem presta o serviço deverá necessariamente estar em contacto com quem recebe. Pode afirmar-se que os serviços, ao contrário dos produtos, variam muito mais em termos de qualidade, eficiência e credibilidade. Contudo, entende-se por serviço qualquer ato ou desempenho que uma pessoa possa oferecer a outra, que seja intangível e que não resulte na propriedade de nada. Sua produção pode ou não estar vinculada a um produto físico.

De uma forma geral, o serviço está relacionado à imagem deixada pelas atitudes dos seus prestadores em qualquer organização ou cidade. Assim sendo, a imagem mental que se deseja transmitir sugere quatro elementos que devem ser planeadas pelas localidades fornecedoras de serviços de hospitalidade:

- Experiência dos serviços: aspetos sobre a interação direta do cliente com os serviços;
- Resultado da prestação dos serviços: o que se espera com o processo dos serviços;
- Operação dos serviços: como o serviço deve ser prestado;
- Valor dos serviços: aspetos sobre benefícios obtidos pelo cliente com os serviços.

Prestar serviços significa atender às necessidades e exigências de outros. Sendo assim, o atendimento ao público é considerado como uma atitude de caráter exclusivamente interpessoal, que adquire contornos especiais de civilização, etiqueta e apresentação pessoal. A satisfação do cliente nasce a partir de um planejamento estratégico elaborado para a consciencialização da importância da qualidade na prestação dos serviços, em todos os níveis da organização, demonstrando ao mercado que o factor humano é vital para compreender as exigências do consumidor atento e informado. Fica evidente que na prestação de serviços de hospitalidade, o aprimoramento da qualificação e da capacitação profissional são indispensáveis para atender aos visitantes e a comunidade local. Cada vez mais, o mercado consumidor exigirá elevados níveis de qualidade no atendimento e por isso espera-se que as cidades estejam a preparar e a capacitar as suas equipas para atender às solicitações dos diversos visitantes e de consumidores cada vez mais atualizados e exigentes. Assim sendo, lista-se abaixo, sugestões e recomendações para um atendimento de qualidade na prestação dos serviços:

- Comunicação eficiente em todos os sentidos;
- Antecipar os seus desejos;
- Apresentar um serviço diferenciado;
- Trabalhar em equipa;
- Conhecer a estrutura da organização e o seu funcionamento;
- Qualidade dos produtos e serviços oferecidos;
- Apresentação e higiene pessoal;
- Linguagem e comportamento no atendimento ao público;
- Um ambiente arejado com iluminação adequada reflete cuidados higiénicos.
- Evitar comer e beber diante do público;
- Limpeza constante das áreas públicas;
- Não parta do princípio de que algo é impossível – Parceiros na comunicação estão dispostos a buscar soluções criativas para a compreensão dos factos. Antes de dizer que não pode, tente descobrir junto com o cliente uma maneira de poder;
- Encontre uma alternativa – Embora possa não ser capaz de fazer exatamente o que seu cliente está a pedir, talvez possa dar outra solução que agrade efetivamente. Ser flexível, abre um leque de alternativas para o atendimento;
- Focalize os pontos positivos: as atitudes positivas reforçam o relacionamento e geram segurança na transmissão da informação;
- Reconheça que uma situação conflitante é uma oportunidade: Quando o cliente manifesta o seu descontentamento, isto é um sinal de que ele necessita de algo e você pode ser ou ter a solução.

Dessa maneira, considerando que as localidades turísticas brasileiras ainda perdem em competitividade diante de outras cidades estrangeiras que são tradicionais no roteiro turístico internacional pelo maior valor agregado nos serviços oferecidos aos visitantes. Pode destacar-se algumas diferenciações importantes para a decisão do viajante: atrações

culturais e/ou naturais, os serviços de hospedagem, transporte, lazer e compras disponíveis (conveniência), o atendimento local e, evidentemente, a hospitalidade pública da cidade.

3. Os tempos da hospitalidade pública

Compartilhar o bem estar através dos tempos da hospitalidade oferecidos por uma pessoa ou um lugar, seja uma comunidade, étnia, cidade, nação, estado ou país. É o acolhimento oferecido a um visitante estrangeiro. A hospitalidade é, portanto, um encontro de pessoas com lugares e as experiências estabelecidas nessa relação de comunicação.

Proveniente do idioma inglês, *hospitality*, é traduzida como hospitalidade, ou seja, característica de uma pessoa ou de um lugar. Essa terminologia permite ampliar as possibilidades dos campos científicos para o estudo de interações sociais através da comunicação que venham representar os tempos da hospitalidade. Para especificar o conceito da palavra hospitalidade, Abreu (2003: 29) abrange as relações sociais e a prestação de serviços ao cidadão: “O atributo ou característica que permite aos indivíduos de famílias e lugares diferentes se relacionar socialmente, se alojar e se prestar serviços reciprocamente”.

Os elementos do composto da hospitalidade humana que se integram para o bem-receber, o bem-hospedar, o bem-alimentar e o bem-entretê dos visitantes são apresentados em quatro espaços e quatro tempos que se entrecruzam para oferecer o acolhimento ao visitante ou residente. Desta maneira, apresentam-se os tempos e espaços para a prática da hospitalidade:

Tempos Espaços	Recepcionar	Hospedar	Alimentar	Entretê
Doméstica	Receber pessoas em casa, de forma intencional ou casual	Fornecer repouso e abrigo em casa para pessoas	Receber em casa para refeições e banquetes	Receber para refeições e festas
Pública	A recepção em espaços e órgãos públicos de livre acesso	A hospedagem proporcionada pela cidade e pelo país	A gastronomia local	Eventos públicos de lazer e eventos
Comercial	Os serviços profissionais de recepção	Hotéis, hospitais e casas de saúde Prisões	A restauração	Eventos, espetáculos e espaços privados para lazer
Virtual	Folhetos, cartazes, internet, telefone, e-mail	Sites e hospedeiros de sites	Programas nos media e sites de gastronomia	Jogos e entretenimento nos media

Quadro 2 - Os tempos/espaços da hospitalidade humana. (Camargo, 2004: 84)

Muitos autores apresentam estudos sobre a amizade para explicar o fenômeno da hospitalidade e pode reportar-se a textos clássicos da literatura mundial para encontrar ritos de acolhimento invejáveis para os dias de hoje. Para entender um pouco da noção histórica do sentido de ser hospitaleiro, o excerto a seguir demonstra a experiência eterna que fica no indivíduo que é acolhido:

“Nos séculos anteriores à civilização, ao comércio, à invenção dos símbolos representativos da riqueza, quando o interesse não tinha ainda preparado guarida ao viajante, a hospitalidade a substituiu. A acolhida dada ao estrangeiro foi uma dívida sagrada que os descendentes do homem acolhido quitavam normalmente após o lapso de vários séculos. De volta ao seu país, ele ficava satisfeito em contar os sinais de benevolência que tinha recebido; e a lembrança se perpetuava na família” (Montandon, 2003: 138).

É evidente que a hospitalidade pensada nessa perspectiva vai desvendar os tempos/espacos nos quais se realiza, os modelos culturais neles embutidos, os públicos residentes e visitantes, o seu espaço urbano, seus cenários, e serviços oferecidos. Para isso, será preciso basear conceitos através de um conjunto de abordagens interdisciplinares que expliquem as relações existentes entre o espaço urbano, os tempos da hospitalidade e as relações humanas expostas nesse processo comunicativo.

A interação social mediada pela hospitalidade pressupõe um processo de comunicação entre aquele que visita e aquele que recebe. “Um novo recorte surge quando pensadores da hospitalidade dialogam com pensadores da comunicação”, propõe o professor Camargo (2004:79). E ainda expõe o abandono dos estudos sobre a comunicação interpessoal, explicando que poucos são os autores que contemplam essa temática interdisciplinar:

“A comunicação interpessoal é praticamente abandonada e, não fossem historiadores do cotidiano (Ariès, 1992) e da cultura (Burker, 1995 ; Elias, 1994) e, sobretudo, os psicólogos e antropólogos (Mauss, 1974; Augé, 1994; Boorstin, 1987), pouco se saberia sobre processos tão importantes na comunicação humana como a conversação, a etiqueta, o banquete e a festa, nos quais seres humanos se defrontam com a condição original que a vida lhes propiciou ou exigiu” (Camargo, 2004: 80).

Nesse contexto, a hospitalidade é considerada uma troca humana: contemporânea, voluntária e mutuamente benéfica e apresenta-se dentro de um conjunto de organizações, cidades, bens e serviços (Lashley, 2004).



Quadro 3: Dimensões da hospitalidade (Lashley, 2004: 203)

Diante desse cenário e do amplo desafio de investigar um campo no qual se desenrola um processo de comunicação em permanente feedback entre o visitante e o visitado, o conceito de hospitalidade deve ser ampliado para além das atividades turísticas propriamente ditas. A relação que o processo de comunicação (BERLO,1999) estabelece com o imaginário dos visitantes gera valiosas contribuições e possibilidades de estudos da hospitalidade e da comunicação. De acordo com Grinover (2002: 34), “Oferecer e receber uma informação é um mecanismo de hospitalidade”. As questões interdisciplinares e as discussões em outros campos de conhecimento devem ser abordadas por meio de focos de interesse em cada área.

“Hoje, o conceito de hospitalidade estende-se para além dos limites de hotéis, restaurantes, lojas e estabelecimentos de entretenimento[...]. Já té recortes específicos, não apenas da antropologia, da sociologia, da história, da geografia, da economia, da política etc., mas também das ciências e tecnologias aplicadas à administração, à educação, à comunicação, à arquitetura, ao urbanismo, ao planejamento ambiental, aos recursos naturais etc. (Grinover, 2002: 27).

Para o autor, o estudo da hospitalidade insere-se num contexto mais abrangente que envolve as relações já existentes e sugere que essas relações podem expressar-se de forma variada através das trocas de bens e serviços materiais e simbólicos entre receptor e acolhido, anfitrião e hóspede. Assim sendo, o estudo dos tempos e espaços da hospitalidade permite ampliar as possibilidades de pesquisas interdisciplinares em diversos campos científicos. Numa pesquisa realizada abordando a temática da hospitalidade comercial (NEVES,2006), foi verificada uma variedade de possibilidades de estudos interdisciplinares entre comunicação e hospitalidade. Gestão, comunicação, sociologia, história, educação, arquitetura e urbanismo são algumas das possíveis áreas oportunas para a pesquisa académica.

Assim sendo, nesse estudo, a abordagem interdisciplinar envolve a gestão da comunicação da localidade através da valorização dos tempos da hospitalidade pública para construir a identidade institucional gerando boa imagem para os visitantes. Com isso, utilizar as técnicas e práticas de comunicação institucional aplicadas na hospitalidade pública como proposta para criar, mudar ou fortalecer a atmosfera do ambiente urbano de uma cidade. A gestão da comunicação permite identificar nos tempos da hospitalidade, a imagem e a identidade institucional de um lugar, região ou país. A dimensão espacial é um fenómeno representativo da hospitalidade pública na medida em que estabelece o vínculo territorial dos indivíduos com o espaço, sejam residentes ou sejam visitantes. A análise está centrada nos tempos da hospitalidade pública, focando os espaços urbanos e sua apropriação pelo público em geral.

O primeiro contacto do viajante com a localidade visitada é estabelecido através de uma relação de comunicação com os espaços públicos como praças, jardins, ruas e arquitetura do local. O cenário urbano, cultural ou natural, afeta diretamente a percepção do visitante, pois a comunicação se efetiva por meio das mensagens transmitidas pelas imagens do lugar constituindo, assim, a hospitalidade pública.

“Pública – É a hospitalidade que acontece em decorrência do direito de ir e vir e, em consequência, de ser atendido em suas expectativas de interação humana, podendo ser entendida tanto no cotidiano da vida urbana que privilegia os residentes como na dimensão turística” (Camargo, 2004: 54):

As cidades demonstram o quanto é significativo enviar mensagens hospitaleiras, ou seja, imagens acolhedoras que transmitem e identificam a hospitalidade pública da localidade. A delimitação da área geográfica é discussão em qualquer comunidade que possui seus municípios, distritos e arredores. A cidade é uma ideia de aldeia com suas casas, abrigos e acessos onde pessoas compartilham um senso comum gerando uma identidade cultural própria. Assim sendo, o destaque é conferido a essa caracterização do espaço urbano por dois motivos propostos da seguinte maneira:

“Pela proeminência que elas têm no espaço cognitivo. As cidades têm um certo protagonismo nas representações mentais do espaço geográfico, entre outras razões, mais do que outras entidades geográficas, nos discursos informativos. E por sua atratividade, decorrente, de modo geral, de uma grande variedade de recursos naturais e culturais e da combinação desses recursos” (Cruz, 2002: 45).

Essa identidade local mostra-se perdida numa diversidade muito grande de indivíduos que compõem a comunidade. Trata-se aqui, mais uma vez, da importância da prática da cultura hospitaleira entre os povos, tendo em vista a realidade de um mundo repleto de hostilidades, guerras e conflitos. A hostilidade é a outra face da hospitalidade. Não aceitar o acolhimento desencadeia o mecanismo oposto da hospitalidade, que é a hostilidade, palavra de mesma raiz etimológica (Camargo, 2004). A questão dos nativos e dos forasteiros é bastante delicada e também deve ser analisada profundamente para que possa esclarecer que os imigrantes muitas das vezes acabam por se tornar nativos fervorosos. Considera-se nativo aquele que nasceu na localidade e imigrantes aqueles que se mudaram para a comunidade por motivo de trabalho, estudo ou opção de moradia. Portanto, uma população diversificada que deve promover e divulgar a experiência da cultura da hospitalidade pública para harmonizar as relações interpessoais de populações diversas, com interesses diversos, que se deparam frente a frente por meio desse fenômeno social irreversível que é o movimento turístico mundial.

A caracterização da valorização dos processos de relações humanas evidencia a necessidade de planejar estrategicamente os tempos da hospitalidade pública, ou seja, as atividades de recepção, acomodação, alimentação e entretenimento em todo o conjunto de prestação de serviços da localidade. Exatamente por este motivo, a missão de recepcionar torna-se uma prática institucional de fundamental importância para a localidade, já que a participação da comunidade local no planejamento e execução das atitudes hospitaleiras é fundamental para o desenvolvimento sustentável da região e para o reconhecimento do sentido de ser hospitaleiro dos indivíduos da comunidade recetora. Alguns lugares são mais hospitaleiros do que outros e isso ocorre em função da dimensão socioespacial subjacente ao ato de acolher um visitante (Cruz, 2004). Contudo, entende-se que parte da hospitalidade é fruto da organização socioespacial dos lugares.

4. Hospitalidade pública em Ouro Preto

Ouro Preto é história. Ouro Preto é arte. Ouro Preto é hospitalidade. Ouro Preto é o tempo. Cidade histórica e património cultural da humanidade, situada no estado de Minas Gerais, representa o estilo barroco reconhecido mundialmente por visitantes que admiram diariamente a singular beleza arquitetónica da localidade. Foi a primeira cidade brasileira a ser declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) património histórico e cultural da humanidade, em 1980.

A apresentação da hospitalidade pública em Ouro Preto está diretamente ligada ao cenário colonial local com sua arquitetura barroca evidenciada nos casarões, museus, igrejas, lampiões e ladeiras da cidade. (vide imagens em anexo). Chegar e andar por estas ruas históricas representa, do ponto de vista da hospitalidade pública, ser bem recebido no seu direito de ir e vir, pois o conjunto arquitetónico revela a receção em espaços públicos de livre acesso, assim sendo, notadamente a cidade expressa a hospitalidade pública (Camargo, 2004).

Os visitantes chegam, partem e levam somente imagens. Em Ouro Preto, cidade registada pelo Instituto de Património histórico e artístico nacional (IPHAN), as imagens fixam rapidamente devido ao conjunto de elementos arquitetónicos, coloniais e barrocos que geram a identidade institucional da localidade. Nesse sentido o professor Marques de Melo (2008: 55) destaca que, “os processos de educação e comunicação, amparados sobretudo na oralidade e na imagem que recebemos e reelaboramos a cultura: a cultura dos outros, dos nossos ancestrais; a nossa cultura”. A partir dessa proposição, considera-se relevante refletir sobre a interdisciplinaridade dos estudos académicos nos campos da gestão da comunicação, da hospitalidade, da sociologia, do turismo, da arquitetura, da história e da educação de uma determinada localidade.

Para demonstrar os elementos que constituem os tempos da hospitalidade pública em Ouro Preto, apresenta-se, no quadro abaixo, alguns exemplos de produtos e serviços oferecidos pela cidade e conhecidos pela hospitalidade mineira. Fica registado que, através da experiência dos visitantes e dos residentes que caminham e vivem com essas imagens típicas do cenário colonial e barroco, a hospitalidade pública gera a identidade institucional da localidade.

Tempos	Recepcionar	Hospedar	Alimentar	Entreter
Hospitalidade Pública	Casarões, sacadas, ladeiras, igrejas, museus, praças.	Hotéis, albergues, pousadas e repúblicas.	Comida mineira, feijão tropeiro, couve, torresmo, cachaça.	Carnaval, Semana Santa, Festival de inverno, Intercom.

Quadro 4- Tempos da Hospitalidade pública de Ouro Preto – Dados do autor

Portanto, evidencia-se a categoria da hospitalidade pública para constituir a identidade institucional de localidades seguindo o planeamento da gestão estratégica da comunicação com a proposta de levantar o debate interdisciplinar da comunicação e da hospitalidade para abranger em várias áreas da pesquisa científica. Enfim, estabelecer a

reflexão interdisciplinar entre a gestão da comunicação e os tempos da hospitalidade pública por meio das imagens do conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto, ofereceu, preliminarmente, uma contribuição oportuna para que outras localidades pensem e repensem nas várias possibilidades para transmitir informações sobre os tempos da hospitalidade pública através do ambiente urbano característico de cada localidade.

Considerações finais

Percebe-se que são muitos os campos da atividade acadêmica que podem estabelecer uma base de pesquisa interdisciplinar para os ritos da hospitalidade, do acolhimento e do vínculo humano. As inovações nos meios de comunicação e suas tecnologias estão a caminhar em conjunto na direção de um mundo sem fronteiras, com mercados diversificados em organizações, comunidades, cidades, pessoas, bens e serviços. Assim, a informação está ao alcance de todos e a rede mundial de computadores pode ser acessada para prestação de serviços e para disseminação de informações e imagens em tempo real.

Na gestão da comunicação de uma localidade, defende-se que a hospitalidade pública deve ser pensada como um processo de mediação estratégica. Deve haver um trabalho voltado a ações institucionais pontuais e operacionais, mas que seja elaborada no espaço comunicativo da cidade de forma contínua e integrada com as ações de marketing. A atuação da gestão da comunicação institucional deve abranger todos os processos comunicativos que constituem a hospitalidade pública – sinalização, comunicação pública, acolhimento do visitante, cenários naturais e/ou culturais, serviços e todas as possibilidades de diálogo com o público visitante.

Considerar o ambiente físico para a hospitalidade pública de uma cidade é destacado como fator capaz de criar ou reforçar a imagem institucional diante dos visitantes e da comunidade local. Sob esse enfoque, a atmosfera e o cenário urbano podem exercer influência significativa sobre a qualidade dos serviços prestados por uma localidade, desde a escolha do destino até à chegada e estada na cidade.

A comunicação dos serviços da hospitalidade pública configura-se para os órgãos públicos como condição estratégica na identificação dos valores, tradições e costumes da cultura local. Realizar ações de comunicação institucional das cidades através da hospitalidade pública torna-se uma exigência atual das localidades que têm o dever de receber e acolher o visitante com o seu patrimônio cultural e natural. Por isso, valorizar os tempos da hospitalidade: recepcionar, acomodar, alimentar e entreter os visitantes é de fundamental importância para a construção da identidade institucional das cidades.

As possibilidades de reflexão interdisciplinar da comunicação institucional de uma cidade sob o foco da hospitalidade pública são variáveis de localidade para localidade, considerando a convivência e interação do visitante com o conjunto de imagens que são transmitidas pelo patrimônio público. A transmissão das imagens culturais e naturais revela contribuições essenciais para o desenvolvimento da identidade local. Conforme descrito, é possível projetar intervenções sobre os ambientes físicos de uma cidade, visando a construção de identidade capaz de caracterizar a hospitalidade pública local. As sensações provocadas pela transmissão das imagens apresentadas pela cidade atuam como um canal de comunicação institucional da localidade, sendo enviada silenciosamente ao visitante.

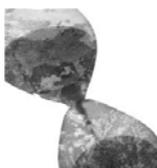
A perspectiva interdisciplinar da gestão da comunicação e da hospitalidade pública evidenciada neste artigo é proposta para estimular pesquisadores e estudantes das ciências humanas a despertar o interesse sobre um tema fértil e inovador. Enfim, utilizar o processo comunicativo produzido pela hospitalidade no espaço urbano das cidades como objeto de futuras investigações científicas que contemplem, principalmente, as relações humanas para valorizar a cidadania e os direitos humanos.

Referências

- Andrade, Luiz Carlos (2006). Identidade corporativa e propaganda institucional. In Kunsch, Margarida (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Thomson Learning.
- Berlo, David K (1999). *O Processo da Comunicação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bueno, Wilson da Costa (2003). *Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Editora Manole.
- Camargo, Luis Otávio de Lima (2003). Os domínios da hospitalidade. In Dencker, Ada de Freitas Maneti, Bueno, Marielys Siqueira (Orgs.). *Hospitalidade: Cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Camargo, Luiz Octávio de Lima (2004). *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph.
- Campos, José Ruy Veloso (2005). *Introdução ao universo da hospitalidade*. São Paulo: Papyrus.
- Costa, Maria Cristina Castilho (2009) (Org.). *Gestão da comunicação: projetos de intervenção*. São Paulo: Paulinas.
- Cruz, Rita de Cássia (2002). Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In Dias, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole.
- Gracioso, Francisco; Penteado, J. Roberto Whitaker (2004). *Propaganda brasileira*. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial.
- Gracioso, Francisco (2006). *Propaganda Institucional: nova arma estratégica da empresa*. São Paulo: Atlas.
- Grinover, Lucio (2002). Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In Dias, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole.
- Lashley, Conrad e Morrison, Alison (2004) (Orgs.) *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Tradução de Carlos David Szlak. Barueri, São Paulo: Manole.
- Lupetti, Marcélia (2007). *Gestão estratégica da comunicação mercadológica*. São Paulo: Thomson Learnin.
- Marques de Melo, José e Tosta, Sandra Pereira (2008). *Mídia e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Matheus, Zilda Maria (2002). A ideia de uma cidade hospitaleira. In Dias, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole.
- Ministério do Turismo. Recuperado de:

<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>, acesso em 07 de jun de 2012.

- Monatndon, Alain (2003). Hospitalidade ontem e hoje. In Dencker, Ada de Freitas Maneti, Bueno, Marielys Siqueira (Orgs). *Hospitalidade: Cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Neves, Ronaldo Mendes (2006). *Dinâmica da hospitalidade comercial: um estudo do caráter hospitaleiro em empreendimento de lazer no Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Neves, Ronaldo Mendes (2009). Consumo do tempo livre: perspectiva interdisciplinar da comunicação e da hospitalidade virtual. *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de estudos interdisciplinares de comunicação* (INTERCOM), Curitiba.
- Neves, Ronaldo Mendes (2009). *O Caráter hospitaleiro na comunicação virtual: Educando o sujeito turístico*. Seminário Internacional de comunicação, Porto Alegre, EDIPUCRS.
- Neves, Ronaldo Mendes & Silva, Maríllia Graziella (2011). Rio 2016: a propaganda institucional parabeniza a sede dos jogos olímpicos. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de estudos interdisciplinares de comunicação* (INTERCOM), Recif.
- Neves, Ronaldo Mendes (2011). Comunicação e Hospitalidade no Ciberespaço. In Gomes, Adriano Lopes & Costa, José Zilmar Alves (Orgs). *Comunicação, Linguagem e inovações midiáticas*. Natal: EDUFERN.
- Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ouropreto.org.br> acesso 11 mai 2012.
- Torquato, Gaudêncio (2004). *Tratado de comunicação organizacional e política*. SP: Pioneira/Thomson Learning.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Relações de gênero e usos do tempo vivenciados por enfermeiras e enfermeiros a partir do trabalho no hospital

AUDREY VIDAL PEREIRA; LÚCIA ROTENBERG & SIMONE SANTOS OLIVEIRA
Universidade Federal Fluminense; Instituto Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ)

auviprof@yahoo.com.br¹; rotenber@ioc.fiocruz.br²; simone@ensp.fiocruz.br³

Resumo:

O estudo consiste na análise dos usos do tempo vivenciados por enfermeiras e enfermeiros, que atuam num hospital universitário em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro - Brasil, no sentido de verificar desigualdades associadas às relações de gênero. Considera as especificidades do trabalho em hospitais, como o trabalho noturno e nos fins de semana, além da atuação em vários vínculos empregatícios. Conjuga técnicas quantitativas e qualitativas com base em registros diários de suas atividades a serem confrontados em entrevistas semi-estruturadas, a fim de descrever como se dá o uso do tempo e a ocorrência de situações de "permeabilidade" entre a vida profissional e familiar. Foram realizadas entrevistas com quarenta e dois sujeitos. As análises possibilitaram a identificação de conflitos de interesses e tensões nas disputas de poder, que sinalizam desigualdades de gênero. As informações recolhidas através das entrevistas possibilitaram identificar correlações entre a interface 'profissional-doméstico' e a 'saúde'. Mediante os diferentes modos de usos do tempo vivenciados pelos entrevistados, algumas pistas são possíveis de serem suscitadas. No grupo de enfermeiras destacam-se falas apontando um acúmulo de atividades e responsabilidades que reforçam a permanência de desigualdades em suas relações, além de referências ressaltando ser a saúde mental a mais afetada. No conjunto de enfermeiros sobressaem percepções capazes de questionar modelos tradicionais, contribuindo para a equidade de gênero, além de falas que suscitam a presença de mais alterações com relação à saúde física. Em geral, tem sido possível observar o convívio de questões que tanto reforçam as desigualdades de gênero, quanto questionam os modelos tradicionais existentes nas relações com o trabalho na vida contemporânea.

Palavras-chave:

Relações de gênero, usos do tempo, interdependências, enfermeiros

¹ Doutorando em Ciências da Saúde, pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz – Rio de Janeiro - Brasil. Doutorando em Sociologia no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Professor Assistente da Universidade Federal Fluminense – Niterói, Rio de Janeiro – Brasil.

² Doutora em Psicologia. Pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz – IOC/Fiocruz. Orientadora do primeiro autor no Curso de Doutorado em Ciências da Saúde - Fiocruz / Brasil.

³ Doutora em Saúde Pública. Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ. Coorientadora do primeiro autor no Curso de Doutorado em Ciências da Saúde - Fiocruz / Brasil.

1. Introdução

As correlações existentes entre as esferas pública e privada, observadas a partir do trabalho no hospital vivenciado por enfermeiras e enfermeiros, torna possível a identificação de interdependências caracterizadas através dos usos constrangidos do tempo de trabalho, que podem ser analisadas à luz das relações de gênero.

As relações conflituosas entre o valor dado ao tempo de trabalho remunerado, mediante jornadas realizadas com plantões noturnos, diurnos, feriados e finais de semana; e os acontecimentos que envolvem família e atividades quotidianas, produzem incômodos, insatisfações e desgastes. Essas vivências podem ser identificadas pela constante sensação de falta de tempo ou de aceleração do tempo.

Acrescido a essas especificidades, em relação aos horários e esquemas de plantões, a presença majoritária de mulheres no trabalho de enfermagem torna esta realidade mais contundente. Trata-se de profissão essencialmente ligada ao cuidado, o que remete ao âmbito doméstico. Tradicionalmente o papel fundamental de cuidar das demais pessoas da família ficou centralizado na mulher, ficando assim o cuidado sócio-culturalmente identificado como prática feminina. Tal situação tende a dificultar a separação do cuidado exercido de modo técnico-científico, de práticas leigas de cuidados realizados por não profissionais (Pereira, 2011).

Através de pesquisa feita com descritores 'enfermagem' e 'tempo', foi possível encontrar inúmeras publicações referentes à valorização do tempo de trabalho remunerado, em comparação com o tempo dedicado às atividades realizadas fora da prática profissional, ao lazer e ao tempo livre. Conceitos como horas diárias de assistência, duração para procedimentos e consulta de enfermagem, sobrevivência no emprego, atividades desenvolvidas no trabalho e absenteísmo podem ser encontrados em vários estudos⁴. No entanto, sobre os tempos reservados para a realização de atividades não-remuneradas na vida social, é possível constatar uma lacuna na atual produção científica⁵. Deste modo, é relevante realizar pesquisas com objetivo de correlacionar esses dois espaços-tempo, ou seja, trabalho remunerado e vida em família, buscando interações e aproximações, que se acredita serem indissociáveis.

Nos estudos realizados por Dedecca e cols (2008; 2009) pode-se encontrar discussões similares, em que mediante a impossibilidade de modificar a extensão diária, se observa a tensão entre o tempo de trabalho remunerado e o tempo destinado à família ou lazer, exigindo que ao menos um desses processos seja constrangido. Por essa razão, independente de critérios de justiça, os autores sinalizam que a interdependência existente entre os tempos exige uma regulação social (Dedecca, Ribeiro & Ishii, 2009).

⁴ Ver: Anselmi, Duarte & Angerami, 2006; Balsanelli, Zanei & Whitaker, 2006; Bordin & Fugulin, 2009; Costa & Marziale, 2006; Cucolo & Perroca, 2010; Dal Ben & Souza, 2004; Duarte, et.al., 2000; Holanda & Cunha, 2005; Marcon et. al. 2002; Margarido & Castilho, 2006; Mello, Fugulin & Gaidzinski 2007; Rezende & Gaidzinski, 2008; Ricardo, Fugulin & Souza, 2004; Tranquillini & Ciampone, 2007.

⁵ Na área da enfermagem é encontrado um número pequeno de estudos sobre o tema, como exemplo tem-se Pereira & Bueno, 1997 e Costa, Morita & Martinez, 2000.

Esses usos constrangidos do tempo existentes nas relações contemporâneas, segundo Dedecca (2008), apresentam sinais visíveis de distribuição desigual do tempo na sociedade, adquirindo dimensão específica quando se analisa o uso do tempo segundo o sexo, caracterizando maior prejuízo para as mulheres do que para os homens.

A valorização do 'determinismo biológico' e das 'oposições entre os sexos' que estabelece uma divisão na sociedade, não responde à complexidade das relações sociais contemporâneas. Haja visto que a distribuição de atividades no dia-a-dia da vida, mesmo que se encontre polarizada entre homens e mulheres, não tem sido vivenciada de modo rígido. Sorj, Fontes & Machado (2007) afirmam que tem ocorrido em nível global, desde as últimas décadas, transformações na composição sexual do mercado e nas divisões entre trabalho remunerado e práticas de responsabilidades/cuidados familiares, surgindo novos significados e complexidades que remetem a alterações nas relações de gênero na sociedade.

Os 'tempos' cujos usos estão cada vez mais flexíveis, simultâneos e constrangidos, contêm tensões e conflitos perceptíveis, mantendo assimetrias cujo aporte teórico das relações de gênero são imprescindíveis para seu processo de reflexão. Assim, como a vida ocorre de modo complexo e acelerado, sendo difícil delimitar o espaço entre o tempo de produção e de reprodução, torna-se válido explorar os encontros e desencontros nas relações de gênero e nos usos do tempo correlacionados ao trabalho, com consequências diferenciadas na vida de mulheres e homens.

2. Usos do Tempo e Relações de Gênero

O 'tempo', segundo Elias (1998) tornou-se a representação simbólica de uma vasta rede de relações reunindo diversas sequências que relacionam posições situadas na sucessão dos eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso de uma vida individual, a partir de interações aprendidas, construídas e/ou instituídas socialmente.

Para compreender os símbolos que envolvem o conceito de tempo, há necessidade de um nível elevado de abstração, que vai sendo assimilado pela criança à medida que ela cresce em sociedade (Elias, 1998). Essa apreensão da noção do tempo vai se aprimorando à medida que os indivíduos vão assimilando os condicionantes que a sociedade utiliza para mensurar o tempo. Nas sociedades ocidentais, as formas socioculturais de organizar, gerir e pensar o tempo dependem do grau de penetração do quadro cultural temporal mecânico e abstrato, manifesto na organização científica do trabalho, na valorização da ideia de progresso e desenvolvimento econômico e industrial (Araújo, 2008).

Essa compreensão de que existe uma coerção demarcando 'o uso do tempo' nas relações existentes na vida cotidiana das sociedades (tempo social), encontra consonância não só em autores como Leach (1974), Elias (1998) e Thompson (1998), como também Dal Rosso (1996) e Dedecca (2008). Esses autores também fazem referência ao controle do tempo no âmbito do trabalho e fora deste, possibilitando ainda, correlações com as questões de gênero. Dessa forma, o controle do tempo é percebido não só através de alterações da natureza, mas também a partir da sucessão institucionalizada de ações que transcorrem de modo dirigido, a partir de convenções sociais.

Até recentemente, homens e mulheres estavam diferentemente disponíveis para as atividades de trabalho, uma vez que eram atribuídos especificamente aos homens, o lugar de provedor da renda e a vivência de uma profissão na vida pública, enquanto às mulheres, ficava reservado de modo singular o espaço privado das responsabilidades domiciliares (Hirata & Kergoat, 2007; Rosa, 2003). Essa divisão tem demarcado lugares simbólicos específicos para homens e mulheres, que se consolidam nos processos de socialização, envolvendo, principalmente, a educação formal e a instituição religiosa. Esse processo que se inicia na família e continua com a educação escolar, delimita espaços de influências nas relações sociais que podem fomentar processos de igualdade ou instigar a manutenção de disparidades quanto aos usos do tempo e a realização do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007). Deste modo, o uso do conceito de gênero, contribui para evitar generalizações equivocadas a respeito das oposições entre homens e mulheres. Gênero deve ser entendido como um conceito que ignora o reducionismo da explicação biológica das diferenças, e passa a percebê-las como produto de uma construção social e cultural das relações de poder. Assim, a construção da identidade de gênero se dá por meio das relações sociais, a partir da linguagem que designa o sistema de significação e ordem simbólica, nas quais são percebidas tanto as manifestações biológicas e intelectuais, quanto as emocionais, culturais, políticas e históricas (Scott, 1990).

Segundo Hirata & Kergoat, (2007), a partir da 'divisão sexual do trabalho', é possível estudar a distribuição diferencial de homens e mulheres nos ofícios, profissões e mercados e as respectivas variações no tempo e no espaço dessa distribuição. Analisa como essa distribuição se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Além disso, procura mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e busca refletir sobre esses processos de diferenciação utilizados pela sociedade para hierarquizar as atividades e os sexos, criando um sistema de gênero. Ou seja, além da identificação das desigualdades, a categoria de 'divisão sexual do trabalho' contribui para compreender a natureza que dá origem a estas desigualdades.

Em suma, segundo Schouten (2007), tanto o homem quanto a mulher tem grande influência no modo como se usa o tempo, cuja distinção entre os gêneros pode ser observada nas esferas pública e privada. Isto possibilita compreender como homens e mulheres têm se relacionado com o propósito de organizar o dia-a-dia de suas vidas, quer seja no âmbito da produção (público), quer seja no espaço da reprodução (privado). Conforme Ramos (2009), a manifestação dessas questões, referentes às relações de gênero, podem ser ressaltadas a partir da análise dos 'estudos de usos do tempo'.

Assim, nesta pesquisa, a partir dos usos do tempo, vivenciados de maneira diferenciada por enfermeiras e enfermeiros no trabalho hospitalar, busca-se analisar as relações de interdependências existentes nas esferas profissional e doméstica. Espera-se que seus resultados contribuam para o surgimento de construções discursivas mais pluralizadas referentes aos usos do tempo e as relações de gênero.

3. Percurso Metodológico

A pesquisa conjuga e integra técnicas quantitativas e qualitativas. Os estudos quanti-qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma ideia mais elaborada e completa da realidade, ensejando o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas (Minayo, 2006).

O trabalho de campo foi realizado no Hospital Universitário Antônio Pedro ligado a Universidade Federal Fluminense, no Município de Niterói (Rio de Janeiro/Brasil). A escolha por um hospital localizado na região metropolitana se deu pelas inúmeras possibilidades de vivenciar ações sobrepostas e usos constrangidos do tempo, mediante as complexidades e especificidades que ocorrem somente em grandes cidades. Além disso, este hospital especialmente - em função de seu *módus operandi* para manter atividades de forma ininterrupta ao longo das 24 horas por dia nos sete dias da semana - possibilita apreender questões referentes aos plantões de maneira mais clara.

A etapa da pesquisa de campo teve duração de aproximadamente quatro meses, perfazendo o período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012. O primeiro contato com o hospital ocorreu através de reunião realizada com o diretor de enfermagem, com a intenção de apresentar a pesquisa e acordar cronograma para a coleta de informações. Nesse ínterim, foi oportuno conhecer o organograma do hospital a fim de identificar locais e sujeitos a serem envolvidos no estudo. Em novembro de 2011 foi realizado mapeamento para identificar setores e entrevistados a serem inseridos na pesquisa. Registrou-se a distribuição destes últimos por gênero, área de atuação, setor, escala e inserção profissional (gerência e assistência).

A partir das escalas de trabalho foi possível observar setores com maior e menor proporção de homens e considerar escalas de trabalho com atividades ininterruptas (plantões noturnos e de fim de semana) e diaristas (sem finais de semana). Assim, selecionamos a Área de Clínica Geral e Especializada (CGE) com maior proporção de homens e ênfase para a escala plantonista e a Área do Ambulatório, com menor proporção de homens e destaque para escala diarista.

A coleta de informações propriamente dita foi iniciada em janeiro de 2012 pelo setor de quimioterapia no ambulatório e pelo Centro de Terapia Intensiva na CGE, se estendendo pelos demais setores das respectivas áreas. No entanto, no Ambulatório encontraram-se dificuldades quanto à adesão dos sujeitos, especificamente, enfermeiras com maior tempo de formação. Deste modo, foi necessário identificar outros possíveis entrevistados com escalas diaristas. Ao analisar novamente as escalas, foi possível observar que os profissionais ligados à gerência (coordenação das atividades de enfermagem) apresentavam, além do ambulatório, um grupo com possibilidades de encontrar participantes que realizavam escalas diaristas. Todavia, vale ressaltar que, diferente do Ambulatório (privilegio de diaristas e menor proporção de homens), e da CGE (predomínio de plantonistas e maior proporção de homens); os profissionais associados às atividades gerenciais compuseram um grupo com predomínio de escalas diaristas, porém com presença significativa de homens.

Ao longo do período de coleta de informações foram abordados todos profissionais que estavam presentes nos setores elencados, além daqueles cujas atividades estavam atreladas especificamente à gerência.

Foram utilizadas as seguintes técnicas para obtenção das informações: (i) registros diários das atividades ao longo de uma sequência de dias e (ii) entrevistas semi-estruturadas.

Para obtenção dos registros diários das atividades foi utilizada uma 'caderneta de atividades', instrumento adaptado a partir dos chamados 'diários de uso do tempo' tendo como referência Aguiar (2010). Este instrumento teve intenção de descrever como foram distribuídas as atividades realizadas pelas pessoas durante as vinte e quatro horas do dia ao longo de uma semana. Esta 'caderneta de atividades' foi 'testada' com alguns profissionais no mês de dezembro de 2011, de forma a promover ajustes e adequações que viabilizassem o seu uso para os objetivos desse estudo.

As entrevistas foram realizadas individualmente, no local de trabalho, previamente acordado com os profissionais. Para direcionar a coleta de informações foi usado um roteiro para facilitar o diálogo. Essas entrevistas permitiram a realização de uma auto-confrontação a partir dos registros efetivados na caderneta, possibilitando reflexões sobre as diferentes temporalidades⁶. Este momento foi fundamental para refletir com as (os) trabalhadoras (os) sobre as preocupações referentes à esfera doméstica e ao trabalho profissional no dia a dia, a realização de atividades ao mesmo tempo, além de aspectos relativos à invasão da vida doméstica no trabalho do hospital e vice-versa; com destaque para as diferenças nas relações de gênero entre o tempo usado para si e para os outros.

Quanto aos sujeitos, essa pesquisa foi constituída por enfermeiras e enfermeiros que estavam presentes nas áreas escolhidas durante o período supracitado, a partir de uma escala que contava com 93 profissionais nas áreas da CGE, do AMB e da GER. Dentre esses, 75 aceitaram participar, sendo incluídos na primeira etapa, cuja participação se deu através do registro diário de suas atividades em uma 'caderneta de atividades'. Dos 75 profissionais que preencheram essa caderneta, 42 foram identificados para realizar as entrevistas. A escolha dos entrevistados, além do interesse de participação, privilegiou as seguintes variáveis: mais de um vínculo empregatício (público ou privado); escalas de trabalho ininterruptas (plantões diurnos, noturnos e/ou finais de semana) ou escalas diaristas; presença de filhos (dependentes); presença de idosos na família; curso de pós-graduação. Assim, não participou da entrevista: aquele que não desejou; que não preencheu adequadamente ou que demorou devolver a caderneta; que não foi encontrado no setor ou não retornou contato telefônico / e-mail; ou ainda, após saturação das informações.

4. O hospital e suas interdependências: algumas aproximações

O conceito de interdependência pode ser compreendido ao observar uma configuração como uma formação social ou uma rede de interação permanente, em que os indivíduos ou grupos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas. Vivenciam processos de agrupamentos através de inúmeras cadeias invisíveis de

⁶ O termo confrontação utilizado é oriundo de estudos sobre o trabalho, a partir do enfoque utilizado por *Faíta e Vieira (2003)*. Para estes autores, a autoconfrontação expõe as relações entre o que as pessoas fizeram (real vivido) e o que elas dizem do que estão fazendo (discurso que representa a atividade), a fim de compartilhar reflexões sobre 'becos sem saída', (tensões e conflitos) observados durante as situações, a partir de uma relação dialógica durante o confronto. Essa atividade discursiva compreendida como um processo ativo possibilita auto-reflexões que contribuem para que as pessoas possam agir de modo diferenciado em situações futuras.

relacionamentos, onde os equilíbrios de poder tendem a determinar a conduta das pessoas. Ou seja, as pessoas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras constituindo teias de interdependências (Elias, 1993, 2006 e 2008).

O hospital pode ser compreendido como uma configuração que apresenta interdependências no que se refere às relações de gênero entre os profissionais. Está inserido numa configuração mais extensa que diz respeito ao campo da saúde, movimentando transformações que perpassam as relações humanas entre homens e mulheres na sociedade em geral.

Ao longo das obras de Elias⁷ surgem reflexões importantes sobre o conceito de interdependência. Elias possibilita elucidar aproximações existentes entre as transformações que ocorrem tanto na sociedade quanto no comportamento individual, tendo em vista afrouxar o constrangimento de falarmos e pensarmos como se o 'indivíduo' e a 'sociedade' fossem antagônicos e diferentes. Assim, evita polarizações conceituais que atribua maior valor a um em detrimento do outro. Além disso, coloca o problema das interdependências humanas no centro das teorias sociológicas (Elias, 2008).

A partir do princípio de 'relações' (indivíduo e sociedade), Elias (1994) critica a velha imagem do homem como 'personalidade fechada' e isolada e propõe a substituição pela imagem de 'personalidade aberta' e orientada para o outro, que possui um maior ou menor grau de autonomia face à de outras pessoas, fundamentalmente direcionada para interação e interdependência, formando um nexos denominado de configuração.

A rede de interdependência que compõe uma configuração é elaborada por Elias como uma teoria adequada para explicar a dinâmica das relações humanas que não podem ser reduzidas nem ao enfoque isolado da liberdade individual nem apenas à coerção ou constrangimento coletivo. Para ilustrar seu viés analítico, Elias (1994 e 2008) utiliza respectivamente o 'modelo de jogos' ou da 'dança' como metáfora cuja proposta é demonstrar uma visão dinâmica das estruturas sociais. Tanto o jogo quanto a dança não têm existência própria 'fora' dos jogadores ou dançarinos, não sendo 'composições' externas à pluralidade de indivíduos que os praticam. Desta maneira, as posições e os comportamentos dos jogadores ou dançarinos, em correlação estreita uns com os outros, são direcionados pelas interdependências no contexto da configuração.

A partir da concepção de que as pessoas estão interligadas e se relacionam, como nos exemplos do jogo ou da dança, é possível refletir que estabelecem ações com outras pessoas, para as outras pessoas e entre as pessoas. São atravessadas também por diferenças e disputas de poder e pelos conflitos de interesses que consolidam os elos de interdependência. Constituem desta forma, noções a respeito das teorizações que são fundamentais para o processo de reflexão desse estudo. Esse modelo também auxilia a refletir sobre as disputas pelo poder, os processos de conflitos e tensões existentes nesse contexto hierárquico de normas e regras que configura a rede de interdependências no hospital. Assim, pensar as relações de interdependências nesta configuração é buscar compreender o 'equilíbrio de poder' que possa existir entre os profissionais, capaz de

⁷ Norbert Elias (1990, 1993, 1994, 2000, 2001, 2006 e 2008).

fomentar mediações que minimizem desigualdades históricas com relação às questões de gênero.

Como visto, as tensões estão presentes no cotidiano das relações sociais. No entanto, ao refletir sobre os processos de interdependência, Elias desenvolve o conceito de 'equilíbrio', contribuindo para tornar maleável a rigidez remetida aos conceitos de 'tensão', 'disputa' e 'conflito'.

Através do referencial teórico de Norbert Elias, percebe-se que, além das 'interdependências funcionais', também são encontrados outros conceitos como: 'conflitos de interesses' e 'ambivalência de interesses' (Elias, 1993), 'disputas de poder' (Elias, 2000), 'equilíbrio de poder' e 'equilíbrio das tensões' (Elias, 2001 e 2008). Contribuem no sentido de capturar a realidade da dinâmica das relações entre pessoas e grupos, que de maneira móvel transforma a teia de interdependências no contexto das configurações.

Ao analisar o trabalho no hospital, podemos considerar que os indivíduos que atuam nas diversas práticas profissionais estão ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência.

5. Primeiras análises

Neste momento, cujas primeiras análises encontram-se em andamento, observa-se que o cruzamento das informações obtidas através da 'caderneta de atividades' e das entrevistas, contribuiu para identificar que os espaços e tempos da vida profissional e familiar se encontram, se misturam, ou se tornam permeáveis entre si. Além disso, permitiu a observação de como as enfermeiras e enfermeiros percebem a realização de várias atividades ao mesmo tempo e como vivenciam os tempos para si e para os outros.

A partir da análise do grupo de enfermeiras foi possível identificar conflitos de interesses e tensões nas disputas de poder. Sinalizam-se situações em que as esferas pública e privada encontram-se misturadas no dia a dia da vida de várias dessas pessoas, além de correlações entre a interface 'profissional-doméstico' e a 'saúde', com destaque para as desigualdades de gênero. Assim, mediante os diferentes modos de usos do tempo vivenciados, algumas pistas são possíveis de serem suscitadas, como expresso a partir da seguinte fala.

"Meu marido me cobra sobre isso... eu sou muito intensa no meu trabalho... eu às vezes não me desvinculo... não consigo (...) priorizar outras questões... outros momentos que poderiam ser priorizados e que são importantes, num período assim de parar e resolver outras questões.. Aqui no CTI, eu sei que eu sou errada quanto a isso. Eu não consigo me desvencilhar em alguns momentos"
(Enfermeira 9)

Nas entrevistas sinalizam-se registros que possibilitam identificar que o trabalho está presente na maior parte do tempo de suas vidas, expressando eventos de atividades que prosseguem à atuação remunerada. Percebe-se que os tempos e espaços referentes ao trabalho remunerado e a casa se misturaram. Salvo exceções, encontra-se de modo

naturalizado, um acúmulo de atividades e responsabilidades que reforçam a permanência de desigualdades em suas relações.

“Todas as vezes, talvez por personalidade, ou por treinamento de vida, ou talvez por profissão... toda vez que eu fico sem fazer nada, eu fico olhando pro tempo, pro ar, eu acho que eu estou perdendo tempo..., simplesmente sem produção nenhuma... então eu não sei fazer isso. [...] enquanto eu tiver alguma coisa pra fazer eu vou fazer... então eu vou fazer até eu ficar cansada pra sentar...é assim”. (Enfermeira 53)

“...durante a minha permanência no trabalho... eu resolvo os meus problemas em casa... Eu tenho que ligar pra minha secretária pra dar algumas diretrizes pra ela... eu tenho que ligar pra o colégio das crianças... as vezes... pra informar que isso aconteceu... ou que a minha filha tem uma alergia e que tem que usar isso, isso e isso... Eu tenho que ligar de novo pra casa... pra avisar... compra isso porque acabou... alguma coisa que é importante pra minha semana... pra mandar pra o colégio... então... eu tenho uma certa dependência... mesmo no horário de trabalho... pra resolver algumas coisas em casa... eu resolvo muita coisa por telefone...”. (Enfermeira 5)

Torna-se possível destacar que o uso do próprio tempo para os outros aparece de modo mais evidente do que para si. Encontram-se em muitos momentos, tensas, cansadas e sobrecarregadas; daí a presença de referências apontando ser a saúde mental a mais afetada. Entretanto, não se percebe impedimentos de se encontrar interferências com relação às intercorrências físicas.

“O que acontece é o seguinte... que a minha vida, às vezes, pessoal fica em segundo plano... as minhas questões... os meus interesses” (Enfermeira 9)

“Eu me sinto sobrecarregada... porque o sono fica prejudicado... porque eu vou ficando até mais tarde pra ficar dando conta de algumas coisas.. e... vou te falar... eu fico irritada... ansiosa... porque a sensação que eu tenho é que eu estou trabalhando mais do que todo mundo... [...] tem dias que eu estou extremamente irritada... mas eu acho que é sobrecarga mesmo... e eu não consigo... não tenho o descanso...” (Enfermeira 5)

“Eu sou uma pessoa que me cuido relativamente... tento nesse pouco tempo... faço exames de rotina, eu vou ao médico regularmente. Se eu tenho, por exemplo, eu tenho minha vista... eu agora estou com óculos direitinho... vou mandar fazer, esse aqui já está ruim, está fraco... estou sentindo a vista mais fraca, esse problema agora é o primeiro que eu tenho pra resolver... que é a cirurgia... aí... mas eu estou acompanhado de 6 em 6 meses na ultrassom, na transvaginal...” (Enfermeira 60)

As interdependências vivenciadas no dia a dia permitem a expressão de conflitos que se apresentam difíceis de serem mediados, quiçá resolvidos no tempo presente. Assim, torna-se pertinente observar que se aproximam de alternativas que mais se remetem a médio e longo prazo, a fim de tentar equilibrar tensões.

“... é difícil desconstruir isso. Na verdade hoje eu estou buscando outras saídas, hoje já convenci a mudar da casa, não sei quando, mas a hora que eu mudar

daquela casa, você pode ter certeza, de que eu não vou ter mais isso aqui, de ter que estar indo no mercado, porque eu moro longe, então eu dependo de alguém me levar, alguém me trazer. Eu estou planejando em ter uma vida mais confortável... de tudo...'desce e vai comer sanduíche'... porque eu não posso fazer isso em casa.... tem que está tudo lá. Então, a minha esperança, pra eu começar a mudar isso aqui (aponta para o compilado da caderneta de atividades) é começar a mudar de casa, mudar tudo... se ninguém casar... ir embora de casa... eu estou frita." (Enfermeira 18)

No conjunto de enfermeiros também foi possível observar a existência de grande parte do tempo para o trabalho remunerado. Já com relação às atividades não pagas, parece que são mais realizadas de maneira eventual, principalmente aquelas correlacionadas aos interesses coletivos. Sendo assim, o tempo pode, na maioria das vezes, estar sendo mais usado para si, do que para os outros. Torna-se possível identificar insatisfação quanto à necessidade de realizar várias coisas ao mesmo tempo, além de tentativas em separar os espaços da vida pública e privada.

"...eu fico em casa aí faço qualquer coisa, varro quintal, eu arrumo a casa e tem quintal e tem mangueira, e cai folha pra caramba e um dos lazeres q eu gosto, deixar limpinho o quintal, não é...então pra mim isso é um lazer, não é?" (Enfermeiro 40)

"por exemplo.. organizar a minha casa... pintar alguma coisa... que eu posso fazer... eu estou fazendo isso devagar... trocar um... mexer alguma coisa na água... luz... essas coisas assim que eu tenho que fazer em casa.... lavar um carro... está incluído nisso aí também... lavar um banheiro... então... não tem muita coisa de atividade doméstica não... mas sempre tem alguma coisinha pra fazer..". (Enfermeiro 51)

"... eu acho horrível ter que fazer várias coisas... eu acho isso uma atitude patológica... eu não sou assoberbado a ponto de ter que fazer várias coisas ao mesmo tempo... eu organizo o meu tempo... pra poder fazer as coisas de maneira a que eu possa dar atenção exclusiva para aquilo que eu estou me focando..." (Enfermeiro 68)

Salvo particularidades, existem sinalizações quanto à existência de atividades realizadas no âmbito privado que são capazes de questionar modelos tradicionais com relação às questões de gênero.

"Eu acho importante, eu colocar a mesa pra minhas filhas, é uma atividade doméstica, mas é um momento que eu tenho de relação. Eu acho importante, a coisa do dever de casa, como falei com você, ...ajudar a fazer o dever de casa, inspecionar o dever de casa... [...] assistir alguma coisa que elas estão assistindo, opinar alguma coisa que elas estão na internet, acompanhar as atividades delas, entendeu... gosto de cozinhar para elas...é uma atividade doméstica...é... [...] atividade doméstica é uma coisa que me dá prazer, eu gosto de cozinhar." (Enfermeiro 39)

Mesmo existindo apontamentos a respeito de interferências correlacionadas com as questões mentais e/ou emocionais, encontram-se verbalizações que suscitam a presença de mais alterações em relação à saúde física.

"... eu, às vezes, até deito, porque eu tenho problema de coluna, tenho que me deitar pra aguentar o rojão, a coluna dói.. (Enfermeiro 40)

"... eu já estou até com dor na lombar... isso já está afetando... estresse... eu sou uma pessoa... sei lidar com algumas coisas... estou sempre bem humorado... agora tem situações que estou andando estressado... não tenho paciência... estou percebendo que isso afeta diretamente a saúde..." (Enfermeiro 11)

"Eu tento resolver todas dentro do tempo pré-determinado... tento...às vezes eu não consigo, às vezes eu tenho êxito, mas eu tento resolver todas dentro daquele limite de tempo q tão ali...tento dar conta delas..." (Enfermeiro 17)

Parece que existem tentativas objetivas para mediar as situações conflituosas e equilibrar tensões, suscitando possibilidade de observar estratégias a serem vivenciadas mais em curto prazo.

6. Considerações Finais

Em geral, pode-se observar o convívio de questões que tanto reforçam as desigualdades de gênero, quanto questionam os modelos tradicionais existentes nas relações quotidianas vivenciadas por enfermeiras e enfermeiros. A rede de dependências, identificadas a partir de conflitos de interesses e disputas de poder, permite refletir que os espaços e tempos público e privado se encontram ou se confundem, no dia a dia da vida dessas e desses trabalhadores, salvo particularidades individuais. Ainda a partir do gênero, existem diferenças em relação à realização do trabalho doméstico e de atividades simultâneas, ao uso do tempo para si e para os outros, à maneira como percebem a saúde e às estratégias utilizadas para equilibrar tensões advindas de relações e usos do tempo desiguais.

Espera-se que a pesquisa possibilite reflexões a serem compartilhadas com as (os) enfermeiras(os), sobre papéis designados tradicionalmente, que dificultam a ascensão profissional de mulheres e maior envolvimento de homens na esfera doméstica; e sobre movimentos de mudanças correlacionados aos usos do tempo e às questões de gênero que estejam ocorrendo no dia a dia destas e destes profissionais, influenciando as relações nas esferas pública e privada da vida contemporânea. E que essas reflexões provenientes das correlações entre a interface 'profissional-doméstico' e a saúde, permitem subsidiar discussões com o campo das políticas públicas, que contribuem para equilibrar tensões e reduzir desigualdades de gênero nas relações com o trabalho na vida contemporânea.

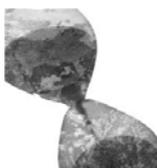
Referências

- Aguiar, N. F. (2010). Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida quotidiana no Brasil. *Revista Econômica*, 12, 1, 64-82.
- Anselmi, M. L.; Duarte, G. G. & Angerami, E. L.S. (2001). Sobrevivência" no emprego dos trabalhadores de enfermagem em uma instituição hospitalar pública. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 9, 4, 13-18.

- Araújo, E. (2007). Modos de governação do tempo – a dimensão cultural. In Araújo, E; Duarte, A. M. & Ribeiro, R. (orgs.) *O tempo, as culturas e as instituições. Para uma abordagem sociológica do tempo (29-62)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Balsanelli, A. P.; Zanei, S. S. S. V. & Whitaker, I. Y. (2006). Carga de trabalho de enfermagem e sua relação com a gravidade dos pacientes cirúrgicos em UTI. *Acta paul. enferm.* 19, 1, 16-20.
- Bordin, L. C. & Fugulin, F. M. T. (2009). Distribuição do tempo das enfermeiras: identificação e análise em Unidade Médico-Cirúrgica. *Rev. esc. enferm. USP.* 43, 4, 833-840.
- Costa, A. L. R. C. da & Marziale, M. H. P. (2006). Relação tempo-violência no trabalho de enfermagem em Emergência e Urgência. *Rev. bras. enferm.* 59, 3, 337-343.
- Costa, E. de S.; Morita, I. & Martinez, M. A. R. (2000). Percepção dos efeitos do trabalho em turnos sobre a saúde e a vida social em funcionários da enfermagem em um hospital universitário do Estado de São Paulo. *Cad. Saúde Pública.* 16, 2, 553-555.
- Cucolo, D. F. & Perroca, M. G. (2010). Reestruturação do quadro de pessoal de enfermagem e seu impacto sobre as horas de assistência. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 18, 2, 175-181.
- Dal Ben, L. W. & Sousa, R. M. C. (2004). Adaptação de instrumento para dimensionar horas diárias de assistência de enfermagem residencial. *Rev. esc. enferm. USP.* 38, 1, 80-89.
- Dal Rosso, S. (1996). *A Jornada de Trabalho na Sociedade: o castigo de Prometeu*. Ed. LTr, São Paulo.
- Dedecca, C. S. (2008). Regimes de Trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In Costa, A. O. et al. (orgs), *Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais.* 279-297. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Dedecca, C. S.; Ribeiro, C. S. M. F. & Ishii, (2009). Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Trab. Educ. Saúde* 7, 1, 65-90, mar./jun. Rio de Janeiro.
- Duarte, G. G. et al. (2000). Vida média de labor dos enfermeiros egressos da escola de enfermagem de Ribeirão Preto, USP – Brasil. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 8, 6, 91-95.
- Elias, N. (1990). *La sociedad de los Individuos*. Barcelona: Ediciones Península.
- Elias, N.(1993). *O Processo Civilizador*, vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N.(1994). *O Processo Civilizador*, vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N. (1998). *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.
- Elias, N.(2001). *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N.(2006). *Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia*. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Edições 70;16, outubro.
- Elias, N. & Scotson, J. L. (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Faïta D. & Vieira, M. (2003). Réflexions méthodologiques sur l'autoconfrontation croisée. *D.E.L.T.A.* v19, 1, 123-154.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 132, 595-609, set./dez.
- Holanda, F. L. de & Cunha, I. C. K. O. (2005). Tempo de permanência de enfermeiros em um hospital-escola e valores monetários despendidos nos processos de admissão, desligamento e provimento de novo profissional. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 13, 5, 642-647.
- Leach, E. R. (1974). *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Marcon, S. S., et. al. (2002). Atuação do enfermeiro em unidades básicas de saúde: utilização do tempo versus atividades desenvolvidas. *Rev. enferm. UERJ*; 10, 1, 20-24, jan/abr.
- Margarido, E. S. & Castilho, V. (2006). Aferição do tempo e do custo médio do trabalho da enfermeira na consulta de enfermagem. *Rev. esc. enferm. USP*. v.40, 3, 427-433.
- Mello, M. C. de; Fugulin, F. M. T. & Gaidzinski, R. R. (2007). O tempo no processo de trabalho em saúde: uma abordagem sociológica. *Acta paul. enferm.* v.20, 1: 87-90.
- Minayo, M. C. S. (2006). *O Desafio do Conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 9ª ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec.
- Pereira, A. V. (2011). Relações de gênero no trabalho: reflexões a partir de imagens construídas de enfermeiras e enfermeiros. *Cad. Esp. Fem. Uberlândia/MG*, v. 24, 1, 49-77, Jan./Jun.
- Pereira, M. E. R. & Bueno, S. M. V. (1997). Lazer - Um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em UTI: uma concepção da equipe de enfermagem. *Rev.latinoam.enfermagem*, v.5, 4, 75-83, outubro. Ribeirão Preto.
- Ramos, D. P. (2009). Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. *Estudos Feministas*, v.17, 3, 861-870, set/dez. Florianópolis.
- Rezende, P. O. & Gadzinski, R. R. (2008). Tempo despendido no sistema de assistência de enfermagem após implementação de sistema padronizado de linguagem. *Rev. esc. enferm. USP*. 42, 1, 152-159.
- Ricardo, C. M.; Fugulin, F. M. T. & Souza, T. M. (2004). Dimensionamento de pessoal de enfermagem: análise do tempo efetivo de trabalho das enfermeiras da UTI pediátrica do HUUSP. *Rev Gaúcha Enferm*, 25, 3, 357-66, dez. Porto Alegre (RS)
- Rosa, R. de M. (2003). A diferença que faz diferença. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UF RJ*, v.1, 1, 5-14, março.
- Schouten, M. J. (2007). Tempo a ganhar, tempo a perder – diversidade em arranjos temporais. In Araújo, E., Duarte, A. M. & Ribeiro, R. (orgs.), *O tempo, as culturas e as instituições. Para uma abordagem sociológica do tempo* (63-75). Lisboa: Edições Colibri.
- Scott. W. J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16, 2, 5-22, dez. Porto Alegre.

- Sorj, B, Fontes, A. & Machado, D. C. (2007). Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 132, 573-594.
- Thompson, E. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo:Companhia das Letras.
- Tranquitelli, A. M. & Ciampone, M. H. T. (2007).Número de horas de cuidados de enfermagem em unidade de terapia intensiva de adultos. *Rev. esc. enferm. USP*. 41, 3, 371-377.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Contexto e trajetória de vida-trabalho no Nordeste do Brasil: da infância no comércio à condição empresária na indústria têxtil local

MÁRCIO SÁ

UFPE/Universidade do Minho
marciodesa@gmail.com

Resumo:

Este trabalho insere-se no âmbito de uma investigação que hoje toma como foco empírico pessoas em condição empresária no setor têxtil, numa sub-região específica: o Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Eis o contexto no qual muitas pessoas trabalharam em atividades comerciais de caráter familiar desde bem jovens e depois se encaminharam, de tal modo, que hoje detêm um negócio próprio na indústria local. Neste espaço-tempo peculiar, de fortes traços regionais e de história vinculada ao comércio (em particular às feiras livres de rua), emergiu ao longo das últimas décadas um aglomerado industrial têxtil periférico que vem sendo denominado de Polo de Confecções do Agreste. Inspirado na sociologia bourdieusiana, principalmente em seu trabalho sobre as mudanças nas estruturas temporais e econômicas na Argélia de meados do século passado, aqui se acredita que, ao articular a história de vida de uma dessas pessoas com aspectos contextuais, que também condicionam outras trajetórias de vida-trabalho no mesmo espaço-tempo, avanços investigativos possam ser alcançados em torno de duas questões: Quais traços contextuais podem ser inicialmente destacados na emergência de pessoas de origem popular (e vinculada ao comércio familiar) à condição de empresário(a) na indústria têxtil local? Em tal contexto, quais mudanças e continuidades podem estar relacionadas, ao mesmo tempo a possibilitar e a constrianger, às trajetórias de vida-trabalho de pessoas que hoje se encontram em “condição empresária” na referida região?

Palavras-chave:

Trajетória; contexto; condição empresária; Nordeste; Brasil

“os agentes, apesar de serem produtos da estrutura, criam e recriam a estrutura constantemente e podem, até, sob certas condições estruturais, transformá-la mais ou menos radicalmente.” (Bourdieu, 1996: 161)

Introdução

Este trabalho insere-se no âmbito de uma investigação que hoje toma como foco empírico pessoas em condição empresária no setor têxtil, numa sub-região específica: o Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Eis o contexto no qual muitas pessoas

trabalharam em atividades comerciais de caráter familiar desde bem jovens e, depois, se encaminharam de tal modo, que hoje detêm um negócio próprio na indústria local.

Neste espaço-tempo específico, de fortes traços regionais e de história vinculada ao comércio (em particular, às feiras livres de rua), emergiu ao longo das últimas décadas um aglomerado industrial têxtil periférico que vem sendo denominado de Polo de Confecções do Agreste.

Inspirado na sociologia bourdiesiana, principalmente em seu trabalho sobre as mudanças nas estruturas temporais e econômicas na Argélia de meados do século passado, aqui se acredita que, ao articular a história de vida de uma dessas pessoas com aspectos contextuais, que também condicionam outras trajetórias de vida-trabalho no mesmo espaço-tempo, avanços investigativos possam ser alcançados em torno de duas questões: Quais traços contextuais podem ser inicialmente destacados na emergência de pessoas de origem popular (e vinculada ao comércio familiar) à condição de empresário(a) na indústria têxtil local? Em tal contexto, quais mudanças e continuidades podem estar relacionadas, ao mesmo tempo a possibilitar e a constringer, às trajetórias de vida-trabalho de pessoas que hoje se encontram em “condição empresária” na referida região?

O texto está estruturado do seguinte modo: na próxima seção são apresentados brevemente os antecedentes históricos, geográficos e alguns dados gerais sobre o contexto em questão. Em seguida, é (re)contada a história de uma pessoa que viveu na infância e na adolescência a experiência de atuação no comércio da família e hoje se encontra na condição de empresário no setor de confecções da referida região, então são recuperados e justificados alguns trechos e ideias inspiradoras de um dos trabalhos argelinos coordenados por Pierre Bourdieu. Na seção intitulada “Traços contextuais” são apresentados os aspectos destacados do contexto. Por fim, são feitas algumas considerações sobre o prosseguimento da investigação.

1. Breve apresentação do contexto

A região Nordeste do Brasil é amplamente vista como uma das “menos desenvolvidas” do país. Em linhas gerais, junto com a Região Norte, detêm menores índices de industrialização, menores salários e oferta de empregos, maior número de pessoas com educação básica incompleta, piores índices de qualidade de vida etc. Apresenta historicamente quadros sociais e econômicos locais dos mais problemáticos, em volume e recorrência, quando comparada com as regiões Sudeste e Sul, por exemplo.

Numa das sub-regiões do estado nordestino de Pernambuco vem se constituído nas últimas décadas, a partir de um impulso embrionário local, um quadro singular em termos de crescimento econômico, geração de trabalho e renda.

Apesar da história de desempenho de atividades agropecuárias, mesmo diante de algumas dificuldades geográficas (tipo de solo e vegetação característicos do semiárido) e climáticas (índice pluviométrico baixo e concentrado em curtos períodos do ano), a partir de meados do século passado, atividades artesanais relacionadas com a produção de artigos em couro e de calçados se projetaram, de modo mais evidente, como alternativa àquelas rurais. Concomitantemente, retalhos de tecidos passaram a também ser comercializados nas feiras livres da região. Este comércio específico tomou tal dimensão que a região passou a ser

conhecida pelas suas “Feiras da Sulanca”, inicialmente realizadas nos mesmos espaços nos quais se davam as tradicionais feiras livres. (cf. Lira, 2011: 79-84; Cabral, 2007: 94-98; Sá, 2011: 44; Vêras de Oliveira, 2011: 3-4)

Além do comércio, uma série de estruturas e atividades produtivas têxteis – de cunho familiar e artesanal inicialmente, que em muitos casos até hoje permanecem com forte conotação doméstica (como os “fabricos”), mas que em outros tomaram proporções industriais ao longo dos anos – passaram a existir e foram disseminadas neste contexto.

Situado numa parcela da região pertencente ao estado de Pernambuco, então surgiu o hoje denominado de “Polo de Confecções do Agreste”, que tem como principais cidades Caruaru, a 136 km de Recife (a capital litorânea do estado), Santa Cruz do Capibaribe a 180 km, e Toritama, a 167 km. (Lira, 2011: 79; Dieese, 2010: 9; Vêras de Oliveira, 2011: 1)

Um detalhe pode ser observado nos dados populacionais disponíveis (Tabela 1), o crescimento destas três cidades é, em termos de comparativo percentual, significativamente maior que o do estado, da região e mesmo do país.

Cidade/estado/região	População em 2000	População em 2010	Crescimento %
Caruaru	253.634	306.788	20,95
Santa Cruz	59.048	82.649	39,97
Toritama	21.800	35.554	63,09
Pernambuco	7.918.344	8.541.250	7,86
Nordeste	51.871.449	47.741.711	8,65
Brasil	185.712.713	169.799.170	9,37

Tabela 1: Comparativo do crescimento populacional de Caruaru, Santa Cruz e Toritama com o crescimento da população geral do estado de Pernambuco e do Nordeste (2000-2010)

Elaboração própria: Fonte dos dados IBGE (2010).

Lira (2011: 79) assinala também que “o aglomerado têxtil atinge, além desses, mais de duas dezenas de outros territórios da região”. E Raposo e Gomes (2003: 9), em estudo encomendado pelo SEBRAE, apontam:

“Cálculos intuitivos de conhecedores do fenômeno dão conta de que cerca de 45 mil pessoas por semana comparecem às grandes feiras de confecções populares realizadas nas três cidades ... Nossas próprias estimativas ... indicam a existência de 12 mil unidades produtivas, ou empresas, no Polo. Essas empresas (das quais somente oito por cento são formais) empregam aproximadamente 76 mil pessoas, produzem 57 milhões de peças por mês...”

Para além da dimensão quantitativa, há uma nítida centralidade destas três cidades na dinâmica socioeconômica característica do processo de modernização periférica da região. É justamente numa delas que está ambientada a história (re)contada a seguir.

2. Uma trajetória da infância no comércio à condição empresária

Por volta de 1970, num pequeno povoado interiorano, “Antônio” nasceu para ser o mais novo dentre os seis filhos de uma família de origem popular. Seu pai trabalhava como comerciante e sua mãe, além de tomar conta da casa e dos filhos, era costureira, atendia por encomendas. Seus tios também “ganhavam a vida” no comércio de feira e Antônio cresceu

em meio às atividades económicas da família de tal modo que se diz comerciante desde criança.

Embora seus genitores não tenham completado os estudos primários, seu pai decidiu mudar com a família, daquela pequena localidade para um lugar “mais desenvolvido” e, assim, oferecer aos filhos melhores possibilidades de educação.

Do pai diz ter herdado “a honestidade, a conduta, a vontade de trabalhar”, da mãe “a bondade, ela sempre foi atenciosa e preocupada com os outros, foi uma pessoa de poucas posses, mas o que tinha dividia com os outros”. Declara ter “o caráter dos pais impregnado nele até hoje” e acredita que conseguiu mesclar bem estas heranças em sua personalidade.

Em sua trajetória escolar, frequentou três diferentes escolas públicas. Não teve uma “boa base” nos estudos na pequena escola daquele lugar onde nasceu, mas já na escola da cidade maior, contou com a ajuda de alguns amigos e professores (que admirava pela dedicação apaixonada ao ofício).

No trabalho, começou ainda menino, dividindo-se entre o pequeno comércio do pai e o fabrico de confecções do irmão mais velho. Acredita ter aprendido bastante com eles sobre a prática e lembra que seu pai sempre falava para tomar nota de tudo que entra e que sai no comércio, enfim, fazer a contabilidade básica. Sobre a experiência de ter trabalhado com um dos irmãos, diz: “por eu ser o caçula e o mais velho ter aberto um negócio próprio, aprendi muito com ele ... eu vi a trajetória dele, o observei, ele foi um referencial”.

Nunca teve sua carteira de trabalho assinada, não trabalhou como empregado formalmente contratado para outrem. A experiência de “emprego” que recorda foi durante dois ou três meses, quando jovem, em contrato temporário numa rede de supermercados. Serviu justamente para que constatasse o que não queria para o seu futuro.

António acredita que a vivência nos negócios da família se somou à “vocação natural” que tinha para tal atividade. Além disso, depois que terminou um “curso técnico” de contabilidade equivalente ao antigo segundo grau, foi fazendo cursos específicos. Fez outros que diz terem sido importantes para sua atuação, todos voltados para a gestão de negócios (em finanças/marketing, indicados pelo sindicato de classe local, o SINDVEST-PE, em entidades como o SENAI1 e o SEBRAE, por exemplo).

Foi ainda quando estava no negócio do irmão que conheceu sua esposa – à época, ela lá trabalhava. Foi também a partir desta experiência, de sua imersão na dinâmica local do setor de confecções, que vislumbrou possibilidades de prosperar, alcançar um futuro económico exitoso e, então, decidiu abrir um negócio próprio no ramo.

Passou alguns anos na informalidade e, depois, formalizou a empresa que hoje tem dezenas de funcionários (que ele chama de “colaboradores”, ou mesmo de “amigos com os quais tem metas”). Ainda existem, segundo ele, outras dezenas de pessoas que atuam em etapas terceirizadas do processo produtivo que também têm trabalho e renda atrelados ao seu negócio. António declara serem estas pessoas também administradas por ele.

Quando entrevistado, disse ter uma renda mensal média que variava numa faixa entre 6 e 8 mil reais, que já esteve em momentos bem difíceis, chegou, inclusive, a estar próximo da falência, mas que acredita sempre superar as dificuldades porque traça objetivos para a vida e os persegue com afinco. Em sua visão, para ter sucesso é fundamental a honestidade,

aproximar o discurso da prática e ser obstinado, afinal, o êxito depende do esforço pessoal de cada um.

Hoje morando num bairro no subúrbio da cidade, no qual também está instalada sua empresa, António tem dois filhos, um com 14 outro com 10 anos. Demonstra muito orgulho do desempenho escolar dos filhos. Diz querer “capacitá-los para o mundo” e que, mesmo se optarem por segui-lo na empresa, “primeiro terão de ser capacitados como gestores”.

A esposa e um irmão lá trabalham com ele. Sobre o modo como administra seus negócios, diz ser participativo, procurando “escutar os colaboradores”, e que seu diferencial é a equipe de trabalho (inclusive faz questão de registrar que seus gerentes têm formação universitária).

Orgulha-se de não ter sido acionado na justiça trabalhista por um “colaborador” ao longo de toda a história da empresa, de respeitar a legislação. Reclama da carga tributária que o Estado impõe e da concorrência forte da maioria das empresas informais na região (se coloca como prejudicado diante da diferença entre a condição do informal e a sua atual, formalizado, que paga impostos). Para ele, “o governo poderia reduzir a carga tributária e oferecer apoio técnico, formação, cursos ... se houvesse um apoio tanto financeiro quanto técnico da parte do governo, as pessoas poderiam ir longe”.

António diz-se pechincheiro. Porém, não com o negócio, no qual diz aplicar “todo seu investimento, sua energia, seu capital ... é dele que se tira tudo, então é nele que invisto”. Sempre procurando não perder oportunidades que surgem, já investiu até mesmo a casa própria no negócio, “apostei minha última ficha”, e observa: “enquanto alguns procuravam a estabilidade de morada, eu procurava a estabilidade do meu negócio”.

Acredita que a pessoa hoje precisa ser inquieta, estar se capacitando, buscando crescer. Diz-se um pouco ansioso, emotivo e que gostaria de ter estudado mais, tido mais paciência para elaborar melhor seus projetos, enfim, de ser mais calmo e tranquilo.

António também declara gostar de ler, que costuma fazer leituras de livros (que podem ser enquadrados no gênero da “autoajuda empresarial”) e de revista de grande circulação nacional. Tem gostos regionalistas na alimentação, no lazer (passeio a cavalo com a família e os amigos) e tanta afinidade com o meio rural que diz ser seu sonho de consumo ter uma propriedade no campo. Entre seus sonhos também está o de tornar a empresa maior, “internacional e forte para durar 100, 200 anos...”.

3. Inspirações da sociologia bourdiesiana sobre a Argélia

Além de terem constituído a experiência primeira a partir da qual o próprio Pierre Bourdieu concebeu vasta obra, os trabalhos que coordenou e realizou sobre a Argélia, em particular sobre as mudanças nas estruturas temporais e económicas na sociedade Cabila, são inspiradores à compreensão do encontro de dois “cosmos”, em meados do século passado: o capitalista e o rural-camponês.

Retomar algumas de suas ideias e apontar principais inspirações ao que se quer articular neste trabalho é o que se deseja nesta seção.

“A diferença entre o capitalismo moderno em seu contexto europeu original (autóctone) e o modo como este chega a países situados na periferia do mundo é

ponto de partida importante observado pelo sociólogo francês logo no início de seu trabalho sobre a sociedade campestre argelina” (Sá, 2011: 201), neste caso, “a organização econômica e social não é o resultado de uma evolução autônoma da sociedade que se transforma segundo sua lógica interna, mas de uma mudança [também] exógena e acelerada, imposta pelo poderio imperialista” (Bourdieu, 1979: 13-4).

Diante de tal conjuntura, as pessoas vivem tensões “entre as práticas requisitadas por este mundo, para o qual se projeta, e certos costumes rurais que permanecem nele arraigados e que seriam inerentes ao seu contexto de origem” (Sá, 2011: 203).

Recortes de “Trabalho e trabalhadores na Argélia”

Era entendimento de Bourdieu que um novo sistema de disposições (habitus)¹, requisitado pelo mundo moderno, não seria elaborado no vazio, mas sim constituído a partir das disposições costumeiras que mesmo sobrevivendo ao desaparecimento ou à desagregação de suas bases econômicas tradicionais, nas quais surgiram e se fundavam, não se adaptavam às exigências da nova situação senão por meio de uma “transformação criadora”. Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos. (15-6)

Neste contexto, tanto o modo como as pessoas se relacionam com o tempo quanto as projeções em direção ao futuro são aspectos da adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, que supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a um ethos que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso. É desta forma que a adaptação a uma organização econômica e social tendendo a assegurar a previsão e o cálculo exige uma disposição determinada em relação ao tempo e, mais precisamente em relação ao futuro, quando é verdade que nada é mais estranho à economia pré-capitalista do que a representação do futuro como campo de possíveis que pertence ao cálculo explorar e dominar. (18-21)

Numa realidade como esta, a tradição cultural estimula e praticamente impõe a solidariedade e o auxílio mútuo por meio das relações pessoais. Afinal acredita-se que quem alcançou sucesso deve servir-se de seu próprio êxito para ajudar aos outros, começando pelos membros da própria família. No setor tradicional, em especial no artesanato e no comércio, antigos procedimentos de recrutamento se perpetuam, especialmente nas pequenas empresas familiares. Além de todos aqueles que herdaram sua loja ou sua oficina, muitos artesãos e comerciantes administram uma empresa cujo proprietário é um parente; outros não puderam instalar-se por conta própria senão graças à ajuda financeira de um parente ou de um amigo. Em resumo, o setor tradicional permite àqueles que não têm bagagem cultural alguma, nem bagagem técnica, contornarem as barreiras que colocariam como obstáculo regras racionais ou semirracionais de seleção. (57-8)

A racionalização da conduta econômica, que é essencialmente marcada pela posse de rendimentos aptos a libertar da preocupação pela subsistência, coincide com uma transformação profunda das disposições: a racionalização da conduta tende a se estender à economia doméstica, lugar das últimas resistências, e as disposições compõem um sistema que se organiza em função de um futuro apreendido e dominado pelo cálculo e pela previsão. (83-4)

Tanto o cálculo econômico se encarna progressivamente na conduta, à medida que a melhoria das condições materiais o permite como o campo dos possíveis

tende a se alargar à medida que a pessoa se ergue na hierarquia social. A emancipação dos jovens é tão mais precoce quanto mais rapidamente eles conseguem um emprego estável e bem remunerado, quanto mais eles são instruídos ou, mais exatamente, quanto maior é a diferença entre o nível dos pais e dos filhos. (74-9)

É também entre os pequenos comerciantes que se encontra a proporção mais forte de propósitos estereotipados e de discursos que obedecem à lógica da quase-sistematização afetiva, além disso, eles nunca observam o sistema como sendo também responsável por sua falta de instrução e de qualificação profissional, isto é, ao mesmo tempo por suas faltas e pelas faltas de seu ser. (88-92)

Na Argélia, assim como na maioria dos países em vias de desenvolvimento, a delimitação mais nítida é a que separa, dos trabalhadores permanentes, manuais ou não manuais, a massa dos desempregados ou dos trabalhadores intermitentes, diaristas, serventes ou pequenos comerciantes, outras tantas condições intercambiáveis, que cabem muitas vezes sucessivamente ao mesmo indivíduo. De fato, a cada uma das condições econômicas e sociais corresponde um sistema de práticas e disposições organizado em torno da relação ao futuro que aí se acha implicado. (95-104)

Mais de cinquenta anos após a realização dessas investigações na Argélia, por que e em que este trabalho seria hoje útil a uma investigação que se volta para outros personagens, noutra espaço-tempo? O que possui de inspirador para o estudo da condição empresária no contexto em questão? Quais suas possibilidades neste sentido?

O trabalho de Bourdieu possibilita uma abordagem crítica inicial ao modo como a modernização capitalista provocou mudanças também noutros contextos para além do seu original (em particular naqueles periféricos que apresentam traços similares ao argelino), bem como ao modo como as pessoas “criam e (re)criam constantemente as estruturas”, e assim se encaminham ao longo de suas vidas no sentido de tal encontro de cosmos.

Por um lado, permite atentar, no âmbito local, para continuidades e mudanças nas práticas sociais, nos modos de pensar, sentir e agir das pessoas ao longo de suas trajetórias de vida-trabalho, no tipo de atividade econômica e no modo como são organizadas. Neste processo, ao mesmo tempo em que ainda se fazem presentes heranças incorporadas das gerações anteriores, bem como daquele cosmos no qual muitos dos que hoje se encontram em condição empresária viveram na infância, as mudanças das últimas décadas vão se impondo ao modo como as pessoas se projetam no espaço-tempo local e assim promovem transformações em tal contexto.

Por outro, observar o capitalismo contemporâneo em seus contornos periféricos, ou seja, na forma que vai tomando em regiões marginais, de modo a impelir as pessoas à busca por soluções de vida-trabalho que precisam se ajustar aos imperativos de mercado – na forma como estes se apresentam neste contexto. Deslocando-se ao máximo em seu sentido, atendendo ao seu “discurso da prosperidade”, modificando aspirações individuais também conforme seus conclames, lidando com tudo isso a partir do “estoque disposicional” (Lahire, 2004) acumulado e que se mantém sujeito a ajustes (mais ou menos, a depender de cada caso, uma vez que envolve também dimensões mais íntimas das pessoas).

Muito embora seja clara a assimetria das forças em termos de estímulo aos rumos vistos como “do futuro”, a visão deste processo como uma dinâmica de interferências

constitutivas, que se amalgamam no local, advém da leitura inspiradora do trabalho de Bourdieu.

4. Traços contextuais

A partir da história anteriormente (re)contada, da experiência de pesquisa que a extrapola (cf. Sá, 2010, 2011, 2012), da inspiração e apropriação das ideias bourdieusianas e de um primeiro contato com uma já significativa literatura produzida sobre a região e o Polo de Confeccões do Agreste, aqui se anseia apresentar algumas das principais características que inicialmente recebem a atenção do pesquisador na sua construção do “cenário” – no qual atuam não somente personagens como Antônio, mas também muitos outros, mais ou menos diferentes dele, que também podem ter vivido trajetórias similares de infância no comércio e se encontrarem hoje em condição empresária.

Assim como na agricultura familiar, nas atividades comerciais da região também era prática comum o envolvimento das crianças no trabalho dos adultos. Além de, principalmente no caso de famílias mais volumosas, os filhos mais velhos ajudarem nos cuidados e mesmo na criação dos mais novos, as atividades laborais dos pais eram desde cedo também desempenhadas pelos filhos.

De entre as obrigações domésticas atribuídas às mulheres, principalmente em famílias que podem ser denominadas como populares, estavam os cuidados da casa, dos filhos e a costura, ofício que se aprendia desde cedo, muitas vezes antes mesmo de se frequentar a escola, e que podia servir como complementação da renda familiar (cf. Cabral, 2007).

Embora o tempo de estudo formal fosse restrito para a maioria a apenas alguns anos de escola, manter-se com a família em determinados lugarejos era uma atitude que não somente limitava os horizontes de futuro dos seus membros mais jovens, mas também que implicava, na visão de muitos, em praticamente condenar os filhos a seguir na pobreza – algo agravado pela crença socialmente compartilhada de que um futuro melhor seria quase que somente possível na cidade grande. Foi assim que a migração cresceu historicamente consolidando-se como uma prática recorrente da população da região, quer seja no sentido do eixo Rio-São Paulo, ou então nas últimas décadas, como no caso da família de Antônio, que seguiu para uma das cidades maiores e mais promissoras na própria região.

Nesta, o comércio de feira ofereceu um campo de possibilidades que serviu, e ainda serve, a gerações de imigrantes regionais que se instalam com suas famílias numa cidade como Caruaru. A própria origem deste município está historicamente vinculada ao comércio e trânsito de mercadores que iam e voltavam, trazendo e levando mercadorias, da metrópole Recife para esta e outras regiões interioranas, bem como ao escoamento da sua produção agropecuária. Ao longo dos tempos, a presença de feiras livres foi tão marcante que Caruaru é conhecida nacionalmente por sua feira, a “Feira de Caruaru”, bem como denominada por seus habitantes como a “cidade das feiras”. A história da ocupação humana na região, e mesmo da constituição de suas cidades, vincula-se ao comércio de feira (cf. Ferreira, 2001; Sá, 2011).

Não é à toa que muitas pessoas na cidade repetem com orgulho frases do tipo: “minha vida é a feira”. Muito mais do que o lugar onde se obtém o sustento econômico, a

feira é um espaço de convívio social e de aprendizado cultural e prático, uma extensão da socialização familiar, principalmente no caso de muitos filhos de comerciantes-feirantes que ajudam os pais desde pequenos. É lá na “precariedade” e “informalidade” que se aprende na prática as lições da vida-trabalho, do cálculo econômico, que o destino nos negócios é assimilado como “vocaçã natural”¹, que se desenvolve a ambição da prosperidade econômica por meio dos negócios, visão de futuro neste sentido e mesmo o “sonho” de vislumbrar-se num futuro “melhor” (ou então projetar os filhos no sentido deste).

Além das diversas possibilidades de comércio num meio urbano que recebe demandas de consumo contínuas dos moradores das cidades menores circunvizinhas, a expansão do setor têxtil na região estimulou ainda mais a migração local.

Nas últimas décadas, tal indústria “invadiu o campo”, fez surgir fabriquetas de fundo de quintal (os denominados “fabricos” e “f ações”) – nas quais os processos produtivos são executados por trabalhadores, muitas vezes familiares ou pessoas próximas do círculo familiar, que recebem por produção – também nas cidades menores circunvizinhas e em alguns casos se transformaram em fábricas formalmente constituídas (como a de “Antônio”). A economia e a dinâmica social da região estão hoje vinculadas a estas estruturas produtivas e, conseqüentemente, ao comércio dos seus produtos, por meio de feiras fixas e/ou itinerantes de periodicidade semanal, ou mesmo da exportação direta para outras regiões do país e mundo.

“Entre 1970 e 1980, ocorreu um crescimento de migrantes para Santa Cruz do Capibaribe, na ordem de 40%. Em 1970, 33,85% de sua população constituía-se de migrantes, e, em 1980, aproximadamente, 30%. Do total dos migrantes de 1970, aproximadamente 84% vinham de municípios de Pernambuco e 15%, de outros estados (XAVIER, 2006)” (Cabral, 2007: 101-102).

Raposo e Gomes (2003), em pesquisa encomendada pelo SEBRAE, também relacionam os movimentos migratórios internos na sub-região ao crescimento das possibilidades e atividades relacionadas à produção de confecções e indicam uma idade média de 36 anos para os empresários atuantes nas três principais cidades. Ou seja, é pertinente conjecturar que nesses movimentos também segue um tanto do jeito de ser e de viver das gerações anteriores, seus traços de personalidade “impregnados” nos mais jovens, incorporadas pelos filhos em suas práticas quotidianas. No entanto, ao se confrontarem com a tessitura socioeconômica em expansão na região, as pessoas também são provocadas a mudanças no modo como se comportam e encaram o trabalho, no autocontrole que precisam ter para obedecer a comandos de uma autoridade (o chefe) externa à família, na disciplina que precisam incorporar para ocupar um posto de trabalho e/ou enfrentar a competição do mercado, nas habilidades que precisam desenvolver para a gestão dos negócios em expansão, na reprodução de linguagem e termos (“colaboradores”) decorrentes dos discursos empresariais hegemônicos, na assimilação dos sonhos do “gigantismo” (de dar a maior dimensão possível à empresa), da projeção internacional etc. Por outro lado, nas últimas décadas o capitalismo desloca cada vez mais seu centro propulsor das fábricas para as bolsas de valores internacionais (Boltanski e Chiapello, 2009), é de se esperar que mudanças ocorram na estrutura das sociedades quer centrais quer periféricas que se

encontram embebidas neste sistema-mundo. Obviamente, isso não seria diferente no Agreste pernambucano. Esta é uma dentre tantas regiões que vêm apresentando, também nas últimas décadas, mudanças no modo como seus habitantes vivem e trabalham. A configuração do eixo de produção e venda têxtil do Agreste e o consequente envolvimento de diversos outros municípios circunvizinhos na produção e venda regional de confecções tem se apresentado como um fenômeno que hoje também pode ser visto como reflexo desta “nova ordem mundial” – que desloca para a periferia do sistema um aparato produtivo que anteriormente lhe era central, urbano (Sá, 2011: 170).

Na sua periferia, desde a segunda metade do século passado, surgem aglomerados que apresentam características específicas, tais como: informalidade; estruturas produtivas domésticas; terceirização de etapas da produção; formas alternativas de (sub)contratação de trabalho; difusão de “casos de sucesso” e da “ideologia da prosperidade” entre muitos daqueles que estão em luta pela sobrevivência (e não apresentam os requisitos para um ingresso em boas condições no mercado formal); reprodução mimética do discurso da gestão de negócios hegemônico etc.

Esta dimensão capitalista e periférica também precisa ser considerada. É o que pode ser observado dentre as hipóteses que Vêras de Oliveira (2011: 10-25) desenvolve para interpretar a dinâmica configuradora do Polo. São elas: “A constituição original do Polo se fez como um processo ‘autônomo’”; “As atividades do Polo, apesar das mudanças recentes, mantêm-se com caráter predominantemente familiar, domiciliar e informal e o trabalho, precário”; “O desenvolvimento do Polo reconfigurou a dinâmica urbano-rural na região”; “O Polo se constituiu como um aglomerado produtivo e comercial”; “O Polo se estabelece sob uma crescente imbricação com a dinâmica capitalista”.

Analisando o caso específico de Toritama, Lima e Soares (2002: 177-8) listam algumas características que comporiam o quadro do trabalho informal na região e, em seguida, concluem que:

“a flexibilização afetou a produção local de duas formas: pela crise de competitividade com a introdução do produto importado [em particular o de origem chinesa] e pela maior procura por cadeias de lojas nacionais atraídas pelos preços baixos. Nesses dois casos, o resultado tem sido tendencialmente oposto à maior informalização, pois exige a legalização da empresa para maior acesso ao mercado. Entretanto permanece a produção familiar como cerne da produção local, através dos fabricos, ficando a questão a se verificar até quando a produção local terá fôlego para permanecer competindo, ao menos regionalmente” (Lima e Soares, 2002: 178).

Além desses aspectos até aqui destacados, ao longo do processo de constituição do Polo, foi possível observar o surgimento, o fortalecimento e a atuação mais decisiva de instituições como sindicatos, associações, agências fomentadoras, entidades de formação técnica e de apoio aos pequenos e médios empresários na região. São diversos os atores que surgem e/ou passam a ter atuação mais efetiva no contexto (cf. Andrade, 2008: 111-152).

Neste mesmo íterim, a atuação do Estado na região é marcada por ausências, falhas e envolvimento mais recente. Políticas públicas educacionais e voltadas para a geração de emprego e renda historicamente estiveram longe de ser suficientes para a população da

região. Em seus três níveis, federal, estadual e municipal, o Estado fez “vistas grossas” para a produção doméstica informal e se limitou à cobrança de impostos do uso do espaço público nos dias das feiras e a outras cobranças afins (na região, ouvir os empresários que se formalizaram reclamar da carga tributária que lhes é imposta é uma constante). Com o crescimento do Polo, o Estado parece hoje apoiar iniciativas de fortalecimento do “empreendedorismo” na região e da formalização dos negócios (obviamente atrelando a isso o crescimento da sua arrecadação de impostos), bem como mover-se no sentido da capacitação de mão de obra qualificada com fins de dar seguimento ao crescimento do Polo, bem como da realização de obras de infraestrutura (como rodovias), mesmo que tardiamente.

A partir do que foi exposto ao longo desta seção, eis um esforço de síntese dos traços contextuais acima destacados:

- A família interiorana entre heranças e mudanças: se, por um lado, as “heranças disposicionais” da típica família popular (baixa renda) interiorana são ao menos parcialmente transmitidas de uma geração para outra, por outro, a migração intrarregional empreendida em busca de um futuro melhor para a família, articulada com as trajetórias de vida-trabalho que esta mudança possibilita e constri, tende a promover mudanças no jeito de ser, no “complexo disposicional” (Lahire, 2004) das pessoas que viveram e cresceram em meio a este processo. Tomando como exemplo o caso de Antônio, por mais que acredite ter o caráter dos pais “impregnado”, ele vê, vive e pensa hoje num contexto e de um modo um tanto distinto dos seus genitores, principalmente quando também observada sua ascensão socioeconômica e sua condição empresária específica;
- O comércio (em particular o de feira) como espaço de socialização e aprendizagem para os negócios: se, por um lado, o comércio de feira é visto por muitos como uma “escola da vida” na qual se aprende na prática a fazer cálculos econômicos, a fluir neste campo e vislumbrar futuro nos negócios que são tomados “naturalmente” como “vocação”, por outro, é dele que muitas pessoas se projetam para um outro, quer seja por meio de um “estágio” num fabrico de algum membro da família ou mesmo de um amigo próximo e daí decorrem duas recorrentes possibilidades: a continuidade na condição de trabalhador (sub)contratado ou a estruturação de unidade produtiva própria, ambas no emergente setor têxtil local;
- O capitalismo periférico contemporâneo com contornos locais: a nova distribuição populacional (cf. Tabela 1) na região pode ser vista como um reflexo direto das possibilidades que se encontram nas cidades que constituem o Polo de Confecções, se antes o sentido do fluxo migratório era principalmente os grandes centros urbanos do eixo Rio-São Paulo, para o trabalho na indústria de larga escala das metrópoles, neste novo milênio, a capacidade de ampliação da abrangência, deslocamento e adaptação do sistema capitalista se mostra cada vez mais presente também em termos regionais e locais, no entanto, toma contornos peculiares em suas margens, em particular ao se encontrar com iniciativas alternativas

autogeradas, como o foi no início da constituição dos negócios têxteis que deram origem ao hoje Polo;

- As ausências e falhas históricas do Estado, os sinais de sua recente atuação e a emergência de atores institucionais: se, historicamente, o Estado se mostrou um tanto ausente e mesmo desinteressado pelo fenômeno ao longo da sua configuração, a atuação de sindicatos, associações, entidades fomentadoras etc., tem impacto crescente na região. Mesmo o próprio Estado, nos últimos anos, vem empreendendo iniciativas que ora vão ao encontro dos interesses dos protagonistas da região (no caso da abertura de Universidades, Centros de formação técnica, obras de infraestrutura etc.), ora ao contrário (no caso da tributação e cobrança de impostos julgada excessiva por empresários formalizados).

5. Ponderações e questões para o prosseguimento da investigação

No prosseguimento da investigação pretende-se revisar e aprofundar os traços contextuais acima esboçados, submetendo-os ao confronto com bibliografia temática (já hoje em ampliação), bem como com informações empíricas a serem recolhidas, no sentido de uma construção mais rigorosa do cenário que possibilita e constrange a condição empresária em questão.

De qualquer forma, a partir dos movimentos empreendidos até agora é possível propor algumas assunções genéricas: i) tanto as trajetórias de vida-trabalho (como a de Antônio) como a emergência de uma configuração contextual específica (como o Polo de Confecções do Agreste) materializam o encontro de uma realidade socio-histórica particular com o capitalismo contemporâneo de caráter periférico. Daí decorrem transformações no espaço-tempo que podem ser observadas ao longo destas últimas décadas no âmbito local, desde o modo como as pessoas se relacionam com o tempo, na aceleração “ansiosa” como disposição que as move no sentido de reduzir a distância entre a condição socioeconômica atual e aquela a qual se quer chegar, até mesmo no plano concreto do espaço urbano em mutação, do deslocamento das feiras livres de rua que tomavam os centros das cidades para centros de compras como o “Moda Center” de Santa Cruz do Capibaribe (cf. Xavier e Sarabia, 2008).

Na contemporaneidade desta região, ao se modificar, a mesma parece continuar a se mostrar como “meio do caminho” entre espaços-tempos extremos: a metrópole-acelerada (a capital) e o lugarejo-parado (a cidade pequena do interior). E, ao mesmo tempo, um “caminho do meio” entre a atividade econômica com tecnologia “de ponta” e a atividade de subsistência quase estagnada.

Se, por um lado, a história de Antônio não deixar de ser um exemplo, dentre tantos outros possíveis, de quem também está protagonizando a dinâmica contemporânea do local, por outro, não se pensa nem se quer torná-la recurso para o fortalecimento da “ideologia do sucesso de mercado”, de que “qualquer um”, se trabalhar muito, pode vir a se tornar um self made man”.

Enfrentar o estudo da condição empresária numa região como o Agreste, por meio de uma perspectiva sociológica que é radicalmente crítica, ou seja, que procura ir além da já

“acrítica crítica” da “perversidade da lógica de mercado” ou mesmo da “exploração das pessoas pelo sistema” e que tenta explorar suas nuances mais íntimas nas pessoas em tal condição, de modo articulado com uma leitura rigorosa e apropriada do contexto, pode ser um caminho para a construção de uma interpretação socialmente útil sobre e para os protagonistas e, de modo geral, para a sociedade local. Este trabalho não deixa de ser visto por seu autor como um movimento neste sentido.

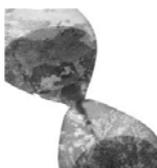
Neste âmbito, algumas questões são lançadas:

- Qual seria a condição de pessoas de origem popular que chegaram a abrir um negócio próprio na região, mas que não tiveram êxito e fecharam-no? O que muda em suas aspirações diante de tal situação?
- Uma vez que hoje se estima que cerca de 75% das empresas do setor na região são informais, quão é específica a condição empresária “informal”? Em que esta difere e/ou se aproxima da formalizada? O que leva uma pessoa a permanecer na primeira ou mudar para a segunda?
- Quais especificidades e similaridades podem ser observadas quando tal contexto e as trajetórias (que nele se dão) são comparados com outros casos também periféricos (cf. Noronha e Turchi, 2007)?
- No âmbito desta investigação, é possível elaborar histórias de vida de pessoas (em condição empresária) situadas em distintas posições no campo (Bourdieu, 2007), porém tendo a família popular (baixa renda) e a infância no comércio (em particular o de feira) como origem comum?

Referências

- Andrade, Tabira de S. (2008). *A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama João Pessoa*, Dissertação de Mestrado em Economia. UFPB.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Éve (2009 [1999]). *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, Pierre (1979 [1963]). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva. [edição brasileira de Travail et travailleurs en Algérie, publicado originalmente em França]
- Bourdieu, Pierre (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Bourdieu, Pierre (2007 [1979]). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk.
- Bourdieu, Pierre (2005). *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Cia das letras.
- Bourdieu, Pierre (2008). *Esquisses algériennes*. Paris: Seuil.
- Cabral, Romilson M. (2007). *Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudo de casos múltiplos no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano*. Tese de Doutorado em Administração. Salvador: UFBA.
- DIEESE (2010) *Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e Região*. Relatório de Pesquisa. Recife. Disponível em:

- <http://www.dieese.org.br/projetos/governoPE/diagnosticoFinalCaruaru.pdf>
(acessado em 06/2012)
- Ferreira, Josué E. (2001). *Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru*. João Pessoa: Edições FAFICA/Ideia.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2010) *Censo*. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26 (acessado em 04/2012).
- Lahire, Bernard (2004). *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Lahire, Bernard (2006). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.
- Lima, Jacob & Soares, Maria (2002). Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, 37, 163-180, jul./dez. Salvador.
- Lira, Sônia (2011). *Muito além da feira da sulanca*. Recife: Editora da UFPE.
- Noronha, Eduardo & Turchi, Lenita (2007). O pulo do gato da pequena indústria precária. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, 1, 249-280.
- Raposo, M.; Gomes, G. (2003). *Estudo de caracterização econômica do Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco*. Recife: FADE/UFPE/SEBRAE.
- Sá, Marcio (2010). *O homem de negócios contemporâneo*. Recife: Editora da UFPE.
- Sá, Marcio (2011). *Feirantes: Quem são e como administram seus negócios*. Recife: Editora da UFPE.
- Sá, Marcio (2012). O Homem de negócios contemporâneo: três socializações? Anais do Colóquio Internacional *A crise da(s) Socialização(ões)?/“La Crise de(s)Socialisation(s)?*, 170-179. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Weber, Max. (2006). *A gênese do capitalismo moderno*. São Paulo: Ática (Coleção Ensaios Comentados).
- Véras de Oliveira, Roberto (2011). O polo de confeccões do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. *35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs*. São Paulo: Anpocs.
- Xavier, Maria; Sarabia, Mônica (2008). A nova paisagem urbana de Santa Cruz do Capibaribe. *Scientia Una*, 9,25-44.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Ensaio sobre diagnóstico por imagem: em tempos de novas tecnologias e informação

WILDA SOARES LEMOS; RAFAEL SOARES LEMOS & THIAGO VILELA LEMOS
CAPES; Hospital das Clínicas Samuel Libanio; Universidade Estadual de Goiás, Goiânia (BRASIL)
wilda.lemos@gmail.com; rslemos@msn.com; tvlemos@gmail.com

Resumo:

A evolução tecnológica facilitou a produção e o acesso à informação. Por isso, a informação atualizada tornou-se fator de sobrevivência em qualquer área. Para o indivíduo, a informação contribui para maior conhecimento e ações mais eficazes. Para as organizações, a informação contribui para o aumento da produtividade e consequentemente do lucro. A área da saúde também foi beneficiada com informações que contribuíram para diagnósticos mais confiáveis que prolongaram e aumentaram a qualidade de vida do ser humano. Para Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento pode ser entendido como a interação entre dois tipos: o conhecimento explícito e o conhecimento tácito. O conhecimento tácito é o verdadeiro conhecimento, pois é desenvolvido durante anos, nas experiências, crenças e intuições acumuladas pelas pessoas durante toda a vida. Esse conhecimento precisa ser disseminado, isto é, tornar-se explícito, virar informação disponível; para que isso ocorra, o contato direto com as pessoas que o detêm é essencial. Atualmente, existe uma grande dependência dos profissionais da saúde em relação às informações para soluções de problemas orgânicos. Na Radiologia, o conhecimento atualizado é uma exigência devido à inovação tecnológica, exigindo do profissional a busca constante pela informação. A informação (explícito) e a experiência profissional (tácito) são de fundamental importância da prática desta especialidade médica assim como em todas as outras, o que é bem enfatizado por Ahuja & Evans (2000). A necessidade da constante atualização pessoal e de maior eficiência estimulou a dissociação de conhecimento entre diversas subespecialidades. Na área médica, esta dissociação trouxe vantagens e desvantagens para o sucesso do tratamento dos pacientes. Como vantagem, observou-se o aumento do conhecimento “tácito” do profissional, como desvantagem, o médico perdeu a visão holística do paciente. Gunderman (2006) comenta que o radiologista sem informações, por meio de discussões, sobre o paciente faz da análise radiológica uma “expedição de pesca”, deixando o profissional procurar algo sem saber o que o paciente sente ou pensa. O objetivo do artigo é discutir, em tempos de novas tecnologias e informações, o Diagnóstico por Imagem, considerando a espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997) e da aprendizagem de 1ª e 2ª ordem proposta por Argyris (1999).

Palavras-chave:

Informação, conhecimento, radiologia, tempo, decisão

Introdução

A evolução tecnológica facilitou a produção e o acesso a informação. Por isso, a informação atualizada se tornou fator de sobrevivência em qualquer área. Para o indivíduo, a informação contribui para maior conhecimento e ações mais eficazes. Para as organizações, a informação contribui para o aumento na produtividade e conseqüentemente do lucro. A área da saúde também foi beneficiada com informações que contribuíram para diagnósticos mais confiáveis que prolongaram e aumentaram a qualidade de vida do ser humano.

Para Nonaka & Takeuchi (1997), o conhecimento pode ser entendido como a interação entre dois tipos de conhecimento, o conhecimento explícito e o conhecimento tácito. O conhecimento “explícito” é aquele que pode ser compartilhado pelas pessoas, documentado ou expresso em palavras, e até mesmo armazenado em banco de dados. Neste caso, consideramo-lo uma “informação”, pois é capaz de estimular o desenvolvimento de conhecimentos de um indivíduo. O conhecimento “tácito”, por sua vez, é aquele mais difícil de externar e formalizar; é identificado pelas ações e pelas experiências das pessoas; é o conhecimento pessoal adquirido pela experiência individual. O conhecimento tácito é o verdadeiro conhecimento, pois é desenvolvido durante anos, nas experiências, crenças e intuições acumuladas pelas pessoas durante toda a vida. Esse conhecimento precisa ser disseminado, isto é, tornar-se explícito, virar informação disponível; para que isso ocorra, o contato direto com as pessoas que o detêm é essencial.

Drucker (1999) afirma que o segredo para a criação do conhecimento está na mobilização e na conversão do conhecimento tácito, e a importância desse conhecimento está no fato de que uma habilidade não pode ser explicada por meio de palavras, faladas ou escritas, só pode ser demonstrada. Portanto, os processos da gestão do conhecimento consistem em criar, usar, compartilhar, aplicar, mapear, comunicar, organizar, indexar, renovar, distribuir, codificar, adquirir e armazenar o conhecimento para melhorar o desempenho não somente nas organizações, mas principalmente na área da saúde em que o principal beneficiado é a população. Neste aspecto, o indivíduo é o mais importante, porque não existe conhecimento sem pessoa e gerenciar o capital humano tornou-se uma preocupação constante em busca de melhores práticas.

Atualmente, existe uma grande dependência dos profissionais da saúde em relação às informações para soluções de problemas orgânicos. Um problema similar diagnosticado serve como parâmetro para outro, o que faz aumentar a confiabilidade e a rapidez dos procedimentos, por isso há necessidade da disseminação e compartilhamento das informações.

O objetivo do artigo é discutir, em tempos de novas tecnologias e informações, o Diagnóstico por Imagem, considerando a espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997) e da aprendizagem de 1ª e 2ª ordem proposta por Argyris (1999).

1. Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo é um levantamento bibliográfico que fornece subsídios e clareza para discutir as consequências da produção constante de novas informações para o Diagnóstico por Imagem.

A base conceitual escolhida é pertinente e multidisciplinar porque foram exploradas referências da área organizacional de modo a estabelecer um paralelo com a área da saúde, agregando a isso a experiência dos autores. O estudo da teoria e a análise dos modelos apresentados pelos autores da administração, da ciência da informação, sistemas de informação e gestão de conhecimento sustentam a discussão sobre o assunto e permitem compreender as relações que ocorrem com os fatos e fenômenos vivenciados por profissionais das áreas da radiologia (medico radiologista) e fisioterapia (Fisioterapeuta). Tais fatos se referem às transformações ocorridas durante o tempo no conhecimento do indivíduo com a absorção e utilização da informação no processo da espiral do conhecimento, tratado por Nonaka e Takeuchi (1997) e no aprendizado tratado por Argyris (1999).

2. Informação, conhecimento e ação

Segundo Sveiby (1998), são as pessoas os verdadeiros agentes do conhecimento, e todos os ativos e estruturas, tangíveis ou intangíveis, são resultados das ações humanas; em última instância, todos dependem das pessoas para continuar a existir. Diante de um ambiente de competitividade crescente e baixa previsibilidade, as organizações têm centrado seus esforços principalmente no capital humano. Parte dessa mudança passa em elevar o grau de domínio pessoal, fruto de um maior conhecimento de quem somos e da identificação precisa do que precisamos para nossa aprendizagem.

Possuir conhecimento é possuir capacidade de fazer algo a partir das informações obtidas, e, para comprovar o conhecimento de alguém, é preciso que se analisem os resultados de suas ações. Esse procedimento fica bem claro nas definições de Echeverría (2001: 20, 51, 108):

“Saber é saber fazer, é saber como, é know-how. O conhecimento faz uso da informação para potenciar a ação, é informação que se põe para trabalhar [...] O conhecimento se refere às ações eficazes que sejamos capazes de observar [...] O conhecimento é sempre um juízo que faz um determinado observador, ao observar determinados comportamentos. Se o conhecimento reside em algum lugar é no juízo que um observador faz, ao observar comportamentos. Mais: o conhecimento surge precisamente como uma maneira de qualificar (de julgar) o comportamento observado”.

Buscar informações e utilizá-las no aprendizado é fator de sobrevivência para qualquer pessoa, grupo ou organização. “Aprender a aprender” implica um processo contínuo, essencial para o conhecimento, pois, hoje, vive-se em um mundo competitivo, que exige rápidas mudanças em busca de inovação. Será desenvolvendo as capacidades de aprendizagem, que as pessoas serão capazes de sustentar essas mudanças. Para Geus (1998), a habilidade em aprender mais depressa do que o seu concorrente pode muito bem ser a única vantagem competitiva sustentada nos dias que correm.

Aprendemos com as pessoas (observando e discutindo), e também com as informações disponíveis. Para Nonaka e Takeuchi (1997:64), “o conhecimento tácito é pessoal, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado. Já o conhecimento explícito ou ‘codificado’ refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática”. Portanto, o conhecimento explícito, neste contexto, é informação disponível que pode ser compartilhado pelas pessoas, documentado e armazenado em bases de dados.

A espiral de conhecimento (Figura 1), proposta por Nonaka e Takeuchi (1997), potencializa com o tempo, apresenta os quatro modos de conversão do conhecimento: tácito para tácito (socialização), de tácito a explícito (externalização), de explícito a explícito (combinação) e, finalmente, de explícito a tácito (internalização).

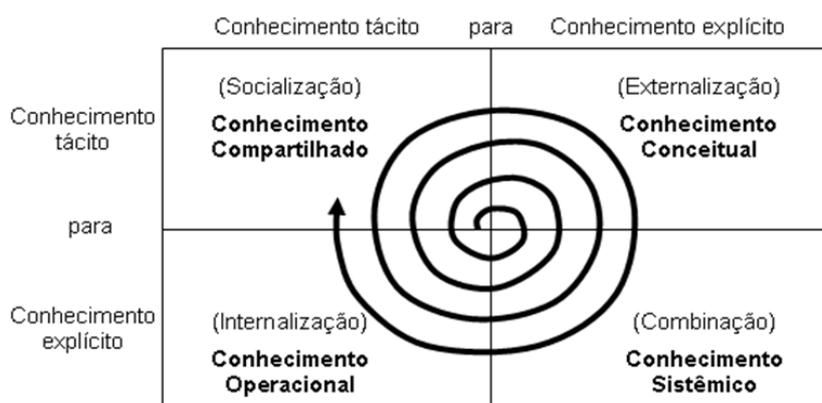


Figura 1 – Espiral de conhecimento. Fonte: (Nonaka & Takeuchi, 1997: 80-81)

A socialização é a conversão do conhecimento tácito do mestre para o conhecimento tácito do aprendiz (Conhecimento Compartilhado). Os indivíduos compartilham suas experiências. A externalização é a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito (Conhecimento Conceitual). Nesse caso, para facilitar a conversão deve-se usar metáfora, analogia e modelo. A combinação é a conversão do conhecimento explícito em explícito (Conhecimento Sistemico). Os indivíduos trocam e combinam conhecimentos, por exemplo, por meios como documentos, reuniões e conversas ao telefone ou por meio de redes de comunicação computadorizadas. A internalização é a conversão do conhecimento explícito em conhecimento tácito (Conhecimento Operacional). É intimamente relacionado ao “aprender fazendo”.

A interação constante entre os indivíduos é fator básico para a transferência de informação que vai gerar o conhecimento (tácito), pois é por meio do diálogo que se tem acesso à informação exata. Sendo assim, essa transferência envolve duas ações: a transmissão e a absorção. Quando não há absorção da informação, não há mudança no conhecimento, logo, não há uso da informação. (Lemos & Baptista, 2011).

O uso da informação, ou a ação resultante da informação absorvida é discutido por Argyris (1999) sob dois aspectos. O autor identificou tipos diferentes de aprendizagem. O modelo foi proposto para ser discutido e aplicado em organizações com objetivo de se obter maior aprendizado na busca de maior produtividade e competitividade. O modelo de

aprendizagem pode ser aplicado e discutido também na área da saúde para aumentar a confiabilidade nas tomadas de decisão.

Interessante observar que Argyris (1999) classificou a aprendizagem em dois tipos (Figura 2): aprendizagem de 1ª ordem e aprendizagem de 2ª ordem. Em ambos, há a teoria em uso (regras que governam o comportamento real dos indivíduos) e as teorias esposadas (regras sobre as quais os indivíduos creem basear seu comportamento). A aprendizagem de 1ª ordem opera com um tempo menor que a aprendizagem de 2ª.



Figura 2: Aprendizagem de 1ª e 2ª ordem. Fonte: Adaptado de Argyris (1999)

A aprendizagem de 1ª ordem refere-se à aprendizagem em circuito simples, que consiste em não questionar as causas dos problemas existentes, e questionar os modelos mentais existentes. Neste caso, segundo Senge (1998), o modelo mental existente comanda inconscientemente qualquer ação necessária, pois se têm interiorizadas imagens, suposições e casos, que se traduzem em modelos mentais.

A aprendizagem de 2ª ordem refere-se à aprendizagem de circuito duplo, que consiste no questionamento sobre as causas dos problemas. Os valores internos são revistos, promovendo maior flexibilidade e adaptabilidade. Enquanto na aprendizagem de 1ª ordem os resultados são limitados, permitindo processos de erro auto-alimentáveis, os resultados da aprendizagem de 2ª ordem são mais abrangentes, porque permitem rever regras de comportamento que governam as ações. Nas organizações, as rotinas defensivas, segundo Argyris (1999), presentes na aprendizagem de 1ª ordem, são ações ou políticas que impedem os indivíduos de uma organização de experimentarem embaraços ou sentirem-se ameaçados. São rotinas que vão contra o aprendizado porque são resistentes às mudanças. (Lemos, 2003)

Nonaka e Takeuchi (1997), Geus (1998), Senge (1998) e Argyris (1999) apresentam modelos e teorias sobre a importância da conversão do conhecimento e do aprendizado para que as organizações obtenham maior produtividade e maior lucro. Todas as teorias têm como foco o desenvolvimento do capital humano por meio da troca de informações, facilitadas em tempos de novas tecnologias.

3. Os profissionais da saúde como agentes do conhecimento

Na Radiologia, o conhecimento atualizado é uma exigência devido à inovação tecnológica, exigindo do profissional a busca constante pela informação. A informação literária e a experiência profissional são de fundamental importância da prática desta

especialidade médica assim como em todas as outras, o que é bem enfatizado por Ahuja & Evans (2000).

A quantidade de informação de interesse da área de saúde, em geral, tem aumentado consideravelmente, por isso devido à necessidade de acesso à informação atualizada, os avanços científicos e tecnológicos surgem com rapidez significativa provocando mudanças em todos os aspectos. Entre elas, a necessidade da constante atualização pessoal e de maior eficiência que estimulou a dissociação de conhecimento entre diversas subespecialidades. Na área médica esta dissociação trouxe vantagens e desvantagens para o sucesso do tratamento dos pacientes.

Como vantagem, observou-se o aumento do conhecimento “tácito” do profissional, isto é, o profissional ampliou o conhecimento detalhado sobre diversos diagnósticos e tratamentos devido ao contato e experiência diárias com pacientes com sinais e sintomas semelhantes. Isso permitiu diagnósticos rápidos e precisos em certas áreas, pois restringiu a busca de informações a áreas específicas ampliando o conhecimento sobre diversos diagnósticos e tratamentos.

Como desvantagem, o médico perdeu a visão holística do paciente, submetendo-o a exames desnecessários e consultas médicas a subespecialistas variados, postergando o diagnóstico e tratamento adequado do paciente.

A área de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, uma área relativamente nova da medicina (cerca de 100 anos), é um exemplo clássico da falta de socialização (compartilhamento) do conhecimento entre o radiologista e os profissionais envolvidos.

Todas as literaturas radiológicas são unânimes ao criticar o afastamento do paciente e do médico assistente, do radiologista que emite os pareceres (laudos radiológicos). O afastamento dissocia parte do conhecimento explícito (literatura radiológica, consensos, etc) do conhecimento tácito que é o da impressão clínica do médico assistente e do profissional de outras áreas da saúde. Isso acontece também com o médico radiologista e o fisioterapeuta.

Gunderman (2006) comenta que o radiologista sem informações, por meio de discussões, sobre o paciente faz da análise radiológica uma “expedição de pesca”, deixando o profissional procurar algo sem saber o que o paciente sente ou pensa. Da mesma forma, um parecer de um laudo radiológico genérico e inespecífico (sugerindo o diagnóstico do paciente somente por imagens isoladas), não ajuda no diagnóstico, ou um parecer muito específico pode levar a condutas inadequadas. Situação essa que, na maioria das vezes, pode ser evitada pela troca de conhecimentos multidisciplinares entre os profissionais relacionados. Gunderman (2006: 12) ainda reforça esta ideia questionando:

“A Radiologia também pode ajudar a melhorar a comunicação entre os futuros médicos Quando o médico radiologista recebe um pedido de imagem, que tipo de informação clínica deveria ser fornecido? Quais são as informações relevantes que poderiam ajudar o radiologista a determinar o melhor caminho para estudar o exame, como realizá-lo e como interpretá-lo? Que tipo de relatório o médico espera receber e como essa informação será aplicada no tratamento do paciente? Portanto, podemos verificar as vantagens que existem quando a comunicação é eficaz e nos preparar melhor e destacar como médicos.”

Este conceito é mostrado na pirâmide (Figura 3) de abordagem do diagnóstico radiológico, citada por Reeder (2003) com as devidas recomendações para uma atuação médica radiológica adequada. Para o autor, a radiografia é somente uma parte do quebra cabeça do diagnóstico e deve ser alinhada sobre o que você sabe sobre o paciente. O radiologista não pode trabalhar como uma ilha isolada ele precisa de um conhecimento do diagnóstico diferencial juntamente com as informações clínicas para chegar à solução adequada.

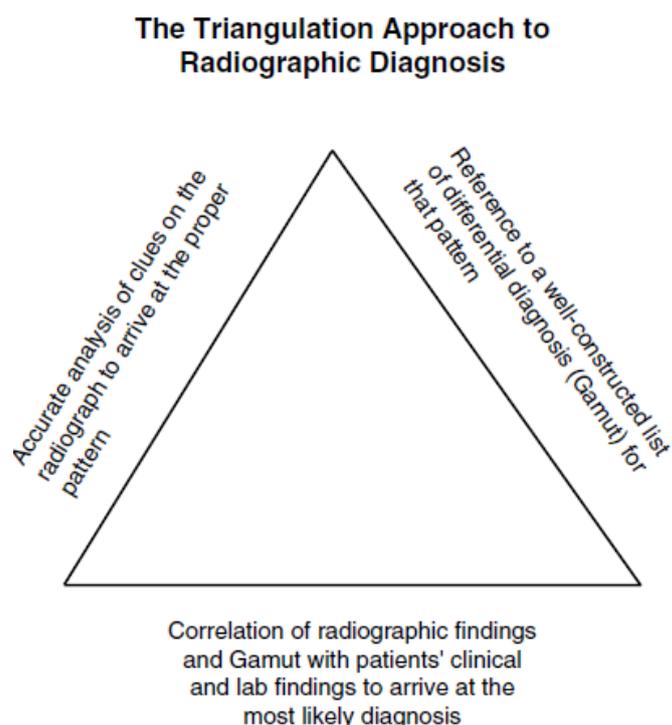


Figura 3: Correlação de achados radiológicos. Reeder (2003, p19)

Estas questões vêm sendo estudadas e debatidas em praticamente todas as sociedades de especialidades radiológicas como a CBR (Colégio Brasileiro de Radiologia), SPR (Sociedade Paulista de Radiologia), dentre outras, sendo que a orientação da interdisciplinaridade entre os profissionais médicos está cada vez mais enfatizada.

Para o médico Radiologista não existe falta de informação (conhecimento explícito), pois a informação médica Radiológica está muito ligada à tecnologia e ao desenvolvimento tecnológico. As maiores revistas médicas radiológicas já estão disponíveis para acesso virtual e para tablets (Radiology, Radiographics, SPR – através de suas revistas específicas como o Jornal da Imagem, Revista da Imagem e caderno dois). Também estão acessíveis aulas e palestras por portais virtuais, sendo grande parte gratuita de acesso global (Clube Manuel de Abreu, Rotgen). Uma iniciativa atual e de sucesso está sendo realizada pelo CBR que disponibilizou aulas a todos os associados de diversas áreas para treinamento e atualização de profissionais (PEC – online).

A combinação do conhecimento (troca de informação) é feita por meio de reuniões e discussões em áreas específicas on-line ou em tempo real, discussões de casos através de blogs, publicações, de pôsteres eletrônicos e várias outras fontes.

As inovações tecnológicas permitem romper as barreiras do tempo e espaço, permitem o compartilhamento das informações na área de imagem, tanto na parte de troca de experiências e resultados possibilitando a externalização, internalização e combinação do conhecimento por meio da internet, muitas vezes em tempo real com universidades e hospitais de todo o globo, e também pelo contato médico, radiologista e profissionais (socialização) que recebem o exame e discutem por áudio ou videoconferências. Este contato eletrônico, com discussão de possíveis diagnósticos e condutas, era limitado pelo uso do laudo em papel, mas atualmente é possível uma interação positiva, tanto para a conduta do profissional solicitante como para o radiologista.

Portanto, as informações para o radiologista percorrem de uma maneira dinâmica a espiral do conhecimento proposta por Nonaka & Takeuchi (1997). A Combinação com as discussões online, a Externalização por meio das publicações, a Internalização por meio da aprendizagem adquirida pelos diversos meios disponíveis e a Socialização com o contato com médicos da mesma área. Porém, observa-se que na Socialização do conhecimento (troca de experiência) existe ainda a necessidade de maior abrangência, isto é, buscar a interação com as outras áreas de interesse. Isso traria mais discussão e mais conhecimento para o profissional como no caso do conhecimento radiológico e do conhecimento em fisioterapia.

4. Paradigma do conhecimento Radiológico com o conhecimento em Fisioterapia

A fisioterapia é uma profissão da área da saúde que lida com consequências fisiológicas que geram interferências funcionais ao ser humano. É o profissional responsável por restituir e reabilitar as alterações funcionais acompanhadas ou não de doenças. O diagnóstico fisioterapêutico conhecido como cinesiofuncional ou cinéticofuncional tem como objetivo identificar as alterações funcionais e relacioná-las com as possíveis causas fisiológicas (diagnóstico médico) quando presente. Isso porque podem existir alterações funcionais sem a presença de alterações fisiológicas, ou seja, sem a presença de uma doença. (Gould, 1993; Magee, 2010)

Em algumas situações, a dificuldade de identificar o tecido relacionado com disfunção presente, gera a necessidade de solicitar um exame complementar, como o radiológico, para identificar, questionar e relacionar as informações coletadas para gerar um possível diagnóstico clínico (médico) ou cinéticofuncional (fisioterapêutico). (Neumann, 2002)

Como já citado anteriormente, os profissionais de saúde tanto o fisioterapeuta como o médico estão buscando um conhecimento mais específico, se tornando especialistas, o que dificulta a realização de diagnósticos precisos e certos. Essa dificuldade vem aumentando as solicitações de exames complementares com a esperança de que o exame radiológico encontre a alteração fisiológica, tecidual ou mecânica. Assim, inicia o trabalho do médico radiologista na “expedição de pesca”. Porém, o grande problema está no fato que a alteração encontrada pelo radiologista não tem, necessariamente, relação com a sintomatologia do paciente. Há ainda a necessidade de se partilhar a informação do achado

radiológico com o clínico. Muita importância e valor são dados aos achados radiológicos e cada dia menos aos achados clínicos, fato este que vem gerando muitos diagnósticos e, conseqüentemente, tratamentos inadequados. O tempo dedicado aos achados radiológicos tem aumentado.

Um exemplo para ilustrar esse fato é a frequente dor lombar, também conhecida como lombalgia. Sintoma que pode estar relacionado com diversos diagnósticos clínicos diferentes. O exame mais solicitado pelos médicos para a lombalgia é a Ressonância Magnética (RM). Um achado comum neste exame que pode estar relacionado à dor lombar são as hérnias de disco, mas nem todas as hérnias de disco são sintomáticas. Estudos recentes vêm mostrando que mais de 70% das pessoas possuem alterações discais podendo ser classificadas como hérnias, porém são assintomáticas.

Atualmente, o que se vê é uma relação imediata entre o achado radiológico e a sintomatologia. Isso ocorre mais por falta de conhecimento clínico (tácito) por parte do profissional. Sempre foi dito na área da saúde que a clínica sempre deve ser soberana. (Levin, 2002).

Sendo assim, mesmo em tempos de novas tecnologias e informações, a troca de conhecimento (explícito e tácito) é essencial para todo o profissional da saúde, porque o objetivo é principalmente a saúde e a vida.

Conclusão e recomendações

Conclui-se que, além da espiral do conhecimento (modos de conversão) proposta por Nonaka & Takeuchi (1997), o aprendizado de 1ª e 2ª ordem proposto por Argyris (1999) deve ser observado.

Na aprendizagem de 1ª ordem, o profissional não questiona as causas dos problemas existentes e comanda a ação necessária, pois se têm interiorizadas imagens, suposições e casos, que se traduzem em modelos mentais. O profissional se fixa no tempo.

Na aprendizagem de 2ª ordem, o profissional questiona sobre as causas dos problemas, revê os valores internos para promover maior flexibilidade e adaptabilidade. O profissional busca informações atualizadas, acompanha as mudanças.

No primeiro caso, os resultados são limitados, permitindo processos de erro auto-alimentáveis; no segundo caso, os resultados são mais abrangentes porque permitem rever regras de comportamento que governam as ações, o que implica numa maior abertura para a aquisição do conhecimento, e em se tratando de vida humana isso é essencial.

Os dois modelos são geralmente aplicados em organizações em busca de maior produtividade e maiores lucros, porém podem ser conduzidos também na saúde para melhor aprendizado e, conseqüentemente, melhores resultados nos diagnósticos para o bem-estar da população.

O modelo que se apresenta em anexo apresenta uma fusão das propostas dos autores considerando a importância do aprendizado constante de Argyris (1999) por meio da espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997), isto é, a conversão do conhecimento tácito para explícito em ciclos contínuos no tempo, essencial para os profissionais da saúde para que forneçam os melhores e mais indicados tratamentos para o paciente.

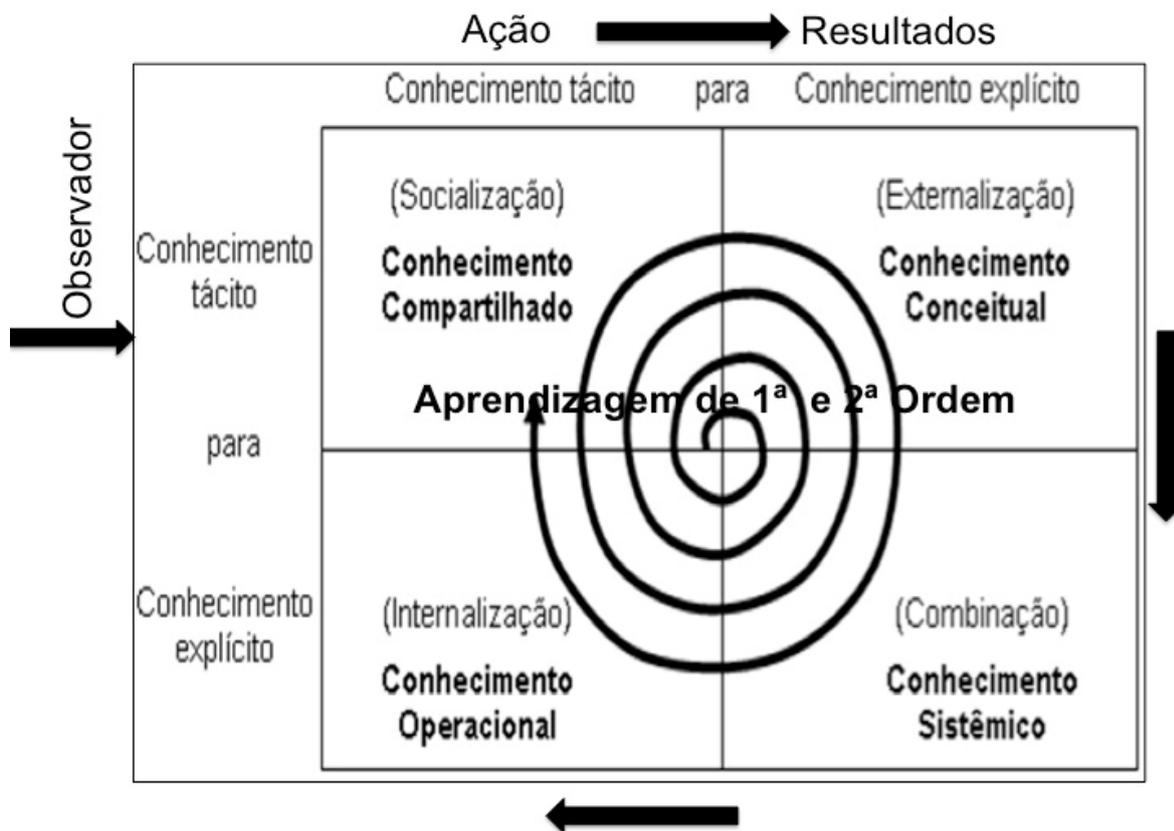


Figura 4: Adaptado de Nonaka & Takeuchi, 1997 e de Argyris (1999)

Referências

- Ahuja, A., Evans, R. (2000). *Practical Head and Neck Ultrasound*. New York: Cambridge University.
- Argyris, C. (1999). Aprendizado de 2 voltas. In *HSM – Management*, 17, 12-20. São Paulo.
- Drucker, P. (1999). *Administrando em tempos de grandes mudanças*. Folha de São Paulo, São Paulo: Pioneira.
- Echeverría, R. (2001). *A Empresa Emergente – A confiança e os desafios da transformação*. Brasília: Universa - UCB.
- Gould, J. A. (1993). *Fisioterapia na Ortopedia e na Medicina do Esporte*. São Paulo: Manole.
- Gunderman, R.B. (2006). *Essential Radiology*. New York: Thieme Medical Publishers.
- Lemos, W. S. (2003). *Gestão de competências: a utilização do método Delphi em um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade Católica de Brasília.
- Lemos, W. S. & Baptista, S. G. (2011). Transferência da Informação para Manter Homem/Terra Sustentável. *II Congresso Nacional de Educação Ambiental*. João Pessoa.
- Levin, S.M. (2002). The tensegrity-truss as a model for spine mechanics: biotensegrity. *Journal of Mechanics in Medicine and Biology*.

- Neumann, D. A. (2002). *Kinesiology of the musculoskeletal system: Foundations for physical rehabilitation*. St. Louis: Mosby.
- Nonaka, I.; Takeuchi, H. (1997). *Criação de Conhecimento na Empresa*. Rio de Janeiro: Campus.
- Magee, D. J. (2010). *Avaliação Musculoesquelética*. São Paulo: Manole.
- Reeder, M. M.(2003). *Comprehensive Lists of Roentgen Differential Diagnosis*. New York: Springer
- Senge, P. (1998). *A Quinta Disciplina – A Arte e Prática da Organização que Aprende*. São Paulo: Best Seller.
- Sveiby; K. E. (1998). *A nova riqueza das organizações*. Rio de Janeiro: Campus.



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

Quotas for men in University: breaking the stereotype in European Union law and Swedish law

ANTONIA MARTIN BARRADAS

European Inter-University Centre for Human Rights and Democratisation

antoni martinbarradas@gmail.com

Resumo:

A tese retrata o tema das quotas para o sexo sub-representado no ensino superior. O tema central é jurídico mas também inclui uma perspectiva sociológica. A primeira parte da investigação aborda a questão da igualdade de género no ensino superior na perspectiva dos direitos humanos. A segunda parte da tese adopta uma visão da mesma questão do ponto de vista do direito da União Europeia. A terceira parte do estudo usa como exemplo a Suécia e a experiência nacional relativamente às quotas de género no ensino superior, a fim de demonstrar os resultados da aplicação destas medidas. Na sua conclusão, a tese levanta a questão da “categorização de género” em relação aos homens na sociedade actual, e relaciona este conceito à tendência generalizada para o seu insucesso a nível académico, com o objectivo de eliminar a visão esterotipada de que os homens não são considerados um “grupo vulnerável” na área do ensino superior. Em última análise, pretende-se averiguar se os homens estão a ser discriminados, pelo direito e pela sociedade, no que diz respeito às suas oportunidades educativas.

Palavras-chave:

Quotas, discriminação, homens, universidade, género, igualdade

Introdução

The admissibility of quotas for the under-represented sex in university

The purpose of this text is to approach the issue of quotas for the under-represented sex in university. This will be a primarily legal analysis, but sociological perspectives will also be included in order to render the reader a more comprehensive view of the question at stake.

This text will question the de facto application of the principle of gender equality, taking the Swedish experience regarding quotas for the under-represented sex in higher education as an example. In some university degrees in Sweden men are the under-represented sex, instead of women. Men appear to be falling behind in relation to women at the moment of entering certain degrees. This situation is also occurring in other countries in

Europe. Therefore, this thesis will look into situations regarding quotas in higher education in Sweden, as well as comparable cases regarding quotas under European law, mostly in the area of the labour market. This analogy will be carried out in order to establish a parallel regarding quotas for the under-represented sex in these two areas, in relation to issues regarding individual merits and gender balance, within the scope of the application of quota systems. As one of the objectives of this thesis is to attempt to ascertain the admissibility and lawfulness of the application of this type of quotas in practice, Swedish court cases on the matter will also be addressed.

An International Human Rights perspective will also be included, more specifically in what concerns the right to education, in order to approach the issue of quotas for the under-represented sex in the Swedish education system and to understand how their application in higher education admissions has resulted in gender imbalance. By approaching the perspective of human rights, this thesis will attempt to answer whether or not men are being discriminated on the grounds of sex, within the scope of their right to higher education, due to the incorrect application of quota systems by universities in Sweden.

The specific issue of indirect discrimination under European anti-discrimination law will also be analysed. For this purpose, an analogy between situations where women were considered to be indirectly discriminated in situations involving quotas for the under-represented sex within the European context will also be carried out. The current situation for men as an under-represented group in higher education in Sweden will then be compared to the above mentioned situation of women, in order to determine whether or not men are being as protected as women under EU law.

In its conclusion, this thesis will also raise the issue of the 'gendering' of men in today's societies, and attempt to relate it to the existing trend for their underachievement on an academic level, with the purpose of contributing to break what can be considered a stereotypical view that does not see men as a 'vulnerable group' in the area of higher education. Ultimately, this thesis will attempt to answer whether or not men are being discriminated by the law and by society, where their educational opportunities are concerned.

2. Gender equality

The trend that will be approached in this thesis regards men in European Union (EU) countries. EU statistics, referred to in this thesis, show that men are underachieving on an academic level in some university degrees and are accessing higher education in progressively fewer numbers. The referred data shows that there is a growing gender imbalance in areas such as medicine and law, as well as in some science subjects.

For the purposes of this thesis, the concepts that will be used are based on the terminology from a perspective of European law, namely, on definitions given by the European Commission.

Thus, the concept of 'quota' will be understood as: 'a proportion or share of places, seats or resources to be filled by, or allocated, to a specific group, generally under certain rules or criteria, and aimed at correcting a previous imbalance, usually in decision-making

positions or in access to training opportunities or jobs' (European Commission, 1998: 46). Therefore, when the concept of 'quota' is referred to in this thesis, it will be from a gender perspective, regarding quotas specifically for the under-represented sex, not only in the area of employment but also in the area of education. Any other type of quota, such as the so-called 'ethnic quotas' in higher education, will be expressly distinguished from the concept of quotas for the under-represented sex, where deemed necessary. Moreover, 'quota systems' will be understood as a form of preferential treatment, that is defined below as a type of 'positive action' or 'affirmative action'. These latter concepts will also be defined in this section.

As the above mentioned concept of 'quotas' will be directly connected with the concepts of sex (or gender) discrimination, the concept of 'sex' is to be understood as the 'set of biological characteristics which distinguish human beings as female or male' (European Commission, 1998: 50). On the other hand, 'gender' is to be understood as a concept that refers to 'the social differences, as opposed to the biological ones, between women and men' (European Commission, 1998: 25). As for the term 'social differences' in relation to the concept of gender, it is to be interpreted as an array of differences that are considered to have been learned, that may vary through time, as well as within and between cultures (European Commission, 1998: 25). Nevertheless, for the purposes of this thesis, the terms 'sex' and 'gender' will be used alternately.

Thus, the concept of 'sex discrimination' is also essential for an introduction to the terms that will deal with gender equality. It may occur in a direct or in an indirect form. Direct discrimination will be understood as occurring when 'a person is treated less favourably because of his or her sex' (European Commission, 1998: 51). While indirect discrimination will be understood as concerning situations 'where a law, regulation, policy or practice, which is apparently neutral, has a disproportionate adverse impact on the members of one sex, unless the difference in treatment can be justified by objective factors' (European Commission, 1998: 51).

On the other hand, within the context of sex discrimination, *de iure* discrimination will also be worded as discrimination 'in law', while *de facto* discrimination will also be worded as discrimination 'in fact'.

Hereinafter, the concept of 'gender discrimination' will be used alternately to the concept of 'sex discrimination', even though the former concept is broader. The concept of 'gender discrimination' includes more than just discrimination with regard to sex as a set of biological characteristics, but also includes discrimination towards 'what is considered to be male or female behaviour' (Lerwall, 2001: 430).

As for the concept of 'gender equality', it is henceforth to be understood in this sense 'all human beings are free to develop their personal abilities and make choices without the limitations set by strict gender roles' (European Commission, 1998: 28). As a consequence, equal consideration, favour and value is to be given to the needs, aspirations and behaviour of men and women alike (European Commission, 1998: 28). Gender equality can be seen from a formal or a substantial perspective. According to the formal conception of gender equality, equal situations must be treated equally, while unequal situations must be treated differently (Lerwall, 2001: 429). Thus, this formal concept leaves no room for positive

action measures (these measures will be defined below). On the other hand, substantive or de facto equality is to be understood as involving not only the idea of formal equal treatment but also comprises equal results in practice (Lerwall, 2001: 429). So, unlike formal equality, de facto equality does give leeway to treating apparently equal situations differently or considering that unequal situations should be treated in the same manner, thus allowing differential treatment (Lerwall, 2001: 429).

The terms 'positive action' or 'affirmative action', 'preferential treatment' or 'differential treatment', as well as 'temporary special measures' are also to be understood as synonyms for the purposes of this thesis, whether the concepts are used in an international (International Human Rights Law), regional (European Union Law) or national (Swedish legislation) context.

Therefore, these terms are to be understood as a 'group of measures targeted at a particular group and intended to eliminate and prevent discrimination or to offset disadvantages arising from existing attitudes, behaviours and structures' (European Commission, 1998: 11). Nonetheless, the concept of 'preferential treatment' is not exactly synonymous to the concept of positive action. It is somewhat 'narrower' (Lerwall, 2001: 435). It is defined as 'the treatment of one individual or group of individuals in a manner which is likely to lead to better benefits, access, rights, opportunities or status than those of another individual or group of individuals.' (European Commission, 1998: 45). Moreover, 'It may be used positively when it implies a positive action intended to eliminate previous discriminatory practice or negatively where it is intended to maintain differentials or advantages of one individual or group of individuals over another.' (European Commission, 1998: 45). In other words, preferential treatment 'refers to a specific kind of action and is a special form of affirmative action' (Lerwall, 2001: 435). Positive action is broader, as it involves 'any action promoting equality' (Lerwall, 2001: 435). Nevertheless, for the purposes of this thesis, this term will also be used as alternate to the term 'preferential treatment'.

As for the concept of formal equality, it is to be understood for the purposes of this thesis as related to the principle of non-discrimination on the grounds of sex (Lerwall, 2001: 429). In this sense, positive action will be understood as involving situations that will represent an exception to formal equality, as certain situations justify differential treatment of men and women based on their sex (Lerwall, 2001: 434). Therefore, measures of positive action will also be considered as exceptions to the principle of non-discrimination on the grounds of sex (Lerwall, 2001: 435). In other words, whether it is from a national, regional or international perspective, positive action measures will involve those cases where treating equal situations differently or considering unequal situations equally is accepted as reasonable, because it is considered to be a means of promoting equal results in practice (de facto equality) (Lerwall, 2001: 431).

Finally, the concept of 'gender mainstreaming' is to be understood according to the definition given by the European Commission as 'the systematic integration of the respective situations, priorities and needs of women and men in all policies.' (European Commission, 1998: 45). In this same definition, the concept 'views to promote equality between women and men and to mobilise all general policies and measures specifically for the purpose of achieving equality' (European Commission, 1998: 45). These objectives are to

be carried out 'by actively and openly taking into account, at the planning stage, their effects on the respective situations of women and men in implementation, monitoring and evaluation' (European Commission, 1998: 45). This concept is relevant for the purposes of this thesis in order to point out that, according to the 'Recast Directive' (Directive 2006/54/EC, 2006: 23), the obligation of the EU and its Member States for positive action measures can be considered as part of the obligation of gender mainstreaming, to be actively taken into account within the objective of equality between men and women, in the formulation and implementation of laws, policies and activities.

3. On a national level: gender quotas in higher education in Sweden

3.1. Quota systems for gender balance in higher education in Sweden

Within the scope of the Gender Equality Policy, the Swedish government appointed a committee in February of 2009 to promote gender equality in higher education. It focused particularly on the fight against gender-based subject choices, as well as on reversing the tendency towards fewer male students in higher education. It also addressed gender differences in terms of study and drop out rates of males and females, as well as the propensity of both sexes to complete a degree. Career opportunities in research and the representation of both sexes at an executive level in higher education were also the object of the attention of the committee (Ministry of Integration and Gender Equality, 2009: 3).

The previous Swedish Higher Education Ordinance 1993:100 (Ministry of Education and Research, 1993) referred to gender equality in section 8 of chapter 1. This section stated that, according to chapter 1, section 5 of the previous Higher Education Act (Swedish National Agency for Higher Education, 2010) equality between men and women should always be observed and promoted in the activities of institutions of higher education. The need for the equal treatment of students and applicants to such institutions, irrespective of gender, ethnic origin, sexual orientation or disability was also pointed out in section 9 of chapter 1 of the above mentioned Ordinance. This need was not neglected by the Equal Treatment of Students at Universities Act (Ministry of Education and Research, 2007), before it was abolished and included in the Discrimination Act (Government Offices of Sweden, 2008).

The purpose of the Equal Treatment of Students at Universities Act (also known as The Equal Treatment Act) was to promote equal rights for students and applicants, as well as to fight discrimination in the higher education sector. This Act expressly stated, in section 7, that:

A university may not disfavour a student or an applicant by treating him or her worse than the university treats, has treated or would have treated someone else in a comparable situation, if the disfavour is connected with sex, ethnic belonging, religion or other religious faith, sexual orientation or disability (Ministry of Education and Research, 2007).

Most importantly, however, the rule added an exception to the prohibition of discrimination, that expressly determined that 'The prohibition does not apply if the treatment is justified taking into account a special interest that is manifestly more important than the interest of preventing discrimination at the university.' (Ministry of Education and

Research, 2007). In other words, this rule opens the possibility for positive action measures, such as quota systems in the admissions procedures to higher education, as long as this treatment is justified by a 'special interest', to be considered of greater importance than the purpose of preventing discrimination.

In conclusion, differential treatment on the grounds of sex in higher education was seen as one of the exceptions to the principle of the prohibition of discrimination within the scope of the Equal Treatment of Students at Universities Act, before it was abolished by the current Discrimination Act, that is less detailed regarding these particular issues. Therefore, it seems that the issue of gender equality in university admissions procedures has been subject to a more 'closed' wording in the Discrimination Act, in comparison to the more 'open' and detailed wording given to the exceptions to the prohibition of discrimination based on gender of the previous Equal Treatment of Students at Universities Act. In other words, the Discrimination Act shows a more restrictive approach to the possibility of positive action measures such as quotas.

This alteration is an evident contradiction in light of the growing gender imbalance in certain higher education degrees in Sweden, where the under-represented sex is men (Ministry of Integration and Gender Equality, 2009: 3). According to the Ministry of Integration and Gender Equality, in order to promote equality in higher education, the focus should not only be on combating gender-based subject choices but also on reversing what the government considers to be a trend towards fewer male students in the sector (Ministry of Integration and Gender Equality, 2009: 3). So, in practice, the alteration in the wording of the Discrimination Act has clear implications in the possibility for positive action measures in the name of gender balance, where the entrance procedures to higher education are concerned, namely, in the protection of the under-represented sex through quota-systems.

In 2008, the CEDAW Committee, in its concluding observations regarding Sweden, (UN CEDAW Committee, 2008), considered that it should strengthen its efforts to encourage and increase the number of women in high-ranking posts, particularly in academia. For this purpose, it recommended the adoption of measures to encourage more women to apply for these kinds of jobs. The observations urged the Swedish State to undertake temporary special measures in order to accelerate the realization of women's de facto equality with men. More specifically, the committee also recommended that Sweden included temporary special measures such as goals and quotas in its gender equality legislation, enhanced by a system of incentives, in both the public and private sectors (UN CEDAW Committee, 2008: 4 [25]). In what concerned the special interests of men, the committee only focused on parental leave by stating that:

The Committee recommends that the State party continue its efforts to ensure reconciliation of family and professional responsibilities and for the promotion of equal sharing of domestic and family tasks between women and men, including by increasing the incentives for men to use their right to parental leave (UN CEDAW Committee, 2008: 4-5 [27]).

Therefore, there is no particular emphasis in these observations on the needs of men in the area of higher education, namely in admissions procedures. There is also no direct

reference to men as a group in need of protection in the above mentioned Gender Equality Policy. The government only refers that:

Gender mainstreaming means that decisions in all policy areas are to be permeated by a gender equality perspective. Since everyday decisions, the allocation of resources and the establishing of standards all affect gender equality, a gender perspective must be an integral part of day-to-day activities. The strategy has been developed as a means of combating the tendency to neglect gender equality issues or to consider them secondary to other political issues and activities (Ministry of Integration and Gender Equality, 2009: 3).

However, the Swedish government does not appear to be adopting this strategy, as it seems to have neglected gender balance in university admissions procedures, in what concerns the special needs of men as the under-represented sex. Moreover, the government seems to have considered this issue secondary to other political issues and activities, as the element of gender balance in higher education was excluded with the amendment of the Higher Education Ordinance.

Swedish universities had been given autonomy by the Swedish government to implement quota systems for the under-represented sex in order to provide gender balance within certain higher education degrees (The European Directory of Women and ICT, 2010). However, some members of government, namely Sweden's previous Minister for Higher Education and Research Tobias Krantz, considered that quota systems based on gender did not produce positive practical results (The European Directory of Women and ICT, 2010). As an example of these negative results, one may consider the case of Swedish University of Agricultural Sciences (Swedish Court of Appeal, 2009: T-3552-09). This case, as well as a case regarding ethnic quotas of the Uppsala Faculty of Law (Supreme Court of Sweden, 2006: T 400-06) both led to imbalanced results due to the application of quota systems. These cases will be further developed in this thesis, as they can be considered to have motivated the Swedish government's decision to disallow the use of gender quotas in university entry procedures, as well as the consequent *amendment of the Swedish Higher Education Ordinance*.

The amended version of the Ordinance 2010:2020 (Swedish National Agency for Higher Education, 2010) no longer includes the references to gender of its previous version (Ministry of Education and Research, 1993), regarding the provisions for equal treatment of students in admissions procedures. Section 9 of chapter 1 of the previous Ordinance made direct reference to section 7 of the Equal Treatment of Students at Universities Act (Ministry of Education and Research, 2007). This Act allowed for an exception to the prohibition of direct discrimination when a more favourable treatment of students was justified due to a special interest, that was required to be manifestly more important than the interest of preventing discrimination at university. The exception could be made on the grounds of sex, ethnic belonging, or other factors. However, section 9 of chapter 1 of the previous Ordinance was repealed by the new, amended Higher Education Ordinance, whereby this possibility of favourable treatment based on gender has ceased to apply (Swedish National Agency for Higher Education, 2010).

Up until the time of this amendment, it was considered lawful for universities to apply gender quota systems for the under-represented sex in their admissions procedures

(on the condition that all other factors between a potential male and female candidate were equal). However, with this alteration, from the second semester of 2011 on, the possibility for admissions to take gender into account will no longer be applicable as a measure for equal treatment, including measures of positive action through quota systems.

Sweden had already disallowed the exceptional use of quotas based on ethnicity in 2006, regarding applicants with lower qualifications (The European Directory of Women and ICT, 2010). Coincidentally, it was in 2006 that the aforementioned ethnic quota court case involving the Uppsala Law Faculty took place (Supreme Court of Sweden, 2006: T 400-06). The Law Faculty had a quota system whereby 10 percent of seats were reserved for students with both parents of foreign origin, whose qualifications were inferior to the majority of the applicants for this degree. Two students of Swedish origin considered that they had been discriminated due to their ethnic origin. They took their case to the Supreme Court because they were denied the possibility of entering the law degree due to this 'ethnic quota', which was applied favourably for students who did not have equal merits to their Swedish counterparts. The above mentioned exception to the prohibition of discrimination of section 7 of the Equal Treatment of Students at Universities Act was at stake in this case (Ministry of Education and Research, 2007), whereby universities were allowed to disregard this prohibition if there was a justified special interest that was manifestly more important than the interest of preventing discrimination at university (paragraph 2 of section 7). The question in this case was whether or not this exception permitted the application of a quota system for admissions. The court ruled that, in this case, 10 percent of the seats could not be used for applicants of a specific ethnic origin.

Since 2006 there has been the progressive prohibition of the use of quotas based on ethnicity and gender when granting admission to higher education institutions (The European Directory of Women and ICT, 2010). Even though a number of universities in Sweden made use of the provision of the Higher Education Ordinance regarding gender in admissions, the way the provision was applied varied from institution to institution (The European Directory of Women and ICT, 2010). The practical result of the application of these quota systems caused this type of preferential treatment to especially benefit male students in medicine, dentistry, psychology and law (The European Directory of Women and ICT, 2010). Among the universities that incorporated preferential treatment based on gender in their admissions processes, the veterinary program of the Swedish University of Agricultural Sciences is emblematic because in this case (as in others in Sweden), there were 'gender-biased competition' complaints by a majority of female applicants (The European Directory of Women and ICT, 2010). These measures, instead of just especially benefiting men, also resulted in women being left on the reserve list to admissions. Therefore, in this case, instead of counteracting gender imbalance, the gender quota system resulted in gender discrimination towards women, who were left out due to what can be considered to be an unlawful application of quotas in order to protect the under-represented sex.

On the other hand, the Office of the Swedish Equality Ombudsman (now the Discrimination Ombudsman or DO) did not agree with the Swedish government's decision regarding the elimination of the provision allowing the use of preferential treatment on the grounds of sex from the admissions procedures to higher education (The European Directory

of Women and ICT, 2010). Along with several consultative bodies, the DO advised against amending the regulations. The Ombudsman also criticized the fact that the regulatory change at stake was not sufficiently scrutinized prior to the decision of excluding gender as a criterion in the admissions to university (The European Directory of Women and ICT, 2010). According to the DO, the fact that some particular schemes of preferential treatment did not achieve the intended results does not mean that all types of positive action based on gender should be disregarded when granting admission to studies. In other words, even though the sued institutions acted unlawfully, it is wrong to totally eliminate the option of employing preferential treatment on the basis of the above mentioned court cases (The European Directory of Women and ICT, 2010). According to the Ombudsman, promoting gender equality in the higher education sector must be done in a way that does not break anti-discrimination principles. Furthermore, the DO considered the consequences of the application of this practice to admissions to higher education institutions were still relatively unknown. However, in the opinion of the DO, even though preferential treatment should continue to be an option, the question remained as to which concrete measures needed to be taken in order to obtain balanced results (The European Directory of Women and ICT, 2010). Rather than amending the regulations, the Equality Ombudsman's Office considers that Swedish universities should be informed about which lawful measures they could use to promote gender balance in the student body (The European Directory of Women and ICT, 2010).

3.2. The case of the Swedish University of Agricultural Sciences

In 2007, a benchmark lawsuit took place in Sweden,¹ whereby women who had applied for the veterinary program of the Swedish University of Agricultural Sciences sued this university for unlawful gender discrimination. The Appeal Court's decision (Swedish Court of Appeal, 2009: T-3552-09) found positive action treatment when admitting students to the veterinary program to be contrary to both EU law and Swedish legislation at the time, namely, the Equal Treatment of Students at Universities Act (*European Network of Legal Experts in the field of Gender Equality, 2010: 133-134*). The veterinary program at the Swedish University of Agricultural Sciences (SLU) in Uppsala is the only veterinary school in Sweden. As there were many applicants for few places, and the number of applicants with top grades was higher than the number of seats, specific selection criteria were used when it came to their distribution. The university stipulated that, if two or several applicants had equal merits, the under-represented gender would be given priority in admission. In the selection system, a gender was considered to be under-represented if it made up less than 50 percent of the total number of eligible applicants, and female student applicants far outnumbered males for this particular degree (*European Network of Legal Experts in the field of Gender Equality, 2010: 133-134*). So, when applicants had equal merits, male students were given priority in accessing the program. The university gave instructions to the Swedish National Agency for Higher Education to implement this criteria of preferential

¹ Gunnar Strömmer and Clarence Crafoord were the lawyers that represented the women that sued this university. The *Centre for Justice* (<http://centrumforrattvisa.se/english/>) has taken legal action on behalf of women who have been denied admission to university degrees on the basis of their gender over the past years.

treatment. The reasons for this were mostly based on the consideration that both sexes should be represented in the labour market, as well as reasons connected to gender balance in the student body (*European Network of Legal Experts in the field of Gender Equality, 2010: 133-134*). This was considered to be a case of unlawful application of a quota system in the access to higher education, in order to promote gender balance. Even though the court accepted that a certain leeway for positive action should exist, it found preferential treatment in this case to be disproportionate. The university at stake had used a 'weighted lottery' in the admission process. Since the male applicants were the gender minority, they had a chance that was six times greater than the women of entering that particular veterinary degree and, in fact, as a result, solely men were admitted (The European Directory of Women and ICT, 2010). The procedure meant that there would be a rotation list of randomly selected male applicants and a list of randomly selected female applicants. The applicants who were first on the list were alternately raffled against each other for a place in the program. The draw gave men a chance to get the place, and this chance was ever greater in inverse proportion to the percentage of male applicants to the program. As the proportion of male applicants to the veterinary program in 2006 and 2007 was approximately 15 percent, men were therefore given a 85 percent chance of winning the draw against the female candidates. So, the outcome of this particular measure, in this year, was that many female students ended up on the reserve list for the degree in the above mentioned quota group. This fact was found to have such a disproportionate effect on the number of female applicants that, by making it virtually impossible for them to enter the veterinary program, it was considered to violate anti-discrimination legislation.

Section 7 of the Equal Treatment Act was at stake, due to the violation by the university of the prohibition of discrimination based on gender. It was proved in this case that the objective treatment of the female candidates resulted in a clear disadvantage for them. According to this Act, in order for this disadvantage to be considered, it is sufficient that an applicant has less of a chance to be accepted in a degree. Therefore, in order to suffer a disadvantage, a candidate did not necessarily need to be completely excluded. Moreover, the State Anti-Discrimination Committee considered that affirmative action in this case had not been justified. The women won the case and were awarded compensation on an individual basis, under the terms of section 13 of this Act (*European Network of Legal Experts in the field of Gender Equality, 2010: 133-134*). The treatment of female candidates was also considered to violate European Equal Treatment Directives, (Council Directive 76/207/EEC, 1976: 39; Council Directive 2000/78/EC, 2000: 20; Directive of the European Parliament and of the Council 2002/73/EC, 2002: 18) as well as the above mentioned Article 141, (4) of the EC Treaty.

3.3. Indirect discrimination of men in Sweden under European Union law

The purpose of this section is to apply the considerations, approached on a regional level, regarding indirect discrimination on the grounds of sex under EU law, to the context of Sweden. Indirect discrimination is one of the key concepts in EU anti-discrimination law and it occurs where an unjustified adverse impact is produced for a protected class of

people by an apparently class-neutral action (Directive of the European Parliament and of the Council 2002/73/EC, 2002: 17, art. 2.2 [2]; Ellis, 2005: 91). Therefore, it is possible to draw a parallel with the current situation regarding men's access to higher education in Sweden, in the sense that the State decided to take away the gender element in the quota-systems for admission procedures. In other words, this decision, although it seems to be based on a gender neutral criterion, creates a particular disadvantage to men, as they are the under-represented sex in some higher education degrees in Sweden. Therefore, the alteration of the Higher Education Ordinance is class-neutral action only in appearance. As the gender imbalance is growing between men and women, this amendment will create an unjustified adverse impact on men. This decision by the government is not a class neutral action, as it discriminates the male gender as a class or group. The statistics presented in this thesis show that men are underachieving in some of the classical higher education degrees, not only in Sweden but also on a European level. So, the fact that Sweden took away this possibility of special protection for the under-represented sex can be considered to have created a situation of indirect discrimination for men.

Specifically regarding the concept of adverse impact, according to the case law of the ECJ, the developments of the Race Directive (Council Directive 2000/43/EC, 2000: 24) and of the Framework Directive (Council Directive 2000/78/EC, 2000: 20), it is relatively undisputed that it is enough for the adverse impact to be anticipated as a future or 'contingent harm' to a particular group, in order for it to be considered to occur (Ellis, 2005: 91-93). Hence, the idea of a future adverse impact is included in the concept of adverse impact itself. This concept is also applicable to the Swedish scenario, whether in the present or in the future, as the effects of gender imbalance are already occurring in the present, with men accessing degrees in lower numbers than in the past, and will continue to occur in the future due to the changes in the legislation, that have reduced the level of protection of this gender.

Specifically regarding the concept of 'contingent harm', according to the ECJ, statistical evidence must be presented as proof, in order to support the claim that a particular group is being the victim of an adverse impact emerging from a specific practice (Ellis, 2005: 94). Moreover, as a matter of principle, when a specific law determines that a certain situation is forbidden, it is not usually necessary to wait for actual harm to occur (Ellis, 2005: 94). This 'contingent harm' can be considered to occur within the Swedish context, in the sense that men are the particular group that has become the victim of the above mentioned adverse impact, that has emerged from a particular State practice. The State practice, in this case, was the decision to amend the Higher Education Ordinance, with the withdrawal of the gender element from the quota systems in the admissions procedures to higher education. The section of this thesis regarding gender equality in higher education on a European level, contains the statistical evidence that indicates this 'contingent harm'. Men as a social group are falling back in higher education in the European context, in which Sweden is included. However, in order to determine a situation of indirect discrimination in a court of law, to be able to claim that another group has received a more advantageous treatment, it has often been considered necessary to identify a group of people with whom to make a comparison (Ellis, 2005: 94). Thus, one can consider that, in the case of the

Swedish University of Agricultural Sciences, there was not enough reflection on the comparison between men and women regarding the application of the gender element to the quota system at stake. The only comparison that was made was between the disproportionate number of women who were left out due to the incorrect application of the quota system, and the men that were admitted to this degree, when they were 'under-qualified' in comparison with their female counterparts. The result was, in fact, one of gender imbalance, that tilted in the favour of men and left women out, even when they outnumbered men in terms of qualifications. Even though the decision ruled in favour of the discriminated women, it can also be considered that the issue of the indirect discrimination of men was disregarded, as the gender balance element was not taken into account for students of this gender.

Moreover, the fact that this situation occurred in this program and in other degrees in Swedish universities should not have influenced the decision of the State to withdraw the possibility of taking gender into account, regarding the application of quota systems per se. The outcome of these court cases for men was less protection than before the amendment of the Higher Education Ordinance.

Regarding the proof of the degree of actual adverse impact in sex discrimination claims, the ECJ has demanded it with different levels of precision (Ellis, 2005: 96). The different cases of indirect discrimination under EU law use different parameters in order to determine this concept. The criteria seems to be evolving in what concerns the demand for more detail and more specific statistical elements. For example, in some cases, in order for actual adverse impact to be considered, it is necessary that the measure affects a far greater number or percentage of people of one sex over another. Therefore, the proportion of members of a group of one sex that is affected by the measure must be particularly marked (Ellis, 2005: 94). However, the exact percentage or number of people affected varies on a 'case-by-case' level. In some cases, such as the *R versus Secretary of State for Employment* case (Case C- 167/97, 1999: ECR I-00623), it was considered necessary for the statistics to show that there was a considerably smaller percentage of one of the sexes that could comply with the rule in question (Ellis, 2005: 97). These concepts are still somewhat vague and abstract, as 'particularly marked' and 'considerably smaller percentage' are difficult to define. Moreover, in this case, the time of the creation and application of the rule in question was also taken into account, in accordance with the required percentage of gender balance. In order to consider that there was a case of indirect discrimination, it had to be established that a certain percentage of workers of a particular gender had not been attained in the job at stake. However, the ECJ does not limit itself to statistical evidence at a specific moment in time. Statistical evidence does not necessarily need to be 'marked', but can also be less evident, if it is considered to be persistent and constant over a long period of time (Case C-226/98, 2000: ECR I-02447). The ECJ leaves the discretionary power to draw conclusions and assess whether the statistics can be taken into account to the national court (eg, with regard to the significance of the phenomena at stake or the quantities of individuals involved in the groups in question) (Ellis, 2005: 97). In the *Swedish University of Agricultural Sciences* case, it seems that the decision of the court does not comply with the rules of EU law in the Swedish context, namely, with regard to statistical elements regarding

gender balance, where the concepts of adverse impact and contingent harm are concerned. It can be considered that the discretionary power that was left to the court in this case gave it too much leeway in the decision-making process, as the court seems to have disregarded any statistics that proved that the gender imbalance still existed. The ECJ also considered that, besides the relevance of the data at the moment when a certain act was adopted, the subsequent data contributing to the assessment of the impact of a certain measure on men and women may also be taken into account (Case C- 167/97, 1999: ECR I-00623). In what concerns the withdrawal of the gender element from the positive action measures of the Higher Education Ordinance, the statistics that prove the growing gender imbalance in higher education in Sweden and in other European countries may also be of relevance for the issue of the indirect discrimination of men.

The ECJ also raises the issue of the moment in time when the above mentioned adverse impact should be determined, that is also considered relevant in terms of proof. The Court has considered that the appropriate moment to judge the impact of a rule may vary according to the circumstances of each case (Case C- 167/97, 1999: ECR I-00623). For this purpose, EU law must be taken into account, whether the relevant time is the time of the adoption, the implementation or of the application of the national measure in the case in question. For this purpose, the legal and factual circumstances of the time when the legality of a certain rule is assessed (and consequently, the time of its impact) should also be left to the discretion of the national court. According to this line of thought of the ECJ, a parallel can be drawn regarding the actions of the Swedish State and the amendment of the Higher Education Ordinance. This amendment can be considered to not have been carried out at an 'appropriate moment', according to the Swedish national context (Case C- 167/97, 1999: ECR I-00623). Moreover, the time of the withdrawal of the gender element of this positive action measure may be questionable in terms of its legality, within the circumstances. The national authority that adopted it, the Swedish government, can be considered to have acted beyond its lawful powers. As a consequence, this amendment can be considered to not be in compliance with EU law, according to the above exposed case law and EU Directive guidelines. In conclusion, there are many grounds on which men can be considered to be indirectly discriminated in certain higher education admissions procedures in Sweden, not only according to the case law of the ECJ, but also according to EU Directives.

3.4. Sweden's 'opting-out' on a human rights level

The purpose of this section is to apply the considerations of the United Nations on the right to education and gender equality to Sweden's approach to the human right to higher education, regarding quota systems for the under-represented sex. With this analogy in mind, some of the aspects that are considered by the UN will be applied to the Swedish context. Point 3.4.1. will look into the progressive realisation of the right to education, point 3.4.2. will consider the principle of non-discrimination on the grounds of sex in the right to education, while 3.4.3. will take on the issue of the violation of the human right to education. Finally, 3.4.4. will focus on the role of universities. This parallel to the current situation regarding the right to education and gender balance in Sweden serves the purpose of raising the issue of a potential violation of the right to education by the Swedish State.

3.4.1. On the progressive realisation of the right to education

One of the elements that is considered to be included in the 'core content' of the right to education is the access to this right on a non-discriminatory basis (Wilson, 2005: 10). However, the Swedish government seems to have taken the 'opting out' route afforded to States through the use of the concept of the progressive realisation of the right to education. Even though the idea of realisation over time is considered to be a flexibility device, it imposes an obligation on States to move as fast and effectively as possible towards the full realisation of the rights in question. The Swedish government seems to have disregarded the concept of 'appropriate means', within the scope of the progressive realisation of the right to education, when it took away the legal possibility of quotas for the under-represented sex in the admissions procedures. From an International Human Rights perspective, 'Higher education shall be made equally accessible to all, on the basis of capacity, by every appropriate means' [ICESCR, 1976: art. 13. 2. c)]. The 'means' which should be used to fulfil this obligation are "... 'all appropriate means, including particularly the adoption of legislative measures'." (CESCR, 1990: [3]). Given the established gender imbalance in certain higher education degrees, when the Swedish government amended the Higher Education Ordinance, excluding the possibility of taking gender balance into account as an element of appreciation in university admissions, it did not justify the 'appropriateness' of the elimination of this measure. The Swedish State was, in fact, free to decide for itself which means were most appropriate under these specific circumstances, but should have indicated why this specific positive action measure was withdrawn (CESCR, 1990: [4]). One can go as far as to consider this government decision a deliberately retrogressive measure, and therefore it should have been subjected to more careful consideration and full justification by reference to the totality of the rights provided for in the ICESCR (CESCR, 1999: [9]). It is deliberately retrogressive in the sense that it was adopted at a time where there was no strong justification to alter the protective measure in question. Men's right to higher education, as well as their right to non-discrimination on the grounds of sex are highly protected and, therefore, any legislative measures against these rights on a national level needed to be based on overriding and urgent circumstances under the terms of the ICESCR. However, Sweden has not assumed the burden of proving these circumstances, and therefore can be considered not to have complied with International Human Rights law (CESCR, 1999: [9]).

Women have been afforded quotas in politics (Krook, 2006: 110-118) as well as in university admissions procedures (Fullinwider, 2010: *s 9*), in several countries for years. More recently, the EU has launched a debate regarding seats for women in the administration boards of companies (EU Business, 2011), as well as in academia, in order to fight the gender imbalance among higher education professors and researchers (Numhauser-Henning, 2006: 11-22).

Nonetheless, the gender imbalance in many university degrees is still growing, leaving men out of the race to higher education. Whatever the explanations that may be put

forward regarding the situation of the underachievement of men on an academic level, there is an objective gender imbalance that needs to be tackled.

Moreover, the law did not fulfil the function to predict potential 'damage' nor did it attempt to prevent it. It also did not correct what was actually unlawful. Besides the damage that already existed with regard to men, the need to prevent greater gender imbalance as a consequence of these legal alterations was also ignored. Swedish law should still use the necessary measures (eg, quotas) in order to prevent the existing imbalances from getting worse, until the point in time where this society is able correct the imbalance without the aid of this kind of positive action measure. Due to the fact that gender balance in higher education remains to be achieved in Swedish society, the law should not be changed, as it is depriving the under-represented sex of an extra measure of protection. So, the future of women as a social group in Sweden may also be compromised by this alteration, as this decision of the Swedish government to take away the gender balance element from higher education admissions may revert against them too. For instance, if the gender imbalance occurs on the female side in the future, there will be no extra protection for women either.

3.4.2. On the principle of non-discrimination on the grounds of sex in the right to education

Even though Sweden is bound by the general prohibition against discrimination on the grounds of sex in Article 2 (2) of the ICESCR, it's government can be considered to have disregarded the interpretation made by the CESCR of the normative content of Article 13, in relation to the element of 'accessibility' to higher education (CESCR, 1999: [9]). As within the jurisdiction of the State educational institutions and programmes have to be accessible to everyone, without discrimination (CESCR, 1999: [6. b.]), the elimination of gender quotas as a positive action measure can be considered to indirectly discriminate men, as a group, by limiting their chance to access higher education.

Non-discrimination should not only be based on the idea that education must be accessible to all, but also, in particular, to the most vulnerable groups of society, in law and fact.(CESCR, 1999: [32]). Moreover, the adoption of temporary special measures intended to create *de facto* equality for men and women (eg, quotas) is not considered to be a violation of the right to non-discrimination with regard to education. However, these temporary special measures are only allowed as long as they do not lead to the perpetuation of unequal or separate standards for different groups, and provided they are not continued after the objectives for which they were taken have been achieved (CESCR, 1999: [32]). Furthermore, as has already been referred above, the prohibition against discrimination is not to be subject to progressive realisation from an International Human Rights perspective, as it is to be considered as fully and immediately applicable to all aspects of education. If one applies this principle to the Swedish context, there is an objective disregard for this fact, as the principle of non-discrimination on the grounds of sex in education cannot be subject to progressive realisation. Therefore, it also cannot be submitted to a retrogressive measure of any kind, as these exist within the scope of progressive realisation. According to the data and statistics referred to in this thesis, *de facto* equality between men and women in the area of higher education is still far from

being achieved, not only at the level of the EU but also in Sweden. So, quotas as a positive action measure for reserving seats for men in certain university degrees in Sweden can be considered not only increasingly necessary but also justified.

In conclusion, as the prohibition against discrimination is not subject to progressive realisation, when the possibility of gender quotas for the under-represented sex in higher education was withdrawn in Sweden, men can be considered to have been victims of indirect discrimination. The fact that the Higher Education Ordinance was amended before the achievement of gender balance in certain higher education degrees, may be an indicator that men, as a group, have not been given equal treatment or opportunities to those of women, in what concerns affirmative action measures.

Furthermore, General Comment 28 specifically highlights measures of 'empowerment' for women, being quotas one of the 'strong measures' that can be considered to lead to this 'empowerment' in a faster and more direct manner. So, why are these measures not considered to have the same purpose in Sweden regarding men? It seems that the role of men in society is changing, and not enough attention has been given to what can be considered a social 'trend' that involves men's under-achievement in the 'classical' areas of academia (Numhauser-Henning, 2006: 11-22). So, besides being the victims of discrimination in their right to education on the grounds of sex, men are also being disregarded in Sweden if one applies the above concept of 'empowerment' to their social group, as they can no longer benefit from quotas, as a 'strong' positive action measure.

3.4.3. On the failure to comply with the obligation to protect in higher education

Within the framework of the right to education, the Swedish State can be considered to have violated its obligation to protect through the subjection of men to *de facto* discrimination. The *de facto* discrimination of men can be considered to be due to the State's failure to acknowledge and address discrimination, in the case of the withdrawal of the possibility for gender quotas in admissions procedures. This discrimination can be considered to take place on a societal level, regarding men's careers, due to the reduction of the horizons of young men in the access to higher education. Another reason for considering that men were the victims of *de facto* discrimination is the fact that the State failed to recognise and address the existence of obstacles to boys' academic achievement.

According to United Nations General Comment 3, a State's failure to meet the minimum core obligation of the 'progressive realisation' of ESCR would be a violation of its obligations under the respective Covenant (CESCR, 1990: [10]). The Limburg Principles (UN Commission on Human Rights, 1987) and the Maastricht guidelines (ICJ, 1997) can be applied to particular cases and violations. Taking the obligation to protect into specific consideration, it requires States to prevent violations of such rights by third parties (ICJ, 1997: [6]). Failure to perform this obligation constitutes a violation of the respective protected rights. Also, the Maastricht Guidelines recognize that economic, social and cultural rights impose obligations of conduct or result, and the right to education necessarily entails the obligation of 'result'.

In the case of Sweden, the application of quota systems for the under-represented sex in admissions procedures to university led to a result of gender imbalance. If one goes back to the case of the Swedish University of Agricultural Sciences, where women were left out of some higher education degrees, the failure to comply with the obligation of 'result' by the State is evident. From an International Human Rights perspective, with the application of that specific quota system, the university created exactly the opposite 'effect' to the desired gender balance among the candidates. The practical outcome of these measures led to the obvious discrimination of the sex that was not under-represented (women), while also failing to accomplish the objective of promoting gender balance for the under-represented sex (men). Moreover, within the scope of International Human Rights, certain groups, particularly those that are already vulnerable and underprivileged, are more likely to suffer disproportionate harm in this respect. These groups are considered to include, among others, women (ICJ, 1997: [20]). However, this principle should also be applied to men, who can also be considered a particularly vulnerable group in the Swedish context, due to the fact they are underachieving in different areas of education.

In the light of the Limburg principles and the Maastricht guidelines, a violation of the obligation to protect by the State in the area of the right to education will occur if 'The educational opportunities and facilities available to girls and women are inferior to those provided for boys and men.' (AAAS, 1998: [24]). This situation should also be applied when educational opportunities are made less available to boys. Thereby, the removal of the possibility of a gender quota in higher education can be seen as one less 'educational opportunity' for men as the under-represented sex, as it reduces their chance of access to certain university degrees.

So, the issue remains as to whether or not the Swedish government is, in fact, violating its obligation to protect, when taking away the possibility of seats for the under-represented sex. Is it not failing to address obstacles to boys' academic achievement? (AAAS, 1998: [24]). The CESCR Committee offers a short list of likely violations, which in many respects mirrors the core minimum elements of the right to education, whereas:

...violations of article 13 include: the introduction or failure to repeal legislation which discriminates against individuals or groups, on any of the prohibited grounds, in the field of education; the failure to take measures which address *de facto* educational discrimination;... the failure to maintain a transparent and effective system to monitor conformity with article 13(1); ... the failure to take 'deliberate, concrete and targeted' measures towards the progressive realisation of secondary, higher and fundamental education in accordance with article 13(2) (b)-(d). (CESR, 1999: [59]).

In conclusion, Sweden can be considered to be failing to comply with its international human rights obligations through these three types of violations. Firstly because, by amending the Higher Education Ordinance, the State introduced an alteration in the legislation that indirectly discriminates men in the field of education. Secondly, because the State failed to take measures which address the *de facto* discrimination of men. Men are, in practice, discriminated by the lack of action of the State in addressing the issue of their *de facto* discrimination in their access to higher education. This also means that Sweden is not effectively monitoring if everyone is being afforded the right to education. Finally, the

removal of the possibility of quotas as a positive action measure can also be considered a failure to take a targeted measure towards the progressive realisation of the right to higher education with regard to men, as quotas are a stronger type of positive action measure, unlike the "softer" goals regarding education.

3.4.4. On the role of universities

Do universities in Sweden have too much autonomy in the application of positive action measures? If this is the case, is this excessive autonomy in the application of quota systems by universities the reason for the results of gender imbalance upon their implementation? One possible solution would be that quota systems could be determined by the government, on a standard and uniform basis, for all universities, so that the application of gender quotas is not left in the hands of each higher education institution, on a 'case-by-case' basis.

Moreover, is there a possibility that, in the face of the several court cases regarding the discrimination of women in admissions procedures in Sweden, the sued universities decided to stop applying gender quotas due to political and social pressure? On the other hand, did the government's decision to amend the Higher Education Ordinance, with the elimination of the reference to gender when addressing positive action measures, also occur due to social pressure because of those very court cases?

The Limburg principles expressly lay down that States are accountable both to the international community and to their own people for their compliance with the obligations under the ICESCR (UN Commission on Human Rights, 1987: [10]). Ultimately, it is the Swedish State that has allowed for this excessive leeway in the implementation of quota systems by its universities, and therefore is the State that is to be held accountable for potential human rights violations that occur as a result of its government's decisions. According to these principles, even though a margin of discretion is afforded to States in the selection of means for complying with these obligations (UN Commission on Human Rights, 1987: [71]), a State will be in violation of the Covenant, *inter alia*, if, among other obligations, it fails to 'implement without delay a right which it is required by the Covenant to provide immediately' (UN Commission on Human Rights, 1987: [72]) or if 'it applies a limitation to a right recognized in the Covenant other than in accordance with the Covenant' (UN Commission on Human Rights, 1987: [72]) or 'it deliberately retards or halts the progressive realization of a right' (UN Commission on Human Rights, 1987: [72]). Considering the above, firstly, the Swedish State can be considered to have failed to implement 'without delay' men's right to education on a non discriminatory basis, as the Higher Education Ordinance was amended in a way that goes against the promotion of gender balance in admissions. Secondly, one can consider that, with the withdrawal of the possibility of the gender quotas, the State applied a limitation to men's right to education, for reasons not in accordance with the ICESCR. Moreover, this would involve a limitation to the equal rights of men to the enjoyment of the right to education set forth in Article 3 of the Covenant, as the alteration of the Ordinance goes against the obligation of the State to move as fast and effectively as possible in order to enable men's access to higher education. Thirdly, this amendment can also be seen as a means of stalling the progressive realisation

of men's right to education. If, in fact, this is the case, an issue regarding the separation of powers between the judicial, the legislative and the executive powers in Swedish democracy can also be raised. Was the motivation for the amendment of the Ordinance based on the fact that the sued Swedish universities did not apply the gender quota scheme with the aim of achieving the final result of gender balance? Women were, in fact, excluded from university in these cases, but this fact is not synonymous to the unlawfulness of the quota system itself. Therefore, there is no reason for the gender element of the positive action measure in question to be withdrawn from the Ordinance.

Conclusion

Ultimately, this thesis has attempted to answer whether or not men are being discriminated from a legal and social perspective, where their educational opportunities are concerned. Therefore, behind this discrimination of men in the law, one may consider a previous underlying social issue. The trend for male underachievement on an academic level may be the result of the 'gendering' of boys in today's society. When focusing specifically on academic performance and achievement, it seems that culture plays a part in the stereotyping of the roles of men and women, as even empirical research into sex differences is often highly influenced by politics, and may be manipulated (Levit, 1998: 21-22). As gender does not exist outside culture, even the most simple connections between sex and academic performance are necessarily linked to social context. Moreover, culture attributes certain behaviours to certain genders and assigns values to those behaviours. According to some sociological studies, gender segregation is 'rampant' in schools, as it is indoctrinated by parents, teachers and peers (Levit, 1998: 44). Is it not society that expects boys to develop characteristics of dominance, such as independence, self-reliance, competitiveness and leadership? (Levit, 1998: 47)

Gender is, therefore, a largely social construct (Levit, 1998: 62-63). We live in a culture that not only celebrates differences but also looks for them, and biology easily becomes a perfect justification for discrimination (Levit, 1998: 63). Where gender differences are concerned, the fact that society constructs two separate gender cultures, that separates the sexes, disadvantages both females and males, and this fact needs to be strongly resisted, not only by means of the law, but also by all sectors of society (Levit, 1998: 15).

Female representation in many areas is considered crucial and necessary for a fair and equal society. Therefore, male representation in those same areas should also be seen to be necessary. There have been quotas for women in politics for years, and currently quotas for this gender are being proposed in administration boards on an EU level, as well as in academia. So, in the same way as a society with no female lawyers, doctors or scientists is considered imbalanced, the same should apply if there is a lack of men in these areas. Moreover, due to the developments in the law, there is no reason to wait for the gender imbalance between men and women in higher education to be aggravated further, in order to counteract it.

With regard to Sweden specifically, the adverse impact on men caused by the withdrawal of quotas for the under-represented sex in admissions to higher education will be progressively evident in the next few years. The gender element of positive action

measures such as quotas should therefore be reinstated into the Higher Education Ordinance, as well as the ethnicity element of the same provision. In this way, disadvantaged and vulnerable groups within the student population in Sweden will not be denied this opportunity for extra protection in the law. The problems regarding the discrimination of men and women in the application procedures would be solved by a correct and proportionate application of the quota systems by the respective universities. If there had been a greater degree of governmental control, those arbitrary results would have been avoided. In Swedish democracy, if the government is truly independent in its evaluation of the necessity for gender balance, then the need to change the Ordinance back to its previous, more protective version becomes evident. Under its human rights obligations, the government should also effectively monitor whether or not all students are being afforded their right to education.

So, is there not a 'special interest' that justifies quotas for gender balance in Sweden at the moment? Why are men's interests not considered sufficiently important for men to be afforded special protection in higher education? Is there, in fact, an issue of gender bias that is disregarding men as a vulnerable social group? In this case, men clearly have not been given equal treatment or the same opportunities as those of women, in what concerns affirmative action measures. It is also clear that the Swedish State is failing to recognise and address the obstacles to boys' academic achievement, as the removal of the possibility of a gender quota in higher education can be seen as one less 'educational opportunity' for men as the under-represented sex, that reduces their chance of access to certain university degrees.

Furthermore, quotas in admissions to higher education don't necessarily need to be in a 50 percent proportion for each sex. They can be proportional to the population that attempts to access the respective degrees instead. In this way, true balance between the genders would be reflected in student numbers and, hopefully, in the labour market. If International Human Rights law, European law and Swedish law all consider gender balance in labour and education important when women are the under-represented sex, then these legal systems should give the same importance to gender balance, when the under-represented sex is men, at the risk of their discrimination, on a direct and indirect level.

On the other hand, a State can decide for itself what is the most appropriate way of achieving gender balance. It is not forever bound by a previous decision to allow preferential treatment. In fact, a State has discretionary power to act in this area, but there are guidelines given on an International Human Rights level and on an EU regional level that should bind States not to withdraw protective measures for the under-represented sex before gender balance has been attained.

Sweden chose well in applying quotas as a positive action measure, but the application led to negative results. Moreover, the government must not base its decisions to amend laws such as the Higher Education Ordinance on court case results that tend to influence public opinion. All the public powers seem to be 'singing the same song', which sounds like lack of independence in a democratic society. The fact that the law was changed in Sweden in the sequence of the court cases regarding ethnic quotas and gender quotas, respectively, shows that there may be a lack of independence among the democratic powers

in Swedish society, namely, between the executive, the legislative and the judiciary. Regarding universities, the fact that they are subject to political pressure raises the issue of their autonomy towards implementing government policies. On the other hand, the excessive leeway given by the government to the universities may also be questionable, in the sense that the 'case-by-case' application of quota systems led to gender discrimination of both men and women. So, the excessive autonomy given to the universities by the government may be considered to be contrary to human rights. Therefore, the government should be held accountable for its actions.

It is true that quotas are not the ideal positive action measure, as they are the most 'aggressive' form of creating equal opportunities, and can be seen to be an artificial way of providing gender equality. There is also a danger of creating a nightmare social scenario where there are quotas for every single group in society. Moreover, from the perspective of individual rights, every time you give a seat to someone due to a quota, you can be considered to be taking away this possibility from someone else, discriminating the person that was left out because of their gender, ethnicity or other factors in the process. Nevertheless, Sweden would better fulfil its international obligations if it did not regress on positive action measures that were pioneering, not only on a European level, but also on a human rights level, as it stands as a country which is notable for its democratic and egalitarian society.

In conclusion, as discrimination on the grounds of sex will not cease to exist in the near future, both men and women would benefit if quotas for the under-represented sex are maintained, not only within the Swedish context, but also at the level of European Union Law and International Human Rights law.

These sections are excerpts of the full thesis, that are published in the Vienna Journal on International Constitutional Law, available at:

<http://www.internationalconstitutionallaw.net/download/04612d7e7dcb2cbdbe051d5321fa4b53/Barradas.pdf>

References

- American Association for the Advancement of Science (AAAS)(1998). *Violations of the Right to Education*. 14. October 1998 UN Doc E/C.12/1998/19 [24].
- Council Directive (EC) 76/207/EEC (1976). *On the implementation of the principle of equal treatment for men and women as regards access to employment, vocational training and promotion, and working conditions* (Equal Treatment Directive), OJ L39.
- Council Directive (EC) 2000/78/EC (2000). *Establishing a general framework for equal treatment in employment and occupation* (Framework Directive), OJ L303/20.
- Council Directive (EC) 2000/43/EC (2000). *Implementing the principle of equal treatment between persons irrespective of racial and ethnic origin* (Race Directive), OJ L180/24.

Court of Justice of the European Communities (1999). *Case C- 167/97, R vs Secretary of State for Employment, ex parte Seymour-Smith, of 9 February 1999, Reports of Cases before the Court of Justice and the Court of First Instance*, Section I. Luxembourg, Curia, ECR I-00623.

Court of Justice of the European Communities (2000). *Case C-226/98, Jørgensen vs Foreningen af Speciallaeger, of 6 April 2000, Reports of Cases before the Court of Justice and the Court of First Instance*, Section I. Luxembourg, Curia, ECR I-02447.

Directive of the European Parliament and of the Council (EC) 2002/73/EC (2002). *Amending Council Directive 76/ 207/EEC on the implementation of the principle of equal treatment for men and women as regards access to employment, vocational training and promotion, and working conditions*, OJ L269/15-19.

Directive of the European Parliament and of the Council 2006/54/EC (2006). *On the implementation of the principle of equal opportunities and equal treatment of men and women in matters of employment and occupation (recast) (Recast Directive)*, OJ L204/23.

Ellis, Evelyn (2005). *EU Anti-Discrimination Law*, 91-97. New York: Oxford University Press.

EU Business, EU launches debate on quotas for women in boardrooms, available at <http://www.eubusiness.com/news-eu/business-executive.9e4> (consulted 15 April 2011).

European Commission (EC) DG EMPL (1998). One hundred words for equality: a glossary of terms on equality between women and men. *Employment & Social Affairs*, L-2985, 11- 51.

European Network of Legal Experts in the field of Gender Equality (2010). Gender Equality Law Review 2010-11 (June 2010, Unit EMPL/G/2), 133-134, available at http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/egelr_2010-1_en.pdf (consulted March 20 2011).

Fullinwider, Robert (2010). Affirmative Action. In *Edward Zalta (ed), The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2010 Edition)*, s 9, available at <http://plato.stanford.edu/archives/win2010/entries/affirmative-action/> ('Although affirmative action treats innocent white males unequally, it need not deprive them of any genuine equal opportunity rights. *Provided an affirmative action plan is precisely tailored to redress the losses in prospects of success [by African-Americans and women] attributable to racism and sexism, it only deprives innocent white males of the corresponding undeserved increases in their prospects of success...* [R]emedial affirmative action does not take away from innocent white males anything that they have rightfully earned or that they should be entitled to keep.') (consulted 14 April 2011).

Government Offices of Sweden (2008). Discrimination Act. *Swedish Code of Statutes*, SFS 2008:567, available at <http://www.regeringen.se/content/1/c6/11/59/03/b463d1e1.pdf> (consulted 11 April 2011).

International Commission of Jurists (ICJ) (1997). *Maastricht Guidelines on Violations of Economic, Social and Cultural Rights*, 26 January 1997, UN Doc E/C.12/2000/13.

- International Covenant on Economic Social and Cultural Rights (ICESCR) (1976). 993 UNTS, 3 art. 13. 2. c.
- Krook, Mona Lena (2006). Gender quotas, norms and politics, section on "Critical Perspectives on Gender and Politics". *Politics and Gender* 2(1), 110-118. St. Louis: Cambridge University Press.
- Lerwall, Lotta (2001). *Discrimination on the grounds of sex – an Analysis of (Swedish) National Law and International Law*, 429-435. Uppsala: lustus Förlag.
- Levit, Nancy (1998). Men, Women and the Law. In *The Gender Line*, 21-63. New York and London: New York University Press.
- Ministry of Education and Research (2007) *Equal Treatment of Students at Universities Act (2001: 1286, 1 July 2007, amendments up to and including SFS 2006:308)*, available at http://www.equalrightstrust.org/ertdocumentbank/Microsoft%20Word%20-%20Equal_Treatment_of_Students_at_Universities_Act.pdf (consulted 25 March 2011).
- Ministry of Education and Research (1993) *Higher Education Ordinance* (1993:100), available at http://www.lunduniversity.lu.se/upload/staff/higher_education_ord.pdf (consulted 26 March 2011).
- Ministry of Integration and Gender Equality (2009) *The Swedish Government's Gender Equality Policy*, 3, available at <http://www.sweden.gov.se/content/1/c6/13/07/15/8a48ffb6.pdf> (consulted 26 March 2009).
- Numhauser-Henning, Ann (2006). Introduction: Aiming high-falling short?. In Blanpain (eds.), *Women in Academia and Equality Law*, 11-22. The Netherlands: Kluwer Law International.
- Supreme Court of Sweden (2006) *Case T 400-06 of the 21st December 2006*, available at http://www.hogstodomstolen.se/Domstolar/hogstodomstolen/Avgoranden/2006/2006-12-21_T_400-06_Dom.pdf (consulted 10 June 2011).
- Swedish Court of Appeal (2009) *Case T 3552-09 of the 21st December 2009*, available at http://www.grupptalanmotslu.se/slu/Bakgrund_files/3_dom_091221.pdf (consulted 10 May 2011).
- Swedish National Agency for Higher Education (2010). *Higher Education Act* (SFS 1992:1434, 17 December 1992, amendments up to and including Act on Amendment of Higher Education Act 2010:2002) available at <http://www.hsv.se/lawsandregulations/theswedishhighereducationact.4.5161b99123700c42b07ffe3956.html#svd1> (consulted 25 March 2011).
- The European Directory of Women and ICT (2010). Sweden ends use of preferential treatment in connection with university entries. In *Spotlight on EUD*, available at http://www.ictwomensdirectory.eu/digitalcity/projects/eudir/eudir_boxedNews.jsp?dom=AAALJJS&prt=BAAEZMPO&firt=AAAAVDLJ&men=BAAEZMPQ&smen=BAAEZMPQ&fmn=BAAEZMQX (consulted 21 March 2011).

UN Commission on Human Rights (1987) *Note verbale dated 86/12/05 from the Permanent Mission of the Netherlands to the United Nations Office at Geneva addressed to the Centre for Human Rights* ('Limburg Principles'), UN Doc E/CN.4/1987/17.

UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR) (1990). General Comment 3: The Nature of States parties' obligations' (General Comment 3) in *Compilation of General Comments and General Recommendations Adopted by Human Rights Treaty Bodies* (Art. 2, para.1 of the Covenant)' 5th session, UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1 at 45 1994, [3].

UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR) (1999). General Comment 13: The right to education (Article 13). In *Compilation of General Comments and General Recommendations Adopted by Human Rights Treaty Bodies' 21st session*, UN Doc HRI/GEN/1/Rev.6 at 70 2003, [9].

United Nations Committee on the Elimination of Discrimination against Women, Fortieth Session (2008). *Concluding observations of the committee on the Elimination of Discrimination against Women: Sweden* (Concluding observations of UN CEDAW Committee: Sweden) (14 January-1 February 2008), UN Doc CEDAW/C/SWE/CO/7, available at <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/co/CEDAW.C.SWE.CO.7.pdf> (consulted 21 May 2011).

Wilson, Duncan (2005). *A Human Rights contribution to defining quality education*, UNESCO,(2004, 2005/ ED/EFA/MRT/PI/51) 5-10, available at <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001525/152535e.pdf> (consulted 2 April 2011).